ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente:	"Licitação CS BRASIL FROTAS" <licitacao.frotas@csfrotas.com.br>
Para:	"cplc.appa@appa.pr.gov.br" <cplc.appa@appa.pr.gov.br>
Com Cópia:	"Licitação CS BRASIL FROTAS" <licitacao.frotas@csfrotas.com.br>, "cplc.appa@appa.pr.gov.br" <cplc.appa@appa.pr.gov.br>
Data:	07/05/2026 17:47
Assunto:	34962 - APPA-PR PE.389.2026 - HABILITAÇÃO / PROPOSTA AJUSTADA - PARTE 01 DE 15
Anexos:	image001.png (16 KB) image002.png (10.94 KB) 34962 - APPA PR HABILITACAO - rev1_Parte1.pdf (7.07 MB)

POR FAVOR CONFIRMAR RECEBIMENTO – PARTE 01 DE 15

AO

GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ

ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026

PROTOCOLO

PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

A **CS BRASIL FROTAS S.A.**, inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, em atendimento ao **EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026,** vem respeitosamente **PROTOCOLAR DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA AJUSTADA**.

CS BRASIL

Licitação Pública

+55 11 2377-8068
licitacao.frotas@csfrotas.com.br

AVISO LEGAL: "Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente às pessoas endereçadas e contém informação privilegiada e/ou confidencial. Fica proibida a utilização e/ou retransmissão destes documentos por pessoa diversa do destinatário, devendo inutilizar de imediato o material a que teve acesso, sob pena de responsabilização na forma da lei."

LEGAL NOTICE: "This message and attachments are destined only to the addressed individuals and may contain privileged or confidential information. It is forbidden to use and/or relay these documents to different person than the recipient and must immediately dispose the material that had access, under penalty of accountability by the law."

RENUNCIA: "Este mensaje y sus archivos adjuntos están destinados únicamente a las personas destinadas y contiene información privilegiada y / o confidencial. Está prohibido el uso y / o retransmisión de estos documentos por persona distinta del destinatario y debe descartar inmediatamente el material de que dispone, bajo pena de responsabilidade ante la ley."

AVISO LEGAL: "Esta mensagem e seus anexos são destinados exclusivamente às pessoas endereçadas e contém informação privilegiada e/ou confidencial. Fica proibida a utilização e/ou retransmissão destes documentos por pessoa diversa do destinatário, devendo inutilizar de imediato o material a que teve acesso, sob pena de responsabilização na forma da lei."

LEGAL NOTICE: "This message and attachments are destined only to the addressed individuals and may contain privileged or confidential information. It is forbidden to use and/or relay these documents to different person than the recipient and must immediately dispose the material that had access, under penalty of accountability by the law."

RENUNCIA: "Este mensaje y sus archivos adjuntos están destinados únicamente a las personas destinadas y contiene información privilegiada y / o confidencial. Está prohibido el uso y / o retransmisión de estos documentos por persona distinta del destinatario y debe descartar inmediatamente el material de que dispone, bajo pena de responsabilidade ante la ley."

À
APPA
PREGÃO ELETRÔNICO N° 389/2026

OBJETO: Contratação de empresa para a prestação de serviços de locação de veículos para atendimento as demandas da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, sem motorista e sem combustível, por quilometragem livre, durante o período de 24 (vinte e quatro) meses consecutivos, podendo ser prorrogado, na forma da lei, em regime de empreitada por preço unitário, conforme detalhado no Termo de Referência, Edital e demais documentos técnicos em anexo.

ANEXO II - PROPOSTA COMERCIAL

A empresa **CS BRASIL FROTAS S.A** com sede na cidade de **Mogi das Cruzes** à **Av. Saraiva, Vila Cintra, Mogi das Cruzes / SP N° 400 – sala 08**, CEP **08745-900**, Telefone **+55 11 2377-8068** com CNPJ/MF **27.595.780/0001-16,** e-mail LICITAÇÃO licitacao.frotas@csfrotas.com.br / CONTRATOS contratos.csb@csbrasilservicos.com.br propõe a APPA a execução do objeto da licitação supra referenciada, tudo em conformidade com o Edital, condições gerais de contratos e elementos técnicos instrutores da licitação.

O valor da proposta é de **R$ 7.138.193,44 (sete milhões, cento e trinta e oito mil, cento e noventa e três reais e quarenta e quatro centavos).** O prazo de validade da proposta será de, no mínimo, **60 (sessenta)** contados da entrega da proposta da licitação. Se vencedora da licitação, assinará o contrato administrativo, na qualidade de representante legal o(a) sr.(a) **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho / Paulo Roberto Teixeira** portador do C.P.F **043.780.525-36 / 042.607.376-27,** RG **7.592.374 / M7778614** e endereço: **Av. Saraiva, 400 - sala 08, Vila Cintra**

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO COMPLETA DOS SERVIÇOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL DO ITEM
1	1	UND	Veículo sedã – Categoria médio ou superior Requisitos mínimos. • cor branca, • com potência mínima de 115 cv, • 4 (quatro) portas, • capacidade para 5 (cinco) passageiros, • movido álcool ou gasolina ou flex, • câmbio automático, • direção hidráulica ou elétrica, • ar condicionado, • vidros com acionamento elétrico nas quatro portas, • travas elétricas nas quatro portas, • airbag duplo frontal e lateral, • sistema de freios a disco nas quatro rodas, ABS nas quatro rodas, • película anti-vandalismo nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima prevista em lei, • encosto de cabeça em todos os bancos dianteiros e traseiros • central multimídia, • Camera de ré • equipado com os demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei. • O veículo deve possuir classificação PBEV (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular) letras "A, B" ou "C" na comparação relativa na categoria conforme a classificação PBE. **MARCA: VOLKSWAGEN VIRTUS COMFORT. 200 TSI 1.0 FLEX 12V AUT**	R$ 4.193,56	R$ 100.645,45
2	8	UND	Veículo (hatch) Compacto – Categoria compacto ou superior Requisitos mínimos. • cor branca, • 4 (quatro) portas, • capacidade para 5 (cinco) passageiros, • movido álcool ou gasolina ou flex, • Câmera de ré • direção hidráulica ou elétrica, • ar condicionado, • vidros com acionamento elétrico nas quatro portas, • travas elétricas nas quatro portas, • airbag duplo frontal e lateral, • sistema de freios a disco no mínimos as dianteiras, ABS, • película anti-vandalismo nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima prevista em lei, • encosto de cabeça em todos os bancos dianteiros e traseiros • central multimídia, • equipado com os demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei. • O veículo deve possuir classificação PBEV (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular) letras "A, B" ou "C" na comparação relativa na categoria conforme a classificação PBE **MARCA: GM - CHEVROLET ONIX HATCH 1.0 12V FLEX 5P MEC.**	R$ 2.783,89	R$ 534.507,08
3	1	UND	Veículo sedã – Categoria grande ou superior Requisitos mínimos. • cor preta, • potência mínima (ABNT) de 150 CV, • 4 (quatro) portas, • capacidade para 5 (cinco) passageiros, • movido álcool ou gasolina ou flex, • câmbio automático, • direção hidráulica ou elétrica, • ar condicionado, • vidros com acionamento elétrico nas quatro portas, • travas elétricas nas quatro portas, • Central Multimidia • Câmera de ré • airbag duplo frontal e lateral, • sistema de freios a disco nas quatro rodas, ABS/EBD nas quatro rodas, • película anti-vandalismo nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima prevista em lei, • encosto de cabeça em todos os bancos dianteiros e traseiros com regulagem de altura, • equipado com os demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei. **MARCA: TOYOTA COROLLA XEI 2.0 FLEX 16V AUT.**	R$ 6.519,67	R$ 156.472,03
4	6	UND	Veículo tipo SUV, - Categoria Utilitário Esportivo Compacto ou superior Requisitos mínimos. • cor preta, • potência mínima (ABNT) de 120 CV, • 4 (quatro) portas, • capacidade para 5 (cinco) passageiros, • movido álcool ou gasolina ou flex, • câmbio automático, • direção hidráulica ou elétrica, ar condicionado, • vidros com acionamento elétrico nas quatro portas, • travas elétricas nas quatro portas, • airbag duplo frontal e lateral, • Central multimidia • Câmera de ré • sistema de freios a disco nas quatro rodas, ABS e EBD nas quatro rodas, • película anti-vandalismo nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima prevista em lei, • encosto de cabeça em todos os bancos dianteiros e traseiros com regulagem de altura, central multimídia, equipado com os demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei. • O veículo deve possuir classificação PBEV (Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular) letras "A, B" ou "C" na comparação relativa na categoria conforme a classificação PBE. **MARCA: VOLKSWAGEN T-CROSS 200 TSI 1.0 FLEX 12V 5P AUT.**	R$ 4.278,95	R$ 616.168,71
5	2	UND	Veículo tipo Monovolume, ou superior - Modelo referência – CHEVOLET SPIN. Requisitos mínimos. • cor branca, • potência mínima (ABNT) de 111 CV, • 4 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) passageiros, • movido álcool ou gasolina ou flex, • câmbio automático, • direção hidráulica ou elétrica, • ar condicionado, • vidros com acionamento • elétrico nas quatro portas, • Central Multimidia, • Câmera de ré • travas elétricas nas quatro portas, • airbag duplo frontal e lateral, • sistema de freios mínimo a disco nas rodas dianteiras, • película anti-vandalismo nos vidros laterais e traseiro com transparência mínima prevista em lei, • encosto de cabeça em todos os bancos dianteiros e traseiros com regulagem de altura, central multimídia, equipado com os demais itens e acessórios de segurança exigidos por lei. **MARCA: GM - CHEVROLET SPIN LT 1.8 8V ECONO.FLEX 5P AUT.**	R$ 4.289,83	R$ 205.911,91
6	13	UND	Veículo Picape – Cateregoria compacta ou superior Requisitos mínimos. • cor branca • cabine dupla, • 4 (quatro) portas, • capacidade para 5 (cinco) pessoas, • capacidade acima de (carga útil) 651 kg, • movida a gasolina ou álcool ou flex, • potência mínima 100 cv (ABNT), • com ar condicionado, • direção elétrica ou hidráulica, • Central multimidea, • Câmera de ré • vidros e travas elétricas, • com protetor de caçamba original de fábrica, • capota marítima homologada pela montadora, • equipado com todos os itens de segurança exigidos por lei. **MARCA: RENAULT OROCH PRO 1.6 FLEX 16V MEC.**	R$ 4.448,89	R$ 1.388.054,90
7	2	UND	Veículo Picape - Caminhonete tipo viatura de segurança com especificações técnicas no apêndice I. **MARCA: GWM POER P30 TRAIL 2.4 16V TURBO 4X4 AUT.**	R$ 9.659,50	R$ 463.656,00
8	1	UND	Veículo SUV – categoria grande, veículo deverá ser do tipo viatura de segurança "camburão" com especificações Técnicas do veículo no apêndice I. **MARCA: JEEP COMMANDER OVERL. 2.2 TD 4X4 DIESEL AUT.**	R$ 13.238,57	R$ 317.725,70
9	2	UND	Veículo Picape - Caminhonete tipo viatura de segurança com especificações Técnicas no apêndice I. **MARCA: GWM POER P30 TRAIL 2.4 16V TURBO 4X4 AUT.**	R$ 9.631,52	R$ 462.312,76
VALOR TOTAL				**R$ 4.245.454,54**	
VALOR TOTAL PARA 24 MESES: R$ 4.245.454,54 (quatro milhões, duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos).					

Dados Bancários: Banco: 237-BRADESCO S.A. / Agência: 231-3 / Conta Corrente: 7159-5
Dados dos representantes legais da empresa para assinatura do Contrato (em conjunto de dois):

1. Nome: **JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO**
   Endereço: Av. Saraiva, 400 - sala 08, Vila Cintra
   CEP: 08745-900 Cidade: Mogi das Cruzes - UF: SP
   CPF/MF: 043.780.526-36 Cargo/Função: Diretor
   RG nº 7.592.374 Expedido por: SSP/MG
   E-mail: contratos.csb@csbrasilservicos.com.br

2. Nome: **PAULO ROBERTO TEIXEIRA**
Endereço: Av. Saraiva, 400 – sala 08, Vila Cintra
CEP: 08745-900 Cidade: Mogi das Cruzes – UF: SP
CPF/MF: 042.607.376-27 Cargo/Função: Diretor de Operações
RG n° M7778614 Expedido por: SSP/MG
E-mail: contratos.csb@csbrasilservicos.com.br

Mogi das Cruzes, 05 de maio de 2026

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647

Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 17:02:32 -03'00'

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/MF: 27.595.780/0001-16
Caio Roberto De Souza Gallo
Coordenador de Projetos - Procurador/Representante Legal
CPF: 126.010.516-47 RG.: MG15615684 SSP MG

27.595.780/0001-16
CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900
MOGI DAS CRUZES - SP

APÊNDICE I

ITEM 7

1, VEÍCULO: Veículo Caminhonete tração 4x4, cabine dupla original de fábrica, 4 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) pessoas, cor sólida branca, movida a diesel / gasolina, câmbio automático, sistema ABS, controle eletrônico de estabilidade, ar condicionado, direção elétrica ou hidráulica, vidros e travas elétricas, sistema de áudio, sensores traseiros de estacionamento, película automotiva com proteção solar e antivandalismo mantendo-se o mínimo de transparência permitida pelos órgão de trânsito, volume mínimo da caçamba de 1.000 litros, com protetor de caçamba original de fábrica, capota marítima homologada pela montadora, equipada com todos os itens de segurança exigidos por lei. O sistema elétrico do veículo deverá estar devidamente dimensionado (bateria, alternador, cabeamento, fusíveis, etc.) para suportar, simultaneamente, os consumidores originais do veículo, bem como as adaptações constantes no presente memorial. 2. KIT DE ADAPTAÇÃO: 2.1. SINALIZADOR ACÚSTICO VISUAL Fixo, iluminação estroboscópica interna aos faróis e às lanternas traseiras (será necessária a furação dos conjuntos ópticos), o sinalizador visual deve possuir formato de arco ou horizontal, visualização em ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade, injetado em módulo de policarbonato para não gerar intensidade luminosa, cor vermelho rubi, resistentes a impactos e descoloração com o uso de retardantes UV, comprimento de 1100 mm e altura de 80 mm, base em alumínio extrudado, de alta resistência mecânica, Leds distribuídos em blocos ópticos, com 6 (seis) Leds cada, distribuídos igualmente por toda extensão da barra com intensidade luminosa de 7000 a 15000 mcd, ângulo de abertura de 70° e drive de sirene externo ao corpo do sinalizador. A sirene eletrônica deve possuir: amplificador de 100 W (RMS) de potência, unidade sono fletora única, com drive no corpo sinalizador, quatro tipos de sons, com dois toques, gerando som com intensidade não inferior a 120 dB a um metro de distância, módulo de controle único instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização e áudio visuais, dotado de microcontrolado pic, que permita a geração de lampejos luminosos da altíssima freqüência de 1 lampejo a cada 250 ms, com circuito eletrônico que gerencia a corrente aplicada nos Leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos mesmos. Geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamentos, em patrulhamento e em emergência, que deverão ser acionados com chave única automática; Sistema de sensor de baixa voltagem e indicador no módulo de controle para impedir o funcionamento do sinalizador quando a bateria estiver com capacidade mínima, priorizando a partida do motor. O sinalizador deve atender às normas SAE-J575- Equipamentos e métodos de teste para dispositivos luminosos direcionais para veículos autorizados de serviço, manutenção e emergência. Sistema de megafone de potência de no mínimo 30W, com ajuste digital de ganho e interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor. 2.2. CONJUNTO TRANSCEPTOR MÓVEL DIGITAL Os veículos serão equipados com rádios transceptores devidamente instalados que deverão ser, compostos de terminais de rádio comunicação para permitir um emprego rápido e eficaz para as modalidades de policiamento em viaturas, por meio de transceptores móveis digitais VHF/FM, empregando os recursos eletrônicos de sinalização compatíveis com o padrão APCO-25, Fases 1 e 2. Os rádios transceptores móveis instalados nos veículos deverão ser homologados pela Anatel, com o respectivo selo aderido à sua carcaça, e operar de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações, sendo também aplicáveis às recomendações da ITU-T e ITU-R. Todas as freqüências a serem utilizadas pelos rádios desta especificação deverão estar licenciadas para funcionamento junto a ANATEL e será de responsabilidade da Contratada obter autorização cadastrar e recolher taxas relativas ao licenciamento, junto a ANATEL, para as freqüências em uso na SMSU/GCM na faixa de 148 a 174 MHz. Ocorrendo durante o contrato, alterações da banda, freqüências e tipo de tecnologia sistêmica utilizada pela contratante, a contratada deverá substituir os rádios por equipamentos compatíveis com a nova tecnologia adotada, sem qualquer ônus. As Licenças depois de liberadas pela ANATEL deverão ser entregues pela Contratada à Unidade de Segurança Portuária UASP/APPA, onde permanecerá em custódia para fins de fiscalização da ANATEL. Estes rádios operarão no modo dual, tanto em modo digital, como em modo analógico no mesmo rádio. Para garantir a segurança das comunicações críticas e emergenciais, esses rádios deverão possuir a capacidade de criptografia eletrônica da voz, devendo ser obedecido o padrão DES-OFB do projeto APCO 25; A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e meios necessários para a plena instalação do “Kit” Transceptor Móvel Digital VHF/FM (148 a 174 MHZ) que deverá ser constituído, no mínimo, de: - 01 (um) Microfone de mão com tecla de transmissão, cordão espiralado e suporte; - 01 (um) Alto falante; - 01 (uma) Antena original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo monopolo vertical, de 'l4 (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário, com base fixável ao teto do veículo mediante furação; - 01 (um) cabo de alimentação CC (Corrente Contínua) completo (com terminais e porta fusível); - 05 (cinco) metros de cabo coaxial padrão RG 58; - conectores de RF (Rádio-Freqüência) para conectar a antena ao transceptor; conjunto de suporte de fixação acompanhado das presilhas parafusos de fixação; -01 (um) manual de operação em português. 2.3. FAROL DE BUSCA MANEJO Farol de busca com cabo de, no mínimo, 10 metros de comprimento, plug para ligação à tomada de 12 volts. 2.4. QUEBRA MATO Quebra Mato confeccionado em aço. 2.5. PROTETORES DE SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO Peças que protejam os itens responsáveis pela iluminação original e de emergência, incluindo faróis, lanternas traseiras, luzes repetidores, de sinalização visual, confeccionadas em material resistente, e projetados para absorver os eventuais pequenos impactos de galhos ou outros objetos, sem transpassar para o conjunto original. Devem permitir a remoção para manutenção comum ao veículo, de forma independente, sem uso de ferramentas específicas. As proteções não devem ultrapassar 25mm das medidas originais veículo, assim como a temperatura das peças protegidas. 2.6. ESTRIBO LATERAL Conjunto formado por 02 (duas) peças construídas em perfil de aço extrudado, contendo uma chapa metálica antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras, com capacidade para suportar até 160 Kg em cada uma das peças. Os estribos deverão projetar-se lateralmente, no mínimo, 50 mm além do alinhamento das caixas de roda. A fixação das peças deverá ser feita no chassi do veículo. 2.7. PROTETOR DE CARTER/TRANSMISSÃO Protetor de Carter/Transmissão confeccionado em aço (com espessura não inferior a 1.5 mm)

ITEM 8

1. VEÍCULO: Veículo tipo SUV (Sport Utility Vehicle), viatura de segurança “camburão”, 4 (quatro) portas laterais e uma porta na traseira, cor sólida branca, tração 4x4, movida a diesel / gasolina, câmbio automático, comprimento mínimo de 4500 milímetros, comprimento máximo de 4900 milímetros direção servo-assistida (podendo ser hidráulica, electro-hidráulica ou elétrica), ABS nas 4 rodas, controle eletrônico de estabilidade, entrada USB, fechamento automático dos vidros por meio de controle nas quatro portas, retrovisores com ajustes elétricos, sensores de estacionamento, câmera de ré, película automotiva com proteção solar e antivandalismo mantendo-se o mínimo de transparência permitida pelos órgão de trânsito, equipada com todos os itens de segurança exigidos por lei e todos os acessórios de série do veículo original proposto; O sistema elétrico do veículo deverá estar devidamente dimensionado (bateria, alternador, cabeamento, fusíveis, etc.) para suportar, simultaneamente, os consumidores originais do veículo, bem como as adaptações constantes no presente memorial. 2. KIT DE ADAPTAÇÃO: 2.1. CELA Compartimento de bagagem transformado em cela para transportar no mínimo 02 (duas) pessoas, sendo confeccionada em chapa quadriculada nos vidros laterais e traseiros e no encosto do banco traseiro a divisória confeccionada em chapa de aço lisa, na parte inferior (encosto do banco) e chapa de aço perfurado na superior, e o restante forrado em fibra de alta resistência. A ventilação deve ser por entrada de ar de janelas e portas laterais e divisórias. Iluminação natural, preservado os vidros originais do veículo, com proteção interna com chapa perfurada em aço de no mínimo 1,2 mm de espessura, estruturada por tubos quadrados com no mínimo 20 mm de lado e 1,2 mm espessura, revestimento do assoalho do compartimento em fibra de vidro, a fim de permitir a lavagem e escoamento de líquidos, através de dois drenos nas extremidades traseiras do compartimento. Caso o estepe originalmente venha alojado dentro do compartimento do porta-malas, o mesmo deverá ser reposicionado na divisória, com acesso pelas portas laterais traseiras. 2.2. SINALIZADOR ACÚSTICO VISUAL Fixo, iluminação estroboscópica interna aos faróis e às lanternas traseiras (será necessária a furação dos conjuntos ópticos), o sinalizador visual deve possuir formato de arco ou horizontal, visualização em ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade, injetado em módulo de policarbonato para não gerar intensidade luminosa, cor vermelho rubi, resistentes a impactos e descoloração com o uso de retardantes UV, comprimento de 1100 mm e altura de 80 mm, base em alumínio extrudado, de alta resistência mecânica, Leds distribuídos em blocos ópticos, com 6 (seis) Leds cada, distribuídos igualmente por toda extensão da barra com intensidade luminosa de 7000 a 15000 mcd, ângulo de abertura de 70° e drive de sirene externo ao corpo do sinalizador. A sirene eletrônica deve possuir: amplificador de 100 W (RMS) de potência, unidade sono fletora única, com drive no corpo sinalizador, quatro tipos de sons, com dois toques, gerando som com intensidade

não inferior a 120 dB a um metro de distância, módulo de controle único instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização e áudio visuais, dotado de microcontrolado pic, que permita a geração de lampejos luminosos da altíssima freqüência de 1 lampejo a cada 250 ms, com circuito eletrônico que gerencia a corrente aplicada nos Leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos mesmos. Geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamentos, em patrulhamento e em emergência, que deverão ser acionados com chave única automática; Sistema de sensor de baixa voltagem e indicador no módulo de controle para impedir o funcionamento do sinalizador quando a bateria estiver com capacidade mínima, priorizando a partida do motor. O sinalizador deve atender às normas SAE-J575- Equipamentos e métodos de teste para dispositivos luminosos direcionais para veículos autorizados de serviço, manutenção e emergência. Sistema de megafone de potência de no mínimo 30W, com ajuste digital de ganho e interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor. 2.3. CONJUNTO TRANSCEPTOR MÓVEL DIGITAL Os veículos serão equipados com rádios transceptores devidamente instalados que deverão ser, compostos de terminais de rádio comunicação para permitir um emprego rápido e eficaz para as modalidades de policiamento em viaturas, por meio de transceptores móveis digitais VHF/FM, empregando os recursos eletrônicos de sinalização compatíveis com o padrão APCO-25, Fases 1 e 2. Os rádios transceptores móveis instalados nos veículos deverão ser homologados pela Anatel, com o respectivo selo aderido à sua carcaça, e operar de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações, sendo também aplicáveis às recomendações da ITU-T e ITU-R. Todas as freqüências a serem utilizadas pelos rádios desta especificação deverão estar licenciadas para funcionamento junto a ANATEL e será de responsabilidade da Contratada obter autorização cadastrar e recolher taxas relativas ao licenciamento, junto a ANATEL, para as freqüências em uso na SMSU/GCM na faixa de 148 a 174 MHz. Ocorrendo durante o contrato, alterações da banda, freqüências e tipo de tecnologia sistêmica utilizada pela contratante, a contratada deverá substituir os rádios por equipamentos compatíveis com a nova tecnologia adotada, sem qualquer ônus. As Licenças depois de liberadas pela ANATEL deverão ser entregues pela Contratada à Unidade de Segurança Portuária UASP/APPA, onde permanecerá em custódia para fins de fiscalização da ANATEL. Estes rádios operarão no modo dual, tanto em modo digital, como em modo analógico no mesmo rádio. Para garantir a segurança das comunicações críticas e emergenciais, esses rádios deverão possuir a capacidade de criptografia eletrônica da voz, devendo ser obedecido o padrão DES-OFB do projeto APCO 25; A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e meios necessários para a plena instalação do “Kit” Transceptor Móvel Digital VHF/FM (148 a 174 MHZ) que deverá ser constituído, no mínimo, de: - 01 (um) Microfone de mão com tecla de transmissão, cordão espiralado e suporte; - 01 (um) Alto falante; - 01 (uma) Antena original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo monopolo vertical, de 'l4 (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário, com base fixável ao teto do veículo mediante furação; - 01 (um) cabo de alimentação CC (Corrente Contínua) completo (com terminais e porta fusível); - 05 (cinco) metros de cabo coaxial padrão RG 58; - conectores de RF (Rádio-Freqüência) para conectar a antena ao transceptor; conjunto de suporte de fixação acompanhado das presilhas parafusos de fixação; -01 (um) manual de operação em português. 2.4. FAROL DE BUSCA MANEJO Farol de busca com cabo de, no mínimo, 10 metros de comprimento, plug para ligação à tomada de 12 volts. 2.5. QUEBRA MATO COM PROTEÇÃO DE FARÓIS Quebra Mato confeccionado com proteção de faróis instalado na dianteira do veículo, confeccionados em aço. 2.6. ESTRIBO LATERAL Conjunto formado por 02 (duas) peças construídas em perfil de aço extrudado, contendo uma chapa metálica antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras, com capacidade para suportar até 160 Kg em cada uma das peças. Os estribos deverão projetar-se lateralmente, no mínimo, 50 mm além do alinhamento das caixas de roda. A fixação das peças deverá ser feita no chassi do veículo. 2.7. PROTETOR DE CARTER/TRANSMISSÃO Protetor de Carter/Transmissão confeccionado em aço (com espessura não inferior a 1.5 mm)

ITEM 9

1. VEÍCULO: Veículo Caminhonete tração 4x4, cabine dupla original de fábrica, 4 (quatro) portas, capacidade para 5 (cinco) pessoas, cor sólida branca, movida a diesel / gasolina, câmbio automático, sistema ABS, controle eletrônico de estabilidade, ar condicionado, direção elétrica ou hidráulica, vidros e travas elétricas, sistema de áudio, sensores traseiros de estacionamento, película automotiva com proteção solar e antivandalismo mantendo-se o mínimo de transparência permitida pelos órgão de trânsito, volume mínimo da caçamba de 1.000 litros, com protetor de caçamba original de fábrica, capota marítima homologada pela montadora, equipada com todos os itens de segurança exigidos por lei. O sistema elétrico do veículo deverá estar devidamente dimensionado (bateria, alternador, cabeamento, fusíveis, etc.) para suportar, simultaneamente, os consumidores originais do veículo, bem como as adaptações constantes no presente memorial. 2. KIT DE ADAPTAÇÃO: 2.1. SINALIZADOR ACÚSTICO VISUAL Fixo, iluminação estroboscópica interna aos faróis e às lanternas traseiras (será necessária a furação dos conjuntos ópticos), o sinalizador visual deve possuir formato de arco ou horizontal, visualização em ângulo de 360°, sem que haja pontos cegos de luminosidade, injetado em módulo de policarbonato para não gerar intensidade luminosa, cor vermelho rubi, resistentes a impactos e descoloração com o uso de retardantes UV, comprimento de 1100 mm e altura de 80 mm, base em alumínio extrudado, de alta resistência mecânica, Leds distribuídos em blocos ópticos, com 6 (seis) Leds cada, distribuídos igualmente por toda extensão da barra com intensidade luminosa de 7000 a 15000 mcd, ângulo de abertura de 70° e drive de sirene externo ao corpo do sinalizador. A sirene eletrônica deve possuir: amplificador de 100 W (RMS) de potência, unidade sono fletora única, com drive no corpo sinalizador, quatro tipos de sons, com dois toques, gerando som com intensidade não inferior a 120 dB a um metro de distância, módulo de controle único instalado no painel do veículo, que permita controlar todo o sistema de sinalização e áudio visuais, dotado de microcontrolado pic, que permita a geração de lampejos luminosos da altíssima freqüência de 1 lampejo a cada 250 ms, com circuito eletrônico que gerencia a corrente aplicada nos Leds, garantindo maior eficiência luminosa e vida útil dos mesmos. Geração de efeitos luminosos que caracterizem o veículo parado, em deslocamentos, em patrulhamento e em emergência, que deverão ser acionados com chave única automática; Sistema de sensor de baixa voltagem e indicador no módulo de controle para impedir o funcionamento do sinalizador quando a bateria estiver com capacidade mínima, priorizando a partida do motor. O sinalizador deve atender às normas SAE-J575- Equipamentos e métodos de teste para dispositivos luminosos direcionais para veículos autorizados de serviço, manutenção e emergência. Sistema de megafone de potência de no mínimo 30W, com ajuste digital de ganho e interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor. 2.2. CONJUNTO TRANSCEPTOR MÓVEL DIGITAL Os veículos serão equipados com rádios transceptores devidamente instalados que deverão ser, compostos de terminais de rádio comunicação para permitir um emprego rápido e eficaz para as modalidades de policiamento em viaturas, por meio de transceptores móveis digitais VHF/FM, empregando os recursos eletrônicos de sinalização compatíveis com o padrão APCO-25, Fases 1 e 2. Os rádios transceptores móveis instalados nos veículos deverão ser homologados pela Anatel, com o respectivo selo aderido à sua carcaça, e operar de acordo com as normas e resoluções da ANATEL e Ministério das Comunicações, sendo também aplicáveis às recomendações da ITU-T e ITU-R. Todas as freqüências a serem utilizadas pelos rádios desta especificação deverão estar licenciadas para funcionamento junto a ANATEL e será de responsabilidade da Contratada obter autorização cadastrar e recolher taxas relativas ao licenciamento, junto a ANATEL, para as freqüências em uso na SMSU/GCM na faixa de 148 a 174 MHz. Ocorrendo durante o contrato, alterações da banda, freqüências e tipo de tecnologia sistêmica utilizada pela contratante, a contratada deverá substituir os rádios por equipamentos compatíveis com a nova tecnologia adotada, sem qualquer ônus. As Licenças depois de liberadas pela ANATEL deverão ser entregues pela Contratada à Unidade de Segurança Portuária UASP/APPA, onde permanecerá em custódia para fins de fiscalização da ANATEL. Estes rádios operarão no modo dual, tanto em modo digital, como em modo analógico no mesmo rádio. Para garantir a segurança das comunicações críticas e emergenciais, esses rádios deverão possuir a capacidade de criptografia eletrônica da voz, devendo ser obedecido o padrão DES-OFB do projeto APCO 25; A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais e meios necessários para a plena instalação do “Kit” Transceptor Móvel Digital VHF/FM (148 a 174 MHZ) que deverá ser constituído, no mínimo, de: - 01 (um) Microfone de mão com tecla de transmissão, cordão espiralado e suporte; - 01 (um) Alto falante; - 01 (uma) Antena original do rádio, ou aprovada pelo fabricante mediante comprovação, tipo monopolo vertical, de 'l4 (um quarto) de onda, ganho mínimo unitário, com base fixável ao teto do veículo mediante furação; - 01 (um) cabo de alimentação CC (Corrente Contínua) completo (com terminais e porta fusível); - 05 (cinco) metros de cabo coaxial padrão RG 58; - conectores de RF (Rádio-Freqüência) para conectar a antena ao transceptor; conjunto de suporte de fixação acompanhado das presilhas parafusos de fixação; -01 (um) manual de operação em português. 2.3. FAROL DE BUSCA MANEJO Farol de busca com cabo de, no mínimo, 10 metros de comprimento, plug para ligação à tomada de 12 volts. 2.4. QUEBRA MATO Quebra Mato dianteiro confeccionado em aço. 2.5. PROTETORES DE SISTEMAS DE ILUMINAÇÃO Peças que protejam os itens responsáveis pela iluminação original e de emergência, incluindo faróis, lanternas traseiras, luzes repetidores, de sinalização visual, confeccionadas em material resistente, e projetados para absorver os eventuais pequenos impactos de galhos ou outros objetos, sem transpassar para o conjunto original. Devem permitir a remoção para manutenção comum ao veículo, de forma independente,

sem uso de ferramentas específicas. As proteções não devem ultrapassar 25mm das medidas originais veículo, assim como a temperatura das peças protegidas. 2.6. ESTRIBO LATERAL Conjunto formado por 02 (duas) peças construídas em perfil de aço extrudado, contendo uma chapa metálica antiderrapante na parte superior, que deverão ser instaladas sob as portas laterais do veículo, ocupando todo o espaço entre as caixas das rodas dianteiras e traseiras, com capacidade para suportar até 160 Kg em cada uma das peças. Os estribos deverão projetar-se lateralmente, no mínimo, 50 mm além do alinhamento das caixas de roda. A fixação das peças deverá ser feita no chassi do veículo. 2.7. PROTETOR DE CARTER/TRANSMISSÃO Protetor de Carter/Transmissão confeccionado em aço (com espessura não inferior a 1.5 mm)

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647

Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 17:02:15 -03'00'

Mogi das Cruzes, 05 de maio de 2026

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/MF: 27.595.780/0001-16
Caio Roberto De Souza Gallo
Coordenador de Projetos - Procurador/Representante Legal
CPF: 126.010.516-47 RG.: MG15615684 SSP MG

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

LIVRO 1217 PÁGINA 013

Protocolo 4864/2026

Procuração bastante que faz: **CS BRASIL FROTAS S.A.**

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que no dia vinte e dois (22) do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis (2026), nesta cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, me dirigi em diligência à Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, e aí sendo encontrei a outorgante: **CS BRASIL FROTAS S.A.,** com sede nesta cidade, na Avenida Saraiva nº 400, sala 08, Bairro Vila Cintra, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob nº 27.595.780/0001-16, por si e por suas filiais CNPJ's-raiz 27.595.780, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob NIRE 35300586786, neste ato, representada por seus Diretores JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 7.592.374-SSP/MG, CPF/MF 043.780.526-36, e GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 353.651.228-36, ambos com endereço comercial nesta cidade no mesmo acima citado; reconhecida como a própria e pela mesma, na forma representada, me foi dito que por este público, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **ALEXANDRE OTAVIO RIBEIRO PANTUZO**, brasileiro, casado, Gerente de Licitação, portador da carteira de identidade nº MG 11.336.662 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 013.557.256-82; **CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº MG 15.615.684 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 126.010.516-47; **ROBISON DE OLIVEIRA TOMTSKI**, brasileiro, casado, Contador, portador da carteira de identidade nº 47.196.325-2 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 388.952.598-90; **DENIS ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, Administrador, portador da carteira de identidade nº 44.027.371-7 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 315.742.918-31; **PAULO ROBERTO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, Engenheiro Mecanico, portador da carteira de identidade nº M7778614 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 042.607.376-27; e **MATEUS CLEMENTE GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº MG 18559840 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 121.457.016-05, pessoa(s) física(s) com endereço na Avenida Saraiva nº 400, Sala 8, Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900; aos quais confere poderes especiais, **agindo isoladamente**, para: (A) representar e/ou nomear procuradores, inclusive por meio da assinatura de Termos de Credenciamento e/ou Procuração Particular, para procuradores e/ou credenciados, representá-la em licitações públicas, sob todas as modalidades, com empresas privadas, estatais, paraestatais, autarquias, em todas as esferas, municipal, distrital, estadual, federal, podendo, os ditos procuradores e/ou credenciados, firmar propostas, assinar todos os documentos e declarações integrantes dos envelopes relativos à habilitação, assinar e apresentar proposta técnica e propostas comerciais, prestar todos os esclarecimentos referentes às propostas, ofertar lances verbais, bem como receber intimações, responder ofícios, impetrar e desistir de defesas, recursos, responder aos recursos de terceiros, renunciar à interposição de recursos, concordar, assinar atas e todos os documentos inerentes às reuniões e sessões de licitação, requerer e ter vista dos procedimentos licitatórios, acompanhando-os até seu final; (B) assinar Termos de Credenciamento e/ou Procuração Particular, acima referidos, com todos os poderes neles conferidos; (C) praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, ainda que não exaustivamente mencionados neste instrumento público, para que a Outorgante participe das referidas licitações públicas. **O presente instrumento é válido por um (01) ano a contar desta data, vedado o substabelecimento dos poderes ora outorgados.** Certidões de Indisponibilidade sob hash: m8go5qrvs2-CS Brasil Frotas S.a.; 0840he4ejo-João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; 79jdhb7420-Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli. Paga esta a Tabelião R$ 488,56, ao Estado R$47,51, ao Secretaria da Fazenda R$69,43, ao Município R$14,64, ao Ministério Público R$11,73, ao Registro Civil R$12,86, ao Tribunal de Justiça R$16,76, a Santa Casa R$2,44 - Totalizando R$ 663,93, recolhidos por verba. De como assim disse, lavrei este instrumento que feito e sendo lido, aceitou, outorgou e assina, na forma representada.//. Eu, Bel. Thiago Mateus da Costa, substituto que a escrevi, dou fé, e declaro ser esta cópia do original. (a.a.) JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO === GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI (selos pagos por verba), Trasladada em seguida, Trasladada em seguida. Eu, , substituto, conferi, subscrevi e assino em público e raso.

Em testeº Da verdade

Thiago Mateus da Costa – Substituto

1.º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. Thiago Mateus da Costa
SUBSTITUTO
MOGI DAS CRUZES - SP.

Selo Digital:
1121931PR000000016091426P

União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2845112757

2 e 1 NOME E SOBRENOME
CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO

1ª HABILITAÇÃO
19/11/2014

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
18/03/1995, BELO HORIZONTE, MG

4a DATA EMISSÃO
06/08/2024

4b VALIDADE
05/08/2034

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
MG15615684 SSP MG

4d CPF
126.010.516-47

5 Nº REGISTRO
06236822202

9 CAT HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ROBERTO GALLO

EDNA APARECIDA DE SOUZA GALLO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		05/08/2034	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
30168010907
SP025980484

LOCAL
MOGI DAS CRUZES, SP

2845112757

SÃO PAULO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA062368222<025<<<<<<<<<<<<
9503180M3408054BRA<<<<<<<<<<<4
CAIO<<ROBERTO<DE<SOUZA<GALLO<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: **27.595.780/0001-16** DUNS®: **94*****46**
Razão Social: **CS BRASIL FROTAS S.A.**
Nome Fantasia:
Situação do Fornecedor: **Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **26/11/2026**
Natureza Jurídica: **SOCIEDADE ANÔNIMA FECHADA**
MEI: **Não**
Porte da Empresa: **Demais**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: **Consta**
Impedimento de Licitar: **Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**26/07/2026**	**Automática**
FGTS	Validade:	**19/05/2026**	**Automática**
Trabalhista **(http://www.tst.jus.br/certidao)**	Validade:	**19/10/2026**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**19/06/2026**
Receita Municipal	Validade:	**27/07/2026**

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **30/06/2026**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 353.XXX.XXX-36 Nome: GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI
Ass: _____

CS BRASIL FROTAS LTDA.
CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE 35.230.535.746

44ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO PARA SOCIEDADE ANÔNIMA

Pelo presente instrumento particular,

CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A., com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 10A, Bairro Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.502.310/0001-99, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300559631, neste ato representada por seus Diretores, Srs. João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.780.526-36 e Anselmo Tolentino Soares Junior, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG n° CM881638-RFB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.449.777-07, ambos com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900;

Única sócia da **CS BRASIL FROTAS LTDA.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 08, na cidade de Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16, com seu ato constitutivo arquivado na JUCESP registrado sob NIRE 35230535746, doravante denominada apenas "Sociedade", resolve transformar o tipo societário da Sociedade, nos seguintes termos:

I. DA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO

1.1. A única sócia da Sociedade decide aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, em conformidade com o disposto no Artigo 1.113 e seguintes do Código Civil e no Artigo 220 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), permanecendo a Sociedade, sob o novo tipo societário, com os mesmos direitos, obrigações, responsabilidades, ativos e passivos sociais.

1.2. A única sócia decide alterar a denominação social da Sociedade, que passa a ser **CS BRASIL FROTAS S.A.**, a qual reger-se-á pela Lei das S.A. e demais dispositivos aplicáveis, doravante denominada simplesmente "Companhia".

1.3. Em razão da transformação ora deliberada, a totalidade das 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, duzentas e vinte e duas mil e duzentas e uma) de quotas que compõem o capital social da Companhia, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$ 1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), totalmente subscritas e integralizadas pela única sócia, **CS BRASIL PARTICIPAÇÕES**

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

E LOCAÇÕES S.A., acima qualificada, são convertidas em 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, duzentas e vinte e duas mil e duzentas e uma) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão fixado em R$ 1,00 (um real) para cada ação, totalizando R$ 1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais). O respectivo boletim de subscrição integra este instrumento como **Anexo I**, documento este que se equipara à declaração completa de acionista.

1.4. A acionista decide, sem quaisquer reservas, aprovar o Estatuto Social da Companhia na forma do **Anexo II**, o qual rubricado e assinado pela mesa, integra a presente Ata para todos os efeitos.

1.5. Ficam eleitos como Diretores da Companhia, para um mandato unificado de 3 (três) anos a contar da presente data, os Srs. (i) **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.780.526-36 e (ii) **Anselmo Tolentino Soares Junior**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG n° CM881638-RFB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.449.777-07, ambos com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900.

Os membros Diretoria, eleitos neste ato, tomam posse nos seus respectivos cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, cujas cópias seguem no **Anexo III** do presente ato, na forma da legislação aplicável.

1.6. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia em até R$ 2.000,00 (dois mil reais).

1.7. Não instalar o Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei 6.404/76.

1.8. As filiais da Sociedade, abaixo listadas, continuaram a exercer suas atividades nos respectivos endereços, sem solução de continuidade:

SÃO PAULO – SP Rua Julia Santos Paiva Rio, nº 166, sala 02, Bairro Vila Santana, São Paulo – SP, CEP 04679-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0002-05 – NIRE 35905320441)	**GUARAREMA – SP** Rua Dr. Falcão, nº 606, sala 02, Bairro Centro, Guararema – SP, CEP 08900-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0003-88 -NIRE 35905320459)
SÃO PAULO – SP Rua Eugenio de Freitas, nº 454, sala 02, lote A, Vila Guilherme, São Paulo – SP, CEP 02060-000. (CNPJ/ME27.595.780/0004-69 - NIRE 35905321030)	**NATAL – RN** Avenida Bernardo Vieira, nº 813, Bairro Quintas, Natal – RN, CEP 59035-015. (CNPJ/ME 27.595.780/0005-40 – NIRE 24900298774)
SÃO JOSÉ – SC Avenida Josué di Bernardi, nº 14, sala 02, Bairro Campinas, São José – SC, CEP 88101-200. (CNPJ/ME 27.595.780/0006.20 - NIRE 42901164652)	**GOIÂNIA - GO** Rua João Alves de Queiroz, 670, sala 02, Chácara Retiro, Goiânia – GO, CEP 74665-832. (CNPJ/ME 27.595.780/0007-01- NIRE 52900946442)

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ANANINDEUA – PA Rodovia BR 316, s/n, km 5, galpão 13, sala CS Brasil 2, Bairro Coqueiro, Ananindeua-PA, CEP 67015-220 (CNPJ/ME 27.595.780/0008-92 -NIRE 15900462984)	**VÁRZEA GRANDE – MT** Rodovia dos Imigrantes, s/n, sala 02, km 24, Bairro Jeanne, Várzea Grande – MT, CEP 78132-400. (CNPJ/ME 27.595.780/0009-73 - NIRE 51900449120)
RECIFE – PE Rua Guimarães Peixoto, 75, sala 1208, Edif. One Way, Núcleo Emp., Bairro Casa Amarela, Recife - PE, CEP 52051-305. (CNPJ/ME 27.595.780/0010-07 – NIRE 26900732581)	**CONTAGEM – MG** Avenida Sócrates Mariani Bittencourt, 1139, sala 2, Bairro Cinco, Contagem – MG, CEP 32010-010. (CNPJ/ME 27.595.780/0011-98 - NIRE 31902560811)
PORTO ALEGRE – RS Rua Vinte e Cinco de Julho, nº 113, Bairro Santa Maria Goretti, Porto Alegre - RS – CEP 910302-70 (CNPJ/ME27.595.780/0012-79 - NIRE 43901905874)	**TERESINA – PI** Rua Guaporé, nº 2074, sala 02, Bairro Aeroporto, Teresina – PI, CEP 64007-050. (CNPJ/ME 27.595.780/0013-50 -NIRE 22900203313)
BELO HORIZONTE – MG Avenida Barão Homem de Melo, nº 2781, loja 3, sala 5, Bairro Estoril, Belo Horizonte – MG, CEP 30494-085. (CNPJ/ME 27.595.780/0014-30 - NIRE 31902565198)	**CURITIBA - PR** Rua Professora Joanita Bernett Passos, nº 523, Bairro Boqueirão, Curitiba - PR, CEP 81730-390 (CNPJ/ME 27.595.780/0015-11 - NIRE 41901692755)
SALVADOR - BA Rodovia BA 526, nº 2091, galpão 12, bairro Cassange, Salvador – BA, CEP 41505-220. (CNPJ/ME 27.595.780/0016-00 - NIRE 29901255500)	**CAMPINAS – SP** Avenida Barão de Itapura, 2447, 2473, sala 01, Jardim Guanabara, Campinas – SP, CEP 13073-300. (CNPJ/ME 27.595.780/0017-83 - NIRE 35905646273)
FORTALEZA - CE Rua Maximiano Barreto, 33, sala 02, Bairro Messejana, Fortaleza – CE, CEP 60842-160. (CNPJ/ME 27.595.780/0018-64 - NIRE 23900649835)	**VITORIA – ES** Avenida Fernando Ferrari, 2727, sala 01, Segurança do Lar, Vitoria – ES, CEP 29072-340. (CNPJ/ME 27.595.780/001945 - NIRE 32900603620)
BRASÍLIA – DF Setor Scia, s/n, quadra 8, conjunto 11, Lote 21, Zona Industrial (Guara), Brasília - DF, CEP 71250-725. (CNPJ/ME 27.595.780/0020-89 - NIRE 53900390615)	**UBERLÂNDIA – MG** Rua Paris, 1527, Bairro Tibery, Uberlândia – MG, CEP 38405-082. (CNPJ/ME 27.595.780/0021-60 - NIRE 31902691151)
RECIFE - PE Avenida Marechal Mascarenhas Moraes, 2080, sala B, Bairro Imbiribeira, Recife – PE, CEP 51180-001. (CNPJ/ME 27.595.780/0022-40 - NIRE 26900781973)	**PALMAS – TO** Quadra ASR SE 85 Alameda 3, s/n, Quadra 04, Lote 13, Bairro Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77023122 (CNPJ/ME 27.595.780/0023-21 - NIRE 17900177327)
JOÃO PESSOA – PB Avenida Liberdade, 3580, galpão 2, bloco B, sala 01, Centro, Bayeux - PB, CEP 58110-160(CNPJ/ME 27.595.780/0024-02 – NIRE 25900440351)	**RIO DE JANEIRO – RJ** Avenida Brasil, 8191, sala 01, Ramos, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21030-000 (CNPJ/ME 27.595.780/0025-93 – NIRE 33901559731)
CAMPO GRANDE – MS Avenida Eduardo Elias Zahran, 2871, sala 01, Vila Antonio Vendas, Campo Grande – MS, CEP 79003-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0026-74 - NIRE 54920043679)	**UBERABA – MG** Avenida Tenente Coronel Bento Ferreira, 160, Bairro Merces, Uberaba – MG, CEP 38060-240. (CNPJ/ME 27.595.780/0027-55 - NIRE 31920010003)
PORTO VELHO – RO Avenida Lauro Sodré, 1108, sala 06, Bairro Olaria, Porto Velho – RO, CEP 76801-284. (CNPJ/ME 27.595.780/0028-36 - NIRE 11900292201)	**NOSSA SENHORA DO SOCORRO – SE** Rodovia BR 101, s/n, km 92, sala 03, Bairro Palestina, Nossa Senhora do Socorro- SE, CEP 49160-00. (CNPJ/ME 27.595.780/0029-17 - NIRE 28900292206)

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ANEXO I À 44ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO PARA SOCIEDADE ANÔNIMA

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE *(em organização)*

CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A., com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 10A, Bairro Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.502.310/0001-99, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300559631.

AÇÕES ORDINÁRIAS	AÇÕES PREFERENCIAIS	TOTAL DE AÇÕES	VALOR SUBSCRITO	VALOR INTEGRALIZADO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO
1.378.222.201	0	1.378.222.201	R$1.378.222.201,00	Em razão da transformação do tipo societário da Companhia de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, conforme o Instrumento de Transformação do Tipo Societário para Sociedade por Ações, as 1.378.222.201 quotas de titularidade do subscritor na Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional em atos societários anteriores à transformação, são convertidas em 1.378.222.201 ações de emissão da Companhia.

Mogi das Cruzes, 07 de dezembro de 2021.

Subscritora:

CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A.
João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Anselmo Tolentino Soares Junior

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ANEXO II À 44ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO PARA SOCIEDADE ANÔNIMA

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE *(em organização)*

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, LEI APLICÁVEL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 1ª - A sociedade por ações denomina-se **CS BRASIL FROTAS S.A.**, e reger-se-á pelos termos do presente Estatuto Social e pelo disposto na Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações").

Cláusula 2ª - A Companhia tem sede e foro na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900.

Parágrafo Único - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir e extinguir filiais, agências, depósitos e escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior.

Cláusula 3ª - A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II
DO OBJETO SOCIAL

Cláusula 4ª - A Companhia tem por objeto social a locação de veículos automotores, máquinas e equipamentos de qualquer natureza, com ou sem condutor, e a prestação dos serviços de gerenciamento e gestão de frota, podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

CAPÍTULO III
DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 5ª - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e

Maria Lucia de Araújo
OAB/SP 189.868

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

duzentos e um reais), dividido em 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.

Parágrafo Segundo - A Companhia poderá, por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo do lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Terceiro – A Companhia poderá, por deliberação e de acordo com o plano aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, podendo essa opção ser estendida aos administradores ou empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente.

Cláusula 6ª - As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral.

Cláusula 7ª - A propriedade das ações da Companhia presumir-se-á pela anotação nos livros societários competentes, sendo que a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento dos acionistas, dos quais poderão ser cobrados os respectivos custos, sendo sempre assinados na forma prevista na Cláusula 20 abaixo.

CAPÍTULO IV
DA ASSEMBLEIA GERAL

Cláusula 8ª- A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social.

Parágrafo único - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação.

Cláusula 9ª – A Assembleia será instalada e presidida por qualquer membro da Diretoria da Companhia, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

Cláusula 10 - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

Maria Lucia de Araújo
OAB/SP 189.868

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Cláusula 11 - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições definidas na Lei das Sociedades por Ações:

a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras;

b) eleger e destituir os membros da diretoria;

c) fixar a remuneração global anual da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado;

d) reformar este Estatuto Social;

e) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como qualquer requerimento de autofalência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

f) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais;

g) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, ainda que intercalares ou intermediários;

h) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a aquisição de ações pela própria Companhia, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no parágrafo primeiro da Cláusula 6ª acima;

i) deliberar sobre emissão de quaisquer títulos e valores mobiliários, incluindo debentures, notas promissórias, notas comerciais e/ou quaisquer títulos e valores mobiliários conversíveis em ações, bem como qualquer alteração nos direitos, preferências, vantagens ou restrições atribuídos às ações ou valores mobiliários conversíveis em ações;

j) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência;

k) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;

Cláusula 12 - Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia.

Parágrafo 1º - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo anúncio de convocação.

Parágrafo 2° - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes.

Maria Lucia de Araújo
OAB/SP 189.868

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

CAPÍTULO V
DA ADMINISTRAÇÃO

Cláusula 13 - A administração da Companhia será exercida pela Diretoria, na forma da lei aplicável e de acordo com este Estatuto Social.

Cláusula 14 - Os membros eleitos para a Diretoria serão empossados em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no respectivo livro e permanecerão no exercício de suas funções até a efetiva posse de seus substitutos.

Cláusula 15 - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, ambos diretores sem designação específica.

Parágrafo Único - O prazo de mandato dos Diretores é de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. O mandato dos Diretores inicia-se com a posse mediante termo lavrado no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria".

Cláusula 16 - A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria de votos, observado o quórum de instalação necessário para atingir essa maioria.

Parágrafo Único - As convocações das reuniões da Diretoria indicarão a ordem do dia e poderão ser feitas por qualquer Diretor ou acionista.

Cláusula 17 - Ocorrendo vaga, por morte, impedimento definitivo ou destituição, a Assembleia Geral, se não preferir deixar vago o cargo, elegerá um novo Diretor para exercer as funções do Diretor falecido, impedido ou destituído, durante o tempo restante do mandato do Diretor substituído.

Parágrafo Único - No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos Diretores, suas funções serão exercidas por outro Diretor, até que novo Diretor seja eleito para ocupar o cargo.

Cláusula 18 - Compete à Diretoria assegurar o regular funcionamento da Companhia, bem como assegurar a gestão permanente dos negócios sociais, dar execução ao objeto social e resolver os assuntos atinentes a esses aspectos, cumprindo as determinações que lhe forem propostas pela Assembleia Geral.

Cláusula 19 - A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura:

Maria Lucia de Araújo
OAB/SP 189.868

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

(i) de 2 (dois) Diretores em conjunto; ou

(ii) de um procurador regularmente constituído para a prática dos poderes específicos outorgados na respectiva procuração.

Cláusula 20 - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser sempre assinadas por 2 (dois) diretores em conjunto e, salvo as destinadas à atuação em juízo, deverão ter prazo de validade determinado.

Cláusula 21 - Os Diretores receberão a remuneração fixada pela Assembleia Geral e de acordo com os critérios estabelecidos em Lei.

Cláusula 22 - São expressamente vedados, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à Companhia e terceiros, os atos de qualquer Diretor, funcionário ou procurador da Companhia que a envolverem em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao objeto social, bem como concessão de garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos ou outras garantias quaisquer, salvo quando expressamente autorizado pela Assembleia Geral, excetuando-se desta proibição os negócios realizados com as empresas pertencentes ao mesmo grupo desta Companhia, controladas, subsidiárias, coligadas ou associadas.

CAPÍTULO VI
DO CONSELHO FISCAL

Cláusula 23 - A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente composto por 03 (três) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberará sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. Os Conselheiros poderão renunciar expressamente ao seu direito à remuneração, devendo consignar a renúncia na Ata da Assembleia Geral que deliberar sua instalação.

Parágrafo 1º - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do respectivo termo de posse no livro próprio.

Parágrafo 2º - O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria de seus membros presentes e das reuniões lavrar-se-ão atas em livro próprio.

CAPÍTULO VII
EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS, FUNDOS DE RESERVAS E DIVIDENDOS

Cláusula 24 - O exercício social coincidirá com o ano calendário. Ao final de cada exercício serão elaborados os balanços e as demonstrações financeiras, de acordo com o disposto na Lei das Sociedades

Maria Lucia de Araújo
OAB/SP 189.868

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

por Ações e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. O lucro, se então verificado, após as deduções previstas em lei, terá a destinação que lhe for dada por deliberação da Assembleia Geral.

Cláusula 25 - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras, as quais serão submetidas à Assembleia Geral Ordinária.

§ 1º - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável.

§ 2º - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório de que trata o § 4º desta cláusula 11. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro.

§ 3º - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: **a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; **c)** uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no § 4º desta cláusula; **d)** a Companhia poderá manter reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão de suas atividades e de suas controladas; e **e)** o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme deliberação dos acionistas.

§ 4º - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, observado o disposto na § 3º, acima. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei.

Maria Lúcia de Araújo
OAB/SP 189.868

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

CAPÍTULO VIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 26 - Qualquer dúvida na interpretação deste Estatuto deverá ser decidida pela Assembleia Geral, competindo-lhe decidir, também, sobre os pontos omissos.

Cláusula 27 - Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste Estatuto Social, renunciando os acionistas a qualquer outro, por mais privilegiado do que seja.

*****

Maria Lucia de Araújo
OAB/SP 189.868

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ANEXO III À 44ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO PARA SOCIEDADE ANÔNIMA

TERMO DE POSSE

Em 07 de dezembro de 2021, na sede da **CS BRASIL FROTAS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado com sede Avenida Saraiva, 400, sala 08, na cidade de Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16 ("Companhia"), compareceu o Sr. **JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.780.526-36, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900 e tomou posse do cargo de Diretor da Companhia, para o qual foi eleito no Instrumento de Transformação do Tipo Societário para Sociedade Anônima celebrada na presente data, para um mandato de 3 (três) anos.

O Diretor ora empossado declara, sob as penas da lei que:

I. não está impedido por lei a exercer o cargo de administrador da Companhia;

II. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76;

II. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e

III. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Mogi das Cruzes, 07 de dezembro de 2021.

JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

ANEXO III À 44ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO PARA SOCIEDADE ANÔNIMA

TERMO DE POSSE

Em 07 de dezembro de 2021, na sede da **CS BRASIL FROTAS S.A.**, sociedade anônima de capital fechado com sede Avenida Saraiva, 400, sala 08, na cidade de Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16 ("Companhia"), compareceu o Sr. **ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG n° CM881638-RFB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.449.777-07, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900 e tomou posse do cargo de Diretor da Companhia, para o qual foi eleito no Instrumento de Transformação do Tipo Societário para Sociedade Anônima celebrada na presente data, para um mandato de 3 (três) anos.

O Diretor ora empossado declara, sob as penas da lei que:

I. não está impedido por lei a exercer o cargo de administrador da Companhia;

II. não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76;

II. atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e

III. não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Mogi das Cruzes, 07 de dezembro de 2021.

ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

JUCESP PROTOCOLO
2.347.384/24-7

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE 35300586786

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 29 DE DEZEMBRO DE 2023

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 29 de dezembro de 2023, às 18h:30, na sede social da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia em razão da presença das acionistas representando a totalidade do capital social e votante da Companhia, conforme previsto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

MESA: Presidente: Pedro Roque de Pinho de Almeida; Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração da Cláusula 5ª do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: Aberto os trabalhos, após a discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram:

(i) o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), com a consequente emissão de 60.000.000 (sessenta milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando de R$1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 1.438.222.201,00 (um bilhão e quatrocentos e trinta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.438.222.201 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(ii) As 60.000.000 (sessenta milhões) novas ações ordinárias são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Movida Participações S.A., conforme Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo Único.

A acionista Movida Locação de Veículos S.A., neste ato, renuncia expressamente ao seu direito de preferência para a subscrição das novas ações ora emitidas.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quinta-feira, 26 de setembro de 2024 15:45:57 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

(iii) Em consequência do aumento de capital ora aprovado, o *caput* da Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Cláusula 5ª** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.438.222.201,00 (um bilhão e quatrocentos e trinta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.438.222.201 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*

***Parágrafo Primeiro** - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.*

***Parágrafo Segundo** - A Companhia poderá, por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo do lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.*

***Parágrafo Terceiro** – A Companhia poderá, por deliberação e de acordo com o plano aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, podendo essa opção ser estendida aos administradores ou empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente."*

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela unanimidade dos presentes. Mogi das Cruzes - SP, 29 de dezembro de 2023. Assinaturas: Presidente da Mesa: Pedro Roque de Pinho de Almeida; Secretária da Mesa: Maria Lúcia de Araújo. Acionistas: Movida Participações S.A. e Movida Locação de Veículos S.A. (ambas representadas por seus diretores Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli e Pedro Roque de Pinho de Almeida).

Certifico que esta é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio.

Pedro Roque de Pinho de Almeida
Presidente da Mesa

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da Mesa

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL
339.191/24-7

JUCESP
14
11 SET 2024
SEDE

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quinta-feira, 26 de setembro de 2024 15:45:57 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Anexo Único à Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de dezembro de 2023

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE 35300586786

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Subscritor: Movida Participações S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, conjunto 92, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.314.559/0001-66.

Ações subscritas: 60.000.00 (sessenta milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Preço da subscrição: R$ 1,00 (um real) por ação, totalizando R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Forma de integralização: As ações ora subscritas pela Subscritora são totalmente integralizadas, em moeda corrente nacional, mediante a capitalização de créditos decorrentes de adiantamento para futuro aumento de capital realizados pela CS Brasil Participações e Locação S.A., sociedade incorporada pela Subscritora em 29 de dezembro de 2023.

São Paulo, 29 de dezembro de 2023.

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli

Pedro Roque de Pinho de Almeida

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quinta-feira, 26 de setembro de 2024 15:45:57 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

JUCESP PROTOCOLO
0.846.059/25-3

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE 35300586786

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 31 de dezembro de 2024, às 8h:30, na sede social da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900.

CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação prévia em razão da presença da acionista representando a totalidade do capital social e votante da Companhia, conforme previsto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

MESA: Presidente: Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli; Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, com a consequente alteração da Cláusula 5ª do Estatuto Social.

DELIBERAÇÕES: Aberto os trabalhos, após a discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram:

(i) o aumento do capital social da Companhia no montante de R$ 385.170.000,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões e cento e setenta mil reais), com a consequente emissão de 385.170.000 (trezentos e oitenta e cinco milhões e cento e setenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando de R$ 1.438.222.201,00 (um bilhão e quatrocentos e trinta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.438.222.201 (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R$ 1.823.392.201,00 (um bilhão e oitocentos e vinte e três milhões e trezentos e noventa e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.823.392.201 (um bilhão, oitocentos e vinte e três milhões, trezentos e noventa e dois mil e duzentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

(ii) As 385.170.000 (trezentos e oitenta e cinco milhões e cento e setenta mil) novas ações ordinárias são, neste ato, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Movida Participações S.A., conforme Boletim de Subscrição que integra a presente ata como Anexo Único.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em quarta-feira, 23 de abril de 2025 15:13:14 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

JUCESP
15 04 25

(iii) Em consequência do aumento de capital ora aprovado, o *caput* da Cláusula 5ª do Estatuto Social da Companhia passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Cláusula 5ª** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.823.392.201,00 (um bilhão e oitocentos e vinte e três milhões e trezentos e noventa e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.823.392.201 (um bilhão, oitocentos e vinte e três milhões, trezentos e noventa e dois mil e duzentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.*

***Parágrafo Primeiro** - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias.*

***Parágrafo Segundo** - A Companhia poderá, por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo do lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.*

***Parágrafo Terceiro** – A Companhia poderá, por deliberação e de acordo com o plano aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, podendo essa opção ser estendida aos administradores ou empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente."*

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, foi assinada pela unanimidade dos presentes. Mogi das Cruzes - SP, 31 de dezembro de 2024. Assinaturas: Presidente da Mesa: Pedro Roque de Pinho de Almeida; Secretária da Mesa: Maria Lúcia de Araújo. Acionista: Movida Participações S.A.

Certifico que esta é cópia fiel do original, lavrada em livro próprio.

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli
Presidente da Mesa

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da mesa

JUCESP 04 15 APR 2025 SEDE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
ALOÍSIO E. SOARES JUNIOR
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO
133.374/25-7
JUCESP

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em quarta-feira, 23 de abril de 2025 15:13:14 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

JUCESP
15 04 25

Anexo Único à Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31 de dezembro de 2024

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE 35300586786

BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES

Subscritor: Movida Participações S.A., com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1017, conjunto 92, Edifício Corporate Park, Itaim Bibi, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.314.559/0001-66.

Ações subscritas: 385.170.000 (trezentos e oitenta e cinco milhões e cento e setenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Preço da subscrição: R$ 1,00 (um real) por ação, totalizando R$ 385.170.000,00 (trezentos e oitenta e cinco milhões e cento e setenta mil reais).

Forma de integralização: As ações ora subscritas pela Subscritora são totalmente integralizadas, em moeda corrente nacional, mediante a capitalização do referido valor contabilizado a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

São Paulo, 31 de dezembro de 2024.

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli

Jamyl Jarrus Junior

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em quarta-feira, 23 de abril de 2025 15:13:14 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

JUCESP

JUCESP PROTOCOLO
2.811.772/24-8

CS BRASIL FROTAS S

CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16 NIRE 35300586780

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2024

Data, Horário e Local: 21 de outubro de 2024, às 18 horas, na sede social da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação prévia em razão da presença das acionistas representando a totalidade do capital social e votante da Companhia, conforme previsto no artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Mesa: Presidente: Pedro Roque de Pinho de Almeida; Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

Ordem Do Dia: Deliberar sobre a modificação do estatuto social da Companhia, a fim de alterar o objeto social para incluir as atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção dos serviços imobiliários, com a consequente alteração da Cláusula 4ª do Estatuto Social.

Deliberações: Aberto os trabalhos, após a discussão da matéria constante da Ordem do Dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas ou restrições, a modificação do estatuto social da Companhia, a fim de alterar o objeto social para incluir as atividades de prestação de serviços de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção dos serviços imobiliários, com a consequente alteração da Cláusula 4ª do Estatuto Social que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Cláusula 4ª** - A Companhia tem por objeto social a locação de veículos automotores, máquinas e equipamentos de qualquer natureza, com ou sem condutor; a prestação dos serviços de gerenciamento e gestão de frota; a prestação de serviços de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, com exceção dos serviços imobiliários; e a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista."*

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, foi assinada pelos presentes.

Mogi das Cruzes - SP, 21 de outubro de 2024.

pedropinho@movida.com.br Assinado Pedro Roque de pinho de almeida D4Sign

Pedro Roque de Pinho de Almeida
Presidente da Mesa

maria.lucia@simpar.com.br Assinado D4Sign

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da Mesa

Acionistas:

Movida Participações S.A.
Movida Lgustavomoscatelli@movida.com.br Assinado Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli D4Sign

pedropinho@movida.com.br Assinado Pedro Roque de pinho de almeida D4Sign

p. Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli e Pedro Roque de Pinho de Almeida

D4Sign 3e2b1673-df1c-4f4c-87a6-3c8b35fc6534 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 7 de janeiro de 2025 10:21:48 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

D4Sign

3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 22 de October de 2024, 09:55:21

ntp.br

CS FROTAS - AGE 21 10 2024 alteração do objeto social v livro docx pdf

Código do documento 3e2b1673-df1c-4f4c-87a6-3c8b35fc6534

Assinaturas

Pedro Roque de pinho de almeida
pedropinho@movida.com.br
Assinou

Gustavo Henrique Paganotto Moscatelli
gustavomoscatelli@movida.com.br
Assinou

Maria Lucia de Araujo
maria.lucia@simpar.com.br
Assinou

Eventos do documento

21 Oct 2024, 20:49:59
Documento 3e2b1673-df1c-4f4c-87a6-3c8b35fc6534 **criado** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email:maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-10-21T20:49:59-03:00

21 Oct 2024, 20:50:53
Assinaturas **iniciadas** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email: maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-10-21T20:50:53-03:00

21 Oct 2024, 20:51:05
MARIA LUCIA DE ARAUJO **Assinou** (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10) - Email: maria.lucia@simpar.com.br - IP: 200.231.12.66 (200.231.12.66 porta: 27508) - Documento de identificação informado: 663.470.176-87 - DATE_ATOM: 2024-10-21T20:51:05-03:00

22 Oct 2024, 08:17:25
PEDRO ROQUE DE PINHO DE ALMEIDA **Assinou** (208e0fe0-37a9-48dc-aacd-55f0aa207831) - Email: pedropinho@movida.com.br - IP: 200.231.12.66 (200.231.12.66 porta: 19924) - Documento de identificação informado: 232.942.528-70 - DATE_ATOM: 2024-10-22T08:17:25-03:00

22 Oct 2024, 09:54:02
GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTTO MOSCATELLI **Assinou** (36f017a6-7f91-4f82-8388-d67bb0d63537) - Email: gustavomoscatelli@movida.com.br - IP: 200.231.12.66 (200.231.12.66 porta: 9712) - Geolocalização: -23.5870742 -46.6726716 - Documento de identificação informado: 353.651.228-36 - DATE_ATOM: 2024-10-22T09:54:02-03:00

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 7 de janeiro de 2025 10:21:48 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

D4Sign

3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em: 22 de October de 2024, 09:55:21

ntp.br

Hash do documento original
(SHA256):4d859bf6ec5be2aa3f16956027df7d3305fdca16ca1156ded7c3a8cd5b7e86df
(SHA512):e7a9efa677582621bd80c939f7c97e2a8e6daad9aa47e2a6b6c53c648870bc1eaae5cd42a77a5e8c03f10025947ecf7ca0959da580ff39785aa4e7f1ad9f2c20

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 7 de janeiro de 2025 10:21:48 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL CS BRASIL FROTAS S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300586786	CNPJ 27.595.780/0001-16	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 063.018/24-0	DATA DO ARQUIVAMENTO 09/02/2024

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 20/02/2024	HORA DE EXPEDIÇÃO 13:44:54	CÓDIGO DE CONTROLE 231350878
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 20/02/2024 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARIA CRISTINA FREI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.

Certifico o registro sob o nº 063.018/24-0 em 09/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0195738240. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 231350878. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.195.738/24-0

CONTROLE INTERNET
033201006-6

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO
Abertura de Filial; Alteração de Endereço de Filial;

NOME EMPRESARIAL				PORTE
CS BRASIL FROTAS S.A.				Normal
LOGRADOURO	**NÚMERO**	**COMPLEMENTO**		**CEP**
Avenida Saraiva	400			08745-900
MUNICÍPIO	**UF**	**TELEFONE**	**EMAIL**	
Mogi das Cruzes	SP	(11)23777000	tributario@csbrasilservicos.com.br	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S)	**CNPJ - SEDE**	**NIRE - SEDE**		
0	27.595.780/0001-16	3530058678-6		

JUCESP SEDE 07 FEV 20 PROTOCOLO

IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA	VALORES RECOLHIDOS	SEQ. DOC.
NOME: Anselmo Tolentino Soares Junior (Diretor)	**DARE: R$ 537,47**	**1 / 1**
ASSINATURA: DATA: 29/01/2024	**DARF: R$,00**	

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP SEDE
07 FEV 2024
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO
0304(204147)

CARIMBO ANÁLISE
JUCESP
DEFERIDO
07 FEV 2024
Hilton Noredi Mazarem da Silva
Assessor Técnico do Registro Público
RG: 501.020.978-1

ANEXOS: EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

(x) DBE (2)
( ) Procuração
( ) Alvará Judicial
( ) Formal de Partilha
( ) Balanço Patrimonial
( ) Outros
( ) Documentos Pessoais
( ) Laudo de Avaliação
( ) Jornal
( ) Protocolo / Justificação
( ) Certidão

OBSERVAÇÕES:

REDESIM

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

JUCESP 15 09 FEV 2024
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL
63.018/24-0
JUCESP

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

Certifico o registro sob o nº 063.018/24-0 em 09/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0195738240. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 231350878. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Gerência de Guarda e Distribuição

( )Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
( )Verificação de Ficha Cadastral
(✓)Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
( )MEI sem Cadastro
( )MEI com Cadastro
( )Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
( )Vide Protocolo

Certifico o registro sob o nº 063.018/24-0 em 09/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0195738240. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 231350878. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
09 02 24

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16 - NIRE 3530058678-6

ATA DE REUNIÃO DA DIRETORIA REALIZADA EM 29 DE JANEIRO DE 2024

Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de 2024, às 15 horas, na sede social da CS Brasil Frotas S.A, localizada na Avenida Saraiva, 400, sala 08, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900 ("Companhia"), uma vez devida e pessoalmente convocados os membros da Diretoria desta Companhia, compareceu a totalidade dos diretores. Assumindo a presidência dos trabalhos, o Sr. Anselmo Tolentino Soares Junior, convocou a mim, Maria Lúcia de Araújo, para secretariá-lo. Iniciando os trabalhos, o Presidente da Mesa informou que os Srs. Diretores deveriam deliberar sobre (i) a abertura de uma filial e (ii) a alteração de endereço de uma filial da Companhia. Após debates e discussões, foi aprovado, pela unanimidade dos diretores presentes:

(i) A abertura de uma filial que funcionará no seguinte endereço:

- Avenida Engenheiro Elmo Serejo de Farias, 3872, Galpão 01, CIA I, Simões Filho – BA, CEP 43700-000

(ii) A alteração do endereço da filial abaixo indicada:

De: Rua Guimarães Peixoto, 75, Sala 904, Edifício One Way Núcleo Empresarial – Casa Amarela, Recife – PE, CEP 52051-305.
(CPF/ME 27.595.780/0010-07 - NIRE 26900732581)

Para: Av. Getúlio Vargas, 7316, BR 232, km 12, Curado, Recife – PE, CEP 50950-000

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, com a lavratura desta ata que, lida e achada conforme, vai assinada por todos os presentes. Mogi das Cruzes - SP, 29 de janeiro de 2024. Mesa: Anselmo Tolentino Soares Junior – Presidente; Maria Lúcia de Araújo – Secretária. Diretores: João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho e Anselmo Tolentino Soares Junior.

Cópia Fiel do Original.

Mesa:

Assinado ICP Brasil D4Sign

Anselmo Tolentino Soares Junior
Presidente

Assinado ICP Brasil D4Sign

Maria Lúcia de Araújo
Secretária

Assinado ICP Brasil D4Sign

D4Sign ab86b5c2-88c7-477[illegible]-94de-1578[illegible] Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 063.018/24-0 em 09/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0195738240. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 231350878. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Certifico o registro sob o nº 063.018/24-0 em 09/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0195738240. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 231350878. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

D4Sign

3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de January de 2024, 17:28:54

29 01 2024 - CSB Froras - ARD 29 01 2024 abertura e alteração endereço v jucesp docx
Código do documento ab86b5c2-88c7-477e-94aa-1578eeff8a5b

Assinaturas

MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687
Certificado Digital
maria.lucia@simpar.com.br
Assinou

ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR:02844977707
Certificado Digital
anselmo.junior@csbrasilservicos.com.br
Assinou

annita.leite@jsl.com.br
Acusar recebimento

Eventos do documento

29 Jan 2024, 17:18:38
Documento ab86b5c2-88c7-477e-94aa-1578eeff8a5b **criado** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email:maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-01-29T17:18:38-03:00

29 Jan 2024, 17:20:36
Assinaturas **iniciadas** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email: maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-01-29T17:20:36-03:00

29 Jan 2024, 17:21:10
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687 **Assinou** Email: maria.lucia@simpar.com.br. IP: 200.0.62.34 (200.0.62.34 porta: 1604). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5 G2,OU=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5,OU=A1,CN=MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687. - DATE_ATOM: 2024-01-29T17:21:10-03:00

29 Jan 2024, 17:22:48
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR:02844977707 **Assinou** Email: anselmo.junior@csbrasilservicos.com.br. IP: 200.0.62.34 (200.0.62.34 porta: 30234). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR:02844977707. - DATE_ATOM: 2024-01-29T17:22:48-03:00

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 063.018/24-0 em 09/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0195738240. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 231350878. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

D4Sign

3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 29 de January de 2024, 17:28:54

Hash do documento original:
(SHA256):12731fe629d8de9dbbda71aae58202dc5933c221e443a33c5886862f38ef9dda
(SHA512):2f4708d0dd2001093764de361aea81f694715eda8870ea263bfe41bd2ca7f965644babfc599331a31a3a4a2acba5be6225b5913a4336e653484ffafded27c940

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Certifico o registro sob o nº 063.018/24-0 em 09/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0195738240. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 231350878. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

09 02 24

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de São Paulo**

PROTOCOLO REDESIM
BAP2400145561

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
CS BRASIL FROTAS S.A.	**27.595.780**

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

102 Inscricao dos demais estabelecimentos

DEFERIDO DBE

Número de Controle: BA67466092 - 27595780000116

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME	CPF
ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR	**028.449.777-07**

LOCAL	DATA
	29/01/2024

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 27.595.780/0001-16

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Hilton Noredi Mazarem da Silva
Assessor Técnico de Registro Público
RG: 501.020.978-1

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 063.018/24-0 em 09/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0195738240. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 231350878. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

JUCESP 09 02 24

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de São Paulo**

PROTOCOLO REDESIM
PEP2400073162

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
CS BRASIL FROTAS S.A.	**27.595.780/0010-07**

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

211 Alteracao de endereco dentro do mesmo municipio

DEFERIDO DBE

Número de Controle: PE33554376 - 27595780001007

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME	CPF
ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR	**028.449.777-07**
LOCAL	DATA
	23/01/2024

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 27.595.780/0001-16

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Hilton Noredi Mazarem da Silva
Assessor Técnico de Registro Público
RG: 501.020.978-1

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 063.018/24-0 em 09/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0195738240. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 20/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 231350878. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

continuação nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo - SP, 26 de abril de 2022. **EXM Partners Assessoria Empresarial Ltda.** - CRC 2SP022337/O-4; **Eduardo Scarpellini -** Contador CRC 1SP214931/O-7.

CS BRASIL FROTAS LTDA.

CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16 - NIRE 35230535746

44ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO PARA SOCIEDADE ANÔNIMA

Pelo presente instrumento particular, **CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 10A, Bairro Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.502.310/0001-99, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300559631, neste ato representada por seus Diretores, Srs. João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.780.526-36 e Anselmo Tolentino Soares Junior, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG n° CM881638-RFB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.449.777-07, ambos com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900; Única sócia da **CS BRASIL FROTAS LTDA.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 08, na cidade de Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16, com seu ato constitutivo arquivado na JUCESP registrado sob NIRE 35230535746, doravante denominada apenas "Sociedade", resolve transformar o tipo societário da Sociedade, nos seguintes termos: **I. DA TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO -** 1.1. A única sócia da Sociedade decide aprovar a transformação do tipo societário da Sociedade de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, em conformidade com o disposto no Artigo 1.113 e seguintes do Código Civil e no Artigo 220 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), permanecendo a Sociedade, sob o novo tipo societário, com os mesmos direitos, obrigações, responsabilidades, ativos e passivos sociais. 1.2. A única sócia decide alterar a denominação social da Sociedade, que passa a ser **CS BRASIL FROTAS S.A.**, a qual reger-se-á pela Lei das S.A. e demais dispositivos aplicáveis, doravante denominada simplesmente "Companhia". 1.3. Em razão da transformação ora deliberada, a totalidade das 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, duzentas e vinte e duas mil e duzentas e uma) de quotas que compõem o capital social da Companhia, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, totalizando R$ 1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), totalmente subscritas e integralizadas pela única sócia, **CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A.**, acima qualificada, são convertidas em 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, duzentas e vinte e duas mil e duzentas e uma) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão fixado em R$ 1,00 (um real) para cada ação, totalizando R$ 1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais). O respectivo boletim de subscrição integra este instrumento como **Anexo I**, documento este que se equipara à declaração completa de acionista. 1.4. A acionista decide, sem quaisquer reservas, aprovar o Estatuto Social da Companhia na forma do **Anexo II**, o qual rubricado e assinado pela mesa, integra a presente Ata para todos os efeitos. 1.5. Ficam eleitos como Diretores da Companhia, para um mandato unificado de 3 (três) anos a contar da presente data, os Srs. (i) **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.780.526-36 e (ii) **Anselmo Tolentino Soares Junior**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG n° CM881638-RFB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.449.777-07, ambos com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900. Os membros Diretoria, eleitos neste ato, tomam posse nos seus respectivos cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, cujas cópias seguem no **Anexo III** do presente ato, na forma da legislação aplicável. 1.6. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia em até R$ 2.000,00 (dois mil reais). 1.7. Não instalar o Conselho Fiscal, nos termos do artigo 161 da Lei 6.404/76. 1.8. As filiais da Sociedade, abaixo listadas, continuaram a exercer suas atividades nos respectivos endereços, sem solução de continuidade: **SÃO PAULO – SP -** Rua Julia Santos Paiva Rio, nº 166, sala 02, Bairro Vila Santana, São Paulo – SP, CEP 04679-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0002-05 – NIRE 35905320441); **GUARAREMA – SP -** Rua Dr. Falcão, nº 606, sala 02, Bairro Centro, Guararema – SP, CEP 08900-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0003-88 -NIRE 35905320459); **SÃO PAULO – SP -** Rua Eugenio de Freitas, nº 454, sala 02, lote A, Vila Guilherme, São Paulo – SP, CEP 02060-000. (CNPJ/ME27.595.780/0004-69 - NIRE 35905321030); **NATAL – RN -** Avenida Bernardo Vieira, nº 813, Bairro Quintas, Natal – RN, CEP 59035-015. (CNPJ/ME 27.595.780/0005-40 – NIRE 24900298774); **SÃO JOSÉ – SC -** Avenida Josué di Bernardi, nº 14, sala 02, Bairro Campinas, São José – SC, CEP 88101-200. (CNPJ/ME 27.595.780/0006.20 - NIRE 42901164652); **GOIÂNIA - GO -** Rua João Alves de Queiroz, 670, sala 02, Chácara Retiro, Goiânia – GO, CEP 74665-832. (CNPJ/ME 27.595.780/0007-01- NIRE 52900946442); **ANANINDEUA – PA -** Rodovia BR 316, s/n, km 5, galpão 13, sala CS Brasil 2, Bairro Coqueiro, Ananindeua-PA, CEP 67015-220. (CNPJ/ME 27.595.780/0008-92 -NIRE 15900462984); **VÁRZEA GRANDE – MT -** Rodovia dos Imigrantes, s/n, sala 02, km 24, Bairro Jeanne, Várzea Grande – MT, CEP 78132-400. (CNPJ/ME 27.595.780/0009-73 - NIRE 51900449120); **RECIFE – PE -** Rua Guimarães Peixoto, 75, sala 1208, Edif. One Way, Núcleo Emp., Bairro Casa Amarela, Recife - PE, CEP 52051-305. (CNPJ/ME 27.595.780/0010-07 – NIRE 26900732581); **CONTAGEM – MG -** Avenida Sócrates Mariani Bittencourt, 1139, sala 2, Bairro Cinco, Contagem – MG, CEP 32010-010. (CNPJ/ME 27.595.780/0011-98 - NIRE 31902560811); **PORTO ALEGRE – RS -** Rua Vinte e Cinco de Julho, nº 113, Bairro Santa Maria Goretti, Porto Alegre - RS – CEP 910302-70. (CNPJ/ME27.595.780/0012-79 - NIRE 43901905874); **TERESINA – PI -** Rua Guaporé, nº 2074, sala 02, Bairro Aeroporto, Teresina – PI, CEP 64007-050. (CNPJ/ME 27.595.780/0013-50 -NIRE 22900203313); **BELO HORIZONTE – MG -** Avenida Barão Homem de Melo, nº 2781, loja 3, sala 5, Bairro Estoril, Belo Horizonte – MG, CEP 30494-085. (CNPJ/ME 27.595.780/0014-30 - NIRE 31902565198); **CURITIBA - PR -** Rua Professora Joanita Bernett Passos, nº 523, Bairro Boqueirão, Curitiba - PR, CEP 81730-390. (CNPJ/ME 27.595.780/0015-11 - NIRE 41901692755); **SALVADOR - BA -** Rodovia BA 526, nº 2091, galpão 12, bairro Cassange, Salvador – BA, CEP 41505-220. (CNPJ/ME 27.595.780/0016-00 - NIRE 29901255500); **CAMPINAS – SP -** Avenida Barão de Itapura, 2447, 2473, sala 01, Jardim Guanabara, Campinas – SP, CEP 13073-300. (CNPJ/ME 27.595.780/0017-83 - NIRE 35905646273); **FORTALEZA - CE -** Rua Maximiano Barreto, 33, sala 02, Bairro Messejana, Fortaleza – CE, CEP 60842-160. (CNPJ/ME 27.595.780/0018-64 - NIRE 23900649835); **VITORIA – ES -** Avenida Fernando Ferrari, 2727, sala 01, Segurança do Lar, Vitoria – ES, CEP 29072-340. (CNPJ/ME 27.595.780/001945 - NIRE 32900603620); **BRASÍLIA – DF -** Setor Scia, s/n, quadra 8, conjunto 11, Lote 21, Zona Industrial (Guara), Brasília - DF, CEP 71250-725. (CNPJ/ME 27.595.780/0020-89 - NIRE 53900390615); **UBERLÂNDIA – MG -** Rua Paris, 1527, Bairro Tibery, Uberlândia – MG, CEP 38405-082. (CNPJ/ME 27.595.780/0021-60 - NIRE 31902691151); **RECIFE - PE -** Avenida Marechal Mascarenhas Moraes, 2080, sala B, Bairro Imbiribeira, Recife – PE, CEP 51180-001. (CNPJ/ME 27.595.780/0022-40 - NIRE 26900781973); **PALMAS – TO -** Quadra ASR SE 85 Alameda 3, s/n, Quadra 04, Lote 13, Bairro Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77023122. (CNPJ/ME 27.595.780/0023-21 - NIRE 17900177327); **JOÃO PESSOA – PB -** Avenida Liberdade, 3580, galpão 2, bloco B, sala 01, Centro, Bayeux - PB, CEP 58110-160. (CNPJ/ME 27.595.780/0024-02 – NIRE 25900440351); **RIO DE JANEIRO – RJ -** Avenida Brasil, 8191, sala 01, Ramos, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21030-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0025-93 – NIRE 33901559731); **CAMPO GRANDE – MS -** Avenida Eduardo Elias Zahran, 2871, sala 01, Vila Antonio Vendas, Campo Grande – MS, CEP 79003-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0026-74 - NIRE 54920043679); **UBERABA – MG -** Avenida Tenente Coronel Bento Ferreira, 160, Bairro Merces, Uberaba – MG, CEP 38060-240. (CNPJ/ME 27.595.780/0027-55 - NIRE 31920010003); **PORTO VELHO – RO -** Avenida Lauro Sodré, 1108, sala 06, Bairro Olaria, Porto Velho – RO, CEP 76801-284. (CNPJ/ME 27.595.780/0028-36 - NIRE 11900292201); **NOSSA SENHORA DO SOCORRO – SE -** Rodovia BR 101, s/n, km 92, sala 03, Bairro Palestina, Nossa Senhora do Socorro- SE, CEP 49160-00. (CNPJ/ME 27.595.780/0029-17 - NIRE 28900292206); **FEIRA DE SANTANA- BA -** Rodovia BR 324, s/n, Bairro Humildes, Feira de Santana- BA, CEP 44135-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0030-50 - NIRE 29902016746); **MANAUS - AM -** Avenida Torquato Tapajós, 6464, sala 2, Bairro Flores, Manaus - AM, CEP 69058-830. (CNPJ/ME 27.595.780/0031-31 - NIRE 13920007318**); VÁRZEA GRANDE – MT -** Avenida Carmindo de Campos, 2347, sala 1ª, Jardim Paulista, Várzea Grande – MT, CEP 78065-310. (CNPJ/ME 27.595.780/0032-12 – NIRE 51920019791). Este instrumento é firmado em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas. Mogi das Cruzes - SP, 07 de dezembro de 2021. Sócia/Acionista: **CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A. -** João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; Anselmo Tolentino Soares Junior - Visto do Advogado: Maria Lucia de Araújo – OAB/SP 189.868. Testemunhas: 1. Carolina Quirino Martins - RG 48.688.678-5 – SSP/SP - CPF/ME 401.643.568-43; 2. Vânia de Siqueira - RG 10.355.510 – SSP/SP - CPF/ME 063.831.188-89. **JUCESP** – Certifico o Registro sob nº 98.190/22-2, em 17.02.2022 – **Gisela Simiema Ceschin** – Secretária Geral. **JUCESP – Certifico o Registro de NIRE S/A – NIRE nº 3530058678-6** em 17.02.2022 – **Gisela Simiema Cesshin** – Secretária Geral.

ANEXO I À 44ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO PARA SOCIEDADE ANÔNIMA - BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO: CS BRASIL FROTAS S.A. - CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16 - NIRE *(em organização)* - **CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 10A, Bairro Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.502.310/0001-99, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300559631. **AÇÕES ORDINÁRIAS:** 1.378.222.201 **- AÇÕES PREFERENCIAIS:** 0 - **TOTAL DE AÇÕES:** 1.378.222.201 **- VALOR SUBSCRITO:** R$1.378.222.201,00 **- VALOR INTEGRALIZADO E FORMA DE INTEGRALIZAÇÃO**: Em razão da transformação do tipo societário da Companhia de sociedade empresária limitada para sociedade por ações, conforme o Instrumento de Transformação do Tipo Societário para Sociedade por Ações, as 1.378.222.201 quotas de titularidade do subscritor na Companhia, integralizadas em moeda corrente nacional em atos societários anteriores à transformação, são convertidas em 1.378.222.201 ações de emissão da Companhia. Mogi das Cruzes, 07 de dezembro de 2021. Subscritora: **CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A. -** João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; Anselmo Tolentino Soares Junior.

ANEXO II À 44ª ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E INSTRUMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DO TIPO SOCIETÁRIO PARA SOCIEDADE ANÔNIMA - CS BRASIL FROTAS S.A. - CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16 - NIRE *(em organização)* - **ESTATUTO SOCIAL - CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, LEI APLICÁVEL, SEDE E PRAZO DE DURAÇÃO - Cláusula 1ª -** A sociedade por ações denomina-se **CS BRASIL FROTAS S.A.**, e reger-se-á pelos termos do presente Estatuto Social e pelo disposto na Lei n° 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e em vigor ("Lei das Sociedades por Ações"). **Cláusula 2ª -** A Companhia tem sede e foro na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900. **Parágrafo Único** - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá abrir, transferir e extinguir filiais, agências, depósitos e escritórios ou quaisquer outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou no exterior. **Cláusula 3ª -** A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II - DO OBJETO SOCIAL - Cláusula 4ª -** A Companhia tem por objeto social a locação de veículos automotores, máquinas e equipamentos de qualquer natureza, com ou sem condutor, e a prestação dos serviços de gerenciamento e gestão de frota, podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócia ou acionista. **CAPÍTULO III - DO CAPITAL SOCIAL - Cláusula 5ª -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R$ 1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - É vedado à Companhia emitir partes beneficiárias. **Parágrafo Segundo** - A Companhia poderá, por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral adquirir as próprias ações para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, até o montante do saldo do lucro e de reservas, exceto a reserva legal, sem diminuição do capital social, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Parágrafo Terceiro** – A Companhia poderá, por deliberação e de acordo com o plano aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral, outorgar opção de compra ou subscrição de ações, sem direito de preferência para os acionistas, em favor dos seus administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia, podendo essa opção ser estendida aos administradores ou empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. **Cláusula 6ª -** As ações são indivisíveis em relação à Companhia e cada ação ordinária conferirá ao seu titular direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. **Cláusula 7ª -** A propriedade das ações da Companhia presumir-se-á pela anotação nos livros societários competentes, sendo que a Companhia somente emitirá certificados de ações a requerimento dos acionistas, dos quais poderão ser cobrados os respectivos custos, sendo sempre assinados na forma prevista na Cláusula 20 abaixo. **CAPÍTULO IV - DA ASSEMBLEIA GERAL - Cláusula 8ª** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro de 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, observadas em sua convocação, instalação e deliberação as prescrições legais pertinentes e as disposições do presente Estatuto Social. **Parágrafo único** - Ressalvadas as exceções previstas na Lei das Sociedades por Ações, as Assembleias Gerais serão convocadas com, no mínimo, 21 (vinte e um) dias corridos de antecedência para primeira convocação e, no mínimo, 8 (oito) dias corridos de antecedência para segunda convocação. **Cláusula 9ª** – A Assembleia será instalada e presidida por qualquer membro da Diretoria da Companhia, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos. **Cláusula 10** - A cada ação ordinária corresponderá um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. **Cláusula 11** - Compete à Assembleia Geral, além das demais atribuições definidas na Lei das Sociedades por Ações: a) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras; b) eleger e destituir os membros da diretoria; c) fixar a remuneração global anual da Diretoria, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; d) reformar este Estatuto Social; e) deliberar sobre a dissolução, liquidação, fusão, cisão, transformação ou incorporação (inclusive incorporação de ações) da Companhia, ou de qualquer sociedade na Companhia, bem como qualquer requerimento de autofalência ou recuperação judicial ou extrajudicial; f) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, com base nas demonstrações financeiras anuais; g) deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio, ainda que intercalares ou intermediários; h) deliberar sobre aumento ou redução do capital social, bem como qualquer decisão que envolva a aquisição de ações pela própria Companhia, resgate ou amortização de ações, em conformidade com as disposições deste Estatuto Social, excetuada a disposição prevista no parágrafo primeiro da Cláusula 6ª acima; i) deliberar sobre emissão de quaisquer títulos e valores mobiliários, incluindo debentures, notas promissórias, notas comerciais e/ou quaisquer títulos e valores mobiliários conversíveis em ações, bem como qualquer alteração nos direitos, preferências, vantagens ou restrições atribuídos às ações ou valores mobiliários conversíveis em ações; j) apresentar pedidos de recuperação judicial ou extrajudicial, ou de autofalência; k) eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; **Cláusula 12 -** Ressalvadas as exceções previstas em lei, as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por acionistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) do capital social votante da Companhia. **Parágrafo 1º** - A Assembleia Geral somente poderá deliberar sobre assuntos da ordem do dia, constantes do respectivo anúncio de convocação. **Parágrafo 2°** - Dos trabalhos e deliberações da Assembleia Geral será lavrada ata, a qual será assinada pelos integrantes da mesa e pelos acionistas presentes. **CAPÍTULO V - DA ADMINISTRAÇÃO - Cláusula 13 -** A administração da Companhia será exercida pela Diretoria, na forma da lei aplicável e de acordo com este Estatuto Social. **Cláusula 14** - Os membros eleitos para a Diretoria serão empossados em seus cargos mediante assinatura de termo de posse no respectivo livro e permanecerão no exercício de suas funções até a efetiva posse de seus substitutos. **Cláusula 15** - A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 (dois) membros, pessoas naturais, residentes no país, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, ambos diretores sem designação específica. **Parágrafo Único** - O prazo de mandato dos Diretores é de 03 (três) anos, sendo permitida a reeleição. O mandato dos Diretores inicia-se com a posse mediante termo lavrado no "Livro de Atas das Reuniões da Diretoria". **Cláusula 16 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses da Companhia o exigirem e suas decisões serão tomadas por maioria de votos, observado o quórum de instalação necessário para atingir essa maioria. **Parágrafo Único** - As convocações das reuniões da Diretoria indicarão a ordem do dia e poderão ser feitas por qualquer Diretor ou acionista. **Cláusula 17** - Ocorrendo vaga, por morte, impedimento definitivo ou destituição, a Assembleia Geral, se não preferir deixar vago o cargo, elegerá um novo Diretor para exercer as funções do Diretor falecido, impedido ou destituído, durante o tempo restante do mandato do Diretor substituído. **Parágrafo Único** - No caso de ausência ou impedimento temporário de um dos Diretores, suas funções serão exercidas por outro Diretor, até que novo Diretor seja eleito para ocupar o cargo. **Cláusula 18** - Compete à Diretoria assegurar o regular funcionamento da Companhia, bem como assegurar a gestão permanente dos negócios sociais, dar execução ao objeto social e resolver os assuntos atinentes a esses aspectos, cumprindo as determinações que lhe forem propostas pela Assembleia Geral. **Cláusula 19** - A Companhia será representada e somente será considerada validamente obrigada por ato ou assinatura: **(i)** de 2 (dois) Diretores em conjunto; ou **(ii)** de um procurador regularmente constituído para a prática dos poderes específicos outorgados na respectiva procuração. **Cláusula 20** - As procurações outorgadas pela Companhia deverão ser sempre assinadas por 2 (dois) diretores em conjunto e, salvo as destinadas à atuação em juízo, deverão ter prazo de validade determinado. **Cláusula 21** - Os Diretores receberão a remuneração fixada pela Assembleia Geral e de acordo com os critérios estabelecidos em Lei. **Cláusula 22** - São expressamente vedados, sendo considerados nulos e inoperantes com relação à Companhia e terceiros, os atos de qualquer Diretor, funcionário ou procurador da Companhia que a envolverem em qualquer obrigação relativa a negócios ou operações estranhos ao objeto social, bem como concessão de garantias em favor de terceiros, tais como fianças, avais, endossos ou outras garantias quaisquer, salvo quando expressamente autorizado pela Assembleia Geral, excetuando-se desta proibição os negócios realizados com as empresas pertencentes ao mesmo grupo desta Companhia, controladas, subsidiárias, coligadas ou associadas. **CAPÍTULO VI - DO CONSELHO FISCAL - Cláusula 23** - A Companhia poderá ter um Conselho Fiscal não permanente composto por 03 (três) membros, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral que deliberará sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando em funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. Os Conselheiros poderão renunciar expressamente ao seu direito à remuneração, devendo consignar a renúncia na Ata da Assembleia Geral que deliberar sua instalação. **Parágrafo 1º** - A posse dos membros do Conselho Fiscal estará condicionada à prévia assinatura do respectivo termo de posse no livro próprio. **Parágrafo 2º** - O Conselho Fiscal somente poderá deliberar com a presença da maioria de seus membros presentes e das reuniões lavrar-se-ão atas em livro próprio. **CAPÍTULO VII - EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS, FUNDOS DE RESERVAS E DIVIDENDOS - Cláusula 24** - O exercício social coincidirá com o ano calendário. Ao final de cada exercício serão elaborados os balanços e as demonstrações financeiras, de acordo com o disposto na Lei das Sociedades por Ações e demais dispositivos legais e regulamentares aplicáveis. O lucro, se então verificado, após as deduções previstas em lei, terá a destinação que lhe for dada por deliberação da Assembleia Geral. **Cláusula 25** - O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, findo o qual serão levantados o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras, as quais serão submetidas à Assembleia Geral Ordinária. **§ 1º** - Por deliberação da Diretoria, a Companhia poderá (i) levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos ou juros sobre capital próprio dos lucros verificados em tais balanços; ou (ii) declarar dividendos ou juros sobre capital próprio intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual. Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá pagar ou creditar juros aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, observada a legislação aplicável. **§ 2º** - Os dividendos intermediários ou intercalares distribuídos e os juros sobre capital próprio poderão ser imputados ao dividendo obrigatório de que trata o § 4º desta cláusula 11. Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. **§ 3º** - O lucro líquido do exercício terá a seguinte destinação: **a)** 5% (cinco por cento) serão aplicados antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **b)** uma parcela, por proposta da Diretoria, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações; **c)** uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, observado o disposto no § 4º desta cláusula; **d)** a Companhia poderá manter reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão de suas atividades e de suas controladas; e **e)** o saldo remanescente será distribuído na forma de dividendos, conforme deliberação dos acionistas. **§ 4º** - Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício, observado o disposto na § 3º, acima. O pagamento do dividendo obrigatório poderá ser limitado ao montante do lucro líquido realizado, nos termos da lei. **CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS - Cláusula 26** - Qualquer dúvida na interpretação deste Estatuto deverá ser decidida pela Assembleia Geral, competindo-lhe decidir, também, sobre os pontos omissos. **Cláusula 27** - Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para qualquer ação fundada neste Estatuto Social, renunciando os acionistas a qualquer outro, por mais privilegiado do que seja.

Prodesp SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp em 08/08/2022 16:38:11.
Nº de Série do Certificado: 1EF40FFE7C3812F5A90F16381DF8B8CE7FA7D452
[Ticket: 47537096] - www.imprensaoficial.com.br

JUCESP
04 01 22

INSTRUMENTO PARTICULAR DE 43ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA CS BRASIL FROTAS LTDA.

CNPJ/ME 27.595.780/0001-16

NIRE 35.230.535.746

Por meio do presente instrumento, a parte adiante nomeada e qualificada:

CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A., com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 10A, Bairro Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 35.502.310/0001-99, com seu ato constitutivo registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o NIRE 35300559631, neste ato representada por seus Diretores **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.780.526-36 e **Anselmo Tolentino Soares Junior**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG n° CM881638-RFB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.449.777-07, ambos com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900;

Única sócia da **CS BRASIL FROTAS LTDA.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 08, na cidade de Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16, com seu ato constitutivo arquivado na JUCESP registrado sob NIRE 35.230.535.746, doravante denominada apenas "Sociedade", resolve:

1. ALTERAÇAÕ DE ENDEREÇO DE FILIAIS

1.1. Aprovar a alteração de endereço de 3 (três) filiais da Sociedade abaixo indicadas:

a) De: Quadra 912 Sul Alameda 7, s/n, Conj. Q1, lote 1, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77023-482 (CNPJ/ME 27.595.780/0023-21- NIRE: 17900177327)

Para: Quadra ASR SE 85 Alameda 3, s/n, Quadra 04, Lote 13, Bairro Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77023122.

b) De: Rua Lauro Muller, nº 860, sala 106 B, Bairro Navegantes, Porto Alegre - RS – CEP 90240-130 (CNPJ/ME 27.595.780/0012-79 – NIRE 43901905874)

Para: Rua Vinte e Cinco de Julho, nº 113, Bairro Santa Maria Goretti, Porto Alegre - RS – CEP 910302-70

c) De: Avenida Marechal Floriano Peixoto, nº 3890, Bairro Parolin, Curitiba – PR, CEP 80220-001 (CNPJ/ME 27.595.780/0015-11 - NIRE 41901692755)

Para: Rua Professora Joanita Bernett Passos, nº 523, Bairro Boqueirão, Curitiba - PR, CEP 81730-390

1.2. Em razão da deliberação acima, a Cláusula 1ª do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Cláusula 1ª** - A CS BRASIL FROTAS LTDA. é uma sociedade limitada e tem sua sede e foro na Avenida Saraiva,

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Digitalizada com CamScanner

JUCESP
04 01 22

nº 400, sala 08, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900, podendo, por deliberação de seus sócios, criar ou extinguir filiais, escritórios, estabelecimentos, ou outras dependências em todo território nacional e no exterior.

Parágrafo único- A Sociedade possui as seguintes filiais:

SÃO PAULO – SP *Rua Julia Santos Paiva Rio, nº 166, sala 02, Bairro Vila Santana, São Paulo – SP, CEP 04679-000.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0002-05 – NIRE 35905320441)*	***GUARAREMA – SP*** *Rua Dr. Falcão, nº 606, sala 02, Bairro Centro, Guararema – SP, CEP 08900-000.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0003-88 -NIRE 35905320459)*
SÃO PAULO – SP *Rua Eugenio de Freitas, nº 454, sala 02, lote A, Vila Guilherme, São Paulo – SP, CEP 02060-000.* *(CNPJ/ME27.595.780/0004-69 - NIRE 35905321030)*	***NATAL – RN*** *Avenida Bernardo Vieira, nº 813, Bairro Quintas, Natal – RN, CEP 59035-015.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0005-40 – NIRE 24900298774)*
SÃO JOSÉ – SC *Avenida Josué di Bernardi, nº 14, sala 02, Bairro Campinas, São José – SC, CEP 88101-200.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0006.20- NIRE 42901164652)*	***GOIÂNIA - GO*** *Rua João Alves de Queiroz, 670, sala 02, Chácara Retiro, Goiânia – GO, CEP 74665-832.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0007-01- NIRE 52900946442)*
ANANINDEUA – PA *Rodovia BR 316, s/n, km 5, galpão 13, sala CS Brasil 2, Bairro Coqueiro, Ananindeua-PA, CEP 67015-220* *(CNPJ/ME 27.595.780/0008-92 -NIRE 15900462984)*	***VÁRZEA GRANDE – MT*** *Rodovia dos Imigrantes, s/n, sala 02, km 24, Bairro Jeanne, Várzea Grande – MT, CEP 78132-400.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0009-73 - NIRE 51900449120)*
RECIFE – PE *Rua Guimarães Peixoto, 75, sala 1208, Edif. One Way, Núcleo Emp., Bairro Casa Amarela, Recife - PE, CEP 52051-305.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0010-07 – NIRE 26900732581)*	***CONTAGEM – MG*** *Avenida Sócrates Mariani Bittencourt, 1139, sala 2, Bairro Cinco, Contagem – MG, CEP 32010-010.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0011-98 - NIRE 31902560811)*
PORTO ALEGRE – RS *Rua Vinte e Cinco de Julho, nº 113, Bairro Santa Maria Goretti, Porto Alegre - RS – CEP 910302-70* *(CNPJ/ME27.595.780/0012-79 - NIRE 43901905874)*	***TERESINA – PI*** *Rua Guaporé, nº 2074, sala 02, Bairro Aeroporto, Teresina – PI, CEP 64007-050.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0013-50 -NIRE 22900203313)*
BELO HORIZONTE – MG *Avenida Barão Homem de Melo, nº 2781, loja 3, sala 5, Bairro Estoril, Belo Horizonte – MG, CEP 30494-085.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0014-30 - NIRE 31902565198)*	***CURITIBA - PR*** *Rua Professora Joanita Bernett Passos, nº 523, Bairro Boqueirão, Curitiba - PR, CEP 81730-390 (CNPJ/ME 27.595.780/0015-11 - NIRE 41901692755)*
SALVADOR - BA *Rodovia BA 526, nº 2091, galpão 12, bairro Cassange, Salvador – BA, CEP 41505-220.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0016-00 - NIRE 29901255500)*	***CAMPINAS – SP*** *Avenida Barão de Itapura, 2447, 2473, sala 01, Jardim Guanabara, Campinas – SP, CEP 13073-300.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0017-83 - NIRE 35905646273)*
FORTALEZA - CE *Rua Maximiano Barreto, 33, sala 02, Bairro Messejana, Fortaleza – CE, CEP 60842-160.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0018-64 - NIRE 23900649835)*	***VITORIA – ES*** *Avenida Fernando Ferrari, 2727, sala 01, Segurança do Lar, Vitoria – ES, CEP 29072-340.* *(CNPJ/ME 27.595.780/001945 - NIRE 32900603620)*
BRASÍLIA – DF *Setor Scia, s/n, quadra 8, conjunto 11, Lote 21, Zona Industrial (Guara), Brasília - DF, CEP 71250-725.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0020-89 - NIRE 53900390615)*	***UBERLÂNDIA – MG*** *Rua Paris, 1527, Bairro Tibery, Uberlândia – MG, CEP 38405-082.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0021-60 - NIRE 31902691151)*

CS BRASIL JURÍDICO

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Digitalizada com CamScanner

JUCESP
04 01 22

RECIFE - PE *Avenida Marechal Mascarenhas Moraes, 2080, sala B, Bairro Imbiribeira, Recife – PE, CEP 51180-001.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0022-40 - NIRE 26900781973)*	***PALMAS – TO*** *Quadra ASR SE 85 Alameda 3, s/n, Quadra 04, Lote 13, Bairro Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77023122* *(CNPJ/ME 27.595.780/0023-21 - NIRE 17900177327)*
JOÃO PESSOA – PB Avenida Liberdade, 3580, galpão 2, bloco B, sala 01, Centro, Bayeux - PB, CEP 58110-160*(CNPJ/ME 27.595.780/0024-02 – NIRE 25900440351)*	***RIO DE JANEIRO – RJ*** *Avenida Brasil, 8191, sala 01, Ramos, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21030-000* *(CNPJ/ME 27.595.780/0025-93 – NIRE 33901559731)*
CAMPO GRANDE – MS *Avenida Eduardo Elias Zahran, 2871, sala 01, Vila Antonio Vendas, Campo Grande – MS, CEP 79003-000.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0026-74 - NIRE 54920043679)*	***UBERABA – MG*** *Avenida Tenente Coronel Bento Ferreira, 160, Bairro Merces, Uberaba – MG, CEP 38060-240.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0027-55 - NIRE 31920010003)*
PORTO VELHO – RO *Avenida Lauro Sodré, 1108, sala 06, Bairro Olaria, Porto Velho – RO, CEP 76801-284.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0028-36 - NIRE 11900292201)*	***NOSSA SENHORA DO SOCORRO – SE*** *Rodovia BR 101, s/n, km 92, sala 03, Bairro Palestina, Nossa Senhora do Socorro- SE, CEP 49160-00.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0029-17 - NIRE 28900292206)*
FEIRA DE SANTANA- BA *Rodovia BR 324, s/n, Bairro Humildes, Feira de Santana-BA, CEP 44135-000.* *(CNPJ/ME 27.595.780/0030-50 - NIRE 29902016746)*	***MANAUS- AM*** *Avenida Torquato Tapajós, 6464, sala 2, Bairro Flores, Manaus - AM, CEP 69058-830"*
VÁRZEA GRANDE – MT *Avenida Carmindo de Campos, 2347, sala 1º, Jardim Paulista, Várzea Grande – MT, CEP 78065-310*	——"

2. AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL

2.1. Aumentar o capital social da Sociedade em R$ 501.500.000,00 (quinhentos e um milhões e quinhentos mil reais), mediante a criação de 501.500.000 (quinhentos e um milhões e quinhentos mil) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, passando o capital social de R$ 876.722.201,00 (oitocentos e setenta e seis milhões, setecentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 876.722.201 (oitocentos e setenta e seis milhões, setecentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, para R$ 1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma. As novas quotas subscritas pela CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A., estão sendo por ela integralizadas, na presente data, em moeda corrente nacional, mediante a capitalização do referido valor contabilizado a título de adiantamento para futuro aumento de capital.

2.1. Em razão da deliberação acima, a Cláusula 4ª do Contrato Social passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Cláusula 4ª** - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em bens e em moeda corrente nacional, é de R$ 1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito*

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Digitalizada com CamScanner

JUCESP
04 01 22

milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, detidas integralmente pela sócia ***CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A.***

Parágrafo único- *Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil, a responsabilidade de cada um dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social."*

2. CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

2.1. Observada as deliberações acima, a Sócia resolve consolidar o Contrato Social da Sociedade, que passa a vigorar com a seguinte redação:

CONTRATO SOCIAL DA CS BRASIL FROTAS LTDA.

CNPJ/ME 27.595.780/0001-16

NIRE 35.230.535.746

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL, SEDE, OBJETO E PRAZO DE DURAÇÃO

Cláusula 1ª - A CS BRASIL FROTAS LTDA. é uma sociedade limitada e tem sua sede e foro na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, na cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900, podendo, por deliberação de seus sócios, criar ou extinguir filiais, escritórios, estabelecimentos, ou outras dependências em todo território nacional e no exterior.

Parágrafo único- A Sociedade possui as seguintes filiais:

SÃO PAULO – SP Rua Julia Santos Paiva Rio, nº 166, sala 02, Bairro Vila Santana, São Paulo – SP, CEP 04679-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0002-05 – NIRE 35905320441)	**GUARAREMA – SP** Rua Dr. Falcão, nº 606, sala 02, Bairro Centro, Guararema – SP, CEP 08900-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0003-88 -NIRE 35905320459)
SÃO PAULO – SP Rua Eugenio de Freitas, nº 454, sala 02, lote A, Vila Guilherme, São Paulo – SP, CEP 02060-000. (CNPJ/ME27.595.780/0004-69 - NIRE 35905321030)	**NATAL – RN** Avenida Bernardo Vieira, nº 813, Bairro Quintas, Natal – RN, CEP 59035-015. (CNPJ/ME 27.595.780/0005-40 – NIRE 24900298774)
SÃO JOSÉ – SC Avenida Josué di Bernardi, nº 14, sala 02, Bairro Campinas, São José – SC, CEP 88101-200. (CNPJ/ME 27.595.780/0006.20- NIRE 42901164652)	**GOIÂNIA - GO** Rua João Alves de Queiroz, 670, sala 02, Chácara Retiro, Goiânia – GO, CEP 74665-832. (CNPJ/ME 27.595.780/0007-01- NIRE 52900946442)
ANANINDEUA – PA Rodovia BR 316, s/n, km 5, galpão 13, sala CS Brasil 2, Bairro Coqueiro, Ananindeua-PA, CEP 67015-220 (CNPJ/ME 27.595.780/0008-92 -NIRE 15900462984)	**VÁRZEA GRANDE – MT** Rodovia dos Imigrantes, s/n, sala 02, km 24, Bairro Jeanne, Várzea Grande – MT, CEP 78132-400. (CNPJ/ME 27.595.780/0009-73 - NIRE 51900449120)
RECIFE – PE Rua Guimarães Peixoto, 75, sala 1208, Edif. One Way, Núcleo Emp., Bairro Casa Amarela, Recife - PE, CEP 52051-305. (CNPJ/ME 27.595.780/0010-07 – NIRE 26900732581)	**CONTAGEM – MG** Avenida Sócrates Mariani Bittencourt, 1139, sala 2, Bairro Cinco, Contagem – MG, CEP 32010-010. (CNPJ/ME 27.595.780/0011-98 - NIRE 31902560811)

JURÍDICO

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Digitalizada com CamScanner

JUCESP
04 01 22

PORTO ALEGRE – RS Rua Vinte e Cinco de Julho, nº 113, Bairro Santa Maria Goretti, Porto Alegre - RS – CEP 910302-70 (CNPJ/ME27.595.780/0012-79 - NIRE 43901905874)	**TERESINA – PI** Rua Guaporé, nº 2074, sala 02, Bairro Aeroporto, Teresina – PI, CEP 64007-050. (CNPJ/ME 27.595.780/0013-50 -NIRE 22900203313)
BELO HORIZONTE – MG Avenida Barão Homem de Melo, nº 2781, loja 3, sala 5, Bairro Estoril, Belo Horizonte – MG, CEP 30494-085. (CNPJ/ME 27.595.780/0014-30 - NIRE 31902565198)	**CURITIBA - PR** Rua Professora Joanita Bernett Passos, nº 523, Bairro Boqueirão, Curitiba - PR, CEP 81730-390 (CNPJ/ME 27.595.780/0015-11 - NIRE 41901692755)
SALVADOR - BA Rodovia BA 526, nº 2091, galpão 12, bairro Cassange, Salvador – BA, CEP 41505-220. (CNPJ/ME 27.595.780/0016-00 - NIRE 29901255500)	**CAMPINAS – SP** Avenida Barão de Itapura, 2447, 2473, sala 01, Jardim Guanabara, Campinas – SP, CEP 13073-300. (CNPJ/ME 27.595.780/0017-83 - NIRE 35905646273)
FORTALEZA - CE Rua Maximiano Barreto, 33, sala 02, Bairro Messejana, Fortaleza – CE, CEP 60842-160. (CNPJ/ME 27.595.780/0018-64 - NIRE 23900649835)	**VITORIA – ES** Avenida Fernando Ferrari, 2727, sala 01, Segurança do Lar, Vitoria – ES, CEP 29072-340. (CNPJ/ME 27.595.780/001945 - NIRE 32900603620)
BRASÍLIA – DF Setor Scia, s/n, quadra 8, conjunto 11, Lote 21, Zona Industrial (Guara), Brasília - DF, CEP 71250-725. (CNPJ/ME 27.595.780/0020-89 - NIRE 53900390615)	**UBERLÂNDIA – MG** Rua Paris, 1527, Bairro Tibery, Uberlândia – MG, CEP 38405-082. (CNPJ/ME 27.595.780/0021-60 - NIRE 31902691151)
RECIFE - PE Avenida Marechal Mascarenhas Moraes, 2080, sala B, Bairro Imbiribeira, Recife – PE, CEP 51180-001. (CNPJ/ME 27.595.780/0022-40 - NIRE 26900781973)	**PALMAS – TO** Quadra ASR SE 85 Alameda 3, s/n, Quadra 04, Lote 13, Bairro Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP 77023122 (CNPJ/ME 27.595.780/0023-21 - NIRE 17900177327)
JOÃO PESSOA – PB Avenida Liberdade, 3580, galpão 2, bloco B, sala 01, Centro, Bayeux - PB, CEP 58110-160(CNPJ/ME 27.595.780/0024-02 – NIRE 25900440351)	**RIO DE JANEIRO – RJ** Avenida Brasil, 8191, sala 01, Ramos, Rio de Janeiro – RJ, CEP 21030-000 (CNPJ/ME 27.595.780/0025-93 – NIRE 33901559731)
CAMPO GRANDE – MS Avenida Eduardo Elias Zahran, 2871, sala 01, Vila Antonio Vendas, Campo Grande – MS, CEP 79003-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0026-74 - NIRE 54920043679)	**UBERABA – MG** Avenida Tenente Coronel Bento Ferreira, 160, Bairro Merces, Uberaba – MG, CEP 38060-240. (CNPJ/ME 27.595.780/0027-55 - NIRE 31920010003)
PORTO VELHO – RO Avenida Lauro Sodré, 1108, sala 06, Bairro Olaria, Porto Velho – RO, CEP 76801-284. (CNPJ/ME 27.595.780/0028-36 - NIRE 11900292201)	**NOSSA SENHORA DO SOCORRO – SE** Rodovia BR 101, s/n, km 92, sala 03, Bairro Palestina, Nossa Senhora do Socorro- SE, CEP 49160-00. (CNPJ/ME 27.595.780/0029-17 - NIRE 28900292206)
FEIRA DE SANTANA- BA Rodovia BR 324, s/n, Bairro Humildes, Feira de Santana-BA, CEP 44135-000. (CNPJ/ME 27.595.780/0030-50 - NIRE 29902016746)	**MANAUS- AM** Avenida Torquato Tapajós, 6464, sala 2, Bairro Flores, Manaus - AM, CEP 69058-830"
VÁRZEA GRANDE – MT Avenida Carmindo de Campos, 2347, sala 1ª, Jardim Paulista, Várzea Grande – MT, CEP 78065-310	———

Cláusula 2ª - A Sociedade tem por objeto a locação de veículos automotores, máquinas e equipamentos de qualquer natureza, com ou sem condutor, e prestação dos serviços de gerenciamento e gestão de frota, podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócia ou acionista.

Cláusula 3ª - O prazo de duração da sociedade é indeterminado, tendo iniciado suas atividades em 20/03/2017.

CS BRASIL JURÍDICO

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Digitalizada com CamScanner

JUCESP
04 01 22

CAPÍTULO II – DO CAPITAL SOCIAL

Cláusula 4ª - O capital social da Sociedade, totalmente subscrito e integralizado em bens e em moeda corrente nacional, é de R$ 1.378.222.201,00 (um bilhão e trezentos e setenta e oito milhões e duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais), dividido em 1.378.222.201 (um bilhão, trezentos e setenta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentas e uma) quotas sociais, com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada uma, detidas integralmente pela sócia **CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A.**

Parágrafo único- Nos termos do artigo 1.052 do Código Civil, a responsabilidade de cada um dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Cláusula 5ª - A administração da Sociedade será realizada por uma Diretoria composta por até 5 (cinco) membros, sócios ou não, podendo ser eleitos em ato separado e/ou no Contrato Social, os quais atuarão sob a designação de Diretor sem designação específica, aos quais caberão a administração da Sociedade na forma prevista neste Contrato.

§ 1º - A Sociedade será representada sempre em conjunto de 02 (dois) diretores, dispensada, em quaisquer dos casos, a prestação de caução, sendo o mandato por prazo indeterminado.

§ 2º - A sociedade, representada na forma deste Contrato, poderá nomear procuradores, cujo mandato deverá ter prazo determinado, salvo no caso de procuração outorgada a advogados, para fins judiciais ou para processos administrativos, hipóteses em que o prazo poderá ser indeterminado.

§ 3º - A Diretoria terá direito ao recebimento de pro labore a ser fixado pelos sócios.

CAPÍTULO IV – DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Cláusula 6ª - Os sócios reunir-se-ão ordinariamente, ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício, para os fins previstos no art. 1.078 do Código Civil; e extraordinariamente, a qualquer tempo, por convocação de qualquer delas, com 5 (cinco) dias de antecedência, especificando o dia e a hora da reunião, bem como a ordem do dia.

Cláusula 7ª - As deliberações sociais de toda e qualquer natureza ou efeito, inclusive para aprovação de emissões de títulos e valores mobiliários, dentre os quais notas promissórias comerciais, para ofertas públicas ou privadas, serão tomadas por maioria de votos, correspondendo um voto a cada quota, salvo quando a lei exigir quórum qualificado.

CAPÍTULO V – CESSÃO DE QUOTAS

Cláusula 8ª - Os sócios obrigam-se a não alienar, ceder, transferir ou dispor, sob qualquer forma ou a qualquer título, suas quotas, sem observância das regras contidas nos parágrafos desta cláusula.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Digitalizada com CamScanner

JUCESP
04 01 22

§ 1º - O sócio interessado na venda de suas quotas, obrigatoriamente, notificará os outros sócios acerca dessa decisão, por escrito, indicando: o valor, o prazo e a forma de pagamento, e o nome do terceiro interessado.

§ 2º - A notificação deverá estar acompanhada de carta firmada pelo terceiro interessado (a "PROPOSTA"), na qual este se obrigue, em caráter irrevogável e incondicional, a comprar as quotas do sócio ofertante.

§ 3º - Os sócios titulares do direito de preferência terão o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que forem notificados, para externar sua decisão de comprar a participação oferecida, pelo preço e condições apresentadas pelo terceiro interessado.

§ 4º - A falta de resposta à notificação acima mencionada implicará no desinteresse de comprar.

§ 5º - Não havendo o exercício do direito de preferência, o sócio interessado na venda poderá realizá-la ao terceiro interessado, dentro do prazo assinalado na proposta, nos exatos termos do que ali constar; qualquer modificação nas condições de alienação indicadas na proposta, ou o decurso do prazo nela estabelecido, sem que tenha sido completada a alienação ao terceiro, configurará nova e distinta alienação, que somente poderá ser contratada após nova oferta aos outros sócios, nos termos do acima disposto, para que estes possam exercer seu direito de preferência.

CAPÍTULO VI – DA LIQUIDAÇÃO

Cláusula 9ª - A sociedade não será dissolvida em razão da exclusão, dissolução, saída, morte, insolvência ou incapacidade de quaisquer dos sócios e continuará com os sócios remanescentes e com os herdeiros, ou sucessores do falecido, que nela serão devidamente admitidos, observado o disposto nos parágrafos desta cláusula.

§ 1º - No caso de dissolução ou o falecimento de quaisquer sócios, o ingresso de seus herdeiros necessários e/ou sucessores ao quadro societário dependerá de consentimento expresso da totalidade dos sócios remanescentes. Não havendo o ingresso dos herdeiros ou sucessores na Sociedade, os seus haveres deverão ser pagos conforme estabelecido no § 2º desta cláusula.

§ 2º - Os haveres do sócio retirante, dissolvido, excluído, falecido ou insolvente, conforme o caso, serão apurados com base no valor patrimonial da sociedade na data do evento, e serão liquidados em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas, acrescidas de juros de 12% (doze por cento) ao ano, vencendo a primeira 90 (noventa) dias após a data do evento.

CAPÍTULO VII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Cláusula 10 - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão levantadas as demonstrações financeiras, com base nas quais os sócios decidirão sobre o destino do resultado apurado.

Parágrafo único- A critério dos sócios, a Sociedade poderá levantar balanços intermediários, intercalares e/ou extraordinários para fins contábeis ou para distribuição de lucros.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Digitalizada com CamScanner

JUCESP
04 01 22

Cláusula 11 - Para dirimir qualquer questão decorrente deste contrato, fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, com preterição de qualquer outro, ainda que privilegiado.

Cláusula 12 - Este contrato regula-se pelo Código Civil, à luz do qual serão decididos os casos omissos, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei das Sociedades Anônimas

E, por estar assim justo e contratado, a parte assina o presente instrumento particular em 3 (três) vias, de igual forma e teor.

São Paulo, 26 de novembro de 2021.

Sócia:

CS BRASIL PARTICIPAÇÕES E LOCAÇÕES S.A

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho

Anselmo Tolentino Soares Junior

JUCESP
04 JAN 2022
SEDE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 1.654/22-6
GISELA SIMIEMA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

GERAL JURÍDICO

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

Digitalizada com CamScanner

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.595.780/0001-16 **MATRIZ**		**25/04/2017**

NOME EMPRESARIAL
CS BRASIL FROTAS S.A.

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NUMERO	COMPLEMENTO
AV SARAIVA 400	**400**	**SALA 8**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
08.745-900	**VILA CINTRA**	**MOGI DAS CRUZES**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FISCAL.CONTROLADORAI@MOVIDA.COM.BR	**(11) 2377-7000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**25/04/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **10/04/2026** às **08:23:46** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

CONSULTAR QSA VOLTAR IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, clique aqui.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
27.595.780/0001-16
NOME EMPRESARIAL:
CS BRASIL FROTAS S.A.
CAPITAL SOCIAL:
R$1.823.392.201,00 (Hum bilhão, oitocentos e vinte e tres milhões, trezentos e noventa e dois mil e duzentos e um reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO
Qualificação:
10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:
GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI
Qualificação:
10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:
DANIELA SABBAG PAPA
Qualificação:
10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **10/04/2026** às **08:24** (data e hora de Brasília).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

VOLTAR IMPRIMIR

Passo a passo para o CNPJ Consultas CNPJ Estatísticas Parceiros Serviços CNPJ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL CS BRASIL FROTAS S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300586786	CNPJ 27.595.780/0001-16	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 060.647/24-3	DATA DO ARQUIVAMENTO 06/02/2024

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 14/02/2024	HORA DE EXPEDIÇÃO 15:11:30	CÓDIGO DE CONTROLE 230897569
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 14/02/2024 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARIA CRISTINA FREI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO
JUCESP PROTOCOLO
0.146.258/24-1

CONTROLE INTERNET
033142360-0

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO: InclusÃ£o/Alteração de Integrantes;				
NOME EMPRESARIAL: CS BRASIL FROTAS S.A.				PORTE: Normal
LOGRADOURO: Avenida Saraiva		NÚMERO: 400	COMPLEMENTO:	CEP: 08745-900
MUNICÍPIO: Mogi das Cruzes	UF: SP	TELEFONE: (11)23777000	EMAIL: tributario@csbrasilservicos.com.br	
NÚMERO EXIGÊNCIA (S): 0	CNPJ - SEDE: 27.595.780/0001-16	NIRE - SEDE: 3530058678-6		
IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA NOME: Anselmo Tolentino Soares Junior (Diretor) ASSINATURA: DATA: 11/01/2024			VALORES RECOLHIDOS DARE: R$ 537,47 DARF: R$,00	SEQ. DOC. 1 / 1

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP – SEDE
GUICHÊ 6
30 JAN 2024
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO
0506(204094)

CARIMBO ANÁLISE
JUCESP
DEFERIDO
05 FEV 2024
Marcio Giusti
RG: 3.10[illegible]0
Vog[illegible]

ANEXOS: EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

- (X) DBE
- ( ) Procuração
- ( ) Alvará Judicial
- ( ) Formal de Partilha
- ( ) Balanço Patrimonial
- ( ) Outros
- (X) Documentos Pessoais
- ( ) Laudo de Avaliação
- ( ) Jornal
- ( ) Protocolo / Justificação
- ( ) Certidão

OBSERVAÇÕES:

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

JUCESP
17
06 FEV 2024
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL
60.647/24-3
JUCESP

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo
Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Gerência de Guarda e Distribuição

( )Verificação CNAE Comércio de Combustíveis
( )Verificação de Ficha Cadastral
(X)Verificação de Apontamento na Ficha Cadastral
( )MEI sem Cadastro
( )MEI com Cadastro
( )Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
( )Vide Protocolo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
06 02 24

JUCESP – SEDE
GUICHÊ 6
30 JAN 2024
PROTOCOLO

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE 35300586786

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: 9 de janeiro de 2024, às 10 horas, na sede social da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. MESA: Presidente: João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

4. ORDEM DO DIA: A reeleição ou eleição, conforme aplicável, dos membros da diretoria.

5. DELIBERAÇÃO: Submetida à análise da matéria da Ordem do Dia, foi aprovada, pelos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, a reeleição ou eleição, conforme aplicável, dos seguintes membros para comporem a diretoria, com mandato de 3 (três) anos, ou seja, até 9 de janeiro de 2027, que atuarão sob a designação de Diretores:

(i) **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.780.526-36, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900;
(ii) **Anselmo Tolentino Soares Junior**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº CM881638-RFB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.449.777-07, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900;
(iii) **Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 353.651.228-36, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017, andar 9, Sala 2, Itaim Bibi, CEP 04.530-001; e

(iv) **Pedro Roque de Pinho de Almeida**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 59.404.306-2 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 232.942.528-70,

D4Sign aa6e18a1-cb1d-4ef0-8233-28b005089f76 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo
Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
06 02 24

com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017, Itaim Bibi, CEP 04.530-001.

Os membros Diretoria, eleitos neste ato, tomam posse nos seus respectivos cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, cujas cópias seguem no **Anexo** do presente ato, na forma da legislação aplicável.

6. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. Mesa: Presidente – João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; Secretária – Maria Lúcia de Araújo. Acionista: CS Brasil Participações e Locações S.A. (representada por seus diretores João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho e Anselmo Tolentino Soares Junior) e Movida Locação de Veículos S.A. (representada por seus diretores Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli e Pedro Roque de Pinho de Almeida).

Mogi das Cruzes – SP, 9 de janeiro de 2024.

A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio.

Assinado ICP Brasil D4Sign

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da Mesa

JUCESP
17
06 FEV 2024
SEDE

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL
60.647/24-3

JUCESP

D4Sign aa6e18a1-cb1d-4ef0-8233-28b005089f76 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
06 02 24

ANEXO - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CS BRASIL FROTAS S.A. REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 2024.

TERMO DE POSSE

Eu, **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.780.526-36, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900, tomo posse do cargo de Diretor da **CS BRASIL FROTAS S.A.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 08, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16 ("Companhia"), para o qual fui eleito em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2024, para um mandato de 3 (três) anos, ou seja, até 9 de janeiro de 2027,e declaro, sob as penas da lei que:

I. não estou impedido por lei a exercer o cargo de administrador da Companhia;

II. não estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76;

II. atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e

III. não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Mogi das Cruzes - SP, 9 de janeiro de 2024.

Assinado ICP Brasil D4Sign

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho

D4Sign aa6e18a1-cb1d-4ef0-8233-28b005089f76 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
06 02 24

ANEXO - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CS BRASIL FROTAS S.A. REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 2024.

TERMO DE POSSE

Eu, **Anselmo Tolentino Soares Junior**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº CM881638-RFB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.449.777-07, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900, tomo posse do cargo de Diretor da **CS BRASIL FROTAS S.A.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 08, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16 ("Companhia"), para o qual fui eleito em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2024, para um mandato de 3 (três) anos, ou seja, até 9 de janeiro de 2027, e declaro, sob as penas da lei que:

I. não estou impedido por lei a exercer o cargo de administrador da Companhia;

II. não estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76;

II. atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e

III. não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Mogi das Cruzes - SP, 9 de janeiro de 2024.

Anselmo Tolentino Soares Junior

D4Sign aa6e18a1-cb1d-4ef0-8233-28b005089f76 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo
Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
06 02 24

ANEXO - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CS BRASIL FROTAS S.A. REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 2024.

TERMO DE POSSE

Eu, **Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 353.651.228-36, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017, andar 9, Sala 2, Itaim Bibi, CEP 04.530-001, tomo posse do cargo de Diretor da **CS BRASIL FROTAS S.A.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 08, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16 ("Companhia"), para o qual fui eleito em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2024, para um mandato de 3 (três) anos, ou seja, até 9 de janeiro de 2027, e declaro, sob as penas da lei que:

I. não estou impedido por lei a exercer o cargo de administrador da Companhia;

II. não estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76;

II. atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e

III. não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Mogi das Cruzes - SP, 9 de janeiro de 2024.

Assinado ICP Brasil D4Sign

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli

D4Sign aa6e18a1-cb1d-4ef0-8233-28b005089f76 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
06 02 24

ANEXO - ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA CS BRASIL FROTAS S.A. REALIZADA EM 9 DE JANEIRO DE 2024.

TERMO DE POSSE

Eu, **Pedro Roque de Pinho de Almeida**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 59.404.306-2 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 232.942.528-70, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017, Itaim Bibi, CEP 04.530-001, tomo posse do cargo de Diretor da **CS BRASIL FROTAS S.A.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 08, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16 ("Companhia"), para o qual fui eleito em ata de assembleia geral extraordinária realizada em 9 de janeiro de 2024, para um mandato de 3 (três) anos, ou seja, até 9 de janeiro de 2027, e declaro, sob as penas da lei que:

I. não estou impedido por lei a exercer o cargo de administrador da Companhia;

II. não estou impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, condenado à pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76;

II. atendo ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e

III. não ocupo cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Companhia, e não tenho, nem represento, interesse conflitante com o da Companhia, na forma dos incisos I e II do § 3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76.

Mogi das Cruzes - SP, 9 de janeiro de 2024.

Assinado ICP Brasil D4Sign

Pedro Roque de Pinho de Almeida

D4Sign aa6e18a1-cb1d-4ef0-8233-28b005089f76 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

D4Sign

8 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 10 de January de 2024, 11:17:40

CS Brasil Frotas - AGE 09 01 2024 eleição da Diretoria docx

Código do documento aa6e18a1-cb1d-4ef0-8233-28b005089f76

Assinaturas

MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687
Certificado Digital
maria.lucia@simpar.com.br
Assinou

JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO:04378052636
Certificado Digital
joaobr@csbrasilservicos.com.br
Assinou

anselmo.junior@csbrasilservicos.com.br
Assinar

GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI:35365122836
Certificado Digital
gustavomoscatelli@movida.com.br
Assinou

PEDRO ROQUE DE PINHO DE ALMEIDA:23294252870
Certificado Digital
pedropinho@movida.com.br
Assinou

annita.leite@csfrotas.com.br
Acusar recebimento

Eventos do documento

09 Jan 2024, 13:43:52
Documento aa6e18a1-cb1d-4ef0-8233-28b005089f76 **criado** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email:maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-01-09T13:43:52-03:00

09 Jan 2024, 13:49:44
Assinaturas **iniciadas** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email: maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-01-09T13:49:44-03:00

09 Jan 2024, 13:50:19
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687 **Assinou**
Email: maria.lucia@simpar.com.br. IP: 200.0.62.34 (200.0.62.34 porta: 28562). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Brasil,OU=AC SOLUTI v5 G2,OU=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5,OU=A1,CN=MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687. - DATE_ATOM: 2024-01-09T13:50:19-03:00

09 Jan 2024, 14:46:28
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO:04378052636 **Assinou** Email: joaobr@csbrasilservicos.com.br. IP: 200.0.62.34 (200.0.62.34 porta: 24800). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO:04378052636. - DATE_ATOM: 2024-01-09T14:46:28-03:00

09 Jan 2024, 20:36:56
MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email: maria.lucia@simpar.com.br. **ADICIONOU** o signatário **annita.leite@csfrotas.com.br** - DATE_ATOM: 2024-01-09T20:36:56-03:00

09 Jan 2024, 21:35:15
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - PEDRO ROQUE DE PINHO DE ALMEIDA:23294252870 **Assinou** Email: pedropinho@movida.com.br. IP: 189.29.147.10 (bd1d930a.virtua.com.br porta: 35308). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=PEDRO ROQUE DE PINHO DE ALMEIDA:23294252870. - DATE_ATOM: 2024-01-09T21:35:15-03:00

09 Jan 2024, 21:37:28
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI:35365122836 **Assinou** Email: gustavomoscatelli@movida.com.br. IP: 189.29.147.10 (bd1d930a.virtua.com.br porta: 44884). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A3,CN=GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI:35365122836. - DATE_ATOM: 2024-01-09T21:37:28-03:00

Hash do documento original
(SHA256):089ab9953175944ea0c99b16c15ac4f4a9d1bbfa3de28ff9c2c24c6ca11b2569
(SHA512):68c08bd2eb165a7913cdbca7f5e6637225daa34c9bd1e62fad87f51795a28a3882ce50313bb5967eba8e5e99755d98904c930017636a70a9ac0da4d839aa6aee

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo
Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO
À Junta Comercial do Estado de São Paulo

NOME						NACIONALIDADE	
Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli						**Brasileira**	
COR OU RAÇA	ESTADO CIVIL	CPF	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	UF
Branca	**Casado(a)**	**353.651.228-36**	**33546713**	**1**	**04/06/2014**	**SSP**	**SP**
DOMICILADO(A)						NUMERO	
Rua Doutor Renato Paes de Barros						**1017**	
COMPLEMENTO		DISTRITO/BAIRRO				CEP	
		Itaim Bibi				**04530-001**	
MUNICIPIO						UF	
São Paulo						**SP**	

Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL			
LOCALIDADE	**Mogi das Cruzes - SP**	DATA	**09/01/2023**
NOME	**Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli (Diretor)**	**ASSINATURA**	

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

NOME						NACIONALIDADE	
Pedro Roque de Pinho de Almeida						**Portuguesa**	
COR OU RAÇA	ESTADO CIVIL	CPF	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EXPEDIDOR	UF
Branca	**Casado(a)**	**232.942.528-70**	**59404306**	**2**	**11/12/2014**	**SSP**	**SP**
DOMICILIADO(A)						NUMERO	
Rua Doutor Renato Paes de Barros						**1017**	
COMPLEMENTO		DISTRITO/BAIRRO				CEP	
		Itaim Bibi				**04530-001**	
MUNICIPIO						UF	
São Paulo						**SP**	

Declara, sob as penas da lei, que não está impedido, por lei especial, de exercer a administração da sociedade e nem condenado ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; Ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

NOME E ASSINATURA DO EMPRESÁRIO/SÓCIOS/DIRETORES/ADMINISTRADORES OU REPRESENTANTE LEGAL			
LOCALIDADE	**Mogi das Cruzes - SP**	DATA	**09/01/2023**
NOME	**Pedro Roque de Pinho de Almeida (Diretor)**	**ASSINATURA**	

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET	NIRE SEDE	NOME EMPRESARIAL
033142360-0	**3530058678-6**	**CS BRASIL FROTAS S.A.**

NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO
Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli						**353.651.228-36**
CNPJ	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
Sem C.N.P.J.	**33546713**	**1**	**04/06/2014**	**SSP**	**SP**	**Brasileira**
COR OU RAÇA						
Branca						

LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
Rua Doutor Renato Paes de Barros			**1017**
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		CEP
	Itaim Bibi		**04530-001**
MUNICIPIO		UF	PAIS
São Paulo		**SP**	**Brasil**

TIPO DE OPERAÇÃO	TIPO DE INTEGRANTE	USO DA FIRMA
Admissão	**Pessoa Fisica**	
PARTICIPAÇÃO		

CARGOS
Diretor (entrada) Inicio do Mandato: **09/01/2024** Termino do Mandato: **09/01/2027**

REPRESENTADOS
NENHUM

DADOS COMPLEMENTARES

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET	NIRE SEDE	NOME EMPRESARIAL
033142360-0	**3530058678-6**	**CS BRASIL FROTAS S.A.**

NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO
Pedro Roque de Pinho de Almeida						**232.942.528-70**
CNPJ	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
Sem C.N.P.J.	**59404306**	**2**	**11/12/2014**	**SSP**	**SP**	**Portuguesa**
COR OU RAÇA						
Branca						

LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
Rua Doutor Renato Paes de Barros			**1017**
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		CEP
	Itaim Bibi		**04530-001**
MUNICIPIO		UF	PAIS
São Paulo		**SP**	**Brasil**

TIPO DE OPERAÇÃO	TIPO DE INTEGRANTE	USO DA FIRMA
Admissão	**Pessoa Fisica**	
PARTICIPAÇÃO		

CARGOS
Diretor (entrada) Inicio do Mandato: **09/01/2024** Termino do Mandato: **09/01/2027**

REPRESENTADOS
NENHUM

DADOS COMPLEMENTARES

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET	NIRE SEDE	NOME EMPRESARIAL
033142360-0	**3530058678-6**	**CS BRASIL FROTAS S.A.**

NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO
João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho						**043.780.526-36**
CNPJ	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
Sem C.N.P.J.	**7592374**		**05/07/2018**	**SSP**	**MG**	**Brasileira**
COR OU RAÇA						
Branca						

LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
Avenida Saraiva			**400**
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		CEP
	Vila Cintra		**08745-900**
MUNICIPIO		UF	PAIS
Mogi das Cruzes		**SP**	**Brasil**

TIPO DE OPERAÇÃO	TIPO DE INTEGRANTE	USO DA FIRMA
Alteração de Dados Cadastrais	**Pessoa Fisica**	
PARTICIPAÇÃO		

CARGOS				
Diretor (entrada)	Inicio do Mandato:	**09/01/2024**	Termino do Mandato:	**09/01/2027**

REPRESENTADOS
NENHUM

DADOS COMPLEMENTARES

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET	NIRE SEDE	NOME EMPRESARIAL
033142360-0	**3530058678-6**	**CS BRASIL FROTAS S.A.**

NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO
Anselmo Tolentino Soares Junior						**028.449.777-07**
CNPJ	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
Sem C.N.P.J.	**CM881638**		**14/02/2022**	**RFB**	**RJ**	**Brasileira**
COR OU RAÇA						
Branca						

LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
Avenida Saraiva			**400**
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		CEP
	Vila Cintra		**08745-900**
MUNICIPIO		UF	PAIS
Mogi das Cruzes		**SP**	**Brasil**

TIPO DE OPERAÇÃO	TIPO DE INTEGRANTE	USO DA FIRMA
Alteração de Dados Cadastrais	**Pessoa Fisica**	
PARTICIPAÇÃO		

CARGOS
Diretor (entrada) Inicio do Mandato: **09/01/2024** Termino do Mandato: **09/01/2027**

REPRESENTADOS
NENHUM

DADOS COMPLEMENTARES

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

JUCESP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

GERÊNCIA DE APOIO À DECISÃO COLEGIADA

PROTOCOLO: 0.146.258/24-1

Relatório da Análise Prévia

◉ **SUGESTÃO DE DEFERIMENTO** por estar de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94

○ **SUGESTÃO DE EXIGÊNCIA** **por não estar** de acordo com as formalidades legais, nos termos da Lei nº 8.934/94

○ **SUGESTÃO DE INDEFERIMENTO** Lei 8934/94 - art 40 § 1º

DBE (Documento Básico de Entrada)

ITEM	FORMALIDADES	Sim	Não
01	É necessário a apresentação do Documento Básico de Entrada - DBE?	◉	○
02	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) foi aprensentado?	◉	○
03	O Documento Básico de Entrada - DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está assinado pelo representante da sociedade?	◉	○
04	O código de evento corresponde ao teor do ato apresentado a arquivamento?	○	○
05	O nome empresarial informado na FCPJ, para eventos de constituição/inscrição e alteração, corresponde exatamente ao nome que consta do ato apresentado a arquivamento, inclusive considerando pontos, vírgulas e outros caracteres especiais (símbolos)?	○	○
06	O nome empresarial no requerimento de empresário corresponde ao nome do empresário? (Permite-se a adição de designação e abreviações, vedando-se a abreviação do último nome ou a exclusão de qualquer parte do nome)	○	○
07	A natureza jurídica informada corresponde com o ato apresentado a arquivamento?	○	○
08	O capital informado na FCPJ corresponde ao capital subscrito (e integralizado) constante do ato constitutivo/alterador?	○	○
09	A descrição da atividade empresária está em conformidade com a descrição do CNAE informado? (Ressalte-se que a atividade principal é aquela que gera maior receita para o estabelecimento).	○	○
10	O DBE está firmado por pessoa física responsável? (A pessoa física responsável, levando-se em consideração o sócio com poderes de administração ou administrador indicado pelos sócios por meio de contrato social, ressaltando-se que a pessoa física responsável perante o CNPJ poderá indicar preposto (sócio ou não) e outorgar procuração eletrônica a terceiros, sócios ou não (desde que estes possuam certificado digital); procuração em papel é possível, porém o procurador só poderá firmar o DBE, devendo constar, no sistema, os dados do outorgante da procuração – pessoa física responsável perante o CNPJ). Portaria 06/2013 – JUCESP.	○	○
11	O endereço informado no DBE está em consonância com o endereço indicado no ato trazido a arquivamento?	○	○
12	DBE por dependência do(s) Protocolo(s):	○	○
13	O Documento Básico de Entrada – DBE (ou o Protocolo de Transmissão) está em termos para o deferimento?	◉	○

Outras exigências a especificar (DBE):

Análise Prévia

Marcio Antônio Policastro da Costa RG 21.470.552-3.
Data: 01/02/2024

Ciência Vogais

05 FEV 2024

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de São Paulo**

PROTOCOLO REDESIM
SPN2462556796

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
CS BRASIL FROTAS S.A.	**27.595.780/0001-16**

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

DEFERIDO DBE

Quadro de Sócios e Administradores - QSA

Número de Controle: SP59916756 - 27595780000116

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME	CPF
ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR	**028.449.777-07**

LOCAL	DATA
	11/01/2024

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 27.595.780/0001-16

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 060.647/24-3 em 06/02/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0146258241. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 14/02/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 230897569. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL CS BRASIL FROTAS S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300586786	CNPJ 27.595.780/0001-16	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 205.318/24-1	DATA DO ARQUIVAMENTO 17/05/2024

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 23/05/2024	HORA DE EXPEDIÇÃO 17:49:52	CÓDIGO DE CONTROLE 238996269
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 23/05/2024 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARIA CRISTINA FREI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
0.712.476/24-6

CONTROLE INTERNET
033546069-1

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO
InclusÃ£o/Alteração de Integrantes;

NOME EMPRESARIAL
CS BRASIL FROTAS S.A.

PORTE
Normal

LOGRADOURO
Avenida Saraiva

NÚMERO
400

COMPLEMENTO

CEP
08745-900

MUNICÍPIO
Mogi das Cruzes

UF
SP

TELEFONE
(11)23777000

EMAIL
tributario@csbrasilservicos.com.br

NÚMERO EXIGÊNCIA (S)
0

CNPJ - SEDE
27.595.780/0001-16

NIRE - SEDE
3530058678-6

IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA
NOME: JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO (Diretor)
ASSINATURA:
DATA: 09/05/2024

VALORES RECOLHIDOS
DARE: R$ 537,47
DARF: R$,00

SEQ. DOC.
1 / 1

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

JUCESP - GUICHÊ
15 MAI
PROTOC

DOCUMENTOS NÃO RETIRADOS EM ATÉ 90 DIAS DA DISPONIBILIDADE SERÃO DESCARTADOS - ART.57, § 5º, DECRETO 1.800/96

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP – SEDE
GUICHÊ 11
15 MAI 2024
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO
0306(205517)

CARIMBO ANÁLISE
JUCESP
DEFERIDO
15 MAI 2024
Adriana Mangili Barbara
Assessora Técnica de Registro Público
RG: 22.523.667-9

ANEXOS:
(X) DBE
( ) Procuração
( ) Alvará Judicial
( ) Formal de Partilha
( ) Balanço Patrimonial
( ) Outros

EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE
( ) Documentos Pessoais
( ) Laudo de Avaliação
( ) Jornal
( ) Protocolo / Justificação
( ) Certidão

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO
JUCESP
17 MAI 2024
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
SEDE
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARIA CRISTINA FREI
SECRETÁRIA GERAL
205.318/24-1
JUCESP

OBSERVAÇÕES:

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Gerência de Guarda e Distribuição

( )Verificação de Posto Comércio de Combustíveis
( )Verificação de Ficha Cadastral
(•)Verificação de Ficha Cadastral
( )MEI sem Cadastro
( )MEI com Cadastro
( )Realizar Pesquisa de Nome Empresarial
( )Vide Protocolo

JL

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
17 05 24

SEDE
11
2024
LO

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16 - NIRE 35300586786

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 3 DE MAIO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: 3 de maio de 2024, às 11 horas, na sede da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. MESA: Presidente: João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

4. ORDEM DO DIA: consignar a renúncia do Sr. Anselmo Tolentino Soares Junior do cargo de Diretor da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: A acionista única da Companhia aprovou consignar a renúncia do Sr. Anselmo Tolentino Soares Junior do cargo de Diretor da Companhia, por meio de carta de renúncia apresentada em 03 de abril de 2024, cuja cópia fica arquivada na sede da Companhia.

6. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. Mesa: Presidente – João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; Secretária – Maria Lúcia de Araújo. Acionista: Movida Participações S.A.

São Paulo, 3 de maio de 2024.

A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio.

Assinado
MARIA LUCIA DE ARAUJO
66347017687
D4Sign

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da Mesa

D4Sign d611b992-d948-47f0-8366-f966c2f1a8f0 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

CS Brasil Frotas - AGE 03 05 2024 renúncia Anselmo pdf

Código do documento d611b992-d948-47f0-8366-f966c2f1a8f0

Assinaturas

MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687
Certificado Digital
maria.lucia@simpar.com.br
Assinou

annita haaze oliveira leite
annita.leite@csfrotas.com.br
Acusou recebimento

annita haaze oliveira leite

Eventos do documento

03 May 2024, 11:50:07
Documento d611b992-d948-47f0-8366-f966c2f1a8f0 **criado** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email:maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-03T11:50:07-03:00

03 May 2024, 11:50:41
Assinaturas **iniciadas** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email: maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-05-03T11:50:41-03:00

03 May 2024, 11:51:25
MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email: maria.lucia@simpar.com.br. **ADICIONOU** o signatário **annita.leite@csfrotas.com.br** - DATE_ATOM: 2024-05-03T11:51:25-03:00

03 May 2024, 11:52:01
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687 **Assinou** Email: maria.lucia@simpar.com.br. IP: 200.231.12.66 (200.231.12.66 porta: 18942). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5 G2,OU=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5,OU=A1,CN=MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687. - DATE_ATOM: 2024-05-03T11:52:01-03:00

03 May 2024, 15:07:24
ANNITA HAAZE OLIVEIRA LEITE **Acusou recebimento** (51293a1b-bd46-4686-b1df-a4ffe84583a9) - Email: annita.leite@csfrotas.com.br - IP: 200.0.62.34 (200.0.62.34 porta: 45234) - Geolocalização: -23.5421323 -46.2316145 - Documento de identificação informado: 487.864.358-76 - DATE_ATOM: 2024-05-03T15:07:24-03:00

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

D4Sign

3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 03 de May de 2024, 15:07:43

ntp.br

Hash do documento original

(SHA256):9a1e65df1e9dc81ff86ed4836f2b3722129d25d0bb279baff428f4041cc17864
(SHA512):0364bb5c0b8cb0c68cb7be81396433c8dcee0c8d89c53be80ce2043c0f648fa7d6dde40a9f3334a69ef20f55723ec7fabd1a0a68b663b21074f6454cac9d7b16

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET	NIRE SEDE	NOME EMPRESARIAL
033546069-1	**3530058678-6**	**CS BRASIL FROTAS S.A.**

NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO
						028.449.777-07
CNPJ	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
Sem C.N.P.J.						
COR OU RAÇA						

LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		CEP
MUNICIPIO		UF	PAIS

TIPO DE OPERAÇÃO	TIPO DE INTEGRANTE	USO DA FIRMA
Saída	**Pessoa Fisica**	
PARTICIPAÇÃO		

CARGOS
NENHUM

REPRESENTADOS
NENHUM

DADOS COMPLEMENTARES

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET	NIRE SEDE	NOME EMPRESARIAL
033546069-1	3530058678-6	CS BRASIL FROTAS S.A.

NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO
JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO						043.780.526-36
CNPJ	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
Sem C.N.P.J.	MG7592374		05/07/2018	ssp	MG	Brasileira
COR OU RAÇA						
Branca						

LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
Avenida Saraiva			400
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		CEP
	Vila Cintra		08745-900
MUNICIPIO		UF	PAIS
Mogi das Cruzes		SP	Brasil

TIPO DE OPERAÇÃO	TIPO DE INTEGRANTE	USO DA FIRMA
Alteração de Dados Cadastrais	Pessoa Fisica	
PARTICIPAÇÃO		

CARGOS
Diretor (entrada) Inicio do Mandato: **09/01/2024** Termino do Mandato: **09/01/2027**

REPRESENTADOS
NENHUM

DADOS COMPLEMENTARES

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET	NIRE SEDE	NOME EMPRESARIAL
033546069-1	**3530058678-6**	**CS BRASIL FROTAS S.A.**

NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO
GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI						**353.651.228-36**
CNPJ	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
Sem C.N.P.J.	**33546713**		**04/06/2014**	**SSP**	**SP**	**Brasileira**
COR OU RAÇA						
Branca						

LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
Rua Doutor Renato Paes de Barros			**1017**
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		CEP
	Itaim Bibi		**04530-001**
MUNICIPIO		UF	PAIS
São Paulo		**SP**	**Brasil**

TIPO DE OPERAÇÃO	TIPO DE INTEGRANTE	USO DA FIRMA
Alteração de Dados Cadastrais	**Pessoa Fisica**	
PARTICIPAÇÃO		

CARGOS
Diretor (entrada) Inicio do Mandato: **09/01/2024** Termino do Mandato: **09/01/2027**

REPRESENTADOS
NENHUM

DADOS COMPLEMENTARES

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Ficha Cadastral - Quadro Societarios/Integrantes

Nº CONTROLE NA INTERNET	NIRE SEDE	NOME EMPRESARIAL
033546069-1	**3530058678-6**	**CS BRASIL FROTAS S.A.**

NOME DO INTEGRANTE						IDENTIFICAÇÃO
PEDRO ROQUE DE PINHO DE ALMEIDA						**232.942.528-70**
CNPJ	RG/RNE	DIGITO	DATA DE EXPEDIÇÃO	ORGÃO EMISSOR	UF	NACIONALIDADE
Sem C.N.P.J.	**59404306**		**11/12/2014**	**SSP**	**SP**	**Portuguesa**
COR OU RAÇA						
Branca						

LOGRADOURO (rua, av, etc)			NÚMERO
Rua Doutor Renato Paes de Barros			**1017**
COMPLEMENTO	BAIRRO/DISTRITO		CEP
	Itaim Bibi		**04530-001**
MUNICIPIO		UF	PAIS
São Paulo		**SP**	**Brasil**

TIPO DE OPERAÇÃO	TIPO DE INTEGRANTE	USO DA FIRMA
Alteração de Dados Cadastrais	**Pessoa Fisica**	
PARTICIPAÇÃO		

CARGOS
Diretor (entrada) Inicio do Mandato: **09/01/2024** Termino do Mandato: **09/01/2027**

REPRESENTADOS
NENHUM

DADOS COMPLEMENTARES

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA - CNPJ

PROTOCOLO DE TRANSMISSÃO DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- **Junta Comercial do Estado de São Paulo**

PROTOCOLO REDESIM
SPN2473661732

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)	Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
CS BRASIL FROTAS S.A.	**27.595.780/0001-16**

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

202 Alteracao da pessoa fisica responsavel perante o CNPJ
Quadro de Sócios e Administradores - QSA

DEFERIDO DBE

Número de Controle: SP14005035 - 27595780000116

03. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

NOME	CPF
GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI	**353.651.228-36**
LOCAL	DATA
	09/05/2024

04. CÓDIGO DE CONTROLE DO CERTIFICADO DIGITAL

Este documento foi assinado com o Certificado digital do NI: 27.595.780/0001-16

Aprovado pela Instrução Normativa nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 205.318/24-1 em 17/05/2024 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 0712476246. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 23/05/2024 por MARIA CRISTINA FREI – Secretária Geral. Autenticação: 238996269. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL CS BRASIL FROTAS S.A.			
TITULO DE ESTABELECIMENTO			TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES
NIRE 35300586786	CNPJ 27.595.780/0001-16	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 423.282/25-6	DATA DO ARQUIVAMENTO 28/11/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 04/12/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 12:05:48	CÓDIGO DE CONTROLE 281801595
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 04/12/2025 PELA SECRETÁRIA GERAL DA JUCESP – MARINA CENTURION DARDANI, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

EXISTE(M) ARQUIVAMENTO(S) POSTERIORE(S).

Certifico o registro sob o nº 423.282/25-6 em 28/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 5104879252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281801595. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP - Junta Comercial do Estado de São Paulo

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI
Secretaria de Desenvolvimento Econômico

JUCESP
28 11 25

ETIQUETA PROTOCOLO

JUCESP PROTOCOLO
5.104.879/25-2

CONTROLE INTERNET
035464449-1

CAPA DO REQUERIMENTO

DADOS CADASTRAIS

ATO
InclusÃ£o/Alteração de Integrantes;

NOME EMPRESARIAL
CS BRASIL FROTAS S.A

PORTE
Normal

TÍTULO DE ESTABELECIMENTO

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO	CEP
Avenida Saraiva	400		08745-900

MUNICÍPIO	UF	TELEFONE	EMAIL
Mogi das Cruzes	SP		

NÚMERO EXIGÊNCIA (S)	CNPJ - SEDE	NIRE - SEDE
0	27.595.780/0001-16	3530058678-6

IDENTIFICAÇÃO SIGNATÁRIO ASSINANTE REQUERIMENTO CAPA
NOME: JANAINA DE MEDEIROS (Procurador)
ASSINATURA: DATA: 24/11/2025

VALORES RECOLHIDOS
DARE: R$ 562,70
DARF: R$,00

SEQ. DOC.
1 / 1

DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE AS INFORMAÇÕES CONSTANTES DO REQUERIMENTO/PROCESSO SÃO EXPRESSÃO DA VERDADE.

PARA USO EXCLUSIVO DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (INCLUSIVE VERSO)

CARIMBO PROTOCOLO
JUCESP – SEDE
GUICHÊ 12
25 NOV 2025
PROTOCOLO

CARIMBO DISTRIBUIÇÃO

CARIMBO ANÁLISE
JUCESP
DEFERIDO
27 NOV 2025
Marinete Bastos Ramundo Melo
Assessor Técnico do Registro Público
RG: 16.490.352-5

ANEXOS: EXCLUSIVO SETOR DE ANÁLISE

( ) DBE
( ) Procuração
( ) Alvará Judicial
( ) Formal de Partilha
( ) Balanço Patrimonial
( ) Outros
( ) Documentos Pessoais
( ) Laudo de Avaliação
( ) Jornal
( ) Protocolo / Justificação
( ) Certidão

ETIQUETAS DE REGISTRO + CARIMBO

JUCESP
2
28 NOV 2025

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 423.282/25-6
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL
JUCESP

OBSERVAÇÕES:

Versão VRE.Reports : 1.0.0.0

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/#/validate/ABKTW-XF2UQ-DLBQ1-7U4HW.

Certifico o registro sob o nº 423.282/25-6 em 28/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 5104879252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281801595. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

Certifico o registro sob o nº 423.282/25-6 em 28/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 5104879252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281801595. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP PROTOCOLO
5.104.879/25-2

– SEDE
ÍÊ 12
)V 2025
)COLO

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE 35300586786

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE NOVEMBRO DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: 21 de novembro de 2025, às 17 horas, na sede da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900.

Visto
Conferido
RG 16.[illegible]35275

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação tendo em vista a presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A.").

3. MESA: Presidente: Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

4. ORDEM DO DIA: consignar o pedido de renúncia apresentado pelo diretor Pedro Roque de Pinho de Almeida; e **(iv)** eleger a Sra. Daniela Sabag Papa para o cargo de Diretora, sem designação específica.

5. DELIBERAÇÕES: Submetidas à discussão e em seguida à votação, foi aprovada, e sem qualquer restrição:

(i) consignar o pedido de renúncia apresentado pelo diretor **Pedro Roque de Pinho de Almeida**, conforme carta de renúncia apresentada em 17 de fevereiro de 2025 e arquivada na sede da Companhia;

(ii) aprovar a eleição da Sra. **Daniela Sabbag Papa**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG 23.508.281-8 - SSP-SP, inscrita no CPF/ME sob o n.º 262.945.628-56, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017, andar 9, Sala 2, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04.530-001, para o cargo de Diretora, sem designação específica, com mandato até 9 de janeiro de 2027, a fim de coincidir com o prazo do mandato atual da diretoria.

A Sra. **Daniela Sabbag Papa** foi investida em seu cargo nesta data, conforme Termo de Posse lavrado em livro próprio e arquivado na sede da Companhia, oportunidade que declarou, sob as

D4Sign 90d6d7ee-2283-4426-b1db-39803a5d4cf1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 423.282/25-6 em 28/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 5104879252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281801595. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
28 11 25

penas da lei, que: (a) não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos e (b) não estão condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária, que a torne inelegível para o cargo de administração de sociedades mercantis.

O Presidente da Mesa solicitou consignar que não está sendo fixada a remuneração da diretoria para o exercício de 2025, uma vez que os diretores da Companhia são remunerados por empresas do grupo econômico da Companhia, em razão dos cargos que nelas ocupam.

6. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. Mesa: Presidente – Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli; Secretária – Maria Lúcia de Araújo. Acionista: Movida Participações S.A.

São Paulo, 21 de novembro de 2025.

A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio.

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da Mesa

JUCESP
2
28 NOV 2025
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
SEDE
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL
423.282/25-6
JUCESP

D4Sign 90d6d7ee-2283-4426-b1db-39803a5d4cf1 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 423.282/25-6 em 28/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 5104879252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281801595. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 423.282/25-6 em 28/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 5104879252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281801595. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

PROCURAÇÃO

OUTORGANTES: **MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.**, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 21.314.559/0001-66, por si e suas filiais CNPJ-raiz 21.314.559, neste ato representada por seus Diretores **Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 33.546.713-1-SSP/SP, inscrito no CPF/ME 353.651.228-36 e **Pedro Roque de Pinho de Almeida**, português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 59.404.306-2-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 232.942.528-70; **MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A.**, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, São Paulo – SP, CEP 04530-001, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 07.976.147/0001-60, por si e suas filiais CNPJ-raiz 07.976.147, neste ato representada por seus Diretores **Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli** e **Pedro Roque de Pinho de Almeida**, ambos acima qualificados; **SAT RASTREAMENTO LTDA.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, Vila Cintra, Mogi das Cruzes – SP, CEP 08.745-900, inscrita no CNPJ/ME sob nº 47.490.397/0001-00, por si e suas filiais CNPJ-raiz 47.490.397, neste ato representada por seus Diretores **Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli** e **Pedro Roque de Pinho de Almeida**, ambos acima qualificados; **CS BRASIL FROTAS S.A.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 08, Brás Cubas, Mogi das Cruzes-SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 27.595.780/0001-16, por si e por suas filiais CNPJ-raiz 27.595.780, neste ato representada por seus Diretores **Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli**, acima qualificado e **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob nº 043.780.526-36; **MARBOR LOCADORA LTDA.**, com sede na Rua Professor Flaviano de Melo, 313, Prédio II, Centro, Mogi das Cruzes – SP, CEP 08710-620, inscrita no CNPJ/ME sob nº 01.169.532/0001-10, por si e por suas filiais CNPJ - raiz 01.169.532, neste ato representada por seus Diretores **Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli**, acima qualificado, e **Jamyl Jarrus Júnior**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 5.317.081-1, inscrito no CPF/ME sob o nº 935.102.339-72, com endereço comercial na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 1.017, conjunto 92, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04530-001; e **ORIGINAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 1-A, Vila Cintra, Mogi das Cruzes – SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 37.001.285/0001-95, por si e por suas filiais CNPJ-raiz 37.001.285, neste ato representada por seus Diretores **Antonio da Silva Barreto Junior**, brasileiro, casado, diretor, portador da cédula de identidade RG 4356528-SSP/GO , inscrito no CPF/ME sob o nº 003.245.181-45 e **Samir Moises Gilio Ferreira**, brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG 25.801.596-2 SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 200.964.558-88, ambos com endereço comercial na Avenida Saraiva, 400, sala 1-A, Vila Cintra, Mogi das Cruzes – SP, CEP 08745-900; e **AVANTE SEMINOVOS LTDA.**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 11B, Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 37.666.761/0001-97, neste ato representada por seus Diretores **Antonio da Silva Barreto Junior** e **Samir Moises Gilio Ferreira**, acima qualificados.

OUTORGADOS: **João Paulo de Oliveira Lima**, brasileiro, casado, contador e administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 28.932.032 - X SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº

D4Sign 0b0365bb-f653-4c97-8e72-ba5c3596f237 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 423.282/25-6 em 28/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 5104879252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281801595. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

267.248.498-88 e **Janaina de Medeiros**, brasileira, solteira, gestora tributário, portadora da cédula de RG 28.132.900-X, inscrita no CPF/ME sob o nº 220.203.278-99.

PODERES: Representar as Outorgantes na Receita Federal do Brasil, órgãos públicos em geral, repartições públicas federais, estaduais, municipais e autarquias, juntas comerciais estaduais em todo o território nacional, podendo, dar entrada em processos, assinar capas de processos, AIDF, livros fiscais, DIPAM, DCTF, DACON, DIPJ, PERDCOMP, GI-ICMS anual, impetrar recursos, autos de impugnação, declaração cadastral, solicitar isenção de IPVA, solicitar e retirar senhas, solicitar certidões negativas de débito, entregar e retirar documentos, podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento deste mandato, exceto receber, dar quitação, confessar e/ou contrair dívidas. O presente instrumento é válido por 1 (um) ano, sendo vedado o substabelecimento dos poderes ora outorgados.

São Paulo, 19 de março de 2025.

MOVIDA PARTICIPAÇÕES S.A.
MOVIDA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS S.A.
SAT RASTREAMENTO LTDA.
MARBOR LOCADORA LTDA.

gustavomoscatelli@movida.com.br
Assinado
GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI
35365122836
D4Sign

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli

jamyljarrus@movida.com.br
Assinado
JAMYL JARRUS JUNIOR
93510233972
D4Sign

Jamyl Jarrus Júnior

CS BRASIL FROTAS S.A.

gustavomoscatelli@movida.com.br
Assinado
GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI
35365122836
D4Sign

Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli

joaobr@csbrasilservicos.com.br
Assinado
JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO
04378052636
D4Sign

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho

ORIGINAL LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA.
AVANTE SEMINOVOS LTDA.

abarreto@automob.com.br
Assinado
ANTONIO DA SILVA BARRETO JUNIOR
00324518145
D4Sign

Antonio da Silva Barreto Junior

samir@simpar.com.br
Assinado
SAMIR MOISES GILIO FERREIRA
20096455888
D4Sign

Samir Moises Gilio Ferreira

D4Sign 0b0365bb-f653-4c97-8e72-ba5c3596f237 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 423.282/25-6 em 28/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 5104879252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281801595. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu JANAINA DE MEDEIROS, inscrita no CPF Nº 220.203.278-99. DECLARO, sob as penas da Lei e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados para processo de Registro da AGE 21/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A.

1. DOCUMENTOS:
   01- CÓPIA SIMPLES DA PROCURAÇÃO, VÁLIDA ATÉ 19/03/2026.
   02- DBE
   03- CÓPIA AUTENTICADA CNH DA DANIELA SABBAG PAPA

Data: 25/11/2025

JANAINA DE MEDEIROS
CPF: 220.203.278-99
RG: 28.132.900-X

Documento assinado no Assinador Registro de Imóveis. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.registrodeimoveis.org.br/validate/B4G2W-CU33V-JJXDJ-AUMRF.

JUCESP Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 423.282/25-6 em 28/11/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 5104879252. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 04/12/2025 por MARINA CENTURION DARDANI – Secretário Geral. Autenticação: 281801595. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

DocuSign Envelope ID: CD4BFC65-3554-45C3-B419-C88081C95776

CS Brasil Frotas S.A.

CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16 - NIRE 35300586786

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 9 de Janeiro de 2024

1. Data, Hora e Local: 9 de janeiro de 2024, às 10 horas, na sede social da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionistas representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."). conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo. **4. Ordem do Dia:** A reeleição ou eleição, conforme aplicável, dos membros da diretoria. **5. Deliberação:** Submetida à análise da matéria da Ordem do Dia, foi aprovada, pelos acionistas detentores da totalidade do capital social da Companhia, a reeleição ou eleição, conforme aplicável, dos seguintes membros para comporem a diretoria, com mandato de 3 (três) anos, ou seja, até 9 de janeiro de 2027, que atuarão sob a designação de Diretores: (i) **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374-SSP/MG, inscrito no CPF/ME sob o nº 043.780.526-36, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900; (ii) **Anselmo Tolentino Soares Junior,** brasileiro, casado, contador, portador da cédula de identidade RG nº CM881638-RFB/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 028.449.777-07, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, CEP 08745-900; (iii) **Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli,** brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 353.651.228-36, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017, andar 9, Sala 2, Itaim Bibi, CEP 04.530-001; e (iv) **Pedro Roque de Pinho de Almeida,** português, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG 59.404.306-2 (SSP-SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 232.942.528-70, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017, Itaim Bibi, CEP 04.530-001. Os membros Diretoria, eleitos neste ato, tomam posse nos seus respectivos cargos mediante a assinatura dos respectivos Termos de Posse, cujas cópias seguem no **Anexo** do presente ato, na forma da legislação aplicável. **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. Mesa: Presidente - João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; Secretária - Maria Lúcia de Araújo. Acionista: CS Brasil Participações e Locações S.A. (representada por seus diretores João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho e Anselmo Tolentino Soares Junior) e Movida Locação de Veículos S.A. (representada por seus diretores Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli e Pedro Roque de Pinho de Almeida). Mogi das Cruzes - SP, 9 de janeiro de 2024. A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. **Maria Lúcia de Araújo -** Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 60.647/24-3 em 06/02/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533946000141
CPF: 95615741872
Data/Hora da Assinatura: 14/05/2024 | 12:05:31 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo..S, SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A0748C...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: A515F0BE-5ACF-4AAD-822B-386E38E4F3FE

CS Brasil Frotas S.A.

CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16 - NIRE 35300586786

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 3 de Maio de 2024

1. Data, Hora e Local: 3 de maio de 2024, às 11 horas, na sede da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Presidente: João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo. **4. Ordem do Dia:** Consignar a renúncia do Sr. Anselmo Tolentino Soares Junior do cargo de Diretor da Companhia. **5. Deliberações:** A acionista única da Companhia aprovou consignar a renúncia do Sr. Anselmo Tolentino Soares Junior do cargo de Diretor da Companhia, por meio de carta de renúncia apresentada em 03 de abril de 2024, cuja cópia fica arquivada na sede da Companhia. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. Mesa: Presidente - João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; Secretária - Maria Lúcia de Araújo. Acionista: Movida Participações S.A. São Paulo, 3 de maio de 2024. A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio. Maria Lúcia de Araújo - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 205.318/24-1 em 17/05/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 8BAEC4D0-7632-4711-BF0D-07E41DDC5DBE

CS Brasil Frotas S.A.

CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16 – NIRE 35300586786

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de novembro de 2025

1. Data, Hora e Local: 21 de novembro de 2025, às 17 horas, na sede da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."). **3. Mesa:** Presidente: Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo. **4. Ordem do Dia: (i)** Consignar o pedido de renúncia apresentado pelo diretor Pedro Roque de Pinho de Almeida; e **(ii)** eleger a Sra. Daniela Sabag Papa para o cargo de Diretora, sem designação específica. **5. Deliberações:** Submetidas à discussão e em seguida à votação, foi aprovada, e sem qualquer restrição: **(i)** consignar o pedido de renúncia apresentado pelo diretor **Pedro Roque de Pinho de Almeida**, conforme carta de renúncia apresentada em 17 de fevereiro de 2025 e arquivada na sede da Companhia; **(ii)** aprovar a eleição da Sra. **Daniela Sabbag Papa**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG 23.508.281-8 - SSP-SP, inscrita no CPF/ME sob o nº 262.945.628-56, com endereço comercial na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1017, andar 9, Sala 2, Itaim Bibi, São Paulo - SP, CEP 04.530-001, para o cargo de Diretora, sem designação específica, com mandato até 9 de janeiro de 2027, a fim de coincidir com o prazo do mandato atual da Diretoria. A Sra. **Daniela Sabbag Papa** foi investida em seu cargo nesta data, conforme Termo de Posse lavrado em livro próprio e arquivado na sede da Companhia, oportunidade que declarou, sob as penas da lei, que: (a) não está impedida por lei especial, ou condenada por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos e (b) não estão condenada à pena de suspensão ou inabilitação temporária, que a torne inelegível para o cargo de administração de sociedades mercantis. O Presidente da Mesa solicitou consignar que não está sendo fixada a remuneração da Diretoria para o exercício de 2025, uma vez que os diretores da Companhia são remunerados por empresas do grupo econômico da Companhia, em razão dos cargos que nelas ocupam. **6. Encerramento:** nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes em livro próprio. Mesa: Presidente - Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli; Secretária - Maria Lúcia de Araújo. Acionista: Movida Participações S.A. São Paulo, 21 de novembro de 2025. *A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio.* **Maria Lúcia de Araújo** - Secretária da Mesa.

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2652655464

2 e 1 NOME E SOBRENOME: JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO

1ª HABILITAÇÃO: 10/09/1998

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 03/05/1980, BELO HORIZONTE, MG

4a DATA EMISSÃO: 12/08/2023

4b VALIDADE: 02/08/2033

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: MG7592374 SSP MG

4d CPF: 043.780.526-36

5 Nº REGISTRO: 00373666229

9 CAT HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO:
JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA
MARIA AUREA ARAUJO RIBEIRO DE OLIVEIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A				D1			
A1				BE			
B		02/08/2033		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

2652655464

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
76584350568
SP019196603

LOCAL
MOGI DAS CRUZES, SP

SÃO PAULO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA003736662<290<<<<<<<<<<<<
8005034M3308028BRA<<<<<<<<<<<6
JOAO<<RIBEIR<DE<OLIVEIRA<FILHO

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI:35365122836

Assinado de forma digital por GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI:35365122836
Dados: 2022.01.24 16:46:24 -03'00'

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em segunda-feira, 5 de janeiro de 2026 15:09:55 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em segunda-feira, 5 de janeiro de 2026 15:09:55 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.3.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300586786	27.595.780/0001-16	

NOME EMPRESARIAL
CS Brasil Frotas S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2025 a 31/03/2025
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO	9

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
C9.6A.51.CB.1D.3C.26.FC.22.1D.D9.D3.CC.50.47.FF.F6.F8.D3.70

ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
CONTADOR	26724849888	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA:26724849888	926722382992204570758068	28/04/2025 a 27/04/2028	Não
PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ OU E-PJ)	21314559000166	MOVIDA PARTICIPACOES SA:21314559000166	975177201379399082114016	05/02/2026 a 05/02/2027	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

C9.6A.51.CB.1D.3C.26.FC.22.1D.D9.D3.CC.50.47.FF.F6.F8.D3.70-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/03/2026 às 17:15:25

DB.44.8E.22.00.86.FF.4F
61.D1.38.78.E5.A7.F0.BC

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.3.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300586786	27.595.780/0001-16	

NOME EMPRESARIAL
CS Brasil Frotas S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/04/2025 a 30/06/2025
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO	10

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
50.A1.D5.1F.F4.34.B3.F5.54.8D.24.A0.36.B5.5E.78.85.E5.A8.01

ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ OU E-PJ)	21314559000166	MOVIDA PARTICIPACOES S A:21314559000166	975177201379399082114016	05/02/2026 a 05/02/2027	Sim
CONTADOR	26724849888	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA:26724849888	926722382992204570758068	28/04/2025 a 27/04/2028	Não

NÚMERO DO RECIBO:

50.A1.D5.1F.F4.34.B3.F5.54.8D.24.A0.
36.B5.5E.78.85.E5.A8.01-8

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/03/2026 às 19:59:11

20.E9.2A.15.BC.02.98.3C
D4.82.E4.FB.7C.51.AC.3A

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.3.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300586786	27.595.780/0001-16	

NOME EMPRESARIAL
CS Brasil Frotas S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/07/2025 a 30/09/2025
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO	11

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
2C.27.9C.9E.96.FA.CC.F1.15.2B.32.9E.B9.40.4A.F0.08.26.ED.A6

ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
CONTADOR	26724849888	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA:26724849888	926722382992204570758068	28/04/2025 a 27/04/2028	Não
PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ OU E-PJ)	21314559000166	MOVIDA PARTICIPACOES SA:21314559000166	975177201379399082114016	05/02/2026 a 05/02/2027	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

2C.27.9C.9E.96.FA.CC.F1.15.2B.32.9E.
B9.40.4A.F0.08.26.ED.A6-2

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/03/2026 às 20:29:34

35.B1.9E.A9.CB.71.FF.C7
01.94.DA.FC.AC.DD.EF.F
5

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.3.5

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300586786	27.595.780/0001-16	

NOME EMPRESARIAL
CS Brasil Frotas S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/10/2025 a 31/12/2025
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO	12

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
73.23.D3.0A.E2.7B.76.A9.69.46.C9.F9.30.DD.8E.E5.FE.BF.CF.4F

ARQUIVOS SUBSTITUÍDOS (HASH)

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTES CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
CONTADOR	26724849888	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA:26724849888	926722382992204570758068	28/04/2025 a 27/04/2028	Não
PESSOA JURÍDICA (E-CNPJ OU E-PJ)	21314559000166	MOVIDA PARTICIPACOES SA:21314559000166	975177201379399082114016	05/02/2026 a 05/02/2027	Sim

NÚMERO DO RECIBO:

73.23.D3.0A.E2.7B.76.A9.69.46.C9.F9.
30.DD.8E.E5.FE.BF.CF.4F-0

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 30/03/2026 às 21:23:25

62.C9.9D.EF.D5.18.10.AA
94.F3.42.72.9C.C9.B0.1C

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/01/2025 a 31/03/2025	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	9		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
NIRE	35300586786
CNPJ	27.595.780/0001-16
Número de Ordem	9
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	MOGI DAS CRUZES
Data do arquivamento dos atos constitutivos	07/12/2021
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	17/02/2022
Data de encerramento do exercício social	31/12/2025
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3631936

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	9
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3631936
Data de inicio	01/01/2025
Data de término	31/03/2025

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número C9.6A.51.CB.1D.3C.26.FC.22.1D.D9.D3.CC.50.47.FF.F6.F8.D3.70-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/07/2025 a 30/09/2025	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	11		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
NIRE	35300586786
CNPJ	27.595.780/0001-16
Número de Ordem	11
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	MOGI DAS CRUZES
Data do arquivamento dos atos constitutivos	07/12/2021
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	17/02/2022
Data de encerramento do exercício social	31/12/2025
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3865155

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	11
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3865155
Data de inicio	01/07/2025
Data de término	30/09/2025

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 2C.27.9C.9E.96.FA.CC.F1.15.2B.32.9E.B9.40.4A.F0.08.26.ED.A6-2, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/04/2025 a 30/06/2025	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	10		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
NIRE	35300586786
CNPJ	27.595.780/0001-16
Número de Ordem	10
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	MOGI DAS CRUZES
Data do arquivamento dos atos constitutivos	07/12/2021
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	17/02/2022
Data de encerramento do exercício social	31/12/2025
Quantidade total de linhas do arquivo digital	4029204

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	10
Quantidade total de linhas do arquivo digital	4029204
Data de inicio	01/04/2025
Data de término	30/06/2025

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 50.A1.D5.1F.F4.34.B3.F5.54.8D.24.A0.36.B5.5E.78.85.E5.A8.01-8, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/10/2025 a 31/12/2025	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	12		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
NIRE	35300586786
CNPJ	27.595.780/0001-16
Número de Ordem	12
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	MOGI DAS CRUZES
Data do arquivamento dos atos constitutivos	07/12/2021
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	17/02/2022
Data de encerramento do exercício social	31/12/2025
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3371301

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	12
Quantidade total de linhas do arquivo digital	3371301
Data de inicio	01/10/2025
Data de término	31/12/2025

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 73.23.D3.0A.E2.7B.76.A9.69.46.C9.F9.30.DD.8E.E5.FE.BF.CF.4F-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.
Período da Escrituração:	01/10/2025 a 31/12/2025
CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	12
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Total do Ativo		R$ 6.165.185.487,60	R$ 6.516.701.654,82
Total do Ativo Circulante		R$ 1.194.301.805,27	R$ 1.612.281.989,21
Caixa e Equivalentes de Caixa		R$ 47.562.436,17	R$ 163.807.396,12
Titulos, valores mobiliÃ¡rios aplic financeira		R$ 483.537.169,97	R$ 771.431.932,95
Contas a Receber		R$ 365.664.106,83	R$ 431.450.600,08
Estoques		R$ 5.663.856,74	R$ 7.511.034,62
Tributos a Recuperar		R$ 2.182.167,29	R$ 3.337.791,67
Outros Creditos		R$ 8.474.173,93	R$ 8.605.129,64
Adiantamento de Terceiros		R$ 160.850,81	R$ (180.557,82)
Despesas Antecipadas		R$ 29.184.487,76	R$ 24.102.153,31
Imposto de Renda e CSLL a Recuperar		R$ 90.282.630,22	R$ 59.446.079,60
Ativo Imobilizado Disponibilizado Venda		R$ 148.062.735,45	R$ 129.153.861,71
Outros Creditos Intercompany		R$ 351.095,91	R$ 440.473,14
Adiantamento a Terceiros		R$ 13.176.094,19	R$ 13.176.094,19
Total do Ativo Nao Circulante		R$ 4.970.883.682,33	R$ 4.904.419.665,61
Total Ativo Realizavel Longo Prazo		R$ 45.872.236,86	R$ 116.675.867,32
Contas a receber		R$ 42.367,47	R$ 64.615,80
Tributos a recuperar		R$ 35.878.031,19	R$ 109.754.118,54
Depositos judiciais		R$ 1.705.045,88	R$ 1.771.561,70
Outros Creditos		R$ 8.246.792,32	R$ 5.085.571,28
Total Ativo Permanente		R$ 4.925.011.445,47	R$ 4.787.743.798,29
Imobilizado liquido		R$ 4.915.601.966,09	R$ 4.777.798.321,68
Intangivel		R$ 9.409.479,38	R$ 9.945.476,61
Total do Passivo		R$ 6.165.185.487,60	R$ 6.516.701.654,82
Total Passivo Circulante		R$ 640.948.182,01	R$ 1.283.543.146,40
Debentures		R$ 0,00	R$ 629.693.530,68
Fornecedores		R$ 441.280.117,43	R$ 494.415.084,84
Obrigacoes sociais e trabalhistas		R$ 8.912.109,99	R$ 8.905.512,31
Tributos a recolher		R$ 34.857.812,86	R$ 47.221.118,20
Imposto de Renda e CSLL a recolher		R$ 0,02	R$ 0,02
Outras contas a pagar		R$ 22.995.484,95	R$ 73.898.893,72
Cessao de direitos creditorios		R$ 128.238.122,05	R$ 1.133.346,91
Arrendamento por direito de uso		R$ 4.551.914,35	R$ 4.432.595,41
Dividendos e juros s/ capital proprio a pagar		R$ 0,00	R$ (0,00)
Adiantamentos de clientes		R$ 112.620,36	R$ 23.843.064,31
Total Passivo Nao Circulante		R$ 307.833.415,07	R$ 371.332.124,12
Debentures		R$ 0,00	R$ (0,00)
Cessao de direitos creditorios		R$ 1.043.924,03	R$ (0,00)
Provisao demanda judicial e administrativas		R$ 274.803,62	R$ 630.434,58
Imposto de Renda e CSLL diferidos		R$ 300.718.328,38	R$ 361.787.589,75
Arrendamento por direito de uso		R$ 5.706.543,60	R$ 8.914.099,79
Outras contas a pagar Intercompany		R$ 89.815,44	R$ (0,00)
Total Patrimonio Liquido		R$ 5.216.403.890,52	R$ 4.861.826.384,30
Patrimonio Liquido		R$ 5.216.403.890,52	R$ 4.861.826.384,30
Capital Social		R$ 1.823.392.201,00	R$ 1.823.392.201,00
Reserva de Capital		R$ 3.267.308.216,78	R$ 2.674.341.653,74
Reservas de lucros		R$ 125.703.472,74	R$ 364.092.529,56
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		R$ 0,00	R$ (0,00)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 73.23.D3.0A.E2.7B.76.A9.69.46.C9.F9.30.DD.8E.E5.FE.BF.CF.4F-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/10/2025 a 31/12/2025	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	12		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Liq Venda de Servico, Locacao e Ativo		R$ 2.333.671.806,36	R$ 2.661.209.052,50
(-) Custo Vendas, Locacao e Prestacao de Servicos		R$ (900.902.723,90)	R$ (1.017.246.555,57)
(-) Custo de Vendas Ativos Desmobilizados		R$ (782.266.937,59)	R$ (874.095.900,34)
Lucro Bruto		R$ 650.502.144,87	R$ 769.866.596,59
(-) Despesas Comerciais		R$ (16.298.270,25)	R$ (14.539.121,07)
(-) Despesas Administrativas		R$ (30.952.623,87)	R$ (45.492.803,53)
(-) Provisao para perdas de valor recuperavel		R$ (4.535.423,10)	R$ (7.176.459,78)
(-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais		R$ (17.273.974,69)	R$ (15.112.408,87)
(-) Lucro Oper antes das receitas, despesas fin		R$ (69.060.291,91)	R$ (82.320.793,25)
Receitas Financeiras		R$ 38.337.281,05	R$ 102.827.253,32
(-) Despesas Financeiras		R$ (339.934.489,37)	R$ (83.969.738,47)
(=) Lucro antes do Imposto de Renda e CSLL		R$ (301.597.208,32)	R$ 18.857.514,85
(-) Imposto de renda e CSLL corrente		R$ (0,02)	R$ (0,00)
(-) Imposto de renda e CSLL diferido		R$ (60.985.670,75)	R$ (61.069.261,37)
(-) Total do Imposto de Renda e da CSLL		R$ (60.985.670,77)	R$ (61.069.261,37)
Lucro Liquido do ExercÃ-cio		R$ 218.858.973,87	R$ 645.334.056,82

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 73.23.D3.0A.E2.7B.76.A9.69.46.C9.F9.30.DD.8E.E5.FE.BF.CF.4F-0, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.3.5 do Visualizador

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Mensagem da Administração: É com muita satisfação e confiança que apresentamos os resultados de 2025, demonstrando patamares históricos de receita, EBITDA e margens operacionais. Agradecemos aos nossos Clientes pela preferência, e à nossa Gente que, com comprometimento e determinação, executaram com eficiência e qualidade na execução do nosso planejamento estratégico anual. Aos Fornecedores e Acionistas, muito obrigado pela confiança e por participarem dessa evolução. Em 2025 tivemos receita líquida de R$2,7 bilhões com crescimento de 14,0% frente a 2024. Já frota total atingiu 46,4 mil carros no mesmo período, uma redução de 6,8% frente a frota total de 49,7 mil carros em 2024. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2025. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

AVISO: 1.) As Demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeiras e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. **2.)** As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/ - Jornal "O Estado de S.Paulo" / Estadão RI - Edição de 31 de março de 2026.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	65.189	25.037
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	8	870.050	506.063
Contas a receber	9	431.450	365.664
Estoques	–	7.511	5.664
Tributos a recuperar	–	3.338	2.182
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.3	59.446	90.283
Veículos desativados para renovação de frota	10	129.154	148.063
Outros créditos e adiantamentos	–	45.734	51.347
Total dos ativos circulantes		**1.611.872**	**1.194.303**
Não circulante			
Contas a receber	9	65	42
Tributos a recuperar	–	42.783	35.878
Depósitos judiciais	17	1.772	1.705
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.3	66.971	–
Outros créditos e adiantamentos	–	5.495	8.247
Total do ativo realizável a longo prazo		**117.086**	**45.872**
Imobilizado	11	4.777.798	4.915.602
Intangível	12	9.945	9.409
Total dos ativos não circulantes		**4.904.829**	**4.970.883**
Total do ativo		**6.516.701**	**6.165.186**

Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	13	494.470	441.280
Debêntures	15	629.693	–
Arrendamentos por direito de uso	16	4.433	4.552
Obrigações trabalhistas e sociais	–	8.906	8.912
Tributos a recolher	–	47.221	34.858
Cessão de direitos creditórios	14	1.133	128.238
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	97.740	23.109
Total dos passivos circulantes		**1.283.596**	**640.949**
Não circulante			
Arrendamentos por direito de uso	16	8.914	5.707
Provisões para demandas judiciais e administrativas	17	345	32
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	361.788	300.719
Cessão de direitos creditórios	14	–	1.044
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	284	331
Total dos passivos não circulantes		**371.331**	**307.833**
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.823.392	1.823.392
Reservas de capital	–	2.674.342	3.267.308
Reservas de lucros	20.2	364.040	125.704
Total do patrimônio líquido		**4.861.774**	**5.216.404**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.516.701**	**6.165.186**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	21	2.661.209	2.333.672
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	22	(1.891.397)	(1.683.170)
(=) Lucro bruto		**769.812**	**650.502**
Despesas comerciais	22	(32.578)	(16.298)
Despesas administrativas	22	(43.639)	(30.860)
Provisão para perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	22	(7.175)	(4.735)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	22	1.073	(17.167)
Despesas operacionais, líquidas		**(82.319)**	**(69.060)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**687.493**	**581.442**
Receitas financeiras	23	105.458	38.337
Despesas financeiras	23	(86.601)	(339.935)
Resultado financeiro, líquido		**18.857**	**(301.598)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**706.350**	**279.844**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19.1	(61.069)	(60.986)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(61.069)**	**(60.986)**
Lucro líquido do exercício		**645.281**	**218.858**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**645.281**	**218.858**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**645.281**	**218.858**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	–	706.350	279.844
Depreciação, amortização e impairment de ativos	22	645.711	554.828
Custo de venda de ativos desmobilizados	22	874.096	782.267
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	7.175	4.735
Baixa de ativos	11 e 12	38.844	29.075
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	17.1	313	(70)
Juros e variações monetárias sobre debêntures, cessão de direitos creditórios, arrendamentos e ajuste a valor presente das debêntures	14, 15 e 16	63.731	462.065
		2.336.220	**2.112.744**
Variações no capital circulante liquido operacional			
Contas a receber	9	(72.984)	(37.946)
Fornecedores	13	(16.198)	(213.463)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	(2.649)	(9.708)
Outros créditos e adiantamentos e passivos circulantes e não circulantes	–	44.901	(192.849)
Variações no capital circulante líquido operacional		**(46.930)**	**(453.966)**
		2.289.290	**1.658.778**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	19	–	(1.150)
Juros pagos sobre debêntures e cessão de direitos creditórios	15 e 16	(832)	(234.824)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	25.1	(1.317.012)	(1.906.348)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**971.446**	**(483.544)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	(363.987)	24.026
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**607.459**	**(459.518)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado e intangível para investimento	24.1	(7.675)	(13.770)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(7.675)**	**(13.770)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Conversão das debêntures em ações	–	–	400.000
Captação de cessão de direitos creditórios	14	91.963	562.731
Amortização direito de uso e cessão de crédito	14 e 16	(251.595)	(452.321)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20.3.1	(400.000)	(18.278)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(559.632)**	**492.132**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**40.152**	**18.844**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	–	25.037	6.193
No final do exercício	–	65.189	25.037
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**40.152**	**18.844**
Informações suplementares aos fluxos de caixa - efeito não caixa			
Valor justo dos juros a pagar na data da renegociação de debêntures	15	592.966	–

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

				Reserva de lucros			
	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**3.267.308**	**–**	**45.964**	**79.740**	**–**	**5.216.404**
Instrumento financeiro da debênture conversível em ações (nota 20.2)	–	(592.966)	–	–	–	–	(592.966)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	645.281	645.281
Reserva legal (nota 20.3)	–	–	–	32.264	–	(32.264)	–
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos (nota 20.4)	–	–	–	–	–	(406.945)	(406.945)
Constituição de reserva para investimento (nota 20.3)	–	–	–	–	206.072	(206.072)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.823.392**	**2.674.342**	**–**	**78.228**	**285.812**	**–**	**4.861.774**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**
Aumento de capital	385.170	–	(385.170)	–	–	–	–
Emissão de debêntures conversíveis em ações (nota 20.2)	–	1.143.050	–	–	–	–	1.143.050
Ajuste ao valor presente da debênture conversível em ações (nota 20.2)	–	211.551	–	–	–	–	211.551
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	218.858	218.858
Reserva legal (nota 20.3)	–	–	–	10.943	–	(10.943)	–
Constituição de reserva para investimento (nota 20.3)	–	–	–	–	207.915	(207.915)	–
Distribuição de dividendos adicionais (nota 20.3)	–	–	–	–	(630.000)	–	(630.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos (nota 20.3)	–	–	–	–	(133.000)	–	(133.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**3.267.308**	**–**	**45.964**	**79.740**	**–**	**5.216.404**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia" ou "CS Frotas") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 100% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ('rent a car' ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). A Companhia é dedicada ao atendimento de empresas do setor público e de economia mista, resultando em operações de licitações públicas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo práticas da legislação societária brasileiras, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de março de 2026. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ('R$'), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS Frotas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS Frotas na nota explicativa 6. **2.4. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes, dada sua natureza, é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas, e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas através da sua controladora Movida Participações contempla em sua rotina de gestão as avaliações de riscos climáticos, e busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou reduzam os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A Movida Participações possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos, incluindo o tema mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam identificar, avaliar e, quando necessário, mitigar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam reduzir as exposições identificadas. A Movida Participações, por meio da emissão do Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021, assumiu metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, de 30% da intensidade (tCO_2/R$ MM receita) até 2030, com base no ano de 2019. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 e 3 (categoria 13). A gestão e contribuição da Movida Participações no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da Movida Participações, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de veículos flex; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Instalação de painéis solares nas lojas para consumo de energia renovável e, consequentemente, redução das emissões de escopo 2. O inventário de emissões é divulgado pela Movida Participações. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgado anualmente. Além disso, a gestão do tema é constantemente aprimorada em busca do objetivo traçado, cujo inventário anual é divulgado desde 2019 no Registro Público de Emissões, considerando a metodologia do Programa GHG Protocol, tendo obtido o selo Ouro no último ano. A Companhia recebeu em 2025 a nota A no Carbon Disclosure Project (CDP) Climate Change, avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a CS Frotas não teve impactos financeiros relevantes decorrentes de eventos originados de mudanças climáticas além daqueles já registrados nas demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional do Grupo. **3.2. Incertezas sobre estimativas e premissas contábeis:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco relevante de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 19.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 10; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 12.1; e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas, reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 17; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 6.1.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP 259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, autorizando a emissão nesta data.

Mogi das Cruzes, 30 de março de 2026

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitido nesta data.

Mogi das Cruzes, 30 de março de 2026

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADA

Aos Administradores e Acionistas
CS BRASIL FROTAS S.A.

O relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após a mensagem da administração dessa publicação resumida.

Barueri, 30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora - CRC 1 SP291166/O-4

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

Mensagem da Administração: É com muita satisfação e confiança que apresentamos os resultados de 2025, demonstrando patamares históricos de receita, EBITDA e margens operacionais. Agradecemos aos nossos Clientes pela preferência, e à nossa Gente que, com comprometimento e determinação, executaram com eficiência e qualidade na execução do nosso planejamento estratégico anual. Aos Fornecedores e Acionistas, muito obrigado pela confiança e por participarem dessa evolução. Em 2025 tivemos receita líquida de R$2,7 bilhões com crescimento de 14,0% frente a 2024. Ja frota total atingiu 46,4 mil carros no mesmo período, uma redução de 6,8% frente a frota total de 49,7 mil carros em 2024. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2025. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	65.189	25.037
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	8	870.050	506.063
Contas a receber	9	431.450	365.664
Estoques	–	7.511	5.664
Tributos a recuperar	–	3.338	2.182
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.3	59.446	90.283
Veículos desativados para renovação de frota	10	129.154	148.063
Outros créditos e adiantamentos	–	45.734	51.347
Total dos ativos circulantes		**1.611.872**	**1.194.303**
Não circulante			
Contas a receber	9	65	42
Tributos a recuperar	–	42.783	35.878
Depósitos judiciais	17	1.772	1.705
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.3	66.971	–
Outros créditos e adiantamentos	–	5.495	8.247
Total do ativo realizável a longo prazo		**117.086**	**45.872**
Imobilizado	11	4.777.798	4.915.602
Intangível	12	9.945	9.409
Total dos ativos não circulantes		**4.904.829**	**4.970.883**
Total do ativo		**6.516.701**	**6.165.186**

Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	13	494.470	441.280
Debêntures	15	629.693	–
Arrendamentos por direito de uso	16	4.433	4.552
Obrigações trabalhistas e sociais	–	8.906	8.912
Tributos a recolher	–	47.221	34.858
Cessão de direitos creditórios	14	1.133	128.238
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	97.740	23.109
Total dos passivos circulantes		**1.283.596**	**640.949**
Não circulante			
Arrendamentos por direito de uso	16	8.914	5.707
Provisões para demandas judiciais e administrativas	17	345	32
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	361.788	300.719
Cessão de direitos creditórios	14	–	1.044
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	284	331
Total dos passivos não circulantes		**371.331**	**307.833**
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.823.392	1.823.392
Reservas de capital	–	2.674.342	3.267.308
Reservas de lucros	20.2	364.040	125.704
Total do patrimônio líquido		**4.861.774**	**5.216.404**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.516.701**	**6.165.186**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	21	2.661.209	2.333.672
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	22	(1.891.397)	(1.683.170)
(=) Lucro bruto		**769.812**	**650.502**
Despesas comerciais	22	(32.578)	(16.298)
Despesas administrativas	22	(43.639)	(30.860)
Provisão para perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	22	(7.175)	(4.735)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	22	1.073	(17.167)
Despesas operacionais, líquidas		**(82.319)**	**(69.060)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**687.493**	**581.442**
Receitas financeiras	23	105.458	38.337
Despesas financeiras	23	(86.601)	(339.935)
Resultado financeiro, líquido		**18.857**	**(301.598)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**706.350**	**279.844**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19.1	(61.069)	(60.986)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(61.069)**	**(60.986)**
Lucro líquido do exercício		**645.281**	**218.858**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**645.281**	**218.858**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**645.281**	**218.858**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	–	706.350	279.844
Depreciação, amortização e impairment de ativos	22	645.711	554.828
Custo de venda de ativos desmobilizados	22	874.096	782.267
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	7.175	4.735
Baixa de ativos	11 e 12	38.844	29.075
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	17.1	313	(70)
Juros e variações monetárias sobre debêntures, cessão de direitos creditórios, arrendamentos e ajuste a valor presente das debêntures	14, 15 e 16	63.731	462.065
		2.336.220	**2.112.744**
Variações no capital circulante liquido operacional			
Contas a receber	9	(72.984)	(37.946)
Fornecedores	13	(16.198)	(213.463)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	(2.649)	(9.708)
Outros créditos e adiantamentos e passivos circulantes e não circulantes	–	44.901	(192.849)
Variações no capital circulante líquido operacional		**(46.930)**	**(453.966)**
		2.289.290	**1.658.778**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	19	–	(1.150)
Juros pagos sobre debêntures e cessão de direitos creditórios	15 e 16	(832)	(234.824)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	25.1	(1.317.012)	(1.906.348)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**971.446**	**(483.544)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	(363.987)	24.026
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**607.459**	**(459.518)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado e intangível para investimento	24.1	(7.675)	(13.770)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(7.675)**	**(13.770)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Conversão das debêntures em ações	–	–	400.000
Captação de cessão de direitos creditórios	14	91.963	562.731
Amortização direito de uso e cessão de crédito	14 e 16	(251.595)	(452.321)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20.3.1	(400.000)	(18.278)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(559.632)**	**492.132**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**40.152**	**18.844**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	–	25.037	6.193
No final do exercício	–	65.189	25.037
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**40.152**	**18.844**
Informações suplementares aos fluxos de caixa - efeito não caixa			
Valor justo dos juros a pagar na data da renegociação de debêntures	15	592.966	–

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

				Reserva de lucros			
	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**3.267.308**	**–**	**45.964**	**79.740**	**–**	**5.216.404**
Instrumento financeiro da debênture conversível em ações (nota 20.2)	–	(592.966)	–	–	–	–	(592.966)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	645.281	645.281
Reserva legal (nota 20.3)	–	–	–	32.264	–	(32.264)	–
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos (nota 20.4)	–	–	–	–		(406.945)	(406.945)
Constituição de reserva para investimento (nota 20.3)	–	–	–	–	206.072	(206.072)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.823.392**	**2.674.342**	**–**	**78.228**	**285.812**	**–**	**4.861.774**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**
Aumento de capital	385.170	–	(385.170)	–	–	–	–
Emissão de debêntures conversíveis em ações (nota 20.2)	–	1.143.050	–	–	–	–	1.143.050
Ajuste ao valor presente da debênture conversível em ações (nota 20.2)	–	211.551	–	–	–	–	211.551
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	218.858	218.858
Reserva legal (nota 20.3)	–	–	–	10.943	–	(10.943)	–
Constituição de reserva para investimento (nota 20.3)	–	–	–	–	207.915	(207.915)	–
Distribuição de dividendos adicionais (nota 20.3)	–	–	–	–	(630.000)	–	(630.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos (nota 20.3)	–	–	–	–	(133.000)	–	(133.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**3.267.308**	**–**	**45.964**	**79.740**	**–**	**5.216.404**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CS Brasil Frotas SA ("Companhia" ou "CS Frotas") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da Movida Participações SA (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 100% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ('rent a car' ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). A Companhia é dedicada ao atendimento de empresas do setor público e de economia mista, resultando em operações de licitações públicas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo práticas da legislação societária brasileiras, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de março de 2026. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ('R$'), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS Frotas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS Frotas na nota explicativa 6. **2.4. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes, dada sua natureza, é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas, e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas através da sua controladora Movida Participações contempla em sua rotina de gestão as avaliações de riscos climáticos, e busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou reduzam os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A Movida Participações possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos, incluindo o tema mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam identificar, avaliar e, quando necessário, mitigar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam reduzir as exposições identificadas. A Movida Participações, por meio da emissão do Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021, assumiu metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, de 30% da intensidade (tCO_2/R$ MM receita) até 2030, com base no ano de 2019. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 e 3 (categoria 13). A gestão e contribuição da Movida Participações no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da Movida Participações, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de veículos flex; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Instalação de painéis solares nas lojas para consumo de energia renovável e, consequentemente, redução das emissões de escopo 2. O inventário de emissões é divulgado pela Movida Participações. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgado anualmente. Além disso, a gestão do tema é constantemente aprimorada em busca do objetivo traçado, cujo inventário anual é divulgado desde 2019 no Registro Público de Emissões, considerando a metodologia do Programa GHG Protocol, tendo obtido o selo Ouro no último ano. A Companhia recebeu em 2025 a nota A no Carbon Disclosure Project (CDP) Climate Change, avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a CS Frotas não teve impactos financeiros relevantes decorrentes de eventos originados de mudanças climáticas além daqueles já registrados nas demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional do Grupo. **3.2. Incertezas sobre estimativas e premissas contábeis:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco relevante de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 19.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 10; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 12.1; e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas, reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 17; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 6.1.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: Os instrumentos financeiros da companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **Reconhecimento e mensuração:** Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a CS Frotas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, exceto o contas a receber de clientes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 31/03/2026 | 00:07:19 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **b) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Classificação e mensuração:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **c) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha na data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor. **4.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras:** As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes. **4.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas ("PECLD" ou "Impairment"). Para contratos de alugueis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. **4.5. Veículos desativados para renovação da frota:** Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como veículos desativados para renovação da frota, os ativos deixam de ser depreciados. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base do ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. Os veículos desativados para renovação de frota são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **4.6. Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *("impairment")*, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Baixas:** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. **d) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo de bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A CS Frotas adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. Durante o ano de 2025, uma avaliação foi efetuada e as taxas foram então ajustadas para refletir o cenário atual de mercado. **e) Teste de perda de valor recuperável (Impairment):** Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso **4.7. Intangível: a) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **b) Amortização:** A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. Os ativos sem prazo de vida útil definido não são amortizados, mas são testados anualmente para identificar eventual perda do respectivo valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. **c) Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** A CS Frotas reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A CS Frotas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *"impairment"* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a CS Frotas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CS Frotas para a recuperação dos valores devidos. **4.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa efetiva de juros. **4.9. Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **4.10. Arrendamento a pagar - direito de uso:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) . **a) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a CS Frotas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a CS optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A CS Frotas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos de contrato e o tipo de ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; (ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a CS alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A CS Frotas apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. Os ativos e passivos por direito de uso estão classificados por classe de ativos. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia se isenta de reconhecimento e opta por não aplicar os requisitos do CPC 06 (R2) para os itens abaixo: (i) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; (ii) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor, ou em que o ativo é considerado irrelevante para fins contábeis (por exemplo, equipamentos de TI); (iii) Exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e (iv) Utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **b) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a CS Frotas atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 6.1. e 12.1). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2). **c) Subarrendamento:** A CS Frotas arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado. A movimentação dos veículos subarrendados está divulgada na NE 16 na classe de veículos. **4.11. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas:** A CS Frotas é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidencias disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: **Cíveis** - Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras. **Trabalhistas** - As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a CS Frotas não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária. **4.12. Transação com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). A Companhia por meio de política emitida pela sua controladora e aplicável para todas as controladas do Grupo Movida, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração o preço mínimo de venda pela CS Frotas deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela CS Frotas nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **4.13. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela CS Frotas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição fiscal sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da CS Frotas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **4.14. Patrimônio líquido: a) Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. **b) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **c) Reserva de capital:** As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado. As respectivas reservas refletem, essencialmente, as contribuições feitas pelos acionistas que estão diretamente relacionados à formação ou ao incremento do capital social. As reservas de capital constituem-se em grupo de contas integrantes do patrimônio líquido. **d) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela administração no uso de juros sobre capital próprio, ou pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária quando se referir a dividendos. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **4.15. Receita líquida das locações, prestações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços:** As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita: **a) Receita de prestação de serviços (locação de veículos):** A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais. **b) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços:** A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

5.1. Alteração e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025: 5.1.1 Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 37 CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram um impacto material nas demonstrações financeiras da CS Frotas. **5.1.2 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. As alterações não tiveram um impacto material nas demonstrações financeiras da CS Frotas. **5.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: 5.2.1. CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em 10 de outubro de 2025, o CPC aprovou o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras, tornando-se obrigatório no Brasil para empresas abertas a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada não permitida no Brasil. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente. A CS Frotas está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. **5.2.2. Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" e CPC 40 (R1) - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. Não há outras normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da CS Frotas. **5.2.3. Tributação de dividendos - Lei nº 15.270/25:** Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026. Um ponto relevante da Lei nº 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos. **5.2.4. Reforma tributária:** A Emenda Constitucional nº 132 de 2023 instituiu a reforma do sistema tributário brasileiro incidente sobre o consumo. O novo modelo prevê, entre seus principais pilares, a não cumulatividade plena, o amplo direito a créditos, a tributação no destino e a ampliação da base de incidência, além de estabelecer a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, aplicável a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A regulamentação inicial da reforma foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214 de 2025, que dispõe sobre aspectos gerais de incidência, apuração e creditamento da CBS e do IBS, bem como pela Lei Complementar nº 227, publicada em janeiro de 2026, que regulamentou a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual. A partir 1º de janeiro de 2026, os novos tributos passam a ser destacados de forma informativa nos documentos fiscais, com alíquotas teste de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS, sem efeitos financeiros para os contribuintes. A substituição efetiva dos tributos atuais ocorrerá progressivamente entre 2027 e 2033, período em que o sistema vigente e o novo modelo coexistirão. A Companhia acompanha os desdobramentos legislativos e regulatórios relacionados à reforma tributária e vem realizando análise de cenários e potenciais impactos futuros em suas operações, processos, sistemas e cadeia de suprimentos. No entanto, considerando que ainda existem regulamentações pendentes, incluindo a definição das alíquotas dos novos tributos, os efeitos econômicos e operacionais da reforma tributária somente poderão ser mensurados com maior precisão após a conclusão do processo regulatório. Em função do estágio atual de implementação da reforma e considerando que seus efeitos financeiros ocorrerão apenas em exercícios futuros, não foram identificados impactos contábeis nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 31/03/2026 | 00:07:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S. SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

6.1 Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	–	65.189	65.189	–	25.037	25.037
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	870.050	–	870.050	506.063	–	506.063
Contas a receber	–	431.515	431.515	–	365.706	365.706
Outros créditos e adiantamentos	–	51.229	51.229	–	59.594	59.594
Total	**870.050**	**547.933**	**1.417.983**	**506.063**	**450.337**	**956.400**
Passivos, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	–	494.470	494.470	–	441.280	441.280
Debêntures	–	629.693	629.693	–	–	–
Arrendamentos por direito de uso	–	13.347	13.347	–	10.259	10.259
Cessão de direitos creditórios	–	1.133	1.133	–	129.282	129.282
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	98.024	98.024	–	23.109	23.109
Total	**–**	**1.236.667**	**1.236.667**	**–**	**603.930**	**603.930**

6.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, está demonstrada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	65.189	65.189	25.037	25.037
Títulos e valores mobiliários	870.050	870.050	506.063	506.063
Contas a receber	431.515	431.515	365.706	365.706
Outros créditos e adiantamentos	51.229	51.229	59.594	59.594
Total	**1.417.983**	**1.417.983**	**956.400**	**956.400**
Passivos financeiros				
Fornecedores	494.470	494.470	441.280	441.280
Debêntures	629.693	629.693	–	–
Arrendamentos por direito de uso	13.347	19.126	10.259	10.259
Cessão de direitos creditórios	1.133	1.293	129.282	129.282
Outras contas a pagar e adiantamentos	98.024	98.024	23.109	23.109
Total	**1.236.667**	**1.242.606**	**603.930**	**603.930**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	45.603	45.603	4.808	4.808
Aplicação Automatica	469	469	4.420	4.420
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	–	–	–
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR)	870.050	870.050	506.063	506.063
Subtotal	**916.122**	**916.122**	**515.291**	**515.291**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo				
Cessão de direitos creditórios	1.133	1.133	129.282	129.282
Debêntures	629.693	629.693	–	–
Subtotal	**630.826**	**630.826**	**129.282**	**129.282**
Total	**1.546.948**	**1.546.948**	**644.573**	**644.573**

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) *A análise de fluxos de caixa descontados.* A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	**1M**	**6M**	**1A**	**2A**	**3A**	**5A**	**10A**
Taxa (a.a.) - %	14,90%	14,22%	13,40%	13,19%	13,40%	13,59%	13,48%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2025

6.3 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez. A Administração da CS Frotas supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da CS Frotas monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (hedge) dos riscos conhecidos. A CS Frotas não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros créditos e adiantamentos de risco especulativo. Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros. **i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da CS Frotas de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	**Qualidade**
Br AAA	Prime
Br AA+, Br AA, Br AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, Br A, Br A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, Br BBB, Br BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, Br BB, Br BB-	Grau Especulativo
Br B+, Br B, Br B-	Grau Altamente Especulativo
Br Br CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
Br Br CCC	Grau Extremamente Especulativo
Br Br CCC-, Br CC, Br C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
Br Br DDD, Br DD, Br D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa fundo fixo	**221**	**131**
Br AAA	1.803	15.660
Br AA	17.093	–
Br A	–	18
Total depositados em conta corrente	**18.896**	**15.678**
Total de disponibilidades	**19.117**	**15.809**
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	46.072	9.228
Total de aplicações financeiras	**46.072**	**9.228**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**65.189**	**25.037**
	31/12/2025	**31/12/2024**
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	870.050	506.063
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	**870.050**	**506.063**

ii. Contas a receber: O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em ranking de companhias especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da CS Frotas. **b) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da CS Frotas ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco cambial e risco de preço que pode ser de "commodities", de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a CS Frotas se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Atualmente, a CS Frotas está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do euro e do dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures. **i. Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A CS Frotas está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, debêntures e arrendamentos. Como política, a Companhia procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. **ii. Risco de variação da inflação:** A CS Frotas possuia debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo. **c) Risco de liquidez:** A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da CS Frotas é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

Passivo financeiros	**Contábil**	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Fornecedores	494.470	494.470	494.470	–	–
Debêntures	629.693	795.540	795.540	–	–
Arrendamentos por direito de uso	13.347	19.126	5.826	7.944	5.356
Cessão de direitos creditórios	1.133	1.293	1.293	–	–
Outras contas a pagar e adiantamentos	98.024	98.024	97.740	284	–
Total	**1.236.667**	**1.408.453**	**1.394.869**	**8.228**	**5.356**

6.4 Sensibilidade a taxas de juros e moeda: A CS Frotas efetuou análise de sensibilidade de acordo com suas políticas e julgamento, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis: - CDI em 13,40% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); - SELIC de 13,40% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil); - Euro de R$ 7,00 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão), - IPCA de 7,87% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão) - SOFR projetada para um ano foi de 3,87% (fonte: Federal Reserve New York Bank). - TJLP 7,82% a.a. (fonte: BNDES). Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar os impactos das mudanças nas variáveis de mercado que afetam os instrumentos financeiros, receitas e despesas da Companhia, permanecendo os demais indicadores de mercado constantes. Quando da ocorrência da liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser materialmente diferentes dos demonstrados nos quadros abaixo. A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Descrição	**Valor contábil 31/12/2025**	**Cenário Provável I**	**Cenário II - deterioração de 25%**	**Cenário III - deterioração de 50%**
Saldos sujeitos à exposição em variação do CDI	3.380.550	(544.607)	(657.855)	(771.103)
Saldo sujeito à exposição líquida	**3.380.550**	**(544.607)**	**(657.855)**	**(771.103)**

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN e BM&F

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	221	131
Bancos	18.896	15.678
Total de disponibilidades	**19.117**	**15.809**
Operações compromissadas	45.603	4.808
Aplicação automática	469	4.420
Total de aplicações financeiras	**46.072**	**9.228**
Total	**65.189**	**25.037**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio dos saldos de caixa e equivalentes de caixa foi de 14,30% a.a. (Em 31 de dezembro de 2024, o rendimento médio foi de 10,93% a.a.).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Operações	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR) (i)	870.050	506.063
Total	**870.050**	**506.063**

(i) *A CS Frotas investe recursos em fundos de investimento exclusivos que foram constituídos para aplicações financeiras realizadas exclusivamente por empresas do Grupo SIMPAR. As cotas desses fundos possuem liquidez diária, e a sua gestão é 100% terceirizada sob responsabilidade do Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal. O portfólio é composto por: (i) Letras Financeiras do Tesouro - LFT (30,68%); (ii) Letras do Tesouro Nacional (57,98%); e (iii) Letras financeiras (11,33%).* O rendimento médio das cotas que estão alocados em fundos de investimentos pela controladora Simpar é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o rendimento médio foi de 14,30% a.a. (14,93% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da CS Frotas a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4.

9. CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	68.265	196.984
Valores a receber com cartões de crédito	188.631	–
Receita de locação a faturar	133.196	129.125
Contas a receber - partes relacionadas	61.763	52.762
(–) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(20.340)	(13.165)
Total	**431.515**	**365.706**
Ativo circulante	431.450	365.664
Ativo não circulante	65	42
Total	**431.515**	**365.706**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a companhia não possuía saldo de contas a receber dado em garantia de dívidas. As informações sobre a mensuração ao valor justo e sobre a exposição da companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas nas notas explicativas 6.1, 6.2 e 6.3. **9.1 A movimentação das perdas esperadas (*impairment*):**

Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(13.165)**
(–) adições	(10.773)
(+) reversões	3.598
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(20.340)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(8.430)**
(–) adições	(6.631)
(+) reversões	1.896
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(13.165)**

9.2 Classificação por vencimento e suas respectivas taxas de perdas esperadas

	31/12/2025				31/12/2024			
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total
Total a vencer	**315.765**	**(729)**	**(0,23%)**	**315.036**	**285.826**	**(1.346)**	**(0,5%)**	**284.480**
Vencidos em até 30 dias	24.138	(659)	(2,73%)	23.479	10.729	(550)	(5,1%)	10.179
Vencidos de 31 a 90 dias	28.173	(693)	(2,46%)	27.480	20.783	(944)	(4,5%)	19.839
Vencidos de 91 a 180 dias	53.607	(1.719)	(3,21%)	51.888	33.632	(1.395)	(4,1%)	32.237
Vencidos de 181 a 365 dias	11.387	(4.384)	(38,50%)	7.003	13.549	(2.033)	(15,0%)	11.516
Vencidos há mais de 365 dias	18.785	(12.156)	(64,71%)	6.629	14.352	(6.897)	(48,1%)	7.455
Total vencidos	**136.090**	**(19.611)**	**(14,41%)**	**116.479**	**93.045**	**(11.819)**	**(12,7%)**	**81.226**
Total	**451.855**	**(20.340)**	**(4,50%)**	**431.515**	**378.871**	**(13.165)**	**(3,5%)**	**365.706**

10. VEÍCULOS DESATIVADOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA

As movimentações nos exercícios em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**148.063**
Bens transferidos do imobilizado	855.187
Bens baixados por venda	(874.096)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**129.154**
	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**127.548**
Bens transferidos do imobilizado	802.783
Bens baixados por venda	(782.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**148.063**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a companhia não tinha veículos desativados para renovação da frota dados em garantia de dívidas financeiras.

11. IMOBILIZADO

As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão a seguir apresentadas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.544.305**	**4.631**	**1.476**	**5.856**	**2.389**	**4.347**	**47.703**	**18.551**	**151**	**5.629.409**
Adições	1.386.400	342	–	328	1.219	4.239	–	8.336	–	1.400.864
Transferência para veículos destinados à renovação de frota	(1.251.981)	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.251.981)
Baixas	(48.918)	(337)	(1.799)	(44)	(97)	–	–	(1.010)	–	(52.205)
Transferências	1.447	(1.447)	6.888	73	(74)	(6.899)	–	–	–	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**5.631.253**	**3.189**	**6.565**	**6.213**	**3.437**	**1.687**	**47.703**	**25.877**	**151**	**5.726.075**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(653.766)**	**(1.017)**	**(303)**	**(1.384)**	**(494)**	**–**	**(47.319)**	**(9.517)**	**(7)**	**(713.807)**
Depreciação no exercício	(636.328)	(255)	(385)	(1.226)	(291)	–	–	(6.224)	–	(644.709)
Transferência para veículos destinados à renovação de frota	396.794	–	–	–	–	–	–	–	–	396.794
Baixas	11.935	337	83	–	17	–	–	1.073	–	13.445
Transferências	(198)	198	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(881.563)**	**(737)**	**(605)**	**(2.610)**	**(768)**	**–**	**(47.319)**	**(14.668)**	**(7)**	**(948.277)**
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.890.539**	**3.614**	**1.173**	**4.472**	**1.895**	**4.347**	**384**	**9.034**	**144**	**4.915.602**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**4.749.690**	**2.452**	**5.960**	**3.603**	**2.669**	**1.687**	**384**	**11.209**	**144**	**4.777.798**

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.656.235**	**7.226**	**1.476**	**3.556**	**1.348**	**179**	**47.703**	**15.423**	**151**	**4.733.297**
Adições	1.906.348	754	–	2.474	1.117	4.178	–	3.128	–	1.917.999
Transferência para veículos destinados à renovação de frota	(990.436)	–	–	–	–	–	–	–	–	(990.436)
Baixas	(31.186)	(5)	–	(171)	(89)	–	–	–	–	(31.451)
Transferências	3.344	(3.344)	–	(3)	13	(10)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.544.305**	**4.631**	**1.476**	**5.856**	**2.389**	**4.347**	**47.703**	**18.551**	**151**	**5.629.409**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(293.308)**	**(1.474)**	**(234)**	**(817)**	**(395)**	**–**	**(47.319)**	**(5.559)**	**(7)**	**(349.113)**
Depreciação no exercício	(549.748)	(155)	(69)	(605)	(188)	–	–	(3.958)	–	(554.723)
Transferência para veículos destinados à renovação de frota	187.653	–	–	–	–	–	–	–	–	187.653
Baixas	2.247	2	–	38	89	–	–	–	–	2.376
Transferências	(610)	610	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(653.766)**	**(1.017)**	**(303)**	**(1.384)**	**(494)**	**–**	**(47.319)**	**(9.517)**	**(7)**	**(713.807)**
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.362.927**	**5.752**	**1.242**	**2.739**	**953**	**179**	**384**	**9.864**	**144**	**4.384.184**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.890.539**	**3.614**	**1.173**	**4.472**	**1.895**	**4.347**	**384**	**9.034**	**144**	**4.915.602**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422004772
Data/Hora da Assinatura: 31/03/2026 | 00:07:31 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. As respectivas taxas médias anuais estão demonstradas na tabela abaixo:

Taxa média de depreciação (%)

Itens do imobilizado	31/12/2025	31/12/2024
Veículos	10,05%	7,14%
Máquinas e equipamentos	13,50%	13,25%
Computadores e periféricos	19,97%	20,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,01%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	16,50%	4,00%
Direito de uso (imóveis)	10,05%	38,45%

12. INTANGÍVEL

As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão a seguir apresentadas:

	Softwares	Total
Em 31 de dezembro de 2024	**9.704**	**9.704**
Adições	1.547	1.547
Baixas	(24)	(24)
Transferências	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**11.239**	**11.239**
Amortização:		
Em 31 de dezembro de 2024	**(295)**	**(295)**
Adições	(1.002)	(1.002)
Baixas	3	3
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.294)**	**(1.294)**
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2024	**9.409**	**9.409**
Em 31 de dezembro de 2025	**9.945**	**9.945**

	Softwares	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**4.362**	**4.362**
Adições	5.342	5.342
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**9.704**	**9.704**
Amortização:		
Em 31 de dezembro de 2023	**(190)**	**(190)**
Adiçoes	(105)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(295)**	**(295)**
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2023	**4.172**	**4.172**
Em 31 de dezembro de 2024	**9.409**	**9.409**

Taxa média anual ponderada de amortização aplicada:

Taxa média de amortização (%)

Itens do intangível	31/12/2025	31/12/2024
Softwares	20,00%	20,00%

12.1 Análise de redução ao valor recuperável dos ativos *(impairment):* O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou com maior frequência quando há indicadores de redução do valor recuperável de alguma das unidades geradoras de caixa ("UGC") em que estão alocados. A CS Frotas classifica as UGC's por seu segmentos GTF. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração atualizou seus estudos, e os resultados estão detalhados abaixo. **12.2 Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*):** O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2025, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	2025 - %
Taxas de desconto (*WACC*) [a]	12,15%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,70%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* [b] - média para os próximos 5 anos	2,24%
Unidades Geradoras de Caixa	**2024 - %**
Taxas de desconto (*WACC*) [a]	10,89%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,60%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* [b] - média para os próximos 5 anos	4,26%

[a] Taxa de desconto antes dos impostos conforme CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos; [b] Lajida: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. Sendo: i) Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres; ii) Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2026 a dezembro de 2030; iii) Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação; iv) O valor residual após dezembro 2029 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado assumindo um crescimento de 3,70%a.a., e v) Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia revisitou os estudos e não identificou ajustes.

13. FORNECEDORES

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Montadoras e concessionárias de veículos	453.551	384.163
Fornecedores de serviços e peças automotivos	12.395	14.692
Partes relacionadas (nota 18)	5.478	13.205
Fornecedores de serviços exceto automotivos	20.937	28.437
Outros	2.109	783
Total	**494.470**	**441.280**

14. CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de cessão de direitos creditórios no início do exercício	**129.282**	**–**
Cessões efetuadas (valor bruto)	91.963	562.731
Apropriação dos direitos performados (valor bruto)	(245.371)	(448.363)
Juros apropriados descontados	25.259	14.914
Passivo de cessão de direitos creditórios no encerramento do exercício	**1.133**	**129.282**
Circulante	1.133	128.238
Não circulante	–	1.044
Total	**1.133**	**129.282**

A CS Frotas efetuou cessões de direitos creditórios futuros decorrentes de contratos de locação de veículos firmados com alguns de seus clientes, em favor de terceiros, em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação em caso de inadimplência; e os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. O valor recebido foi reconhecido inicialmente a valor justo e a despesa financeira é reconhecida no resultado até a data da liquidação com base na taxa efetiva de juros do contrato. O vencimento desses contratos é em janeiro 2026.

15. DEBÊNTURES

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures no início do exercício	**–**	**130.296**
Juros pagos	–	(233.977)
Juros provisionados	36.727	315.232
Ajuste a valor presente[i]	–	(211.551)
Valor justo dos juros a pagar na data da renegociação de debêntures	592.966	–
Debêntures no encerramento do exercício	**629.693**	**–**
Circulante	629.693	–

[i] Em 31 de dezembro de 2024 o ajuste do valor presente das debêntures referem-se conversíveis em ações que foram incorporados ao patrimônio líquido. A Companhia realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo:

Entidade emissora	CS Frotas							
Descrição	**1ª Emissão**	**2ª Emissão**	**3ª Emissão**	**4ª Emissão**	**5ª Emissão**	**6ª Emissão**	**7ª Emissão**	**8ª Emissão**
a. Identificação do processo por natureza								
Instituição financeira	*Movida Participações*	*Movida Participações*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Participações*	*Movida Locação*	*Movida Locação*
Valor da 1ª Série	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	330.000	575.000
Valor da 2ª Série	–	–	–	–	–	–	–	60.000
Valor total	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	330.000	635.000
Emissão	27/01/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	14/11/2023	26/12/2023
Captação	27/01/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	14/11/2023	26/12/2023
Vencimento	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**
Espécie								
Identificação ativo na CETIP	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
b. Taxa de juros efetiva a.a. %								
1ª Série	CDI + 2,00%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%
c. Valor total da dívida								

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido, de modo que não houvesse obrigações a pagar para sua controladora em 31 de dezembro de 2024. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou um aditivo contratual prorrogando o prazo de conversão das debêntures conversíveis em ações. Os componentes de juros e ajuste a valor presente das debêntures conversíveis em ações foram reconhecidos como obrigação de curto prazo com obrigação em liquidar esses montantes junto à sua Controladora até 31 de dezembro de 2026.

16. ARRENDAMENTO POR DIREITO DE USO

A Companhia arrenda seus veículos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais. A Companhia subarrendou veículos. De acordo com o CPC 06 (R2), os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. A CS Frotas avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R2). A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33. A CS Frotas atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Contratos por prazo e taxa de desconto - Em 31 de dezembro de 2025

Prazos contratados	Taxa % a.a.
1	16,09%
2	15,68%
3	15,95%
5	16,50%
10	16,72%
15	16,76%
20	16,81%

Contratos por prazo e taxa de desconto - Em 31 de dezembro de 2024

Prazos contratados	Taxa % a.a.
1	19,20%
2	20,12%
3	19,94%
5	20,57%
10	19,49%
15	18,53%
20	19,16%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a CS Frotas é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.259**
Adição	8.336
Baixas	63
Pagamento de principal	(6.224)
Juros pagos	(832)
Juros apropriados	1.745
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**13.347**
Circulante	4.433
Não circulante	8.914
Total	**13.347**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Adição	3.128
Pagamento de principal	(3.958)
Juros pagos	(847)
Juros apropriados	1.147
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.259**
Circulante	4.552
Não circulante	5.707
Total	**10.259**

Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	Imóveis	31/12/2025	Imóveis	31/12/2024
Passivo circulante	**4.433**	**4.433**	**4.552**	**4.552**
Após 1° ano	3.558	3.558	2.306	2.306
Após 2° ano	2.870	2.870	1.774	1.774
Após 3° ano	1.510	1.510	1.310	1.310
Após 4° ano	302	302	317	317
Mais de 5 anos	674	674	–	–
Passivo não circulante	**8.914**	**8.914**	**5.707**	**5.707**
Total	**13.347**	**13.347**	**10.259**	**10.259**

A seguir é apresentado quadro o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	**Ajustado Valor presente**
Contraprestação do Arrendamento	13.347
PIS/COFINS	1.235

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R$ 1.235. Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 4,32% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2025:

Fluxos de caixa	**Valor contábil**	**Inflação projetada**
Ativo de direito de uso, líquido	11.593	12.094
Passivo de arrendamento	13.347	13.924
Despesa de depreciação	6.224	6.493
Despesas financeiras (nota 23)	1.745	1.820

16.1 Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis e de curto prazo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a CS Frotas reconheceu o montante de R$ 4.031 (R$ 4.648 em 31 de dezembro de 2024), referente a gastos relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo. **16.2 Companhia como arrendadora:** Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a CS Frotas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, foram considerados o prazo do arrendamento, entre outros. A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data-base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	497.090	757.526	676.526	626.652	689.063	–	3.246.857
Total	**497.090**	**757.526**	**676.526**	**626.652**	**689.063**	**–**	**3.246.857**

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

17.1 Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas: No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	1.766	1.705	318	23
Trabalhista	6	–	27	9
Total	**1.772**	**1.705**	**345**	**32**

Os depósitos judiciais referem-se a: (i) conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou (ii) depósitos em conta judicial em substituição de pagamentos de contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. **17.2 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas:** As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**23**	**9**	**32**
Constituição	555	40	595
Reversão	(260)	(22)	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**318**	**27**	**345**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**–**	**102**
Constituição	25	9	34
Reversão	(104)	–	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**23**	**9**	**32**

A CS Frotas não possui saldos sobre demandas judiciais e administrativas com prognóstico de perda provável na esfera tributária nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **17.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A CS Frotas também é parte em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	427	43
Cíveis	1.157	557
Tributárias [i]	127.830	217
Total	**129.414**	**816**

[i] *A CS Frotas recebeu um auto de infração de créditos de PIS/COFINS sobre atividade de locação e o não reconhecimento do diferimento da receita no montante de R$ 127.398.* As causas possíveis na esfera cível referem-se basicamente a reclamações de consumidores por suposta falha na prestação de serviços e de natureza indenizatória por lucros cessantes e danos materiais e morais por acidentes de trânsito envolvendo veículos de sua frota, não envolvendo valores relevantes de forma individual. Quanto às demandas trabalhistas, a Administração entende que não há nenhuma prática em particular que seja adotada e que dê ensejo aos pedidos reclamados, sendo que as reclamações ajuizadas contra a CS Frotas não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de diferenças de horas extras e de comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). A CS Frotas por meio de acordo comercial, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração, o preço mínimo de venda pela Movida deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela Movida nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **18.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo): a)** Contas a receber e outros créditos: Saldos oriundos de transações comerciais de venda de ativos em condições de mercado, reembolso de despesas, aluguel de carros, ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo. **b)** Fornecedores e outras contas a pagar: Compra de peças e acessórios em condições de mercado, ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo. Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Outros créditos	
Ativo	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldos com controladora				
CS Brasil Participações e Locações SA	–	22.982	–	–
Movida Participações SA	33.017	28.574	13.345	13.342
Subtotal	**33.017**	**51.556**	**13.345**	**13.342**
Saldos com partes relacionadas				
ATU12	–	10	–	6
Banco Brasileiro Créd. SA	170	89	–	–
CS Brasil Transportes	25.269	–	103	35
Graos do Piauí Rod. SPE	–	1	–	–
JSL S/A	531	483	1	1
Madre Corr. e Admin. Seg.	1	–	–	–
Mogi Mob. Trans. Pass. LTDA.	2	–	–	–
Original Indiana SA	12	24	163	132
Original New Provence SA	10	1	–	–
Original Veículos SA	297	353	2	–
Original Turim. SA	17	–	–	2
Original Seminovos SA	1	1	–	–
Ponto Veículos SA	107	242	–	–
SIMPAR S/A	1	–	3	10.172
Sinal Serv. de Integ. Indus.	2.038	–	–	–
Truckpad Tec. e Log. SA	–	2	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi. SA	290	–	–	8
Subtotal	**28.746**	**1.206**	**272**	**10.356**
Total	**61.763**	**52.762**	**13.617**	**23.698**

	Fornecedores		Debêntures e Outras contas a pagar	
Passivo	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldos com controladora				
Movida Participações SA	3.764	11.193	649.265	2.986
	3.764	**11.193**	**649.265**	**2.986**
Saldos com partes relacionadas				
BBC Pagamentos LTDA.	13	11	–	–
BBC Leasing	–	2	–	–
Banco Brasileiro Créd. SA	838	–	6.695	6.695
CS Brasil Transportes	248	1.838	309	362
CS BRASIL HOLD E LOC. SA	2	–	–	–
Ciclus Amazonia SA	–	–	1	–
CS Infra SA	–	–	1	–
H Point Comercial LTDA.	–	–	6	–
JSL S/A	72	84	502	516
Mogi Mob. Trans. Pass. LTDA.	1	1	–	–
Original Veículos SA	–	6	–	169
Ponto Veículos Ltda.	–	–	–	11
Quick Logística Ltda.	100	55	967	282
R Point Comercial LTDA.	18	–	–	–
SIMPAR S/A	363	–	37	15
SIMPAR Empreend. Imob.	–	15	–	–
Transrio Caminhões Ônibus	–	–	43	33
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi. SA	59	–	–	52
Vamos Seminovos S/A	–	–	78	–
Subtotal	**1.714**	**2.012**	**8.639**	**8.135**
Total	**5.478**	**13.205**	**657.904**	**11.121**

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 31/03/2026 | 00:07:38 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

18.2 Transações com partes relacionadas com efeito na demonstração do resultado: a) Locações de veículos e outras ativos efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento. **b)** Venda de ativos desmobilizados refere-se aos veículos que anteriormente eram locados e, como parte da estratégia de renovação da frota, foram vendidos a valor de mercado para partes relacionadas. **c)** Serviços prestados referem-se a eventuais serviços contratados, principalmente relacionados a transportes de cargas ou intermediação de ativos desmobilizados e venda direta de montadoras. **d)** A Companhia compartilha certos serviços administrativos com as empresas controladas pela Simpar e as despesas são rateadas e repassadas. **e)** Eventualmente são realizadas transações de mútuo e cessão de direitos de contas a receber com empresas do Grupo. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas após comparação com taxas praticadas por instituições financeiras.

Resultado	Receita de locação e prestação de serviços		Custo da locação e prestação de serviços		Receita com venda de ativos		Receita administrativa		Despesa administrativa		Receita financeira		Despesa financeira	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações com controladas														
Movida Participações S/A	3.446	945	(25.338)	(19.728)	–	–	27	–	(1.321)	–	–	61.537	(36.727)	(158.366)
Movida Locação de Veículos SA	–	2.715	–	(10.613)	–	–	–	–	–	–	–	389.460	–	(607.862)
Subtotal	**3.446**	**3.660**	**(25.338)**	**(30.341)**	**–**	**–**	**27**	**–**	**(1.321)**	**–**	**–**	**450.997**	**(36.727)**	**(766.228)**
Transações com partes relacionadas														
Banco Brasileiro Créd. SA	417	88	(46)	(21)	–	–	–	–	–		–		(586)	(2.057)
BBC Pagamentos LTDA.	–	–	(2)	(58)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
CS Brasil Transportes	2.659	5.447	(1.579)	(2.667)	432	1.733	43	31	(3)	(296)	–	–	–	–
CS BRASIL HOLD E LOC. SA	–	–	(4)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
CS Infra S.A	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	–	–
Grãos do Piauí Rod. SPE SA	–	–	–	–	–	–	3	3	–	–	–	–	–	–
Instituto Julio Simões	–	–	–	–	–	–	–	–	(2)	–	–	–	–	–
JSL S/A	520	684	(143)	(165)	693	–	4	2	(221)	(256)	–	–	–	–
Madre Corr. e Admin. Seg..	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mogi Mob. Trans. Pass. LTDA.	–	1	(100)	(26)	–	–	–	–	–	(1)	–	–	–	–
Original Veículos SA	2.234	276	(1.926)	(48)	–	131	1	–	–	–	–	–	–	–
Original Indiana SA	784	–	(607)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Original New Provence SA	68	–	(58)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Original Turim SA	30	–	(9)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ponto Veículos SA	1.488	191	(1.474)	(14)	–	51	–	–	–	–	–	–	–	–
Quick Logística Ltda.	95	91	(1.912)	(829)	–	–	–	–	(239)	(3)	–	–	–	–
R Point Comercial LTDA.	–	10	–	(16)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
SIMPAR S/A	–	–	(66)	(49)	–	–	1	1	(1.029)	(131)	–	–	–	–
SIMPAR Empreend. Imob.	–	–	(120)	(160)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saga Indiana	–	156	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saga Provence C V P LTDA.	–	4	–	(3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saga Turim	–	12	–	(10)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Sinal Serv. de Integ. Indus.	2.069	7	–	–	427	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transrio Caminhões Ônibus	4	13	(26)	(29)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transmoreno	–	25	–	(825)	–	–	–	–	–	(3)	–	–	–	–
Tiete Veículos LTDA.	–	–	–	(3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Truckpad Tec. e Log. SA	–	–	–	–	–	139	–	–	–	–	–	–	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi. SA	322	148	(195)	(49)	–	–	10	–	–	–	–	–	–	–
Vamos Seminovos S/A	–	–	(94)	–	–	–	–	–	(39)	–	–	–	–	–
Yolanda Logística, Armazém	–	–	(53)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	**10.692**	**7.153**	**(8.414)**	**(4.972)**	**1.552**	**2.054**	**65**	**37**	**(1.533)**	**(690)**	**–**	**–**	**(586)**	**(2.057)**
Total	**14.138**	**10.813**	**(33.752)**	**(35.313)**	**1.552**	**2.054**	**92**	**37**	**(2.854)**	**(690)**	**–**	**450.997**	**(37.313)**	**(768.285)**

18.3 Remuneração dos administradores: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração paga ao pessoal-chave da administração foi de R$ 3.010 (R$ 2.295 em 31 de dezembro de 2024). A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa	1.691	1.606
Remuneração variável	1.296	664
Benefícios	23	25
Total	**3.010**	**2.295**

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	42.602	42.591
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.440	2.390
Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	6.916	4.477
Perda na desvalorização de ativos (impairment)	–	17.637
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo CPC 06 (R2)	597	287
Debêntures Conversíveis	–	(6.918)
Outras provisões	4.876	2.713
Total do imposto diferido ativo	**58.431**	**63.177**
Imposto diferido passivo		
Receita a faturar de órgãos públicos	(11.882)	(18.798)
Depreciação econômica vs. fiscal	(367.798)	(304.556)
Imobilização *leasing* financeiro	(39.749)	(39.749)
Outros	(790)	(793)
Total do imposto diferido passivo	**(420.219)**	**(363.896)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(361.788)**	**(300.719)**
Tributos diferidos passivos	(361.788)	(300.719)
Total débitos fiscais, líquidos	**(361.788)**	**(300.719)**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**(300.719)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(61.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**(361.788)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**(239.733)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(60.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**(300.719)**

19.2 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social: As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**706.350**	**279.844**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(240.159)**	**(95.147)**
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	15.742	36.133
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes [i]	163.347	(157)
Outras exclusões/Outras adições	1	(1.815)
IRPJ e CSLL apurados	**(61.069)**	**(60.986)**
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	(61.069)	(60.986)
IRPJ e CSLL no resultado	**(61.069)**	**(60.986)**
Alíquotas efetivas	-8,65%	-21,79%

[i] *Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação refere-se a debêntures conversíveis em ações.* A declaração de imposto de renda da CS Frotas está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

19.3 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado:

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**90.283**	**90.283**
Pagamento de IRPJ/CSLL	–	–
Compensação com outros impostos federais e previdenciários	(50.541)	(50.541)
Antecipação de IRPJ/CSLL	86.675	86.675
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**126.417**	**126.417**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.881**	**36.881**
Pagamento de IRPJ/CSLL	1.150	1.150
Compensação com outros impostos federais e previdenciários	(13.532)	(13.532)
Antecipação de IRPJ/CSLL	65.784	65.784
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**90.283**	**90.283**

19.4 Prazo estimado de realização: Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2025 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Diretoria considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os períodos seguintes. Foi elaborado o seguinte cronograma para realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre base prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

Ano	R$ Mil
2026	22.994
2027	19.608
Total	**42.602**

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 1.823.392 (R$ 1.823.392 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 1.823.392.201 quotas sem valor nominal pertencentes 100% à Movida Participações (Em 31 de dezembro de 2024 eram 1.823.392.201).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**1.823.392.201**
Aumento de capital	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.823.392**	**1.823.392.201**
	Valor	**Quotas**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.438.222.201**
Aumento de capital	385.170	385.170.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**1.823.392.201**

20.2 Reserva de capital: O saldo acumulado da reserva de capital em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 2.674.342 (R$ 3.367.308 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído o montante de R$ 1.143.050 referente a debêntures conversíveis em ações e R$ 211.551 referente a ajuste ao valor presente dessas debêntures conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2025 o componente relativo à instrumento financeiro no montante de R$ 592.966 referente ao juros dos contratos de debêntures e ajuste a valor presente foi reclassificado do patrimônio líquido para o passivo financeiro conforme a natureza do instrumento. **20.3 Reserva de lucro:** Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da CS Frotas, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital. Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído o montante de R$ 32.264 (R$ 10.943 em 31 de dezembro de 2024) de reserva legal, R$ 206.072 (R$ 207.915 em 31 de dezembro de 2024) de reserva de lucros. As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R$ 78.228 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 45.964 em 31 de dezembro de 2024); Lucros retidos, no montante de R$ 285.812 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 79.740 em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia através da sua controladora Movida Participações, realizou a emissão de debêntures conversíveis em ações. A Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido. As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício foram igualmente convertidas em debêntures conversíveis em ações, ficando a Companhia desobrigada de reconhecimento de uma obrigação a pagar das referidas distribuições e dos passivos financeiros de debêntures em 31 de dezembro de 2024. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou um aditivo contratual prorrogando o prazo de conversão das debêntures conversíveis em ações e os componentes de juros e ajuste a valor presente das debêntures conversíveis em ações foram reconhecidos como obrigação de curto prazo com obrigação em liquidar esses montantes junto à sua Controladora até 31 de dezembro de 2026, conforme nota explicativa 15. A CS Frotas mantém a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da CS Frotas observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital subscrito da CS Frotas. **20.4 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** Em conformidade com o Estatuto Social da CS Frotas, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: • 5% destinados à constituição de reserva legal; e • Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida para contribuição de uma reserva de investimentos. O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da CS Frotas permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

	Juros sobre capital Próprio (i)	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**–**	**–**
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(39.355)	(360.645)	(400.000)
Juros sobre o capital próprio a pagar	39.355	–	39.355
Distribuição de lucros	–	360.645	360.645
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**–**	**–**	**–**

(i) *Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2025 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas no montante de R$ 46.300 (39.355, valor líquido de impostos).*

	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.406**	**12.872**	**18.278**
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(5.406)	(12.872)	(18.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**	**–**	**–**

21. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

21.1 Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços: A tabela a seguir, apresenta a composição analítica da receita de contratos com cliente das principais linhas de negócio e momento do reconhecimento da receita. Inclui também a conciliação da composição analítica da receita da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de locação [i]	1.976.744	1.692.409
Receita de venda de ativos desmobilizados [ii]	875.833	799.694
Receita bruta	**2.852.577**	**2.492.103**
(-) Deduções da receita		
Impostos incidentes sobre as receitas [iii]	(182.719)	(156.452)
Devoluções e abatimentos	(8.649)	(1.979)
	(191.368)	**(158.431)**
Receita líquida total	**2.661.209**	**2.333.672**
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	875.080	799.694
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	1.786.129	1.533.978
Receita líquida total	**2.661.209**	**2.333.672**

[i] Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) - Arrendamentos. [ii] Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 (R2) - Receita de contrato com cliente. [iii] Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

22. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(874.096)	(782.267)
Despesas com pessoal	(58.880)	(56.902)
Depreciação, amortização e desvalorização impairment de ativos	(645.711)	(554.723)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(7.175)	(4.735)
Comunicação e publicidade	(1.738)	(1.469)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(4.028)	(3.515)
Gastos e manutenções com veículos	(450.199)	(447.538)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	155.794	161.647
Custos na venda de veículos avariados	(20.082)	(18.390)
Serviços contratados de terceiros	(35.849)	(19.276)
Aluguel de imóveis	(4.031)	(4.648)
Outras (despesas)	(27.721)	(20.414)
Total	**(1.973.716)**	**(1.752.230)**
Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(1.891.397)	(1.683.170)
Despesas comerciais	(32.578)	(16.298)
Despesas administrativas	(43.639)	(30.860)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(7.175)	(4.735)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	1.073	(17.167)
Total	**(1.973.716)**	**(1.752.230)**

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	96.004	26.851
Juros recebidos	449	3.932
Outras receitas financeiras	9.005	7.554
Receita financeira total	**105.458**	**38.337**
Total de juros e encargos, sobre empréstimos devidos		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre debêntures	(36.727)	(315.232)
Juros sobre arrendamentos por direito de uso	(1.745)	(1.147)
Total de juros e encargos sobre dívidas	**(38.472)**	**(316.379)**
Despesas com taxas e impostos financeiros	(11.743)	(8.372)
Juros de outros passivos	(6.091)	(85)
Juros sobre cessão de direitos creditórios	(25.259)	(14.914)
Outras despesas financeiras	(5.036)	(185)
Total outras despesas financeiras	**(48.129)**	**(23.556)**
Despesas financeiras totais	**(86.601)**	**(339.935)**
Resultado financeiro líquido	**18.857**	**(301.598)**

24. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. **24.1 Aquisição de ativo imobilizado e intangível:** A Companhia faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Total das adições do imobilizado (nota 11)	1.400.864	1.917.999
Total das adições do intangível (nota 12)	1.547	5.247
Total das adições de arrendamentos por direito de uso (nota 16)	(8.336)	(3.128)
Variação do saldo:		
Fornecedores montadoras	(69.388)	–
Valor desembolsado em caixa para imobilizado de locação e intangível	**1.324.687**	**1.920.118**
Caixa para compra de ativo imobilizado para operacional	1.317.012	1.906.348
Caixa para compra de ativo imobilizado para investimento	6.128	8.523
Caixa para compra de ativo intangível para investimento	1.547	5.247
Total das adições no imobilizado e intangível	**1.324.687**	**1.920.118**

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP 259650/O-3

continua

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 31/03/2026 | 00:07:43 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

continuação

CS Brasil Frotas SA

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas SA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, autorizando a emissão nesta data.

Mogi das Cruzes, 30 de março de 2026

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho – Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa – Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas SA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitido nesta data.

Mogi das Cruzes, 30 de março de 2026

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho – Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa – Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas

CS Brasil Frotas SA

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas SA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora
CRC 1SP291166/O-4

DocuSigned by
Estadaori
Assinado por: S.A. O ESTADO DE S. PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 31/03/2026 | 00:07:49 BRT
O: ICP-Brasil, OU: AC SOLUTI Multipla v5
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC SOLUTI Multipla v5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

CS frotas

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27[illegible]

JUCESP PROTOCOLO
0.949.470/26-0

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: É com muita satisfação e confiança que apresentamos os resultados de 2025, demonstrando patamares históricos de receita, EBITDA e margens operacionais. Agradecemos aos nossos Clientes pela preferência, e à nossa Gente que, com comprometimento e determinação, executaram com eficiência e qualidade na execução do nosso planejamento estratégico anual. Aos Fornecedores e Acionistas, muito obrigado pela confiança e por participarem dessa evolução. Em 2025 tivemos receita líquida de R$2,7 bilhões com crescimento de 14,0% frente a 2024. Ja frota total atingiu 46,4 mil carros no mesmo período, uma redução de 6,8% frente a frota total de 49,7 mil carros em 2024. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2025. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmo[illegible] evoluindo em exo[illegible] a geração de valo[illegible] volvimento susten[illegible] vamos construir ju[illegible] muito obrigado pela confiança.

Joao Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	65.189	25.037
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	8	870.050	506.063
Contas a receber	9	431.450	365.664
Estoques	–	7.511	5.664
Tributos a recuperar	–	3.338	2.182
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.3	59.446	90.283
Veículos desativados para renovação de frota	10	129.154	148.063
Outros créditos e adiantamentos	–	45.734	51.347
Total dos ativos circulantes		1.611.872	1.194.303
Não circulante			
Contas a receber	9	65	42
Tributos a recuperar	–	42.783	35.878
Depósitos judiciais	17	1.772	1.705
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.3	66.971	–
Outros créditos e adiantamentos	–	5.495	8.247
Total do ativo realizável a longo prazo		117.086	45.872
Imobilizado	11	4.777.798	4.915.602
Intangível	12	9.945	9.409
Total dos ativos não circulantes		4.904.829	4.970.883
Total do ativo		6.516.701	6.165.186

Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	13	494.470	441.280
Debêntures	15	629.693	–
Arrendamentos por direito de uso	16	4.433	4.552
Obrigações trabalhistas e sociais	–	8.906	8.912
Tributos a recolher	–	47.221	34.858
Cessão de direitos creditórios	14	1.133	128.238
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	97.740	23.109
Total dos passivos circulantes		1.283.596	640.949
Não circulante			
Arrendamentos por direito de uso	16	8.914	5.707
Provisões para demandas judiciais e administrativas	17	345	32
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	361.788	300.719
Cessão de direitos creditórios	14	–	1.044
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	284	331
Total dos passivos não circulantes		371.331	307.833
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.823.392	1.823.392
Reservas de capital	–	2.674.342	3.267.308
Reservas de lucros	20.2	364.040	125.704
Total do patrimônio líquido		4.861.774	5.216.404
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.516.701	6.165.186

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	21	2.661.209	2.333.672
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	22	(1.891.397)	(1.683.170)
(=) Lucro bruto		769.812	650.502
Despesas comerciais	22	(32.578)	(16.298)
Despesas administrativas	22	(43.639)	(30.860)
Provisão para perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	22	(7.175)	(4.735)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	22	1.073	(17.167)
Despesas operacionais, líquidas		(82.319)	(69.060)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		687.493	581.442
Receitas financeiras	23	105.458	38.337
Despesas financeiras	23	(86.601)	(339.935)
Resultado financeiro, líquido		18.857	(301.598)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		706.350	279.844
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19.1	(61.069)	(60.986)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		(61.069)	(60.986)
Lucro líquido do exercício		645.281	218.858

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	645.281	218.858
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	645.281	218.858

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	–	706.350	279.844
Depreciação, amortização e impairment de ativos	22	645.711	554.828
Custo de venda de ativos desmobilizados	22	874.096	782.267
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	7.175	4.735
Baixa de ativos	11 e 12	38.644	29.075
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	17.1	313	(70)
Juros e variações monetárias sobre debêntures, cessão de direitos creditórios, arrendamentos e ajuste a valor presente das debêntures	14, 15 e 16	63.731	462.065
		2.336.220	2.112.744
Variações no capital circulante líquido operacional			
Contas a receber	9	(72.984)	(37.946)
Fornecedores	13	(16.198)	(213.463)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	(2.649)	(9.708)
Outros créditos e adiantamentos e passivos circulantes e não circulantes	–	44.901	(192.849)
Variações no capital circulante líquido operacional		(46.930)	(453.966)
		2.289.290	1.658.778
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	19	–	(1.150)
Juros pagos sobre debêntures e cessão de direitos creditórios	15 e 16	(832)	(234.824)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	25.1	(1.317.012)	(1.906.348)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		971.446	(483.544)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	(363.987)	24.026
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		607.459	(459.518)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado e intangível para investimento	24.1	(7.675)	(13.770)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(7.675)	(13.770)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Conversão das debêntures em ações	–	–	400.000
Captação de cessão de direitos creditórios	14	91.963	562.731
Amortização direito de uso e cessão de crédito	14 e 16	(251.595)	(452.321)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20.3.1	(400.000)	(18.278)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		(559.632)	492.132
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		40.152	18.844
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	–	25.037	6.193
No final do exercício	–	65.189	25.037
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		40.152	18.844
Informações suplementares aos fluxos de caixa - efeito não caixa			
Valor justo dos juros a pagar na data da renegociação de debêntures	15	592.966	–

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais

				Reserva de lucros			
	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.823.392	3.267.308	–	45.964	79.740	–	5.216.404
Instrumento financeiro da debênture conversível em ações (nota 20.2)	–	(592.966)	–	–	–	–	(592.966)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	645.281	645.281
Reserva legal (nota 20.3)	–	–	–	32.264	–	(32.264)	–
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos (nota 20.4)	–	–	–	–		(406.945)	(406.945)
Constituição de reserva para investimento (nota 20.3)	–	–	–	–	206.072	(206.072)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.823.392	2.674.342	–	78.228	285.812	–	4.861.774
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.438.222	1.912.707	385.170	35.021	634.825	–	4.405.945
Aumento de capital	385.170	–	(385.170)	–	–	–	–
Emissão de debêntures conversíveis em ações (nota 20.2)	–	1.143.050	–	–	–	–	1.143.050
Ajuste ao valor presente da debênture conversível em ações (nota 20.2)	–	211.551	–	–	–	–	211.551
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	218.858	218.858
Reserva legal (nota 20.3)	–	–	–	10.943	–	(10.943)	–
Constituição de reserva para investimento (nota 20.3)	–	–	–	–	207.915	(207.915)	–
Distribuição de dividendos adicionais (nota 20.3)	–	–	–	–	(630.000)	–	(630.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos (nota 20.3)	–	–	–	–	(133.000)	–	(133.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.823.392	3.267.308	–	45.964	79.740	–	5.216.404

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CS Brasil Frotas SA ("Companhia" ou "CS Frotas") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da Movida Participações SA (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 100% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ('rent a car' ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). A Companhia é dedicada ao atendimento de empresas do setor público e de economia mista, resultando em operações de licitações públicas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1. Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo práticas da legislação societária brasileiras, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de março de 2026. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ('R$'), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS Frotas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS Frotas na nota explicativa 6. **2.4. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes, dada sua natureza, é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas, e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas através da sua controladora Movida Participações contempla em sua rotina de gestão as avaliações de riscos climáticos, e busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou reduzam os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A Movida Participações possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos, incluindo o tema mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam identificar, avaliar e, quando necessário, mitigar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam reduzir as exposições identificadas. A Movida Participações, por meio da emissão do Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021, assumiu metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, de 30% da intensidade (tCO_2/R$ MM receita) até 2030, com base no ano de 2019. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 e 3 (categoria 13). A gestão e contribuição da Movida Participações no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da Movida Participações, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de veículos flex; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Instalação de painéis solares nas lojas para consumo de energia renovável e, consequentemente, redução das emissões de escopo 2. O inventário de emissões é divulgado pela Movida Participações. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgado anualmente. Além disso, a gestão do tema é constantemente aprimorada em busca do objetivo traçado, cujo inventário anual é divulgado desde 2019 no Registro Público de Emissões, considerando a metodologia do Programa GHG Protocol, tendo obtido o selo Ouro no último ano. A Companhia recebeu em 2025 a nota A no Carbon Disclosure Project (CDP) Climate Change, avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a CS Frotas não teve impactos financeiros relevantes decorrentes de eventos originados de mudanças climáticas além daqueles já registrados nas demonstrações financeiras.

3. USO DE ESTIMATIVAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional do Grupo. **3.2. Incertezas sobre estimativas e premissas contábeis:** As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco relevante de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 19.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 10; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 12.1; e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas, reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 17; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 6.1.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: Os instrumentos financeiros da companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **Reconhecimento e mensuração:** Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a CS Frotas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, exceto o contas a receber de clientes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade

continua →

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

–★ continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **b) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Classificação e mensuração:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **c) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha na data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor. **4.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras:** As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes. **4.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas ("PECLD" ou "Impairment"). Para contratos de alugueis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitoradas. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. **4.5. Veículos desativados para renovação da frota:** Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como veículos desativados para renovação da frota, os ativos deixam de ser depreciados. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base do ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. Os veículos desativados para renovação de frota são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **4.6. Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável *("impairment")*, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Baixas:** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. **d) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo de bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A CS Frotas adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. Durante o ano de 2025, uma avaliação foi efetuada e as taxas foram então ajustadas para refletir o cenário atual de mercado. **e) Teste de perda de valor recuperável (Impairment):** Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso **4.7. Intangível: a) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **b) Amortização:** A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo. Os ativos sem prazo de vida útil definido não são amortizados, mas são testados anualmente para identificar eventual perda do respectivo valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. **c) Redução ao valor recuperável ("impairment") de ativos financeiros:** A CS Frotas reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A CS Frotas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *"impairment"* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a CS Frotas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CS Frotas para a recuperação dos valores devidos. **4.8. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa efetiva de juros. **4.9. Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **4.10. Arrendamento a pagar - direito de uso:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) . **a) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a CS Frotas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a CS optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A CS Frotas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos de contrato e o tipo de ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; (ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a CS alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A CS Frotas apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. Os ativos e passivos por direito de uso estão classificados por classe de ativos. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia se isenta de reconhecimento e opta por não aplicar os requisitos do CPC 06 (R2) para os itens abaixo: (i) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; (ii) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor, ou em que o ativo é considerado irrelevante para fins contábeis (por exemplo, equipamentos de TI); (iii) Exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e (iv) Utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **b) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a CS Frotas atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 6.1. e 12.1). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2). **c) Subarrendamento:** A CS Frotas arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado. A movimentação dos veículos subarrendados está divulgada na NE 16 na classe de veículos. **4.11. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas:** A CS Frotas é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidencias disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: **Cíveis -** Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras. **Trabalhistas -** As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a CS Frotas não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária. **4.12. Transação com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). A Companhia por meio de política emitida pela sua controladora e aplicável para todas as controladas do Grupo Movida, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração o preço mínimo de venda pela CS Frotas deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela CS Frotas nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **4.13. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela CS Frotas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição fiscal sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da CS Frotas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **4.14. Patrimônio líquido: a) Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. **b) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **c) Reserva de capital:** As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado. As respectivas reservas refletem, essencialmente, as contribuições feitas pelos acionistas que estão diretamente relacionados à formação ou ao incremento do capital social. As reservas de capital constituem-se em grupo de contas integrantes do patrimônio líquido. **d) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela administração no uso de juros sobre capital próprio, ou pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária quando se referir a dividendos. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **4.15. Receita líquida das locações, prestações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços:** As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita: **a) Receita de prestação de serviços (locação de veículos):** A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais. **b) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços:** A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

5.1. Alteração e normas vigentes a partir de 1° de janeiro de 2025: 5.1.1 Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade: Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1° de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 37 CPC 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança específica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade. As alterações não tiveram um impacto material nas demonstrações financeiras da CS Frotas. **5.1.2 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1° de janeiro de 2025. As alterações não tiveram um impacto material nas demonstrações financeiras da CS Frotas. **5.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: 5.2.1. CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Em 10 de outubro de 2025, o CPC aprovou o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras, tornando-se obrigatório no Brasil para empresas abertas a partir de 1° de janeiro de 2027. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1° de janeiro de 2027, com adoção antecipada não permitida no Brasil. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente. A CS Frotas está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. **5.2.2. Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" e CPC 40 (R1) - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações: a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa; b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente; c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1° de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras. Não há outras normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da CS Frotas. **5.2.3. Tributação de dividendos - Lei n° 15.270/25:** Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei n° 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1° de janeiro de 2026. Um ponto relevante da Lei n° 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos. **5.2.4. Reforma tributária:** A Emenda Constitucional n° 132 de 2023 instituiu a reforma do sistema tributário brasileiro incidente sobre o consumo. O novo modelo prevê, entre seus principais pilares, a não cumulatividade plena, o amplo direito a créditos, a tributação no destino e a ampliação da base de incidência, além de estabelecer a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, aplicável a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente. A regulamentação inicial da reforma foi estabelecida pela Lei Complementar n° 214 de 2025, que dispõe sobre aspectos gerais de incidência, apuração e creditamento da CBS e do IBS, bem como pela Lei Complementar n° 227, publicada em janeiro de 2026, que regulamentou a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS. A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual. A partir 1° de janeiro de 2026, os novos tributos passam a ser destacados de forma informativa nos documentos fiscais, com alíquotas teste de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS, sem efeitos financeiros para os contribuintes. A substituição efetiva dos tributos atuais ocorrerá progressivamente entre 2027 e 2033, período em que o sistema vigente e o novo modelo coexistirão. A Companhia acompanha os desdobramentos legislativos e regulatórios relacionados à reforma tributária e vem realizando análise de cenários e potenciais impactos futuros em suas operações, processos, sistemas e cadeia de suprimentos. No entanto, considerando que ainda existem regulamentações pendentes, incluindo a definição das alíquotas dos novos tributos, os efeitos econômicos e operacionais da reforma tributária somente poderão ser mensurados com maior precisão após a conclusão do processo regulatório. Em função do estágio atual de implementação da reforma e considerando que seus efeitos financeiros ocorrerão apenas em exercícios futuros, não foram identificados impactos contábeis nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

continua –★

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

6.1 Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	–	65.189	65.189	–	25.037	25.037
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	870.050	–	870.050	506.063	–	506.063
Contas a receber	–	431.515	431.515	–	365.706	365.706
Outros créditos e adiantamentos	–	51.229	51.229	–	59.594	59.594
Total	870.050	547.933	1.417.983	506.063	450.337	956.400
Passivos, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	–	494.470	494.470	–	441.280	441.280
Debêntures	–	629.693	629.693	–	–	–
Arrendamentos por direito de uso	–	13.347	13.347	–	10.259	10.259
Cessão de direitos creditórios	–	1.133	1.133	–	129.282	129.282
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	98.024	98.024	–	23.109	23.109
Total	–	1.236.667	1.236.667	–	603.930	603.930

6.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, está demonstrada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	65.189	65.189	25.037	25.037
Títulos e valores mobiliários	870.050	870.050	506.063	506.063
Contas a receber	431.515	431.515	365.706	365.706
Outros créditos e adiantamentos	51.229	51.229	59.594	59.594
Total	1.417.983	1.417.983	956.400	956.400
Passivos financeiros				
Fornecedores	494.470	494.470	441.280	441.280
Debêntures	629.693	629.693	–	–
Arrendamentos por direito de uso	13.347	19.126	10.259	10.259
Cessão de direitos creditórios	1.133	1.293	129.282	129.282
Outras contas a pagar e adiantamentos	98.024	98.024	23.109	23.109
Total	1.236.667	1.242.606	603.930	603.930

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1** - Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e **Nível 2** - Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	45.603	45.603	4.808	4.808
Aplicação Automatica	469	469	4.420	4.420
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	–	–	–	–
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR)	870.050	870.050	506.063	506.063
Subtotal	916.122	916.122	515.291	515.291
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo				
Cessão de direitos creditórios	1.133	1.133	129.282	129.282
Debêntures	629.693	629.693	–	–
Subtotal	630.826	630.826	129.282	129.282
Total	1.546.948	1.546.948	644.573	644.573

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) *A análise de fluxos de caixa descontados.* A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	14,90%	14,22%	13,40%	13,19%	13,40%	13,59%	13,48%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2025

6.3 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez. A Administração da CS Frotas supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da CS Frotas monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (hedge) dos riscos conhecidos. A CS Frotas não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros créditos e adiantamentos de risco especulativo. Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros. **I. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da CS Frotas de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime
Br AA+, Br AA, Br AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, Br A, Br A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, Br BBB, Br BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, Br BB, Br BB-	Grau Especulativo
Br B+, Br B, Br B-	Grau Altamente Especulativo
Br Br CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
Br Br CCC	Grau Extremamente Especulativo
Br Br CCC-, Br CC, Br C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
Br Br DDD, Br DD, Br D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa fundo fixo	221	131
Br AAA	1.803	15.660
Br AA	17.093	–
Br A	–	18
Total depositados em conta corrente	18.896	15.678
Total de disponibilidades	19.117	15.809
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	46.072	9.228
Total de aplicações financeiras	46.072	9.228
Total de caixa e equivalentes de caixa	65.189	25.037

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	870.050	506.063
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	870.050	506.063

II. Contas a receber: O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em ranking de companhias especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da CS Frotas. **b) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da CS Frotas ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco cambial e risco de preço que pode ser de "commodities", de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a CS Frotas se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Atualmente, a CS Frotas está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do euro e do dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures. **I. Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A CS Frotas está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, debêntures e arrendamentos. Como política, a Companhia procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. **ii. Risco de variação da inflação:** A CS Frotas possuia debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo. **c) Risco de liquidez:** A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da CS Frotas é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

Passivo financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Fornecedores	494.470	494.470	494.470	–	–
Debêntures	629.693	795.540	795.540	–	–
Arrendamentos por direito de uso	13.347	19.126	5.826	7.944	5.356
Cessão de direitos creditórios	1.133	1.293	1.293	–	–
Outras contas a pagar e adiantamentos	98.024	98.024	97.740	284	–
Total	1.236.667	1.408.453	1.394.869	8.228	5.356

6.4 Sensibilidade a taxas de juros e moeda: A CS Frotas efetuou análise de sensibilidade de acordo com suas políticas e julgamento, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis: - CDI em 13,40% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); - SELIC de 13,40% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil); - Euro de R$ 7,00 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão). - IPCA de 7,87% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão) - SOFR projetada para um ano foi de 3,87% (fonte: Federal Reserve New York Bank). - TJLP 7,82% a.a. (fonte: BNDES). Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar os impactos das mudanças nas variáveis de mercado que afetam os instrumentos financeiros, receitas e despesas da Companhia, permanecendo os demais indicadores do mercado constantes. Quando da ocorrência da liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser materialmente diferentes dos demonstrados nos quadros abaixo. A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Descrição	Valor contábil 31/12/2025	Cenário Provável I	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Saldos sujeitos à exposição em variação do CDI	3.380.550	(544.607)	(657.855)	(771.103)
Saldo sujeito à exposição liquida	3.380.550	(544.607)	(657.855)	(771.103)

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN e BM&F

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	221	131
Bancos	18.896	15.678
Total de disponibilidades	19.117	15.809
Operações compromissadas	45.603	4.808
Aplicação automática	469	4.420
Total de aplicações financeiras	46.072	9.228
Total	65.189	25.037

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio dos saldos de caixa e equivalentes de caixa foi de 14,30% a.a. (Em 31 de dezembro de 2024, o rendimento médio foi de 10,93% a.a.).

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Operações	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR) (i)	870.050	506.063
Total	870.050	506.063

(i) A CS Frotas investe recursos em fundos de investimento exclusivos que foram constituídos para aplicações financeiras realizadas exclusivamente por empresas do Grupo SIMPAR. As cotas desses fundos possuem liquidez diária, e a sua gestão é 100% terceirizada sob responsabilidade do Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal. O portfólio é composto por: (i) Letras Financeiras do Tesouro - LFT (30,68%); (ii) Letras do Tesouro Nacional (57,98%); e (iii) Letras financeiras (11,33%). O rendimento médio das cotas que estão alocados em fundos de investimentos pela controladora Simpar é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o rendimento médio foi de 14,30% a.a. (14,93% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024). As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da CS Frotas a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4.

9. CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	68.265	196.984
Valores a receber com cartões de crédito	188.631	–
Receita de locação a faturar	133.196	129.125
Contas a receber - partes relacionadas	61.763	52.762
(–) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(20.340)	(13.165)
Total	431.515	365.706
Ativo circulante	431.450	365.664
Ativo não circulante	65	42
Total	431.515	365.706

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a companhia não possuía saldo de contas a receber dado em garantia de dívidas. As informações sobre a mensuração ao valor justo e sobre a exposição da companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas nas notas explicativas 6.1, 6.2 e 6.3. **9.1 A movimentação das perdas esperadas (*Impairment*):**

Saldos em 31 de dezembro de 2024	(13.165)
(–) adições	(10.773)
(+) reversões	3.598
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(20.340)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(8.430)
(–) adições	(6.631)
(+) reversões	1.896
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(13.165)

9.2 Classificação por vencimento e suas respectivas taxas de perdas esperadas

	31/12/2025				31/12/2024			
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total
Total a vencer	315.765	(729)	(0,23%)	315.036	285.826	(1.346)	(0,5%)	284.480
Vencidos em até 30 dias	24.138	(659)	(2,73%)	23.479	10.729	(550)	(5,1%)	10.179
Vencidos de 31 a 90 dias	28.173	(693)	(2,46%)	27.480	20.783	(944)	(4,5%)	19.839
Vencidos de 91 a 180 dias	53.607	(1.719)	(3,21%)	51.888	33.632	(1.395)	(4,1%)	32.237
Vencidos de 181 a 365 dias	11.387	(4.384)	(38,50%)	7.003	13.549	(2.033)	(15,0%)	11.516
Vencidos há mais de 365 dias	18.785	(12.156)	(64,71%)	6.629	14.352	(6.897)	(48,1%)	7.455
Total vencidos	136.090	(19.611)	(14,41%)	116.479	93.045	(11.819)	(12,7%)	81.226
Total	451.855	(20.340)	(4,50%)	431.515	378.871	(13.165)	(3,5%)	365.706

10. VEÍCULOS DESATIVADOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA

As movimentações nos exercícios em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2024	148.063
Bens transferidos do imobilizado	855.187
Bens baixados por venda	(874.096)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	129.154

	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2023	127.548
Bens transferidos do imobilizado	802.783
Bens baixados por venda	(782.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	148.063

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a companhia não tinha veículos desativados para renovação da frota dados em garantia de dívidas financeiras.

11. IMOBILIZADO

As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão a seguir apresentadas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.544.305	4.631	1.476	5.856	2.389	4.347	47.703	18.551	151	5.629.409
Adições	1.386.400	342	–	328	1.219	4.239	–	8.336	–	1.400.864
Transferência para veículos destinados à renovação de frota	(1.251.981)	–	–	–	–	–	–	–	–	(1.251.981)
Baixas	(48.918)	(337)	(1.799)	(44)	(97)	–	–	(1.010)	–	(52.205)
Transferências	1.447	(1.447)	6.888	73	(74)	(6.899)	–	–	–	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.631.253	3.189	6.565	6.213	3.437	1.687	47.703	25.877	151	5.726.075
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(653.766)	(1.017)	(303)	(1.384)	(494)	–	(47.319)	(9.517)	(7)	(713.807)
Depreciação no exercício	(636.328)	(255)	(385)	(1.226)	(291)	–	–	(6.224)	–	(644.709)
Transferência para veículos destinados à renovação de frota	396.794	–	–	–	–	–	–	–	–	396.794
Baixas	11.935	337	83	–	17	–	–	1.073	–	13.445
Transferências	(198)	198	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	(881.563)	(737)	(605)	(2.610)	(768)	–	(47.319)	(14.668)	(7)	(948.277)
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.890.539	3.614	1.173	4.472	1.895	4.347	384	9.034	144	4.915.602
Saldos em 31 de dezembro de 2025	4.749.690	2.452	5.960	3.603	2.669	1.687	384	11.209	144	4.777.798

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.656.235	7.226	1.476	3.556	1.348	179	47.703	15.423	151	4.733.297
Adições	1.906.348	754	–	2.474	1.117	4.178	–	3.128	–	1.917.999
Transferência para veículos destinados à renovação de frota	(990.436)	–	–	–	–	–	–	–	–	(990.436)
Baixas	(31.186)	(5)	–	(171)	(89)	–	–	–	–	(31.451)
Transferências	3.344	(3.344)	–	(3)	13	(10)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.544.305	4.631	1.476	5.856	2.389	4.347	47.703	18.551	151	5.629.409
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(293.308)	(1.474)	(234)	(817)	(395)	–	(47.319)	(5.559)	(7)	(349.113)
Depreciação no exercício	(549.748)	(155)	(69)	(605)	(188)	–	–	(3.958)	–	(554.723)
Transferência para veículos destinados à renovação de frota	187.653	–	–	–	–	–	–	–	–	187.653
Baixas	2.247	2	–	38	89	–	–	–	–	2.376
Transferências	(610)	610	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(653.766)	(1.017)	(303)	(1.384)	(494)	–	(47.319)	(9.517)	(7)	(713.807)
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	4.362.927	5.752	1.242	2.739	953	179	384	9.864	144	4.384.184
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.890.539	3.614	1.173	4.472	1.895	4.347	384	9.034	144	4.915.602

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. As respectivas taxas médias anuais estão demonstradas na tabela abaixo:

Taxa média de depreciação (%)

Itens do imobilizado	31/12/2025	31/12/2024
Veículos	10,05%	7,14%
Máquinas e equipamentos	13,50%	13,25%
Computadores e periféricos	19,97%	20,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,01%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	16,50%	4,00%
Direito de uso (imóveis)	10,05%	38,45%

12. INTANGÍVEL

As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão a seguir apresentadas:

	Softwares	Total
Em 31 de dezembro de 2024	**9.704**	**9.704**
Adições	1.547	1.547
Baixas	(24)	(24)
Transferências	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**11.239**	**11.239**
Amortização:		
Em 31 de dezembro de 2024	**(295)**	**(295)**
Adições	(1.002)	(1.002)
Baixas	3	3
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.294)**	**(1.294)**
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2024	**9.409**	**9.409**
Em 31 de dezembro de 2025	**9.945**	**9.945**
	Softwares	**Total**
Em 31 de dezembro de 2023	**4.362**	**4.362**
Adições	5.342	5.342
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**9.704**	**9.704**
Amortização:		
Em 31 de dezembro de 2023	**(190)**	**(190)**
Adições	(105)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(295)**	**(295)**
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2023	**4.172**	**4.172**
Em 31 de dezembro de 2024	**9.409**	**9.409**

Taxa média anual ponderada de amortização aplicada:

Taxa média de amortização (%)

Itens do intangível	31/12/2025	31/12/2024
Softwares	20,00%	20,00%

12.1 Análise de redução ao valor recuperável dos ativos *(impairment)*: O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou com maior frequência quando há indicadores de redução do valor recuperável de alguma das unidades geradoras de caixa ("UGC") em que estão alocados. A CS Frotas classifica as UGC's por seu segmentos GTF. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração atualizou seus estudos, e os resultados estão detalhados abaixo. **12.2 Teste da redução ao valor recuperável *(impairment)*:** O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções do fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2025, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	2025 - %
Taxas de desconto (*WACC*) [a]	12,15%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,70%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* [b] - média para os próximos 5 anos	2,24%
Unidades Geradoras de Caixa	**2024 - %**
Taxas de desconto (*WACC*) [a]	10,89%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,60%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* [b] - média para os próximos 5 anos	4,26%

[a] Taxa de desconto antes dos impostos conforme CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos: [b] Lajida: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. Sendo: i) Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres; ii) Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2026 a dezembro de 2030; iii) Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação; iv) O valor residual após dezembro 2029 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado assumindo um crescimento de 3,70%a.a., e v) Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período (*"mid period"*), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia revisitou os estudos e não identificou ajustes.

13. FORNECEDORES

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Montadoras e concessionárias de veículos	453.551	384.163
Fornecedores de serviços e peças automotivos	12.395	14.692
Partes relacionadas (nota 18)	5.478	13.205
Fornecedores de serviços exceto automotivos	20.937	28.437
Outros	2.109	783
Total	**494.470**	**441.280**

14. CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de cessão de direitos creditórios no início do exercício	**129.282**	**–**
Cessões efetuadas (valor bruto)	91.963	562.731
Apropriação dos direitos performados (valor bruto)	(245.371)	(448.363)
Juros apropriados descontados	25.259	14.914
Passivo de cessão de direitos creditórios no encerramento do exercício	**1.133**	**129.282**
Circulante	1.133	128.238
Não circulante	–	1.044
Total	**1.133**	**129.282**

A CS Frotas efetuou cessões de direitos creditórios futuros decorrentes de contratos de locação de veículos firmados com alguns de seus clientes, em favor de terceiros, em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação em caso de inadimplência; e os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. O valor recebido foi reconhecido inicialmente a valor justo e a despesa financeira é reconhecida no resultado até a data da liquidação com base na taxa efetiva de juros do contrato. O vencimento desses contratos é em janeiro 2026.

15. DEBÊNTURES

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures no início do exercício	**–**	**130.296**
Juros pagos	–	(233.977)
Juros provisionados	36.727	315.232
Ajuste a valor presente[a]	–	(211.551)
Valor justo dos juros a pagar na data da renegociação de debêntures	592.966	–
Debêntures no encerramento do exercício	**629.693**	**–**
Circulante	629.693	–

[a] Em 31 de dezembro de 2024 o ajuste do valor presente das debêntures referem-se conversíveis em ações que foram incorporados ao patrimônio líquido. A Companhia realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo:

Entidade emissora	CS Frotas							
Descrição	**1ª Emissão**	**2ª Emissão**	**3ª Emissão**	**4ª Emissão**	**5ª Emissão**	**6ª Emissão**	**7ª Emissão**	**8ª Emissão**
a. Identificação do processo por natureza								
Instituição financeira	*Movida Participações*	*Movida Participações*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Participações*	*Movida Locação*	*Movida Locação*
Valor da 1ª Série	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	330.000	575.000
Valor da 2ª Série	–	–	–	–	–	–	–	60.000
Valor total	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	330.000	635.000
Emissão	27/01/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	14/11/2023	26/12/2023
Captação	27/01/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	14/11/2023	26/12/2023
Vencimento	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**
Espécie	Quiro-grafária	Quiro-grafária	Quiro-grafária	Quiro-grafária	Quiro-grafária	Quiro-grafária	Quiro-grafária	Quiro-grafária
Identificação ativo na CETIP								
b. Taxa de juros efetiva a.a. %								
1ª Série	CDI + 2,00%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%
c. Valor total da dívida								

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido, de modo que não houvesse obrigações a pagar para sua controladora em 31 de dezembro de 2024. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou um aditivo contratual prorrogando o prazo de conversão das debêntures conversíveis em ações. Os componentes de juros e ajuste a valor presente das debêntures conversíveis em ações foram reconhecidos como obrigação de curto prazo com obrigação em liquidar esses montantes junto à sua Controladora até 31 de dezembro de 2026.

16. ARRENDAMENTO POR DIREITO DE USO

A Companhia arrenda seus veículos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais. A Companhia subarrendou veículos. De acordo com o CPC 06 (R2), os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. A CS Frotas avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06 (R2). A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio da sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33. A CS Frotas atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Contratos por prazo e taxa de desconto - Em 31 de dezembro de 2025

Prazos contratados	Taxa % a.a.
1	16,09%
2	15,68%
3	15,95%
5	16,50%
10	16,72%
15	16,76%
20	16,81%

Contratos por prazo e taxa de desconto - Em 31 de dezembro de 2024

Prazos contratados	Taxa % a.a.
1	19,20%
2	20,12%
3	19,34%
5	20,57%
10	19,49%
15	18,53%
20	19,16%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a CS Frotas é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.259**
Adição	8.336
Baixas	63
Pagamento de principal	(6.224)
Juros pagos	(832)
Juros apropriados	1.745
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**13.347**
Circulante	4.433
Não circulante	8.914
Total	**13.347**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Adição	3.128
Pagamento de principal	(3.958)
Juros pagos	(847)
Juros apropriados	1.147
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.259**
Circulante	4.552
Não circulante	5.707
Total	**10.259**

Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	Imóveis 31/12/2025	Imóveis 31/12/2024	Imóveis 31/12/2024	Imóveis 31/12/2024
Passivo circulante	**4.433**	**4.433**	**4.552**	**4.552**
Após 1º ano	3.558	3.558	2.306	2.306
Após 2º ano	2.870	2.870	1.774	1.774
Após 3º ano	1.510	1.510	1.310	1.310
Após 4º ano	302	302	317	317
Mais de 5 anos	674	674	–	–
Passivo não circulante	**8.914**	**8.914**	**5.707**	**5.707**
Total	**13.347**	**13.347**	**10.259**	**10.259**

A seguir é apresentado quadro o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	**Ajustado**	**Valor presente**
Contraprestação do Arrendamento		13.347
PIS/COFINS		1.235

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R$ 1.235. Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 4,32% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2025:

Fluxos de caixa	**Valor contábil**	**Inflação projetada**
Ativo de direito de uso, líquido	11.593	12.094
Passivo de arrendamento	13.347	13.924
Despesa de depreciação	6.224	6.493
Despesas financeiras (nota 23)	1.745	1.820

16.1 Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis e de curto prazo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a CS Frotas reconheceu o montante de R$ 4.031 (R$ 4.648 em 31 de dezembro de 2024), referente a gastos relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo. **16.2 Companhia como arrendadora:** Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a CS Frotas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, foram considerados o prazo do arrendamento, entre outros. A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data-base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	497.090	757.526	676.526	626.652	689.063	–	3.246.857
Total	**497.090**	**757.526**	**676.526**	**626.652**	**689.063**	**–**	**3.246.857**

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

17.1 Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas: No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	1.766	1.705	318	23
Trabalhista	6	–	27	9
Total	**1.772**	**1.705**	**345**	**32**

Os depósitos judiciais referem-se a: (i) conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou (ii) depósitos em conta judicial em substituição de pagamentos de contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. **17.2 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas:** As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**23**	**9**	**32**
Constituição	555	40	595
Reversão	(260)	(22)	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**318**	**27**	**345**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**–**	**102**
Constituição	25	9	34
Reversão	(104)	–	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**23**	**9**	**32**

A CS Frotas não possui saldos sobre demandas judiciais e administrativas com prognóstico de perda provável na esfera tributária nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. **17.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A CS Frotas também é parte em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	427	43
Cíveis	1.157	557
Tributárias [1]	127.830	217
Total	**129.414**	**816**

[1] *A CS Frotas recebeu um auto de infração de créditos de PIS/COFINS sobre atividade de locação e o não reconhecimento do diferimento da receita no montante de R$ 127.398.* As causas possíveis na esfera cível referem-se basicamente a reclamações de consumidores por suposta falha na prestação de serviços e de natureza indenizatória por lucros cessantes e danos materiais e morais por acidentes de trânsito envolvendo veículos de sua frota, não envolvendo valores relevantes de forma individual. Quanto às demandas trabalhistas, a Administração entende que não há nenhuma prática em particular que seja adotada e que dê ensejo aos pedidos reclamados, sendo que as reclamações ajuizadas contra a CS Frotas não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de diferenças de horas extras e de comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). A CS Frotas por meio de acordo comercial, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração, o preço mínimo de venda pela Movida deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela Movida nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **18.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo):** **a)** Contas a receber e outros créditos: Saldos oriundos de transações comerciais de venda de ativos em condições de mercado, reembolso de despesas, aluguel de carros, ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo. **b)** Fornecedores e outras contas a pagar: Compra de peças e acessórios em condições de mercado, ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo. Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Outros créditos	
Ativo	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldos com controladora				
CS Brasil Participações e Locações SA	–	22.982	–	–
Movida Participações SA	33.017	28.574	13.345	13.342
Subtotal	**33.017**	**51.556**	**13.345**	**13.342**
Saldos com partes relacionadas				
ATU12	–	10	–	6
Banco Brasileiro Créd. SA	170	89	–	–
CS Brasil Transportes	25.269	–	103	35
Graos do Piauí Rod. SPE	–	1	–	–
JSL S/A	531	483	1	1
Madre Corr. e Admin. Seg.	1	–	–	–
Mogi Mob. Trans. Pass. LTDA.	2	–	–	–
Original Indiana SA	12	24	163	132
Original New Provence SA	10	1	–	–
Original Veículos SA	297	353	2	–
Original Tunm. SA	17	–	–	2
Original Seminovos SA	1	1	–	–
Ponto Veículos SA	107	242	–	–
SIMPAR S/A	1	–	3	10.172
Sinal Serv. de Integ. Indus.	2.038	–	–	–
Truckpad Tec. e Log. SA	–	2	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi. SA	290	–	–	8
Subtotal	**28.746**	**1.206**	**277**	**10.356**
Total	**61.763**	**52.762**	**13.617**	**23.698**

	Fornecedores		Debêntures e Outras contas a pagar	
Passivo	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldos com controladora				
Movida Participações SA	3.764	11.193	649.265	2.986
	3.764	**11.193**	**649.265**	**2.986**
Saldos com partes relacionadas				
BBC Pagamentos LTDA.	13	11	–	–
BBC Leasing	–	2	–	–
Banco Brasileiro Créd. SA	838	–	6.695	6.695
CS Brasil Transportes	248	1.838	309	362
CS BRASIL HOLD E LOC. SA	2	–	–	–
Ciclus Amazonia SA	–	–	1	–
CS Infra SA	–	–	1	–
H Point Comercial LTDA.	–	–	6	–
JSL S/A	72	84	502	516
Mogi Mob. Trans. Pass. LTDA.	1	1	–	–
Original Veículos SA	–	6	–	169
Ponto Veículos Ltda.	–	–	–	11
Quick Logística Ltda.	100	55	967	282
R Point Comercial LTDA.	18	–	–	–
SIMPAR S/A	363	–	37	15
SIMPAR Empreend. Imob.	–	15	–	–
Transrio Caminhões Ônibus	–	–	43	33
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi. SA	59	–	–	52
Vamos Seminovos S/A	–	–	78	–
Subtotal	**1.714**	**2.012**	**8.639**	**8.135**
Total	**5.478**	**13.205**	**657.904**	**11.121**

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

18.2 Transações com partes relacionadas com efeito na demonstração do resultado: a) Locações de veículos e outras ativos efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento. **b)** Venda de ativos desmobilizados refere-se aos veículos que anteriormente eram locados e como parte da estratégia de renovação da frota, foram vendidos a valor de mercado para partes relacionadas. **c)** Serviços prestados referem-se a eventuais serviços contratados, principalmente relacionados a transportes de cargas ou intermediação de ativos desmobilizados e venda direta de montadoras. **d)** A Companhia compartilha certos serviços administrativos com as empresas controladas pela Simpar e as despesas são rateadas e repassadas. **e)** Eventualmente são realizadas transações de mútuo e cessão de direitos de contas a receber com empresas do Grupo. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas após comparação com taxas praticadas por instituições financeiras.

Resultado	Receita de locação e prestação de serviços		Receita com locação e prestação de serviços		Receita com venda de ativos		Receita administrativa		Despesa administrativa		Receita financeira		Despesa financeira	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações com controladas														
Movida Participações S/A	3.446	945	(25.338)	(19.728)	–	–	27	–	(1.321)	–	–	61.537	(36.727)	(158.366)
Movida Locação de Veículos SA	–	2.715	–	(10.613)	–	–	–	–	–	–	–	389.460	–	(607.862)
Subtotal	3.446	3.660	(25.338)	(30.341)	–	–	27	–	(1.321)	–	–	450.997	(36.727)	(766.228)
Transações com partes relacionadas														
Banco Brasileiro Créd. SA	417	88	(46)	(21)	–	–	–	–	–	–		–	(586)	(2.057)
BBC Pagamentos LTDA.	–	–	(2)	(58)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
CS Brasil Transportes	2.659	5.447	(1.579)	(2.667)	432	1.733	43	31	(3)	(296)	–	–	–	–
CS BRASIL HOLD E LOC. SA	–	–	(4)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
CS Infra S.A	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	–	–
Grãos do Piauí Rod. SPE SA	–	–	–	–	–	–	3	3	–	–	–	–	–	–
Instituto Julio Simões	–	–	–	–	–	–	–	–	(2)	–	–	–	–	–
JSL S/A	520	684	(143)	(165)	693	–	4	2	(221)	(256)	–	–	–	–
Madre Corr. e Admin. Seg.,	2	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mogi Mob. Trans. Pass. LTDA.	–	1	(100)	(26)	–	–	–	–	–	(1)	–	–	–	–
Original Veículos SA	2.234	276	(1.926)	(48)	–	131	1	–	–	–	–	–	–	–
Original Indiana SA	784	–	(607)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Original New Provence SA	68	–	(58)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Original Turim SA	30	–	(9)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ponto Veículos SA	1.488	191	(1.474)	(14)	–	51	–	–	–	–	–	–	–	–
Quick Logística Ltda.	95	91	(1.912)	(629)	–	–	–	–	(239)	(3)	–	–	–	–
R Point Comercial LTDA.	–	10	–	(16)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
SIMPAR S/A	–	–	(66)	(49)	–	–	1	1	(1.029)	(131)	–	–	–	–
SIMPAR Empreend. Imob.	–	–	(120)	(160)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saga Indiana	–	156	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saga Provence C V P LTDA.	–	4	–	(3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saga Turim	–	12	–	(10)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Sinal Serv. de Integ. Indus.	2.069	7	–	–	427	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transrio Caminhões Ônibus	4	13	(26)	(29)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transmorene	–	25	–	(825)	–	–	–	–	–	(3)	–	–	–	–
Tieta Veículos LTDA.	–	–	–	(3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Truckpad Tec. e Log. SA	–	–	–	–	–	139	–	–	–	–	–	–	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi. SA	322	148	(195)	(49)	–	–	10	–	–	–	–	–	–	–
Vamos Seminovos S/A	–	–	(94)	–	–	–	–	–	(39)	–	–	–	–	–
Yolanda Logística, Armazém	–	–	(53)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	10.692	7.153	(8.414)	(4.972)	1.552	2.054	65	37	(1.533)	(690)	–	–	(586)	(2.057)
Total	14.138	10.813	(33.752)	(35.313)	1.552	2.054	92	37	(2.854)	(690)	–	450.997	(37.313)	(768.285)

18.3 Remuneração dos administradores: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração paga ao pessoal-chave da administração foi de R$ 3.010 (R$ 2.295 em 31 de dezembro de 2024). A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa	1.691	1.606
Remuneração variável	1.296	664
Benefícios	23	25
Total	3.010	2.295

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

19.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	42.602	42.591
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.440	2.390
Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	6.916	4.477
Perda na desvalorização de ativos (impairment)	–	17.037
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo CPC 06 (R2)	597	267
Debêntures Conversíveis	–	(6.916)
Outras provisões	4.876	2.713
Total do imposto diferido ativo	58.431	63.177
Imposto diferido passivo		
Receita a faturar de órgãos públicos	(11.882)	(18.798)
Depreciação econômica vs. fiscal	(367.798)	(304.556)
Imobilização *leasing* financeiro	(39.749)	(39.749)
Outros	(790)	(793)
Total do imposto diferido passivo	(420.219)	(363.896)
Total débitos fiscais, líquidos	(361.788)	(300.719)
Tributos diferidos passivos	(361.788)	(300.719)
Total débitos fiscais, líquidos	(361.788)	(300.719)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		(300.719)
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(61.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		(361.788)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		(239.733)
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(60.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		(300.719)

19.2 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social: As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	706.350	279.844
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(240.159)	(95.147)
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	15.742	36.133
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes [f]	163.347	(157)
Outras exclusões/Outras adições	1	(1.815)
IRPJ e CSLL apurados	(61.069)	(60.986)
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	(61.069)	(60.986)
IRPJ e CSLL no resultado	(61.069)	(60.986)
Alíquotas efetivas	-8,65%	-21,79%

[f] *Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação refere-se a debêntures conversíveis em ações.* A declaração de imposto de renda da CS Frotas está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

19.3 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado:

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	90.283	90.283
Pagamento de IRPJ/CSLL	–	–
Compensação com outros impostos federais e previdenciários	(50.541)	(50.541)
Antecipação de IRPJ/CSLL	86.675	86.675
Saldos em 31 de dezembro de 2025	126.417	126.417
Saldos em 31 de dezembro de 2023	36.881	36.881
Pagamento de IRPJ/CSLL	1.150	1.150
Compensação com outros impostos federais e previdenciários	(13.532)	(13.532)
Antecipação de IRPJ/CSLL	65.784	65.784
Saldos em 31 de dezembro de 2024	90.283	90.283

19.4 Prazo estimado de realização: Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2025 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Diretoria considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os períodos seguintes. Foi elaborado o seguinte cronograma para realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre base prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

Ano	R$ Mil
2026	22.994
2027	19.608
Total	42.602

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

20.1 Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 1.823.392 (R$ 1.823.392 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 1.823.392.201 quotas sem valor nominal pertencentes 100% à Movida Participações (Em 31 de dezembro de 2024 eram 1.823.392.201).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.823.392	1.823.392.201
Aumento de capital	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.823.392	1.823.392.201
	Valor	**Quotas**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.438.222	1.438.222.201
Aumento de capital	385.170	385.170.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.823.392	1.823.392.201

20.2 Reserva de capital: O saldo acumulado da reserva de capital em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 2.674.342 (R$ 3.367.308 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído o montante de R$ 1.143.050 referente a debêntures conversíveis em ações e R$ 211.551 referente a ajuste ao valor presente dessas debêntures conversíveis em ações. Em 31 de dezembro da 2025 o componente relativo à instrumento financeiro no montante de R$ 592.966 referente ao juros dos contratos de debêntures e ajuste a valor presente foi reclassificado do patrimônio líquido para o passivo financeiro conforme a natureza do instrumento. **20.3 Reserva de lucro:** Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da CS Frotas, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital. Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído o montante de R$ 32.284 (R$ 10.943 em 31 de dezembro de 2024) de reserva legal, R$ 206.072 (R$ 207.915 em 31 de dezembro de 2024) de reserva de lucros. As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R$ 78.228 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 45.964 em 31 de dezembro de 2024); Lucros retidos, no montante de R$ 285.812 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 79.740 em 31 de dezembro de 2024). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia através da sua controladora Movida Participações, realizou a emissão de debêntures conversíveis em ações. A Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido. As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício foram igualmente convertidas em debêntures conversíveis em ações, ficando a Companhia desobrigada de reconhecimento de uma obrigação a pagar das referidas distribuições e dos passivos financeiros de debêntures em 31 de dezembro de 2024. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou um aditivo contratual prorrogando o prazo de conversão das debêntures conversíveis em ações e os componentes de juros e ajuste a valor presente das debêntures conversíveis em ações foram reconhecidos como obrigação de curto prazo com obrigação em liquidar esses montantes junto à sua Controladora até 31 de dezembro de 2026, conforme nota explicativa 15. A CS Frotas mantém a reserva de lucros estatutária denominada "Reserva de Investimentos", que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da CS Frotas observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital subscrito da CS Frotas. **20.4 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** Em conformidade com o Estatuto Social da CS Frotas, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: • 5% destinados à constituição de reserva legal; e • Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida para contribuição de uma reserva de investimentos. O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da CS Frotas permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

	Juros sobre capital Próprio (i)	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	–	–
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(39.355)	(360.645)	(400.000)
Juros sobre o capital próprio a pagar	39.355	–	39.355
Distribuição de lucros	–	360.645	360.645
Saldo em 31 de dezembro de 2025	–	–	–

(i) *Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2025 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas no montante de R$ 46.300 (39.355, valor líquido de impostos).*

	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.406	12.872	18.278
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(5.406)	(12.872)	(18.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	–	–	–

21. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

21.1 Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços: A tabela a seguir, apresenta a composição analítica da receita de contratos com cliente das principais linhas de negócio e momento do reconhecimento da receita. Inclui também a conciliação da composição analítica da receita da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de locação [b]	1.976.744	1.692.409
Receita da venda de ativos desmobilizados [a]	875.833	799.694
Receita bruta	2.852.577	2.492.103
(-) Deduções da receita		
Impostos incidentes sobre as receitas [d]	(182.719)	(156.452)
Devoluções e abatimentos	(8.649)	(1.979)
	(191.368)	(158.431)
Receita líquida total	2.661.209	2.333.672
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	875.080	799.694
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	1.786.129	1.533.978
Receita líquida total	2.661.209	2.333.672

[a] Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) - Arrendamentos. [b] Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 (R2) - Receita de contrato com cliente. [d] Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

22. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(874.096)	(782.267)
Despesas com pessoal	(58.880)	(56.902)
Depreciação, amortização e desvalorização impairment de ativos	(645.711)	(554.723)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(7.175)	(4.735)
Comunicação e publicidade	(1.738)	(1.469)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(4.028)	(3.515)
Gastos e manutenções com veículos	(450.199)	(447.538)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	155.794	161.647
Custos na venda de veículos avariados	(20.082)	(18.390)
Serviços contratados de terceiros	(35.849)	(19.276)
Aluguel de imóveis	(4.031)	(4.648)
Outras (despesas)	(27.721)	(60.414)
Total	(1.973.716)	(1.752.230)
Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(1.891.397)	(1.683.170)
Despesas comerciais	(32.578)	(16.298)
Despesas administrativas	(43.639)	(30.860)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(7.175)	(4.735)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	1.073	(17.167)
Total	(1.973.716)	(1.752.230)

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	96.004	26.851
Juros recebidos	449	3.932
Outras receitas financeiras	9.005	7.554
Receita financeira total	105.458	38.337
Total de juros e encargos, sobre empréstimos devidos		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre debêntures	(36.727)	(315.232)
Juros sobre arrendamentos por direito de uso	(1.745)	(1.147)
Total de juros e encargos sobre dívidas	(38.472)	(316.379)
Despesas com taxas e impostos financeiros	(11.743)	(8.372)
Juros de outros passivos	(6.091)	(85)
Juros sobre cessão de direitos creditórios	(25.259)	(14.914)
Outras despesas financeiras	(5.036)	(185)
Total outras despesas financeiras	(48.129)	(23.556)
Despesas financeiras totais	(86.601)	(339.935)
Resultado financeiro líquido	18.857	(301.598)

24. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. **24.1 Aquisição de ativo imobilizado e intangível:** A Companhia faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Total das adições do imobilizado (nota 11)	1.400.864	1.917.999
Total das adições do intangível (nota 12)	1.547	5.247
Total das adições de arrendamentos por direito de uso (nota 16)	(8.336)	(3.128)
Variação do saldo:		
Fornecedores montadoras	(69.388)	–
Valor desembolsado em caixa para imobilizado de locação e intangível	1.324.687	1.920.118
Caixa para compra de ativo imobilizado para operacional	1.317.012	1.906.348
Caixa para compra de ativo imobilizado para investimento	6.128	8.523
Caixa para compra de ativo intangível para investimento	1.547	5.247
Total das adições no imobilizado e intangível	1.324.687	1.920.118

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP 259650/O-3

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: 2F4EDFB2-7C92-40F1-AF0C-40E7D1C4A5DE

continuação

CS Brasil Frotas SA

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras individuais da CS Frotas SA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, autorizando a emissão nesta data.

Mogi das Cruzes, 30 de março de 2026

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais da CS Frotas SA, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitido nesta data.

Mogi das Cruzes, 30 de março de 2026

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
CS Brasil Frotas SA

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas SA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se exista incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora
CRC 1SP291166/O-4

JUCESP
08 ABR 2026

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP

CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO 143.240/26-2

MARINA CENTURION DARDANI
SECRETÁRIA GERAL

JUCESP

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

CS Brasil Frotas S.A

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e relatório dos auditores independentes

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2025

Índice

Relatório da Diretoria……..... 3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais..... 7
Balanços patrimoniais……..... 10
Demonstrações dos resultados..... 12
Demonstrações dos resultados abrangentes..... 13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 14
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto..... 15
Notas explicativas às demonstrações contábeis..... 16
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis individuais 54
Declaração da Diretoria sobre os Relatórios dos Auditores Independentes..... 55

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com muita satisfação e confiança que apresentamos os resultados de 2025, demonstrando patamares históricos de receita, EBITDA e margens operacionais. Agradecemos aos nossos Clientes pela preferência, e à nossa Gente que, com comprometimento e determinação, executaram com eficiência e qualidade na execução do nosso planejamento estratégico anual. Aos Fornecedores e Acionistas, muito obrigado pela confiança e por participarem dessa evolução.

Em 2025 tivemos receita líquida de R$2,7 bilhões com crescimento de 14,0% frente a 2024. Já frota total atingiu 46,4 mil carros no mesmo período, uma redução de 6,8% frente a frota total de 49,7 mil carros em 2024. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2025.

Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios.

Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho

Diretor Presidente

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

1) Sobre a CS Frotas

Há 16 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos especiais para o Setor Público e Empresas de Economia Mista.

A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros.

Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável.

Há 4 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no Setor Público e Empresas de Economia Mista.

A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota.

A Companhia possui práticas que são referência no mercado:

i) **Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada – meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos;

ii) **Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e

iii) **Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público – da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança.

2) Cenário e Mercado

O ano de 2025 foi pautado por desafios e mudanças no mercado, devido ao incerto cenário político e econômico no país, ano que antecede as eleições presidenciais de 2026. No início de 2025, o mercado projetava taxa SELIC no elevado patamar de 15,0% o qual se concretizou no encerramento de ano. A manutenção da elevada taxa SELIC deve-se a contínua piora da dívida pública e dos gastos públicos elevados, além da continuidade da desvalorização do real em 2025. No relatório do Boletim Focus de 06 de fevereiro de 2026, é esperada a desaceleração da taxa SELIC para os patamares de 12,25% ao final de 2026 e 10,50% ao final de 2027.

Já a taxa de inflação em 2025 chegou o patamar de 4,26% e esperado que encerre o ano de 2026 em 3,97% e no ano de 2027 em 3,80% pela mesma edição do Boletim Focus. Entretanto, incertezas sobre a economia global, suas taxas de juros e inflação geraram dúvidas sobre o impacto que teria em outros mercados.

Segundo dados da ABLA, o faturamento bruto do setor de locação de veículos deve superar pela primeira vez em 2025 o patamar de R$60 bilhões, considerando os números preliminares de fechamento do período. Assim, o crescimento esperado para o setor é de aproximadamente 12%

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

em 2025 versus 2024. No entanto, ainda de acordo com a ABLA, a aquisição de veículos pelas locadoras deve ser menor em 2025 por conta dos juros altos e manutenção da estratégia de repasse de preços pelas empresas do setor, resultando num crescimento de somente 5,5% da frota total das locadoras, abaixo do patamar de crescimento do faturamento no ano. Com as informações mais recentes da ABLA, a Movida tinha um market share no setor de locação de veículos de 16,6% em 2024 (considera RAC e GTF).

Segundo dados consolidados da FENAUTO, foram vendidos 16,5 milhões veículos Seminovos em 2025, um crescimento de 2,4% em relação a 2024. Já para veículos de seminovos de 1 a 3 anos, foram vendidos 1,9 milhão de veículos com um crescimento de 7,4% no mesmo período. Considerando os 97,3 mil veículos vendidos em 2025, a Movida teve um market share de 5,2% em 2025 no mercado de Seminovos de 1 a 3 anos.

O setor de locação e de venda de seminovos demonstrou resiliência em 2025, superando as expectativas iniciais e apresentando um crescimento robusto que impulsionou os resultados da Movida. Aliado à nossa estratégia de eficiência e geração de valor, seguimos confiantes na entrega do Planejamento Estratégico de 2026.

3) Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

Em conformidade com o Estatuto Social da CS Frotas, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- 5% destinados à constituição de reserva legal; e
- Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida para contribuição de uma reserva de investimentos.

O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano.

O Estatuto Social da CS Frotas permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

	Juros sobre capital Próprio [(i)]	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**-**	**-**
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(39.355)	(360.645)	(400.000)
Juros sobre o capital próprio a pagar	39.355	-	39.355
Distribuição de lucros	-	360.645	360.645
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**-**	**-**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

4) Indicadores Equidade

- **Quantidade e a proporção de mulheres contratadas, por níveis hierárquicos da Companhia**

	2024			2025			
Nível Hierárquico	**Total de Colaboradores**	**Mulheres**	**% Mulheres**	**Total de Colaboradores**	**Mulheres**	**% Mulheres**	**▲ A/A**
Diretoria	1	-	-	2	-	-	-
Gerência Geral (alta gestão)	3	-	-	1	-	-	-
Gerência de área	26	2	7,7%	28	3	10,7%	3,0 p.p.
Gerência de loja	1	-	-	5	-	-	-
Coordenação (Gestão Jr.)	33	9	27,3%	29	6	20,7%	-6,6 p.p.
Supervisão	32	9	28,1%	28	10	35,7%	7,6 p.p.
Administrativo	170	111	65,3%	156	98	62,8%	-2,5 p.p.
Operacional	380	69	18,2%	392	68	17,3%	-0,8 p.p.
Aprendiz	34	17	50,0%	31	17	54,8%	4,8 p.p.
Estagiários	2	1	50,0%	2	1	50,0%	-
Trainees	-	-	-	-	-	-	-
Total	**682**	**218**	**32,0%**	**674**	**203**	**30,1%**	**-1,8 p.p.**

- **Quantidade e a proporção de mulheres que ocupam cargos na administração da Companhia**

	2024			2025			
Órgão da Administração	**Total de membros**	**Mulheres**	**% Mulheres**	**Total de membros**	**Mulheres**	**% Mulheres**	**▲ A/A**
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-	-

Notas: (1): a CS por ser uma subsidiária da Movida não possui membros do conselho de administração e diretoria estatutária.

- **Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares da Companhia[1]**

	2024		2025			
	Proporção Mulher / Homem		**Proporção Mulher / Homem**		**▲ A/A**	
Nível Hierárquico	**Fixa**	**Variável**	**Fixa**	**Variável**	**Fixa**	**Variável**
Diretoria	-	-	-	-	-	-
Gerência Geral (alta gestão)	-	-	-	-	-	-
Gerência de área	91%	31%	99%	23%	8,1 p.p.	-7,8 p.p.
Gerência de loja	-	-	-	-	-	-
Coordenação (Gestão Jr.)	110%	88%	100%	65%	-9,8 p.p.	-23,3 p.p.
Supervisão	92%	84%	93%	85%	1,9 p.p.	0,3 p.p.
Administrativo	111%	119%	97%	122%	-13,6 p.p.	2,8 p.p.
Operacional	89%	44%	91%	58%	2,3 p.p.	13,6 p.p.
Aprendiz	112%	-	97%	100%	-14,9 p.p.	-
Estagiários	100%	-	100%	-	-	-
Trainees	-	-	-	-	-	-

Notas: (1): Conceito de remuneração fixa considera o salário nominal; conceito remuneração variável considera comissões, prêmios e bônus.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho

Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa

Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e relatório do auditor independente

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
CS Brasil Frotas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Av. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 939, 12º,
Torre Jatobá, Castelo Branco Office Park,
Barueri, SP, Brasil, 06460-040
T: +55 (11) 4004-8000

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 30 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

CS Brasil Frotas S.A.
Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	65.189	25.037
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	8	870.050	506.063
Contas a receber	9	431.450	365.664
Estoques	-	7.511	5.664
Tributos a recuperar	-	3.338	2.182
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.3	59.446	90.283
Veículos desativados para renovação de frota	10	129.154	148.063
Outros créditos e adiantamentos	-	45.734	51.347
Total dos ativos circulantes		**1.611.872**	**1.194.303**
Não circulante			
Contas a receber	9	65	42
Tributos a recuperar	-	42.783	35.878
Depósitos judiciais	17	1.772	1.705
Imposto de renda e contribuição social antecipados	19.3	66.971	-
Outros créditos e adiantamentos	-	5.495	8.247
Total do ativo realizável a longo prazo		**117.086**	**45.872**
Imobilizado	11	4.777.798	4.915.602
Intangível	12	9.945	9.409
Total dos ativos não circulantes		**4.904.829**	**4.970.883**
Total do ativo		**6.516.701**	**6.165.186**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

CS Brasil Frotas S.A.
Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais

Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Fornecedores	13	494.470	441.280
Debêntures	15	629.693	-
Arrendamentos por direito de uso	16	4.433	4.552
Obrigações trabalhistas e sociais	-	8.906	8.912
Tributos a recolher	-	47.221	34.858
Cessão de direitos creditórios	14	1.133	128.238
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	97.740	23.109
Total dos passivos circulantes		**1.283.596**	**640.949**
Não circulante			
Arrendamentos por direito de uso	16	8.914	5.707
Provisões para demandas judiciais e administrativas	17	345	32
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.1	361.788	300.719
Cessão de direitos creditórios	14	-	1.044
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	284	331
Total dos passivos não circulantes		**371.331**	**307.833**
Patrimônio líquido			
Capital social	20.1	1.823.392	1.823.392
Reservas de capital	-	2.674.342	3.267.308
Reservas de lucros	20.2	364.040	125.704
Total do patrimônio líquido		**4.861.774**	**5.216.404**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.516.701**	**6.165.186**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

CS Brasil Frotas S.A.
Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	21	2.661.209	2.333.672
(-) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	22	(1.891.397)	(1.683.170)
(=) Lucro bruto		**769.812**	**650.502**
Despesas comerciais	22	(32.578)	(16.298)
Despesas administrativas	22	(43.639)	(30.860)
Provisão para perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	22	(7.175)	(4.735)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	22	1.073	(17.167)
Despesas operacionais, líquidas		**(82.319)**	**(69.060)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**687.493**	**581.442**
Receitas financeiras	23	105.458	38.337
Despesas financeiras	23	(86.601)	(339.935)
Resultado financeiro, líquido		**18.857**	**(301.598)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**706.350**	**279.844**
Imposto de renda e contribuição social – diferido	19.1	(61.069)	(60.986)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(61.069)**	**(60.986)**
Lucro líquido do exercício		**645.281**	**218.858**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de Reais

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	**645.281**	**218.858**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**645.281**	**218.858**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de Reais

				Reserva de lucros			
	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de investimentos	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**3.267.308**	**-**	**45.964**	**79.740**	**-**	**5.216.404**
Instrumento financeiro da debêntures conversível em ações (nota 20.2)	-	(592.966)	-	-	-	-	(592.966)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	645.281	645.281
Reserva legal (nota 20.3)	-	-	-	32.264	-	(32.264)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio distribuídos (nota 20.4)	-	-	-	-		(406.945)	(406.945)
Constituição de reserva para investimento (nota 20.3)	-	-	-	-	206.072	(206.072)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.823.392**	**2.674.342**	**-**	**78.228**	**285.812**	**-**	**4.861.774**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**-**	**4.405.945**
Aumento de capital	385.170	-	(385.170)	-	-	-	-
Emissão de debentures conversíveis em ações (nota 20.2)	-	1.143.050	-	-	-	-	1.143.050
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações (nota 20.2)	-	211.551	-	-	-	-	211.551
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	218.858	218.858
Reserva legal (nota 20.3)	-	-	-	10.943	-	(10.943)	-
Constituição de reserva para investimento (nota 20.3)	-	-	-	-	207.915	(207.915)	-
Distribuição de dividendos adicionais (nota 20.3)	-	-	-	-	(630.000)	-	(630.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos (nota 20.3)	-	-	-	-	(133.000)	-	(133.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**3.267.308**	**-**	**45.964**	**79.740**	**-**	**5.216.404**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	706.350	279.844
Depreciação, amortização e impairment de ativos	22	645.711	554.828
Custo de venda de ativos desmobilizados	22	874.096	782.267
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	22	7.175	4.735
Baixa de ativos	11 e 12	38.844	29.075
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	17.1	313	(70)
Juros e variações monetárias sobre debêntures, cessão de direitos creditórios, arrendamentos e ajuste a valor presente das debêntures	14, 15 e 16	63.731	462.065
		2.336.220	**2.112.744**
Variações no capital circulante liquido operacional			
Contas a receber	9	(72.984)	(37.946)
Fornecedores	13	(16.198)	(213.463)
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	-	(2.649)	(9.708)
Outros créditos e adiantamentos e passivos circulantes e não circulantes	-	44.901	(192.849)
Variações no capital circulante liquido operacional		**(46.930)**	**(453.966)**
		2.289.290	**1.658.778**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	19	-	(1.150)
Juros pagos sobre debêntures e cessão de direitos creditórios	15 e 16	(832)	(234.824)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	25.1	(1.317.012)	(1.906.348)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**971.446**	**(483.544)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	(363.987)	24.026
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**607.459**	**(459.518)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado e intangível para investimento	24.1	(7.675)	(13.770)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(7.675)**	**(13.770)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Conversão das debêntures em ações	-	-	400.000
Captação de cessão de direitos creditórios	14	91.963	562.731
Amortização direito de uso e cessão de crédito	14 e 16	(251.595)	(452.321)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	20.3.1	(400.000)	(18.278)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**(559.632)**	**492.132**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**40.152**	**18.844**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	-	25.037	6.193
No final do exercício	-	65.189	25.037
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**40.152**	**18.844**
Informações suplementares aos fluxos de caixa – efeito não caixa			
Valor justo dos juros à pagar na data da renegociação de debêntures	15	592.966	-

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CS Brasil Frotas S.A. (“Companhia” ou “CS Frotas”) é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da Movida Participações S.A (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 100% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves (‘rent a car’ ou “RAC”) e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves (“GTF”). A Companhia é dedicada ao atendimento de empresas do setor público e de economia mista, resultando em operações de licitações públicas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo práticas da legislação societária brasileiras, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 30 de março de 2026.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (‘R$’), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS Frotas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas.

Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS Frotas na nota explicativa 6

2.4. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

O setor de logística e transportes, dada sua natureza, é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas, e seus impactos para a sociedade. .

Por isso, a CS Frotas através da sua controladora Movida Participações contempla em sua rotina de gestão as avaliações de riscos climáticos, e busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou reduzam os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A Movida Participações possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos, incluindo o tema mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam identificar, avaliar e, quando necessário, mitigar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam reduzir as exposições identificadas.

A Movida Participações, por meio da emissão do Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021, assumiu metas de redução de emissões de gases de efeito estufa, de 30% da intensidade (tCO2/R$ MM receita) até 2030, com base no ano de 2019. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 e 3 (categoria 13). A gestão e contribuição da Movida Participações no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR.

A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da Movida Participações, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores:

• Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes;
• Avaliação de veículos flex;
• Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores;
• Instalação de painéis solares nas lojas para consumo de energia renovável e, consequentemente, redução das emissões de escopo 2.

O inventário de emissões é divulgado pela Movida Participações. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgado anualmente. Além disso, a gestão do tema é constantemente aprimorada em busca do objetivo traçado, cujo inventário anual é divulgado desde 2019 no Registro Público de Emissões, considerando a metodologia do Programa GHG Protocol, tendo obtido o selo Ouro no último ano. A Companhia recebeu em 2025 a nota A no Carbon Disclosure Project (CDP) Climate Change, avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a CS Frotas não teve impactos financeiros relevantes decorrentes de eventos originados de mudanças climáticas além daqueles já registrados nas demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

3. USO DE ESTIMATIVAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente.

3.1. Julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional do Grupo.

3.2. Incertezas sobre estimativas e premissas contábeis

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco relevante de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 19.1;
b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 11;
c) Veículos desativados para renovação de frota – valor residual líquido - nota explicativa 10;
d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis – nota explicativa 12.1;
e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 9;
f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 17;
g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 6.1.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis.

Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, por meio do resultado (“VJR”), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a CS Frotas se tornar parte das disposições contratuais do instrumento, exceto o contas a receber de clientes que são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados.

Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixas contratuais; e
ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Classificação e mensuração

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha na data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.3. Titulos e valores mobiliários e aplicações financeiras

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes.

4.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas (“PECLD” ou “Impairment”).

Para contratos de alugueis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitoradas. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado comitê de crédito e cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

4.5. Veículos desativados para renovação da frota

Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como veículos desativados para renovação da frota, os ativos deixam de ser depreciados.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base do ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

Os veículos desativados para renovação de frota são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

4.6. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("*impairment*"), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.
Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Baixas

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

d) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo de bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

A CS Frotas adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. Durante o ano de 2025, uma avaliação foi efetuada e as taxas foram então ajustadas para refletir o cenário atual de mercado.

e) Teste de perda de valor recuperável *(Impairment)*

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso

4.7. Intangivel

a) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para sua aquisição e implantação. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

b) Amortização

A vida do ativo intangível pode ser definida ou indefinida, quando se trata de vida útil definida o valor do ativo é amortizado conforme prazos estimados da vida do ativo.

Os ativos sem prazo de vida útil definido não são amortizados, mas são testados anualmente para identificar eventual perda do respectivo valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

c) Redução ao valor recuperável (“impairment”) de ativos financeiros

A CS Frotas reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A CS Frotas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”.

A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de "*impairment*" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a CS Frotas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CS Frotas para a recuperação dos valores devidos.

4.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa efetiva de juros.

4.9. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

4.10. Arrendamento a pagar - direito de uso

No início de um contrato, a companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

a) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a CS Frotas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.
No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a CS optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A CS Frotas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo.

O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos de contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

(i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS;
(ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
(iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
(iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a CS alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A CS Frotas apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos a pagar” no balanço patrimonial. Os ativos e passivos por direito de uso estão classificados por classe de ativos.

Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor

A Companhia se isenta de reconhecimento e opta por não aplicar os requisitos do CPC 06 (R2) para os itens abaixo:

(i) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
(ii) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor, ou em que o ativo é considerado irrelevante para fins contábeis (por exemplo, equipamentos de TI);
(iii) Exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
(iv) Utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

b) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a CS Frotas atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 6.1. e 12.1). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2).

c) Subarrendamento

A CS Frotas arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado.

A movimentação dos veículos subarrendados está divulgada na NE 16 na classe de veículos.

4.11. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A CS Frotas é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidencias disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As naturezas das demandas judiciais são as seguintes:

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

Cíveis – Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras.

Trabalhistas – As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a CS Frotas não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária.

4.12. Transação com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

A Companhia por meio de política emitida pela sua controladora e aplicável para todas as controladas do Grupo Movida, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração o preço mínimo de venda pela CS Frotas deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela CS Frotas nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda.

4.13. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela CS Frotas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição fiscal sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da CS Frotas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

4.14. Patrimônio líquido

a) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

b) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

c) Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado. As respectivas reservas refletem, essencialmente, as contribuições feitas pelos acionistas que estão diretamente relacionados à formação ou ao incremento do capital social. As reservas de capital constituem-se em grupo de contas integrantes do patrimônio líquido.

d) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela administração no uso de juros sobre capital próprio, ou pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária quando se referir a dividendos. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

4.15. Receita líquida das locações, prestações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente.

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

a) Receita de prestação de serviços (locação de veículos)

A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais.

b) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

5.1. Alteração e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2025

5.1.1 Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Para os períodos anuais de reporte com início em ou após 1º de janeiro de 2025, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos CPC 37 CPC 27 , que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. Esta mudança especifica como uma entidade deve avaliar se uma moeda é conversível e como deve determinar a taxa de câmbio à vista quando não houver convertibilidade. As alterações também exigem a divulgação de informações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender como a falta de convertibilidade de uma moeda em outra afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade.

As alterações não tiveram um impacto material nas demonstrações financeiras da CS Frotas.

5.1.2 Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

As alterações não tiveram um impacto material nas demonstrações financeiras da CS Frotas.

5.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

5.2.1. CPC 51: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em 10 de outubro de 2025, o CPC aprovou o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras, tornando-se obrigatório no Brasil para empresas abertas a partir de 1º de janeiro de 2027. O CPC 51 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) -Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada nãopermitida no Brasil. O CPC 51 será aplicado retrospectivamente.

A CS Frotas está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

5.2.2. Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" e CPC 40 (R1) - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras. As alterações:

a) Esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

b) Esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;

c) Adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

d) Atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI").

As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

Não há outras normas contábeis emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da CS Frotas.

5.2.3. Tributação de dividendos - Lei nº 15.270/25

Em 27 de novembro de 2025, foi publicada a Lei nº 15.270/25, que estabelece a reintrodução do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) à alíquota de 10% sobre os dividendos distribuídos. Essa incidência é aplicável aos lucros gerados a partir de 1º de janeiro de 2026.

Um ponto relevante da Lei nº 15.270/25 refere-se à isenção do IRRF para os dividendos distribuídos com base em lucros apurados até 31 de dezembro de 2025, desde que a declaração e a distribuição

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

desses dividendos sejam realizadas até essa mesma data. Ou seja, lucros gerados até 31 de dezembro de 2025 e devidamente declarados até essa data não estarão sujeitos à nova tributação, o que pode impactar decisões estratégicas das empresas quanto ao momento de distribuição dos dividendos.

5.2.4. Reforma tributária

A Emenda Constitucional nº 132 de 2023 instituiu a reforma do sistema tributário brasileiro incidente sobre o consumo. O novo modelo prevê, entre seus principais pilares, a não cumulatividade plena, o amplo direito a créditos, a tributação no destino e a ampliação da base de incidência, além de estabelecer a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre bens e serviços (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins) por um sistema de Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre Estados e Municípios. Adicionalmente, foi instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, aplicável a bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

A regulamentação inicial da reforma foi estabelecida pela Lei Complementar nº 214 de 2025, que dispõe sobre aspectos gerais de incidência, apuração e creditamento da CBS e do IBS, bem como pela Lei Complementar nº 227, publicada em janeiro de 2026, que regulamentou a estrutura e o funcionamento do Comitê Gestor do IBS.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual. A partir 1º de janeiro de 2026, os novos tributos passam a ser destacados de forma informativa nos documentos fiscais, com alíquotas teste de 0,9% de CBS e 0,1% de IBS, sem efeitos financeiros para os contribuintes. A substituição efetiva dos tributos atuais ocorrerá progressivamente entre 2027 e 2033, período em que o sistema vigente e o novo modelo coexistirão.

A Companhia acompanha os desdobramentos legislativos e regulatórios relacionados à reforma tributária e vem realizando análise de cenários e potenciais impactos futuros em suas operações, processos, sistemas e cadeia de suprimentos. No entanto, considerando que ainda existem regulamentações pendentes, incluindo a definição das alíquotas dos novos tributos, os efeitos econômicos e operacionais da reforma tributária somente poderão ser mensurados com maior precisão após a conclusão do processo regulatório.

Em função do estágio atual de implementação da reforma e considerando que seus efeitos financeiros ocorrerão apenas em exercícios futuros, não foram identificados impactos contábeis nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

6.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2025			31/12/2024		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa	-	65.189	65.189	-	25.037	25.037
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	870.050	-	870.050	506.063	-	506.063
Contas a receber	-	431.515	431.515	-	365.706	365.706
Outros créditos e adiantamentos	-	51.229	51.229	-	59.594	59.594
Total	**870.050**	**547.933**	**1.417.983**	**506.063**	**450.337**	**956.400**
Passivos, conforme balanço patrimonial						
Fornecedores	-	494.470	494.470	-	441.280	441.280
Debêntures	-	629.693	629.693	-	-	-
Arrendamentos por direito de uso	-	13.347	13.347	-	10.259	10.259
Cessão de direitos creditórios	-	1.133	1.133	-	129.282	129.282
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	98.024	98.024	-	23.109	23.109
Total	**-**	**1.236.667**	**1.236.667**	**-**	**603.930**	**603.930**

6.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, está demonstrada a seguir:

	31/12/2025		31/12/2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	65.189	65.189	25.037	25.037
Títulos e valores mobiliários	870.050	870.050	506.063	506.063
Contas a receber	431.515	431.515	365.706	365.706
Outros créditos e adiantamentos	51.229	51.229	59.594	59.594
Total	**1.417.983**	**1.417.983**	**956.400**	**956.400**
Passivos financeiros				
Fornecedores	494.470	494.470	441.280	441.280
Debêntures	629.693	629.693	-	-
Arrendamentos por direito de uso	13.347	19.126	10.259	10.259
Cessão de direitos creditórios	1.133	1.293	129.282	129.282
Outras contas a pagar e adiantamentos	98.024	98.024	23.109	23.109
Total	**1.236.667**	**1.242.606**	**603.930**	**603.930**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis.

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

	31/12/2025		31/12/2024	
	Nível 2	Total	Nível 2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa				
Operações compromissadas	45.603	45.603	4.808	4.808
Aplicação Automatica	469	469	4.420	4.420
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	-	-	-	-
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR)	870.050	870.050	506.063	506.063
Subtotal	**916.122**	**916.122**	**515.291**	**515.291**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo				
Cessão de direitos creditórios	1.133	1.133	129.282	129.282
Debêntures	629.693	629.693	-	-
Subtotal	**630.826**	**630.826**	**129.282**	**129.282**
Total	**1.546.948**	**1.546.948**	**644.573**	**644.573**

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

(i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
(ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2025 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	14,90%	14,22%	13,40%	13,19%	13,40%	13,59%	13,48%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2025

6.3 Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez.

A Administração da CS Frotas supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da CS Frotas monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (hedge) dos riscos conhecidos. A CS Frotas não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros créditos e adiantamentos de risco especulativo.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros.

i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da CS Frotas de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime
Br AA+, Br AA, Br AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, Br A, Br A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, Br BBB, Br BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, Br BB, Br BB-	Grau Especulativo
Br B+, Br B, Br B-	Grau Altamente Especulativo
Br Br CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
Br Br CCC	Grau Extremamente Especulativo
Br Br CCC-, Br CC, Br C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
Br Br DDD, Br DD, Br D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa fundo fixo	**221**	**131**
Br AAA	1.803	15.660
Br AA	17.093	-
Br A	-	18
Total depositados em conta corrente	**18.896**	**15.678**
Total de disponibilidades	**19.117**	**15.809**
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	46.072	9.228
Total de aplicações financeiras	**46.072**	**9.228**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**65.189**	**25.037**

	31/12/2025	31/12/2024
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	870.050	506.063
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	**870.050**	**506.063**

ii. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em ranking de companhias especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração.

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da CS Frotas.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da CS Frotas ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco cambial e risco de preço que pode ser de “commodities”, de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a CS Frotas se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Atualmente, a CS Frotas está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do euro e do dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A CS Frotas está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, debêntures e arrendamentos. Como política, a Companhia procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim.

Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração.

ii. Risco de variação da inflação

A CS Frotas possuia debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo.

c) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo da CS Frotas é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

Passivo financeiros	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Fornecedores	494.470	494.470	494.470	-	-
Debêntures	629.693	795.540	795.540	-	-
Arrendamentos por direito de uso	13.347	19.126	5.826	7.944	5.356
Cessão de direitos creditórios	1.133	1.293	1.293	-	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	98.024	98.024	97.740	284	-
Total	**1.236.667**	**1.408.453**	**1.394.869**	**8.228**	**5.356**

6.4 Sensibilidade a taxas de juros e moeda

A CS Frotas efetuou análise de sensibilidade de acordo com suas políticas e julgamento, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis:

- CDI em 13,40% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão);
- SELIC de 13,40% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil);
- Euro de R$ 7,00 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão),
- IPCA de 7,87% a.a. (fonte: B3 -Brasil, Bolsa e Balcão)
- SOFR projetada para um ano foi de 3,87% (fonte: Federal Reserve New York Bank).
- TJLP 7,82% a.a. (fonte: BNDES)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar os impactos das mudanças nas variáveis de mercado que afetam os instrumentos financeiros, receitas e despesas da Companhia, permanecendo os demais indicadores de mercado constantes. Quando da ocorrência da liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser materialmente diferentes dos demonstrados nos quadros abaixo.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Descrição	Valor contábil 31/12/2025	Cenário Provável I	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Saldos sujeito a exposição em variação do CDI	3.380.550	(544.607)	(657.855)	(771.103)
Saldo sujeita a exposição líquida	**3.380.550**	**(544.607)**	**(657.855)**	**(771.103)**

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN e BM&F

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	221	131
Bancos	18.896	15.678
Total de disponibilidades	**19.117**	**15.809**
Operações compromissadas	45.603	4.808
Aplicação automática	469	4.420
Total de aplicações financeiras	**46.072**	**9.228**
Total	**65.189**	**25.037**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o rendimento médio dos saldos de caixa e equivalentes de caixa foi de 14,30% a.a. (Em 31 de dezembro de 2024, o rendimento médio foi de 10,93% a.a.).

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Operações	31/12/2025	31/12/2024
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR) [(i)]	870.050	506.063
Total	**870.050**	**506.063**

(i) A CS Frotas investe recursos em fundos de investimento exclusivos que foram constituídos para aplicações financeiras realizadas exclusivamente por empresas do Grupo SIMPAR. As cotas desses fundos possuem liquidez diária, e a sua gestão é 100% terceirizada sob responsabilidade do Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal. O portfólio é composto por: (i) Letras Financeiras do Tesouro - LFT (30,68%); (ii) Letras do Tesouro Nacional (57,98%); e (iii) Letras financeiras (11,33%).

O rendimento médio das cotas que estão alocados em fundos de investimentos pela controladora Simpar é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o rendimento médio foi de 14,30% a.a. (14,93% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da CS Frotas a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 6.1, 6.2, 6.3 e 6.4.

9. CONTAS A RECEBER

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber de clientes	68.265	196.984
Valores a receber com cartões de crédito	188.631	-
Receita de locação a faturar	133.196	129.125
Contas a receber - partes relacionadas	61.763	52.762
(-) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(20.340)	(13.165)
Total	**431.515**	**365.706**
Ativo circulante	431.450	365.664
Ativo não circulante	65	42
Total	**431.515**	**365.706**

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a companhia não possuía saldo de contas a receber dado em garantia de dívidas. As informações sobre a mensuração ao valor justo e sobre a exposição da companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas nas notas explicativas 6.1, 6.2 e 6.3.

9.1 A movimentação das perdas esperadas (*impairment*)

Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(13.165)**
(-) adições	(10.773)
(+) reversões	3.598
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(20.340)**

Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(8.430)**
(-) adições	(6.631)
(+) reversões	1.896
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(13.165)**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

9.2 Classificação por vencimento e suas respectivas taxas de perdas esperadas

	31/12/2025				31/12/2024			
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total
Total a vencer	**315.765**	**(729)**	**(0,23%)**	**315.036**	**285.826**	**(1.346)**	**(0,5%)**	**284.480**
Vencidos em até 30 dias	24.138	(659)	(2,73%)	23.479	10.729	(550)	(5,1%)	10.179
Vencidos de 31 a 90 dias	28.173	(693)	(2,46%)	27.480	20.783	(944)	(4,5%)	19.839
Vencidos de 91 a 180 dias	53.607	(1.719)	(3,21%)	51.888	33.632	(1.395)	(4,1%)	32.237
Vencidos de 181 a 365 dias	11.387	(4.384)	(38,50%)	7.003	13.549	(2.033)	(15,0%)	11.516
Vencidos a mais de 365 dias	18.785	(12.156)	(64,71%)	6.629	14.352	(6.897)	(48,1%)	7.455
Total vencidos	**136.090**	**(19.611)**	**(14,41%)**	**116.479**	**93.045**	**(11.819)**	**(12,7%)**	**81.226**
Total	**451.855**	**(20.340)**	**(4,50%)**	**431.515**	**378.871**	**(13.165)**	**(3,5%)**	**365.706**

10. VEÍCULOS DESATIVADOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA

As movimentações nos exercícios em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão apresentadas a seguir:

	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**148.063**
Bens transferidos do imobilizado	855.187
Bens baixados por venda	(874.096)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**129.154**

	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**127.548**
Bens transferidos do imobilizado	802.783
Bens baixados por venda	(782.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**148.063**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a companhia não tinha veículos desativados para renovação da frota dados em garantia de dívidas financeiras.

11. IMOBILIZADO

As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão a seguir apresentadas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.544.305**	**4.631**	**1.476**	**5.856**	**2.389**	**4.347**	**47.703**	**18.551**	**151**	**5.629.409**
Adições	1.386.400	342	-	328	1.219	4.239	-	8.336	-	1.400.864
Transferência para veículos destinados a renovação de frota	(1.251.981)	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.251.981)
Baixas	(48.918)	(337)	(1.799)	(44)	(97)	-	-	(1.010)	-	(52.205)
Transferências	1.447	(1.447)	6.888	73	(74)	(6.899)	-	-	-	(12)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**5.631.253**	**3.189**	**6.565**	**6.213**	**3.437**	**1.687**	**47.703**	**25.877**	**151**	**5.726.075**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(653.766)**	**(1.017)**	**(303)**	**(1.384)**	**(494)**	**-**	**(47.319)**	**(9.517)**	**(7)**	**(713.807)**
Depreciação no exercício	(636.328)	(255)	(385)	(1.226)	(291)	-	-	(6.224)	-	(644.709)
Transferência para veículos destinados a renovação de frota	396.794	-	-	-	-	-	-	-	-	396.794
Baixas	11.935	337	83	-	17	-	-	1.073	-	13.445
Transferências	(198)	198	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(881.563)**	**(737)**	**(605)**	**(2.610)**	**(768)**	**-**	**(47.319)**	**(14.668)**	**(7)**	**(948.277)**
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.890.539**	**3.614**	**1.173**	**4.472**	**1.895**	**4.347**	**384**	**9.034**	**144**	**4.915.602**
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**4.749.690**	**2.452**	**5.960**	**3.603**	**2.669**	**1.687**	**384**	**11.209**	**144**	**4.777.798**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.656.235**	**7.226**	**1.476**	**3.556**	**1.348**	**179**	**47.703**	**15.423**	**151**	**4.733.297**
Adições	1.906.348	754	-	2.474	1.117	4.178	-	3.128	-	1.917.999
Transferência para veículos destinados a renovação de frota	(990.436)	-	-	-	-	-	-	-	-	(990.436)
Baixas	(31.186)	(5)	-	(171)	(89)	-	-	-	-	(31.451)
Transferências	3.344	(3.344)	-	(3)	13	(10)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.544.305**	**4.631**	**1.476**	**5.856**	**2.389**	**4.347**	**47.703**	**18.551**	**151**	**5.629.409**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(293.308)**	**(1.474)**	**(234)**	**(817)**	**(395)**	**-**	**(47.319)**	**(5.559)**	**(7)**	**(349.113)**
Depreciação no exercício	(549.748)	(155)	(69)	(605)	(188)	-	-	(3.958)	-	(554.723)
Transferência para veículos destinados a renovação de frota	187.653	-	-	-	-	-	-	-	-	187.653
Baixas	2.247	2	-	38	89	-	-	-	-	2.376
Transferências	(610)	610	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(653.766)**	**(1.017)**	**(303)**	**(1.384)**	**(494)**	**-**	**(47.319)**	**(9.517)**	**(7)**	**(713.807)**
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.362.927**	**5.752**	**1.242**	**2.739**	**953**	**179**	**384**	**9.864**	**144**	**4.384.184**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.890.539**	**3.614**	**1.173**	**4.472**	**1.895**	**4.347**	**384**	**9.034**	**144**	**4.915.602**

A Companhia adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. As respectivas taxas médias anuais estão demonstradas na tabela abaixo:

	Taxa média de depreciação (%)	
Itens do imobilizado	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Veículos	10,05%	7,14%
Máquinas e equipamentos	13,50%	13,25%
Computadores e periféricos	19,97%	20,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,01%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	16,50%	4,00%
Direito de uso (imóveis)	10,05%	38,45%

12. INTANGÍVEL

As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão a seguir apresentadas:

	Softwares	Total
Em 31 de dezembro de 2024	**9.704**	**9.704**
Adições	1.547	1.547
Baixas	(24)	(24)
Transferências	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**11.239**	**11.239**
Amortização:		
Em 31 de dezembro de 2024	**(295)**	**(295)**
Adições	(1.002)	(1.002)
Baixas	3	3
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(1.294)**	**(1.294)**
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2024	**9.409**	**9.409**
Em 31 de dezembro de 2025	**9.945**	**9.945**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

	Softwares	Total
Em 31 de dezembro de 2023	**4.362**	**4.362**
Adições	5.342	5.342
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**9.704**	**9.704**
Amortização:		
Em 31 de dezembro de 2023	**(190)**	**(190)**
Adiçoes	(105)	(105)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(295)**	**(295)**
Valor residual líquido:		
Em 31 de dezembro de 2023	**4.172**	**4.172**
Em 31 de dezembro de 2024	**9.409**	**9.409**

Taxa média anual ponderada de amortização aplicada:

	Taxa média de amortização (%)	
Itens do intangível	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Softwares	20,00%	20,00%

12.1 Análise de redução ao valor recuperável dos ativos *(impairment)*

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou com maior frequência quando há indicadores de redução do valor recuperável de alguma das unidades geradoras de caixa (“UGC”) em que estão alocados. A CS Frotas classifica as UGC’s por seu segmentos GTF.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração atualizou seus estudos, e os resultados estão detalhados abaixo.

12.2 Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*)

O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2025, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	2025 - %
Taxas de desconto (*WACC*) [(a)]	12,15%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,70%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* [(b)] - média para os próximos 5 anos	2,24%

Unidades Geradoras de Caixa	2024 - %
Taxas de desconto (*WACC*) [(a)]	10,89%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,60%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* [(b)] - média para os próximos 5 anos	4,26%

(a) Taxa de desconto antes dos impostos conforme CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos;
(b) Lajida: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Sendo:

i) Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;
ii) Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2026 a dezembro de 2030;
iii) Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

iv) O valor residual após dezembro 2029 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado assumindo um crescimento de 3,70%a.a, e
v) Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia revisitou os estudos e não identificou ajustes.

13. FORNECEDORES

Descrição	31/12/2025	31/12/2024
Montadoras e concessionárias de veículos	453.551	384.163
Fornecedores de serviços e peças automotivos	12.395	14.692
Partes relacionadas (nota 18)	5.478	13.205
Fornecedores de serviços exceto automotivos	20.937	28.437
Outros	2.109	783
Total	**494.470**	**441.280**

14. CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de cessão de direitos creditórios no início do exercício	**129.282**	**-**
Cessões efetuadas (valor bruto)	91.963	562.731
Apropriação dos direitos performados (valor bruto)	(245.371)	(448.363)
Juros apropriados descontados	25.259	14.914
Passivo de cessão de direitos creditórios no encerramento do exercício	**1.133**	**129.282**
Circulante	1.133	128.238
Não circulante	-	1.044
Total	**1.133**	**129.282**

A CS Frotas efetuou cessões de direitos creditórios futuros decorrentes de contratos de locação de veículos firmados com alguns de seus clientes, em favor de terceiros, em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação em caso de inadimplência; e os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. O valor recebido foi reconhecido inicialmente a valor justo e a despesa financeira é reconhecida no resultado até a data da liquidação com base na taxa efetiva de juros do contrato. O vencimento desses contratos é em janeiro 2026.

15. DEBÊNTURES

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro 2025 e 2024, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures no início do exercício	**-**	**130.296**
Juros pagos	-	(233.977)
Juros provisionados	36.727	315.232
Ajuste a valor presente [(i)]	-	(211.551)
Valor justo dos juros à pagar na data da renegociação de debêntures	592.966	-
Debêntures no encerramento do exercício	**629.693**	**-**
Circulante	629.693	-

(i) Em 31 de dezembro de 2024 o ajuste do valor presente das debêntures referem-se conversíveis em ações que foram incorporados ao patrimônio líquido.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

A Companhia realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo:

Entidade emissora	CS Frotas							
Descrição	**1ª Emissão**	**2ª Emissão**	**3ª Emissão**	**4ª Emissão**	**5ª Emissão**	**6ª Emissão**	**7ª Emissão**	**8ª Emissão**
a. Identificação do processo por natureza								
Instituição financeira	*Movida Participações*	*Movida Participações*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Participações*	*Movida Locação*	*Movida Locação*
Valor da 1ª Série	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	330.000	575.000
Valor da 2ª Série	-	-	-	-	-	-	-	60.000
Valor total	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	330.000	635.000
Emissão	27/01/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	14/11/2023	26/12/2023
Captação	27/01/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	14/11/2023	26/12/2023
Vencimento	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**	**31/12/2026**
Espécie	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Identificação ativo na CETIP								
b. Taxa de juros efetiva a.a. %								
1ª Série	CDI + 2,00%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%
c. Valor total da dívida								

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido, de modo que não houvesse obrigações a pagar para sua controladora em 31 de dezembro de 2024. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou um aditivo contratual prorrogando o prazo de conversão das debêntures conversíveis em ações. Os componentes de juros e ajuste a valor presente das debêntures conversíveis em ações foram reconhecidos como obrigação de curto prazo com obrigação em liquidar esses montantes junto à sua Controladora até 31 de dezembro de 2026.

16. ARRENDAMENTO POR DIREITO DE USO

A Companhia arrenda seus veículos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

A Companhia subarrendou veículos. De acordo com o CPC 06(R2), os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. A CS Frotas avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2).

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33. A CS Frotas atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Contratos por prazo e taxa de desconto – Em 31 de dezembro de 2025

Prazos contratados	Taxa % a.a
1	16,09%
2	15,68%
3	15,95%
5	16,50%
10	16,72%
15	16,76%
20	16,81%

Contratos por prazo e taxa de desconto – Em 31 de dezembro de 2024

Prazos contratados	Taxa % a.a
1	19,20%
2	20,12%
3	19,94%
5	20,57%
10	19,49%
15	18,53%
20	19,16%

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a CS Frotas é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.259**
Adição	8.336
Baixas	63
Pagamento de principal	(6.224)
Juros pagos	(832)
Juros apropriados	1.745
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**13.347**
Circulante	4.433
Não circulante	8.914
Total	**13.347**

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Adição	3.128
Pagamento de principal	(3.958)
Juros pagos	(847)
Juros apropriados	1.147
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.259**
Circulante	4.552
Não circulante	5.707
Total	**10.259**

Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	Imóveis	31/12/2025	Imóveis	31/12/2024
Passivo circulante	**4.433**	**4.433**	**4.552**	**4.552**
Após 1° ano	3.558	3.558	2.306	2.306
Após 2° ano	2.870	2.870	1.774	1.774
Após 3° ano	1.510	1.510	1.310	1.310
Após 4° ano	302	302	317	317
Mais de 5 anos	674	674	-	-
Passivo não circulante	**8.914**	**8.914**	**5.707**	**5.707**
Total	**13.347**	**13.347**	**10.259**	**10.259**

A seguir é apresentado quadro o direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Ajustado Valor presente
Contraprestação do Arrendamento	13.347
PIS/COFINS	1.235

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R$ 1.235

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 4,32% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2025:

Fluxos de caixa	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	11.593	12.094
Passivo de arrendamento	13.347	13.924
Despesa de depreciação	6.224	6.493
Despesas financeiras (nota 23)	1.745	1.820

16.1 Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis e de curto prazo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a CS Frotas reconheceu o montante de R$ 4.031 (R$ 4.648 em 31 de dezembro de 2024), referente a gastos relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

16.2 Companhia como arrendadora

Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a CS Frotas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional.
Como parte dessa avaliação, foram considerados o prazo do arrendamento, entre outros.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	497.090	757.526	676.526	626.652	689.063	-	3.246.857
Total	**497.090**	**757.526**	**676.526**	**626.652**	**689.063**	**-**	**3.246.857**

17. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

17.1 Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas

No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis	1.766	1.705	318	23
Trabalhista	6	-	27	9
Total	**1.772**	**1.705**	**345**	**32**

Os depósitos judiciais referem-se a: (i) conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou (ii) depósitos em conta judicial em substituição de pagamentos de contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

17.2 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas

As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**23**	**9**	**32**
Constituição	555	40	595
Reversão	(260)	(22)	(282)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**318**	**27**	**345**
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**-**	**102**
Constituição	25	9	34
Reversão	(104)	-	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**23**	**9**	**32**

A CS Frotas não possui saldos sobre demandas judiciais e administrativas com prognóstico de perda provável na esfera tributária nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

17.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A CS Frotas também é parte em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões.

Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	427	43
Cíveis	1.157	557
Tributárias [(i)]	127.830	217
Total	**129.414**	**816**

(i) *A CS Frotas recebeu um auto de infração de créditos de PIS/COFINS sobre atividade de locação e o não reconhecimento do diferimento da receita no montante de R$ 127.398.*

As causas possíveis na esfera cível referem-se basicamente a reclamações de consumidores por suposta falha na prestação de serviços e de natureza indenizatória por lucros cessantes e danos materiais e morais por acidentes de trânsito envolvendo veículos de sua frota, não envolvendo valores relevantes de forma individual.

Quanto às demandas trabalhistas, a Administração entende que não há nenhuma prática em particular que seja adotada e que dê ensejo aos pedidos reclamados, sendo que as reclamações ajuizadas contra a CS Frotas não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de diferenças de horas extras e de comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

A CS Frotas por meio de acordo comercial, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração, o preço mínimo de venda pela Movida deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela Movida nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda.

18.1 Saldos com partes relacionadas (ativo e passivo)

a) Contas a receber e outros créditos: Saldos oriundos de transações comerciais de venda de ativos em condições de mercado, reembolso de despesas, aluguel de carros, ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo.

b) Fornecedores e outras contas a pagar: Compra de peças e acessórios em condições de mercado, ressarcimento de despesas e Centro de Atendimento Administrativo.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Outros créditos	
Ativo	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldos com controladora				
CS Brasil Participacões e Locações S.A.	-	22.982	-	-
Movida Participações S.A.	33.017	28.574	13.345	13.342
Subtotal	**33.017**	**51.556**	**13.345**	**13.342**
Saldos com partes relacionadas				
ATU12	-	10	-	6
Banco Brasileiro Cred. SA	170	89	-	-
CS Brasil Transportes	25.269	-	103	35
Graos do Piaui Rod SPE	-	1	-	-
JSL S/A	531	483	1	1
Madre Corr. e Admin Seg.	1	-	-	-
Mogi Mob Trans Pass LTDA	2	-	-	-
Original Indiana S.A	12	24	163	132
Original New Provence SA	10	1	-	-
Original Veículos SA	297	353	2	-
Original Turim S.A.	17	-	-	2
Original Seminovos SA	1	1	-	-
Ponto Veículos SA	107	242	-	-
SIMPAR S/A	1	-	3	10.172
Sinal Serv de Integ Indus	2.038	-	-	-
Truckpad Tec e Log S.A.	-	2	-	-
Vamos Loc Cam Maq Equi SA	290	-	-	8
Subtotal	**28.746**	**1.206**	**272**	**10.356**
Total	**61.763**	**52.762**	**13.617**	**23.698**

	Fornecedores		Debêntures e Outras contas a pagar	
Passivo	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldos com controladora				
Movida Participações S.A.	3.764	11.193	649.265	2.986
	3.764	**11.193**	**649.265**	**2.986**
Saldos com partes relacionadas				
BBC Pagamentos LTDA	13	11	-	-
BBC Leasing	-	2	-	-
Banco Brasileiro Cred. SA	838	-	6.695	6.695
CS Brasil Transportes	248	1.838	309	362
CS BRASIL HOLD E LOC S.A.	2	-	-	-
Ciclus Amazonia S.A.	-	-	1	-
CS Infra S.A	-	-	1	-
H Point Comercial LTDA	-	-	6	-
JSL S/A	72	84	502	516
Mogi Mob Trans Pass LTDA	1	1	-	-
Original Veículos SA	-	6	-	169
Ponto Veículos Ltda	-	-	-	11
Quick Logística Ltda	100	55	967	282
R Point Comercial LTDA	18	-	-	-
SIMPAR S/A	363	-	37	15
SIMPAR Empreend Imob.	-	15	-	-
Transrio Caminhões Onibus	-	-	43	33
Vamos Loc Cam Maq Equi SA	59	-	-	52
Vamos Seminovos S/A	-	-	78	-
Subtotal	**1.714**	**2.012**	**8.639**	**8.135**
Total	**5.478**	**13.205**	**657.904**	**11.121**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

18.2 Transações com partes relacionadas com efeito na demonstração do resultado

a) Locações de veículos e outras ativos efetuadas entre as empresas, por valores equivalentes de mercado, cujas precificações variam de acordo com as características data da contratação, e planilha de custos inerentes aos ativos, como depreciação e juros de financiamento.

b) Venda de ativos desmobilizados refere-se aos veículos que anteriormente eram locados e, como parte da estratégia de renovação da frota, foram vendidos a valor de mercado para partes relacionadas.

c) Serviços prestados referem-se a eventuais serviços contratados, principalmente relacionados a transportes de cargas ou intermediação de ativos desmobilizados e venda direta de montadoras.

d) A Companhia compartilha certos serviços administrativos com as empresas controladas pela Simpar e as despesas são rateadas e repassadas.

e) Eventualmente são realizadas transações de mútuo e cessão de direitos de contas a receber com empresas do Grupo. Os custos financeiros ou receitas financeiras oriundas dessas transações são calculadas por taxas definidas após comparação com taxas praticadas por instituições financeiras.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

Resultado	Receita de locação e prestação de serviços		Custo da locação e prestação de serviços		Receita com venda de ativos		Receita administrativa		Despesa administrativa		Receita financeira		Despesa financeira	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Transações com controladas														
Movida Participações S/A	3.446	945	(25.338)	(19.728)	-	-	27	-	(1.321)	-	-	61.537	(36.727)	(158.366)
Movida Locação de Veículos S.A	-	2.715	-	(10.613)	-	-	-	-	-	-	-	389.460	-	(607.862)
Subtotal	**3.446**	**3.660**	**(25.338)**	**(30.341)**	**-**	**-**	**27**	**-**	**(1.321)**	**-**	**-**	**450.997**	**(36.727)**	**(766.228)**
Transações com partes relacionadas														
Banco Brasileiro Cred. SA	417	88	(46)	(21)	-	-	-	-	-	-		-	(586)	(2.057)
BBC Pagamentos LTDA	-	-	(2)	(58)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Transportes	2.659	5.447	(1.579)	(2.667)	432	1.733	43	31	(3)	(296)	-	-	-	-
CS BRASIL HOLD E LOC S.A.	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Infra S.A	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Graos do Piaui Rod SPE SA	-	-	-	-	-	-	3	3	-	-	-	-	-	-
Instituto Julio Simões	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-	-
JSL S/A	520	684	(143)	(165)	693	-	4	2	(221)	(256)	-	-	-	-
Madre Corr. e Admin Seg.	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob Trans Pass LTDA	-	1	(100)	(26)	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-
Original Veículos SA	2.234	276	(1.926)	(48)	-	131	1	-	-	-	-	-	-	-
Original Indiana S.A	784	-	(607)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original New Provence SA	68	-	(58)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Turim S.A.	30	-	(9)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos SA	1.488	191	(1.474)	(14)	-	51	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística Ltda	95	91	(1.912)	(829)	-	-	-	-	(239)	(3)	-	-	-	-
R Point Comercial LTDA	-	10	-	(16)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SIMPAR S/A	-	-	(66)	(49)	-	-	1	1	(1.029)	(131)	-	-	-	-
SIMPAR Empreend Imob.	-	-	(120)	(160)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga Indiana	-	156	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga Provence C V P LTDA	-	4	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga Turim	-	12	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sinal Serv de Integ Indus	2.069	7	-	-	427	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões Onibus	4	13	(26)	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmoreno	-	25	-	(825)	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-
Tiete Veiculos LTDA	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Truckpad Tec e Log S.A.	-	-	-	-	-	139	-	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Loc Cam Maq Equi SA	322	148	(195)	(49)	-	-	10	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Seminovos S/A	-	-	(94)	-	-	-	-	-	(39)	-	-	-	-	-
Yolanda Logistica,Armazem	-	-	(53)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**10.692**	**7.153**	**(8.414)**	**(4.972)**	**1.552**	**2.054**	**65**	**37**	**(1.533)**	**(690)**	**-**	**-**	**(586)**	**(2.057)**
Total	**14.138**	**10.813**	**(33.752)**	**(35.313)**	**1.552**	**2.054**	**92**	**37**	**(2.854)**	**(690)**	**-**	**450.997**	**(37.313)**	**(768.285)**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

18.3 Remuneração dos administradores

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração paga ao pessoal chave da administração foi de R$ 3.010 (R$ 2.295 em 31 de dezembro de 2024).

A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração fixa	1.691	1.606
Remuneração variável	1.296	664
Benefícios	23	25
Total	**3.010**	**2.295**

19. Imposto de renda e contribuição social

19.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	42.602	42.591
Provisão para demandas judiciais e administrativas	3.440	2.390
Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	6.916	4.477
Perda na desvalorização de ativos (impairment)	-	17.637
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo CPC 06 (R2)	597	287
Debêntures Conversiveis	-	(6.918)
Outras provisões	4.876	2.713
Total do imposto diferido ativo	**58.431**	**63.177**
Imposto diferido passivo		
Receita a faturar de órgãos públicos	(11.882)	(18.798)
Depreciação econômica vs. fiscal	(367.798)	(304.556)
Imobilização *leasing* financeiro	(39.749)	(39.749)
Outros	(790)	(793)
Total do imposto diferido passivo	**(420.219)**	**(363.896)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(361.788)**	**(300.719)**
Tributos diferidos passivos	(361.788)	(300.719)
Total débitos fiscais, líquidos	**(361.788)**	**(300.719)**

Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(300.719)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(61.069)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**(361.788)**

Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(239.733)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(60.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(300.719)**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

19.2 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social

As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente.

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**706.350**	**279.844**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(240.159)**	**(95.147)**
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	15.742	36.133
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes [(i)]	163.347	(157)
Outras exclusões/ Outras adições	1	(1.815)
IRPJ e CSLL apurados	**(61.069)**	**(60.986)**
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	(61.069)	(60.986)
IRPJ e CSLL no resultado	**(61.069)**	**(60.986)**
Alíquotas efetivas	-8,65%	-21,79%

(i) Em 31 de dezembro de 2025 a movimentação refere-se a debêntures conversíveis em ações

A declaração de imposto de renda da CS Frotas está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

19.3 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**90.283**	**90.283**
Pagamento de IRPJ/CSLL	-	-
Compensação com outros impostos federais e previdenciários	(50.541)	(50.541)
Antecipação de IRPJ/CSLL	86.675	86.675
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**126.417**	**126.417**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.881**	**36.881**
Pagamento de IRPJ/CSLL	1.150	1.150
Compensação com outros impostos federais e previdenciários	(13.532)	(13.532)
Antecipação de IRPJ/CSLL	65.784	65.784
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**90.283**	**90.283**

19.4 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2025 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Diretoria considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os períodos seguintes.

Foi elaborado o seguinte cronograma para realização dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre base prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

Ano	R$ Mil
2026	22.994
2027	19.608
Total	**42.602**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

20. Patrimônio líquido

20.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025, é de R$ 1.823.392 (R$ 1.823.392 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 1.823.392.201 quotas sem valor nominal pertencentes 100% à Movida Participações. (Em 31 de dezembro de 2024 eram 1.823.392.201).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**1.823.392.201**
Aumento de capital	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**1.823.392**	**1.823.392.201**

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.438.222.201**
Aumento de capital	385.170	385.170.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**1.823.392.201**

20.2 Reserva de capital

O saldo acumulado da reserva de capital em 31 de dezembro de 2025 era de R$ 2.674.342 (R$ 3.367.308 em 31 de dezembro de 2024). Em 31 de dezembro de 2024 foi constituído o montante de R$ 1.143.050 referente a debêntures conversíveis em ações e R$ 211.551 referente a ajuste ao valor presente dessas debêntures conversíveis em ações. Em 31 de dezembro de 2025 o componente relativo à instrumento financeiro no montante de R$ 592.966 referente ao juros dos contratos de debêntures e ajuste a valor presente foi reclassificado do patrimônio líquido para o passivo financeiro conforme a natureza do instrumento.

20.3 Reserva de lucro

Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da CS Frotas, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital.

Em 31 de dezembro de 2025 foi constituído o montante de R$ 32.264 (R$ 10.943 em 31 de dezembro de 2024) de reserva legal, R$ 206.072 (R$ 207.915 em 31 de dezembro de 2024) de reserva de lucros.
As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R$ 78.228 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 45.964 em 31 de dezembro de 2024); Lucros retidos, no montante de R$ 285.812 em 31 de dezembro de 2025 (R$ 79.740 em 31 de dezembro de 2024).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia através da sua controladora Movida Participações, realizou a emissão de debêntures conversíveis em ações. A Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido. As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício foram igualmente convertidas em debêntures conversíveis em ações, ficando a Companhia desobrigada de reconhecimento de uma obrigação a pagar das referidas distribuições e dos passivos financeiros de debêntures em 31 de dezembro de 2024. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou um aditivo contratual prorrogando o prazo de conversão das debêntures conversíveis em ações e os componentes de juros e ajuste a valor presente das debêntures conversíveis em ações foram reconhecidos como obrigação de curto prazo com obrigação em liquidar esses montantes junto à sua Controladora até 31 de dezembro de 2026, conforme nota explicativa 15.

A CS Frotas mantém a reserva de lucros estatutária denominada “Reserva de Investimentos”, que terá por fim financiar a expansão das atividades da Companhia, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos, a qual será formada com até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito da CS Frotas observando-se, ainda, que a soma do saldo dessa reserva de lucros aos saldos das demais reservas de lucros, excetuadas a reserva de lucros a realizar e a reserva para contingências, não poderá ultrapassar 100% do capital subscrito da CS Frotas.

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

20.4 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

Em conformidade com o Estatuto Social da CS Frotas, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

- 5% destinados à constituição de reserva legal; e
- Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida para contribuição de uma reserva de investimentos.

O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano.

O Estatuto Social da CS Frotas permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

	Juros sobre capital Próprio [(i)]	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**-**	**-**
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(39.355)	(360.645)	(400.000)
Juros sobre o capital próprio a pagar	39.355	-	39.355
Distribuição de lucros	-	360.645	360.645
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**-**	**-**	**-**

(ii) Em reunião do Conselho de Administração realizada em 16 de dezembro de 2025 foi aprovado o pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas no montante de R$ 46.300 (39.355, valor líquido de impostos).

	Juros sobre capital próprio	Dividendos a pagar	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.406**	**12.872**	**18.278**
Juros sobre o capital próprio e dividendos pagos	(5.406)	(12.872)	(18.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**-**	**-**

21. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

21.1 Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços

A tabela a seguir, apresenta a composição analítica da receita de contratos com cliente das principais linhas de negócio e momento do reconhecimento da receita. Inclui também a conciliação da composição analítica da receita da Companhia:

	31/12/2025	31/12/2024
Receita de locação [(i)]	1.976.744	1.692.409
Receita de venda de ativos desmobilizados [(ii)]	875.833	799.694
Receita bruta	**2.852.577**	**2.492.103**
(-) Deduções da receita		
Impostos incidentes sobre as receitas [(iii)]	(182.719)	(156.452)
Devoluções e abatimentos	(8.649)	(1.979)
	(191.368)	**(158.431)**
Receita líquida total	**2.661.209**	**2.333.672**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	875.080	799.694
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	1.786.129	1.533.978
Receita líquida total	**2.661.209**	**2.333.672**

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
(ii) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 (R2) – Receita de contrato com cliente.
(iii) Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

22. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(874.096)	(782.267)
Despesas com pessoal	(58.880)	(56.902)
Depreciação, amortização e desvalorização impairment de ativos	(645.711)	(554.723)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(7.175)	(4.735)
Comunicação e publicidade	(1.738)	(1.469)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(4.028)	(3.515)
Gastos e manutenções com veículos	(450.199)	(447.538)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	155.794	161.647
Custos na venda de veículos avariados	(20.082)	(18.390)
Serviços contratados de terceiros	(35.849)	(19.276)
Aluguel de imóveis	(4.031)	(4.648)
Outras (despesas)	(27.721)	(20.414)
Total	**(1.973.716)**	**(1.752.230)**
Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(1.891.397)	(1.683.170)
Despesas comerciais	(32.578)	(16.298)
Despesas administrativas	(43.639)	(30.860)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(7.175)	(4.735)
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	1.073	(17.167)
Total	**(1.973.716)**	**(1.752.230)**

23. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	96.004	26.851
Juros recebidos	449	3.932
Outras receitas financeiras	9.005	7.554
Receita financeira total	**105.458**	**38.337**
Total de juros e encargos, sobre empréstimos devidos		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre debêntures	(36.727)	(315.232)
Juros sobre arrendamentos por direito de uso	(1.745)	(1.147)
Total de juros e encargos sobre dívidas	**(38.472)**	**(316.379)**
Despesas com taxas e impostos financeiros	(11.743)	(8.372)
Juros de outros passivos	(6.091)	(85)
Juros sobre cessão de direitos creditórios	(25.259)	(14.914)
Outras despesas financeiras	(5.036)	(185)
Total outras despesas financeiras	**(48.129)**	**(23.556)**
Despesas financeiras totais	**(86.601)**	**(339.935)**
Resultado financeiro líquido	**18.857**	**(301.598)**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

24. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

24.1 Aquisição de ativo imobilizado e intangível

A Companhia faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2025	31/12/2024
Total das adições do imobilizado (nota 11)	1.400.864	1.917.999
Total das adições do intangível (nota 12)	1.547	5.247
Total das adições de arrendamentos por direito de uso (nota 16)	(8.336)	(3.128)
Variação do saldo:		
Fornecedores montadoras	(69.388)	-
Valor desembolsado em caixa para imobilizado de locação e intangível	**1.324.687**	**1.920.118**
Caixa para compra de ativo imobilizado para operacional	1.317.012	1.906.348
Caixa para compra de ativo imobilizado para investimento	6.128	8.523
Caixa para compra de ativo intangível para investimento	1.547	5.247
Total das adições no imobilizado e intangível	**1.324.687**	**1.920.118**

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis individuais

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, autorizando a emissão nesta data.

Mogi das Cruzes, 30 de março de 2026

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

Docusign Envelope ID: BCC33737-932D-40B2-BE11-9175B2E5C4BE

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, emitido nesta data.

Mogi das Cruzes, 30 de março de 2026

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Daniela Sabbag Papa
Diretora Administrativa e Financeira e de Relações com Investidores

Mogi das Cruzes, 04 de agosto de 2025.

RAZÃO SOCIAL	CS Brasil Frotas S/A
CNPJ N°	27.595.780/0001-16
ENDEREÇO	Avenida Saraiva, 400 / SALA 8 - Vila Cintra – 08745-900 Mogi das Cruzes - SP
ATIVIDADE PRINCIPAL	77.11-0-00 – Locação de automóveis sem condutor

Qualificação Econômico-Financeira

	CS Brasil Frotas S.A		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
	Realizado	Realizado	Realizado
Ativo total	**6.516.701.655**	**6.189.121.429**	**5.526.343.275**
Ativo circulante	1.611.872.595	1.194.301.805	1.086.650.279
Ativo não circulante	4.904.829.060	4.994.819.624	4.439.692.996
Ativo realizavel a longo prazo	117.085.262	69.808.178	51.241.636
Passivo Total	**1.654.875.271**	**972.717.538**	**1.120.399.019**
Passivo circulante	1.283.543.146	640.948.182	828.419.106
Passivo não circulante	371.332.124	331.769.356	291979913
Patrimônio líquido	**4.861.826.384**	**5.216.403.891**	**4.405.944.256**
	-	-	-
Índice de Liquidez Corrente (LC): Referência igual ou superior a 1,00			
Ativo Circulante / Passivo Circulante	= 1,2558	1,8633	1,3117
Índice de Liquidez Geral (LG): Referência igual ou superior a 1,00			
Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	= 1,0448	1,2996	1,0156
Solvência Geral (SG): Referência igual ou superior a 1,00			
Ativo Total / Passivo Circulante + Passivo Não Circulante	= 3,9379	6,3627	4,9325
Endividamento total: Referência igual ou menor a 0,50			
Passivo circulante + passivo não circulante / Ativo total	= 0,2539	0,1572	0,2027
Patrimônio Líquido mínimo (10%)	= 486.182.638	521.640.389	440.594.426

João Paulo de Oliveira Lima
Contador 1SP259650/O-3
jplima@movida.com.br
D4Sign
João Paulo de Oliveira Lima
Assinado

Caio Roberto De Souza Gallo
CPF: 126.010.516-47
caio.gallo@csfrotas.com.br
D4Sign
CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO
Assinado

D4Sign 3b041a85-c444-4eaa-aab7-fa89f79912f5 - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2. Brasil

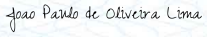
inidices pdf

Código do documento 3b041a85-c444-4eaa-aab7-fa89f79912f5

Assinaturas

CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO
caio.gallo@csfrotas.com.br
Assinou

Joao Paulo de Oliveira Lima
jplima@movida.com.br
Assinou



Eventos do documento

04 May 2026, 12:27:47
Documento 3b041a85-c444-4eaa-aab7-fa89f79912f5 **criado** por ROBISON DE OLIVEIRA TOMTSKI (43c37432-f38a-43aa-b941-649c9e0ea973). Email:robison.oliveira@csfrotas.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-04T12:27:47-03:00

04 May 2026, 12:30:47
Assinaturas **iniciadas** por ROBISON DE OLIVEIRA TOMTSKI (43c37432-f38a-43aa-b941-649c9e0ea973). Email: robison.oliveira@csfrotas.com.br. - DATE_ATOM: 2026-05-04T12:30:47-03:00

04 May 2026, 12:32:51
CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO **Assinou** - Email: caio.gallo@csfrotas.com.br - IP: 201.63.214.98 (201-63-214-98.customer.tdatabrasil.net.br porta: 1210) - Geolocalização: -23.54221879999999 -46.23194777499999 - Documento de identificação informado: 126.010.516-47 - DATE_ATOM: 2026-05-04T12:32:51-03:00

04 May 2026, 12:34:05
JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA **Assinou** - Email: jplima@movida.com.br - IP: 177.26.250.137 (ip-177-26-250-137.user.vivozap.com.br porta: 40192) - Geolocalização: -23.538316486347224 -46.20733454016234 - Documento de identificação informado: 267.248.498-88 - DATE_ATOM: 2026-05-04T12:34:05-03:00

Hash do documento original

(SHA256):5043294c79e84dffeb4f7fcf8fe802b6062249367612d4d08b2f0426bf30b5c4
(SHA512):4511f7649e49adb5763a514107c96c9348533384097b581c9610f1be73ae1094e774875e7fc03917e5200f913432bae13f5b36f23150bd41fd8da1c6f47ba9e7

3 páginas - Datas e horários baseados em Brasília, Brasil
Sincronizado com o NTP.br e Observatório Nacional (ON)
Certificado de assinaturas gerado em 04 de May de 2026, 12:38:08

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Nº 2026/032577

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME .....:	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA
NOME SOCIAL :	
REGISTRO .....:	1SP259650/O-3
CATEGORIA ....:	CONTADOR
CPF .....:	267.248.498-88

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: São Paulo, 16/03/2026 às 13:20:28

Válido até: 14/06/2026

Código de Controle: 0260.7581.7225.1680

Para verificar a autenticidade deste documento, consulte o site do CRCSP.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.2.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300586786	27.595.780/0001-16	

NOME EMPRESARIAL
CS Brasil Frotas S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2024 a 31/12/2024
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO	8

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
8E.D9.90.E5.4E.1B.97.DC.F9.C1.6A.F3.EE.20.6E.E4.D4.9D.4B.CE

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
PESSOA JURÃDICA (E-CNPJ OU E-PJ)	21314559000166	MOVIDA PARTICIPACOES S.A.:21314559000166	642695883409506822 2	14/02/2025 a 14/02/2026	Sim
CONTADOR	26724849888	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA:26724849888	642695554842805395 7	13/05/2022 a 13/05/2025	Não
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	26724849888	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA:26724849888	642695554842805395 7	13/05/2022 a 13/05/2025	-

NÚMERO DO RECIBO:

8E.D9.90.E5.4E.1B.97.DC.F9.C1.6A.F3
.EE.20.6E.E4.D4.9D.4B.CE-5

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 04/04/2025 às 09:22:17

53.80.44.67.94.24.B6.DC
3B.FE.5A.13.62.00.1D.44

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	8		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
NIRE	35300586786
CNPJ	27.595.780/0001-16
Número de Ordem	8
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	MOGI DAS CRUZES
Data do arquivamento dos atos constitutivos	07/12/2021
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	17/02/2022
Data de encerramento do exercício social	31/12/2024
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15761086

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	8
Quantidade total de linhas do arquivo digital	15761086
Data de inicio	01/01/2024
Data de término	31/12/2024

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8E.D9.90.E5.4E.1B.97.DC.F9.C1.6A.F3.EE.20.6E.E4.D4.9D.4B.CE-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024
CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	8
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Total do Ativo		R$ 5.482.976.822,12	R$ 6.165.185.487,60
Total do Ativo Circulante		R$ 1.086.650.278,99	R$ 1.194.301.805,27
Caixa e Equivalentes de Caixa		R$ 29.148.065,21	R$ 47.562.436,17
Titulos, valores mobiliÃ¡rios aplic financeira		R$ 507.133.836,20	R$ 483.537.169,97
Contas a Receber		R$ 332.482.619,44	R$ 365.664.106,83
Estoques		R$ 3.015.364,41	R$ 5.663.856,74
Tributos a Recuperar		R$ 2.620.851,64	R$ 2.182.167,29
Outros Creditos		R$ 19.964.646,51	R$ 8.474.173,93
Adiantamento de Terceiros		R$ 437.679,26	R$ 160.850,81
Despesas Antecipadas		R$ 13.457.414,87	R$ 29.184.487,76
Imposto de Renda e CSLL a Recuperar		R$ 36.880.617,51	R$ 90.282.630,22
Ativo Imobilizado Disponibilizado Venda		R$ 127.548.073,70	R$ 148.062.735,45
Outros Creditos Intercompany		R$ 785.016,05	R$ 351.095,91
Adiantamento a Terceiros		R$ 13.176.094,19	R$ 13.176.094,19
Total do Ativo Nao Circulante		R$ 4.396.326.543,13	R$ 4.970.883.682,33
Total Ativo Realizavel Longo Prazo		R$ 7.875.182,60	R$ 45.872.236,86
Contas a receber		R$ 12.104,65	R$ 42.367,47
Tributos a recuperar		R$ 58.368,65	R$ 35.878.031,19
Depositos judiciais		R$ 1.658.259,72	R$ 1.705.045,88
Outros Creditos		R$ 6.146.449,58	R$ 8.246.792,32
Total Ativo Permanente		R$ 4.388.451.360,53	R$ 4.925.011.445,47
Imobilizado liquido		R$ 4.384.184.428,90	R$ 4.915.601.966,09
Intangivel		R$ 4.266.931,63	R$ 9.409.479,38
Total do Passivo		R$ 5.482.976.822,12	R$ 6.165.185.487,60
Total Passivo Circulante		R$ 828.419.105,99	R$ 640.948.182,01
Debentures		R$ 128.730.620,65	R$ 0,00
Fornecedores		R$ 654.742.787,88	R$ 441.280.117,43
Obrigacoes sociais e trabalhistas		R$ 8.194.479,13	R$ 8.912.109,99
Tributos a recolher		R$ 11.053.353,64	R$ 34.857.812,86
Imposto de Renda e CSLL a recolher		R$ 0,00	R$ 0,02
Outras contas a pagar		R$ 3.701.906,81	R$ 22.995.484,95
Cessao de direitos creditorios		R$ 0,00	R$ 128.238.122,05

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8E.D9.90.E5.4E.1B.97.DC.F9.C1.6A.F3.EE.20.6E.E4.D4.9D.4B.CE-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	8		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Arrendamento por direito de uso		R$ 3.718.023,18	R$ 4.551.914,35
Dividendos e juros s/ capital proprio a pagar		R$ 18.277.934,70	R$ 0,00
Adiantamentos de clientes		R$ 0,00	R$ 112.620,36
Total Passivo Nao Circulante		R$ 248.613.459,76	R$ 307.833.415,07
Debentures		R$ 1.565.290,80	R$ 0,00
Cessao de direitos creditorios		R$ 0,00	R$ 1.043.924,03
Provisao demanda judicial e administrativas		R$ 191.738,79	R$ 274.803,62
Imposto de Renda e CSLL diferidos		R$ 239.732.657,63	R$ 300.718.328,38
Arrendamento por direito de uso		R$ 7.071.380,20	R$ 5.706.543,60
Outras contas a pagar Intercompany		R$ 52.392,34	R$ 89.815,44
Total Patrimonio Liquido		R$ 4.405.944.256,37	R$ 5.216.403.890,52
Patrimonio Liquido		R$ 4.405.944.256,37	R$ 5.216.403.890,52
Capital Social		R$ 1.438.222.201,00	R$ 1.823.392.201,00
Reserva de Capital		R$ 1.912.707.556,50	R$ 3.267.308.216,78
Reservas de lucros		R$ 669.844.498,87	R$ 125.703.472,74
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		R$ 385.170.000,00	R$ 0,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/01/2024 a 31/12/2024	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	8		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Liq Venda de Servico, Locacao e Ativo		R$ 1.293.052.585,59	R$ 2.333.671.806,36
(-) Custo Vendas, Locacao e Prestacao de Servicos		R$ (543.448.598,36)	R$ (900.902.723,90)
(-) Custo de Vendas Ativos Desmobilizados		R$ (309.534.783,85)	R$ (782.266.937,59)
Lucro Bruto		R$ 440.069.203,38	R$ 650.502.144,87
(-) Despesas Comerciais		R$ (9.997.267,09)	R$ (16.298.270,25)
(-) Despesas Administrativas		R$ (24.186.256,52)	R$ (30.952.623,87)
(-) Provisao para perdas de valor recuperavel		R$ (3.472.786,95)	R$ (4.535.423,10)
(-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais		R$ (1.085.303,33)	R$ (17.273.974,69)
(-) Lucro Oper antes das receitas, despesas fin		R$ (38.741.613,89)	R$ (69.060.291,91)
Receitas Financeiras		R$ 24.933.567,54	R$ 38.337.281,05
(-) Despesas Financeiras		R$ (52.672.764,34)	R$ (339.934.489,37)
(-) (=) Lucro antes do Imposto de Renda e CSLL		R$ (27.739.196,80)	R$ (301.597.208,32)
(-) Imposto de renda e CSLL â corrente		R$ 0,00	R$ (0,02)
(-) Imposto de renda e CSLL â diferido		R$ (71.581.880,02)	R$ (60.985.670,75)
(-) Total do Imposto de Renda e da CSLL		R$ (71.581.880,02)	R$ (60.985.670,77)
Lucro Liquido do ExercÃ-cio		R$ 302.006.512,67	R$ 218.858.973,87

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8E.D9.90.E5.4E.1B.97.DC.F9.C1.6A.F3.EE.20.6E.E4.D4.9D.4B.CE-5, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE 35300586786

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE ABRIL DE 2025

1. DATA, HORA E LOCAL: 23 de abril de 2025, às 9 horas, na sede da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. MESA: Presidente: Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

4. ORDEM DO DIA: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5. DELIBERAÇÕES: Submetidas à discussão e em seguida à votação, foi aprovada, por unanimidade e sem qualquer restrição:

(i) as Demonstrações Financeiras e as Contas da Diretoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, que foram publicadas no jornal O Estado de S. Paulo em 4 de abril de 2025, no caderno Economia & Negócios – Página B15.

(ii) a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, constante das demonstrações financeiras.

6. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por

D4Sign 3[illegible]-9fce-4d3b-a333-c47cb[illegible]97a - Para conferir as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em segunda-feira, 12 de maio de 2025 10:28:55 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

JUCESP
30 04 25

todos os presentes em livro próprio. Mesa: Presidente – Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli; Secretária – Maria Lúcia de Araújo. Acionista: Movida Participações S.A. (representada por seus diretores Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli e Daniela Sabag Papa).

São Paulo, 23 de abril de 2025.

A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio.

maria.lucia@simpar.com.br
Assinado
MARIA LUCIA DE ARAUJO
66347017687
D4Sign

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da Mesa

JUCESP
16
30 ABR 2025
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – JUCESP
SEDE
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
ALOZIO E. SOARES JUNIOR
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO
140.745/25-7
JUCESP

D4Sign 9cc[illegible]. Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em segunda-feira, 12 de maio de 2025 10:28:55 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

CS Brasil Frotas - AGE 23 04 2025 DF 2024 docx

Código do documento 9cd08dd1-8fcd-4b3b-a335-c47cb76f97a3

Assinaturas

MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687
Certificado Digital
maria.lucia@simpar.com.br
Assinou

Eventos do documento

23 Apr 2025, 09:49:48
Documento 9cd08dd1-8fcd-4b3b-a335-c47cb76f97a3 **criado** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email:maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-23T09:49:48-03:00

23 Apr 2025, 09:50:51
Assinaturas **iniciadas** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email: maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2025-04-23T09:50:51-03:00

23 Apr 2025, 09:51:17
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687 **Assinou**
Email: maria.lucia@simpar.com.br. IP: 200.231.12.66, 157.167.132.180 (porta: 28318). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SyngularID,OU=AC SyngularID Multipla,OU=A1,CN=MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687. - DATE_ATOM: 2025-04-23T09:51:17-03:00

Hash do documento original
(SHA256):7c350d6f585bb0ed3f72b35df251a3394cb865bc9e5050779391820dd955c987
(SHA512):740ee02f72f418a6cbc72a6e29cbd433b9091068ba200c0b78bab23ff86af9ef81d1dd6ec2a7defe1b4c0e659e5e9ccce598f5b70c5a18d2ad176edcefa3033f

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL
Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em segunda-feira, 12 de maio de 2025 10:28:55 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

CS frotas

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Mensagem da Administração: Estamos muito animados com os resultados alcançados no ano de 2024 com patamares saudáveis de receita, EBITDA e das margens operacionais. Agradecemos aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, mais de 6 mil colaboradores que, com comprometimento e determinação, são os responsáveis por essas conquistas e por muito mais que ainda está por vir. Em 2024 tivemos receita líquida de R$2,3 bilhão com crescimento de 80,5% frente a 2023. Já a frota total atingiu 49,7 mil carros no mesmo período, uma redução de 0,01% frente a frota total de 50,1 mil carros em 2023. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2024. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

1) Sobre a CS Frotas: Há 15 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista. A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros. Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável. Há 3 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista. A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota. A Companhia possui práticas que são referência no mercado: i) **Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada - meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos; ii) **Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e iii) **Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público - da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança. **2) Cenário e Mercado:** O ano de 2024 foi pautado por desafios e mudanças no mercado, devido ao incerto cenário político e econômico no país. No início de 2024, o mercado projetava uma redução na taxa SELIC. Entretanto, incertezas sobre a economia americana, suas taxas de juros e inflação geraram dúvidas sobre o impacto que teria em outros mercados. Além disso, entre abril e maio de 2024 o estado do Rio Grande do Sul foi severamente afetado por enchentes devastadoras. A Confederação Nacional de Municípios estimou os prejuízos em aproximadamente R$ 4,6 bilhões, principalmente no setor habitacional. Essa catástrofe climática gerou um efeito negativo de R$20 milhões para a Companhia. Ao longo do ano, outros motivos interferiram nas expectativas da SELIC. Dentre eles: piora da dívida pública, gastos públicos elevados, desvalorização do real. Em 2024, a taxa de juros fechou em 12,25%, com expectativa de continuar subindo por mais alguns ciclos ao longo do ano de 2025 para controlar a inflação, que ficou acima da meta do Banco Central. Analisando os resultados do mercado automobilístico no Brasil, o setor de Seminovos de 0 a 3 anos registrou aumento de vendas, chegando a 2,5 milhões de veículos frente a 2,2 milhão em 2023, de acordo com a FENAUTO. O setor demonstrou resiliência em 2024, superando expectativas iniciais e apresentando crescimento robusto que impulsionaram os resultados da Companhia. Para 2025, embora as projeções indiquem um ritmo mais moderado, a estratégia segue sendo pautada em rentabilidade e disciplina na execução do planejamento. **3) Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. **4) Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente
Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

AVISO - As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
• Central de Downloads - / • Empresas Listadas | B3 / • Estadão RI (estadao.com.br) = https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	25.037	6.193
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	9	506.063	530.089
Contas a receber	10	365.664	332.483
Estoques		5.664	3.015
Tributos a recuperar		2.182	2.621
Imposto de renda e contribuição social antecipados	20.3	90.283	36.881
Veículos desativados para renovação de frota	11	148.063	127.548
Outros créditos e adiantamentos		51.347	47.821
Total dos ativos circulantes		**1.194.303**	**1.086.651**
Não circulante			
Contas a receber	10	42	12
Tributos a recuperar		35.878	58
Depósitos judiciais	18	1.705	1.658
Outros créditos e adiantamentos		8.247	6.146
Total do ativo realizável a longo prazo		**45.872**	**7.874**
Imobilizado	12	4.915.602	4.384.184
Intangível		9.409	4.267
Total dos ativos não circulantes		**4.970.883**	**4.396.325**
Total do ativo		**6.165.186**	**5.482.976**
Passivo	**Notas**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante			
Fornecedores	14	441.280	654.743
Debêntures	16	–	128.730
Arrendamentos por direito de uso	17	4.552	3.718
Obrigações trabalhistas e sociais		8.912	8.194
Tributos a recolher		34.858	11.053
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.3.1	–	18.278
Cessão de direitos creditórios	15	128.238	–
Outras contas a pagar e adiantamentos		23.109	3.702
Total dos passivos circulantes		**640.949**	**828.418**
Não circulante			
Debêntures	16	–	1.565
Arrendamentos por direito de uso	17	5.707	7.071
Provisões para demandas judiciais e administrativas	18	32	102
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	300.719	239.733
Cessão de direitos creditórios	15	1.044	–
Outras contas a pagar e adiantamentos		331	142
Total dos passivos não circulantes		**307.833**	**248.613**
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	1.823.392	1.438.222
Reservas de capital		3.267.308	1.912.707
Reservas de lucros	21.2	125.704	669.846
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	385.170
Total do patrimônio líquido		**5.216.404**	**4.405.945**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.165.186**	**5.482.976**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		279.844	373.589
Depreciação, amortização e impairment de ativos	23	554.828	271.298
Custo de venda de ativos desmobilizados	23	782.267	309.535
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	4.735	4.208
Baixa de ativos	12	29.075	5.508
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	18.1	(70)	102
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	15, 16 e 17	462.065	50.466
		2.112.744	**1.014.706**
Variações no capital circulante líquido operacional			
Contas a receber	10	(37.946)	(180.461)
Estoques		–	(188)
Fornecedores	14	(213.463)	22.057
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar		(9.708)	14.863
Contas a pagar e adiantamentos		–	(43.454)
Outros créditos e adiantamentos e passivos circulantes e não circulantes		(192.849)	(18.703)
Variações no capital circulante liquido operacional		**(453.966)**	**(205.886)**
		1.658.778	**808.820**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	20	(1.150)	(24.397)
Juros pagos sobre debêntures e cessão de direitos creditórios	16 e 17	(234.824)	(214.873)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	12	(1.906.348)	(1.912.142)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(483.544)**	**(1.342.592)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	9	24.026	70.322
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(459.518)**	**(1.272.270)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento	12	(13.770)	(2.698)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(13.770)**	**(2.698)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Conversão das debêntures em ações		400.000	927.500
Captação de cessão de direitos creditórios	15	562.731	–
Amortização direito de uso e cessão de crédito	15 e 17	(452.321)	(8.996)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21.3.1	(18.278)	(25.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	385.170
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**492.132**	**1.278.674**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**18.844**	**3.706**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		6.193	2.487
No final do exercício		25.037	6.193
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**18.844**	**3.706**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	22	2.333.672	1.293.053
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(1.683.170)	(852.984)
(=) Lucro bruto		**650.502**	**440.069**
Despesas comerciais	23	(16.298)	(9.997)
Despesas administrativas	23	(30.860)	(24.186)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	23	(4.735)	(4.208)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	23	(17.167)	(350)
Despesas operacionais, líquidas		**(69.060)**	**(38.741)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**581.442**	**401.328**
Receitas financeiras	24	38.337	24.934
Despesas financeiras	24	(339.935)	(52.673)
Resultado financeiro, líquido		**(301.598)**	**(27.739)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**279.844**	**373.589**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.1	(60.986)	(71.582)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(60.986)**	**(71.582)**
Lucro líquido do exercício		**218.858**	**302.007**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**
Aumento de capital	385.170	–	(385.170)	–	–	–	–
Emissão de debêntures conversíveis em ações	–	1.143.050	–	–	–	–	1.143.050
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	211.551	–	–	–	–	211.551
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	218.858	218.858
Reserva legal	–	–	–	10.943	–	(10.943)	–
Constituição de reserva para investimento	–	–	–	–	207.915	(207.915)	–
Distribuição de dividendos adicionais (*)	–	–	–	–	(630.000)	–	(630.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos (*)	–	–	–	–	(133.000)	–	(133.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**3.267.308**	**–**	**45.964**	**79.740**	**–**	**5.216.404**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.378.222**	**1.098.668**	**60.000**	**19.921**	**379.280**	**–**	**2.936.091**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	385.170	–		–	385.170
Aumento de capital	60.000	–	(60.000)	–	–	–	–
Emissão de debêntures conversíveis em ações	–	927.500	–	–	–	–	927.500
Ajuste ao valor presente das debêntures conversíveis em ações	–	(113.461)	–	–	–	–	(113.461)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	302.007	302.007
Reserva legal	–	–	–	15.100	–	(15.100)	–
Juros sobre capital próprio distribuídos (nota 21.3.1)	–	–	–	–	–	(31.362)	(31.362)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–	–	255.545	(255.545)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia através da sua controladora Movida Participações, realizou a emissão de debêntures conversíveis em ações. A Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido. As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício foram igualmente convertidas em debêntures conversíveis em ações, ficando a Companhia desobrigada de reconhecimento de uma obrigação a pagar das referidas distribuições e dos passivos financeiros de debêntures em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**218.858**	**302.007**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**218.858**	**302.007**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 100% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ('rent a car' ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). A Companhia é dedicada ao atendimento de empresas do setor público e de economia mista, resultando em operações de licitações públicas. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024: 1.1.1 Reorganização societária:** Em 18 de novembro de 2024 a Movida Participações S.A. controladora direta da CS Frotas e a Movida Locação de Veículos S.A. que também era controladora direta da CS Frotas, informaram aos seus acionistas e ao mercado em geral, proposta de reestruturação estratégica envolvendo as Companhias, que compreende a cisão parcial da Movida Locação, subsidiária integral da Movida Participações, com a incorporação da parcela cindida pela Movida Participações ("Cisão Parcial"), com o objetivo de promover benefícios de ordem administrativa e econômica para os acionistas, com a simplificação operacional e a redução dos custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas Companhias. Com essa cisão parcial da Movida Locação a participação de 59,28% que essa empresa tinha na CS Frotas passou a ser da controladora Movida Participação que agora detém 100% de participação direta da CS Frotas S.A. A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, em decorrência desta decisão. **1.1.2 Aspectos relevantes sobre o impacto da castástrofe climática no Estado do Rio Grande do Sul:** A partir de 27 de abril de 2024, o estado do Rio Grande do Sul sofreu com fortes chuvas, que geraram inúmeras inundações para a região. A CS Frotas avaliou os efeitos econômicos nos seus negócios, e identificou que 14 carros foram afetados pela catástrofe. Uma perda de ativos em aproximadamente R$ 2.146 entre carros, lojas e mobílias, referente a reconstrução das lojas e mobílias registrados em imobilizado. Estas perdas de ativos foram contabilizadas na rubrica de despesas com depreciação de veículos, benfeitorias e outros. **1.1.3 Reforma tributária sobre consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo práticas da legislação societária brasileiras, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 03 de Abril de 2025. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS Frotas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de

continua →

continuação

CS BRASIL FROTAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS Frotas na nota explicativa 5. **2.4. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas contempla em sua rotina de gestão as avaliações de riscos climáticos, e busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou reduzam os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A CS Frotas possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos, incluindo o tema mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam identificar, avaliar e, quando necessário, mitigar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam reduzir as exposições identificadas. A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. ("Movida Europe"), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo ("Emissora"), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos *Sustainability-Linked Bond* (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado pela Companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (CDP), avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a CS Frotas não teve impactos financeiros relevantes decorrentes de eventos originados de mudanças climáticas além daqueles já registrados nas demonstrações contábeis.

3. USO DE ESTIMATIVAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional do Grupo. **3.2. Incertezas sobre estimativas e premissas contábeis:** Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 20.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 12; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 11; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 13; e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 10; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 18; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 7.1.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes a serem reportados de 01 de janeiro de 2025 até a data de divulgação 03 de abril de 2025.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP 259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, autorizando a emissão nesta data.

Mogi das Cruzes, 03 de abril de 2025

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Mogi das Cruzes, 03 de abril de 2025

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADA

Aos Administradores e Acionistas
CS BRASIL FROTAS S.A.
O relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após a mensagem da administração dessa publicação resumida.

São Paulo, 03 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora - CRC 1 SP291165/O-4

ESTADÃO RI

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS

LÍDER EM CONTEÚDO DE ECONOMIA & NEGÓCIOS

+35 MM DE USUÁRIOS ÚNICOS

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

A FORÇA DO ESTADÃO +56 MM de impactos / mês

LÍDERES E FORMADORES DE OPINIÃO LEEM O ESTADÃO DIARIAMENTE

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:

ESTADÃO 150 ESTADÃO RI ELDORADO FM 107.3 ESTADÃO BLUE STUDIO AGÊNCIA ESTADO broadcast

Fontes: Portal – Google Analytics dez/24; Mídias sociais: seguidores e inscritos Estadão; Jornal: versões impresso e digital (pdf), Brasil e exterior (BDO - set/24)

Docusign Envelope ID: CC053DFB-E597-4A2F-9FFD-BBC652311898

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Mensagem da Administração: Estamos muito animados com os resultados alcançados no ano de 2024 com patamares saudáveis de receita, EBITDA e das margens operacionais. Agradecemos aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, mais de 6 mil colaboradores que, com comprometimento e determinação, são os responsáveis por essas conquistas e por muito mais que ainda está por vir. Em 2024 tivemos receita líquida de R$2,3 bilhão com crescimento de 80,5% frente a 2023. Já a frota total atingiu 49,7 mil carros no mesmo período, uma redução de 0,01% frente a frota total de 50,1 mil carros em 2023. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2024. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

1) Sobre a CS Frotas: Há 15 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista. A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros. Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável. Há 3 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista. A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota. A Companhia possui práticas que são referência no mercado: i) **Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada - meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos; ii) **Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e iii) **Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público - da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança. **2) Cenário e Mercado:** O ano de 2024 foi pautado por desafios e mudanças no mercado, devido ao incerto cenário político e econômico no país. No início de 2024, o mercado projetava uma redução na taxa SELIC. Entretanto, incertezas sobre a economia americana, suas taxas de juros e inflação geraram dúvidas sobre o impacto que teria em outros mercados. Além disso, entre abril e maio de 2024 o estado do Rio Grande do Sul foi severamente afetado por enchentes devastadoras. A Confederação Nacional de Municípios estimou os prejuízos em aproximadamente R$ 4,6 bilhões, principalmente no setor habitacional. Essa catástrofe climática gerou um efeito negativo de R$20 milhões para a Companhia. Ao longo do ano, outros motivos interferiram nas expectativas da SELIC. Dentre eles: piora da dívida pública, gastos públicos elevados, desvalorização do real. Em 2024, a taxa de juros fechou em 12,25%, com expectativa de continuar subindo por mais alguns ciclos ao longo do ano de 2025 para controlar a inflação, que ficou acima da meta do Banco Central. Analisando os resultados do mercado automobilístico no Brasil, o setor de Seminovos de 0 a 3 anos registrou aumento de vendas, chegando a 2,5 milhões de veículos frente a 2,2 milhão em 2023, de acordo com a FENAUTO. O setor demonstrou resiliência em 2024, superando expectativas iniciais e apresentando crescimento robusto que impulsionaram os resultados da Companhia. Para 2025, embora as projeções indiquem um ritmo mais moderado, a estratégia segue sendo pautada em rentabilidade e disciplina na execução do planejamento. **3) Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. **4) Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente
Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	25.037	6.193
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	9	506.063	530.089
Contas a receber	10	365.664	332.483
Estoques		5.664	3.015
Tributos a recuperar		2.182	2.621
Imposto de renda e contribuição social antecipados	20.3	90.283	36.881
Veículos desativados para renovação de frota	11	148.063	127.548
Outros créditos e adiantamentos		51.347	47.821
Total dos ativos circulantes		**1.194.303**	**1.086.651**
Não circulante			
Contas a receber	10	42	12
Tributos a recuperar		35.878	58
Depósitos judiciais	18	1.705	1.658
Outros créditos e adiantamentos		8.247	6.146
Total do ativo realizável a longo prazo		**45.872**	**7.874**
Imobilizado	12	4.915.602	4.384.184
Intangível		9.409	4.267
Total dos ativos não circulantes		**4.970.883**	**4.396.325**
Total do ativo		**6.165.186**	**5.482.976**

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	14	441.280	654.743
Debêntures	16	–	128.730
Arrendamentos por direito de uso	17	4.552	3.718
Obrigações trabalhistas e sociais		8.912	8.194
Tributos a recolher		34.858	11.053
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.3.1	–	18.278
Cessão de direitos creditórios	15	128.238	–
Outras contas a pagar e adiantamentos		23.109	3.702
Total dos passivos circulantes		**640.949**	**828.418**
Não circulante			
Debêntures	16	–	1.565
Arrendamentos por direito de uso	17	5.707	7.071
Provisões para demandas judiciais e administrativas	18	32	102
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	300.719	239.733
Cessão de direitos creditórios	15	1.044	–
Outras contas a pagar e adiantamentos		331	142
Total dos passivos não circulantes		**307.833**	**248.613**
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	1.823.392	1.438.222
Reservas de capital		3.267.308	1.912.707
Reservas de lucros	21.2	125.704	669.846
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	385.170
Total do patrimônio líquido		**5.216.404**	**4.405.945**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.165.186**	**5.482.976**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	22	2.333.672	1.293.053
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(1.683.170)	(852.984)
(=) Lucro bruto		**650.502**	**440.069**
Despesas comerciais	23	(16.298)	(9.997)
Despesas administrativas	23	(30.860)	(24.186)
Reversão (provisão) de perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	23	(4.735)	(4.208)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	23	(17.167)	(350)
Despesas operacionais, líquidas		**(69.060)**	**(38.741)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**581.442**	**401.328**
Receitas financeiras	24	38.337	24.934
Despesas financeiras	24	(339.935)	(52.673)
Resultado financeiro, líquido		**(301.598)**	**(27.739)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**279.844**	**373.589**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.1	(60.986)	(71.582)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(60.986)**	**(71.582)**
Lucro líquido do exercício		**218.858**	**302.007**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**218.858**	**302.007**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**218.858**	**302.007**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		279.844	373.589
Depreciação, amortização e impairment de ativos	23	554.828	271.298
Custo de venda de ativos desmobilizados	23	782.267	309.535
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	4.735	4.208
Baixa de ativos	12	29.075	5.508
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	18.1	(70)	102
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	15, 16 e 17	462.065	50.466
		2.112.744	**1.014.706**
Variações no capital circulante líquido operacional			
Contas a receber	10	(37.946)	(180.461)
Estoques		–	(188)
Fornecedores	14	(213.463)	22.057
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar		(9.708)	14.863
Contas a pagar e adiantamentos		–	(43.454)
Outros créditos e adiantamentos e passivos circulantes e não circulantes		(192.849)	(18.703)
Variações no capital circulante líquido operacional		**(453.966)**	**(205.886)**
		1.658.778	**808.820**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	20	(1.150)	(24.397)
Juros pagos sobre debêntures e cessão de direitos creditórios	16 e 17	(234.824)	(214.873)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	12	(1.906.348)	(1.912.142)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(483.544)**	**(1.342.592)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	9	24.026	70.322
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(459.518)**	**(1.272.270)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento	12	(13.770)	(2.698)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(13.770)**	**(2.698)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Conversão das debêntures em ações		400.000	927.500
Captação de cessão de direitos creditórios	15	562.731	–
Amortização direito de uso e cessão de crédito	15 e 17	(452.321)	(8.996)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21.3.1	(18.278)	(25.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	385.170
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**492.132**	**1.278.674**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**18.844**	**3.706**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		6.193	2.487
No final do exercício		25.037	6.193
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**18.844**	**3.706**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

				Reserva de lucros			
	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**
Aumento de capital	385.170	–	(385.170)	–	–	–	–
Emissão de debentures conversíveis em ações	–	1.143.050	–	–	–	–	1.143.050
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	211.551	–	–	–	–	211.551
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	218.858	218.858
Reserva legal	–	–	–	10.943	–	(10.943)	–
Constituição de reserva para investimento	–	–	–	–	207.915	(207.915)	–
Distribuição de dividendos adicionais (*)	–	–	–	–	(630.000)	–	(630.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos (*)	–	–	–	–	(133.000)	–	(133.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**3.267.308**	**–**	**45.964**	**79.740**	**–**	**5.216.404**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.378.222**	**1.098.668**	**60.000**	**19.921**	**379.280**	**–**	**2.936.091**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	385.170	–	–	–	385.170
Aumento de capital	60.000	–	(60.000)	–	–	–	–
Emissão de debentures conversíveis em ações	–	927.500	–	–	–	–	927.500
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	(113.461)	–	–	–	–	(113.461)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	302.007	302.007
Reserva legal	–	–	–	15.100	–	(15.100)	–
Juros sobre capital próprio distribuídos (nota 21.3.1)	–	–	–	–	–	(31.362)	(31.362)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–	–	255.545	(255.545)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia através da sua controladora Movida Participações, realizou a emissão de debêntures conversíveis em ações. A Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido. As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício foram igualmente convertidas em debêntures conversíveis em ações, ficando a Companhia desobrigada de reconhecimento de uma obrigação a pagar das referidas distribuições e dos passivos financeiros de debêntures em 31 de dezembro de 2024.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 100% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ('rent a car' ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). A Companhia é dedicada ao atendimento de empresas do setor público e de economia mista, resultando em operações de licitações públicas. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024: 1.1.1 Reorganização societária:** Em 18 de novembro de 2024 a Movida Participações S.A. controladora direta da CS Frotas e a Movida Locação de Veículos S.A. que também era controladora direta da CS Frotas, informaram aos seus acionistas e ao mercado em geral, proposta de reestruturação estratégica envolvendo as Companhias, que compreende a cisão parcial da Movida Locação, subsidiária integral da Movida Participações, com a incorporação da parcela cindida pela Movida Participações ("Cisão Parcial"), com o objetivo de promover benefícios de ordem administrativa e econômica para os acionistas, com a simplificação operacional e a redução dos custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas Companhias. Com essa cisão parcial da Movida Locação a participação de 59,28% que essa empresa tinha na CS Frotas passou a ser da controladora Movida Participação que agora detém 100% de participação direta da CS Frotas S.A. A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, em decorrência desta decisão. **1.1.2 Aspectos relevantes sobre o impacto da catástrofe climática no Estado do Rio Grande do Sul:** A partir de 27 de abril de 2024, o estado do Rio Grande do Sul sofreu com fortes chuvas, que geraram inúmeras inundações para a região. A CS Frotas avaliou os efeitos econômicos nos seus negócios, e identificou que 14 carros foram afetados pela catástrofe. Uma perda de ativos em aproximadamente R$ 2.146 entre carros, lojas e mobílias, referente a reconstrução das lojas e mobílias registrados em imobilizado. Estas perdas de ativos foram contabilizadas na rubrica de despesas com depreciação de veículos, benfeitorias e outros. **1.1.3 Reforma tributária sobre consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo práticas da legislação societária brasileiras, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 03 de Abril de 2025. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ('R$'), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS Frotas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS Frotas na nota explicativa 5. **2.4. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas contempla em sua rotina de gestão as avaliações de riscos climáticos, e busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou reduzam os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é

continua →★

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 04/04/2025 | 01:22:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S. SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CC053DFB-E597-4A2F-9FFD-BBC652311898

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A CS Frotas possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos, incluindo o tema mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam identificar, avaliar e, quando necessário, mitigar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam reduzir as exposições identificadas. A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. ("Movida Europe"), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo ("Emissora"), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos *Sustainability-Linked Bond* (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado pela Companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (CDP), avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a CS Frotas não teve impactos financeiros relevantes decorrentes de eventos originados de mudanças climáticas além daqueles já registrados nas demonstrações contábeis.

3. USO DE ESTIMATIVAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional do Grupo. **3.2. Incertezas sobre estimativas e premissas contábeis:** Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 20.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 12; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 11; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 13; e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 10; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 18; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 7.1.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1. Instrumentos financeiros: a) Ativos financeiros: Os instrumentos financeiros da companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **Reconhecimento e mensuração:** Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixas contratuais; e ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Desreconhecimento: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **b) Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Classificação e mensuração:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **c) Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha na data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.2. Caixa e equivalente de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor. **4.3. Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras:** As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes. **4.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas ("PECLD" ou "Impairment"). Para contratos de aluguéis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. A Companhia utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. **4.5. Veículos desativados para renovação da frota:** Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como veículos desativados para renovação da frota, os ativos deixam de ser depreciados. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base do ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. Os veículos desativados para renovação de frota são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **4.6. Imobilizado: a) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("impairment"), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **b) Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **c) Baixas:** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. **d) Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo de bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A CS Frotas adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. Durante o ano de 2024, uma avaliação foi efetuada e as taxas foram então ajustadas para refletir o cenário atual de mercado. **e) Teste de perda de valor recuperável (*Impairment*):** Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. **4.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa efetiva de juros. **4.8. Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **4.9. Arrendamento a pagar - direito de uso:** No início de um contrato, a companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2). **a) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a CS Frotas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a CS optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A CS Frotas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos de contrato e o tipo de ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: (i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; (ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; (iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e (iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a CS alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A CS Frotas apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. Os ativos e passivos por direito de uso estão classificados por classe de ativos. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia se isenta de reconhecimento e opta por não aplicar os requisitos do CPC 06 (R2) para os itens abaixo: (i) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; (ii) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor, ou em que o ativo é considerado irrelevante para fins contábeis (por exemplo, equipamentos de TI); (iii) Exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e (iv) Utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **b) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a CS Frotas atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento fosse equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 4.1. e 13.1). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2). **c) Subarrendamento:** A CS Frotas arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado. A movimentação dos veículos subarrendados está divulgada na NE 17 na classe de veículos. **4.10. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas:** A CS Frotas é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidencias disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: **Cíveis** - Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras. **Trabalhistas** - As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Movida não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária. **4.11. Transação com partes relacionadas:** A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1). A Companhia por meio de política emitida pela sua controladora e aplicável para todas as controladas do Grupo Movida, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração o preço mínimo de venda pela CS Frotas deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela CS Frotas nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **4.12. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL):** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela CS Frotas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal. O imposto de renda e a contribuição fiscal sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da CS Frotas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **4.12. Patrimônio líquido: a) Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. **b) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria):** Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. **c) Reserva de capital:** As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado. As respectivas reservas refletem, essencialmente, as contribuições feitas pelos acionistas que estão diretamente relacionados à formação ou ao incremento do capital social. As reservas de capital constituem-se em grupo de contas integrantes do patrimônio líquido. **d) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pela administração no uso de juros sobre capital próprio, ou pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária quando se referir a dividendos. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **4.14. Receita líquida das locações, prestações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços:** As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita: **a) Receita de prestação de serviços (locação de veículos):** A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais. **b) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços:** A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

5.1. Alteração e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024: 5.1.1 Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores: As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à I FRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Desta forma, as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **5.1.2 Alterações ao IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** De acordo com o IAS 1 - "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em outubro de 2022, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. Desta forma, as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **5.1.3 Alterações ao IFRS 16 - Arrendamentos:** A alteração emitida em setembro de 2022 traz

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85423304772
Data/Hora da Assinatura: 04/04/2025 | 01:22:14 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CC053DFB-E597-4A2F-9FFD-BBC652311898

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (sale and leaseback). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Desta forma, as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **5.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas: 5.2.1. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demosntrações Contábeis:** Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) -Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A CS Frotas está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. **5.2.2. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da CS Frotas são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19. **5.2.3. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial:** Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas. **5.2.4. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade:** Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais hajam informações financeiras individualizadas disponíveis. Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, a CS Frotas possui apenas um segmento de negócio operacional sujeito à divulgação de informações por segmento. **Gestão e Terceirização de Frotas (GTF):** divisão responsável pela gestão de frotas para pessoas jurídicas por períodos de longo prazo, que geralmente variam entre 24 e 36 meses, nessa divisão também temos o carro por assinatura que é um produto voltado para a pessoa física. Os carros são adquiridos após assinatura dos contratos de acordo com a necessidade de cada cliente, e ao término desses contratos os veículos são desmobilizados. Esses veículos são vendidos em pontos de vendas e também para revendedores espalhados pelo país. As informações gerenciais da CS Frotas são avaliadas pela direção financeira mensalmente com base nessa estrutura de segmentos.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

7.1 Instrumentos financeiros por categoria: Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2024			31/12/2023		
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	–	25.037	25.037	–	6.193	6.193
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	506.063	–	506.063	530.089	–	530.089
Contas a receber	–	365.706	365.706	–	332.495	332.495
Outros créditos e adiantamentos	–	59.594	59.594	–	53.967	53.967
Total	**506.063**	**450.337**	**956.400**	**530.089**	**392.655**	**922.744**
Passivos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Passivos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	–	441.280	441.280	–	654.743	654.743
Debêntures	–	–	–	–	130.295	130.295
Arrendamentos por direito de uso	–	10.259	10.259	–	10.789	10.789
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	–	–	–	18.278	18.278
Cessão de direitos creditórios	–	129.282	129.282	–	–	–
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	23.109	23.109	–	3.702	3.702
Total	**–**	**603.930**	**603.930**	**–**	**817.807**	**817.807**

7.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, está demonstrada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	25.037	25.037	6.193	6.193
Títulos e valores mobiliários	506.063	506.063	530.089	530.089
Contas a receber	365.706	365.706	332.495	332.495
Outros créditos e adiantamentos	59.594	59.594	53.967	53.967
Total	**956.400**	**956.400**	**922.744**	**922.744**
Passivos financeiros				
Fornecedores	441.280	441.280	654.743	654.743
Debêntures	–	–	130.295	130.295
Arrendamentos por direito de uso	10.259	10.259	10.789	10.789
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	–	–	18.278	18.278
Cessão de direitos creditórios	129.282	129.282	–	–
Outras contas a pagar e adiantamentos	23.109	23.109	3.702	3.702
Total	**603.930**	**603.930**	**817.807**	**817.807**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1 -** Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e **Nível 2 -** Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível1	**Nível2**	**Total**	**Nível1**	**Nível2**	**Total**
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	–	4.808	4.808	–	–	–
Aplicação Automatica	–	4.420	4.420	–	5.537	5.537
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR)	–	506.063	506.063	–	530.089	530.089
Subtotal	**–**	**515.291**	**515.291**	**–**	**535.626**	**535.626**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Debêntures	–	–	–	–	130.295	130.295
Arrendamentos por direito de uso	–	10.259	10.259	–	10.789	10.789
Subtotal	**–**	**10.259**	**10.259**	**–**	**141.084**	**141.084**
Total	**–**	**525.550**	**525.550**	**–**	**676.710**	**676.710**

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	**1M**	**6M**	**1A**	**2A**	**3A**	**5A**	**10A**
Taxa (a.a.) - %	12,32%	14,19%	15,41%	15,93%	15,89%	15,61%	14,99%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2024

7.3 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez. A Administração da CS Frotas supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da CS Frotas monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (hedge) dos riscos conhecidos. A CS Frotas não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros créditos e adiantamentos de risco especulativo. Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros. **i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da CS Frotas de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	**Qualidade**
Br AAA	Prime
Br AA+, Br AA, Br AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, Br A, Br A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, Br BBB, Br BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, Br BB, Br BB-	Grau Especulativo
Br B+, Br B, Br B-	Grau Altamente Especulativo
Br Br CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
Br Br CCC	Grau Extremamente Especulativo
Br Br CCC-, Br CC, Br C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
Br Br DDD, Br DD, Br D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2024	**31/12/2023**
Caixa fundo fixo	**131**	**119**
Br AAA	15.660	515
Br A	18	22
Total depositados em conta corrente	**15.678**	**537**
Total de disponibilidades	**15.809**	**656**
	31/12/2024	**31/12/2023**
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	9.228	5.537
Total de aplicações financeiras	**9.228**	**5.537**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**25.037**	**6.193**
	31/12/2024	**31/12/2023**
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	506.063	530.089
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	**506.063**	**530.089**

ii. Contas a receber: O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em ranking de companhias especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da CS Frotas. **b) Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da CS Frotas ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco cambial e risco de preço que pode ser de "commodities", de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a CS Frotas se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Atualmente, a CS Frotas está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do euro e do dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures. **i. Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A CS Frotas está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, debêntures e arrendamentos. Como política, a Companhia procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. **ii. Risco de variação da inflação:** A CS Frotas possuía debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo. **c) Risco de liquidez:** A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da CS Frotas é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

					31/12/2024
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	25.037	25.037	25.037	–	–
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	506.063	506.063	506.063	–	–
Contas a receber	365.706	365.706	365.664	42	–
Outros créditos e adiantamentos	59.594	59.594	51.347	8.247	–
Total	**956.400**	**956.400**	**948.111**	**8.289**	**–**
Passivos financeiros					
Fornecedores	441.280	441.280	441.280	–	–
Arrendamentos por direito de uso	10.259	10.259	4.552	2.306	3.401
Cessão de direitos creditórios	129.282	129.282	128.238	1.044	–
Outras contas a pagar e adiantamentos	23.440	23.440	23.109	331	–
Total	**604.261**	**604.261**	**597.179**	**3.681**	**3.401**

7.4 Sensibilidade a taxas de juros e moeda: A CS Frotas efetuou análise de sensibilidade de acordo com suas políticas e julgamento, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis: - CDI em 15,41% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); - SELIC de 15,41% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil); - Euro de R$ 7,14 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão), - IPCA de 6,44% a.a. (fonte: B3 -Brasil, Bolsa e Balcão); - SOFR projetada para um ano foi de 4,49% (fonte: Federal Reserve New York Bank). - TJLP 6,66% a.a. (fonte: BNDES). Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar os impactos das mudanças nas variáveis de mercado que afetam os instrumentos financeiros, receitas e despesas da Companhia, permanecendo os demais indicadores de mercado constantes. Quando da ocorrência da liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser materialmente diferentes dos demonstrados nos quadros abaixo. A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Descrição	**Valor contábil 31/12/2024**	**Cenário Provável I**	**Cenário II - deterioração de 25%**	**Cenário III - deterioração de 50%**
Saldos sujeitos à exposição em variação do CDI	(531.100)	81.885	102.356	122.828
Saldo sujeito à exposição líquida	**(531.100)**	**81.885**	**102.356**	**122.828**

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN e BM&F

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	**31/12/2023**
Caixa	131	119
Bancos	15.678	537
Total de disponibilidades	**15.809**	**656**
Operações compromissadas	4.808	–
Aplicação Automática	4.420	5.537
Total de aplicações financeiras	**9.228**	**5.537**
Total	**25.037**	**6.193**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o rendimento médio dos saldos de caixa e equivalentes de caixa foi de 10,93% a.a. (Em 31 de dezembro de 2023, o rendimento médio foi de 13,15% a.a.).

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Operações	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR) (i)	506.063	530.089
Total	**506.063**	**530.089**

(i) A Movida investe recursos em Fundo de Investimento que foi constituído pela sua controladora Simpar, exclusivamente para maximizar a rentabilidade das aplicações financeiras das empresas do Grupo SIMPAR. Esse fundo é administrado pelo Banco Bradesco e Banco CEF e em 31 de dezembro de 2024 composto por investimentos em Letras do Tesouro Nacional (55%), Letras Financeiras do Tesouro Brasileiro (41%) e Letras financeiras (4%). As cotas de investimentos são livres e resgatáveis de imediato. O rendimento médio das cotas que estão alocados em fundos de investimentos pela controladora Simpar é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o rendimento médio foi de 14,93% a.a. (10,03% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da CS Frotas a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4.

10. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a companhia não possuía saldo de contas a receber dado em garantia de dívidas. As informações sobre a mensuração ao valor justo e sobre a exposição da companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas nas notas explicativas 7.1, 7.2 e 7.3.

	31/12/2024	**31/12/2023**
Contas a receber de clientes	196.984	114.683
Receita de locação a faturar	129.125	121.518
Contas a receber - partes relacionadas	52.762	104.724
(–) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(13.165)	(8.430)
Total	**365.706**	**332.495**
Ativo circulante	365.664	332.483
Ativo não circulante	42	12
Total	**365.706**	**332.495**

10.1 A movimentação das perdas esperadas *(impairment)*:

Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(8.430)**
(–) adições	(6.631)
(+) reversões	1.896
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(13.165)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(4.222)**
(–) adições	(4.517)
(+) reversões	309
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(8.430)**

10.2 Classificação por vencimento e suas respectivas taxas de perdas esperadas:

	31/12/2024				31/12/2023			
	Contas a receber	**Perdas esperadas**	**%**	**Total**	**Contas a receber**	**Perdas esperadas**	**%**	**Total**
Total a vencer	**285.826**	**(1.346)**	**(0,5%)**	**284.480**	**242.182**	**(902)**	**(0,4%)**	**241.280**
Vencidos em até 30 dias	10.729	(550)	(5,1%)	10.179	51.708	(330)	(0,6%)	51.378
Vencidos de 31 a 90 dias	20.783	(944)	(4,5%)	19.839	27.450	(502)	(1,8%)	26.948
Vencidos de 91 a 180 dias	33.632	(1.395)	(4,1%)	32.237	6.530	(1.056)	(16,2%)	5.474
Vencidos de 181 a 365 dias	13.549	(2.033)	(15,0%)	11.516	5.015	(1.377)	(27,5%)	3.638
Vencidos a mais de 365 dias	14.352	(6.897)	(48,1%)	7.455	8.040	(4.263)	(53,0%)	3.777
Total vencidos	**93.045**	**(11.819)**	**(12,7%)**	**81.226**	**98.743**	**(7.528)**	**(7,6%)**	**91.215**
Total	**378.871**	**(13.165)**	**(3,5%)**	**365.706**	**340.925**	**(8.430)**	**(2,5%)**	**332.495**

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 04/04/2025 | 01:22:19 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CC053DFB-E597-4A2F-9FFD-BBC652311898

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

11. VEÍCULOS DESATIVADOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA

As movimentações nos exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir:

	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**127.548**
Bens transferidos do imobilizado	802.783
Bens baixados por venda	(782.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**148.063**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**100.172**
Bens transferidos do imobilizado	386.637
Bens baixados por venda	(309.535)
(–) Perdas esperadas *(impairment)*(i)	(49.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**127.548**

(i) Refere-se a provisão para perda ("*impairment*") na venda do veiculo destinado para renovação da frota, vide detalhe na nota explicativa 23 (i). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a companhia não tinha veículos desativados para renovação da frota dados em garantia de dívidas financeiras.

12. IMOBILIZADO

As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão a seguir apresentadas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.656.235**	**7.226**	**1.476**	**3.556**	**1.348**	**179**	**47.703**	**15.423**	**151**	**4.733.297**
Adições	1.906.348	754	–	2.474	1.117	4.178	–	3.128	–	1.917.999
Transferência para veículos destinados a renovação de frota	(990.436)	–	–	–	–	–	–		–	(990.436)
Baixas	(31.186)	(5)	–	(171)	(89)	–	–	–	–	(31.451)
Transferências	3.344	(3.344)	–	(3)	13	(10)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.544.305**	**4.631**	**1.476**	**5.856**	**2.389**	**4.347**	**47.703**	**18.551**	**151**	**5.629.409**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(293.308)**	**(1.474)**	**(234)**	**(817)**	**(395)**	**–**	**(47.319)**	**(5.559)**	**(7)**	**(349.113)**
Depreciação no exercício	(549.748)	(155)	(69)	(605)	(188)	–	–	(3.958)	–	*(554.723)*
Transferência para veículos destinados a renovação de frota	187.653	–	–	–	–	–	–		–	187.653
Baixas	2.247	2	–	38	89	–	–	–	–	2.376
Transferências	(610)	610	–	–	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(653.766)**	**(1.017)**	**(303)**	**(1.384)**	**(494)**	**–**	**(47.319)**	**(9.517)**	**(7)**	**(713.807)**
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.362.927**	**5.752**	**1.242**	**2.739**	**953**	**179**	**384**	**9.864**	**144**	**4.384.184**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.890.539**	**3.614**	**1.173**	**4.472**	**1.895**	**4.347**	**384**	**9.034**	**144**	**4.915.602**

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.875.470**	**6.850**	**716**	**2.910**	**1.229**	**343**	**47.703**	**8.268**	**151**	**2.943.640**
Adições	2.231.021	376	–	647	119	596	–	7.403	–	2.240.162
Transferência para bens destinados a venda	(443.795)	–	–	–	–	–	–		–	(443.795)
Baixa de ativos e outros (i)	(6.461)	–	–	(1)	–	–	–	(248)	–	(6.710)
Outros	–	–	760	–	–	(760)	–		–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.656.235**	**7.226**	**1.476**	**3.556**	**1.348**	**179**	**47.703**	**15.423**	**151**	**4.733.297**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(136.680)**	**(1.239)**	**(193)**	**(229)**	**(273)**	**–**	**(44.202)**	**(3.175)**	**(7)**	**(185.998)**
Despesa de depreciação no exercício	(214.741)	(235)	(41)	(588)	(122)	–	(3.117)	(2.633)	–	(221.477)
Transferência para bens destinados a venda	57.158	–	–	–	–	–	–		–	57.158
Baixa de ativos e outros	955	–	–	–	–	–	–	249	–	1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(293.308)**	**(1.474)**	**(234)**	**(817)**	**(395)**	**–**	**(47.319)**	**(5.559)**	**(7)**	**(349.113)**
Saldo líquido:										
	2.738.790	**5.611**	**523**	**2.681**	**956**	**343**	**3.501**	**5.093**	**144**	**2.757.642**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.362.927**	**5.752**	**1.242**	**2.739**	**953**	**179**	**384**	**9.864**	**144**	**4.384.184**

A Companhia adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizada avaliação e foram observados ajustes nas taxas médias anuais ponderadas de depreciação demonstrados na tabela abaixo:

Taxa média de depreciação (%)

Itens do imobilizado	31/12/2024	31/12/2023
Veículos	7,14%	5,82%
Máquinas e equipamentos	13,25%	10,00%
Computadores e periféricos	20,00%	20,00%
Móveis e utensílios	10,01%	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4,00%	4,51%
Direito de uso (veículos)	0,00%	6,53%
Direito de uso (imóveis)	38,45%	24,54%

13. ANÁLISE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS *(IMPAIRMENT)*

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou com maior frequência quando há indicadores de redução do valor recuperável de alguma das unidades geradoras de caixa ("UGC") em que estão alocados. A CS Frotas classifica as UGC's por seu segmentos GTF conforme nota explicativa 6. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração atualizou seus estudos, e os resultados estão detalhados abaixo. **13.1 Redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos financeiros:** A CS Frotas reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A CS Frotas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *"impairment"* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a CS Frotas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CS Frotas para a recuperação dos valores devidos. **13.2 Teste da redução ao valor recuperável *(impairment):*** O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2024, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	**2024 - %**
Taxas de desconto (*WACC*)	10,89%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,60%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 5 anos	4,26%
Unidades Geradoras de Caixa	**2023 - %**
Taxas de desconto (*WACC*)	11.08%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,50%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 5 anos	6,33%

(i) Lajida: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. Sendo: i) Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres; ii) Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2025 a dezembro de 2029; iii) Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação; iv) O valor residual após dezembro 2029 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado assumindo um crescimento de 3,60%a.a, e v) Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período *("mid period")*, assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisitou os estudos e não identificou ajustes, exceto aqueles ocasionados pela catástrofe climática no Rio Grande do Sul, conforme nota explicativa 1.1.2.

14. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Montadoras e concessionárias de veículos	384.163	610.744
Fornecedores de serviços e peças automotivos	14.692	11.866
Partes relacionadas (nota 19)	13.205	12.157
Fornecedores de serviços exceto automotivos	28.437	18.025
Outros	783	1.951
Total	**441.280**	**654.743**

15. CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de cessão de direitos creditórios no início do exercício	**–**	**–**
Cessões efetuadas (valor bruto)	562.731	–
Apropriação dos direitos performados (valor bruto)	(448.363)	–
Juros apropriados descontados	14.914	–
Passivo de cessão de direitos creditórios no encerramento do exercício	**129.282**	**–**
Circulante	128.238	–
Não circulante	1.044	–
Total	**129.282**	**–**

A CS Frotas efetuou cessões de direitos creditórios futuros decorrentes de contratos de locação de veículos firmados com alguns de seus clientes, em favor de terceiros, em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação em caso de inadimplência; e os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. O valor recebido foi reconhecido inicialmente a valor justo e a despesa financeira é reconhecida no resultado até a data da liquidação com base na taxa efetiva de juros do contrato. O prazo médio desses contratos é de 24 meses com vencimentos até dezembro de 2027.

16. DEBÊNTURES

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures no início do exercício	**130.296**	**179.266**
Juros pagos	(233.977)	(214.172)
Juros provisionados	315.232	49.420
Ajuste a valor presente (i)	211.551	115.781
Debêntures no encerramento do exercício	**–**	**130.295**
Circulante	–	128.730
Não circulante	–	1.565
Total	**–**	**130.295**

(i) Em 31 de dezembro de 2024 o ajuste do valor presente das debêntures referem-se conversíveis em ações que foram incorporados ao patrimônio líquido. A Companhia realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo: *(i) 1ª emissão de debêntures simples, em série unica. O valor foi de R$ 350.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 24,34% (vinte e quatro inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia. (ii) 2ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 34.991 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia. (iii) 3ª emissão de debêntures simples, em duas séries. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 61.818 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia. (iv) 4ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 460.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 140.378 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 31,98% (trinta e um inteiros e noventa e oito centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia. (v) 5ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 102.500 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 4.401 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 102.500.000 (cento e dois milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 7,13% (sete inteiros e treze centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia. (vi) 6ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 190.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 17.319 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 190.000.000 (cento e noventa milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 13,21% (treze inteiros e vinte e um centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia. (vii) 8ª emissão de debêntures simples, em série dupla. O valor foi de R$ 635.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 46.766 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 635.000.000 (quinhentos e setenta e cinco milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 44,15% (quarenta e quatro inteiros e quinze centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia.* Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido, de modo que não houvesse obrigações a pagar para sua controladora em 31 de dezembro de 2024.

17. ARRENDAMENTO POR DIREITO DE USO

A Companhia arrenda seus veículos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

A Companhia subarrendou veículos. De acordo com o CPC 06(R2), os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. A CS Frotas avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2). A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não arrendamento. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia ("spread" de crédito). Os "spreads" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33. A CS Frotas atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não arrendamento. A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12, §33. A Companhia atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratados	Taxa % a.a.
1	19,20%
2	20,12%
3	19,94%
5	20,57%
10	19,49%
15	18,53%
20	19,16%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a CS Frotas é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Adição	3.128
Pagamento de principal	(3.958)
Juros pagos	(847)
Juros apropriados	1.147
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.259**
Circulante	4.552
Não circulante	5.707
Total	**10.259**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.203**
Adição	7.155
Baixas	248
Amortização	(5.750)
Juros pagos	(702)
Juros apropriados	635
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Circulante	3.718
Não circulante	7.071
Total	**10.789**

Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	Imóveis	31/12/2024	Veículos	Imóveis	31/12/2023
Passivo circulante	**4.552**	**4.552**	**592**	**3.126**	**3.718**
Após 1° ano	2.306	2.306	–	2.532	2.532
Após 2° ano	1.774	1.774	–	2.088	2.088
Após 3° ano	1.310	1.310	–	1.434	1.434
Após 4° ano	317	317	–	1.017	1.017
Passivo não circulante	**5.707**	**5.707**	**–**	**7.071**	**7.071**
Total	**10.259**	**10.259**	**592**	**10.197**	**10.789**

A seguir é apresentado quadro do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	**Ajustado valor presente**
Contraprestação do Arrendamento	10.259
PIS/COFINS	949

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R$ 949. Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/n°02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 4,71% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 04/04/2025 | 01:22:25 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CC053DFB-E597-4A2F-9FFD-BBC652311898

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2024:

Fluxos de caixa	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	9.418	9.861
Passivo de arrendamento	10.259	10.742
Despesa de depreciação	552.577	578.603
Despesas financeiras	339.935	355.946

17.1 Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis e de curto prazo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a CS Frotas reconheceu o montante de R$ 4.648 (R$ 2.713 em 31 de dezembro de 2023), referente a gastos relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo. **17.2 Companhia como arrendadora:** Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a CS Frotas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS frotas considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referisse à maior parte da vida econômica do ativo. A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data-base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	1.578.677	723.810	366.691	273.498	68.967	–	3.011.643
Total	**1.578.677**	**723.810**	**366.691**	**273.498**	**68.967**	**–**	**3.011.643**

18. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1 Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas: No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	1.705	1.658	23	102
Trabalhista	–	–	9	–
Total	**1.705**	**1.658**	**32**	**102**

Os depósitos judiciais referem-se à: (i) conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou (ii) depósitos em conta judicial em substituição de pagamentos de contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. **18.2 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas:** As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**–**	**102**
Constituição	25	9	34
Reversão	(104)	–	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**23**	**9**	**32**

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**	**–**
Constituição	102	–	102
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**–**	**102**

A CS Frotas não possui saldos sobre demandas judiciais e administrativas na esfera tributária nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **18.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço:** A CS Frotas também é parte em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões. Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	43	698
Cíveis	557	227
Tributárias	217	194
Total	**816**	**1.118**

As causas possíveis na esfera cível referem-se basicamente a reclamações de consumidores por suposta falha na prestação de serviços e de natureza indenizatória por lucros cessantes e danos materiais e morais por acidentes de trânsito envolvendo veículos de sua frota, não envolvendo valores relevantes de forma individual. Quanto às demandas trabalhistas, a Administração entende que não há nenhuma prática em particular que seja adotada e que dê ensejo aos pedidos reclamados, sendo que as reclamações ajuizadas contra a CS Frotas não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de diferenças de horas extras e de comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas. Para as demandas tributárias, há autos de infração e ações anulatórias em que se discute cobrança indevida de débitos de ICMS e ISS, além de execuções fiscais/embargos à execução oriundos de cobrança de IPVA e PIS/COFINS, taxas de publicidade e outros.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1)/IAS 24. A CS Frotas por meio de acordo comercial poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração, o preço mínimo de venda pela Movida deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela Movida nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **19.1 Saldos ativos e passivos com partes relacionadas:** Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Adiantamento de terceiros e outros créditos	
Ativo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com controladora				
CS Brasil Participações e Locações S.A.	22.982	28.461	–	103
Movida Participações S.A.	28.574	–	13.342	–
Movida Locação de Veículos S.A.	–	60.689	–	–
	51.556	**89.150**	**13.342**	**103**
Partes relacionadas				
Avante Veículos Ltda.	–	1	–	–
BBC Leasing	89	2	–	–
SIMPAR S.A.	–	1	10.172	–
CS Brasil Transportes	–	15.181	35	–
JSL S.A.	483	44	1	521
Original Veículos Ltda.	353	–	–	–
Original Turim S.A.	–	–	2	–
Original Seminovos S.A.	1	–	–	–
Ponto Veículos Ltda.	242	–	–	–
Original Indiana S.A.	24	–	132	–
Original New Provence S.A.	–	–	1	–
Truckpad Tec e Log S.A.	–	–	2	–
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	–	–	8	–
Grãos do Piauí Rod. SPE	1	251	–	–
ATU12	10	94	6	2
	1.206	**15.574**	**10.356**	**523**
Total	**52.762**	**104.724**	**23.698**	**626**

	Fornecedores		Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		Outras contas a pagar	
Passivo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com controladora						
CS Brasil Participacões e Locações S.A.	–	3.335	–	878	–	–
Movida Participações S.A.	11.193	1.889	–	–	2.986	22.581
Movida Locação de Veículos S.A.	–	4.764	–	17.400	–	108.345
	11.193	**9.988**	**–**	**18.278**	**2.986**	**130.926**
Partes relacionadas						
BBC Pagamentos	11	7	–	–	–	–
SIMPAR S.A.	–	–	–	–	15	2
BBC Leasing	2	–	–	–	–	–
SIMPAR Empreend. Imob.	15	–	–	–	–	65
CS Brasil Transportes	1.838	964	–	–	362	334
JSL S.A.	84	320	–	–	516	37
Banco Brasileiro Cred. S.A.	–	–	–	–	6.695	–
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	1	19	–	–	–	–
Original Veículos Ltda.	6	75	–	–	169	–
Ponto Veículos Ltda.	–	–	–	–	11	–
Quick Logística Ltda.	55	28	–	–	282	–
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	–	–	–	–	33	–
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	–	14	–	–	52	–
Transmoreno	–	742	–	–	–	62
	2.012	**2.169**	**–**	**–**	**8.135**	**500**
Total	**13.205**	**12.157**	**–**	**18.278**	**11.121**	**131.426**

19.2 Transações com a companhia controladora: 19.2.1 Ativo:

Ativo	Transação	Especificação
Movida Part	Clientes	Refere-se à venda de ativos entre as empresas
Movida Locação	Clientes	Refere-se à venda de ativos entre as empresas
CS Brasil Part	Clientes	Refere-se à venda de ativos entre as empresas

19.2.2 Passivo

Passivo	Transação	Especificação
Movida Part	Contas a pagar	Refere-se à compra de ativos entre as empresas
Movida Locação	Contas a pagar	Refere-se à compra de ativos entre as empresas
CS Brasil Part	Contas a pagar	Refere-se à compra de ativos entre as empresas

19.3 Saldos com partes relacionadas: 19.3.1 Ativo:

Ativo	Relação	Especificação
ATU12	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Avante Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Original Turim S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Original Seminovos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Original Indiana S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Original New Provence S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Ponto Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Truckpad Tec e Log S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Grãos do Piauí Conc. Rod.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas

19.3.2 Passivo

Passivo	Relação	Especificação
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Banco Brasileiro Cred. AS	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mogi Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Ponto Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Quick Logística Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Maquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transmoreno Transp. Logist. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
SIMPAR Empreend. Imob.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas

19.4 Transações com partes relacionadas com efeito na demonstração do resultado:

	Receita de prestação de serviços		Custo da prestação de serviços		Receita de renovação de frota		Custo da renovação de frota		Receita administrativa		Despesa administrativa		Receita financeira		Despesa financeira	
Resultado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com controladas																
CS Brasil Participações e Locações S.A.	–	–	–	(11.466)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movida Participações S.A.	945	669	(19.728)	(7.885)	–	–	–	–	–	–	–	–	61.537	–	(158.366)	(54.869)
Movida Locação de Veículos S.A.	2.715	1.658	(10.613)	(4.395)	–	–	–	–	–	–	–	(13)	389.460	–	(607.862)	(157.753)
Subtotal	**3.660**	**2.327**	**(30.341)**	**(23.746)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(13)**	**450.997**	**–**	**(766.228)**	**(212.622)**
Transações com partes relacionadas																
JSL S.A.	684	502	(165)	(275)	–	91	–	(91)	2	–	(256)	(118)	–	–	–	–
SIMPAR S.A.	–	–	(49)	(10)	–	–	–	–	1	–	(131)	(19)	–	–	–	–
SIMPAR Empreend. Imob.	–	–	(160)	(65)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
CS Brasil Transportes	5.447	6.703	(2.667)	(2.100)	1.733	2.242	(1.733)	(2.242)	31	16	(296)	(4)	–	–	–	–
CS MOBI CUIABÁ SPE as	–	–	–	–	–	53	–	(53)	–	–	–	–	–	–	–	–
Ponto Veículos Ltda.	191	–	(14)	–	51	–	(51)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Grãos do Piauí Rod. SPE	–	–	–	–	–	–	–	–	3	–	–	–	–	–	–	–
Original Veículos Ltda.	276	–	(48)	(84)	131	–	(131)	–	–	–	–	(2)	–	–	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equas. S.A.	–	458	–	(175)	–	102	–	(102)	–	1	–	(3)	–	–	–	–
Vamos Seminovos	–	–	–	(3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
BBC Leasing	88	–	(21)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(2.057)	–
BBC Pagamentos	–	–	(58)	(50)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mogi Mob Trans. Pass. Ltda.	1	–	(26)	(63)	–	–	–	–	–	–	(1)	–	–	–	–	–
Transrio Caminhões Ônibus	–	–	–	(18)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transmoreno	–	–	–	(534)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
TPG Transp. Passageiros	–	–	–	(22)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Quick Logística	91	–	(829)	(280)	–	–	–	–	–	–	(3)	–	–	–	–	–
R Point Comercial Ltda.	10	–	(16)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saga Indiana	156	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saga Provence C V P Ltda.	4	–	(3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Saga Turim	12	–	(10)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Sinal Serv. de Integ. Indus.	7	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transrio Caminhões Ônibus	13	–	(29)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transmoreno	25	–	(825)	–	–	–	–	–	–	–	(3)	–	–	–	–	–
Tietê Veículos Ltda.	–	–	(3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Truckpad Tec. e Log. S.A.	–	–	–	–	139	–	(139)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi. AS	148	–	(49)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	**7.153**	**7.663**	**(4.972)**	**(3.679)**	**2.054**	**2.488**	**(2.054)**	**(2.488)**	**37**	**17**	**(690)**	**(146)**	**–**	**–**	**(2.057)**	**–**
Total	**10.813**	**9.990**	**(35.313)**	**(27.425)**	**2.054**	**2.488**	**(2.054)**	**(2.488)**	**37**	**17**	**(690)**	**(159)**	**450.997**	**–**	**(768.285)**	**(212.622)**

19.5 Remuneração dos administradores: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração paga ao pessoal chave da administração, incluindo encargos, foi de R$ 2.295 (R$ 3.757 em 31 de dezembro de 2023). A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, exceto pelo plano de opções e ações restritas, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração fixa	1.606	2.103
Remuneração variável	664	1.277
Benefícios	25	35
Remuneração baseada em ações	–	342
Total	**2.295**	**3.757**

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

20.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	42.591	41.789
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.390	2.380
Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	4.477	2.867
Perda na desvalorização de ativos *(impairment)*	17.637	16.907
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo CPC 06 (R2)	287	185
Debêntures Conversíveis	(6.918)	–
Outras provisões	2.713	–
Total do imposto diferido ativo	**63.177**	**64.128**
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	(18.798)	(11.639)
Depreciação econômica vs. fiscal	(304.556)	(253.494)
Imobilização *leasing* financeiro	(39.749)	(39.749)
Outros	(793)	1.021
Total do imposto diferido passivo	**(363.896)**	**(303.861)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(300.719)**	**(239.733)**
Tributos diferidos passivos	(300.719)	(239.733)
Total débitos fiscais, líquidos	**(300.719)**	**(239.733)**
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**(239.733)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(60.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**(300.719)**
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**(168.151)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(71.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**(239.733)**

20.2 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social: As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente. A declaração de imposto de renda da CS Frotas está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**279.844**	**210.387**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(95.147)**	**(71.532)**
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	36.133	–
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	(157)	(53)
Outras exclusões/Outras adições	(1.815)	3
IRPJ e CSLL apurados	**(60.986)**	**(71.582)**
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	(60.986)	(71.582)
IRPJ e CSLL no resultado	**(60.986)**	**(71.582)**
Alíquotas efetivas	-21,79%	-34,02%

20.3 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado:

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.881**	**36.881**
Pagamento de IRPJ/CSLL	1.150	1.150
Compensação com outros impostos federais e previdenciários	(13.532)	(13.532)
Antecipação de IRPJ/CSLL	65.784	65.784
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**90.283**	**90.283**

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**12.484**	**12.484**
Antecipação de IRPJ/CSLL	24.397	24.397
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.881**	**36.881**

20.4 Prazo estimado de realização: Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2024 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

continua

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 04/04/2025 | 01:22:31 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C243A074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Docusign Envelope ID: CC053DFB-E597-4A2F-9FFD-BBC652311898

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Ano	R$ Mil
2025	42.591
Total	**42.591**

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 1.823.392 (R$ 1.438.222.201 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 1.823.392.201 quotas sem valor nominal pertencentes 100% à Movida Participações. (Em 31 de dezembro de 2023 eram 1.438.222.201 quotas pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.438.222.201**
Aumento de capital	385.170	385.170.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**1.823.392.201**

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.378.222**	**1.378.222.201**
Aumento de capital	60.000	60.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.438.222.201**

21.2 Reserva de lucro: Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da CS Frotas, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital. As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R$ 45.964 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 35.021 em 31 de dezembro de 2023); Lucros retidos, no montante de R$ 79.740 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 634.825 em 31 de dezembro de 2023); Lucro acumulado, no montante de R$ 0 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2023); AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) de R$ 385.170 em 31 de dezembro de 2023, o qual foi totalmente integralizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. O saldo na reserva de lucros retidos refere-se à retenção de lucros com base em orçamento de capital, constituída nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e aprovada na Assembleia Geral Ordinária de acionistas realizada em 26 de abril de 2019. Em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado inserir na proposta da Administração e apreciada na Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") de acionistas, ocorrida em 30 de abril de 2020, deliberação para que esses lucros retidos sejam reclassificados para Reserva de Investimentos. **21.3 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio: 21.3.1 Composição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:**

	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.278**
Juros sobre o capital próprio pagos	(18.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**–**

	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.916**
Juros sobre o capital próprio pagos	(25.000)
Distribuição de lucros	31.362
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.278**

22. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

22.1 Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços: A tabela a seguir, apresenta a composição analítica da receita de contratos com cliente das principais linhas de negócio e momento do reconhecimento da receita. Inclui também a conciliação da composição analítica da receita da Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de locação (i)	1.692.409	1.055.539
Receita de venda de ativos desmobilizados (ii)	799.694	338.822
Receita bruta	**2.492.103**	**1.394.361**
	31/12/2024	**31/12/2023**
Impostos incidentes sobre as receitas (iii)	(156.452)	(97.455)
Devoluções e abatimentos	(1.979)	(3.853)
(–) Deduções da receita	**(158.431)**	**(101.308)**
Receita líquida total	**2.333.672**	**1.293.053**
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	799.694	338.823
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	1.533.978	954.230
Receita líquida total	**2.333.672**	**1.293.053**

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) - Arrendamentos. (ii) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 (R2) - Receita de contrato com cliente. (iii) Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

23. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(782.267)	(309.535)
Despesas com pessoal	(56.902)	(46.074)
Depreciação, amortização e desvalorização impairment de ativos (i)	(554.723)	(271.298)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.735)	(4.208)
Comunicação e publicidade	(1.469)	(479)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(3.515)	(2.427)
Gastos e manutenções com veículos	(447.538)	(303.019)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	161.647	79.522
Custos na venda de veículos avariados	(18.390)	(3.257)
Serviços contratados de terceiros	(19.276)	(11.708)
Aluguel de imóveis	(4.648)	(2.713)
Outras (despesas)	(20.414)	(16.529)
Total	**(1.752.230)**	**(891.725)**
Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(1.683.170)	(852.984)
Despesas comerciais	(16.298)	(9.997)
Despesas administrativas	(30.860)	(24.186)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.735)	(4.208)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	(17.167)	(350)
Total	**(1.752.230)**	**(891.725)**

(i) Além das depreciações e amortizações no montante de R$ 552.577, nesta rubrica é reconhecido o impairment dos veículos, lojas e mobílias afetados pela catástrofe climática ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul no montante de R$ 2.146.

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	26.851	23.661
Juros recebidos	3.932	2
Outras receitas financeiras	7.554	1.271
Receita financeira total	**38.337**	**24.934**
Total de juros e encargos, sobre empréstimos devidos		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre debêntures	(315.232)	(49.420)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	–	(201)
Juros sobre arrendamentos por direito de uso	(1.147)	(635)
Total de juros e encargos sobre dívidas	**(316.379)**	**(50.256)**
Despesas com taxas e impostos financeiros	(8.372)	(2.194)
Juros de outros passivos	(85)	(30)
Outras despesas financeiras	(15.099)	(193)
Total outras despesas financeiras	**(23.556)**	**(2.417)**
Despesas financeiras totais	**(339.935)**	**(52.673)**
Resultado financeiro líquido	**(301.598)**	**(27.739)**

25. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa. **25.1 Aquisição de ativo imobilizado:** A Companhia faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Total das adições do imobilizado (nota 12)	1.917.999	2.240.162
Adições de direito de uso por arrendamento (nota 17)	(3.128)	(7.403)
Saldo das adições do exercício liquidadas com fluxos de caixa	**1.914.871**	**2.232.759**
Fornecedores montadoras	–	(318.879)
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**1.914.871**	**1.913.880**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo imobilizado para operacional	1.906.348	1.912.142
Caixa para compra de ativo imobilizado para investimento	8.523	1.738
Total	**1.914.871**	**1.913.880**

25.2 Aquisição de ativo intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Total das adições do intangível	5.247	960
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**5.247**	**960**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo intangível para investimento	5.247	960
Total	**5.247**	**960**

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes a serem reportados de 01 de janeiro de 2024 até a data de divulgação 03 de abril de 2025.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP 259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, autorizando a emissão nesta data.

Mogi das Cruzes, 03 de abril de 2025

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data

Mogi das Cruzes, 03 de abril de 2025

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e quotistas
CS Brasil Frotas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 03 de abril de 2025

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora - CRC 1SP291166/O-4

DocuSigned by
Assinado por: S A O ESTADO DE S PAULO:61533949000141
CPF: 85422304772
Data/Hora da Assinatura: 04/04/2025 | 01:22:37 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Presencial
L: Sao Paulo, S: SP, C: BR
Emissor: AC Certisign RFB G5
ICP Brasil
E1FD1C2434074BC...

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE INTEIRO TEOR

DOCUMENTO EMITIDO PELA INTERNET

DADOS DA EMPRESA			
NOME EMPRESARIAL CS BRASIL FROTAS S.A.		TIPO JURÍDICO SOCIEDADE POR AÇÕES	
NIRE 35300586786	CNPJ 27.595.780/0001-16	NÚMERO DO ARQUIVAMENTO 177.865/25-8	DATA DO ARQUIVAMENTO 03/06/2025

DADOS DA CERTIDÃO		
DATA DE EXPEDIÇÃO 07/06/2025	HORA DE EXPEDIÇÃO 03:54:30	CÓDIGO DE CONTROLE 269585711
A AUTENTICIDADE DO PRESENTE DOCUMENTO, BEM COMO O ARQUIVO NA FORMA ELETRÔNICA PODEM SER VERIFICADOS NO ENDEREÇO WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR		

ESTA CÓPIA FOI AUTENTICADA DIGITALMENTE E ASSINADA EM 07/06/2025 PELO SECRETÁRIO GERAL DA JUCESP – ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR, CONFORME ART. 1º DA MP2200-2 DE 24/08/2001, QUE INSTITUI A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRAS – ICP BRASIL, EM VIGOR CONSOANTE E.C Nº32 DE 11/09/2001 M- ART.2º.

ART 1º. FICA INSTITUÍDA A INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA – ICP BRASIL, PARA GARANTIR AUTENTICIDADE, INTEGRIDADE E VALIDADE JURÍDICA DE DOCUMENTOS EM FORMA ELETRÔNICA, DAS APLICAÇÕES DE SUPORTE E DAS APLICAÇÕES HABILITADAS QUE UTILIZEM CERTIFICADOS DIGITAIS, BEM COMO A REALIZAÇÃO DE TRANSAÇÕES ELETRÔNICAS SEGURAS.

ÚLTIMO DOCUMENTO ARQUIVADO PARA EMPRESA SUPRACITADA.

Certifico o registro sob o nº 177.865/25-8 em 03/06/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 2139471258. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 269585711. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP PROTOCOLO
2.139.471/25-8

CS frotas

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Mensagem da Administração: Estamos muito animados com os resultados alcançados no ano de 2024 com patamares saudáveis de receita, EBITDA e das margens operacionais. Agradecemos aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, mais de 6 mil colaboradores que, com comprometimento e determinação, são os responsáveis por essas conquistas e por muito mais que ainda está por vir. Em 2024 tivemos receita líquida de R$2,3 bilhão com crescimento de 80,5% frente a 2023. Já a frota total atingiu 49,7 mil carros no mesmo período, uma redução de 0,01% frente a frota total de 50,1 mil carros em 2023. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2024. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

1) Sobre a CS Frotas: Há 15 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista. A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros. Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável. Há 3 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista. A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota. A Companhia possui práticas que são referência no mercado: i) **Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada - meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos; ii) **Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e iii) **Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público - da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança. **2) Cenário e Mercado:** O ano de 2024 foi pautado por desafios e mudanças no mercado, devido as incertezas no cenário político e econômico do país. No início de 2024, o mercado projetava uma redução na taxa SELIC. Entretanto, incertezas sobre a economia americana, suas taxas de juros e inflação geraram dúvidas sobre o impacto que teria em outros mercados. Além disso, entre abril e maio de 2024 o estado do Rio Grande do Sul foi severamente afetado por enchentes devastadoras. A Confederação Nacional de Municípios estimou os prejuízos em aproximadamente R$ 4,6 bilhões, principalmente no setor habitacional. Essa catástrofe climática gerou um efeito negativo de R$20 milhões para a Companhia. Ao longo do ano, outros motivos interferiram nas expectativas da SELIC. Dentre eles: piora da dívida pública, gastos públicos elevados, desvalorização do real. Em 2024, a taxa de juros fechou em 12,25%, com expectativa de continuar subindo por mais alguns ciclos ao longo do ano de 2025 para controlar a inflação, que ficou acima da meta do Banco Central. Analisando os resultados do mercado automobilístico no Brasil, o setor de Seminovos de 0 a 3 anos registrou aumento de vendas, chegando a 2,5 milhões de veículos frente a 2,2 milhão em 2023, de acordo com a FENAUTO. O setor demonstrou resiliência em 2024, superando expectativas iniciais e apresentando crescimento robusto que impulsionaram os resultados da Companhia. Para 2025, embora as projeções indiquem um ritmo mais moderado, a estratégia segue sendo pautada em rentabilidade e disciplina na execução do planejamento. **3) Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. **4) Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da instrução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente
Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

AVISO - As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
• Central de Downloads - / • Empresas Listadas | B3 / • Estadão RI (estadao.com.br) = https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	25.037	6.193
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	9	506.063	530.089
Contas a receber	10	365.664	332.483
Estoques		5.664	3.015
Tributos a recuperar		2.182	2.621
Imposto de renda e contribuição social antecipados	20.3	90.283	36.881
Veículos desativados para renovação de frota	11	148.063	127.548
Outros créditos e adiantamentos		51.347	47.821
Total dos ativos circulantes		1.194.303	1.086.651
Não circulante			
Contas a receber	10	42	12
Tributos a recuperar		35.878	58
Depósitos judiciais	18	1.705	1.658
Outros créditos e adiantamentos		8.247	6.146
Total do ativo realizável a longo prazo		45.872	7.874
Imobilizado	12	4.915.602	4.384.184
Intangível		9.409	4.267
Total dos ativos não circulantes		4.970.883	4.396.325
Total do ativo		6.165.186	5.482.976
Passivo	**Notas**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante			
Fornecedores	14	441.280	654.743
Debêntures	16	–	128.730
Arrendamentos por direito de uso	17	4.552	3.716
Obrigações trabalhistas e sociais		8.912	8.194
Tributos a recolher		34.858	11.053
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.3.1	–	18.278
Cessão de direitos creditórios	15	128.238	–
Outras contas a pagar e adiantamentos		23.109	3.702
Total dos passivos circulantes		640.949	828.418
Não circulante			
Debêntures	16	–	1.565
Arrendamentos por direito de uso	17	5.707	7.071
Provisões para demandas judiciais e administrativas	18	32	102
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	300.719	239.733
Cessão de direitos creditórios	15	1.044	–
Outras contas a pagar e adiantamentos		331	142
Total dos passivos não circulantes		307.833	248.613
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	1.823.392	1.438.222
Reservas de capital		3.267.308	1.912.707
Reservas de lucros	21.2	125.704	669.846
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	385.170
Total do patrimônio líquido		5.216.404	4.405.945
Total do passivo e do patrimônio líquido		6.165.186	5.482.976

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		279.844	373.589
Depreciação, amortização e impairment de ativos	23	554.828	271.298
Custo de venda de ativos desmobilizados	23	782.267	309.535
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	4.735	4.208
Baixa de ativos	12	29.075	5.508
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	18.1	(70)	102
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	15, 16 e 17	462.065	50.466
		2.112.744	1.014.706
Variações no capital circulante líquido operacional			
Contas a receber	10	(37.946)	(180.461)
Estoques		–	(188)
Fornecedores	14	(213.463)	22.057
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar		(9.708)	14.863
Contas a pagar e adiantamentos		–	(43.454)
Outros créditos e adiantamentos e passivos circulantes e não circulantes		(192.849)	(18.703)
Variações no capital circulante líquido operacional		(453.966)	(205.886)
		1.658.778	808.820
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	20	(1.150)	(24.397)
Juros pagos sobre debêntures e cessão de direitos creditórios	16 e 17	(234.824)	(214.873)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	12	(1.906.348)	(1.912.142)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		(483.544)	(1.342.592)
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	9	24.026	70.322
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(459.518)	(1.272.270)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento	12	(13.770)	(2.698)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(13.770)	(2.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Conversão das debêntures em ações		400.000	927.500
Captação de cessão de direitos creditórios	15	562.731	–
Amortização direito de uso e cessão de crédito	15 e 17	(452.321)	(8.996)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21.3.1	(18.278)	(25.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital		–	385.170
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		492.132	1.278.674
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		18.844	3.706
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		6.193	2.487
No final do exercício		25.037	6.193
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		18.844	3.706

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	22	2.333.672	1.293.053
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(1.683.170)	(852.984)
(=) Lucro bruto		650.502	440.069
Despesas comerciais	23	(16.298)	(9.997)
Despesas administrativas	23	(30.860)	(24.186)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*Impairment*") de contas a receber	23	(4.735)	(4.208)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	23	(17.167)	(350)
Despesas operacionais, líquidas		(69.060)	(38.741)
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		581.442	401.328
Receitas financeiras	24	38.337	24.934
Despesas financeiras	24	(339.935)	(52.673)
Resultado financeiro, líquido		(301.598)	(27.739)
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		279.844	373.589
Imposto de renda e contribuição social - diferido	20.1	(60.986)	(71.582)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		(60.986)	(71.582)
Lucro líquido do exercício		218.858	302.007

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.438.222	1.912.707	385.170	35.021	634.825	–	4.405.945
Aumento de capital	385.170	–	(385.170)	–	–	–	–
Emissão de debêntures conversíveis em ações	–	1.143.050	–	–	–	–	1.143.050
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	211.551	–	–	–	–	211.551
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	218.858	218.858
Reserva legal	–	–	–	10.943	–	(10.943)	–
Constituição de reserva para investimento	–	–	–	–	207.915	(207.915)	–
Distribuição de dividendos adicionais (*)	–	–	–	–	(630.000)	–	(630.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos (*)	–	–	–	–	(133.000)	–	(133.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.823.392	3.267.308	–	45.964	79.740	–	5.216.404
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.378.222	1.098.668	60.000	19.921	379.280	–	2.936.091
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	385.170	–		–	365.170
Aumento de capital	60.000	–	(60.000)	–	–	–	–
Emissão de debêntures conversíveis em ações	–	927.500	–	–	–	–	927.500
Ajuste ao valor presente das debêntures conversíveis em ações	–	(113.461)	–	–	–	–	(113.461)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	302.007	302.007
Reserva legal	–	–	–	15.100	–	(15.100)	–
Juros sobre capital próprio distribuídos (nota 21.3.1)	–	–	–	–	–	(31.362)	(31.362)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–	–	255.545	(255.545)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.438.222	1.912.707	385.170	35.021	634.825	–	4.405.945

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia através da sua controladora Movida Participações, realizou a emissão de debêntures conversíveis em ações. A Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido. As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício foram igualmente convertidas em debêntures conversíveis em ações, ficando a Companhia desobrigada de reconhecimento de uma obrigação a pagar das referidas distribuições e dos passivos financeiros de debêntures em 31 de dezembro de 2024.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	218.858	302.007
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	218.858	302.007

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 100% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ("rent a car" ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). A Companhia é dedicada ao atendimento de empresas do setor público e de economia mista, resultando em operações de licitações públicas. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024: 1.1.1 Reorganização societária:** Em 18 de novembro de 2024 a Movida Participações S.A. controladora direta da CS Frotas e a Movida Locação de Veículos S.A. que também era controladora direta da CS Frotas, informaram aos seus acionistas e ao mercado em geral, proposta de reestruturação estratégica envolvendo as Companhias, que compreende a cisão parcial da Movida Locação, subsidiária integral da Movida Participações, com a incorporação da parcela cindida pela Movida Participações ("Cisão Parcial"), com o objetivo de promover benefícios de ordem administrativa e econômica para os acionistas, com a simplificação operacional e a redução dos custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas Companhias. Com essa cisão parcial da Movida Locação a participação de 59,28% que essa empresa tinha na CS Frotas passou a ser da controladora Movida Participação que agora detém 100% de participação direta da CS Frotas S.A. A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, em decorrência desta decisão. **1.1.2 Aspectos relevantes sobre o impacto da catástrofe climática no Estado do Rio Grande do Sul:** A partir de 27 de abril de 2024, o estado do Rio Grande do Sul sofreu com fortes chuvas, que geraram inúmeras inundações para a região. A CS Frotas avaliou os efeitos econômicos nos seus negócios, e identificou que 14 carros foram afetados pela catástrofe. Uma perda de ativos em aproximadamente R$ 2.146 entre carros, lojas e mobílias, referente a reconstrução das lojas e mobílias registrados em imobilizado. Estas perdas de ativos foram contabilizadas na rubrica de despesas com depreciação de veículos, benfeitorias e outros. **1.1.3 Reforma tributária sobre consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo práticas da legislação societária brasileiras, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 03 de Abril de 2025. **Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais ("R$"), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS Frotas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de

continua →

SEDE
8
2025
OLO
Visto Conferido RG 13.370.210-8

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo
Certifico o registro sob o nº 177.865/25-8 em 03/06/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 2139471258. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 269585711. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

... continuação

CS BRASIL FROTAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS Frotas na nota explicativa 5. **2.4. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas contempla em sua rotina de gestão as avaliações de riscos climáticos, e busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderacem ou reduzam os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A CS Frotas possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos, incluindo o tema mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam identificar, avaliar e, quando necessário, mitigar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam reduzir as exposições identificadas. A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. ("Movida Europe"), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo ("Emissora"), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos *Sustainability-Linked Bond* (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso de etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado pela Companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (CDP), avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte rodoviário global. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a CS Frotas não teve impactos financeiros relevantes de despesas de eventos originados de mudanças climáticas além daqueles já registrados nas demonstrações contábeis.

3. USO DE ESTIMATIVAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e alterações são reconhecidas prospectivamente. **3.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional do Grupo. **3.2. Incertezas sobre estimativas e premissas contábeis:** Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 20.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 12; c) Veículos desativados para renovação da frota - valor residual líquido - nota explicativa 11; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 13; e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 10; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 18; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 7.1.

4. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes a serem reportados de 01 de janeiro de 2025 até a data de divulgação 03 de abril de 2025.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP 259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, autorizando a emissão nesta data.

Mogi das Cruzes, 03 de abril de 2025

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Mogi das Cruzes, 03 de abril de 2025

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADA

Aos Administradores e Acionistas
CS BRASIL FROTAS S.A.

O relatório do auditor independente resumido foi elaborado a partir do relatório do auditor independente completo, que está devidamente divulgado em endereço eletrônico que se encontra referenciado após a mensagem da administração dessa publicação resumida.

pwc

São Paulo, 03 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora - CRC 1 SP291466/O-4

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - JUCESP
SEDE
CERTIFICO O REGISTRO SOB O NÚMERO
ALOIZIO E. SOARES JUNIOR
SECRETÁRIO GERAL EM EXERCÍCIO
177.865/25-8
JUCESP

Certifico o registro sob o nº 177.865/25-8 em 03/06/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 2139471258. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 269585711. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

Certifico o registro sob o nº 177.865/25-8 em 03/06/2025 da empresa CS BRASIL FROTAS S.A., NIRE nº 35300586786, protocolado sob o nº 2139471258. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 07/06/2025 por ALOIZIO EPIFANIO SOARES JUNIOR – Secretário Geral. Autenticação: 269585711. A JUCESP garante a autenticidade do registro e da Certidão de Inteiro Teor quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br.

JUCESP
Junta Comercial do Estado de São Paulo

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em sexta-feira, 9 de maio de 2025 16:13:44 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

Mogi das Cruzes, 30 de abril de 2025.

RAZÃO SOCIAL	CS Brasil Frotas S/A
CNPJ N°	27.595.780/0001-16
ENDEREÇO	Avenida Saraiva, 400 / SALA 8 - Vila Cintra – 08745-900 Mogi das Cruzes - SP
ATIVIDADE PRINCIPAL	77.11-0-00 – Locação de automóveis sem condutor

Conforme as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em **31/12/2024**, a **CS Brasil Frotas S/A**, CNPJ **27.595.780/0001-16**, apresenta os indicadores econômico – financeiro abaixo:

CÁLCULO DOS INDICADORES CONTÁBEIS - **Base 2024**

INDICADORES / FÓRMULAS					Resultado
Índice de Liquidez Geral (ILG)	AC + RLP / PC + PNC	=	1.194.301.805,27 + 45.872.236,86 / 640.948.182,01 + 307.833.415,07	=	**1,31**
Índice de Liquidez Corrente (ILC)	AC / PC	=	1.194.301.805,27 / 640.948.182,01	=	**1,86**
Índice de Solvência Geral (ISG)	AT / PC + PNC	=	6.165.185.487,60 / 640.948.182,01 + 307.833.415,07	=	**6,50**
Índice de Endividamento Geral (IEG)	PC + PNC / AT	=	640.948.182,01 + 307.833.415,07 / 6.165.185.487,60	=	**0,15**

AT =	R$	6.165.185.487,60	=	ATIVO TOTAL
AC =	R$	1.194.301.805,27	=	ATIVO CIRCULANTE
RLP =	R$	45.872.236,86	=	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
PC =	R$	640.948.182,01	=	PASSIVO CIRCULANTE
PNC =	R$	307.833.415,07	=	PASSIVO NÃO CIRCULANTE (ou Exigível a Longo Prazo)

Dados extraídos do Balanço Patrimonial, exercício 2024.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**R$ 5.216.403.890,52** (cinco bilhões, duzentos e dezesseis milhões, quatrocentos e três mil, oitocentos e noventa reais e cinquenta e dois centavos)
CAPITAL SOCIAL último capital registrado	**R$ 1.823.392.201,00** (um bilhão, oitocentos e vinte e três milhões, trezentos e noventa e dois mil e duzentos e um reais)

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647 Dados: 2025.04.30 15:45:38 -03'00'

Caio Roberto de Souza Gallo
Coordenador de Projetos
CPF. 126.010.516-47

CS BRASIL FROTAS S.A.
27.595.780/0001-16

ICP Brasil
Documento assinado digitalmente
JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA
Data: 30/04/2025 17:25:17-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

João Paulo de Oliveira Lima
Contador
1SP259650/O-3

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTEIRA DE IDENTIDADE PROFISSIONAL
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE
DO ESTADO DE SÃO PAULO

CATEGORIA
CONTADOR

Nº DO REGISTRO
SP-259650/O-3

NOME
JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA

FILIAÇÃO
JOAO DOS SANTOS LIMA NETO
ZELIA DE OLIVEIRA LIMA

ASSINATURA DO PROFISSIONAL

NASCIMENTO
01/11/1979

NACIONALIDADE
BRASILEIRA

NATURALIDADE
SAO PAULO - SP

DIPLOMAÇÃO
30/08/2007

CPF
267.248.498-88

RG
28932032X SSP-SP

TÍTULO
BACHAREL EM CIENCIAS CONTABEIS

TÍTULO EXPEDIDO (OU DECL. DE PROVISIONADO)
UNIVERSIDADE PAULISTA

Esta carteira tem fé pública como documento de identidade, nos termos do art. 18 do Decreto-Lei nº 9.295/46, c/c art. 1º da Lei nº 6.206/75.

CFC

DATA DE EXPEDIÇÃO
20/10/2008

Sergio Prado de Mello
PRESIDENTE DO CRC

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL
Nº 2026/032577

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME .....:	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA
NOME SOCIAL :	
REGISTRO .....:	1SP259650/O-3
CATEGORIA ....:	CONTADOR
CPF .....:	267.248.498-88

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: São Paulo, 16/03/2026 às 13:20:28

Válido até: 14/06/2026

Código de Controle: 0260.7581.7225.1680

Para verificar a autenticidade deste documento, consulte o site do CRCSP.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped Versão: 10.2.3

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ	
35300586786	27.595.780/0001-16	

NOME EMPRESARIAL
CS Brasil Frotas S.A.

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2023 a 31/12/2023
NATUREZA DO LIVRO	**NÚMERO DO LIVRO**
LIVRO DIARIO	7

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)
1C.F1.D7.EE.08.B0.8E.A5.4B.B9.02.DE.34.D6.43.94.08.D6.F3.30

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Contador	26724849888	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA:26724849888	642695554842805395 7	13/05/2022 a 13/05/2025	Não
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	21314559000166	MOVIDA PARTICIPACOES S.A.:21314559000166	642695773921373413 0	28/03/2024 a 28/03/2025	Sim
Contador/Contabilista Responsável Pelo Termo de Verificação para Fins de Substituição da ECD	26724849888	JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA:26724849888	642695554842805395 7	13/05/2022 a 13/05/2025	-

NÚMERO DO RECIBO:

1C.F1.D7.EE.08.B0.8E.A5.4B.B9.02.DE
.34.D6.43.94.08.D6.F3.30-6

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO

em 04/03/2025 às 15:52:52

A5.0D.36.0F.79.AA.DD.0F
F0.8E.91.49.F8.82.47.F0

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	7		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023		

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
NIRE	35300586786
CNPJ	27.595.780/0001-16
Número de Ordem	7
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Município	MOGI DAS CRUZES
Data do arquivamento dos atos constitutivos	07/12/2021
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	17/02/2022
Data de encerramento do exercício social	31/12/2023
Quantidade total de linhas do arquivo digital	10522253

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	CS Brasil Frotas S.A.
Natureza do Livro	LIVRO DIARIO
Número de ordem	7
Quantidade total de linhas do arquivo digital	10522253
Data de inicio	01/01/2023
Data de término	31/12/2023

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1C.F1.D7.EE.08.B0.8E.A5.4B.B9.02.DE.34.D6.43.94.08.D6.F3.30-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

BALANÇO PATRIMONIAL

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023
CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	7
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023

Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
Total do Ativo		R$ 3.691.706.287,93	R$ 5.482.976.822,12
Total do Ativo Circulante		R$ 929.449.480,12	R$ 1.086.650.278,99
Caixa e Equivalentes de Caixa		R$ 6.644.158,54	R$ 29.148.065,21
Titulos, valores mobiliários aplic financeira		R$ 596.464.219,59	R$ 507.133.836,20
Contas a Receber		R$ 156.236.734,10	R$ 332.482.619,44
Estoques		R$ 2.826.765,11	R$ 3.015.364,41
Tributos a Recuperar		R$ 21.164.667,46	R$ 2.620.851,64
Outros Creditos		R$ 8.232.967,93	R$ 19.964.646,51
(-) Adiantamento de Terceiros		R$ (419.688,64)	R$ 437.679,26
Despesas Antecipadas		R$ 13.676.348,70	R$ 13.457.414,87
Imposto de Renda e CSLL a Recuperar		R$ 12.484.300,75	R$ 36.880.617,51
Ativo Imobilizado Disponibilizado Venda		R$ 100.172.498,93	R$ 127.548.073,70
Outros Creditos Intercompany		R$ 332.111,49	R$ 785.016,05
Adiantamento a Terceiros		R$ 11.634.396,16	R$ 13.176.094,19
Total do Ativo Nao Circulante		R$ 2.762.256.807,81	R$ 4.396.326.543,13
Total Ativo Realizavel Longo Prazo		R$ 1.213.499,83	R$ 7.875.182,60
Contas a receber		R$ 4.672,86	R$ 12.104,65
Tributos a recuperar		R$ 58.368,65	R$ 58.368,65
Depositos judiciais		R$ 519.246,17	R$ 1.658.259,72
Outros Creditos		R$ 631.212,15	R$ 6.146.449,58
Total Ativo Permanente		R$ 2.761.043.307,98	R$ 4.388.451.360,53
Imobilizado liquido		R$ 2.757.641.627,39	R$ 4.384.184.428,90
Intangivel		R$ 3.401.680,59	R$ 4.266.931,63
Total do Passivo		R$ 3.691.706.287,93	R$ 5.482.976.822,12
Total Passivo Circulante		R$ 688.579.226,63	R$ 828.419.105,99
Debentures		R$ 283.442.229,28	R$ 128.730.620,65
Fornecedores		R$ 313.807.365,37	R$ 654.742.787,88
Obrigacoes sociais e trabalhistas		R$ 3.604.380,06	R$ 8.194.479,13
Tributos a recolher		R$ 19.323.896,58	R$ 11.053.353,64
Outras contas a pagar		R$ 25.565.711,11	R$ 3.701.906,81
Arrendamentos a pagar		R$ 3.045.158,05	R$ 0,00
Adiantamentos de clientes		R$ 21.733.422,36	R$ 0,00
Arrendamento por direito de uso		R$ 6.140.650,17	R$ 3.718.023,18
Dividendos e juros s/ capital proprio a pagar		R$ 11.916.413,65	R$ 18.277.934,70
Total Passivo Nao Circulante		R$ 171.212.280,54	R$ 248.613.459,76
Debentures		R$ 0,00	R$ 1.565.290,80
Provisao demanda judicial e administrativas		R$ 0,00	R$ 191.738,79
Imposto de Renda e CSLL diferidos		R$ 168.150.777,61	R$ 239.732.657,63
Arrendamento por direito de uso		R$ 3.061.502,93	R$ 7.071.380,20
Outras contas a pagar Intercompany		R$ 0,00	R$ 52.392,34
Patrimonio Liquido		R$ 2.831.914.780,76	R$ 4.405.944.256,37
Capital Social		R$ 1.378.222.201,00	R$ 1.438.222.201,00
Reserva de Capital		R$ 1.064.518.072,51	R$ 1.912.707.556,50
Reservas de lucros		R$ 329.174.507,25	R$ 669.844.498,87
Adiantamento Futuro Aumento de Capital		R$ 60.000.000,00	R$ 385.170.000,00

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1C.F1.D7.EE.08.B0.8E.A5.4B.B9.02.DE.34.D6.43.94.08.D6.F3.30-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade:	CS Brasil Frotas S.A.		
Período da Escrituração:	01/01/2023 a 31/12/2023	CNPJ:	27.595.780/0001-16
Número de Ordem do Livro:	7		
Período Selecionado:	01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023		

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
Receita Liq Venda de Servico, Locacao e Ativo		R$ 780.586.502,00	R$ 1.293.052.585,59
(-) Custo Vendas, Locacao e Prestacao de Servicos		R$ (324.318.455,43)	R$ (543.448.598,36)
(-) Custo de Vendas Ativos Desmobilizados		R$ (133.383.524,19)	R$ (309.534.783,85)
(=) Lucro Bruto		R$ 322.884.522,38	R$ 440.069.203,38
(-) Despesas Comerciais		R$ (4.767.166,86)	R$ (9.997.267,09)
(-) Despesas Administrativas		R$ (20.676.934,76)	R$ (24.186.256,52)
(-) Provisao para perdas de valor recuperavel		R$ (1.352.323,46)	R$ (3.472.786,95)
(-) Outras Receitas (Despesas) Operacionais		R$ 600.661,05	R$ (1.085.303,33)
(-) (=) Despesas operacionais, liquidas		R$ (26.195.764,03)	R$ (38.741.613,89)
Receitas Financeiras		R$ 16.483.579,37	R$ 24.933.567,54
(-) Despesas Financeiras		R$ (77.083.800,83)	R$ (52.672.764,34)
(-) (=) Resultado financeiro, liquido		R$ (60.600.221,46)	R$ (27.739.196,80)
(-) Imposto de renda e CSLL diferido		R$ (70.032.927,62)	R$ (71.581.880,02)
(-) (=) Total do Imposto de Renda e da CSLL		R$ (70.032.927,62)	R$ (71.581.880,02)
Lucro Liquido do Execicio		R$ 166.055.609,27	R$ 302.006.512,67

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 1C.F1.D7.EE.08.B0.8E.A5.4B.B9.02.DE.34.D6.43.94.08.D6.F3.30-6, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.2.3 do Visualizador

JUCESP PROTOCOLO
0.645.329/24-1

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/ME nº 27.595.780/0001-16
NIRE 35300586786

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: 30 de abril de 2024, às 11 horas, na sede da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, CEP 08745-900.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação tendo em vista a presença de acionista representando 100% (cem por cento) do capital social da Companhia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4°, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), conforme assinatura constante no Livro de Presença de Acionistas da Companhia.

3. MESA: Presidente: João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; e Secretária: Maria Lúcia de Araújo.

4. ORDEM DO DIA: (i) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

5. DELIBERAÇÕES: Submetidas à discussão e em seguida à votação, foi aprovada, por unanimidade e sem qualquer restrição:

(i) as Demonstrações Financeiras e as Contas da Diretoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, que foram publicadas no jornal O Estado de S. Paulo em 30 de abril de 2024, no caderno Economia & Negócios – Páginas B21 a B22.

(ii) a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, constante das demonstrações financeiras.

6. ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata, a qual lida, conferida e achada conforme, foi assinada por

D4Sign a92616fc-8288-4e21-b514-5e2e0d8bd1fd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

JUCESP
07 05 24

todos os presentes em livro próprio. Mesa: Presidente – João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; Secretária – Maria Lúcia de Araújo. Acionista: Movida Participações S.A.

São Paulo, 30 de abril de 2024.

A presente ata é cópia fiel da original, que foi lavrada em livro próprio.

Assinado
MARIA LUCIA DE ARAUJO
66347017687
D4Sign

Maria Lúcia de Araújo
Secretária da Mesa

D4Sign a92616fc-8288-4e21-b514-5e2e0d8bd1fd - Para confirmar as assinaturas acesse https://secure.d4sign.com.br/verificar
Documento assinado eletronicamente, conforme MP 2.200-2/01, Art. 10º, §2.

CS Brasil Frotas - AGE 30 04 2024 DF 2023 docx

Código do documento a92616fc-8288-4e21-b514-5e2e0d8bd1fd

Assinaturas

MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687
Certificado Digital
maria.lucia@simpar.com.br
Assinou

Eventos do documento

30 Apr 2024, 19:08:48
Documento a92616fc-8288-4e21-b514-5e2e0d8bd1fd **criado** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email:maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-30T19:08:48-03:00

30 Apr 2024, 19:09:38
Assinaturas **iniciadas** por MARIA LUCIA DE ARAUJO (3879a5a7-588f-4fd0-9a62-59d408474c10). Email: maria.lucia@simpar.com.br. - DATE_ATOM: 2024-04-30T19:09:38-03:00

30 Apr 2024, 19:09:54
ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687 **Assinou**
Email: maria.lucia@simpar.com.br. IP: 200.231.12.66 (200.231.12.66 porta: 1210). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5 G2,OU=AC CCN COMPANHIA CERTIFICADORA NACIONAL v5,OU=A1,CN=MARIA LUCIA DE ARAUJO:66347017687. - DATE_ATOM: 2024-04-30T19:09:54-03:00

Hash do documento original
(SHA256):8813f6034f990c2612ffe0c0c839148f75b574213259c1b8cbfab723c24dc77c
(SHA512):7c4f03bab40f368ce918688efd978c031cb5dc973b6dd4e53b26144a2d0574fe38de5a84ca671e35816fa1dd9f97c430e00dd325f271895e4489b7d409185a37

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-EPE13CE10D31

CS frotas

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: É com confiança que reportamos os resultados do ano de 2023. Agradeço aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, que, com comprometimento e determinação permitiram as entregas desse ano - período em que registramos importantes avanços e que irão nos permitir seguir evoluindo de forma positiva em 2024. Transformamos nossos indicadores de eficiência e produtividade e seguiremos evoluindo nestas frentes para avanços ainda maiores na nossa rentabilidade. Em 2023 tivemos receita líquida de R$1,3 bilhão com crescimento de 66,7% frente a 2022. Já frota total atingiu 50,1 mil carros no mesmo período, um crescimento de 28,8% frente à frota total de 38,9 mil carros em 2022. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2023. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

1) Sobre a CS Frotas: Há 14 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista. A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros. Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável. Há 2 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista. A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota. A Companhia possui práticas que são referência no mercado: **i) Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada - meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos; **ii) Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e **iii) Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público - da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança. **2) Cenário e Mercado:** O cenário no fim de 2022 era de bastante incerteza, o mercado internacional ainda se reerguia da crise econômica causa pela pandemia da COVID-19 e o Brasil apresentava um cenário de altas taxas de juros e com eleições presidenciais. As estimativas para 2023 do último Boletim Focus do Banco Central de 30/12/2022 era de um IPCA no patamar de 5,3%, crescimento do PIB de 0,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 5,27 e Selic de 12,25% a.a., ou seja, baixo crescimento, inflação moderada e alto patamar de juros. A queda das cotações internacionais das *commodities* impactaram positivamente na queda da inflação. Adicionalmente, a fragilidade financeira das famílias começou a melhorar no segundo semestre de 2023. A ampliação do poder de compra das famílias foi canalizada para serviços, o que ajuda a compreender o papel desempenhado pelo setor no crescimento do PIB em 2023. Por sua vez, a expansão do setor de serviços, geralmente intensivo em mão de obra, ajudou a taxa de desemprego fechar o ano de 2023 no nível de 7,8%, menor patamar registrado desde 2014 e uma queda de 1,8 ponto percentual em relação a 2022 (9,6%), mesmo com os resultados negativos da indústria de transformação. A indústria de transformação apresentou quadro estagnação em 2023 mesmo com cenário de crescimento econômico nos demais setores. O PIB de 2023 foi liderado pelo crescimento de serviços e agropecuária e deterioração da indústria. Assim, é esperado um crescimento do PIB no patamar de 3,2% para 2023, acima do projetado pelo Boletim Focus para o ano. Para 2024, segundo o Boletim Focus mais recente de 15 de março de 2024, é esperado um crescimento do PIB de 1,8%, IPCA no patamar de 3,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 4,95 e Selic de 9% a.a., ou seja, um ligeiro crescimento do PIB com IPCA dentro da meta de inflação mas com uma Selic em patamares inferiores em 2024. A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Banco Central de novembro de 2023 destacou que das 22 atividades que compõem o índice de turismo, o transporte aéreo de passageiros teve o maior impacto negativo influenciado pelo aumento do preço das passagens. Isso gerou uma pressão negativa para o setor de transportes, para as atividades turísticas e para os serviços como um todo. Outro fator a impactar o turismo no mês foi a menor receita real vinda da locação de automóveis, pelo mesmo motivo, já que o aluguel de veículos, mensurado pelo IPCA, subiu 8,27% em novembro de 2023. A produção de automóveis e comerciais leves cresceu 1,3% no comparativo de 2023 com 2022, segundo dados da Anfavea (Asaociação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), atingindo a produção de 2,2 milhões de veículos no período. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a inflação acumulada do ano de 2023 sobre o preço do carro novo foi de 2,37%, ao passo que em 2022 foi de 9,36%. Já em 2024, segundo a consultoria automotiva KBB, o valor médio dos carros novos ano-modelo 2024 no Brasil subiu 0,54% em janeiro de 2024 que, se a tendência seguir, seria um repasse de preço perto da inflação. Já para o mercado de Seminovos é esperado uma queda em 2024, conforme projeção da SINDIVEL, justificada pela perspectiva da queda da inadimplência, na redução das taxas de juros e na oferta um pouco maior de veículos em 2024. Em junho de 2023, governo federal anunciou a Medida Provisória 1.175/23 que estabeleceu mecanismos de desconto nos preços dos veículos, patrocinado pelo governo, para facilitar a compra de veículos mais sustentáveis por pessoas físicas e jurídicas. O programa previa a redução do preço de automóveis, caminhões, ônibus e vans como incentivo à renovação da frota. No total, o governo destinaria R$ 1,5 bilhão em créditos tributários - R$ 500 milhões para estímulo à troca por carros menos poluentes, R$ 700 milhões para caminhões e R$ 300 milhões para ônibus e vans. Para viabilizar a redução nos preços dos veículos, as montadoras receberam do governo créditos tributários para oferecer um desconto patrocinado, abatido diretamente do valor final, entre i) R$ 2 mil a R$ 8 mil nos carros; ii) R$ 33,6 mil a R$ 80,3 mil nos caminhões; e iii) R$ 38 mil a R$ 99,4 mil nos ônibus e vans. O programa foi temporário com duração de quatro meses. Em 2023 foram vendidos quase 14,5 milhões de automóveis, comerciais leves, pesados e motos seminovos e usados vendidos no Brasil, um aumento de 8,7% em relação a 2022, quando foram vendidos 13,3 milhões de veículos, segundo dados da FENAUTO. Foi o terceiro melhor resultado do setor na série histórica, ficando atrás apenas de 2021, quando foram comercializados mais de 15 milhões de veículos seminovos e usados, e 2019, com 14,6 milhões. Considerando apenas as vendas por dias úteis, 2023 foi melhor até do que 2019, com 9,1 mil veículos negociados diariamente. O acumulado de vendas de veículos com 13 anos, ou mais, foi o mais expressivo, com um crescimento de 13,5% em relação a 2022, chegando a um total de 5,0 milhões unidades no ano. A projeção da Fenauto é que 2024 consiga registrar a melhor marca da história do mercado de seminovos e usados. No entanto, considerando somente o mercado de Seminovos de 1 a 3 anos divulgado pela FENAUTO em 2023 tivemos a venda de 1,0 milhão de veículos frente 1,1 milhão de veículos em 2022. Por fim, a Companhia segue confiante com as perspectivas positivas no mercado de aluguel de veículos que demonstra mudança significativa na mentalidade do consumidor quanto à mobilidade e a maneira de se relacionar com o veículo e das empresas quanto a terceirização de suas frotas. No ponto de vista de Seminovos, a Companhia acredita na tendência de melhora no final do ano de 2024 que, conforme já mencionado, possui a projeção de uma Selic em patamares inferiores que poderia beneficiar a oferta de crédito de financiamento de veículos. **3) Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. **4) Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	6.193	2.487
Títulos e valores mobiliários	7.2	530.089	600.621
Contas a receber	8.2	332.483	156.237
Estoques	–	3.015	2.827
Tributos a recuperar	–	2.621	21.165
Imposto de renda e contribuição social antecipados	18.4	36.881	12.484
Veículos desativados para renovação de frota	9.2	127.548	100.172
Outros ativos	–	47.821	33.455
Total dos ativos circulantes		**1.086.651**	**929.448**
Não circulante			
Contas a receber	8.2	12	5
Tributos a recuperar	–	58	58
Depósitos judiciais	16.2	1.658	519
Outros ativos	–	6.146	631
Total do ativo realizável a longo prazo		**7.874**	**1.213**
Imobilizado	10.2	4.384.184	2.757.642
Intangível	–	4.267	3.402
Total dos ativos não circulantes		**4.396.325**	**2.762.257**
Total do ativo		**5.482.976**	**3.691.705**

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Circulante			
Fornecedores	12.2	654.743	313.807
Debêntures	13.2	128.730	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	3.718	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	–	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	–	8.194	3.604
Tributos a recolher	–	11.053	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	18.278	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	3.702	47.298
Total dos passivos circulantes		**828.418**	**584.401**
Não circulante			
Debêntures	13.2	1.565	–
Arrendamento por direito de uso	15.2	7.071	3.082
Provisões para demandas judiciais e administrativas	16.2	102	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	239.733	168.151
Outras contas a pagar e adiantamentos		142	–
Total dos passivos não circulantes		**248.613**	**171.213**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	1.438.222	1.378.222
Reservas de capital	–	1.912.707	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	669.846	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital		385.170	60.000
Total do patrimônio líquido		**4.405.945**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.482.976**	**3.691.705**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

Demonstração de Resultado	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	1.293.053	780.587
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(852.984)	(457.709)
(=) Lucro bruto		**440.069**	**322.878**
Despesas comerciais	21	(9.997)	(4.795)
Despesas administrativas	21	(24.186)	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	21	(4.208)	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(350)	994
Despesas operacionais, líquidas		**(38.741)**	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**401.328**	**296.727**
Receitas financeiras	22	24.934	16.484
Despesas financeiras	22	(52.673)	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(27.739)**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**373.589**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(71.582)	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(71.582)**	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**302.007**	**229.993**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**302.007**	**229.993**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**302.007**	**299.993**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	–	373.589	306.120
Ajuste para:			
Depreciação, amortização e impairment de ativos	21	271.298	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	309.535	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	4.208	1.655
Baixa de ativos	11.2	5.508	702
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	16.3	102	–
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	50.466	5.448
		1.014.706	**582.191**
Variações no capital circulante líquido operacional			
Contas a receber	9	(180.461)	(45.183)
Estoques	–	(188)	(323)
Fornecedores	12	22.057	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	14.863	(41)
Contas a pagar e adiantamentos		(43.454)	–
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	–	(18.703)	23.184
Variações no capital circulante líquido operacional		**(205.886)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(24.397)	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	–	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(214.873)	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.912.142)	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(2.151.412)**	**(1.370.969)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	70.322	(239.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(2.081.090)**	**(1.609.378)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(2.698)	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.698)**	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	927.500	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(8.996)	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(25.000)	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	385.170	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**1.278.674**	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	–	2.487	9.711
No final do período	–	6.193	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Informações suplementares aos fluxos de caixa			
Aquisição de ativo imobilizado por linhas de financiamento:			–
Por arrendamento de direitos de uso de imobilizado		(7.403)	(5.962)
Fornecedores em aberto		318.879	40.877

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros - Reserva legal	Reservas de lucros - Retenção de lucros	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reapresentado nota explicativa 2.6					
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.378.222**	**313.646**	**–**	**8.421**	**173.187**	**–**	**1.873.476**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	60.000	–		–	60.000
Emissão de debêntures conversíveis em ações	13.2	–	960.000		–	–	–	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	–	(174.978)		–	–	–	(174.978)
Lucro líquido do exercício	–	–	–		–	–	229.993	229.993
Reserva legal	–	–	–		11.500		(11.500)	–
Juros sobre capital próprio distribuídos	19.2.2	–	–		–		(12.400)	(12.400)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–		–	206.093	(206.093)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.378.222**	**1.098.668**	**60.000**	**19.921**	**379.280**	**–**	**2.936.091**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	385.170	–	–	–	385.170
Aumento de capital	–	60.000	–	(60.000)	–	–	–	–
Emissão de debêntures conversíveis em ações	13.2	–	927.500		–	–	–	927.500
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	–	(113.461)		–	–	–	(113.461)
Lucro líquido do exercício	–	–	–		–	–	302.007	302.007
Reserva legal	–	–	–		15.100		(15.100)	–
Juros sobre capital próprio distribuídos	19.2.2	–	–		–		(31.362)	(31.362)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–		–	255.545	(255.545)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações") com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo a qual detém 25,40% de participação direta. Que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista. A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") também é controlada direta da Movida Locação de Veículos S.A. (Movida Locação) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 60,96% de participação direta que atua no segmento de locação de veículos leves ('rent a car') e tem como objeto social principalmente a locação de veículos automotores, administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos sob o regime de franquia empresarial, assessoria de tecnologia aos franqueados, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais e intermediação da locação de veículos no Brasil. E também é controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 13,64% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ("rent a car" ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). Como consequência e visando a consecução das atividades de locação. Em 26 de julho de 2021, foi celebrado um contrato de venda para a Movida Participações S.A., de 100% do capital da CS Brasil Participações S.A. e sua controlada direta CS Frotas Ltda. A reestruturação foi efetuada mediante aumento de capital realizado pela Movida Participações S.A., no valor total de R$ 583.480 com a emissão de 63.381.072 novas ações ordinárias pela aquisição do

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

→ continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

referido investimento com parte relacionada. Em 07 de dezembro de 2021, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Frotas S.A. Em 28 de dezembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A. aprovou a Cisão Parcial da CS Participações transferindo para a Movida Locações. Pertencentes ao mesmo grupo econômico entendem que a cisão parcial se insere no contexto da reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da CS Participações e será realizada tendo em vista a necessidade de segregação e redistribuição de determinados ativos e passivos da CS Participações em outra estrutura societária, visando otimizar sua estrutura e permitir que seus acionistas possam realocar tais ativos e passivos com maior eficiência. A Parcela cindida é composta (i) pelo investimento na CS Brasil Frotas S.A. ("CS Frotas"), sociedade operacional, correspondente a 557.587.450 ações de sua emissão, representativas de, aproximadamente, 40,45% de seu capital social total avaliado e (ii) pelo saldo passivo referente aos débitos da totalidade das 600.000 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única realizada pela CS Participações em 10 de dezembro de 2020 e avaliado, segundo o Laudo de Avaliação, em R$ 620.339. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício: 1.1.1 Decisão Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre a coisa julgada e matéria tributária o fim da "coisa julgada":** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que julgamentos individuais tidos como definitivos (decisões transitadas em julgado), favoráveis aos contribuintes, perderão suas eficácias caso o Tribunal venha, posteriormente, a se pronunciar contrariamente às teses defendidas pelos contribuintes. Por maioria de votos, foi decidido que a perda dos efeitos das decisões individuais será imediata, sem necessidade de propositura de ações rescisórias, e que os tributos e/ou contribuições em questão passarão a ser devidos a partir da data da publicação da decisão do STF (contrária ao contribuinte), respeitadas as regras constitucionais de irretroatividade e anterioridade. A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, em decorrência desta decisão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS® "), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Uso de estimativas, julgamento e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.2.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia. **2.2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 18.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 10; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 9; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 11; e) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 16; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 5.3. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS na nota explicativa 5. **2.5. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. ("Movida Europe"), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo ("Emissora"), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (Tank-to-Wheel) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (upstream) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado pela companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. **2.6. Reclassificação dos saldos comparativos:** Em 2023, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo do Ajuste a Valor Presente das debêntures conversíveis em ações, todos no exercício de 2022, nos montantes de: • R$ 104.176 no grupo de debêntures, no passivo; • R$ 34.150 no grupo de Reservas de capital no patrimônio líquido; • R$ 34.150 no grupo de Ajuste do Valor Presente da demonstração de mutação do patrimônio líquido; • R$ 70.026 no grupo de despesas financeiras na Demonstração do Resultado do Exercício; A referida correção afetou o passivo circulante, demonstração do resultado do exercício, demonstração de mutação do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa, de 31 de dezembro de 2022 e de 1º de janeiro de 2022 nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Conforme demonstrados nos quadros abaixo:

Balanço Patrimonial

				31/12/2022
Passivo	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Circulante				
Fornecedores	12.2	313.807	–	313.807
Debêntures	13.2	283.442	(104.176)	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	6.141	–	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	3.045	–	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	–	3.604	–	3.604
Tributos a recolher	–	19.324	–	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	11.916	–	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	47.298	–	47.298
Total dos passivos circulantes		**688.577**	**(104.176)**	**584.401**
Não circulante				
Arrendamento por direito de uso	15.2	3.062	–	3.062
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	168.151	–	168.151
Total dos passivos não circulantes		**171.213**	–	**171.213**
Patrimônio líquido				
Capital social	19.1	1.378.222	–	1.378.222
Reservas de capital	–	1.064.518	34.150	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	329.175	70.026	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	60.000	–	60.000
Total do patrimônio líquido		**2.831.915**	**104.176**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.691.705**	–	**3.691.705**

				31/12/2022
Demonstração de Resultado	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	780.587	–	780.587
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(457.709)	–	(457.709)
(=) Lucro bruto		**322.878**	–	**322.878**
Despesas comerciais	21	(4.795)	–	(4.795)
Despesas administrativas	21	(20.695)	–	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	21	(1.655)	–	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	994	–	994
Despesas operacionais, líquidas		**(26.151)**	–	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**296.727**	–	**296.727**
Receitas financeiras	22	16.484	–	16.484
Despesas financeiras	22	(77.117)	70.026	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(60.633)**	**70.026**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**236.094**	**70.026**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(76.127)	–	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(76.127)**	–	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**159.967**	**70.026**	**229.993**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Reservas de capital - Divulgado	Reservas de capital - Ajuste	Reservas de capital - Reapresentado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		313.646	–	313.646
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	960.000	–	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	(209.128)	34.150	(174.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.064.518**	**34.150**	**1.098.668**

Demonstração do fluxo de caixa				31/12/2022
	Nota	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.2	236.094	70.026	306.120
Ajuste para:			–	
Depreciação e amortização	21	134.882	–	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	133.384	–	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	1.655	–	1.655
Baixa de ativos	11.2	702	–	702
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	75.474	(70.026)	5.448
		582.191	–	**582.191**
Variações no capital circulante líquido operacional				
Contas a receber	9	(45.183)	–	(45.183)
Estoques	–	(323)	–	(323)
Fornecedores	12	92.818	–	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	(41)	–	(41)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	–	23.780	(596)	23.184
Variações no capital circulante líquido operacional		**71.051**	**(596)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(7.684)	–	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	(15)	–	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(36.513)	596	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.327.352)	–	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(1.371.564)**	**596**	**(1.370.968)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	(238.409)	–	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(1.609.973)**	**596**	**(1.609.377)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(4.289)	–	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(4.289)**	–	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	960.000	–	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(59.806)	–	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(6.398)	–	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	60.000	–	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**953.796**	–	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	–	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	–	9.711	–	9.711
No final do período	–	2.487	–	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	–	**(7.224)**
				–
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				–
Adição de arrendamentos por direito de uso		(5.962)		(5.962)
Variação no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar		40.877		40.877

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES EM NORMAS VIGENTES

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **3.1 Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023: 3.1.1 Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **3.1.2. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **3.1.3. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **3.1.4. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro, 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023). **3.2. Alterações e novas normas que ainda não estão em vigor: 3.2.1. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** De acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **3.2.2. Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (sale and leaseback). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor- -arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. **3.2.3. Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (Supplier Finance Arrangements (SFAs)) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas: (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais hajam informações financeiras individualizadas disponíveis. Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, a CS Frotas possui apenas um segmento de negócio operacional sujeito a divulgação de informações por segmento: Gestão e Terceirização de Frotas (GTF): divisão responsável pela gestão de frotas para pessoas jurídicas por períodos de longo prazo, que geralmente variam entre 24 e 36 mese, nessa divisão também temos o carro por assinatura que é um produto voltado para a pessoa física. Os carros são adquiridos após assinatura dos contratos de acordo com a necessidade de cada cliente, e ao término desses contratos os veículos são desmobilizados. Esses veículos são vendidos em pontos de vendas e também para revendedores espalhados pelo país. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita bruta operacional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O balanço patrimonial e a demonstração do resultado apresentados nesta Demonstração Financeira, reflete a operação por segmento da Companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1 Política contábil: 5.1.1. Ativos financeiros: Os instrumentos financeiros da empresa estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **a) Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **b) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

c) Desreconhecimento: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um

continua →

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **5.1.2. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Classificação e mensuração:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **5.1.3. Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha uma data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.2 Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2023			31/12/2022		
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	–	6.193	6.193	–	2.487	2.487
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	530.089	–	530.089	600.621	–	600.621
Contas a receber	–	332.495	332.495	–	156.237	156.237
Outros créditos	–	53.967	53.967	–	33.455	33.455
Total	**530.089**	**392.655**	**922.744**	**600.621**	**192.179**	**792.800**

	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Passivos, conforme balanço patrimonial					**Reapresentado nota explicativa 2.6**	
Fornecedores	–	654.743	654.743	–	313.807	313.807
Debêntures	–	130.295	130.295	–	179.266	179.266
Arrendamentos por direito de uso	–	10.789	10.789	–	9.203	9.203
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	–	–	–	–	3.045	3.045
Dividendos a pagar	–	18.278	18.278	–	11.916	11.916
Outras contas a pagar	–	3.702	3.702	–	47.298	47.298
Total	**–**	**817.807**	**817.807**	**–**	**564.535**	**564.535**

5.1 Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.193	6.193	2.487	2.487
Títulos e valores mobiliários	530.089	530.089	600.621	600.621
Contas a receber	332.495	332.495	156.237	156.237
Outros ativos	53.967	53.967	33.455	33.455
Total	**922.744**	**922.744**	**792.800**	**792.800**
			Reapresentado nota explicativa 2.6	
Passivos financeiros				
Fornecedores	654.743	654.743	313.807	313.807
Debêntures	130.295	130.295	179.266	179.266
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	–	–	3.045	2.912.248
Arrendamentos por direito de uso	10.789	10.789	9.203	9.203
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.278	18.278	11.916	11.916
Outras contas a pagar	3.702	3.702	47.298	47.298
Total	**817.807**	**817.807**	**564.535**	**3.473.738**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1 -** Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e **Nível 2 -** Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Nível1	**Nível2**	**Total**	**Nível1**	**Nível2**	**Total**
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	–	–	–	–	2.119	2.119
Aplicação Automática	–	5.537	5.537	–	–	–
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
Fundo exclusivo SIMPAR	–	530.089	530.089	600.621	–	600.621
Subtotal	**–**	**535.626**	**535.626**	**600.621**	**2.119**	**602.740**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo					**Reapresentado nota explicativa 2.6**	
Debêntures	–	130.296	130.296	–	179.266	179.266
Arrendamentos a pagar	–	–	–	–	3.045	3.045
Arrendamentos por direito de uso	–	10.789	10.789	–	9.203	9.203
Subtotal	**–**	**141.085**	**141.085**	**–**	**191.514**	**191.514**
Total	**–**	**676.711**	**676.711**	**600.621**	**193.633**	**794.254**

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	11,65%	11,12%	10,46%	9,77%	9,60%	9,79%	10,27%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2023

5.4 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez. A Administração da CS Frotas supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da CS Frotas monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (*hedge*) dos riscos conhecidos. A CS Frotas não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco especulativo. Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros. **i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da CS Frotas de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	**Qualidade**
AAA	Prime
AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
BB+,BB, BB-	Grau Especulativo
B+, B, B-	Grau Altamente Especulativo
CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
CCC	Grau Extremamente Especulativo
CCC-, CC, C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
DDD, DD, D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa fundo fixo	**119**	**66**
Br AAA	515	303
Br A	22	–
Total depositados em conta corrente	**537**	**303**
Total de disponibilidades	**656**	**369**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	5.537	1.428
Br AA	–	690
Total de aplicações financeiras	**5.537**	**2.119**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**6.193**	**2.487**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	530.089	600.621
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	**530.089**	**600.621**

ii. Contas a receber: O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em *ranking* de empresas especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da CS Frotas. A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da CS Frotas para os saldos de contas a receber são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - clientes	**340.925**	**160.464**
(–) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(8.430)	(4.222)
Contas a receber - cartões de crédito		
AAA	–	–
Total do contas a receber	**332.495**	**156.242**

b) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da CS Frotas ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco cambial e risco de preço, que pode ser de "*commodities*", de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a CS Frotas se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Adicionalmente, a CS Frotas está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do euro e do dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures. **iii. Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A CS Frotas está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, debêntures e arrendamentos. Como política, a Empresa procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. **IV. Risco de variação da inflação:** A CS Frotas possui debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo. Para mitigar esse de variação da inflação risco foram contratados instrumentos de swaps que trocam a variação do IPCA pela taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Nessa mesma nota explicativa (5.4) demonstramos a análise de sensibilidade para estes instrumentos. **c) Risco de liquidez:** A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da CS Frotas é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
					31/12/2023
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6.193	6.193	6.193	–	–
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	530.089	530.089	530.089	–	–
Contas a receber	332.495	332.495	332.483	12	–
Outros ativos	53.967	53.967	47.821	6.146	–
Total	**922.744**	**922.744**	**916.586**	**6.158**	**–**
Passivos financeiros					
Fornecedores	654.743	654.743	654.743	–	–
Debêntures	130.295	130.295	130.295	–	–
Arrendamentos por direito de uso	10.789	10.789	3.718	2.532	4.539
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.278	18.278	18.278	–	–
Outras contas a pagar e adiantamentos	3.844	3.844	3.702	142	–
Total	**817.949**	**817.949**	**810.736**	**2.674**	**4.539**

5.5 Análise de sensibilidade a taxas de juros e moeda: A CS Frotas efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis. Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 10,46% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), SELIC de 10,55% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil), taxa do euro de R$ 5,65 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão), IPCA de 6,32% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão) impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras. Sobre a TJLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2023 é de 5,56% a.a. conforme BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A taxa SOFR projetada para um ano foi de 5,38% (fonte: Federal Reserve New York Bank). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumento de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III). Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da CS Frotas, e consequente aumento ou redução das despesas financeiras líquidas.

Operação	**Exposição**	**Risco**	**Ganho/ (Perda) potencial**	**Taxa provável**	**Cenário I provável**	**Cenário II + deterioração de 25%**	**Cenário III + deterioração de 50% -**
Aplicações financeiras	R$ 6.193	CDI	Ganho	10,54%	653	816	979
Títulos e valores mobiliários	R$ 530.089	SELIC	Ganho	10,46%	55.447	69.309	83.171
		Total Ativo			**56.100**	**70.125**	**84.150**
Debêntures	R$ 130.295	CDI+2,81%	Perda	13,43%	(17.499)	(20.906)	(24.313)
		Total CDI			**(17.499)**	**(20.906)**	**(24.313)**
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós-fixado					**38.601**	**49.219**	**59.837**
Variação no resultado com relação ao cenário provável					**–**	**10.618**	**21.236**

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN e BM&F

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor. **6.2 Composição de caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	119	66
Bancos	537	303
Total de disponibilidades	**656**	**369**
CDB - Certificado de depósitos bancários	–	2.118
Aplicação Automática	5.537	–
Total de aplicações financeiras	**5.537**	**2.118**
Total	**6.193**	**2.487**

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Política contábil: As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado. **7.2 Composição de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:**

Operações	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
Fundo exclusivo SIMPAR	530.089	600.621
Total	**530.089**	**600.621**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 10,03% a.a. (em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio foi de 11,89% a.a.). As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da CS Frotas a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5.

8. CONTAS A RECEBER

8.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas ("PECLD" ou "*impairment*"). Para contratos de aluguéis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. A empresa utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. **8.2 Composição das contas a receber:**

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	114.683	67.203
Valores a receber com cartões de crédito	–	–
Receita de locação a faturar	121.518	59.203
Contas a receber - partes relacionadas	104.724	34.058
(–) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber	(8.430)	(4.222)
Total	**332.495**	**156.242**
Ativo circulante	332.483	156.237
Ativo não circulante	12	5
Total	**332.495**	**156.242**

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a empresa não possuía saldo de contas a receber dado em garantia de dívidas. As informações sobre a mensuração ao valor justo e sobre a exposição da empresa a riscos de crédito e de mercado estão incluídas nas notas explicativas 5.2, 5.3 e 5.4. **8.3 A movimentação das perdas esperadas (*impairment*):**

Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(2.567)**
(–) adições	(1.799)
(+) reversões	144
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(4.222)**
(–) adições	(4.517)
(+) reversões	309
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(8.430)**

8.4 Classificação por vencimento e suas respectivas taxas de perdas esperadas:

	31/12/2023					31/12/2022
	Contas a receber	**Perdas esperadas**	**%**	**Total**	**Contas a receber**	**Perdas esperadas**	**%**	**Total**
Total a vencer	**242.182**	**(902)**	**(0,4%)**	**241.280**	**135.687**	**(525)**	**(0,4%)**	**135.162**
Vencidos em até 30 dias	51.708	(330)	(0,6%)	51.378	12.259	(176)	(1,4%)	12.084
Vencidos de 31 a 90 dias	27.450	(502)	(1,8%)	26.948	5.133	(246)	(4,8%)	4.887
Vencidos de 91 a 180 dias	6.530	(1.056)	(16,2%)	5.474	1.895	(440)	(23,2%)	1.454
Vencidos de 181 a 365 dias	5.015	(1.377)	(27,5%)	3.638	1.472	(505)	(34,3%)	967
Vencidos a mais de 365 dias (i)	8.040	(4.263)	(53,0%)	3.777	4.019	(2.331)	(58,0%)	1.688
Total vencidos	**98.743**	**(7.528)**	**(7,6%)**	**91.215**	**24.778**	**(3.697)**	**(14,9%)**	**21.081**
Total	**340.925**	**(8.430)**	**(2,5%)**	**332.495**	**160.465**	**(4.222)**	**(2,6%)**	**156.242**

9. VEÍCULOS DESATIVADOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA

9.1 Política contábil: Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como veículos desativados para renovação da frota, os ativos deixam de ser depreciados. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base do ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. Os veículos desativados para renovação de frota são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **9.2 Desvalorização de ativos:** A Companhia analisa periodicamente a situação de mercado de seus veículos desativados para renovação de frota, que consideram variáveis como: i) preço do carro novo; expectativa de menor aumento de preços nos carros zero km; ii) condições comerciais de compras: reflexo de menores descontos junto às montadoras no período; e iii) mix de carros: safra de compra de carros e ticket médio.

9.3 Composição dos veículos desativados para renovação da frota:

	Custo	**Depreciação acumulada**	**Total**
Custo:			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**93.688**	**(24.417)**	**69.271**
Bens transferidos do imobilizado	208.855	(44.570)	164.285
Bens baixados por venda	(173.704)	40.320	(133.384)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**128.839**	**(28.667)**	**100.172**
Bens transferidos do imobilizado	443.795	(57.158)	386.637
Bens baixados por venda	(369.930)	60.395	(309.535)
(–) Perdas esperadas (*impairment*) (i)	(49.726)	–	(49.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**152.978**	**(25.430)**	**127.548**

(i) Refere-se a provisão para perda (*"Impairment"*) na venda do veículo destinado para renovação da frota, vide detalhe na nota explicativa 21 (i). Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a empresa não tinha ativos mantidos para venda dados em garantia de dívidas.

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na pagina de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10. IMOBILIZADO

10.1 Política contábil: i. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*"impairment"*), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Qualquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **ii. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Baixas:** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. **iv. Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo de bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A CS Frotas adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final de vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. No último trimestre de 2023, uma avaliação foi efetuada e as taxas foram então ajustadas para refletir o cenário atual de mercado. **v. Teste de perda de valor recuperável (*"impairment"*):** Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Taxas médias anuais ponderadas de depreciação aplicada:

Taxa média de depreciação (%)

Itens do imobilizado	31/12/2023	31/12/2022
Veículos	5,82%	5,03%
Máquinas e equipamentos	10,00%	10,00%
Computadores e periféricos	20,00%	20,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4,51%	4,43%
Direito de uso (veículos)	6,53%	29,18%
Direito de uso (imóveis)	24,54%	30,42%

10.2 Composição do imobilizado: As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.798.821**	**6.540**	**716**	**520**	**862**	**–**	**47.703**	**2.306**	**151**	**1.857.619**
Adições	1.286.475	310	–	2.499	357	343	–	5.962	–	1.295.946
Transferência para bens destinados à venda	(208.854)	–	–	–	–	–	–	–	–	(208.854)
Baixa de ativos e outros	(1.720)	–	–	(109)	10	–	–	–	–	(1.819)
Outros	748	–	–	–	–	–	–	–	–	748
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.875.470**	**6.850**	**716**	**2.910**	**1.229**	**343**	**47.703**	**8.268**	**151**	**2.943.640**
Adições	2.231.021	376	–	647	119	596	–	7.403	–	2.240.162
Transferência para bens destinados à venda	(443.795)	–	–	–	–	–	–	–	–	(443.795)
Baixa de ativos e outros	(6.461)	–	–	(1)	–	–	–	(248)	–	(6.710)
Transferências	–	–	760	–	–	(760)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.656.235**	**7.226**	**1.476**	**3.556**	**1.348**	**179**	**47.703**	**15.423**	**151**	**4.733.297**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(62.876)**	**(969)**	**(152)**	**(136)**	**(173)**	**–**	**(30.284)**	**(1.478)**	**(7)**	**(96.075)**
Despesa de depreciação no exercício	(118.644)	(270)	(41)	(202)	(110)	–	(13.918)	(1.697)	–	(134.882)
Transferência para bens destinados à venda	44.570	–	–	–	–	–	–	–	–	44.570
Baixa de ativos e outros	270	–	–	109	10	–	–	–	–	389
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(136.680)**	**(1.239)**	**(193)**	**(229)**	**(273)**	**–**	**(44.202)**	**(3.175)**	**(7)**	**(185.998)**
Despesa de depreciação no exercício	(214.741)	(235)	(41)	(588)	(122)	–	(3.117)	(2.633)	–	(221.477)
Transferência para bens destinados à venda	57.158	–	–	–	–	–	–	–	–	57.158
Baixa de ativos e outros	955	–	–	–	–	–	–	249	–	1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(293.308)**	**(1.474)**	**(234)**	**(817)**	**(395)**	**–**	**(47.319)**	**(5.559)**	**(7)**	**(349.113)**
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.738.790**	**5.611**	**523**	**2.681**	**956**	**343**	**3.501**	**5.093**	**144**	**2.757.642**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.362.927**	**5.752**	**1.242**	**2.739**	**953**	**179**	**384**	**9.864**	**144**	**4.384.184**

11. ANÁLISE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS *(IMPAIRMENT)*

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou quando há indicadores de redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração atualizou seus estudos e os resultados estão detalhados abaixo. **11.1 Redução ao valor recuperável (*"impairment"*) de ativos financeiros:** A CS Frotas reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A CS Frotas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de *"impairment"* aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzido do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a CS Frotas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CS Frotas para a recuperação dos valores devidos. **11.2 Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágio:** O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2023, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	**2023 - %**
Taxas de desconto (*WACC*)	11,08%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,50%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 5 anos	6,33%
Unidades Geradoras de Caixa	**2022 - %**
Taxas de desconto (*WACC*)	12,86%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,30%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 8 anos	5,25%

(i) Lajida: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. Sendo: • Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres; • Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2024 a dezembro de 2028; • Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação; • O valor residual após dezembro 2028 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado assumindo um crescimento de 3,50% a.a, e • Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período (*"mid period"*), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou o teste anual de *impairment*, conforme destacadas acima, e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

12. FORNECEDORES

12.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa efetiva de juros.

12.2 Composição dos fornecedores:

	31/12/2023	31/12/2022
Veículos, máquinas e equipamentos	610.744	291.865
Peças e manutenção	11.866	7.111
Partes relacionadas (nota 17.1)	12.157	6.494
Serviços contratados	18.025	3.480
Outros	1.951	4.857
Total	**654.743**	**313.807**

A informação sobre a exposição da CS Frotas aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontra-se divulgada na nota explicativa 5.4.

13. DEBÊNTURES

13.1 Política contábil: As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **13.2 Composição de debêntures:**

	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão	8ª Emissão	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**5.365**	**48.481**	**45.101**	**80.319**	**–**	**–**	**–**	**179.266**
Juros pagos	(11.586)	(46.233)	(45.848)	(74.749)	(13.006)	(22.749)	–	(214.171)
Juros apropriados	6.221	10.298	11.065	18.681	1.829	2.019	(693)	49.420
Ajuste a valor presente	–	–	–	–	14.189	26.301	75.291	115.781
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**12.546**	**10.318**	**24.251**	**3.012**	**5.571**	**74.598**	**130.296**
Circulante	–	12.546	10.318	24.251	3.012	5.571	73.033	128.731
Não circulante	–	–	–	–	–	–	1.565	1.565
Total	**–**	**12.546**	**10.318**	**24.251**	**3.012**	**5.571**	**74.598**	**130.296**

	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão	8ª Emissão	Total
				Reapresentado nota explicativa 2.6				
Em 31 de dezembro de 2021				**36.951**	**–**	**–**	**–**	**36.951**
Juros pagos				(33.933)	–	–	–	(33.933)
Juros apropriados				–	2.449	(581)	–	1.868
Ajuste a valor presente				2.347	46.032	45.682	80.319	174.380
Saldo 31 de dezembro de 2022				**5.365**	**48.481**	**45.101**	**80.319**	**179.266**
Circulante				5.365	48.481	45.101	80.319	179.266
Não circulante				–	–	–	–	–
Total				**5.365**	**48.481**	**45.101**	**80.319**	**179.266**

A característica da debênture está apresentada na tabela a seguir:

Entidade emissora							**CS Frotas**
Descrição	**1ª Emissão**	**2ª Emissão**	**3ª Emissão**	**4ª Emissão**	**5ª Emissão**	**6ª Emissão**	**8ª Emissão**
a. Identificação do processo por natureza	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**
Instituição financeira	*Movida Participações*	*Movida Participações*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Participações*	*Movida Locação*
Valor da 1ª Série	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	575.000
Valor da 2ª Serie	–	–	–	–	–	–	60.000
Valor total	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	635.000
Emissão	27/12/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	26/12/2023
Captação	27/12/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	26/12/2023
Vencimento	**20/01/2024**	**29/01/2024**	**03/05/2024**	**27/06/2024**	**31/07/2024**	**31/10/2024**	**26/12/2024**
Espécie	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Identificação ativo na CETIP							
b. Taxa de juros efetiva a.a. %							
1ª Série	CDI + 2,00%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%

c. Valor total da dívida

A Empresa realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo: *(i) 1ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 350.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatoria, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 24,34% (vinte e quatro inteiros e trinta e quatro centesimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (ii) 2ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 34.991 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centesimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (iii) 3ª emissão de debêntures simples, em duas séries. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 51.818 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centesimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (iv) 4ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 460.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 140.378 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 31,98% (trinta e um inteiros e noventa e oito centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (v) 5ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 102.500 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 4.401 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 102.500.000 (cento e dois milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 7,13% (sete inteiros e treze centésimos por cento) do capital social da Empresa. quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (vi) 6ª emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 190.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 17.319 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 190.000.000 (cento e noventa milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 13,21% (treze inteiros e vinte e um centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (vii) 8ª emissão de debêntures simples, em série dupla. O valor foi de R$ 635.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 46.766 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 635.000.000 (quinhentos e setenta e cinco milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 44,15% (quarenta e quatro inteiros e quinze centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa.* As debêntures emitidas, estão sujeitas a cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros atrelados ao percentual de dívida e de despesas financeiras em relação ao lucro antes dos impostos, depreciação, amortização, acrescido de custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses (EBITDA) da CS Frotas. Caso não sejam cumpridos, o saldo da dívida pode ter seu vencimento antecipado. Essas debêntures não possuem garantias atreladas. Todos os compromissos de manutenção de índices financeiros estão cumpridos em 31 de dezembro de 2023.

14. ARRENDAMENTO A PAGAR - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

14.1 Política contábil: Contratos de arrendamentos na modalidade de *Leasing* e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo de arrendamentos no início do exercício	**3.045**	**45.121**
Amortização	(3.246)	(44.191)
Juros pagos	–	(445)
Juros apropriados	201	2.560
Passivo de arrendamentos no final do exercício	**–**	**3.045**
Taxa média a.a.	**14,49%**	**15,89%**
Estrutura taxa média	**CDI + 2,17%**	**CDI + 2,17%**
Vencimento	**jun/23**	**jun/23**

15. ARRENDAMENTO A PAGAR - DIREITO DE USO

15.1 Política contábil: No início de um contrato, a empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a CS Frotas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a CS optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A CS Frotas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos de contrato e o tipo de ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência o os créditos de PIS/COFINS: • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a CS alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A CS Frotas apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. Os ativos e passivos por direito de uso estão classificados por classe de ativos. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia se isenta de reconhecimento de ativos por não aplicar os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 para os itens abaixo: • Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial: • Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • Exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • Utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a CS Frotas atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser confirmada no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente a maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2)/IFRS 16. **a) Subarrendamento:** A CS Frotas arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado. Até 31 de dezembro de 2018, de acordo com a CPC 06 (R1)/IAS 17, a Companhia reconheceu os passivos e despesa de arrendamento de veículos em contas específicas de operações entre empresas, pelo valor mensal do arrendamento. A partir de 1° de janeiro de 2019, de acordo com a CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia passou a reconhecer o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, a amortização do direito de uso do ativo de forma linear ao prazo do contrato e os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento como despesa financeira. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do período a medida em que são incorridos **15.2 Composição do arrendamento por direito de uso:** A Empresa arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Empresa é impedida de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento. A Companhia aplicou o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não arrendamento. A Empresa chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Empresa ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Empresa. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12, §33. A Companhia atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratados	Taxa % a.a.
1	11,60%
2	11,24%
3	11,59%
5	11,85%
10	12,56%
15	12,66%
20	12,69%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a CS Frotas é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.203**
Adição	7.155
Baixas	248
Amortização	(5.750)
Juros pagos	(702)
Juros apropriados	635
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Circulante	3.718
Não circulante	7.071
Total	**10.789**

Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	Veículos	Imóveis	31/12/2023	Veículos	Imóveis	31/12/2022
Passivo circulante	592	3.126	3.718	3.973	2.168	6.141
Após 1° ano	–	2.532	2.532	–	1.762	1.762
Após 2° ano	–	2.088	2.088	–	1.138	1.138
Após 3° ano	–	1.434	1.434	–	161	161
Após 4° ano	–	1.017	1.017	–	–	–
Passivo não circulante	–	7.071	7.071	–	3.062	3.062
Total	592	10.197	10.789	3.973	5.230	9.203

A seguir é apresentado quadro o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Ajustado	Valor presente
Contraprestação do Arrendamento		10.789
PIS/COFINS		998

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R$ 998. Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 3,93% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2023:

Fluxos de caixa	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	10.248	10.651
Passivo de arrendamento	10.789	11.213
Despesa de depreciação	254.774	264.787
Despesas financeiras	215.875	224.359

15.3 Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis e de curto prazo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a CS Frotas reconheceu o montante de R$ 2.713 (R$ 1.961 em 31 de dezembro de 2022), referente a gastos relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo. **15.4 Companhia como arrendadora:** Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a CS Frotas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS frotas considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referia à maior parte da vida econômica do ativo. A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data-base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	1.163.993	650.534	200.409	104.589	75.402	–	2.194.927
Total	**1.163.993**	**650.534**	**200.409**	**104.589**	**75.402**	**–**	**2.194.927**

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

16.1 Política contábil: A CS Frotas é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidencias disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: **Cíveis -** Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras. **16.2 Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas:** No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	Depósitos judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	1.658	519	102	–
Total	**1.658**	**519**	**102**	**–**

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a: (i) conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou (ii) valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. **16.3 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas:** As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	–	–
Constituição	–	–
Reversão	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	–

	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	–	–
Constituição	102	102
Reversão	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**102**

16.4 Perdas possíveis não provisionadas no balanço: A Empresa não possui contingências passivas com desfechos classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

17. PARTES RELACIONADAS

17.1 Política contábil: A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1)/IAS 24. A CS Frotas por meio de acordo comercial, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração o preço mínimo de venda pela CS Frotas deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela CS Frotas nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **17.2 Saldos com partes relacionadas (reconhecidos no ativo e no passivo):** Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Adiantamento de terceiros e outros créditos		Dividendos a receber	
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladora						
CS Brasil Participações e Locações S.A.	28.461	28.460	103	11.836	–	–
Movida Participações S.A.	–	169	–	–	–	–
Movida Locação de Veículos S.A.	60.689	188	–	2	–	–
	89.150	**28.629**	**103**	**11.836**	**–**	**–**
Partes relacionadas						
Avante Veículos Ltda	1	–	–	–	–	–
BBC Leasing	2	2	–	–	–	–
BBC Pagamentos	–	2	–	–	–	–
SIMPAR S.A.	1	–	–	–	–	–
CS Brasil Transportes	15.181	4.976	–	103	–	–
JSL S.A.	44	27	521	–	–	–
Movida Locação de Veículos S.A.	–	188	–	2	–	–
Original Veículos Ltda	–	50	–	–	–	–
Graos do Piaui Rod SPE	251	144	–	15	–	–
ATU12	94	42	2	10	–	–
	15.574	**5.429**	**523**	**130**	**–**	**–**
Total	**104.724**	**34.058**	**626**	**11.966**	**–**	**–**

	Fornecedores		Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		Outras contas a pagar	
Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladora						
CS Brasil Participações e Locações S.A.	3.335	2.458	878	6.510	–	2.272
Movida Participações S.A.	1.889	–	–	–	22.581	14.664
Movida Locação de Veículos S.A.	4.764	442	17.400	5.407	108.345	269.484
	9.988	**2.458**	**18.278**	**6.510**	**130.926**	**16.936**
Partes relacionadas						
BBC Leasing	–	1	–	–	–	–
BBC Pagamentos	7	1	–	–	–	–
SIMPAR S.A.	–	–	–	–	2	–
SIMPAR Empreend. Imob.	–	–	–	–	65	–
CS Brasil Transportes	964	3.301	–	–	334	19.419
JSL S.A.	320	226	–	–	37	18
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	19	–	–	–	–	–
Movida Locação de Veículos S.A.	–	442	–	5.407	–	269.484
Original Veículos Ltda.	75	59	–	–	–	–
Ponto Veículos Ltda.	–	2	–	–	–	–
Quick Logística Ltda.	28	5	–	–	–	–
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	–	–	–	–	–	35
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	14	–	–	–	–	24
Transmoreno	742	–	–	–	62	61
	2.169	**4.038**	**–**	**5.407**	**500**	**289.041**
Total	**12.157**	**6.496**	**18.278**	**11.917**	**131.426**	**305.977**

17.3 Transações com a empresa controladora: 17.3.1 Ativo

Ativo	Transação	Especificação
Movida Part.	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
Movida Locação	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
CS Brasil Part.	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas

17.3.2 Passivo

Passivo	Transação	Especificação
Movida Part.	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas
Movida Locação	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas
CS Brasil Part.	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas

17.4 Saldos com partes relacionadas: 17.4.1 Ativo:

Ativo	Relação	Especificação
ATU12	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
American Star Veic. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Autostar Comercial S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Autostar Sweden C I S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Auto Green	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BMB Mode Center S/A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Borgato Serviços Agrícolas S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Borgato Máquinas Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Frotas	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Infra S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Holding	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ciclus Ambient Brasil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Cvk Auto Comércio	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Drive On Holidays C.A.V	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Euro Import. Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Fadel Transporte	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Green Ville Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Graos do Piaui Conc. Rod.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Instituto Julio Simões	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Ic Transportes Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Marbor Locadora Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mediogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Ponto Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Pronto Express Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Quick Logística Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transmoreno Transp. Logist. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transport. Rodomeu Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Truckvan Industria Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Uab Motors Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Unit Auto Aricanduva	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
United Auto Nagoya	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Máquinas Equip. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Com. Máq. Agric. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Green Yalla	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
HM Com. Man. Empilhadeiras.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Saga Indiana	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Provence CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Turim	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Grand Tour CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Xangai CVPS Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Sinal Serv. de Integ. Indus.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Sul Import Veículos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas

17.4.2 Passivo:

Passivo	Relação	Especificação
ATU12	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
American Star Veic. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Autostar comercial S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Autostar Sweden C I S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Auto Green	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BMB Mode Center S/A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Borgato Serviços Agrícolas S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Borgato Máquinas Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Frotas	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Infra S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Holding	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Ciclus Ambient. Brasil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Cvk Auto Comércio	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Drive On Holidays C.A.V	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Euro Import Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Fadel Transporte	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Green Ville Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Graos do Piaui Conc. Rod.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Instituto Julio Simões	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
IC Transportes Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Marbor Locadora Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mediogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Ponto Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Pronto Express Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Quick Logística Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transmoreno Transp. Logist. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transport Rodomeu Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Truckvan Industria Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Uab Motors Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Relação	Especificação
Unit Auto Aricanduva	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
United Auto Nagoya	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Máquinas Equip. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Com. Maq. Agric. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Green Yalla	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
HM Com. Man. Empilhadeiras	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Saga Indiana	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Provence CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Turim	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Grand Tour CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Xangai CVPS Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Sinal Serv. de Integ. Indus.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Sul Import. Veículos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado

17.5 Transações entre partes relacionadas com efeito na demonstração do resultado:

Resultado	Receita de prestação de serviços		Custo da prestação de serviços		Receita de renovação de frota		Custo da renovação de frota		Receita administrativa		Despesa administrativa		Receita financeira		Despesa financeira	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladas																
CS Brasil Participações e Locações S.A.	–	–	(11.466)	(26.491)	–	–	–	–	–	–	–	(6.107)	–	6.107	–	–
Movida Participações S/A	669	339	(7.885)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(54.869)	(48.597)
Movida Locação de Veículos S.A.	1.658	2.355	(4.395)	(1.176)	–	–	–	–	–	–	(13)	(3.782)	–	3.782	(157.753)	(23.296)
Subtotal	**2.327**	**2.694**	**(23.746)**	**(27.666)**	–	–	–	–	–	–	**(13)**	**(9.889)**	–	**9.889**	**(212.622)**	**(71.893)**
Transações com partes relacionadas																
JSL S.A.	502	–	(275)	(161)	91	–	(91)	–	–	–	(118)	(10)	–	–	–	–
SIMPAR S.A.	–	–	(10)	(1)	–	–	–	–	–	–	(19)	(2)	–	–	–	–
SIMPAR Empreend. Imob.	–	–	(65)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
CS Brasil Transportes	6.703	7.278	(2.100)	(1.576)	2.242	6.647	(2.242)	(6.647)	16	6	(4)	–	–	–	–	–
CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	–	–	–	–	53	–	(53)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ponto Veículos Ltda.	–	77	–	(2)	–	100	–	(100)	–	–	–	–	–	–	–	–
Avante Veículos Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Original Veículos Ltda.	–	–	(84)	(957)	–	1.131	–	(1.131)	–	–	(2)	(3)	–	–	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi S.A.	458	–	(175)	(133)	102	–	(102)	–	1	–	(3)	–	–	–	–	–
Vamos Seminovos	–	–	(3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
BBC Leasing	–	2	–	–	–	653	–	(653)	–	–	–	–	–	–	–	–
BBC Pagamentos	–	–	(50)	(54)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mogi Mob. Trans. Pass. Ltda.	–	–	(63)	(79)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transirio Caminhões Ônibus	–	–	(18)	(14)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transmoreno	–	–	(534)	(61)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
TPG Transp. Passageiros	–	–	(22)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Quick Logística	–	–	(280)	(333)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	**7.663**	**7.357**	**(3.679)**	**(3.372)**	**2.488**	**8.531**	**(2.488)**	**(8.531)**	**17**	**6**	**(146)**	**(15)**	–	–	–	–
Total	**9.990**	**10.051**	**(27.425)**	**(31.038)**	**2.488**	**8.531**	**(2.488)**	**(9.531)**	**17**	**6**	**(159)**	**(9.904)**	–	**9.889**	**(212.622)**	**(71.893)**

17.6 Remuneração dos administradores: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração paga ao pessoal chave da administração, incluindo encargos, foi de R$ 3.757 (R$ 5.216 em 31 de dezembro de 2022). A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, exceto pelo plano de opções e ações restritas, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa	2.103	2.062
Remuneração variável	1.277	1.989
Benefícios	35	57
Remuneração baseada em ações	342	1.108
Total	**3.757**	**5.216**

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.1 Política contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela CS Frotas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição fiscal sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da CS Frotas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **18.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	41.789	15.568
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.380	12
Perdas esperadas (*"Impairment"*) de contas a receber	2.867	1.436
Perda na desvalorização de ativos (impairment)	16.907	–
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo IFRS 16/CPC 06 (R2)	185	207
Outras provisões	–	43
Total do imposto diferido ativo	**64.128**	**17.266**
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	(11.639)	(5.778)
Depreciação econômica vs. fiscal	(253.494)	(141.860)
Imobilização leasing financeiro	(39.749)	(38.736)
Outros	1.021	977
Total do imposto diferido passivo	**(303.861)**	**(185.417)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(239.733)**	**(168.151)**
Tributos diferidos ativos	–	–
Tributos diferidos passivos	(239.733)	(168.151)
Total débitos fiscais, líquidos	**(239.733)**	**(168.151)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**(92.024)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(76.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**(168.151)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(71.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**(239.733)**

18.3 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social: As despesas correntes de IRPJ e CSL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente. A declaração de imposto de renda da CS Frotas está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**210.387**	**236.094**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(71.532)**	**(80.272)**
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	–	4.216
Despesas indedutíveis	–	(5)
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	(53)	–
Outras exclusões/Outras adições	3	(66)
IRPJ e CSLL apurados	**(71.582)**	**(76.127)**
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	(71.582)	(76.127)
IRPJ e CSLL no resultado	**(71.582)**	**(76.127)**
Alíquotas efetivas	-34,02%	-32,24%

18.4 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado:

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.800**	**4.800**
Pagamento de IRPJ/CSLL	3.033	3.033
Antecipação de IRPJ/CSLL	4.651	4.651
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**12.484**	**12.484**
Antecipação de IRPJ/CSLL	24.397	24.397
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.881**	**36.881**

18.5 Prazo estimado de realização: Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2023 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

Ano	R$ Mil
2024	13.568
2025	28.221
Total	**41.789**

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 1.438.222.201 (R$ 1.378.222.201 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 1.438.222.201 quotas sem valor nominal pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação. (Em 31 de dezembro de 2022 eram 1.378.222.201 quotas pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.378.222**	**1.378.222.201**
Aumento de capital (ii)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.378.222**	**1.378.222.201**
Aumento de capital (ii)	60.000	60.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.438.222.201**

19.2 Reserva de lucro: Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da CS Frotas, como previsto § 4° do art. 182 da Lei n° 6.404/76. Conforme § 6° do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei n° 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital. As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R$ 23.906 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 16.420 em 31 de dezembro de 2022); Lucros retidos, no montante de R$ 412.712 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 312.755 em 31 de dezembro de 2022); Lucro acumulado, no montante de R$ 0 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022); AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) no montante de R$ 55.170 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 60.000 em 31 de dezembro de 2022). **19.3 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio: 19.3.1 Política contábil: Distribuição de dividendos:** Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: i. 5% destinados à constituição de reserva legal; e ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os cálculos e as movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir. **19.3.2 Composição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:**

	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.914**
Juros sobre o capital próprio pagos	(4.538)
Distribuição de lucros	12.400
IRRF	(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.916**
Juros sobre o capital próprio pagos	(25.000)
Distribuição de lucros	31.362
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.278**

20. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

20.1 Política contábil: As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a empresa tem de receber pela contraprestação dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita: i) Receita de prestação de serviços (locação de veículos): A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais. ii) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços: A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. **20.2 Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços:** A tabela a seguir, apresenta a composição analítica da receita de contratos com clientes das principais linhas de negócio e momento do reconhecimento da receita. Inclui também a conciliação da composição analítica da receita da Empresa:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de locação (i)	1.055.539	684.860
Receita de venda de ativos desmobilizados (ii)	338.822	163.782
Receita bruta	**1.394.361**	**848.642**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Impostos incidentes sobre as receitas (iii)	(97.455)	(63.094)
Devoluções e abatimentos	(3.853)	(4.961)
(–) Deduções da receita	**(101.308)**	**(68.055)**
Receita líquida total	**1.293.053**	**780.587**
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	338.823	163.782
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	954.230	616.805
Receita líquida total	**1.293.053**	**780.587**

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos. (ii) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 (R2)/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente. (iii) Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

21. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(309.535)	(133.394)
Despesas com pessoal	(46.074)	(31.735)
Depreciação, amortização e desvalorização impairment de ativos (i)	(271.298)	(134.964)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.208)	(1.655)
Comunicação e publicidade	(479)	(512)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(2.427)	(1.560)
Gastos e manutenções com veículos	(303.017)	(215.404)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	79.522	59.005
Custos na venda de veículos avariados	(3.257)	(1.337)
Serviços contratados de terceiros	(11.708)	(9.460)
Aluguel de imóveis	(2.713)	(1.961)
Outras receitas (despesas)	(16.529)	(10.873)
Total	**(891.725)**	**(483.860)**
(–) Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(852.984)	(457.709)
Despesas comerciais	(9.997)	(4.795)
Despesas administrativas	(24.186)	(20.695)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.208)	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(350)	994
Total	**(891.725)**	**(483.860)**

(i) O valor total de R$ (271.298) é composto da seguinte forma: (a) R$ (49.726) referentes a desvalorização (impairment) de veículos para renovação da frota ao final de dezembro de 2023 para ajuste do valor residual à atual condição de mercado. (nota 9); (b) R$ (221.572) referentes a depreciações e amortizações correntes.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	23.661	16.187
Juros recebidos	2	22
Outras receitas financeiras	1.271	275
Outras receitas financeiras	964	275
Receita de variação monetária sobre aplicações financeiras	307	–
Receita financeira total	**24.934**	**16.484**
Total de juros e encargos, sobre empréstimos devidos		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre debêntures	(49.420)	–
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(201)	(3.109)
Juros sobre arrendamento de direito de uso - IFRS 16	(635)	(1.020)
Total de juros e encargos sobre dívidas	**(50.256)**	**(4.129)**
Despesas com taxas e impostos financeiros	(2.194)	(945)
Juros de outros passivos	(30)	(143)
Outras despesas financeiras	(193)	(6)
Total outras despesas financeiras	**(2.417)**	**(1.094)**
Despesas financeiras totais	**(52.673)**	**(5.223)**
Resultado financeiro líquido	**(27.739)**	**11.261**

23. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e IAS 07 - *Statement of Cash Flows*. **23.1 Aquisição de ativo imobilizado:** A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições do imobilizado (nota 10)	2.240.162	1.286.475
Adições de direito de uso por arrendamento (nota 15)	(7.403)	(5.962)
Saldo das adições do período liquidadas com fluxos de caixa	**2.232.759**	**1.280.513**
Fornecedores montadoras	(318.879)	40.877
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**1.913.880**	**1.321.390**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo imobilizado para operacional	1.912.142	1.327.352
Caixa para compra de ativo imobilizado para investimento	1.738	(5.962)
Total	**1.913.880**	**1.321.390**

23.2 Aquisição de ativo intangível:

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições do intangível	960	780
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**960**	**780**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo intangível para investimento	960	780
Total	**960**	**780**

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes a serem reportados de 01 de janeiro de 2024 até a data de divulgação 29 de abril de 2024.

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-5BE12CF10D31

continuação

CS BRASIL FROTAS S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP259650/O-3

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis individuais

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações contábeis individuais da CS Brasil Frotas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando a conclusão nesta data.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior - Diretor Financeiro

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações contábeis individuais da CS Brasil Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior - Diretor Financeiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e quotistas - CS Brasil Frotas S.A., **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora
CRC 1SP291166/O-4

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: É com confiança que reportamos os resultados do ano de 2023. Agradeço aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, que, com comprometimento e determinação permitiram as entregas desse ano - período em que registramos importantes avanços e que irão nos permitir seguir evoluindo de forma positiva em 2024. Transformamos nossos indicadores de eficiência e produtividade e seguiremos evoluindo nestas frentes para avanços ainda maiores na nossa rentabilidade. Em 2023 tivemos receita líquida de R$1,3 bilhão com crescimento de 65,7% frente a 2022. Já frota total atingiu 50,1 mil carros no mesmo período, um crescimento de 28,8% frente à frota total de 38,9 mil carros em 2022. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2023. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

1) Sobre a CS Frotas: Há 14 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista. A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros. Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável. Há 2 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista. A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota. A Companhia possui práticas que são referência no mercado: **i) Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada - meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos; **ii) Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e **iii) Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público - da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança. **2) Cenário e Mercado:** O cenário no fim de 2022 era de bastante incerteza, o mercado internacional ainda se reerguia da crise econômica causa pela pandemia da COVID-19 e o Brasil apresentava um cenário de altas taxas de juros e com eleições presidenciais. As estimativas para 2023 do último Boletim Focus do Banco Central de 30/12/2022 era de um IPCA no patamar de 5,3%, crescimento do PIB de 0,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 5,27 e Selic de 12,25% a.a., ou seja, baixo crescimento, inflação moderada e alto patamar de juros. A queda das cotações internacionais das ***commodities*** impactaram positivamente na queda da inflação. Adicionalmente, a fragilidade financeira das famílias começou a melhorar no segundo semestre de 2023. A ampliação do poder de compra das famílias foi canalizada para serviços, o que ajuda a compreender o papel desempenhado pelo setor no crescimento do PIB em 2023. Por sua vez, a expansão do setor de serviços, geralmente intensivo em mão de obra, ajudou a taxa de desemprego fechar o ano de 2023 no nível de 7,8%, menor patamar registrado desde 2014 e uma queda de 1,8 ponto percentual em relação a 2022 (9,6%), mesmo com os resultados negativos da indústria de transformação. A indústria de transformação apresentou quadro estagnação em 2023 mesmo com cenário de crescimento econômico nos demais setores. O PIB de 2023 foi liderado pelo crescimento de serviços e agropecuária e deterioração da indústria. Assim, é esperado um crescimento do PIB no patamar de 3,2% para 2023, acima do projetado pelo Boletim Focus para o ano. Para 2024, segundo o Boletim Focus mais recente de 15 de março de 2024, é esperado um crescimento do PIB de 1,8%, IPCA no patamar de 3,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 4,95 e Selic de 9% a.a., ou seja, um ligeiro crescimento do PIB com IPCA dentro da meta de inflação mas com uma Selic em patamares inferiores em 2024. A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Banco Central de novembro de 2023 destacou que das 22 atividades que compõem o índice de turismo, o transporte aéreo de passageiros teve o maior impacto negativo influenciado pelo aumento do preço das passagens. Isso gerou uma pressão negativa para o setor de transportes, para as atividades turísticas e para os serviços como um todo. Outro fator a impactar o turismo no mês foi a menor receita real vinda da locação de automóveis, pelo mesmo motivo, já que o aluguel de veículos, mensurado pelo IPCA, subiu 8,27% em novembro de 2023. A produção de automóveis e comerciais leves cresceu 1,3% no comparativo de 2023 com 2022, segundo dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), atingindo a produção de 2,2 milhões de veículos no período. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a inflação acumulada do ano de 2023 sobre o preço do carro novo foi de 2,37%, ao passo que em 2022 foi de 9,36%. Já em 2024, segundo a consultoria automotiva KBB, o valor médio dos carros novos ano-modelo 2024 no Brasil subiu 0,54% em janeiro de 2024 que, se a tendência seguir, seria um repasse de preço perto da inflação. Já para o mercado de Seminovos é esperado uma queda em 2024, conforme projeção da SINDIVEL, justificada pela perspectiva da queda da inadimplência, na redução das taxas de juros e na oferta um pouco maior de veículos em 2024. Em junho de 2023, governo federal anunciou a Medida Provisória 1.175/23 que estabeleceu mecanismos de desconto nos preços dos veículos, patrocinado pelo governo, para facilitar a compra de veículos mais sustentáveis por pessoas físicas e jurídicas. O programa previa a redução do preço de automóveis, caminhões, ônibus e vans como incentivo à renovação da frota. No total, o governo destinaria R$ 1,5 bilhão em créditos tributários - R$ 500 milhões para estímulo à troca por carros menos poluentes, R$ 700 milhões para caminhões e R$ 300 milhões para ônibus e vans. Para viabilizar a redução nos preços dos veículos, as montadoras receberam do governo créditos tributários para oferecer um desconto patrocinado, abatido diretamente do valor final, entre i) R$ 2 mil a R$ 8 mil nos carros; ii) R$ 33,6 mil a R$ 80,3 mil nos caminhões; e iii) R$ 38 mil a R$ 99,4 mil nos ônibus e vans. O programa foi temporário com duração de quatro meses. Em 2023 foram vendidos quase 14,5 milhões de automóveis, comerciais leves, pesados e motos seminovos e usados vendidos no Brasil, um aumento de 8,7% em relação a 2022, quando foram vendidos 13,3 milhões de veículos, segundo dados da FENAUTO. Foi o terceiro melhor resultado do setor na série histórica, ficando atrás apenas de 2021, quando foram comercializados mais de 15 milhões de veículos seminovos e usados, e 2019, com 14,6 milhões. Considerando apenas as vendas por dias úteis, 2023 foi melhor até do que 2019, com 9,1 mil veículos negociados diariamente. O acumulado de vendas de veículos com 13 anos, ou mais, foi o mais expressivo, com um crescimento de 13,5% em relação a 2022, chegando a um total de 5,0 milhões unidades no ano. A projeção da Fenauto é que 2024 consiga registrar a melhor marca da história do mercado de seminovos e usados. No entanto, considerando somente o mercado de Seminovos de 1 a 3 anos divulgado pela FENAUTO em 2023 tivemos a venda de 1,0 milhão de veículos frente 1,1 milhão de veículos em 2022. Por fim, a Companhia segue confiante com as perspectivas positivas no mercado de aluguel de veículos que demonstra mudança significativa na mentalidade do consumidor quanto à mobilidade e a maneira de se relacionar com o veículo e das empresas quanto a terceirização de suas frotas. No ponto de vista de Seminovos, a Companhia acredita na tendência de melhora no final do ano de 2024 que, conforme já mencionado, possui a projeção de uma Selic em patamares inferiores que poderia beneficiar a oferta de crédito de financiamento de veículos. **3) Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. **4) Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

AVISO - As Demonstrações Financeiras apresentadas a seguir são Demonstrações Financeiras Resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.
As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:
• Central de Downloads - / • Empresas Listadas | B3 / • Estadão RI (estadao.com.br) = https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	6.193	2.487
Títulos e valores mobiliários	7.2	530.089	600.621
Contas a receber	8.2	332.483	156.237
Estoques	–	3.015	2.827
Tributos a recuperar	–	2.621	21.165
Imposto de renda e contribuição social antecipados	18.4	36.881	12.484
Veículos desativados para renovação de frota	9.2	127.548	100.172
Outros ativos	–	47.821	33.455
Total dos ativos circulantes		**1.086.651**	**929.448**
Não circulante			
Contas a receber	8.2	12	5
Tributos a recuperar	–	58	58
Depósitos judiciais	16.2	1.658	519
Outros ativos	–	6.146	631
Total do ativo realizável a longo prazo		**7.874**	**1.213**
Imobilizado	10.2	4.384.184	2.757.642
Intangível	–	4.267	3.402
Total dos ativos não circulantes		**4.396.325**	**2.762.257**
Total do ativo		**5.482.976**	**3.691.705**

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Circulante			
Fornecedores	12.2	654.743	313.807
Debêntures	13.2	128.730	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	3.718	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	–	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	–	8.194	3.604
Tributos a recolher	–	11.053	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	18.278	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	3.702	47.298
Total dos passivos circulantes		**828.418**	**584.401**
Não circulante			
Debêntures	13.2	1.565	–
Arrendamento por direito de uso	15.2	7.071	3.062
Provisões para demandas judiciais e administrativas	16.2	102	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	239.733	168.151
Outras contas a pagar e adiantamentos		142	–
Total dos passivos não circulantes		**248.613**	**171.213**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	1.438.222	1.378.222
Reservas de capital	–	1.912.707	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	669.846	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital		385.170	60.000
Total do patrimônio líquido		**4.405.945**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.482.976**	**3.691.705**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	–	373.589	306.120
Ajuste para:			
Depreciação, amortização e impairment de ativos	21	271.298	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	309.535	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	4.208	1.655
Baixa de ativos	11.2	5.508	702
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	16.3	102	–
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	50.466	5.448
		1.014.706	**582.191**
Variações no capital circulante liquido operacional			
Contas a receber	9	(180.461)	(45.183)
Estoques	–	(188)	(323)
Fornecedores	12	22.057	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	14.863	(41)
Contas a pagar e adiantamentos		(43.454)	–
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	–	(18.703)	23.184
Variações no capital circulante liquido operacional		**(205.886)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(24.397)	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	–	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(214.873)	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.912.142)	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(2.151.412)**	**(1.370.969)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	70.322	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(2.081.090)**	**(1.609.378)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(2.698)	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.698)**	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	927.500	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(8.996)	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(25.000)	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	385.170	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**1.278.674**	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	–	2.487	9.711
No final do período	–	6.193	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Informações suplementares aos fluxos de caixa			
Aquisição de ativo imobilizado por linhas de financiamento:			–
Por arrendamento de direitos de uso de imobilizado		(7.403)	(5.962)
Fornecedores em aberto		318.879	40.877

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	1.293.053	780.587
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(852.984)	(457.709)
(=) Lucro bruto		**440.069**	**322.878**
Despesas comerciais	21	(9.997)	(4.795)
Despesas administrativas	21	(24.186)	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("***impairment***") de contas a receber	21	(4.208)	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(350)	994
Despesas operacionais, líquidas		**(38.741)**	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**401.328**	**296.727**
Receitas financeiras	22	24.934	16.484
Despesas financeiras	22	(52.673)	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(27.739)**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**373.589**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(71.582)	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(71.582)**	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**302.007**	**229.993**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**302.007**	**229.993**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**302.007**	**299.993**

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros – Reserva legal	Reserva de lucros – Retenção de lucros	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reapresentado nota explicativa 2.6					
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.378.222**	**313.646**	**–**	**8.421**	**173.187**	**–**	**1.873.476**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	60.000	–		–	60.000
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	–	960.000		–	–	–	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	–	(174.978)		–	–	–	(174.978)
Lucro líquido do exercício	–	–	–		–	–	229.993	229.993
Reserva legal	–	–	–		11.500		(11.500)	–
Juros sobre capital próprio distribuidos	19.2.2	–	–		–		(12.400)	(12.400)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–		–	206.093	(206.093)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.378.222**	**1.098.668**	**60.000**	**19.921**	**379.280**	**–**	**2.936.091**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	385.170	–		–	385.170
Aumento de capital	–	60.000	–	(60.000)	–	–	–	–
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	–	927.500		–	–	–	927.500
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	–	(113.461)		–	–	–	(113.461)
Lucro líquido do exercício	–	–	–		–	–	302.007	302.007
Reserva legal	–	–	–		15.100		(15.100)	–
Juros sobre capital próprio distribuidos	19.2.2	–	–		–		(31.362)	(31.362)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–		–	255.545	(255.545)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações") com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo a qual detém 25,40% de participação direta. Que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista. A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") também é controlada direta da Movida Locação de Veículos S.A. (Movida Locação) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 60,96% de participação direta que atua no segmento de locação de veículos leves ('rent a car') e tem como objeto social principalmente a locação de veículos automotores, administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos sob o regime de franquia empresarial, assessoria de tecnologia aos franqueados, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais e intermediação da locação de veículos no Brasil. E também é controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 13,64% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ("rent a car" ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). Como consequência e visando a consecução das atividades de locação. Em 26 de julho de 2021, foi celebrado um contrato de venda para a Movida Participações S.A., de 100% do capital da CS Brasil Participações S.A. e sua controlada direta CS Frotas Ltda. A reestruturação foi efetuada mediante aumento de capital realizado pela Movida Participações S.A., no valor total de R$ 583.480 com a emissão de 63.381.072 novas ações ordinárias pela aquisição do

continua →

continuação

CS BRASIL FROTAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

referido investimento com parte relacionada. Em 07 de dezembro de 2021, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alterxação da razão social para CS Brasil Frotas S.A. Em 28 de dezembro de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A aprovou a Cisão Parcial da CS Participações transferindo para a Movida Locações. Pertencentes ao mesmo grupo econômicos, entendem que a cisão parcial se insere no contexto da reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da CS Participações e será realizada tendo em vista a necessidade de segregação e redistribuição de determinados ativos e passivos da CS Participações em outra estrutura societária, visando otimizar sua estrutura e permitir que seus acionistas possam realocar tais ativos e passivos com maior eficiência. A Parcela cindida é composta (i) pelo investimento na CS Brasil Frotas S.A. ("CS Frotas"), sociedade operacional, correspondente a 557.587.450 ações de sua emissão, representativas de, aproximadamente, 40,45% de seu capital socialtotal avaliados e (ii) pelo saldo passivo referente aos débitos da totalidade das 600.000 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única realizada pela CS Participações em 10 de dezembro de 2020 e avaliado, segundo o Laudo de Avaliação, em R$ 620.339. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício: 1.1.1 Decisão Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre a coisa julgada e matéria tributaria o fim da "coisa julgada":** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que julgamentos individuais tidos como definitivos (decisões transitadas em julgado), favoráveis aos contribuintes, perderão suas eficácias caso o Tribunal venha, posteriormente, a se pronunciar contrariamente às teses defendidas pelos contribuintes. Por maioria de votos, foi decidido que a perda dos efeitos das decisões individuais será imediata, sem necessidade de propositura de ações rescisórias, e que os tributos e/ou contribuições em questão passarão a ser devidos a partir da data da publicação da decisão do STF (contrária ao contribuinte), respeitadas as regras constitucionais de irretroatividade e anterioridade. A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, em decorrência desta decisão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS® "), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Uso de estimativas, julgamento e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.2.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia. **2.2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 18.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 10; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 9; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 11; e) Perdas esperadas ("***impairment***") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 16; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 5.3. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação, ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS na nota explicativa 5. **2.5. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. ("Movida Europe"), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo ("Emissora"), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (Tank-to-Wheel) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (upstream) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado pela companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. **2.6. Reclassificação dos saldos comparativos:** Em 2023, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo do Ajuste a Valor Presente das debêntures conversíveis em ações, todos no exercício de 2022, nos montantes de: • R$ 104.176 no grupo de debêntures, no passivo; • R$ 34.150 no grupo de Reservas de capital no patrimônio líquido; • R$ 34.150 no grupo de Ajuste do Valor Presente da demonstração de mutação do patrimônio líquido; • R$ 70.026 no grupo de despesas financeiras na Demonstração do Resultado do Exercício; A referida correção afetou o passivo circulante, demonstração do resultado do exercício, demonstração de mutação do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa, de 31 de dezembro de 2022 e de 1º de janeiro de 2022 nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Conforme demonstrados nos quadros abaixo:

Balanço Patrimonial		31/12/2022		
Passivo	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Circulante				
Fornecedores	12.2	313.807	–	313.807
Debêntures	13.2	283.442	(104.176)	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	6.141	–	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	3.045	–	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	–	3.604	–	3.604
Tributos a recolher	–	19.324	–	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	11.916	–	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	47.298	–	47.298
Total dos passivos circulantes		**688.577**	**(104.176)**	**584.401**
Não circulante				
Arrendamento por direito de uso	15.2	3.062	–	3.062
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	168.151	–	168.151
Total dos passivos não circulantes		**171.213**	**–**	**171.213**
Patrimônio líquido				
Capital social	19.1	1.378.222	–	1.378.222
Reservas de capital	–	1.064.518	34.150	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	329.175	70.026	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	60.000	–	60.000
Total do patrimônio líquido		**2.831.915**	**104.176**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.691.705**	**–**	**3.691.705**

Demonstração do resultado

		31/12/2022		
Demonstração de Resultado	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	780.587	–	780.587
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(457.709)	–	(457.709)
(=) Lucro bruto		**322.878**	**–**	**322.878**
Despesas comerciais	21	(4.795)	–	(4.795)
Despesas administrativas	21	(20.695)	–	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("***impairment***") de contas a receber	21	(1.655)	–	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	994	–	994
Despesas operacionais, líquidas		**(26.151)**	**–**	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**296.727**	**–**	**296.727**
Receitas financeiras	22	16.484	–	16.484
Despesas financeiras	22	(77.117)	70.026	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(60.633)**	**70.026**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**236.094**	**70.026**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(76.127)	–	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(76.127)**	**–**	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**159.967**	**70.026**	**229.993**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Nota	Reservas de capital - Divulgado	Reservas de capital - Ajuste	Reservas de capital - Reapresentado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		313.646	–	313.646
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	960.000	–	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	(209.128)	34.150	(174.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.064.518**	**34.150**	**1.098.668**

Demonstração do Fluxo de Caixa		31/12/2022		
	Nota	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.2	236.094	70.026	306.120
Ajuste para:			–	
Depreciação e amortização	21	134.882	–	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	133.384	–	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	1.655	–	1.655
Baixa de ativos	11.2	702	–	702
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	75.474	(70.026)	5.448
		582.191	**–**	**582.191**
Variações no capital circulante liquido operacional				
Contas a receber	9	(45.183)	–	(45.183)
Estoques	–	(323)	–	(323)
Fornecedores	12	92.818	–	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	(41)	–	(41)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	–	23.780	(596)	23.184
Variações no capital circulante liquido operacional		**71.051**	**(596)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(7.684)	–	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	(15)	–	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(36.513)	596	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.327.352)	–	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(1.371.564)**	**596**	**(1.370.968)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	(238.409)	–	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(1.609.973)**	**596**	**(1.609.377)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(4.289)	–	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(4.289)**	**–**	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	960.000	–	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(59.806)	–	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(6.398)	–	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	60.000	–	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**953.796**	**–**	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	**–**	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa				–
No início do período	–	9.711	–	9.711
No final do período	–	2.487	–	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	**–**	**(7.224)**
				–
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				–
Adição de arrendamentos por direito de uso		(5.962)		(5.962)
Variação no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar		40.877		40.877

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP259650/O-3

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando a conclusão nesta data.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Tolentino Soares Junior
Diretor Financeiro

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Tolentino Soares Junior
Diretor Financeiro

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

CS BRASIL FROTAS S.A.

CNPJ/MF Nº 27.595.780/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Mensagem da Administração: É com confiança que reportamos os resultados do ano de 2023. Agradeço aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, que, com comprometimento e determinação permitiram as entregas desse ano - período em que registramos importantes avanços e que irão nos permitir seguir evoluindo de forma positiva em 2024. Transformamos nossos indicadores de eficiência e produtividade e seguiremos evoluindo nestas frentes para avanços ainda maiores na nossa rentabilidade. Em 2023 tivemos receita líquida de R$1,3 bilhão com crescimento de 65,7% frente a 2022. Já frota total atingiu 50,1 mil carros no mesmo período, um crescimento de 28,8% frente à frota total de 38,9 mil carros em 2022. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2023. Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios. Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

1) Sobre a CS Frotas: Há 14 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista. A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros. Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável. Há 2 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista. A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota. A Companhia possui práticas que são referência no mercado: **i) Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada - meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos; **ii) Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e **iii) Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público - da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança. **2) Cenário e Mercado:** O cenário no fim de 2022 era de bastante incerteza, o mercado internacional ainda se reerguia da crise econômica causa pela pandemia da COVID-19 e o Brasil apresentava um cenário de altas taxas de juros e com eleições presidenciais. As estimativas para 2023 do último Boletim Focus do Banco Central de 30/12/2022 era de um IPCA no patamar de 5,3%, crescimento do PIB de 0,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 5,27 e Selic de 12,25% a.a., ou seja, baixo crescimento, inflação moderada e alto patamar de juros. A queda das cotações internacionais das *commodities* impactaram positivamente na queda da inflação. Adicionalmente, a fragilidade financeira das famílias começou a melhorar no segundo semestre de 2023. A ampliação do poder de compra das famílias foi canalizada para serviços, o que ajuda a compreender o papel desempenhado pelo setor no crescimento do PIB em 2023. Por sua vez, a expansão do setor de serviços, geralmente intensivo em mão de obra, ajudou a taxa de desemprego fechar o ano de 2023 no nível de 7,8%, menor patamar registrado desde 2014 e uma queda de 1,8 ponto percentual em relação a 2022 (9,6%), mesmo com os resultados negativos da indústria de transformação. A indústria de transformação apresentou quadro estagnação em 2023 mesmo com cenário de crescimento econômico nos demais setores. O PIB de 2023 foi liderado pelo crescimento de serviços e agropecuária e deterioração da indústria. Assim, é esperado um crescimento do PIB no patamar de 3,2% para 2023, acima do projetado pelo Boletim Focus para o ano. Para 2024, segundo o Boletim Focus mais recente de 15 de março de 2024, é esperado um crescimento do PIB de 1,8%, IPCA no patamar de 3,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 4,95 e Selic de 9% a.a., ou seja, um ligeiro crescimento do PIB com IPCA dentro da meta de inflação mas com uma Selic em patamares inferiores em 2024. A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Banco Central de novembro de 2023 destacou que das 22 atividades que compõem o índice de turismo, o transporte aéreo de passageiros teve o maior impacto negativo influenciado pelo aumento do preço das passagens. Isso gerou uma pressão negativa para o setor de transportes, para as atividades turísticas e para os serviços como um todo. Outro fator a impactar o turismo no mês foi a menor receita real vinda da locação de automóveis, pelo mesmo motivo, já que o aluguel de veículos, mensurado pelo IPCA, subiu 8,27% em novembro de 2023. A produção de automóveis e comerciais leves cresceu 1,3% no comparativo de 2023 com 2022, segundo dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), atingindo a produção de 2,2 milhões de veículos no período. De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a inflação acumulada do ano de 2023 sobre o preço do carro novo foi de 2,37%, ao passo que em 2022 foi de 9,36%. Já em 2024, segundo a consultoria automotiva KBB, o valor médio dos carros novos ano-modelo 2024 no Brasil subiu 0,54% em janeiro de 2024 que, se a tendência seguir, seria um repasse de preço perto da inflação. Já para o mercado de Seminovos é esperado uma queda em 2024, conforme projeção da SINDIVEL, justificada pela perspectiva da queda da inadimplência, na redução das taxas de juros e na oferta um pouco maior de veículos em 2024. Em junho de 2023, governo federal anunciou a Medida Provisória 1.175/23 que estabeleceu mecanismos de desconto nos preços dos veículos, patrocinado pelo governo, para facilitar a compra de veículos mais sustentáveis por pessoas físicas e jurídicas. O programa previa a redução do preço de automóveis, caminhões, ônibus e vans como incentivo à renovação da frota. No total, o governo destinaria R$ 1,5 bilhão em créditos tributários - R$ 500 milhões para estímulo à troca por carros menos poluentes, R$ 700 milhões para caminhões e R$ 300 milhões para ônibus e vans. Para viabilizar a redução nos preços dos veículos, as montadoras receberam do governo créditos tributários para oferecer um desconto patrocinado, abatido diretamente do valor final, entre i) R$ 2 mil a R$ 8 mil nos carros; ii) R$ 33,6 mil a R$ 80,3 mil nos caminhões; e iii) R$ 38 mil a R$ 99,4 mil nos ônibus e vans. O programa foi temporário com duração de quatro meses. Em 2023 foram vendidos quase 14,5 milhões de automóveis, comerciais leves, pesados e motos seminovos e usados vendidos no Brasil, um aumento de 8,7% em relação a 2022, quando foram vendidos 13,3 milhões de veículos, segundo dados da FENAUTO. Foi o terceiro melhor resultado do setor na série histórica, ficando atrás apenas de 2021, quando foram comercializados mais de 15 milhões de veículos seminovos e usados, e 2019, com 14,6 milhões. Considerando apenas as vendas por dias úteis, 2023 foi melhor até do que 2019, com 9,1 mil veículos negociados diariamente. O acumulado de vendas de veículos com 13 anos, ou mais, foi o mais expressivo, com um crescimento de 13,5% em relação a 2022, chegando a um total de 5,0 milhões unidades no ano. A projeção da Fenauto é que 2024 consiga registrar a melhor marca da história do mercado de seminovos e usados. No entanto, considerando somente o mercado de Seminovos de 1 a 3 anos divulgado pela FENAUTO em 2023 tivemos a venda de 1,0 milhão de veículos frente 1,1 milhão de veículos em 2022. Por fim, a Companhia segue confiante com as perspectivas positivas no mercado de aluguel de veículos que demonstra mudança significativa na mentalidade do consumidor quanto à mobilidade e a maneira de se relacionar com o veículo e das empresas quanto a terceirização de suas frotas. No ponto de vista de Seminovos, a Companhia acredita na tendência de melhora no final do ano de 2024 que, conforme já mencionado, possui a projeção de uma Selic em patamares inferiores que poderia beneficiar a oferta de crédito de financiamento de veículos. **3) Auditoria Independente:** Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("PricewaterhouseCoopers"), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. **4) Declaração da Diretoria:** Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

BALANÇOS PATRIMONIAIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	6.193	2.487
Títulos e valores mobiliários	7.2	530.089	600.621
Contas a receber	8.2	332.483	156.237
Estoques	–	3.015	2.827
Tributos a recuperar	–	2.621	21.165
Imposto de renda e contribuição social antecipados	18.4	36.881	12.484
Veículos desativados para renovação de frota	9.2	127.548	100.172
Outros ativos	–	47.821	33.455
Total dos ativos circulantes		**1.086.651**	**929.448**
Não circulante			
Contas a receber	8.2	12	5
Tributos a recuperar	–	58	58
Depósitos judiciais	16.2	1.658	519
Outros ativos	–	6.146	631
Total do ativo realizável a longo prazo		**7.874**	**1.213**
Imobilizado	10.2	4.384.184	2.757.642
Intangível	–	4.267	3.402
Total dos ativos não circulantes		**4.396.325**	**2.762.257**
Total do ativo		**5.482.976**	**3.691.705**

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Circulante			
Fornecedores	12.2	654.743	313.807
Debêntures	13.2	128.730	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	3.718	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	–	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	–	8.194	3.604
Tributos a recolher	–	11.053	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	18.278	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	3.702	47.298
Total dos passivos circulantes		**828.418**	**584.401**
Não circulante			
Debêntures	13.2	1.565	–
Arrendamento por direito de uso	15.2	7.071	3.062
Provisões para demandas judiciais e administrativas	16.2	102	–
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	239.733	168.151
Outras contas a pagar e adiantamentos		142	–
Total dos passivos não circulantes		**248.613**	**171.213**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	1.438.222	1.378.222
Reservas de capital	–	1.912.707	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	669.846	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital		385.170	60.000
Total do patrimônio líquido		**4.405.945**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.482.976**	**3.691.705**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

Demonstração de Resultado	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	1.293.053	780.587
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(852.984)	(457.709)
(=) Lucro bruto		**440.069**	**322.878**
Despesas comerciais	21	(9.997)	(4.795)
Despesas administrativas	21	(24.186)	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	21	(4.208)	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(350)	994
Despesas operacionais, líquidas		**(38.741)**	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**401.328**	**296.727**
Receitas financeiras	22	24.934	16.484
Despesas financeiras	22	(52.673)	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(27.739)**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**373.589**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(71.582)	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(71.582)**	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**302.007**	**229.993**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**302.007**	**229.993**
Outros resultados abrangentes	–	–
Resultado abrangente do exercício	**302.007**	**299.993**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	–	373.589	306.120
Ajuste para:			
Depreciação, amortização e impairment de ativos	21	271.298	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	309.535	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	4.208	1.655
Baixa de ativos	11.2	5.508	702
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	16.3	102	–
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	50.466	5.448
		1.014.706	**582.191**
Variações no capital circulante liquido operacional			
Contas a receber	9	(180.461)	(45.183)
Estoques	–	(188)	(323)
Fornecedores	12	22.057	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	14.863	(41)
Contas a pagar e adiantamentos		(43.454)	–
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	–	(18.703)	23.184
Variações no capital circulante liquido operacional		**(205.886)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(24.397)	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	–	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(214.873)	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.912.142)	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(2.151.412)**	**(1.370.969)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	70.322	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(2.081.090)**	**(1.609.378)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(2.698)	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.698)**	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	927.500	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(8.996)	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(25.000)	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	385.170	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**1.278.674**	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	–	2.487	9.711
No final do período	–	6.193	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Informações suplementares aos fluxos de caixa			
Aquisição de ativo imobilizado por linhas de financiamento:			–
Por arrendamento de direitos de uso de imobilizado		(7.403)	(5.962)
Fornecedores em aberto		318.879	40.877

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Retenção de lucros	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reapresentado nota explicativa 2.6					
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.378.222**	**313.646**	**–**	**8.421**	**173.187**	**–**	**1.873.476**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	60.000	–		–	60.000
Emissão de debêntures conversíveis em ações	13.2	–	960.000		–	–	–	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	–	(174.978)		–	–	–	(174.978)
Lucro líquido do exercício	–	–	–		–	–	229.993	229.993
Reserva legal	–	–	–		11.500		(11.500)	–
Juros sobre capital próprio distribuídos	19.2.2	–	–		–		(12.400)	(12.400)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–		–	206.093	(206.093)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.378.222**	**1.098.668**	**60.000**	**19.921**	**379.280**	**–**	**2.936.091**
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	385.170	–		–	385.170
Aumento de capital	–	60.000	–	(60.000)	–	–	–	–
Emissão de debêntures conversíveis em ações	13.2	–	927.500		–	–	–	927.500
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	–	(113.461)		–	–	–	(113.461)
Lucro líquido do exercício	–	–	–		–	–	302.007	302.007
Reserva legal	–	–	–		15.100		(15.100)	–
Juros sobre capital próprio distribuídos	19.2.2	–	–		–		(31.362)	(31.362)
Constituição de reserva para investimento	–	–	–		–	255.545	(255.545)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**–**	**4.405.945**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações") com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo a qual detém 25,40% de participação direta. Que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista. A CS Brasil Frotas S.A. ("Empresa") também é controlada direta da Movida Locação de Veículos S.A. (Movida Locação) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 60,96% de participação direta que atua no segmento de locação de veículos leves ('rent a car') e tem como objeto social principalmente a locação de veículos automotores, administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos sob o regime de franquia empresarial, assessoria de tecnologia aos franqueados, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais e intermediação da locação de veículos no Brasil. E também é controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 13,64% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ("rent a car" ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). Como consequência e visando a consecução das atividades de locação. Em 26 de julho de 2021, foi celebrado um contrato de venda para a Movida Participações S.A., de 100% do capital da CS Brasil Participações S.A. e sua controlada direta CS Frotas Ltda. A reestruturação foi efetuada mediante aumento de capital realizado pela Movida Participações S.A., no valor total de R$ 583.480 com a emissão de 63.381.072 novas ações ordinárias pela aquisição do

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

referido investimento com parte relacionada. Em 07 de dezembro de 2021, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alteração da razão social para CS Brasil Frotas S.A. Em 28 de dezembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A. aprovou a Cisão Parcial da CS Participações transferindo para a Movida Locações. Pertencentes ao mesmo grupo econômico entendem que a cisão parcial se insere no contexto da reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da CS Participações e será realizada tendo em vista a necessidade de segregação e redistribuição de determinados ativos e passivos da CS Participações em outra estrutura societária, visando otimizar sua estrutura e permitir que seus acionistas possam realocar tais ativos e passivos com maior eficiência. A Parcela cindida é composta (i) pelo investimento na CS Brasil Frotas S.A. ("CS Frotas"), sociedade operacional, correspondente a 557.587.450 ações de sua emissão, representativas de, aproximadamente, 40,45% de seu capital social total avaliado e (ii) pelo saldo passivo referente aos débitos da totalidade das 600.000 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única realizada pela CS Participações em 10 de dezembro de 2020 e avaliado, segundo o Laudo de Avaliação, em R$ 620.339. **1.1 Principais eventos ocorridos no exercício: 1.1.1 Decisão Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre a coisa julgada e matéria tributária o fim da "coisa julgada":** Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que julgamentos individuais tidos como definitivos (decisões transitadas em julgado), favoráveis aos contribuintes, perderão suas eficácias caso o Tribunal venha, posteriormente, a se pronunciar contrariamente às teses defendidas pelos contribuintes. Por maioria de votos, foi decidido que a perda dos efeitos das decisões individuais será imediata, sem necessidade de propositura de ações rescisórias, e que os tributos e/ou contribuições em questão passarão a ser devidos a partir da data da publicação da decisão do STF (contrária ao contribuinte), respeitadas as regras constitucionais de irretroatividade e anterioridade. A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, em decorrência desta decisão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS® "), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Uso de estimativas, julgamento e premissas contábeis críticas:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **2.2.1. Julgamentos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia. **2.2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir: a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 18.1; b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 10; c) Veículos desativados para renovação de frota - valor residual líquido - nota explicativa 9; d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 11; e) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8; f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 16; g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 5.3. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.4. Mensuração ao valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas. Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação. Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro. Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS na nota explicativa 5. **2.5. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade:** O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade. Por isso, a CS Frotas busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. ("Movida Europe"), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo ("Emissora"), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (Tank-to-Wheel) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (upstream) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR. A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores: • Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes; • Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano; • Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores; • Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota; • Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2. O inventário de emissões é compilado pela companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol - um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. **2.6. Reclassificação dos saldos comparativos:** Em 2023, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo do Ajuste a Valor Presente das debêntures conversíveis em ações, todos no exercício de 2022, nos montantes de: • R$ 104.176 no grupo de debêntures, no passivo; • R$ 34.150 no grupo de Reservas de capital no patrimônio líquido; • R$ 34.150 no grupo de Ajuste do Valor Presente da demonstração de mutação do patrimônio líquido; • R$ 70.026 no grupo de despesas financeiras na Demonstração do Resultado do Exercício; A referida correção afetou o passivo circulante, demonstração do resultado do exercício, demonstração de mutação do patrimônio líquido e demonstração do fluxo de caixa, de 31 de dezembro de 2022 e de 1º de janeiro de 2022 nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro e 1º de janeiro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas. Conforme demonstrados nos quadros abaixo:

Balanço Patrimonial

				31/12/2022
Passivo	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Circulante				
Fornecedores	12.2	313.807	–	313.807
Debêntures	13.2	283.442	(104.176)	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	6.141	–	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	3.045	–	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	–	3.604	–	3.604
Tributos a recolher	–	19.324	–	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	11.916	–	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	–	47.298	–	47.298
Total dos passivos circulantes		**688.577**	**(104.176)**	**584.401**
Não circulante				
Arrendamento por direito de uso	15.2	3.062	–	3.062
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	168.151	–	168.151
Total dos passivos não circulantes		**171.213**	**–**	**171.213**
Patrimônio líquido				
Capital social	19.1	1.378.222	–	1.378.222
Reservas de capital	–	1.064.518	34.150	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	329.175	70.026	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	60.000	–	60.000
Total do patrimônio líquido		**2.831.915**	**104.176**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.691.705**	**–**	**3.691.705**

				31/12/2022
Demonstração de Resultado	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	780.587	–	780.587
(–) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(457.709)	–	(457.709)
(=) Lucro bruto		**322.878**	**–**	**322.878**
Despesas comerciais	21	(4.795)	–	(4.795)
Despesas administrativas	21	(20.695)	–	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	21	(1.655)	–	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	994	–	994
Despesas operacionais, líquidas		**(26.151)**	**–**	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**296.727**	**–**	**296.727**
Receitas financeiras	22	16.484	–	16.484
Despesas financeiras	22	(77.117)	70.026	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(60.633)**	**70.026**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**236.094**	**70.026**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18.2	(76.127)	–	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(76.127)**	**–**	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**159.967**	**70.026**	**229.993**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	Reservas de capital - Divulgado	Reservas de capital - Ajuste	Reservas de capital - Reapresentado
Saldos em 31 de dezembro de 2021		313.646	–	313.646
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	960.000	–	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	–	(209.128)	34.150	(174.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.064.518**	**34.150**	**1.098.668**

Demonstração do fluxo de caixa

				31/12/2022
	Nota	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.2	236.094	70.026	306.120
Ajuste para:			–	
Depreciação e amortização	21	134.882	–	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	133.384	–	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	1.655	–	1.655
Baixa de ativos	11.2	702	–	702
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	75.474	(70.026)	5.448
		582.191	**–**	**582.191**
Variações no capital circulante liquido operacional				
Contas a receber	9	(45.183)	–	(45.183)
Estoques	–	(323)	–	(323)
Fornecedores	12	92.818	–	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	–	(41)	–	(41)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	–	23.780	(596)	23.184
Variações no capital circulante liquido operacional		**71.051**	**(596)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(7.684)	–	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	(15)	–	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(36.513)	596	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.327.352)	–	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(1.371.564)**	**596**	**(1.370.968)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	(238.409)	–	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(1.609.973)**	**596**	**(1.609.377)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(4.289)	–	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(4.289)**	**–**	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	960.000	–	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(59.806)	–	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(6.398)	–	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	60.000	–	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**953.796**	**–**	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	**–**	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa				–
No início do período	–	9.711	–	9.711
No final do período	–	2.487	–	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	**–**	**(7.224)**
				–
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				–
Adição de arrendamentos por direito de uso		(5.962)		(5.962)
Variação no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar		40.877		40.877

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES EM NORMAS VIGENTES

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: **3.1 Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023: 3.1.1 Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **3.1.2. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **3.1.3. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **3.1.4. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, "Tributos sobre o Lucro" para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis anuais de exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro. 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro", incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois. A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023). **3.2. Alterações e novas normas que ainda não estão em vigor: 3.2.1. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** De acordo com o IAS 1 - "*Presentation of financial statements*", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current*", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **3.2.2. Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos":** A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (sale and leaseback). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor- -arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024. **3.2.3. Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação":** A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (Supplier Finance Arrangements (SFAs)) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais hajam informações financeiras individualizadas disponíveis. Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, a CS Frotas possui apenas um segmento de negócio operacional sujeito a divulgação de informações por segmento: Gestão e Terceirização de Frotas (GTF): divisão responsável pela gestão de frotas para pessoas jurídicas por períodos de longo prazo, que geralmente variam entre 24 e 36 mese, nessa divisão também temos o carro por assinatura que é um produto voltado para a pessoa física. Os carros são adquiridos após assinatura dos contratos de acordo com a necessidade de cada cliente, e ao término desses contratos os veículos são desmobilizados. Esses veículos são vendidos em pontos de vendas e também para revendedores espalhados pelo país. Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita bruta operacional para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023. O balanço patrimonial e a demonstração do resultado apresentados nesta Demonstração Financeira, reflete a operação por segmento da Companhia.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1 Política contábil: 5.1.1. Ativos financeiros: Os instrumentos financeiros da empresa estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. **a) Reconhecimento e mensuração:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **b) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

c) Desreconhecimento: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **5.1.2. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Classificação e mensuração:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento:** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **5.1.3. Compensação:** Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha uma data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base-líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **5.2 Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2023			31/12/2022		
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	–	6.193	6.193	–	2.487	2.487
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	530.089	–	530.089	600.621	–	600.621
Contas a receber	–	332.495	332.495	–	156.237	156.237
Outros créditos	–	53.967	53.967	–	33.455	33.455
Total	**530.089**	**392.655**	**922.744**	**600.621**	**192.179**	**792.800**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Passivos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Passivos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado Reapresentado nota explicativa 2.6**	**Total**
Fornecedores	–	654.743	654.743	–	313.807	313.807
Debêntures	–	130.295	130.295	–	179.266	179.266
Arrendamentos por direito de uso	–	10.789	10.789	–	9.203	9.203
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	–	–	–	–	3.045	3.045
Dividendos a pagar	–	18.278	18.278	–	11.916	11.916
Outras contas a pagar	–	3.702	3.702	–	47.298	47.298
Total	**–**	**817.807**	**817.807**	**–**	**564.535**	**564.535**

5.3 Valor justo dos ativos e passivos financeiros: A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.193	6.193	2.487	2.487
Títulos e valores mobiliários	530.089	530.089	600.621	600.621
Contas a receber	332.495	332.495	156.237	156.237
Outros ativos	53.967	53.967	33.455	33.455
Total	**922.744**	**922.744**	**792.800**	**792.800**
			Reapresentado nota explicativa 2.6	
Passivos financeiros				
Fornecedores	654.743	654.743	313.807	313.807
Debêntures	130.295	130.295	179.266	179.266
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	–	–	3.045	2.912.248
Arrendamentos por direito de uso	10.789	10.789	9.203	9.203
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.278	18.278	11.916	11.916
Outras contas a pagar	3.702	3.702	47.298	47.298
Total	**817.807**	**817.807**	**564.535**	**3.473.738**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo: **Nível 1 -** Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e **Nível 2 -** Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis. A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Nível1	**Nível2**	**Total**	**Nível1**	**Nível2**	**Total**
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	–	–	–	–	2.119	2.119
Aplicação Automática	–	5.537	5.537	–	–	–
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
Fundo exclusivo SIMPAR	–	530.089	530.089	600.621	–	600.621
Subtotal	**–**	**535.626**	**535.626**	**600.621**	**2.119**	**602.740**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo					**Reapresentado nota explicativa 2.6**	
Debêntures	–	130.296	130.296	–	179.266	179.266
Arrendamentos a pagar	–	–	–	–	3.045	3.045
Arrendamentos por direito de uso	–	10.789	10.789	–	9.203	9.203
Subtotal	**–**	**141.085**	**141.085**	**–**	**191.514**	**191.514**
Total	**–**	**676.711**	**676.711**	**600.621**	**193.633**	**794.254**

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo. As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e (ii) A análise de fluxos de caixa descontados. A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil

Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	11,65%	11,12%	10,46%	9,77%	9,60%	9,79%	10,27%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2023

5.4 Gerenciamento de riscos financeiros: A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez. A Administração da CS Frotas supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da CS Frotas monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (*hedge*) dos riscos conhecidos. A CS Frotas não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco especulativo. Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização. **a) Risco de crédito:** O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros. **i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:** O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da CS Frotas de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	**Qualidade**
AAA	Prime
AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
BB+,BB, BB-	Grau Especulativo
B+, B, B-	Grau Altamente Especulativo
CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
CCC	Grau Extremamente Especulativo
CCC-, CC, C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
DDD, DD, D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa fundo fixo	**119**	**66**
Br AAA	515	303
Br A	22	–
Total depositados em conta corrente	**537**	**303**
Total de disponibilidades	**656**	**369**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	5.537	1.428
Br AA	–	690
Total de aplicações financeiras	**5.537**	**2.119**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**6.193**	**2.487**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	530.089	600.621
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	**530.089**	**600.621**

ii. Contas a receber: O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em *ranking* de empresas especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da CS Frotas. A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da CS Frotas para os saldos de contas a receber são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - clientes	**340.925**	**160.464**
(–) Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(8.430)	(4.222)
Contas a receber - cartões de crédito		
AAA	–	–
Total do contas a receber	**332.495**	**156.242**

b) Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da CS Frotas ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco cambial e risco de preço que pode ser de "*commodities*", de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a CS Frotas se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações. Atualmente, a CS Frotas está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do euro e do dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures. **iii. Risco de variação de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A CS Frotas está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, debêntures e arrendamentos. Como política, a Empresa procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim. Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração. **IV. Risco de variação da inflação:** A CS Frotas possui debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo. Para mitigar esse de variação da inflação risco foram contratados instrumentos de swaps que trocam a variação do IPCA pela taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Nessa mesma nota explicativa (5.4) demonstramos a análise de sensibilidade para estes instrumentos. **c) Risco de liquidez:** A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente. O objetivo da CS Frotas é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa. A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

					31/12/2023
	Contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**Até 2 anos**	**De 3 a 8 anos**
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6.193	6.193	6.193	–	–
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	530.089	530.089	530.089	–	–
Contas a receber	332.495	332.495	332.483	12	–
Outros ativos	53.967	53.967	47.821	6.146	–
Total	**922.744**	**922.744**	**916.586**	**6.158**	**–**
Passivos financeiros					
Fornecedores	654.743	654.743	654.743	–	–
Debêntures	130.295	130.295	130.295	–	–
Arrendamentos por direito de uso	10.789	10.789	3.718	2.532	4.539
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.278	18.278	18.278	–	–
Outras contas a pagar e adiantamentos	3.844	3.844	3.702	142	–
Total	**817.949**	**817.949**	**810.736**	**2.674**	**4.539**

5.5 Análise de sensibilidade a taxas de juros e moeda: A CS Frotas efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis. Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 10,46% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), SELIC de 10,55% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil), taxa do euro de R$ 5,65 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão), IPCA de 6,32% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão) impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras. Sobre a TJLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2023 é de 5,56% a.a. conforme BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A taxa SOFR projetada para um ano foi de 5,38% (fonte: Federal Reserve New York Bank). A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III): Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da CS Frotas, e consequente aumento ou redução das despesas financeiras líquidas.

Operação	**Exposição**	**Risco**	**Ganho/ (Perda) potencial**	**Taxa provável**	**Cenário I provável**	**Cenário II + deterioração de 25%**	**Cenário III + deterioração de 50% -**
Aplicações financeiras	R$ 6.193	CDI	Ganho	10,54%	653	816	979
Títulos e valores mobiliários	R$ 530.089	SELIC	Ganho	10,46%	55.447	69.309	83.171
		Total Ativo			**56.100**	**70.125**	**84.150**
Debêntures	R$ 130.295	CDI+2,81%	Perda	13,43%	(17.499)	(20.906)	(24.313)
		Total CDI			**(17.499)**	**(20.906)**	**(24.313)**
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós-fixado					**38.601**	**49.219**	**59.837**
Variação no resultado com relação ao cenário provável					**–**	**10.618**	**21.236**

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN e BM&F

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor. **6.2 Composição de caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	119	66
Bancos	537	303
Total de disponibilidades	**656**	**369**
CDB - Certificado de depósitos bancários	–	2.118
Aplicação Automática	5.537	–
Total de aplicações financeiras	**5.537**	**2.118**
Total	**6.193**	**2.487**

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Política contábil: As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado. **7.2 Composição de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras:**

Operações	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
Fundo exclusivo SIMPAR	530.089	600.621
Total	**530.089**	**600.621**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 10,03% a.a. (em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio foi de 11,89% a.a.). As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da CS Frotas a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5.

8. CONTAS A RECEBER

8.1 Política contábil: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas ("PECLD" ou "*Impairment*"). Para contratos de aluguéis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados. A empresa utiliza uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "*ad hoc*". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. **8.2 Composição das contas a receber:**

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	114.683	67.203
Valores a receber com cartões de crédito	–	–
Receita de locação a faturar	121.518	59.203
Contas a receber - partes relacionadas	104.724	34.058
(–) Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(8.430)	(4.222)
Total	**332.495**	**156.242**
Ativo circulante	332.483	156.237
Ativo não circulante	12	5
Total	**332.495**	**156.242**

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a empresa não possuía saldo de contas a receber dado em garantia de dívidas. As informações sobre a mensuração ao valor justo e sobre a exposição da empresa a riscos de crédito e de mercado estão incluídas nas notas explicativas 5.2, 5.3 e 5.4. **8.3 A movimentação das perdas esperadas (*impairment*):**

Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(2.567)**
(–) adições	(1.799)
(+) reversões	144
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(4.222)**
(–) adições	(4.517)
(+) reversões	309
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(8.430)**

8.4 Classificação por vencimento e suas respectivas taxas de perdas esperadas:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Contas a receber	**Perdas esperadas**	**%**	**Total**	**Contas a receber**	**Perdas esperadas**	**%**	**Total**
Total a vencer	**242.182**	**(902)**	**(0,4%)**	**241.280**	**135.687**	**(525)**	**(0,4%)**	**135.162**
Vencidos em até 30 dias	51.708	(330)	(0,6%)	51.378	12.259	(176)	(1,4%)	12.084
Vencidos de 31 a 90 dias	27.450	(502)	(1,8%)	26.948	5.133	(246)	(4,8%)	4.887
Vencidos de 91 a 180 dias	6.530	(1.056)	(16,2%)	5.474	1.895	(440)	(23,2%)	1.454
Vencidos de 181 a 365 dias	5.015	(1.377)	(27,5%)	3.638	1.472	(505)	(34,3%)	967
Vencidos a mais de 365 dias (i)	8.040	(4.263)	(53,0%)	3.777	4.019	(2.331)	(58,0%)	1.688
Total vencidos	**98.743**	**(7.528)**	**(7,6%)**	**91.215**	**24.778**	**(3.697)**	**(14,9%)**	**21.081**
Total	**340.925**	**(8.430)**	**(2,5%)**	**332.495**	**160.465**	**(4.222)**	**(2,6%)**	**156.242**

9. VEÍCULOS DESATIVADOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA

9.1 Política contábil: Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como veículos desativados para renovação da frota, os ativos deixam de ser depreciados. Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base do ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada. Os veículos desativados para renovação de frota são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda. **9.2 Desvalorização de ativos:** A Companhia analisa periodicamente a situação de mercado de seus veículos desativados para renovação de frota, que consideram variáveis como: i) preço do carro novo: expectativa de menor aumento de preços nos carros zero km; ii) condições comerciais de compras: reflexo de menores descontos junto às montadoras no período; e iii) mix de carros: safra de compra de carros e ticket médio. **9.3 Composição dos veículos desativados para renovação da frota:**

	Custo	**Depreciação acumulada**	**Total**
Custo:			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**93.688**	**(24.417)**	**69.271**
Bens transferidos do imobilizado	208.855	(44.570)	164.285
Bens baixados por venda	(173.704)	40.320	(133.384)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**128.839**	**(28.667)**	**100.172**
Bens transferidos do imobilizado	443.795	(57.158)	386.637
Bens baixados por venda	(369.930)	60.395	(309.535)
(–) Perdas esperadas *(impairment)* (i)	(49.726)	–	(49.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**152.978**	**(25.430)**	**127.548**

(i) Refere-se a provisão para perda *("impairment")* na venda do veículo destinado para renovação da frota, vide detalhe na nota explicativa 21 (i). Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a empresa não tinha ativos mantidos para venda dados em garantia de dívidas.

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

10. IMOBILIZADO

10.1 Política contábil: i. Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("***impairment***"), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício. Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos. **ii. Custos subsequentes:** Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos. **iii. Baixas:** Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado. **iv. Depreciação:** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo de bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa. A CS Frotas adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. No último trimestre de 2023, uma avaliação foi efetuada e as taxas foram então ajustadas para refletir o cenário atual de mercado. **v. Teste de perda de valor recuperável ("*impairment*"):** Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Taxas médias anuais ponderadas de depreciação aplicada:

Taxa média de depreciação (%)

Itens do imobilizado	31/12/2023	31/12/2022
Veículos	5,82%	5,03%
Máquinas e equipamentos	10,00%	10,00%
Computadores e periféricos	20,00%	20,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4,51%	4,43%
Direito de uso (veículos)	6,53%	29,18%
Direito de uso (imóveis)	24,54%	30,42%

10.2 Composição do imobilizado: As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.798.821**	**6.540**	**716**	**520**	**862**	**–**	**47.703**	**2.306**	**151**	**1.857.619**
Adições	1.286.475	310	–	2.499	357	343	–	5.962	–	1.295.946
Transferência para bens destinados à venda	(208.854)	–	–	–	–	–	–	–	–	(208.854)
Baixa de ativos e outros	(1.720)	–	–	(109)	10	–	–	–	–	(1.819)
Outros	748	–	–	–	–	–	–	–	–	748
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.875.470**	**6.850**	**716**	**2.910**	**1.229**	**343**	**47.703**	**8.268**	**151**	**2.943.640**
Adições	2.231.021	376	–	647	119	596	–	7.403	–	2.240.162
Transferência para bens destinados à venda	(443.795)	–	–	–	–	–	–	–	–	(443.795)
Baixa de ativos e outros	(6.461)	–	–	(1)	–	–	–	(248)	–	(6.710)
Transferências	–	–	760	–	–	(760)	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.656.235**	**7.226**	**1.476**	**3.556**	**1.348**	**179**	**47.703**	**15.423**	**151**	**4.733.297**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(62.876)**	**(969)**	**(152)**	**(136)**	**(173)**	**–**	**(30.284)**	**(1.478)**	**(7)**	**(96.075)**
Despesa de depreciação no exercício	(118.644)	(270)	(41)	(202)	(110)	–	(13.918)	(1.697)	–	(134.882)
Transferência para bens destinados à venda	44.570	–	–	–	–	–	–	–	–	44.570
Baixa de ativos e outros	270	–	–	109	10	–	–	–	–	389
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(136.680)**	**(1.239)**	**(193)**	**(229)**	**(273)**	**–**	**(44.202)**	**(3.175)**	**(7)**	**(185.998)**
Despesa de depreciação no exercício	(214.741)	(235)	(41)	(588)	(122)	–	(3.117)	(2.633)	–	(221.477)
Transferência para bens destinados à venda	57.158	–	–	–	–	–	–	–	–	57.158
Baixa de ativos e outros	955	–	–	–	–	–	–	249	–	1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(293.308)**	**(1.474)**	**(234)**	**(817)**	**(395)**	**–**	**(47.319)**	**(5.559)**	**(7)**	**(349.113)**
Saldo líquido:								–		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.738.790**	**5.611**	**523**	**2.681**	**956**	**343**	**3.501**	**5.093**	**144**	**2.757.642**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.362.927**	**5.752**	**1.242**	**2.739**	**953**	**179**	**384**	**9.864**	**144**	**4.384.184**

11. ANÁLISE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS *(IMPAIRMENT)*

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou quando há indicadores de redução do valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023, a Administração atualizou seus estudos e os resultados estão detalhados abaixo. **11.1 Redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos financeiros:** A CS Frotas reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. A CS Frotas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc". A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados. Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais. Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de "*impairment*" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a CS Frotas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CS Frotas para a recuperação dos valores devidos. **11.2 Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágio:** O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua. As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2023, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	2023 - %
Taxas de desconto (*WACC*)	11,08%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,50%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 5 anos	6,33%
Unidades Geradoras de Caixa	**2022 - %**
Taxas de desconto (*WACC*)	12,86%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,30%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 8 anos	5,25%

(i) Lajida: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. Sendo: • Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres; • Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2024 a dezembro de 2028; • Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação; • O valor residual após dezembro 2028 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado assumindo um crescimento de 3,50% a.a, e • Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou o teste anual de *impairment*, conforme destacadas acima, e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

12. FORNECEDORES

12.1 Política contábil: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa efetiva de juros.

12.2 Composição dos fornecedores:

	31/12/2023	31/12/2022
Veículos, máquinas e equipamentos	610.744	291.865
Peças e manutenção	11.866	7.111
Partes relacionadas (nota 17.1)	12.157	6.494
Serviços contratados	18.025	3.480
Outros	1.951	4.857
Total	**654.743**	**313.807**

A informação sobre a exposição da CS Frotas aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontra-se divulgada na nota explicativa 5.4.

13. DEBÊNTURES

13.1 Política contábil: As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **13.2 Composição de debêntures:**

	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão	8ª Emissão	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**5.365**	**48.481**	**45.101**	**80.319**	**–**	**–**	**–**	**179.266**
Juros pagos	(11.586)	(46.233)	(45.848)	(74.749)	(13.006)	(22.749)	–	(214.171)
Juros apropriados	6.221	10.298	11.065	18.681	1.829	2.019	(693)	49.420
Ajuste a valor presente	–	–	–	–	14.189	26.301	75.291	115.781
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**–**	**12.546**	**10.318**	**24.251**	**3.012**	**5.571**	**74.598**	**130.296**
Circulante	–	12.546	10.318	24.251	3.012	5.571	73.033	128.731
Não circulante	–	–	–	–	–	–	1.565	1.565
Total	**–**	**12.546**	**10.318**	**24.251**	**3.012**	**5.571**	**74.598**	**130.296**

	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	Total
	Reapresentado nota explicativa 2.6				
Em 31 de dezembro de 2021	**36.951**	**–**	**–**	**–**	**36.951**
Juros pagos	(33.933)	–	–	–	(33.933)
Juros apropriados	–	2.449	(581)	–	1.868
Ajuste a valor presente	2.347	46.032	45.682	80.319	174.380
Saldo 31 de dezembro de 2022	**5.365**	**48.481**	**45.101**	**80.319**	**179.266**
Circulante	5.365	48.481	45.101	80.319	179.266
Não circulante	–	–	–	–	–
Total	**5.365**	**48.481**	**45.101**	**80.319**	**179.266**

A característica da debênture está apresentada na tabela a seguir:

Entidade emissora	CS Frotas						
Descrição	**1ª Emissão**	**2ª Emissão**	**3ª Emissão**	**4ª Emissão**	**5ª Emissão**	**6ª Emissão**	**8ª Emissão**
a. Identificação do processo por natureza	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**
	Movida	*Movida*	*Movida*	*Movida*	*Movida*	*Movida*	*Movida*
Instituição financeira	*Participações*	*Participações*	*Locação*	*Locação*	*Locação*	*Participações*	*Locação*
Valor da 1ª Série	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	575.000
Valor da 2ª Série	–	–	–	–	–	–	60.000
Valor total	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	635.000
Emissão	27/12/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	26/12/2023
Captação	27/12/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	26/12/2023
Vencimento	**20/01/2024**	**29/01/2024**	**03/05/2024**	**27/06/2024**	**31/07/2024**	**31/10/2024**	**26/12/2024**
Espécie	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Identificação ativo na CETIP							
b. Taxa de juros efetiva a.a. %							
1ª Série	CDI + 2,00%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%

c. Valor total da dívida

A Empresa realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo: *(i) 1ª emissão de debêntures simples, em série unica. O valor foi de R$ 350.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 24,34% (vinte e quatro inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (ii) 2º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 34.991 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (iii) 3º emissão de debêntures simples, em duas séries. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 61.818 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (iv) 4º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 460.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 140.378 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 31,98% (trinta e um inteiros e noventa e oito centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (v) 5º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 102.500 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 4.401 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 102.500.000 (cento e dois milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 7,13% (sete inteiros e treze centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (vi) 6º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 190.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 17.319 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 190.000.000 (cento e noventa milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 13,21% (treze inteiros e vinte e um centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa. (vii) 8º emissão de debêntures simples, em série dupla. O valor foi de R$ 635.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 46.766 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 635.000.000 (quinhentos e setenta e cinco milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 44,15% (quarenta e quatro inteiros e quinze centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa.* As debêntures emitidas, estão sujeitas a cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros atrelados ao percentual de dívida e de despesas financeiras em relação ao lucro antes dos impostos, depreciação, amortização, acrescido de custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses (EBITDA) da CS Frotas. Caso não sejam cumpridos, o saldo da dívida pode ter seu vencimento antecipado. Essas debêntures não possuem garantias atreladas. Todos os compromissos de manutenção de índices financeiros estão cumpridos em 31 de dezembro de 2023.

14. ARRENDAMENTO A PAGAR - INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

14.1 Política contábil: Contratos de arrendamentos na modalidade de *Leasing* e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo de arrendamentos no início do exercício	**3.045**	**45.121**
Amortização	(3.246)	(44.191)
Juros pagos	–	(445)
Juros apropriados	201	2.560
Passivo de arrendamentos no final do exercício	**–**	**3.045**
Taxa média a.a.	**14,49%**	**15,89%**
Estrutura taxa média	**CDI + 2,17%**	**CDI + 2,17%**
Vencimento	**jun/23**	**jun/23**

15. ARRENDAMENTO A PAGAR - DIREITO DE USO

15.1 Política contábil: No início de um contrato, a empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2)/IFRS 16. **(i) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a CS Frotas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a CS optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A CS Frotas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos de contrato e o tipo de ativo arrendado. Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte: • Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; • Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e • O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a CS alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A CS Frotas apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "arrendamentos a pagar" no balanço patrimonial. Os ativos e passivos por direito de uso estão classificados por classe de ativos. **Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor:** A Companhia se isenta de reconhecimento e opta por não aplicar os requisitos do CPC 06 (R2)/IFRS 16 para os itens abaixo: • Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial; • Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI); • Exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e • Utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento. **(ii) Como arrendador:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a CS Frotas atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47/IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato. A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48/IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais. De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2)/IFRS 16. **a) Subarrendamento:** A CS Frotas arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado. Até 31 de dezembro de 2018, de acordo com a CPC 06 (R1)/IAS 17, a Companhia reconheceu os passivos e despesa de arrendamento de veículos em contas especificas de operações entre empresas, pelo valor mensal do arrendamento. A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com a CPC 06 (R2)/IFRS 16, a Companhia passou a reconhecer o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, a amortização do direito de uso do ativo de forma linear ao prazo do contrato e os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento como despesa financeiro. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do período a medida em que são incorridos **15.2 Composição do arrendamento por direito de uso:** A Empresa arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Empresa é impedida de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento. A Companhia aplicou o CPC 47/IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não arrendamento. A Empresa chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Empresa ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Empresa. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12, §33. A Companhia atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratados	Taxa % a.a.
1	11,60%
2	11,24%
3	11,59%
5	11,85%
10	12,56%
15	12,66%
20	12,69%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a CS Frotas é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.203**
Adição	7.155
Baixas	248
Amortização	(5.750)
Juros pagos	(702)
Juros apropriados	635
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Circulante	3.718
Não circulante	7.071
Total	**10.789**

Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	Veículos	Imóveis	31/12/2023	Veículos	Imóveis	31/12/2022
Passivo circulante	**592**	**3.126**	**3.718**	**3.973**	**2.168**	**6.141**
Após 1° ano	–	2.532	2.532	–	1.762	1.762
Após 2° ano	–	2.088	2.088	–	1.138	1.138
Após 3° ano	–	1.434	1.434	–	161	161
Após 4° ano	–	1.017	1.017	–	–	–
Passivo não circulante	**–**	**7.071**	**7.071**	**–**	**3.062**	**3.062**
Total	**592**	**10.197**	**10.789**	**3.973**	**5.230**	**9.203**

A seguir é apresentado quadro o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Ajustado Valor presente
Contraprestação do Arrendamento	10.789
PIS/COFINS	998

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R$ 998. Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 3,93% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2023:

Fluxos de caixa	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	10.248	10.651
Passivo de arrendamento	10.789	11.213
Despesa de depreciação	254.774	264.787
Despesas financeiras	215.875	224.359

15.3 Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis e de curto prazo: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a CS Frotas reconheceu o montante de R$ 2.713 (R$ 1.961 em 31 de dezembro de 2022), referente a gastos relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo. **15.4 Companhia como arrendadora:** Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, a CS Frotas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS frotas considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referia à maior parte da vida econômica do ativo. A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data-base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	1.163.993	650.534	200.409	104.589	75.402	–	2.194.927
Total	**1.163.993**	**650.534**	**200.409**	**104.589**	**75.402**	**–**	**2.194.927**

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

16.1 Política contábil: A CS Frotas é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidencias disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. As naturezas das demandas judiciais são as seguintes: **Cíveis -** Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras. **16.2 Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas:** No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	Depósitos judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	1.658	519	102	–
Total	**1.658**	**519**	**102**	**–**

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a: (i) conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou (ii) valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente. **16.3 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas:** As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**–**	**–**
Constituição	–	–
Reversão	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**

	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**–**	**–**
Constituição	102	102
Reversão	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**102**

16.4 Perdas possíveis não provisionadas no balanço: A Empresa não possui contingências passivas com desfechos classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

17. PARTES RELACIONADAS

17.1 Política contábil: A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1)/IAS 24. A CS Frotas por meio de acordo comercial, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração o preço mínimo de venda pela CS Frotas deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela CS Frotas nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda. **17.2 Saldos com partes relacionadas (reconhecidos no ativo e no passivo):** Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Adiantamento de terceiros e outros créditos		Dividendos a receber	
Ativo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladora						
CS Brasil Participacões e Locações S.A.	28.461	28.460	103	11.836	–	–
Movida Participações S.A.	–	169	–	–	–	–
Movida Locação de Veículos S.A.	60.689	188	–	2	–	–
	89.150	**28.629**	**103**	**11.836**	**–**	**–**
Partes relacionadas						
Avante Veículos Ltda	1	–	–	–	–	–
BBC Leasing	2	2	–	–	–	–
BBC Pagamentos	–	2	–	–	–	–
SIMPAR S.A.	1	–	–	–	–	–
CS Brasil Transportes	15.181	4.976	–	103	–	–
JSL S.A.	44	27	521	–	–	–
Movida Locação de Veículos S.A.	–	188	–	2	–	–
Original Veículos Ltda	–	50	–	–	–	–
Graos do Piaui Rod SPE	251	144	–	15	–	–
ATU12	94	42	2	10	–	–
	15.574	**5.429**	**523**	**130**	**–**	**–**
Total	**104.724**	**34.058**	**626**	**11.966**	**–**	**–**

	Fornecedores		Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		Outras contas a pagar	
Passivo	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladora						
CS Brasil Participações e Locações S.A.	3.335	2.458	878	6.510	–	2.272
Movida Participações S.A.	1.889	–	–	–	22.581	14.664
Movida Locação de Veículos S.A.	4.764	442	17.400	5.407	108.345	269.484
	9.988	**2.458**	**18.278**	**6.510**	**130.926**	**16.936**
Partes relacionadas						
BBC Leasing	–	1	–	–	–	–
BBC Pagamentos	7	1	–	–	–	–
SIMPAR S.A.	–	–	–	–	2	–
SIMPAR Empreend. Imob.	–	–	–	–	65	–
CS Brasil Transportes	964	3.301	–	–	334	19.419
JSL S.A.	320	226	–	–	37	18
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	19	–	–	–	–	–
Movida Locação de Veículos S.A.	–	442	–	5.407	–	269.484
Original Veículos Ltda.	75	59	–	–	–	–
Ponto Veículos Ltda.	–	2	–	–	–	–
Quick Logística Ltda.	28	5	–	–	–	–
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	–	–	–	–	–	35
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	14	–	–	–	–	24
Transmoreno	742	–	–	–	62	61
	2.169	**4.038**	**–**	**5.407**	**500**	**289.041**
Total	**12.157**	**6.495**	**18.278**	**11.917**	**131.426**	**305.977**

17.3 Transações com a empresa controladora: 17.3.1 Ativo

Ativo	Transação	Especificação
Movida Part.	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
Movida Locação	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
CS Brasil Part.	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas

17.3.2 Passivo

Passivo	Transação	Especificação
Movida Part.	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas
Movida Locação	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas
CS Brasil Part.	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas

17.4 Saldos com partes relacionadas: 17.4.1 Ativo:

Ativo	Relação	Especificação
ATU12	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
American Star Veic. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Autostar Comercial S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Autostar Sweden C I S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Auto Green	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BMB Mode Center S/A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Borgato Serviços Agricolas S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Borgato Máquinas Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Frotas	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Infra S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Holding	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ciclus Ambient Brasil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Cvk Auto Comércio	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Drive On Holidays C. A. V	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Euro Import. Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Fadel Transporte	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Green Ville Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Graos do Piaui Conc. Rod.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Instituto Julio Simões	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Ic Transportes Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Marbor Locadora Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Ponto Veículos Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Pronto Express Logistica S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Quick Logística Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transmoreno Transp. Logist. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transport. Rodomeu Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Truckvan Industria Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Uab Motors Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Unit Auto Aricanduva	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
United Auto Nagoya	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Máquinas Equip. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Com. Máq. Agric. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Green Yalla	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
HM Com. Man. Empilhadeiras.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Saga Indiana	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Provence CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Turim	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Grand Tour CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Xangai CVPS Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Sinal Serv. de Integ. Indus.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Sul Import Veiculos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas

17.4.2 Passivo:

Passivo	Relação	Especificação
ATU12	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
American Star Veic. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Autostar comercial S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Autostar Sweden C I S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Auto Green	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BMB Mode Center S/A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Borgato Serviços Agrículas S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Borgato Máquinas Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Frotas	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Infra S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Holding	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Ciclus Ambient. Brasil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Cvk Auto Comércio	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Drive On Holidays C.A.V	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Euro Import Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Fadel Transporte	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Green Ville Comércio Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Graos do Piaui Conc. Rod.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Instituto Julio Simões	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
IC Transportes Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Marbor Locadora Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Ponto Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Pronto Express Logistica S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Quick Logística Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transmoreno Transp. Logist. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transport Rodomeu Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Truckvan Industria Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Uab Motors Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS Brasil Frotas S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivo	Relação	Especificação
Unit Auto Aricanduva	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
United Auto Nagoya	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Máquinas Equip. S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Com. Maq. Agric. Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Green Yalla	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
HM Com. Man. Empilhadeiras	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Saga Indiana	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Provence CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Turim	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Grand Tour CVP Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Xangai CVPS Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Sinal Serv. de Integ. Indus.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Sul Import. Veiculos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado

17.5 Transações entre partes relacionadas com efeito na demonstração do resultado:

	Receita de prestação de serviços		Custo da prestação de serviços		Receita de renovação de frota		Custo da renovação de frota		Receita administrativa		Despesa administrativa		Receita financeira		Despesa financeira	
Resultado	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Transações com controladas																
CS Brasil Participações e Locações S.A.	–	–	(11.466)	(26.491)	–	–	–	–	–	–	(6.107)	–	6.107	–	–	–
Movida Participações S/A	669	339	(7.885)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	(54.869)	(48.597)	
Movida Locação de Veículos S.A.	1.658	2.355	(4.395)	(1.176)	–	–	–	–	–	–	(13)	(3.782)	–	3.782	(157.753)	(23.296)
Subtotal	**2.327**	**2.694**	**(23.746)**	**(27.666)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(13)**	**(9.889)**	**–**	**9.889**	**(212.622)**	**(71.893)**
Transações com partes relacionadas																
JSL S.A.	502	–	(275)	(161)	91	–	(91)	–	–	–	(118)	(10)	–	–	–	–
SIMPAR S.A.	–	–	(10)	(1)	–	–	–	–	–	–	(19)	(2)	–	–	–	–
SIMPAR Empreend. Imob.	–	–	(65)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
CS Brasil Transportes	6.703	7.278	(2.100)	(1.576)	2.242	6.647	(2.242)	(6.647)	16	6	(4)	–	–	–	–	–
CS Mobi Cuiabá SPE S.A.	–	–	–	–	53	–	(53)	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Ponto Veículos Ltda.	–	77	–	(2)	–	100	–	(100)	–	–	–	–	–	–	–	–
Avante Veículos Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Original Veículos Ltda.	–	–	(84)	(957)	–	1.131	–	(1.131)	–	–	(2)	(3)	–	–	–	–
Vamos Loc. Cam. Máq. Equi S.A.	458	–	(175)	(133)	102	–	(102)	–	1	–	(3)	–	–	–	–	–
Vamos Seminovos	–	–	(3)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
BBC Leasing	–	2	–	–	–	653	–	(653)	–	–	–	–	–	–	–	–
BBC Pagamentos	–	–	(50)	(54)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Mogi Mob. Trans. Pass. Ltda.	–	–	(63)	(79)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transrio Caminhões Ônibus	–	–	(18)	(14)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Transmoreno	–	–	(534)	(61)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
TPG Transp. Passageiros	–	–	(22)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Quick Logística	–	–	(280)	(333)	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Subtotal	**7.663**	**7.357**	**(3.679)**	**(3.372)**	**2.488**	**8.531**	**(2.488)**	**(8.531)**	**17**	**6**	**(146)**	**(15)**	**–**	**–**	**–**	**–**
Total	**9.990**	**10.051**	**(27.425)**	**(31.038)**	**2.488**	**8.531**	**(2.488)**	**(8.531)**	**17**	**6**	**(159)**	**(9.904)**	**–**	**9.889**	**(212.622)**	**(71.893)**

17.6 Remuneração dos administradores: Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração paga ao pessoal chave da administração, incluindo encargos, foi de R$ 3.757 (R$ 5.216 em 31 de dezembro de 2022). A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, exceto pelo plano de opções e ações restritas, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa	2.103	2.062
Remuneração variável	1.277	1.989
Benefícios	35	57
Remuneração baseada em ações	342	1.108
Total	**3.757**	**5.216**

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

18.1 Politica contábil: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela CS Frotas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição fiscal sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da CS Frotas. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **18.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	41.789	15.568
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.380	12
Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	2.867	1.436
Perda na desvalorização de ativos (impairment)	16.907	–
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo IFRS 16/CPC 06 (R2)	185	207
Outras provisões	–	43
Total do imposto diferido ativo	**64.128**	**17.266**
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	(11.639)	(5.778)
Depreciação econômica vs. fiscal	(253.494)	(141.880)
Imobilização *leasing* financeiro	(39.749)	(38.736)
Outros	1.021	977
Total do imposto diferido passivo	**(303.861)**	**(185.417)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(239.733)**	**(168.151)**
Tributos diferidos ativos	–	–
Tributos diferidos passivos	(239.733)	(168.151)
Total débitos fiscais, líquidos	**(239.733)**	**(168.151)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**(92.024)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(76.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**(168.151)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado		(71.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**(239.733)**

18.3 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social: As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente. A declaração de imposto de renda da CS Frotas está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**210.387**	**236.094**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(71.532)**	**(80.272)**
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	–	4.216
Despesas indedutíveis	–	(5)
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	(53)	–
Outras exclusões/Outras adições	3	(66)
IRPJ e CSLL apurados	**(71.582)**	**(76.127)**
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	(71.582)	(76.127)
IRPJ e CSLL no resultado	**(71.582)**	**(76.127)**
Alíquotas efetivas	-34,02%	-32,24%

18.4 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado:

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.800**	**4.800**
Pagamento de IRPJ/CSLL	3.033	3.033
Antecipação de IRPJ/CSLL	4.651	4.651
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**12.484**	**12.484**
Antecipação de IRPJ/CSLL	24.397	24.397
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.881**	**36.881**

18.5 Prazo estimado de realização: Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas. Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2023 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados. Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

Ano	R$ Mil
2024	13.568
2025	28.221
Total	**41.789**

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital social: O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 1.438.222.201 (R$ 1.378.222.201 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 1.438.222.201 quotas sem valor nominal pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação. (Em 31 de dezembro de 2022 eram 1.378.222.201 quotas pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.378.222**	**1.378.222.201**
Aumento de capital (ii)	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.378.222**	**1.378.222.201**
Aumento de capital (ii)	60.000	60.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.438.222.201**

19.2 Reserva de lucro: Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da CS Frotas, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital. As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R$ 23.906 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 16.420 em 31 de dezembro de 2022); Lucros retidos, no montante de R$ 412.712 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 312.755 em 31 de dezembro de 2022); Lucro acumulado, no montante de R$ 0 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022); AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) no montante de R$ 55.170 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 60.000 em 31 de dezembro de 2022). **19.3 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio: 19.3.1 Politica contábil: Distribuição de dividendos:** Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores: i. 5% destinados à constituição de reserva legal; e ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada "reserva de investimentos". O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária ("AGO") que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano. O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os cálculos e as movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir. **19.3.2 Composição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar:**

	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.914**
Juros sobre o capital próprio pagos	(4.538)
Distribuição de lucros	12.400
IRRF	(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.916**
Juros sobre o capital próprio pagos	(25.000)
Distribuição de lucros	31.362
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.278**

20. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

20.1 Política contábil: As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes. A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente. As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços. Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita: i) Receita de prestação de serviços (locação de veículos): A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais. ii) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços: A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. **20.2 Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços:** A tabela a seguir, apresenta a composição analítica da receita de contratos com cliente das principais linhas de negócio e momento do reconhecimento da receita. Inclui também a conciliação da composição analítica da receita da Empresa:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de locação (i)	1.055.539	684.860
Receita de venda de ativos desmobilizados (ii)	338.822	163.782
Receita bruta	**1.394.361**	**848.642**
	31/12/2023	**31/12/2022**
Impostos incidentes sobre as receitas (iii)	(97.455)	(63.094)
Devoluções e abatimentos	(3.853)	(4.961)
(–) Deduções da receita	**(101.308)**	**(68.055)**
Receita líquida total	**1.293.053**	**780.587**
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	338.823	163.782
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	954.230	616.805
Receita líquida total	**1.293.053**	**780.587**

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos. (ii) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 (R2)/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente. (iii) Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

21. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(309.535)	(133.384)
Despesas com pessoal	(46.074)	(31.735)
Depreciação, amortização e desvalorização impairment de ativos (i)	(271.298)	(134.964)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.208)	(1.655)
Comunicação e publicidade	(479)	(512)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(2.427)	(1.580)
Gastos e manutenções com veículos	(303.019)	(215.404)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	79.522	59.005
Custos na venda de veículos avariados	(3.257)	(1.337)
Serviços contratados de terceiros	(11.708)	(9.460)
Aluguel de imóveis	(2.713)	(1.961)
Outras receitas (despesas)	(16.529)	(10.873)
Total	**(891.725)**	**(483.860)**
(–) Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(852.984)	(457.709)
Despesas comerciais	(9.997)	(4.795)
Despesas administrativas	(24.186)	(20.695)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.208)	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(350)	994
Total	**(891.725)**	**(483.860)**

(i) O valor total de R$ (271.298) é composto da seguinte forma: (a) R$ (49.726) referentes a desvalorização (impairment) de veículos para renovação da frota ao final de dezembro de 2023 para ajuste do valor residual à atual condição de mercado. (nota 9); (b) R$ (221.572) referentes a depreciações e amortizações correntes.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	23.661	16.187
Juros recebidos	2	22
Outras receitas financeiras	1.271	275
Outras receitas financeiras	964	275
Receita de variação monetária sobre aplicações financeiras	307	–
Receita financeira total	**24.934**	**16.484**
Total de juros e encargos, sobre empréstimos devidos		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre debêntures	(49.420)	–
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(201)	(3.109)
Juros sobre arrendamento de direito de uso - IFRS 16	(635)	(1.020)
Total de juros e encargos sobre dívidas	**(50.256)**	**(4.129)**
Despesas com taxas e impostos financeiros	(2.194)	(945)
Juros de outros passivos	(30)	(143)
Outras despesas financeiras	(193)	(6)
Total outras despesas financeiras	**(2.417)**	**(1.094)**
Despesas financeiras totais	**(52.673)**	**(5.223)**
Resultado financeiro líquido	**(27.739)**	**11.261**

23. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e IAS 07 - *Statement of Cash Flows*. **23.1 Aquisição de ativo imobilizado:** A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições do imobilizado (nota 10)	2.240.162	1.286.475
Adições de direito de uso por arrendamento (nota 15)	(7.403)	(5.962)
Saldo das adições do período liquidadas com fluxos de caixa	**2.232.759**	**1.280.513**
Fornecedores montadoras	(318.879)	40.877
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**1.913.880**	**1.321.390**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo imobilizado para operacional	1.912.142	1.327.352
Caixa para compra de ativo imobilizado para investimento	1.738	(5.962)
Total	**1.913.880**	**1.321.390**

23.2 Aquisição de ativo intangível:

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições do intangível	960	780
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**960**	**780**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo intangível para investimento	960	780
Total	**960**	**780**

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes a serem reportados de 01 de janeiro de 2024 até a data de divulgação 29 de abril de 2024.

continua

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

DocuSign Envelope ID: 356CA414-5277-4BCE-BE48-E8E13CF10D31

continuação

CS BRASIL FROTAS S.A.

DIRETORIA EXECUTIVA

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

CONTADOR

João Paulo de Oliveira Lima
CRC SP259650/O-3

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis individuais

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando a conclusão nesta data.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior - Diretor Financeiro

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho - Diretor Presidente
Anselmo Tolentino Soares Junior - Diretor Financeiro

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e quotistas - CS Brasil Frotas S.A.. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024

pwc

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora
CRC 1SP291166/O-4

Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI.
Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site:
https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Mogi das Cruzes, 02 de maio de 2024.

RAZÃO SOCIAL	CS Brasil Frotas S/A
CNPJ N°	27.595.780/0001-16
ENDEREÇO	Avenida Saraiva, 400 / SALA 8 - Vila Cintra – 08745-900 Mogi das Cruzes - SP
ATIVIDADE PRINCIPAL	77.11-0-00 – Locação de automóveis sem condutor

Contador Responsável, exercício 2023: **JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA** – CRC 1SP259650/O-3

RECIBO ECD – SPED 02/05/2024: F3.C0.C4.90.0F.52.9F.92.49.7C.03.90.6E.EE.AD.8F.23.A4.85.23-2

Conforme as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em **31/12/2023**, a **CS Brasil Frotas S/A**, CNPJ **27.595.780/0001-16**, apresenta os indicadores econômico – financeiro abaixo:

CÁLCULO DOS INDICADORES CONTÁBEIS - **Base 2023**

INDICADORES / FÓRMULAS						Resultado
Índice de Liquidez Geral (ILG)	AC + RLP / PC + PNC	=	1.086.650.278,99 + 7.875.182,60 / 828.419.105,99 + 248.613.459,76	=		1,32
Índice de Liquidez Corrente (ILC)	AC / PC	=	1.086.650.278,99 / 828.419.105,99	=		1,31
Índice de Solvência Geral (ISG)	AT / PC + PNC	=	5.482.976.822,12 / 828.419.105,99 + 248.613.459,76	=		5,09
Índice de Endividamento Geral (IEG)	PC + PNC / AT	=	828.419.105,99 + 248.613.459,76 / 5.482.976.822,12	=		0,20

AT =	R$	5.482.976.822,12	=	ATIVO TOTAL
AC =	R$	1.086.650.278,99	=	ATIVO CIRCULANTE
RLP =	R$	7.875.182,60	=	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
PC =	R$	828.419.105,99	=	PASSIVO CIRCULANTE
PNC =	R$	248.613.459,76	=	PASSIVO NÃO CIRCULANTE (ou Exigível a Longo Prazo)

Dados extraídos do Balanço Patrimonial, exercício 2023.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**R$ 4.405.944.256,37** (quatro bilhões, quatrocentos e cinco milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e sete centavos)
CAPITAL SOCIAL último capital registrado	**R$ 1.438.222.201,00** (um bilhão, quatrocentos e trinta e oito milhões, duzentos e vinte e dois mil e duzentos e um reais)

1º DM CARTÓRIOS

CS BRASIL FROTAS S.A.
27.595.780/0001-16

Eduardo Sousa Botelho
Gerente de Licitação
CPF. 085.936.996-00

João Paulo de Oliveira Lima
Contador
1SP259650/O-3

1º TABELIONATO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
Tabelião: DANIEL RAMELLA MUNHOZ / Rua Princesa Isabel de Bragança, 180 - Centro - Mogi das Cruzes
Tel.: (11) 4799-2226

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: EDUARDO SOUSA BOTELHO(176863), JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA(162232). Dou fé.
Em test da verdade.
Mogi das Cruzes - SP, 07/05/2024.
ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM
Segurança: 48554853504853024948514955
** VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

112193
FIRMA 2
S20599AA0054962

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por DANIEL RAMELLA MUNHOZ, em quarta-feira, 21 de agosto de 2024 17:07:36 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 100/2020 CNJ - artigo 22.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 367734 **FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS**, anteriores a 23/04/2026, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: **********

CS BRASIL FROTAS S.A, CNPJ: 27.595.780/0001-16, conforme indicação constante do pedido de certidão.**********

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema SAJ referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Necessário complementar com a certidão Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) Cível.

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 24 de abril de 2026.

PEDIDO N°: ***0095997823***

ASSINATURA TJSP SAJ DIGITAL

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1186319

CERTIDÃO CÍVEL Nº: 1186319
Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau)

CERTIFICAMOS que, pesquisando os registros de distribuições de **AÇÕES CÍVEIS EM GERAL** no sistema eproc, verificamos CONSTAR em nome de:

NOME: CS BRASIL FROTAS S.A.
Raiz do CNPJ: 27.595.780
País endereço da sede : BRASIL
Estado endereço da sede : SÃO PAULO
Município endereço da sede : MOGI DAS CRUZES
Endereço da sede : Avenida Saraiva, 400
Finalidade: Licitação

Certidão emitida às 16:29 de 20/03/2026.

Processo	Classe	Competência	Órgão de Origem	Situação Processual
4023280-49.2025.8.26.0100	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular II - 33ª Vara Cível - Foro Central Cível	SUSP/SOBR-Aguarda dec.Inst.Sup
4011341-33.2025.8.26.0016	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular V - 1ª Vara do Juizado Especial Cível - JEC Central - Vergueiro	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
4003212-24.2025.8.26.0506	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 6ª Vara Cível da Comarca de Ribeirão Preto	MOVIMENTO
4005083-22.2025.8.26.0011	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 3ª Vara Cível - Regional XI - Pinheiros	MOVIMENTO-AGUARDA DESPACHO
4000203-78.2025.8.26.0498	Petição Cível	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Ribeirão Bonito	MOVIMENTO
4000535-88.2025.8.26.0128	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Cardoso	MOVIMENTO
1003154-22.2025.8.26.0361	RECURSO CÍVEL	Recursos do Juizado Especial	Gab 03 - 4ª Turma Recursal Cível	MOVIMENTO
4000180-89.2026.8.26.0016	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara do Juizado Especial Cível - JEC Central - Vergueiro	MOVIMENTO
4001458-07.2025.8.26.0002	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	JEC - UNIP	Juízo Titular I - Juizado Especial Cível Anexo UNIP - Regional II - Santo Amaro	MOVIMENTO-AGUARDA SENTENÇA
4003402-72.2025.8.26.0704	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível - Regional XV - Butantã	MOVIMENTO
4001675-30.2025.8.26.0526	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Salto	MOVIMENTO
4001806-09.2025.8.26.0363	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Mogi Mirim	MOVIMENTO
0001673-54.2025.8.26.0001	PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL	Juizado Especial Cível	Juízo Titular I - 2ª Vara do Juizado Especial Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO
4009263-14.2025.8.26.0001	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 9ª Vara Cível - Regional I - Santana	MOVIMENTO
4002702-24.2026.8.26.0361	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 1ª Vara Cível da Comarca de Mogi das Cruzes	MOVIMENTO
4003155-19.2026.8.26.0361	Procedimento Comum Cível	Cível	Juízo Titular I - 4ª Vara Cível da Comarca de Mogi das Cruzes	MOVIMENTO

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI - CPF: ***.651.228-** gov.br Ouro

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

CERTIDÃO Nº: 1186319

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como autor(a).

São apontados os feitos em tramitação cadastrados no sistema informatizado referente a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ.

A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

Necessário complementar com a certidão de distribuição Cível em Geral - SAJ SGC

A confirmação de autenticidade desta certidão estará disponível pelo prazo de 90 dias, contados da emissão do documento, no endereço https://certidoes.tjsp.jus.br/download - Solicitado por: GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI - CPF: ***.651.228-** gov.br Ouro

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA PRIMEIRA INSTÂNCIA
SPI 2 – Diretoria de Gestão, Informação e Desempenho - DGINFO

A Diretoria de Gestão, Informação e Desempenho da Secretaria da Primeira Instância do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo – SPI 2 - DGINFO, atendendo a solicitação de

CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ 27.595.780/0001-16

CERTIFICA, para fins de Concorrência Pública, Licitação Pública, Cadastro, Financiamento, que a partir de 31/03/2025 para cada nome pesquisado deverão ser cadastrados dois pedidos de certidão de distribuição cível, a fim de contemplar os processos registrados nos sistemas SAJ SGC e eproc. As certidões de distribuição do sistema SAJ SGC ("Cível em Geral" e de "Falências, Concordatas e Recuperações") deverão ser complementadas com a certidão do sistema eproc "Comarcas e Turmas Recursais (Primeiro Grau) – Cível". A certidão de distribuição de Inventários, Arrolamentos e Testamentos permanece sendo expedida em documento único no portal e-SAJ.

CERTIFICA, ainda, que as certidões de distribuição criminal são expedidas pela internet. Entretando, caso o pesquisado tenha completado a maioridade penal antes da data de informatização do Foro/Comarcas de interesse, conforme consta no Comunicado SPI nº 22/2019, será necessário solicitar certidão junto ao distribuidor da Comarca, exceto na capital e nas Comarcas listas no Comunicado CG 405/2024.

CERTIFICA, finalmente, que as certidões de distribuição cível, criminal e execução criminal possuem abrangência estadual e assinatura digital, sejam solicitadas pela internet ou presencialmente, conforme Comunicado SPI nº 23/2016.

Esta certidão é expedida gratuitamente.

Prazo de validade desta certidão: 90 dias.

São Paulo, 27 de Abril de 2026.

Acesse https://extrajudicial.tjsp.jus.br/certidao/originalidade para consultar a originalidade deste documento. 50225651

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
27.595.780/0001-16 **MATRIZ**		**25/04/2017**

NOME EMPRESARIAL
CS BRASIL FROTAS S.A.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings
74.90-1-04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor
77.40-3-00 - Gestão de ativos intangíveis não-financeiros
78.30-2-00 - Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV SARAIVA 400	**400**	**SALA 8**

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
08.745-900	**VILA CINTRA**	**MOGI DAS CRUZES**	**SP**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
FISCAL.CONTROLADORAI@MOVIDA.COM.BR	**(11) 2377-7000**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**25/04/2017**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **04/05/2026** às **16:09:13** (data e hora de Brasília).

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:
27.595.780/0001-16
NOME EMPRESARIAL:
CS BRASIL FROTAS S.A.
CAPITAL SOCIAL:
R$1.823.392.201,00 (Hum bilhão, oitocentos e vinte e tres milhões, trezentos e noventa e dois mil e duzentos e um reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:
JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO
Qualificação:
10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:
GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI
Qualificação:
10-Diretor

Nome/Nome Empresarial:
DANIELA SABBAG PAPA
Qualificação:
10-Diretor

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia **04/05/2026** às **16:10** (data e hora de Brasília).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

VOLTAR IMPRIMIR

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

© 2018 PORTAL DA REDESIM. Todos direitos reservados.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CS BRASIL FROTAS S.A.
CNPJ: 27.595.780/0001-16

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 11:26:42 do dia 27/01/2026 <hora e data de Brasília>.
Válida até 26/07/2026.
Código de controle da certidão: **B72D.F791.86ED.0F3E**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 38796981-20

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **27.595.780/0001-16**
Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 08/05/2026 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Portal de Emissão de Certidões (08/01/2026 13:33:23)

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

DIRETORIA DE ATENDIMENTO, GESTÃO E CONFORMIDADE

Certidão de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica no Cadastro de Contribuintes do Estado de São Paulo - Cadesp

CNPJ 27.595.780/0001-16

O estabelecimento detentor do CNPJ em epígrafe consta com a Inscrição Estadual na situação NÃO INSCRITA no Cadastro de Contribuintes do Estado de São Paulo, situação que permanece até a data de emissão identificada abaixo.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio https://www.cadesp.fazenda.sp.gov.br.

Data e hora de emissão: 27/04/2026 08:37:20

Código de controle da certidão: 1fdf506f-9ded-48b3-a2da-86e5f1af7cb8

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

AV VER NARCISO YAGUE GUIMARAES, 277 - CEP 08780-900 - CENTRO CIVICO - FONE (11) 4798-5000

C.N.P.J 46.523.270/0001-88

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Departamento de Cadastro Mobiliário

Dados da Empresa

Ccm: 87114 **Inscrição Cadastral:** 087.114-1

Razão Social: CS BRASIL FROTAS S.A.

Nome Fantasia:

Endereço: 08745-140 - AV SARAIVA, 400 SALA 8 VL CINTRA MOGI DAS CRUZES SP

CNPJ/CPF: 27.595.780/0001-16 **I.E./RG:**

E-mail: TRIBUTARIO@CSBRASILSERVICOS.COM. **Telefone:** (11)23777000

Inscrição Imobiliária: 10.011.017.000

Situação: Ativo **Início da Atividade:** 25/04/2017

Reativação do Cadastro: **Encerramento:**

Data Solicitação Abertura: **Data Homologação Abertura:**

Processo Abertura: **Processo Encerramento:**

Enquadramento: Nenhum **Estabelecido:** SIM

Tipo Tributação: Movimento

Tipo Empresa: EMPRESA **Porte Empresa:** Demais

Natureza Jurídica: 205-4 - Sociedade Anônima Fechada

Bancas: Não Existe **Empregados:** 1

Publicidade Própria: Não Existe **Publicidade Terceiros:** Não Existe

Publicidade em Veículos: Não Existe **Quantidade de Veículos:** 0

CNAE

CNAE:	7711-0/00	**Data Início:**	25/04/2017
Descrição:	Locação de automóveis sem condutor	**Data Fim:**	
CNAE:	7719-5/99	**Data Início:**	25/04/2017
Descrição:	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	**Data Fim:**	
CNAE:	7740-3/00	**Data Início:**	25/04/2017
Descrição:	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	**Data Fim:**	
CNAE:	6463-8/00	**Data Início:**	25/04/2017
Descrição:	Outras sociedades de participação, exceto holdings	**Data Fim:**	
CNAE:	7830-2/00	**Data Início:**	04/09/2019
Descrição:	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	**Data Fim:**	
CNAE:	7490-1/04	**Data Início:**	09/12/2024
Descrição:	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	**Data Fim:**	

Atividade

Atividade:	03.02.01	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.		
Atividade:	10.02.01	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral e valores mobiliários.		
Atividade:	10.02.02	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos quaisquer.		
Atividade:	10.04.01	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing).		
Atividade:	10.04.02	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de franquia (franchising).		
Atividade:	10.04.03	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Agenciamento, corretagem ou intermediação de faturização (factoring).		
Atividade:	10.05.01	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou subitens, por quaisquer meios.		
Atividade:	10.05.02	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.		
Atividade:	15.09.01	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).		
Atividade:	17.05.01	**Data Início:**	01/12/2025
Descrição:	Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores,		

Atividade

avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.

Atividade: 17.08.01 **Data Início:** 01/12/2025

Descrição: Franquia (franchising).

Atividade: 17.12.01 **Data Início:** 01/12/2025

Descrição: Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.

Dados do Contador

Nome: JOAO PAULO DE OLIVEIRA LIMA **Telefone:** (11)41910591

Endereço: 08775-600 AV EXP JOSE BARCA, 43 FAZENDA RODEIO MOGI DAS CRUZES SP

Dados do(s) Sócio(s)

Nome: ADRIANO THIELE **Documento:** 585.295.350-49
Data Início: 25/04/2017 **Data Fim:** 26/05/2021

Nome: FABIO ALBUQUERQUE MARQUES VELL **Documento:** 040.916.268-07
Data Início: 25/04/2017 **Data Fim:** 25/11/2020

Nome: JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO **Documento:** 043.780.526-36
Data Início: 25/04/2017 **Data Fim:**

Nome: JSL S A **Documento:** 52.548.435/0001-79
Data Início: 25/04/2017 **Data Fim:** 16/06/2020

Nome: SIMPAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA **Documento:** 18.418.663/0001-96
Data Início: 25/04/2017 **Data Fim:** 27/06/2019

Nome: CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E **Documento:** 10.965.693/0001-00
Data Início: 06/05/2019 **Data Fim:** 16/06/2020

Nome: CS BRASIL PARTICIPACOES E LOCACOES SA **Documento:** 35.502.310/0001-99
Data Início: 16/06/2020 **Data Fim:** 27/04/2022

Nome: ANSELMO TOLENTINO SOARES JUNIOR **Documento:** 028.449.777-07
Data Início: 25/11/2020 **Data Fim:** 23/05/2024

Nome: GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI **Documento:** 353.651.228-36
Data Início: 23/02/2024 **Data Fim:**

Nome: PEDRO ROQUE DE PINHO DE ALMEIDA **Documento:** 232.942.528-70
Data Início: 23/02/2024 **Data Fim:** 02/04/2026

Nome: DANIELA SABBAG PAPA **Documento:** 262.945.628-56
Data Início: 02/04/2026 **Data Fim:**

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Procuradoria da Dívida Ativa

Certidão Negativa de Débitos Inscritos
da
Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 27.595.780

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº	81622744	Folha 1 de 1
Data e hora da emissão	23/04/2026 08:43:01	(hora de Brasília)
Validade	30 (TRINTA) dias, contados da emissão.	

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br**

Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 27.595.780/0001-16

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº	26020117711-97
Data e hora da emissão	02/02/2026 09:41:25
Validade	6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio **www.pfe.fazenda.sp.gov.br**

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

AV VER NARCISO YAGUE GUIMARAES, 277 - CEP 08780-900 - CENTRO CIVICO - FONE (11) 4798-5000

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS MOBILIÁRIOS INSCRIÇÃO MUNICIPAL

8889/2026

Inscrição Municipal	**087.114-1 Situação: Ativa**
Razão Social	**CS BRASIL FROTAS S.A.**
CNPJ / CPF	**27.595.780/0001-16**
Inscrição Estadual/RG	
Endereço	**08745-140 - AV SARAIVA, 400 SALA 8**
Bairro	**VL CINTRA Cidade MOGI DAS CRUZES Estado SP**

1. CERTIFICA que **NÃO EXISTEM** débitos em aberto para com esta Prefeitura até esta data e hora, sobre o cadastro mobiliário acima identificado. Fica ressalvado o direito da Fazenda Pública Municipal de cobrar quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas ou que se verifiquem a qualquer tempo.
2. A aceitação desta Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço : https://servicos.mogidascruzes.sp.gov.br/tbw/loginWeb.jsp?execobj=ServicosWebSite
3. A presente Certidão tem validade de 180 (Cento e Oitenta) dias, a partir da data de sua expedição, de conformidade com o Inciso II do Artigo 17 do Decreto Municipal nº 338, de 29 de Julho de 1993.

Certidão gerada em: 28/01/2026 e reimpressa em: 28/01/2026

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:
https://servicos.mogidascruzes.sp.gov.br/tbw/loginWeb.jsp?execobj=ServicosWebSite

Identificação: 105672

Número da Certidão: 8889/2026

Controle: 87114

Chave Validação: YOVJP-THFSX

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES

Certidão

CERTIFICO, nos termos do artigo 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 38 da Lei Orgânica do Município de Mogi das Cruzes, nos limites do pedido formulado no **Protocolo nº 3530607.422.00007668/2026-07** por **CS BRASIL FROTAS S.A** com endereço à Avenida Saraiva, nº 400, sala 8, Vila Cintra, Mogi das Cruzes – SP, inscrita no **CNPJ sob o nº 27.595.780/0001-16 e CCM nº 87.114-1**, que até a presente data e hora **não constam** nos registros desta Procuradoria de Assuntos Fiscais e Tributários **débitos inscritos em dívida ativa** em nome da Requerente ora qualificada. O referido é verdade e dou fé. Mogi das Cruzes, 07 de Abril de 2026. Eu, Vitor Gomes de Oliveira (assinado digitalmente), RGF 20.503, Auxiliar de Apoio Administrativo, digitei e conferi.

Observação: ressalvamos que a presente certidão tem validade por 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua expedição, e **não abrange** eventuais débitos da Requerente com esta Municipalidade que ainda não tenham sido inscritos em dívida ativa, ressalvando-se também o direito da Fazenda Pública Municipal de Mogi das Cruzes inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados.

FABIO MUTSUAKI NAKANO

Procurador-Chefe

(assinado digitalmente)

Documento assinado eletronicamente por **Vitor Gomes de Oliveira**, **Auxiliar Administrativo**, em 07/04/2026, às 15:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

Documento assinado eletronicamente por **Fabio Mutsuaki Nakano**, **Procurador-Chefe**, em 09/04/2026, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023 e Decreto Municipal de regulamentação do processo eletrônico.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://cidades.sei.sp.gov.br/rasaopaulo/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 , informando o código verificador **0970211** e o código CRC **5AAB6D3F**.

Referência: Processo nº 3530607.422.00007668/2026-07 SEI nº 0970211

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES
SECRETARIA DE FINANÇAS
Departamento de Rendas Imobiliárias

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS IMOBILIÁRIOS

N° 31412/2026

DADOS DA REQUISIÇÃO

Processo Nº: /

Finalidade:

Interessado/Requerente: Internet

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Inscrição: 10.011.017.000-5

Endereço do Imóvel: 08745-140 - SARAIVA, 400 SALAS 1 A 40

Loteamento: VILA CINTRA

Área Construída: 10921.82 **Área Terreno:** 11.862,13

Lote: 01 A 16 **Quadra:** 01

A Prefeitura do Município de Mogi das Cruzes, CERTIFICA, a pedido da parte interessada e a vista das informações constantes nos assentamentos do cadastro do Departamento de Rendas Imobiliárias, que **NÃO CONSTAM** débitos relativos ao imposto predial e territorial urbano - IPTU e imposto de transmissão de bens imóveis “inter vivos” - ITBI, até a presente data.

Fica ressalvado o direito da fazenda pública municipal cobrar quaisquer dívidas oriundas de impostos, taxas e multas que vierem a ser apuradas ou que se verificarem a qualquer tempo.

Data Geração: 23/04/2026 **Usuário** Internet **Data Emissão:** 23/04/2026

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

https://servicos.mogidascruzes.sp.gov.br/tbw/loginWeb.jsp?execobj=ServicosWebSite

Identificação: 128337

Número da Certidão: 31412/2026

Controle: 52276

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

08780-900 - AV VER NARCISO YAGUE GUIMARAES, 277 CENTRO CIVICO MOGI DAS CRUZES SP

PREFEITURA DE MOGI DAS CRUZES

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Departamento de Rendas Imobiliárias

CERTIDÃO ROL NOMINAL

N° 219/2025

DADOS DA REQUISIÇÃO

Processo Nº: 38.303/2025
Interessado: CS BRASIL FROTAS S.A.
Finalidade: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Inscrição:
Endereço do Imóvel:
Loteamento:
Área Construída: 0,00 **Área Terreno:** 0,00
Lote: **Quadra:**

CERTIFICA,
a pedido da parte interessada, que de acordo com as informações constantes do Processo em epígrafe, dos assentamentos do cadastro imobiliário com fins exclusivamente tributários, **NÃO CONSTA** o nome CS BRASIL FROTAS S.A. - CNPJ nº. 27.595.780/0001-16, situada a Av. Saraiva, nº 400 - sala 8 - Vila Cintra, nesta cidade, no rol nominal dos contribuintes dos tributos sobre a propriedade predial e territorial urbana nesta data.
Fica ressalvado o direito a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer dívidas oriundas de Impostos Taxas e Multas que vierem a ser apuradas ou verificadas a qualquer tempo.
A presente Certidão tem validade de 180 dias, a contar da data de sua expedição, em conformidade com o Inciso II, do Artigo 17, do Decreto Municipal nº. 338 de 29 de julho de 1993.

É o que cumpre certificar. E, para constar, foi a presente Certidão, nesta data, redigida por mim **Aurea Vieira da Costa Gomiero**, conferida e assinada digitalmente por **Mario Koukiti Kimura Resp. da Divisão de Rendas Imobiliárias e Claudia Aparecida Câmara Resp. Diretora do Departamento de Rendas Imobiliarias.**

MOGI DAS CRUZES, 18 de Dezembro de 2025

Data Geração: 18/12/2025 **Usuário:** 105303 **Data Emissão:** 18/12/2025

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet: **https://servicos.mogidascruzes.sp.gov.br/tbw/loginWeb.jsp?**

Identificação: 94864
Número da Certidão: 219/2025
Controle: 37952342

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

Assinado por 2 pessoas: MARIO KOUKITI KIMURA e CLAUDIA CAMARA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://mogidascruzes.1doc.com.br/verificacao/231A-8FD8-857B-4A68 e informe o código 231A-8FD8-857B-4A68

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 231A-8FD8-857B-4A68

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

MARIO KOUKITI KIMURA (CPF 057.XXX.XXX-66) em 18/12/2025 09:57:56 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

CLAUDIA CAMARA (CPF 061.XXX.XXX-39) em 18/12/2025 09:59:25 GMT-03:00
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://mogidascruzes.1doc.com.br/verificacao/231A-8FD8-857B-4A68

AO

GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico n.º 389/2026,** DECLARA, sob as penas de lei, que a referida empresa:

- É isenta dos tributos relativos à inscrição estadual.
- É isenta da incidência de Tributos relativos à Fazenda Municipal (ISSQN), uma vez que a locação de automóveis sem fornecimentos de condutor não se enquadra na lista de serviços da Lei Complementar nº 116/2003, nos termos da Sumula Vinculante 31 do STF.

Mogi das Cruzes/SP

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de So□za Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647

Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 16:59:58 -03'00'

WF 34962

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.595.780/0001-16

Razão Social: CS BRASIL FROTAS S.A.

Endereço: AV SARAIVA 400 400 SALA 8 / VILA CINTRA / MOGI DAS CRUZES / SP / 08745-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:20/04/2026 a 19/05/2026

Certificação Número: 2026042004394911162612

Informação obtida em 20/04/2026 10:31:35

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CS BRASIL FROTAS S.A. (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 27.595.780/0001-16
Certidão nº: 44090005/2026
Expedição: 27/04/2026, às 08:34:11
Validade: 24/10/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CS BRASIL FROTAS S.A. (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **27.595.780/0001-16**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.° 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ESTADO DO PARANÁ
Secretaria de Estado da Administração e da Previdência - SEAP
Departamento de Logística para Contratações Públicas -
Sistema GMS - GESTÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS

CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES DO ESTADO

Certificado de Registro Cadastral - Completo

Certificado N.º	718263/2026
Emitido em	04/05/2026 Documento válido por 15 dias.
Fornecedor	27.595.780/0001-16 - CS BRASIL FROTAS S.A.
Endereço	AV SARAIVA , 400 - Sl 08 - Vila Cintra
	CEP: 87459-00 Mogi das Cruzes-SP
Capital Social	R$ 1.823.392.201,00

Situação do Cadastro

REGULAR

Documentacões a Vencer

CNAE/Nat.	Documento	N.º	Emissão	Vencimento
205-4	Certidão Negativa de Tributos Estaduais no Estado do Paraná	38780397-17	05/01/2026	05/05/2026
205-4	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	2026042004394911162612	20/04/2026	19/05/2026

Documentações Válidas

CNAE/Nat.	Documento	N.º	Emissão	Vencimento
205-4	Cédula de Identidade dos Diretores/Gerentes	MG7592374	12/08/2023	
205-4	Certidão Negativa de Falência e Concordata	6565666	01/12/2025	01/06/2026
205-4	Cédula de Identidade dos Diretores/Gerentes	33546713	20/07/2021	
205-4	Ata de eleição da última diretoria	35300586786	06/02/2024	
205-4	Declaração de não utilização de mão-de-obra infantil	001/2025	01/07/2025	01/07/2026
205-4	Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis, Termo de Abertura e Encerramento	35300586786	31/12/2024	30/06/2026
205-4	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT	73123387202 5	01/12/2025	30/05/2026
205-4	Estatuto	35.230.535.746	17/02/2022	
205-4	Declaração ou comprovação do porte da empresa	353005867 8-6.	01/12/2025	01/12/2026
205-4	Cadastro de Pessoa Física - CPF dos Diretores/Gerentes	232.942.52 8-70	11/12/2014	
205-4	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ	27.595.780/ 0001-16	02/01/2026	02/01/2027

CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES DO ESTADO

Certificado de Registro Cadastral - Completo

Certificado N.º 718263/2026 (Continuação)

Documentações Válidas

CNAE/Nat.	Documento	N.º	Emissão	Vencimento
205-4	Certidão Negativa de Tributos Municipais	8889/2026	28/01/2026	27/07/2026
205-4	Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União - CND	B72D.F791.86ED.0F3E	27/01/2026	26/07/2026
7800-0/00	Certidão de Débitos e Consulta de Autos de Infração Trabalhista	426PVMLK7Z	19/03/2026	17/06/2026
205-4	Inscrição no Cadastro de Contribuinte Municipal	37952342 // 087.114-1	01/04/2026	30/10/2026
205-4	Certidão Negativa de Tributos Estaduais (UF de Origem)	81593424	22/04/2026	22/05/2026

Atividade(s) Econômica(s)

CNAE	Descrição da Atividade	Situação da Habilitação
7711-0/00	Locação de automóveis sem condutor	Sem Pendência
7719-5/99	Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor	Sem Pendência
7740-0/00	Gestão de ativos intangíveis não-financeiros	Sem Pendência
6463-8/00	Outras sociedades de participação, exceto holdings	Sem Pendência
7490-1/04	Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários	Sem Pendência
7830-0/00	Fornecimento e gestão de recursos humanos para terceiros	Sem Pendência

Linhas(s) de Fornecimento

Código	Descrição
115	Locação de veículos

Vínculos de Dirigentes

Dirigente	Consta como Fornecedor	Empresas em que consta como sócio	Empresas em que consta como dirigente
353.651.228-36-GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI	-	-	27.595.780/0001-16-CS BRASIL FROTAS S.A. (Diretor)
043.780.526-36-JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO	-	-	10.965.693/0001-00-CS BRASIL TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA(Administrador)

CADASTRO GERAL DE FORNECEDORES DO ESTADO

Certificado de Registro Cadastral - Completo

Certificado N.º 718263/2026 (Continuação)

Vínculos de Dirigentes

Dirigente	Consta como Fornecedor	Empresas em que consta como sócio	Empresas em que consta como dirigente
262.945.628-56-Daniela Sabbag	-	-	27.595.780/0001-16-CS BRASIL FROTAS S.A. (Diretor)

Obs.: - A veracidade das informações poderá ser verificada no
www.comprasparana.pr.gov.br opção: Cadastro de Licitantes do Estado
- Certificado emitido gratuitamente.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – REITORIA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, a pedido da interessada, para fins de Cadastro e Licitação Pública, que a empresa **CS BRASIL FROTAS LTDA**, estabelecida à Avenida Saraiva, 400 – Sala 08 – Vila Cintra – Mogi das Cruzes – SP – CEP: 08.745-900, inscrita no CNPJ sob n° 27.595.780/0001-16, prestou serviços para esta Universidade, e conforme manifestação da Unidade/Órgão requerente, não há nada que a desabone em relação a esta prestação:

INTERESSADO: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

CONTRATO Nº: 15/2018 – RUSP e seus 1º e 2º Termos Aditivos.

ASSINATURA DO CONTRATO: 28/05/2018.

PRAZO CONTRATUAL: 15 meses a partir da assinatura do contrato, prorrogado por igual período através do 2º Termo Aditivo.

TIPO DE SERVIÇO: Serviço de Transporte Mediante Locação de Veículos Novos em Caráter Não Eventual, com Quilometragem Livre, Objetivando o Deslocamento para Apoio das Atividades Técnico-Administrativas.

PRINCIPAIS SERVIÇOS:

- Locação de veículos;
- Inspeção dos veículos locados;
- Manutenção preventiva e corretiva nos veículos alocados na operação;
- Gerenciamento e gestão de frota;
- Central de atendimento 24 horas (0800).

LOCAIS DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO: Campus de Araraquara/SP, Bauru/SP, Lorena/SP, Piracicaba/SP, Pirassununga/SP, Ribeirão Preto/SP, São Carlos/SP, São Paulo/SP e São Sebastião/SP.

RESPONSÁVEL TÉCNICO		
Valmir Tomé de Lima e Silva	Gerente de Contrato	RG: 33.995.694-X SSP/SP

Documento emitido USP (Informações adicionais última página): 2GLA-4IMZ-YJWE-AD3R

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – REITORIA

DESCRIÇÃO DA FROTA – LOTE ÚNICO						
Descrição	Marca / Modelo dos Veículos em Operação	Quantidade Inicial 23/05/2018	Acréscimo 1º Termo Aditivo 31/01/2019	Acréscimo 2º Termo Aditivo 28/08/2019	Supressão 2º Termo Aditivo 28/08/2019	Total de Veículos em Operação
Grupo B: preferencialmente de fabricação nacional, e com as seguintes características: tipo sedã, 4 (quatro) portas, cor escura, de preferência preta, versão básica da linha com ar condicionado e capacidade para 5 (cinco) ou mais pessoas.	Nissan Sentra SV 2.0 Automático	3	-	-	-	3
Grupo S-1 – hatch de 1.0 a 1.6: preferencialmente de fabricação nacional, cor branca e com as seguintes características: tipo "hatchback", versão básica da linha com ar condicionado e capacidade para 4 (quatro) ou mais pessoas, motorização de 1.0 a 1.6 cc.	Nissan March 1.0 S e Fiat Mobi Like 1.0	8	1	-	-	9
Grupo S-1 – sedan de 1.4 a 1.6: preferencialmente de fabricação nacional, cor branca e com as seguintes características: tipo sedã, versão básica da linha com ar condicionado e capacidade para 4 (quatro) ou mais pessoas, de motorização 1.4 a 1.6 cc.	Volkswagen Voyage 1.6 Msi	48	5	-	1	52
GrupoS-2 – Peruas: preferencialmente de fabricação nacional, cor branca, versão básica da linha com ar condicionado e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros.	Fiat Weekend Attractive 1.4 Flex	17	3	-	-	20

Documento emitido USP (Informações adicionais última página): 2GLA-4IMZ-YJWE-AD3R

GrupoS-2 – Vans: preferencialmente de fabricação nacional, cor branca, versão básica da linha com ar condicionado e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros.	Renault Master Minibus 16 L	10	1	-	-	**11**
GrupoS-2 – Minivans/Monovolumes: veículos preferencialmente de fabricação nacional, cor branca, versão básica da linha com ar condicionado e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros linha e capacidade para 7 (sete) ou mais pessoas.	Chevrolet Spin LTZ / Premier 1.8 7 Lugares	28	14	3	-	**45**
Grupo S-2 – Caminhonetes – cabine simples: capacidade de carga de até 770kg (setecentos e setenta) kg, preferencialmente de fabricação nacional, cor branca, versão básica da linha com ar condicionado e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros.	Volkswagen Saveiro Robust Cabine Simples 1.6	7	-	1	-	**8**
Grupo S-2 – Caminhonetes – cabine dupla: capacidade de carga de 771 (setecentos e setenta e um) até 2.000 (dois mil) kg, veículos preferencialmente de fabricação nacional, cor branca, versão básica da linha com ar condicionado e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros.	Chevrolet S10 Advantage Cabine Dupla 2.5 Flex	31	3	3	-	**37**

Documento emitido USP (Informações adicionais última página): 2GLA-4IMZ-YJWE-AD3R

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO – REITORIA

Grupo S-2 – Caminhonetes – cabine dupla com tração 4x4: capacidade de carga de 771 (setecentos e setenta e um) até 2.000 (dois mil) kg, veículos preferencialmente de fabricação nacional, cor branca, versão básica da linha com ar condicionado e adequados ao transporte misto de cargas leves e de passageiros.	Volkswagen Amarok SE Cabine Dupla 4x4	8	3	1	-	**12**
TOTAL		**160**	**30**	**8**	**1**	**197**

São Paulo, 17 de Janeiro de 2020.

HENRIQUE PIACENTE TALARICO
Departamento de Administração
Diretor Geral – Substituto

Documento emitido USP (Informações adicionais última página): 2GLA-4IMZ-YJWE-AD3R

Código de controle: **2GLA - 4IMZ - YJWE - AD3R**
Documento autorizado às **15:56:28** horas do dia **17/01/2020** (hora e data de Brasília).
por **3127702 - Henrique Piacente Talarico**
Autenticado por **8472116 - Thaís Pereira Silva Oliveira**
Documento válido até **17/01/2030**
A autenticidade deste documento pode ser verificada na página da Universidade de São Paulo
https://uspdigital.usp.br/webdoc/

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **CS BRASIL FROTAS LTDA.**, com sede na Av. Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes/SP, inscrita no **CNPJ nº 27.595.780/0001-16**, mantém o Contrato de Prestação de Serviço nº 26.607, com valor global de R$ 8.828.268,62 (oito milhões, oitocentos e vinte e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e sessenta e dois centavos), firmado em 10/11/2017 e com vencimento em 03/12/2020, para prestação de serviços de **Locação Fixa de Veículos com Sistema Informatizado de Gerenciamento das Informações**.

Veículos	Marca e modelo do Veículo	Quantidade
Item 1 - VEÍCULO TIPO HATCH / mínimo 1.4	VW - GOL TRENDLINE 1.6	119
Item 2 - VEÍCULO TIPO SEDAN / mínimo 1.4	VW - VOYAGE TRENDLINE 1.6	38
Item 3 - VEÍCULO TIPO PICAPE / mínimo 1.4	VW - SAVEIRO ROBUST 1.6	19
Item 4 - VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO FURGÃO (carga) com CAPOTA FECHADA / mínimo 1.3	FIAT - FIORINO EVO FLEX 1.4	04
Item 5 - VEÍCULO TIPO PERUA/STATION WAGON / mínimo 1.4	CHEVROLET SPIN LS 1.8 5 LUGARES	33
Item 6 – VEÍCULO TIPO SEMI EXECUTIVO / mínimo 1.8	CHEVROLET COBALT FLEX 1.8	01
TOTAL		**214**

A empresa desempenha as suas atividades sempre a contento, com relação à qualidade dos serviços prestados a esta organização, com padrões de qualidade satisfatórios e faturamento conforme contrato firmado.

Nada consta que a desabone até a presente data.

Sem mais a atestar.

Porto Alegre, 9 de janeiro de 2020.

Mariane Spiekermann
Gerência dos Serviços Administrativos
Sistema FIERGS

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em sexta-feira, 21 de março de 2025 16:40:19 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

GOVERNO
DA PARAÍBA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO,** pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ sob nº 08.761.140/0001-94, com sede Av. João da Mata, s/n, Jaguaribe, atesta para os devidos fins, que a Empresa **CS BRASIL FROTAS S.A,** inscrita no CNPJ do MF sob nº 27.595.780/0001-16, com sede na Avenida Saraiva, nº 400, Bairro Vila Cintra, no município de Mogi das Cruzes/SP, executou o seguinte serviço abaixo relacionado:

LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico Nº 155/2020
CONTRATO: 31/2021
OBJETO: Contratação de serviços de empresa especializada em LOCAÇÃO DE VEÍCULOS OPERACIONAIS/SEGURANÇA, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do edital visando atender às necessidades da Secretaria de Estado da Administração - SEAD.
PERÍODO DO CONTRATO: Início: 19/04/2021 - término: 19/04/2024
VALOR TOTAL EXECUTADO: R$ 64.835.326,62 (Sessenta e quatro milhões Oitocentos e trinta e cinco mil trezentos e vinte e seis reais e sessenta e dois centavos).
PERÍODO DE EXECUÇÃO: Iníco: 19/04/2021 a 19/04/2024 Perfazendo 36 meses

PRORROGAÇÕES DA VIGÊNCIA CONTRATUTAL	
CONTRATO	19/04/2021 á 19/04/2022 (12 meses)
1º Termo aditivo	19/04/2022 á 19/04/2023 (12 meses)
2º Termo aditivo	19/04/2023 á 19/10/2023 (06 meses)
3º Termo aditivo	19/10/2023 á 19/04/2024 (06 meses)

Item	Descrição	Total
1	**LOCAÇÃO DE VEÍCULO DE SEGURANÇA, TIPO SUV** Com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 2.5 CC, potência do motor a partir de 160 CV, 4(quatro) cilindros, 4(quatro) portas, tração nas quatro rodas (4X4), capacidade para 05 (Cinco) passageiros, capacidade mínima do tanque de combustível de 60(sessenta) litros, combustível a Diesel, ar condicionado eletrônico/digital com saídas para passageiros traseiros, protetor de cárter, freios ABS ou EBD,AIRBAGS com no mínimo 07(sete) unidades, direção assistida, câmara de ré, comandos no volante ; película de redução de calor nos vidros laterais e traseiro nas especificações da Resolução do CONTRAN no 256 de 26/10/2007, travas elétrica nas portas, transmissão automática com no mínimo 6 (seis) marchas à frente e uma à ré, rodas de liga leve aro de do mínimo 17' (polegadas), sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei Mensal. De acordo com a - Lei no 8. 729/2008; **Modelo do Veículo: CHEVROLET TRAILBLAZER 2.8 CTDI TURBO**	10
DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS		

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 14 de janeiro de 2025 14:26:01 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

2	**VEÍCULO OPERACIONAL VIATURA DE POLÍCIA TIPO HATCH** Com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 1.4 CC, potência do motor a partir de 84 CV, 04(quatro) portas, capacidade para 05 (Cinco) passageiros, bicombustível (álcool/gasolina), ar condicionado, protetor de cárter, freios ABS, AIRBAGS frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros; travas elétrica nas portas, Câmbio com 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logomarca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com sinalizador acústico fixo. Sirene com 4(quatro) tons distintos. Equipado com rastreador GPRS. Equipado com luzes extras. Mensal. De acordo com a - Lei n2 8. 729/2008. **Modelo do Veículo: VOLKSWAGEN GOL 1.6 MSI VOLKSWAGEN**	230
3	**VEÍCULO OPERACIONAL VIATURA DE POLÍCIA TIPO MONOVOLUME** Com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 1.8 CC, potência do motor a partir de 85 CV, 4{quatro) portas, capacidade para 05 {Cinco) passageiros, bicombustível (álcool/gasolina), ar condicionado, protetor de cárter, freios ABS,AIRBAGS frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros, travas elétrica nas portas, Câmbio com 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logomarca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com sinalizador acústico fixo. Sirene com 4(quatro) tons distintos. Equipado com rastreador GPRS. Equipado com luzes extras. Mensal. De acordo com a - Lei nR 8. 729/2008 **Modelo do Veículo: CHEVROLET SPIN LS 1.8 FLEX GENERAL MOTORS**	200
4	**VEÍCULO OPERACIONAL VIATURA DE POLÍCIA TIPO SEDAN** Com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 1.4 CC, potência do motor a partir de 84 CV, 4{quatro) portas, capacidade para 05 {Cinco) passageiros, bicombustível (álcool/gasolina), ar condicionado, protetor de cárter, freios ABS,AIRBAGS frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros, travas elétrica nas portas, Câmbio com 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logomarca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com sinalizador acústico fixo. Sirene com 4(quatro) tons distintos. Equipado com rastreador GPRS. Equipado com luzes extras. Mensal. De acordo com a - Lei nR 8. 729/2008 **Modelo do Veículo: VOLKSWAGEN VOYAGE 1.6 MSI VOLKSWAGEN**	190

- Manutenção de estrutura administrativa;
- Gerenciamento e Gestão de Frota por meio de sistema informatizado que permite a emissão de relatórios detalhados por veículo (GPS/GPRS);
- Execução de conservação e manutenções preventiva e corretiva;
- Central de atendimento 24 horas (0800);
- Rede de credenciados para assistência técnica;

Responsáveis Técnicos, de acordo com Art. 7º da Lei Federal 5.194 de 24/12/1966 do

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 14 de janeiro de 2025 14:26:01 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

5	**VEÍCULO OPERACIONAL VIATURA DE POLÍCIA TIPO SUV** com as seguintes caracteristicas: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 1.6 CC, potência do motor a partir de 110 CV, 4{quatro) portas, capacidade para 05 {Cinco) passageiros, bicombustível (álcool/gasolina), ar condicionado, protetor de cárter, freios ABS,AIRBAGS frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros, travas elétrica nas portas, Câmbio com 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logomarca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com sinalizador acústico fixo. Sirene com 4{quatro) tons tons distintos. Equipado com rastreador GPRS. Equipados com luzes extras. Mensal. De acordo com a - Lei nR 8.729/2008 **Modelo do Veículo: RENAULT DUSTER 1.6 ZEN**	130
6	**VEÍCULO OPERACIONAL VIATURA DE POLÍCIA UTILITÁRIO TIPO PICK-UP** Com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 2.5 CC, potência do motor a partir de 120 CV, cabine dupla (4 portas), tração {4X4), capacidade para 05 Cinco) passageiros, bicombustível {álcool/gasolina), ar condicionado, protetor de cárter, reios ABS,AIRBAGS frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros;, ravas elétrica nas portas, Câmbio com 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista,quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logo marca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com sinalizado, acústico fixo. Sirene com 4{quatro) tons distintos. Equipado com rastreado, GPRS. Equipado com luzes extras. Mensal. De acordo com a -Lei nº 8.729/2008. **Modelo do Veículo: CHEVROLET S10 LT 2.8 DIESEL 4X4 MT**	150
7	**VEÍCULO OPERACIONAL VIATURA DE POLÍCIA UTILITÁRIO TIPO PICK-UP** Com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 2.5 CC, potência do motor a partir de 140 CV, cabine dupla (4 portas), tração {4X2), capacidade para 05 Cinco) passageiros, bicombustível {álcool/gasolina), ar condicionado, protetor de cárter, reios ABS,AIRBAGS Frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros;, ravas elétrica nas portas, Câmbio com 5 {cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logo marca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com sinalizado, acústico fixo. Sirene com 4{quatro) tons distintos. Equipado com rastreado, GPRS. Equipado com luzes extras. Mensal. De acordo com a -Lei nº 8.729/2008 **Modelo do Veículo: CHEVROLET S10 ADVANTAGE 2.5 FLEX 4X2**	130

Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e Art. 3.º da Lei 61.934/67 do Conselho Regional de Administração – CRA.

Leandro de Melo Gomes	Engenheiro Mecânico	CREA/SP: 5060.886.658

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 14 de janeiro de 2025 14:26:01 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

8	**VEÍCULO OPERACIONAL VIATURA DE POLÍCIA, UTILITÁRIO TIPO BAÚ** Com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 1.4 CC, potência do motor a partir de 84 CV, cabine dupla,porta lateral corrediça, tração {4X2), capacidade para 02 (dois) passageiros, bicombustível {álcool/gasolina), ar condicionado, protetor de cárter, reios ABS,AIRBAGS Frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros, ravas elétrica nas portas, Câmbio com 5 {cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logomarca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com sinalizado, acústico fixo. Sirene com 4{quatro) tons distintos. Equipado com rastreado, GPRS. Equipado com luzes extras. Mensal. De acordo com a -Lei nº 8.729/2008. **Modelo do Veículo: FIAT DOBLÔ CARGO 1.8 16V FLEX 4P 2021 FCA FIAT CHRYSLER**	02
9	**VEÍCULO OPERACIONAL VIATURA DE POLÍCIA UTILITÁRIO TIPO FURGÃO** Com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 1.4 CC, potência do motor a partir de 84 CV, capacidade para 07 (sete) passageiros, bicombustível {álcool/gasolina), ar condicionado, protetor de cárter, freios ABS,AIRBAGS frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros, travas elétrica nas portas, Câmbio com 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logomarca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com rastreador GPRS. Mensal. De acordo com a -Lei n2 8. 729/2008 **Modelo do Veículo: FIAT DOBLO ESSENCE 7 LUGARES 1.8 16V FLEX 4P FCA FIAT CHRYSLER**	02
10	**VEÍCULO UTILITÁRIO TIPO PICK-UP** Com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 1.4 CC, potência do motor a partir de 80 CV, 2 (duas) portas, capacidade para 700(setecentos)quilos, bicombustível (álcool/gasolina) , ar condicionado, protetor de cárter, freios ABS,AIRBAGS frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros;, travas elétrica nas portas, Câmbio com 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logomarca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com rastreador GPRS. Mensal. De acordo com a - Lei n• 8. 729/2008. **Modelo do Veículo: VOLKSWAGEN SAVEIRO ROBUST 1.6 CS 2P VOLKSWAGEN**	02
11	**LOCAÇÃO DE VEÍCULO, UTILITÁRIO, TIPO VAN** com as seguintes características: ano/modelo corrente (zero km), Motor a partir de 2.2 CC, potência do motor a partir de 100 CV, capacidade para 16 (dezesseis) passageiros, porta lateral corrediça, combustível a diesel, ar condicionado, protetor de cárter, freios ABS,AIRBAGS frontal, direção assistida, sensores de estacionamento traseiros, travas elétrica nas portas, Câmbio com 5 (cinco) marchas à frente e uma à ré, sem motorista, quilometragem livre, seguro total, todos os equipamentos e acessórios de série exigidos por Lei. Aplicação de Adesivo do Governo do Estado com a logomarca de cada Secretaria ou Órgãos, conforme aprovação da Administração. Sistema de	07

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 14 de janeiro de 2025 14:26:01 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

GOVERNO
DA PARAÍBA

	Monitoramento, Rastreamento e Localização de veículos. Equipado com rastreador GPRS. Mensal. De acordo com a - Lei n• 8.729/2008. **Modelo do Veículo: FIAT DUCATO MINI BUS COMFORT EL 2.3 DIESEL 15+1**	
		TOTAL 1053

Leonardo Francisco de Mendonça	Engenheiro Mecânico	CREA/MG:0400000189891
Vinicius Fortunato Severino	Engenheiro Ambiental e Segurança do Trabalho	CREA/MG:141480696-5
Caio Roberto de Souza Gallo	Engenheiro Eletricista	CREA/MG: 1420382225
Juliano Donizeti Souza de Siqueira	Administrador de Empresa	CRA/SP: 152495
Felipe Palopoli de Azevedo	Administrador de Empresa	CRA/SP: 106960

A empresa desempenha as suas atividades sempre a contento, com relação à qualidade dos
serviços prestados a esta organização, com padrões de qualidade satisfatórios e faturamento conforme contrato firmado.

João Pessoa, 20 de abril de 2024.

Taynam José F. de Melo
Gerente Executivo de Apuração de Custos Administrativos
Matrícula Nº 191.184-8
Secretaria de Estado da Administração
GOVERNO DA PARAÍBA

TAYNAM JOSÉ FERNANDES DE MELO
GERENTE EXECUTIVO DE APURAÇÃO DE CUSTOS ADMINISTRATIVOS
GESTOR DE CONTRATO
RG nº 3323588
CPF nº 088.788.344-32
E-mail: taynam.melo@sead.pb.gov.br
Telefone: (83) 99415-4683

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 14 de janeiro de 2025 14:26:01 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA
INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO
INMETRO/SUPERINTENDÊNCIA DE GOIÁS - SURGO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **CS BRASIL FROTAS LTDA**, com sede na Av. Saraiva n°400, Sl. 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes/SP, inscrita no CNPJ n° **27.595.780/0001 – 16,** mantém o contrato n° 011/2013 ("contrato") com **o INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO/SUPERINTENDÊCIA DE GOIÁS**, com valor global de R$ 613.800,84 (seiscentos e treze mil oitocentos reais e oitenta e quatro centavos), firmado em 11 de julho de 2013, para prestação de serviços de locação de Veículos tipos Sedan, Furgão Leve e Médio e Pick-Up, com Manutenção e Gestão da Frota, sem combustível e sem motorista, **e executou os serviços objeto do contrato** até a presente data, **dentro das condições e prazos contratuais previstos**, não tendo ocorrido nenhum fato que possa desabonar sua conduta.

Desta forma, conferimos o presente atestado à CS BRASIL FROTAS LTDA, certificando a sua capacitação técnica em relação aos serviços abaixo descritos, realizados no período de execução do contrato e conforme quantitativos indicados:

Período de Execução do contrato: 07/10/2013 à 11/12/2018

Tipo veiculo	Modelo Veículo	Qtde 07/10/2013 a 30/06/2015	Qtde 01/07/2015 a 20/08/2015	Qtde 21/08/2015 a 07/01/2018	Qtde 08/01/2018 a 11/12/2018
Sedan Passeio - Pequeno Porte	Fiesta Rocam Sedan 1.6 Flex 4P	1	1	1	1
Sedan Passeio - Pequeno Porte	Fiesta Rocam Sedan 1.6 Flex 4P/Voyage Trendline 1.6 Flex 4P	12	6	6	12
Utilitário Furgão - Pequeno Porto	Doblô Cargo 1.6 Flex 4P	27	15	10	10
Utilitário Furgão - Pequeno Médio	Boxer Furgão Diesel 4P	4	3	3	3
Utilitário Pick-Up 4x2 - Médio Porte	Frontier CD XE 4x2 Diesel 4P	1	0	0	0
Utilitário Pick-Up 4x4 - Médio Porte	Frontier CD XE 4x4 Diesel 4P	1	0	0	0
Mini - Van - Pequeno Porte	Spin 1.8 Flex 4P	1	1	0	0
		47	**26**	**20**	**26**

Principais Serviços inclusos no escopo do Contrato:

- Manutenção de estrutura administrativa e operacional;
- Gerenciamento e Gestão de Frota por meio de sistema informatizado que permite a emissão de relatórios detalhados por veículo;
- Distribuição dos veículos no estado de Goiás;
- Execução de conservação e manutenções preventiva e corretiva;
- Central de atendimento 24 horas (0800);
- Rede de credenciados para assistência técnica;

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em sexta-feira, 21 de março de 2025 16:40:19 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1° TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

Responsáveis Técnicos, de acordo com Art. 7° da Lei Federal 5.194 de 24/12/1966 do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e Art.3° da Lei 61.934/67 do Conselho Regional de Administração - CRA.

Leandro de Melo Gomes	Engenheiro Mecânico	CREA/SP: 5060.86.658 RNP: 2608396704
Felipe Palopoli de Azevedo	Administrador de Empresa	CRA/SP:106960

6° TABELIONATO

Goiânia, 04 de outubro de 2019

Marco Aurélio de Andrade Lima
Superintendente da Superintendência da Surgo

E-mail: marcoaurelio@inmetrogo.gov.br

Telefone: 62 3237-3510

6° CARTÓRIO DE NOTAS DE GOIÂNIA - GO
Avenida República do Líbano, esq. c/ Rua K nº 22 - Setor Oeste - Goiânia - Goiás
CEP: 74120-040 - FONE: (62) 3093-2222 - www.sextonotas.com.br

02061910010935094603515 - Consulte:
http://extrajudicial.tigo.jus.br/selo
Reconheço por **semelhança** a assinatura de **MARCO AURELIO DE ANDRADE LIMA (240251)** análoga a de nosso arquivo, dou fé. **Goiânia, 11 de outubro de 2019.** Em Test° da verdade - **Gilson Borges Ribeiro** - Escrevente

6° Tabelião de Notas de Goiânia - Gilson Borges Ribeiro - Escrevente

VÁLIDO SOMENTE SEM EMENDAS OU RASURAS

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em sexta-feira, 21 de março de 2025 16:40:19 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1° TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CONTRATO N°: 9280
PRAZO CONTRATUAL: 30 (trinta) meses
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 23/12/2020 até 13/08/2024 (perfazendo 44 meses)

ATESTAMOS para os devidos fins que, a empresa **CS BRASIL FROTAS S.A,** com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 8 – CEP. 08745-900 – Mogi das Cruzes/SP, inscrita no CNPJ nº 27.595.780/0001-16, mantém o Contrato nº 9280 ("Contrato") e seus aditivos com a **COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL - CAESB,** inscrita no CNPJ n° 00.082.024/0001-37, com sede administrativa na Avenida Sibipiruna, lote CEP: 71.928-720 lote 13 - 20 – Águas Claras/DF, com valor global inicial de R$ 5.988.416,70 (cinco milhões, novecentos e oitenta e oito mil, quatrocentos e dezesseis reais e setenta centavos), firmado em 23 de dezembro de 2020, passando a valor presente de 7.481.373,00 (sete milhões, quatrocentos e oitenta e um mil e trezentos e setenta e três reais) com o aditivo de R$ 1.492.956,30 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, novecentos e cinquenta e seis reais e trinta centavos), firmando em 03 de setembro de 2021, onde vem executando os serviços de locação de veículos leves (veículos de passeio e utilitários) e pesados de transporte de passageiros, materiais, equipamentos e ferramentas, de conformidade com as especificações e instruções constantes do termo de referência, anexo do Edital do Pregão 107/2020 e proposta apresentada pelo contratado - Processo nº 00092-000664/2020. O referido contrato de prestação dos serviços vem sendo executado dentro padrões de qualidade exigidos, não tendo nenhum fato que possa desabonar sua conduta.

OBJETO CONTRATADO

Serviços especializados para locação de veículos leves (veículos de passeio e utilitários) e pesados de transporte de passageiros, materiais, equipamentos e ferramentas de conformidade com as especificações e instruções constantes do Termo de Referência, anexo do Edital do Pregão 107/2020, proposta apresentada pelo contratado - Processo nº 00092-000664/2020.

ADITIVOS CONTRATUTAL	
CONTRATO	PRAZO CONTRATUAL: 30 (trinta) meses
1º Termo aditivo (aumento)	Valor contratual passa a ser 7.481.373,00
2º Termo aditivo (Vigência contratual)	Vigência por mais 912 (novecentos de doze) dias

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
Av. Sibipiruna – Lotes 13 a 21 – Centro de Gestão Águas Emendadas
CEP 71.928-720 – Águas Claras DF
TEL. (061) 3213-7117 - FAX 3213-7116

LOTE	ITEM	CARACTERÍSTICA	QUANTIDADE
1	**1**	Automóvel na cor branca, potência mínima de 55cv, 999cc, injeção eletrônica de combustível, movido a álcool/gasolina, com 05 passageiros, ar-condicionado, direção hidráulica e/ou elétrica, compartimento de carga com volume mínimo de 280 litros e dotado de todos os equipamentos exigidos pela legislação de trânsito. (ex. UNO) **Marca/Modelo: FIAT – UNO ATTRACTIVE 1.0**	98
1	**3**	Veículo utilitário na cor branca, com carroceria fechada (tipo baú) com capacidade de carga de 500kg, movido a álcool/gasolina, potência mínima de 55cv, 999cc, com capacidade para 02 passageiros, com todos os equipamentos exigidos pela legislação de trânsito, ar-condicionado e direção hidráulica e/ou elétrica. (ex. Fiorino) **Marca/Modelo: FIAT – FIORINO 1.4 HARD WORKING**	15
1	**5**	Veículo para transporte de passageiros na cor branca, com as seguintes configurações mínimas: movido a álcool/gasolina, potência de 47cv, 960cc, capacidade para 07 passageiros, ar-condicionado e direção hidráulica e/ou elétrica, dotados de todos os equipamentos exigidos pela legislação de trânsito. (Ex DOBLO) **Marca/Modelo: FIAT – DOBLO ESSENCE 7 LUGARES 1.8 16V FLEX 4P**	4
1	**7**	Caminhonete na cor branca, tração 4x4, motor a partir de 2.8cc, movido a diesel, cabine dupla, capacidade para 05 passageiros e 1000 kg de carga útil mínima, Caçamba de 860 litros mínima, dotado de todos os equipamentos exigidos pela legislação de trânsito. COM CAPOTA DE FIBRA e RACK PORTA ESCADA (ex. s-10) **Marca/Modelo: CHEVROLET – S10 LS 2.8 TURBO DIESEL 4X4 MT**	32
3	**9**	Caminhão na cor branca, potência mínima de 120cv, movido a diesel, capacidade mínima de carga útil de 05 toneladas, carroceria aberta de aço normal ou alongada (conforme detalhamento), casinha para passageiro (conforme detalhamento), adaptações (conforme detalhamento) e dotado de todos os equipamentos (inclusive itens de segurança) exigidos pela legislação de trânsito. **Marca/Modelo: VOLKSWAGEN – DELIVERY 9.170 – CARROCERIA CARGA SECA – FACCHINI / CABINE AUXILIAR MAXFORT 4 LUGARES**	21

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
Av. Sibipiruna – Lotes 13 a 21 – Centro de Gestão Águas Emendadas
CEP 71.928-720 – Águas Claras DF
TEL. (061) 3213-7117 - FAX 3213-7116

3	**11**	Caminhão na cor branca, potência mínima de 250cv, movido adiesel, capacidade mínima de carga útil de 16 toneladas com caçamba de capacidade mínima de 12m3 (doze metros cúbicos), com revestimento de proteção interno para transporte de lodo, extensão lateral de madeira, com lona apropriada paratransporte de lodo e ainda dotado de todos os equipamentos (inclusive itens de segurança) exigidos pela legislação de trânsito. **Marca/Modelo: VOLKSWAGEN CONSTELLATION 24.280 6X2 – BASCULANTE 12M ² BASCULANTE FACCHINI - EUROPA**	12
3	**13**	Caminhão na cor branca, potência mínima de 250cv, movido a diesel, capacidade mínima de carga útil de 16 (dezesseis) toneladas, espaço para 1 (um) motorista e 02 (dois) passageiros e dotado de todos os equipamentos (inclusive itens de segurança) exigidos pela legislação de trânsito. **Marca/Modelo: VOLKSWAGEN CONSTELLATION 24.280 6X2 – CARROCERIA CARGA SECA FACCHINI**	9
3	**15**	Veículo para transporte de carga, carroceria fechada (tipo furgão), na cor branca, motor a partir de 2.2 cc, movido a diesel,com capacidade de carga útil mínima de 1.500 kg, ar-condicionado, tacógrafo digital semanal, dotados de todos os equipamentos (inclusive itens de segurança) exigidos pela legislação de trânsito. **Marca/Modelo: RENAULT MASTER FURGÃO 2.3 16V L1H1 8M ³**	3
3	**17**	Caminhão na cor branca, potência mínima de 173cv, movido a diesel, capacidade mínima de carga útil de 10,5 toneladas e dotado de todos os equipamentos (inclusive itens de segurança) exigidos pela legislação de trânsito. **Marca/Modelo: VOLKSWAGEN – CONSTELLATION 17.190 ROBUST C/ AR**	7
Total de Veículos			201

COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL
Av. Sibipiruna – Lotes 13 a 21 – Centro de Gestão Águas Emendadas
CEP 71.928-720 – Águas Claras DF
TEL. (061) 3213-7117 - FAX 3213-7116

PRINCIPAIS SERVIÇOS INCLUSOS NO ESCOPO DO CONTRATO:

- ✓ Gerenciamento e Gestão de Frota por meio de sistema informatizado que permite a emissão de relatórios detalhados por veículo;
- ✓ Serviços de execução de conservação e manutenções preventiva e corretiva;
- ✓ Central de atendimento 24 horas (0800);
- ✓ Rede de credenciados para assistência técnica;
- ✓ Manutenção de Estrutura Administrativa;

Responsáveis Técnicos, de acordo com Art. 7º da Lei Federal 5.194 de 24/12/1966 do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e Art. 3.º da Lei 61.934/67 do Conselho Regional de Administração – CRA.

Leandro de Melo Gomes	Engenheiro Mecânico	CREA/SP: 5060.886.658 RNP: 2608396704
Leonardo Francisco de Mendonça	Engenheiro Mecânico	CREA/MG:0400000189891
Caio Roberto de Souza Gallo	Engenheiro Eletricista	CREA/MG: 1420382225
Juliano Donizeti Souza de Siqueira	Administrador de Empresa	CRA/SP: 152495
Felipe Palopoli de Azevedo	Administrador de Empresa	CRA/SP: 106960

Brasília, 16 de agosto de 2024.

Atenciosamente,

Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – CAESB
Diretoria de Suporte ao Negócio – DS
Superintendência de Suporte Administrativo – SSA
Gerencia de Transporte - SSAT
Wecirley dos Santos Costa
Gerente de Processo
(*Assinado Eletronicamente*)

Página de assinatura(s) do documento

Dados do Documento	
Domínio:	https://sistemas.caesb.df.gov.br/gdoc/Verificador
Id do Item Arquivístico:	1ccf36
GDOC Nº:	1888054
Quantidade de Páginas:	4
Documento:	Despacho
Assunto :	ATESTADO DE CAPACIDADE TECNICA CONTRATO CAESB PESADOS 9280
Classificação:	995 - PEDIDOS, OFERECIMENTOS E INFORMAÇÕES DIVERSAS
Interessado:	CS BRASIL FROTAS LTDA, DAVID SANTOS DIAS

Nenhum anexo.:

Lista de Signatário(s):

Documento assinado eletronicamente por **WECIRLEY DOS SANTOS COSTA, Gerente de Processo (SSAT), Mat.: 522783**, em 16/08/2024 as 17:13, conforme horário oficial de Brasília, fundamento no art 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
POLÍCIA MILITAR DA BAHIA - PMBA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Estado da Bahia, por intermédio da Polícia Militar da Bahia, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.149/0002-24, situada à Praça Azpicuelta Navarro, Largo dos Aflitos, s/nº, Centro, na cidade de Salvador/BA, atesta para os devidos fins, que a CS BRASIL FROTAS S.A, inscrita sob o CNPJ nº 27.595.780/0001-16, situada na Avenida Saraiva, nº 400, sala 08, Vila Cintra, CEP 08.745-900, na cidade de Mogi das Cruzes /SP, forneceu o serviço, conforme abaixo descrito, não existindo fato que desabone a conduta e responsabilidade da citada empresa com relação às obrigações assumidas.

Processo Licitatório:

Pregão Eletrônico - nº 018/2021 - SSP/DG

Contrato nº 34/2021 – SSP/DG

Item	Objeto	Quantidade
1	LOCACAO DE VEICULO, de passageiro, sem motorista, para Policiamento Ostensivo, tipo caminhonete, com cela, plotada e adesivada, movido a diesel, 04 portas, capacidade para 05 ocupantes, ar condicionado, direção hidráulica ou elétrica, com grafismo conforme padrão da Policia Militar da Bahia - PMBA. Código SIMPAS: 01.51.20.00017005-4	502

2	LOCACAO DE VEICULO, de passageiro, sem motorista, para Policiamento Ostensivo, tipo S.U.V. / Monovolume / Station wagon, potencia mínima(CV) 106 (gasolina) / 111 (etanol), torque mínimo(Kgf.m) de 15,5 (gasolina) /15,5 (etanol), bicombustível com Ar Condicionado / Direção Hidráulica / Vidro Elétrico / Trava Elétrica / SOM / FREIO ABS / AIRBAG, adaptada com cela, grafismo adesivado conforme padrão estabelecido em manual da Policia Militar do Estado da Bahia. Código SIMPAS: 01.51.20.00016986-2	226

Salvador,06 de junho de 2024.

Antonio Carlos de Oliveira – Cel PM

Diretor

Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos de Oliveira**, **Coronel**, em 07/06/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00091549062** e o código CRC **B10CF004**.

Secretaria de Estado da Segurança Pública

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
GERÊNCIA DE TRANSPORTES

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA Nº: 2/2020 - GETRAN- 02901

GOIANIA, 20 de outubro de 2020.

ATESTAMOS para os devidos fins que, a empresa **CS BRASIL FROTAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF 27.595.780/0001-16, com sede na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Bairro Vila Cintra, na Cidade de Mogi das Cruzes, no Estado de São Paulo, CEP 08.745-900, mantém o **Contrato nº 107/2018 - SSP** e seus aditivos com a **SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA,** CNPJ 01.409.606/0001-48, com valor global inicial de R$ 19.022.897,60 (Dezenove milhões, vinte e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos). Firmado em 29 de Outubro de 2018, para prestação de Serviços especializados, a prestação de serviços de locação de veículos automotores com manutenção, seguro e guincho, com quilometragem livre e rastreamento em tempo real, atendendo a necessidade da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP/GO, em conformidade com a Proposta Comercial e o Termo de Referência, **vem executando os serviços objeto do Contrato** até a presente data**, dentro das condições e prazos contratuais previstos**, não tendo ocorrido nenhum fato que possa desabonar sua conduta.

1 - Contrato Nº: 107/2018 - SSP/GO

2 - Vigência: 29/10/2018 até o 28/06/2021 (perfazendo 32 meses).

3 - Objeto Contratado:

A prestação de serviços de locação de veículos automotores com manutenção, seguro, guincho, com quilometragem livre e Rastreamento em tempo real, atendendo a necessidade da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA - SSP/GO.

4 - Especificação e Quantitativo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	QTD
01	**Serviço Padrão A2 –** CHEVROLET Onix JOY 1.0 – 2018/2019	641
02	**Serviço Padrão A3 – RD –** CHEVROLET Onix JOY 1.0 – 2018/2019	50
03	**Serviço Padrão A3 – RA -** CHEVROLET Onix JOY 1.0 – 2018/2019	50
04	**Serviço Padrão B2 –** VOLKSVAGEN Gol 1.6 MSI – 2018/2019 CHEVROLET Onix LT 1.4 – 2018/2019 RENAULT Sandero Expression 1.6 FLEX – 2018/2019 FORD Fiesta SE 1.6 – 2018/2019	15

5 - Principais serviços inclusos no escopo do Contrato:

- Manutenção de estrutura administrativa;
- Gerenciamento e Gestão de Frota por meio de sistema informatizado que permite a emissão de relatórios detalhados por veículo;
- Distribuição dos veículos no Estado de Goiás;
- Execução de conservação e manutenções preventiva e corretiva;
- Central de atendimento 24 horas (0800);
- Rede de credenciados para assistência técnica;

6 - Responsáveis Técnicos informados pela Contratada:

Em acordo com Art. 7º da Lei Federal 5.194 de 24/12/1966 do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e Art. 3.º da Lei 61.934/67 do Conselho Regional de Administração – CRA.

Leandro de Melo Gomes	Engenheiro Mecânico	CREA/SP: 5060.886.658

		RNP: 2608396704
Felipe Palopoli de Azevedo	Administrador de Empresa	CRA/SP: 106960

Valter Bomfim Oliveira Junior
Gerente de Transporte – SSP/GO
CPF: 011.608.275-59

Documento assinado eletronicamente por **VALTER BOMFIM OLIVEIRA JUNIOR**, **Gerente**, em 20/10/2020, às 17:49, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site **http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1** informando o código verificador **000016055803** e o código CRC **5EDB290B**.

GERÊNCIA DE TRANSPORTES
AVENIDA ANHANGUERA 7364 - Bairro AEROVIARIO - CEP 74543-010 - GOIANIA - GO -

Referência: Processo nº 202000016025464 SEI 000016055803

SANEPAR
Companhia de Saneamento do Paraná

ATESTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARCIAL Nº 142/2019

Atestamos para os devidos fins que a empresa **CS BRASIL FROTAS LTDA**, CNPJ 27.595.780/0001-16, com sede na Av. Saraiva, 400 – Mogi das Cruzes/SP, executou para a Companhia de Saneamento do Paraná – **SANEPAR**, os serviços abaixo descritos:

Localidade:	Diversas Localidades/PR
Objeto:	Serviços de Locação de Veículos.
Pregão Eletrônico:	1001/2018
Contrato:	29676
Ordem de Serviço:	291122 e 291123
Período de Execução:	26/03/2018 a 26/03/2021
Período de Vigência:	26/03/2018 a 02/05/2019

DESCRITIVO TÉCNICO

Prestação de serviços de locação de veículos automotores na modalidade mensal, veículos com quilometragem livre, seguros e monitoramento em tempo real, distribuídos nas cidades de Cascavel, Ponta Grossa, Maringá, Londrina e Curitiba, nas categorias, executivo, utilitário e econômico, conforme cronograma abaixo:

TIPO/ MODELO	QUANTIDADE
Saveiro Robust CS 1.6 Flex (Utilitário 1).....	555
Gol 1.6 Mec Flex (Econômico 2).....	102
Voyage Trendline 1.6 Mec Flex (Econômico 2).....	411
Compass Longitude 4x4 2.0 Aut (Executivo).	1
TOTAL.....	**1.069**

OBS: Este atestado foi emitido por solicitação da empresa **CS BRASIL FROTAS LTDA**. A emissão desse atestado substitui todos os demais documentos correlatos já emitidos ou fornecidos.

Curitiba, 02 de maio 2019.

Margarete Dallarmi
Gerente de Gestão Patrimonial e Infraestrutura

Priscila Marchini Brunetta
Diretora Administrativa

76.484.013/0001-45
COMPANHIA DE SANEAMENTO - SANEPAR
RUA ENGENHEIROS REBOUÇAS, 1376
REBOUÇAS - CEP 80215-900
CURITIBA - PR

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 14 de janeiro de 2025 14:26:01 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CONTRATO Nº.1041923/2018
PERÍODO 16/04/2018até 15/04/2020 (perfazendo 24 meses)

ATESTAMOS para os devidos fins que, a empresa **CS BRASIL FROTAS LTDA**, com sede na Avenida Saraiva, 400, sala 4 – Cep. 08745-900 – Mogi das Cruzes/SP, inscrita no CNPJ nº27.595.780/0001-16, mantém o Contrato nº 1041923/2018("Contrato") e seus aditivos com a**POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ,**CNPJ01.790.944/0001-72, com valor global inicial de R$ 20.238.360,00(vinte milhões, duzentos e trinta e oito mil e trezentos e sessenta reais), firmado em 16 de abril de 2018, para prestação de Serviços especializados e continuados de locação de veículosautomotores do tipo policial, com gestão, manutenção e suporte para o **SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ,**em conformidade com a proposta Comercial e o termo de Referência,**evem executandoos serviços objeto do Contrato, dentro das condições e prazos contratuaisprevistos**, não tendo ocorrido nenhum fato que possa desabonar sua conduta.

Objeto Contratado:

Serviços especializados e continuados de locação de veículos automotores do tipo policial, com gestão, manutenção e suporte para o **SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO DO CEARÁ.**

TIPO/ MODELO	Descrição dos Veículos	Qtde.
Duster Expression 1.6 Mec Flex	Veiculo zero km, 4 portas, sinalizador acústico visual, adesivada com faixas e logomarcas da PMCE, para uso nas atividades de policia	255
Renegade Longitude 4x4 2.0 Aut Diesel	Viatura diesel suv, 4x4, veiculo zero km, 4 portas, sinalizador acustico visual, adesivada com faixas e logomarca da PMCE, para uso nas ativdades de policia, adpttada com cela.	200
		455

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 14 de janeiro de 2025 14:26:01 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

Principais serviços inclusos no escopo do Contrato:

- ✓ Manutenção de estrutura administrativa;
- ✓ Gerenciamento e Gestão de Frota por meio de sistema informatizado que permite a emissão de relatórios detalhados por veículo;
- ✓ Distribuição dos veículos no Estado do Ceará;
- ✓ Execução de conservação e manutenções preventiva e corretiva;
- ✓ Central de atendimento 24 horas (0800);
- ✓ Rede de credenciados para assistência técnica;

Responsáveis Técnicos, de acordo com Art. 7º da Lei Federal 5.194 de 24/12/1966 do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA e Art. 3.º da Lei 61.934/67 do Conselho Regional de Administração – CRA.

Leandro de Melo Gomes	Engenheiro Mecânico	CREA/SP: 5060.886.658 RNP: 2608396704
Felipe Palopoli de Azevedo	Administrador de Empresa	CRA/SP: 106960

Fortaleza-Ce, 24 de maio de 2019

Jean **STEFEN** Siqueira Guimarães – **CAP PM**
GESTOR DE CONTRATO
M.F.: 113.402-1-0

O presente documento digital foi conferido com o original e assinado digitalmente por ADSON ROBERTO DE SIQUEIRA BONFIM, em terça-feira, 14 de janeiro de 2025 14:26:01 GMT-03:00, CNS: 11.219-3 - 1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE LETRAS E TITULOS/SP, nos termos da medida provisória N. 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço eletrônico www.cenad.org.br/autenticidade. O presente documento digital pode ser convertido em papel por meio de autenticação no Tabelionato de Notas. Provimento nº 149/2023 CNJ - artigo 305.

ATESTADO TÉCNICO

REF.: SERVIÇOS

Atestamos que a empresa **CS BRASIL FROTAS S.A. - CNPJ/MF: 27.595.780/0001-16,** está realizando desde 17/05/2023 para a Sabesp - CNPJ/MF 43.776.517/0001-80, mediante **Contrato de nº 4.148/22- 4 - SAP 4600051142,** a "Prestação de serviços de locação de veículos nas categorias passageiro, comercial leve e utilitário, com quilometragem livre, para execução de serviços de transporte de pessoas, materiais e equipamentos das unidades da Sabesp, sem fornecimento de mão de obra (Unidades: ML - Unidade de Negócio Leste, MC - Unidade de Negócio Centro, MP - Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento da Metropolitana)".

Em anexo, mapa físico e financeiro de medição, constituído de oito folhas e adendo constituído de uma folha ambos assinados digitalmente pelo Eng.º Luiz Simis, estão discriminados os serviços e os quantitativos executados pelo contratado até maio/2026.

Equipe técnica:
Engenheiros: Leandro de Melo Gomes - CREA/SP 5060.886.658, Leonardo Francisco de Mendonça - CREA/MG 0400000189891, Vinicius Fortunato Severino - CREA/MG141480696-5, Caio Roberto de Souza Gallo - CREA/MG 1420382225.
Administradores: Juliano Donizeti Souza de Siqueira - CRA/SP 152495, Felipe Palopoli de Azevedo - CRA/SP 106960.

O valor medido no contrato, a preços de março/2023 foi de R$ 6.333.969,42 (seis milhões e trezentos e trinta e três mil e novecentos e sessenta e nove reais e quarenta e dois centavos), de um valor contratual de R$ 19.688.378,40.

São Paulo, 05 de julho de 2024.

ASSINADO DIGITALMENTE

Engº Luiz Simis
Divisão de Cadastro de Fornecedores e Materiais
CREA – 0601487567

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo

SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SABESP - SiiS

MAPA FÍSICO E FINANCEIRO DE MEDIÇÃO

Folha: 1/8
Data: 03.07.2024
Hora: 17:53:05

Objeto:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍC COMERCIAL LEVE E UTILITÁRIO, COM	Dt. Ref. Preços:	01.03.2023	Medido Acumul. P0:	6.333.969,42
		Data Início:	17.05.2023	Reajuste Acumulado:	54.265,19
Ref. ao Contrato:	04148220400 / 4600051142	Data Término Original:	18.05.2026	Medido Total (P0+Real):	6.388.234,61
Contratada (Fornec):	7000039847 - CS BRASIL FROTAS S.A.	Data de Término em Vigor:	18.05.2026	Saldo Contrato:	13.354.408,96
Valor Original:	19.688.378,40	Coletor Custos:	K - Centro de Custo	Adm. Contratos:	SIMONE LISBOA BECK
Valor em Vigor:	19.688.378,38			Data da Medição:	31.05.2024

					PREVISTO			Medição Atual		Medido Realizado		SALDO		TOTAL MEDIDO
TIPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Código Preço	Unid. de Medida	Valor Unit.	Quant.	Valor total	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	(%)
	01010101	VEIC SEM NVS FURGÃO 12M³	393414	UNM	5.681,73	30,000	170.451,90	0,000	0,00	9,867	56.061,63	20,133	114.390,27	32,89%
	01010201	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	60,000	133.370,40	0,000	0,00	18,944	42.109,48	41,056	91.260,92	31,57%
	01010202	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	30,000	75.063,90	0,000	0,00	10,867	27.190,65	19,133	47.873,25	36,22%
	01010203	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	240,000	775.365,60	0,000	0,00	74,725	241.413,31	165,275	533.952,29	31,14%
	01010204	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	30,000	1.409,10	0,000	0,00	9,500	446,22	20,500	962,88	31,67%
	01010205	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	30,000	492,60	0,000	0,00	9,867	162,02	20,133	330,58	32,89%
	01010206	CAPOTA MARÍTIMA FIBRA CAM MED CS CD	393424	UNM	73,57	30,000	2.207,10	0,000	0,00	9,400	691,56	20,600	1.515,54	31,33%
	01010207	KIT GNV CAM LEV MED CIL 22,5	393435	UNM	176,45	120,000	21.174,00	0,000	0,00	39,833	7.028,53	80,167	14.145,47	33,19%
	01010301	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	240,000	600.511,20	0,000	0,00	78,933	197.500,63	161,067	403.010,57	32,89%
	01010302	VEIC SN GS2 C6 CAM CSIM 4X2 771 2000KG	393407	UNM	4.626,85	60,000	277.611,00	0,000	0,00	19,613	90.746,41	40,387	186.864,59	32,69%
	01010303	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	30,000	96.920,70	0,000	0,00	9,700	31.337,69	20,300	65.583,01	32,33%
	01010304	CAPOTA FIBRA CAM LEVE CS 770KG	393425	UNM	111,99	240,000	26.877,60	0,000	0,00	78,933	8.839,71	161,067	18.037,89	32,89%
	01010305	CAPOTA FIBRA CAM MED CD 650 2000KG	393427	UNM	107,42	30,000	3.222,60	0,000	0,00	9,700	1.041,97	20,300	2.180,63	32,33%
	01010401	VEIC SEM NVS GR S2 CAT 1 MINIV PER MONOV	393404	UNM	2.864,36	30,000	85.930,80	0,000	0,00	10,867	31.127,00	19,133	54.803,80	36,22%
	01010402	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	60,000	193.841,40	0,000	0,00	19,733	63.751,21	40,267	130.090,19	32,89%
	01010403	CAPOTA FIBRA CAM MED CD 650 2000KG	393427	UNM	107,42	30,000	3.222,60	0,000	0,00	9,867	1.059,91	20,133	2.162,69	32,89%
	01010404	CAPOTA FIBRA 3 AB CAM MED CS CD	393428	UNM	160,86	30,000	4.825,80	0,000	0,00	9,867	1.587,21	20,133	3.238,59	32,89%
	01010405	RACK PORTA ESCADA	393431	UNM	9,67	30,000	290,10	0,000	0,00	9,867	95,41	20,133	194,69	32,89%
	01010501	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	30,000	66.685,20	0,000	0,00	9,867	21.932,76	20,133	44.752,44	32,89%
	01010502	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	30,000	96.920,70	0,000	0,00	9,867	31.877,22	20,133	65.043,48	32,89%
	01010503	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	30,000	1.409,10	0,000	0,00	9,867	463,45	20,133	945,65	32,89%
	01010504	CAPOTA FIBRA CAM MED CD 650 2000KG	393427	UNM	107,42	30,000	3.222,60	0,000	0,00	9,867	1.059,91	20,133	2.162,69	32,89%

* ACUMULADO DE QUANTIDADE MEDIDO MAIOR QUE 110%

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMÕES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

Objeto:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍC COMERCIAL LEVE E UTILITÁRIO, COM	Dt. Ref. Preços:	01.03.2023	Medido Acumul. P0:	6.333.969,42
		Data Início:	17.05.2023	Reajuste Acumulado:	54.265,19
Ref. ao Contrato:	04148220400 / 4600051142	Data Término Original:	18.05.2026	Medido Total (P0+Real):	6.388.234,61
Contratada (Fornec):	7000039847 - CS BRASIL FROTAS S.A.	Data de Término em Vigor:	18.05.2026	Saldo Contrato:	13.354.408,96
Valor Original:	19.688.378,40	Coletor Custos:	K - Centro de Custo	Adm. Contratos:	SIMONE LISBOA BECK
Valor em Vigor:	19.688.378,38			Data da Medição:	31.05.2024

					PREVISTO			Medição Atual		Medido Realizado		SALDO		TOTAL MEDIDO
TIPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Código Preço	Unid. de Medida	Valor Unit.	Quant.	Valor total	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	(%)
	01010505	RACK PORTA ESCADA	393431	UNM	9,67	30,000	290,10	0,000	0,00	9,867	95,41	20,133	194,69	32,89%
	01010601	VEIC SEM NVS GR S2 CAT 1 MINIV PER MONOV	393404	UNM	2.864,36	30,000	85.930,80	0,000	0,00	9,634	27.595,24	20,366	58.335,56	32,11%
	01010602	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	60,000	150.127,80	0,000	0,00	19,067	47.708,11	40,933	102.419,69	31,78%
	01010603	VEIC SN GS2 C7 CAM CSIM 4X4 771 2000KG	393408	UNM	4.027,07	30,000	120.812,10	0,000	0,00	11,867	47.789,24	18,133	73.022,86	39,56%
	01010604	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	150,000	484.603,50	0,000	0,00	47,314	152.856,87	102,686	331.746,63	31,54%
	01010605	VEIC SEM NVS FURGÃO ½ TON PORTA TRAS	393412	UNM	2.849,22	210,000	598.336,20	0,000	0,00	68,190	194.288,31	141,810	404.047,89	32,47%
	01010606	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	90,000	4.227,30	0,000	0,00	29,467	1.384,06	60,533	2.843,24	32,74%
	01010607	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	60,000	985,20	0,000	0,00	19,067	313,08	40,933	672,12	31,78%
	01010608	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM MED CS CD	393422	UNM	21,90	30,000	657,00	0,000	0,00	9,867	216,09	20,133	440,91	32,89%
	01010609	CAPOTA FIBRA 3 AB CAM MED CS CD	393428	UNM	160,86	120,000	19.303,20	0,000	0,00	37,448	6.023,89	82,552	13.279,31	31,21%
	01010610	SANTO ANTONIO CAM MED CS CD	393430	UNM	26,05	30,000	781,50	0,000	0,00	9,867	257,04	20,133	524,46	32,89%
	01010611	RACK PORTA ESCADA	393431	UNM	9,67	330,000	3.191,10	0,000	0,00	105,638	1.021,52	224,362	2.169,58	32,01%
	01010612	CESTO AÉREO	393437	UNM	1.988,65	30,000	59.659,50	0,000	0,00	9,867	19.622,01	20,133	40.037,49	32,89%
	01010701	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	60,000	133.370,40	0,000	0,00	19,733	43.863,30	40,267	89.507,10	32,89%
	01010702	VEIC SEM NVS GR S2 CAT 1 MINIV PER MONOV	393404	UNM	2.864,36	30,000	85.930,80	0,000	0,00	9,867	28.262,64	20,133	57.668,16	32,89%
	01010703	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	90,000	225.191,70	0,000	0,00	29,066	72.726,91	60,934	152.464,79	32,30%
	01010704	VEIC SN GS2 C6 CAM CSIM 4X2 771 2000KG	393407	UNM	4.626,85	30,000	138.805,50	0,000	0,00	9,785	45.273,73	20,215	93.531,77	32,62%
	01010705	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	150,000	484.603,50	0,000	0,00	48,813	157.699,67	101,187	326.903,83	32,54%
	01010706	VEIC SEM NVS FURGÃO ½ TON PORTA TRAS	393412	UNM	2.849,22	30,000	85.476,60	0,000	0,00	9,700	27.637,43	20,300	57.839,17	32,33%
	01010707	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	30,000	1.409,10	0,000	0,00	9,867	463,45	20,133	945,65	32,89%
	01010708	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	60,000	985,20	0,000	0,00	19,199	315,25	40,801	669,95	32,00%

* ACUMULADO DE QUANTIDADE MEDIDO MAIOR QUE 110%

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

Objeto:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍC COMERCIAL LEVE E UTILITÁRIO, COM	Dt. Ref. Preços:	01.03.2023	Medido Acumul. P0:	6.333.969,42
		Data Início:	17.05.2023	Reajuste Acumulado:	54.265,19
Ref. ao Contrato:	04148220400 / 4600051142	Data Término Original:	18.05.2026	Medido Total (P0+Real):	6.388.234,61
Contratada (Fornec):	7000039847 - CS BRASIL FROTAS S.A.	Data de Término em Vigor:	18.05.2026	Saldo Contrato:	13.354.408,96
Valor Original:	19.688.378,40	Coletor Custos:	K - Centro de Custo	Adm. Contratos:	SIMONE LISBOA BECK
Valor em Vigor:	19.688.378,38			Data da Medição:	31.05.2024

					PREVISTO			Medição Atual		Medido Realizado		SALDO		TOTAL MEDIDO
TIPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Código Preço	Unid. de Medida	Valor Unit.	Quant.	Valor total	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	(%)
	01010709	CAPOTA FIBRA CAM LEVE CS 770KG	393425	UNM	111,99	30,000	3.359,70	0,000	0,00	9,867	1.105,01	20,133	2.254,69	32,89%
	01010710	CAPOTA FIBRA CAM MED CD 650 2000KG	393427	UNM	107,42	120,000	12.890,40	0,000	0,00	38,947	4.183,69	81,053	8.706,71	32,46%
	01010801	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	60,000	133.370,40	0,000	0,00	19,733	43.863,30	40,267	89.507,10	32,89%
	01010802	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 3 A 1 6	393403	UNM	2.311,55	30,000	69.346,50	0,000	0,00	10,867	25.119,61	19,133	44.226,89	36,22%
	01010803	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	60,000	150.127,80	0,000	0,00	19,000	47.540,47	41,000	102.587,33	31,67%
	01010804	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	30,000	96.920,70	0,000	0,00	9,767	31.554,15	20,233	65.366,55	32,56%
	01010805	VEIC SEM NVS FURGÃO ½ TON PORTA TRAS	393412	UNM	2.849,22	150,000	427.383,00	0,000	0,00	49,200	140.181,62	100,800	287.201,38	32,80%
	01010806	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	180,000	8.454,60	0,000	0,00	58,967	2.769,68	121,033	5.684,92	32,76%
	01010901	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	30,000	66.685,20	0,000	0,00	9,467	21.043,63	20,533	45.641,57	31,56%
	01010902	VEIC SEM NVS GR S2 CAT 1 MINIV PER MONOV	393404	UNM	2.864,36	30,000	85.930,80	0,000	0,00	9,767	27.976,20	20,233	57.954,60	32,56%
	01010903	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	150,000	375.319,50	0,000	0,00	48,732	121.933,80	101,268	253.385,70	32,49%
	01010904	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	60,000	193.841,40	0,000	0,00	18,999	61.379,88	41,001	132.461,52	31,67%
	01010905	VEIC SEM NVS FURGÃO ½ TON PORTA TRAS	393412	UNM	2.849,22	60,000	170.953,20	0,000	0,00	19,533	55.653,81	40,467	115.299,39	32,56%
	01010906	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	90,000	4.227,30	0,000	0,00	29,400	1.380,92	60,600	2.846,38	32,67%
	01010907	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	60,000	985,20	0,000	0,00	19,733	324,02	40,267	661,18	32,89%
	01010908	CAPOTA FIBRA CAM LEVE CS 770KG	393425	UNM	111,99	30,000	3.359,70	0,000	0,00	9,634	1.078,91	20,366	2.280,79	32,11%
	01011001	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	180,000	400.111,20	0,000	0,00	58,967	131.074,21	121,033	269.036,99	32,76%
	01011002	VEIC SEM NVS GR S2 CAT 1 MINIV PER MONOV	393404	UNM	2.864,36	30,000	85.930,80	0,000	0,00	9,867	28.262,64	20,133	57.668,16	32,89%
	01011003	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	60,000	193.841,40	0,000	0,00	19,099	61.702,95	40,901	132.138,45	31,83%
	01011004	VEIC SEM NVS FURGÃO ½ TON PORTA TRAS	393412	UNM	2.849,22	210,000	598.336,20	0,000	0,00	67,868	193.370,86	142,132	404.965,34	32,32%
	01011005	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	90,000	4.227,30	0,000	0,00	28,966	1.360,53	61,034	2.866,77	32,18%

* ACUMULADO DE QUANTIDADE MEDIDO MAIOR QUE 110%

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

Objeto:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍC COMERCIAL LEVE E UTILITÁRIO, COM	Dt. Ref. Preços:	01.03.2023	Medido Acumul. P0:	6.333.969,42
		Data Início:	17.05.2023	Reajuste Acumulado:	54.265,19
Ref. ao Contrato:	04148220400 / 4600051142	Data Término Original:	18.05.2026	Medido Total (P0+Real):	6.388.234,61
Contratada (Fornec):	7000039847 - CS BRASIL FROTAS S.A.	Data de Término em Vigor:	18.05.2026	Saldo Contrato:	13.354.408,96
Valor Original:	19.688.378,40	Coletor Custos:	K - Centro de Custo	Adm. Contratos:	SIMONE LISBOA BECK
Valor em Vigor:	19.688.378,38			Data da Medição:	31.05.2024

					PREVISTO			Medição Atual		Medido Realizado		SALDO		TOTAL MEDIDO
TIPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Código Preço	Unid. de Medida	Valor Unit.	Quant.	Valor total	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	(%)
	01011006	CAPOTA FIBRA CAM MED CD 650 2000KG	393427	UNM	107,42	60,000	6.445,20	0,000	0,00	19,099	2.051,61	40,901	4.393,59	31,83%
	01011101	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	90,000	200.055,60	0,000	0,00	28,709	63.815,51	61,291	136.240,09	31,90%
	01011102	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	30,000	75.063,90	0,000	0,00	9,867	24.688,52	20,133	50.375,38	32,89%
	01011103	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	30,000	492,60	0,000	0,00	9,867	162,02	20,133	330,58	32,89%
	01011201	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	120,000	266.740,80	0,000	0,00	39,167	87.061,97	80,833	179.678,83	32,64%
	01011202	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	420,000	1050.894,60	0,000	0,00	135,597	339.281,32	284,403	711.613,28	32,29%
	01011203	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	30,000	96.920,70	0,000	0,00	9,867	31.877,22	20,133	65.043,48	32,89%
	01011204	VEIC SEM NVS FURGÃO ½ TON PORTA TRAS	393412	UNM	2.849,22	60,000	170.953,20	0,000	0,00	19,733	56.223,66	40,267	114.729,54	32,89%
	01011205	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	30,000	1.409,10	0,000	0,00	9,867	463,45	20,133	945,65	32,89%
	01011206	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	240,000	3.940,80	0,000	0,00	77,331	1.269,78	162,669	2.671,02	32,22%
	01011207	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM MED CS CD	393422	UNM	21,90	30,000	657,00	0,000	0,00	9,867	216,09	20,133	440,91	32,89%
	01011208	CAPOTA FIBRA CAM LEVE CS 770KG	393425	UNM	111,99	180,000	20.158,20	0,000	0,00	58,269	6.525,55	121,731	13.632,65	32,37%
	01011209	RACK PORTA ESCADA	393431	UNM	9,67	30,000	290,10	0,000	0,00	9,867	95,41	20,133	194,69	32,89%
	01011210	KIT GNV CAM LEV MED CIL 22,5	393435	UNM	176,45	30,000	5.293,50	0,000	0,00	9,700	1.711,57	20,300	3.581,93	32,33%
	01011301	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	240,000	533.481,60	0,000	0,00	74,821	166.315,11	165,179	367.166,49	31,18%
	01011302	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	150,000	375.319,50	0,000	0,00	48,166	120.517,59	101,834	254.801,91	32,11%
	01011303	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	60,000	193.841,40	0,000	0,00	19,045	61.528,49	40,955	132.312,91	31,74%
	01011304	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	60,000	2.818,20	0,000	0,00	19,733	926,86	40,267	1.891,34	32,89%
	01011305	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	120,000	1.970,40	0,000	0,00	38,300	628,89	81,700	1.341,51	31,92%
	01011306	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM MED CS CD	393422	UNM	21,90	60,000	1.314,00	0,000	0,00	19,045	417,09	40,955	896,91	31,74%
	01011307	KIT GNV CAM LEV MED CIL 22,5	393435	UNM	176,45	120,000	21.174,00	0,000	0,00	38,300	6.758,04	81,700	14.415,96	31,92%
	01011401	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	60,000	133.370,40	0,000	0,00	19,166	42.602,95	40,834	90.767,45	31,94%
	01011402	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	330,000	825.702,90	0,000	0,00	105,569	264.147,36	224,431	561.555,54	31,99%

* ACUMULADO DE QUANTIDADE MEDIDO MAIOR QUE 110%

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

Objeto:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍC COMERCIAL LEVE E UTILITÁRIO, COM	Dt. Ref. Preços:	01.03.2023	Medido Acumul. P0:	6.333.969,42
		Data Início:	17.05.2023	Reajuste Acumulado:	54.265,19
Ref. ao Contrato:	04148220400 / 4600051142	Data Término Original:	18.05.2026	Medido Total (P0+Real):	6.388.234,61
Contratada (Fornec):	7000039847 - CS BRASIL FROTAS S.A.	Data de Término em Vigor:	18.05.2026	Saldo Contrato:	13.354.408,96
Valor Original:	19.688.378,40	Coletor Custos:	K - Centro de Custo	Adm. Contratos:	SIMONE LISBOA BECK
Valor em Vigor:	19.688.378,38			Data da Medição:	31.05.2024

					PREVISTO			Medição Atual		Medido Realizado		SALDO		TOTAL MEDIDO
TIPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Código Preço	Unid. de Medida	Valor Unit.	Quant.	Valor total	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	(%)
	01011403	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	150,000	484.603,50	0,000	0,00	47,540	153.587,00	102,460	331.016,50	31,69%
	01011404	VEIC SEM NVS FURGÃO 12M³	393414	UNM	5.681,73	30,000	170.451,90	0,000	0,00	9,534	54.169,61	20,466	116.282,29	31,78%
	01011405	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	150,000	7.045,50	0,000	0,00	47,440	2.228,26	102,560	4.817,24	31,63%
	01011406	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	120,000	1.970,40	0,000	0,00	37,955	623,22	82,045	1.347,18	31,63%
	01011407	CAPOTA FIBRA CAM LEVE CS 770KG	393425	UNM	111,99	30,000	3.359,70	0,000	0,00	9,867	1.105,01	20,133	2.254,69	32,89%
	01011408	CAPOTA FIBRA CAM MED CD 650 2000KG	393427	UNM	107,42	90,000	9.667,80	0,000	0,00	27,907	2.997,77	62,093	6.670,03	31,01%
	01011409	RACK PORTA ESCADA	393431	UNM	9,67	60,000	580,20	0,000	0,00	18,388	177,81	41,612	402,39	30,65%
	01011410	KIT GNV CAM LEV MED CIL 22,5	393435	UNM	176,45	180,000	31.761,00	0,000	0,00	58,688	10.355,50	121,312	21.405,50	32,60%
	01011501	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	90,000	225.191,70	0,000	0,00	29,600	74.063,05	60,400	151.128,65	32,89%
	01011502	VEIC SN GS2 C7 CAM CSIM 4X4 771 2000KG	393408	UNM	4.027,07	30,000	120.812,10	0,000	0,00	9,867	39.735,10	20,133	81.077,00	32,89%
	01011503	VEIC SEM NVS FURGÃO ½ TON PORTA TRAS	393412	UNM	2.849,22	150,000	427.383,00	0,000	0,00	48,501	138.190,02	101,499	289.192,98	32,33%
	01011504	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	90,000	4.227,30	0,000	0,00	29,321	1.377,21	60,679	2.850,09	32,58%
	01011505	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	90,000	1.477,80	0,000	0,00	29,600	486,03	60,400	991,77	32,89%
	01011506	RACK PORTA ESCADA	393431	UNM	9,67	60,000	580,20	0,000	0,00	19,454	188,12	40,546	392,08	32,42%
	01011601	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 3 A 1 6	393403	UNM	2.311,55	30,000	69.346,50	0,000	0,00	12,700	29.356,69	17,300	39.989,81	42,33%
	01011602	VEIC SEM NVS GR S2 CAT 1 MINIV PER MONOV	393404	UNM	2.864,36	60,000	171.861,60	0,000	0,00	28,743	82.330,30	31,257	89.531,30	47,91%
	01011603	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	300,000	750.639,00	0,000	0,00	89,333	223.522,78	210,667	527.116,22	29,78%
	01011604	VEIC SEM NVS FURGÃO ½ TON PORTA TRAS	393412	UNM	2.849,22	90,000	256.429,80	0,000	0,00	26,200	74.649,56	63,800	181.780,24	29,11%
	01011605	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	210,000	9.863,70	0,000	0,00	69,000	3.240,93	141,000	6.622,77	32,86%
	01011606	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	270,000	4.433,40	0,000	0,00	88,624	1.455,21	181,376	2.978,19	32,82%
	01011701	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 0 A 1 6	393402	UNM	2.222,84	270,000	600.166,80	0,000	0,00	88,534	196.796,92	181,466	403.369,88	32,79%
	01011702	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 3 A 1 6	393403	UNM	2.311,55	30,000	69.346,50	0,000	0,00	9,867	22.808,06	20,133	46.538,44	32,89%

* ACUMULADO DE QUANTIDADE MEDIDO MAIOR QUE 110%

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

Objeto:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍC COMERCIAL LEVE E UTILITÁRIO, COM	Dt. Ref. Preços:	01.03.2023	Medido Acumul. P0:	6.333.969,42
		Data Início:	17.05.2023	Reajuste Acumulado:	54.265,19
Ref. ao Contrato:	04148220400 / 4600051142	Data Término Original:	18.05.2026	Medido Total (P0+Real):	6.388.234,61
Contratada (Fornec):	7000039847 - CS BRASIL FROTAS S.A.	Data de Término em Vigor:	18.05.2026	Saldo Contrato:	13.354.408,96
Valor Original:	19.688.378,40	Coletor Custos:	K - Centro de Custo	Adm. Contratos:	SIMONE LISBOA BECK
Valor em Vigor:	19.688.378,38			Data da Medição:	31.05.2024

					PREVISTO			Medição Atual		Medido Realizado		SALDO		TOTAL MEDIDO
TIPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Código Preço	Unid. de Medida	Valor Unit.	Quant.	Valor total	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	(%)
	01011703	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	30,000	75.063,90	0,000	0,00	9,867	24.688,52	20,133	50.375,38	32,89%
	01011704	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM LEVE 770 KG	393421	UNM	16,42	30,000	492,60	0,000	0,00	9,867	162,02	20,133	330,58	32,89%
	SUBTOTAL:								0,00		5.153.377,79		10742992,21	
	02010101	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	90,000	225.191,70	0,000	0,00	29,233	73.144,77	60,767	152.046,93	32,48%
	02010102	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	90,000	290.762,10	0,000	0,00	29,467	95.198,74	60,533	195.563,36	32,74%
	02010103	VEIC SN GS2 C9 CAM CDUP 4X4 650 2000KG	393410	UNM	5.555,41	30,000	166.662,30	0,000	0,00	9,279	51.548,65	20,721	115.113,65	30,93%
	02010104	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	30,000	1.409,10	0,000	0,00	9,279	435,83	20,721	973,27	30,93%
	02010105	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM MED CS CD	393422	UNM	21,90	30,000	657,00	0,000	0,00	9,867	216,09	20,133	440,91	32,89%
	02010106	SANTO ANTONIO CAM MED CS CD	393430	UNM	26,05	30,000	781,50	0,000	0,00	9,867	257,04	20,133	524,46	32,89%
	02010107	KIT GNV CAM LEV MED CIL 22,5	393435	UNM	176,45	90,000	15.880,50	0,000	0,00	29,233	5.158,16	60,767	10.722,34	32,48%
	02010201	VEIC SEM NVS GR S2 CAT 1 MINIV PER MONOV	393404	UNM	2.864,36	90,000	257.792,40	0,000	0,00	31,083	89.032,90	58,917	168.759,50	34,54%
	02010202	VEIC SN GS2 C7 CAM CSIM 4X4 771 2000KG	393408	UNM	4.027,07	30,000	120.812,10	0,000	0,00	9,867	39.735,10	20,133	81.077,00	32,89%
	02010301	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	30,000	96.920,70	0,000	0,00	9,867	31.877,22	20,133	65.043,48	32,89%
	02010302	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	30,000	1.409,10	0,000	0,00	9,867	463,45	20,133	945,65	32,89%
	02010303	CAPOTA FIBRA CAM MED CD 650 2000KG	393427	UNM	107,42	30,000	3.222,60	0,000	0,00	9,867	1.059,91	20,133	2.162,69	32,89%
	02010401	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	60,000	150.127,80	0,000	0,00	19,733	49.374,53	40,267	100.753,27	32,89%
	02010402	KIT GNV CAM LEV MED CIL 22,5	393435	UNM	176,45	60,000	10.587,00	0,000	0,00	19,733	3.481,89	40,267	7.105,11	32,89%
	02010501	VEIC SN GS2 C7 CAM CSIM 4X4 771 2000KG	393408	UNM	4.027,07	30,000	120.812,10	0,000	0,00	9,867	39.735,10	20,133	81.077,00	32,89%
	02010502	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	60,000	193.841,40	0,000	0,00	19,589	63.285,99	40,411	130.555,41	32,65%
	02010503	VEIC SEM NVS FURGÃO 7M³	393413	UNM	5.549,40	30,000	166.482,00	0,000	0,00	9,867	54.755,93	20,133	111.726,07	32,89%
	02010504	KIT GNV CAM LEV MED CIL 22,5	393435	UNM	176,45	60,000	10.587,00	0,000	0,00	19,615	3.461,07	40,385	7.125,93	32,69%
	02010601	VEIC SN GS2 C7 CAM CSIM 4X4 771 2000KG	393408	UNM	4.027,07	30,000	120.812,10	0,000	0,00	9,700	39.062,58	20,300	81.749,52	32,33%

* ACUMULADO DE QUANTIDADE MEDIDO MAIOR QUE 110%

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

Objeto:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍC COMERCIAL LEVE E UTILITÁRIO, COM	Dt. Ref. Preços:	01.03.2023	Medido Acumul. P0:	6.333.969,42
		Data Início:	17.05.2023	Reajuste Acumulado:	54.265,19
Ref. ao Contrato:	04148220400 / 4600051142	Data Término Original:	18.05.2026	Medido Total (P0+Real):	6.388.234,61
Contratada (Fornec):	7000039847 - CS BRASIL FROTAS S.A.	Data de Término em Vigor:	18.05.2026	Saldo Contrato:	13.354.408,96
Valor Original:	19.688.378,40	Coletor Custos:	K - Centro de Custo	Adm. Contratos:	SIMONE LISBOA BECK
Valor em Vigor:	19.688.378,38			Data da Medição:	31.05.2024

					PREVISTO			Medição Atual		Medido Realizado		SALDO		TOTAL MEDIDO
TIPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Código Preço	Unid. de Medida	Valor Unit.	Quant.	Valor total	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	(%)
	02010602	CAPOTA MARÍTIMA LON CAM MED CS CD	393422	UNM	21,90	30,000	657,00	0,000	0,00	9,700	212,43	20,300	444,57	32,33%
	02010603	SANTO ANTONIO CAM MED CS CD	393430	UNM	26,05	30,000	781,50	0,000	0,00	9,700	252,69	20,300	528,81	32,33%
	02010604	ENGATE CAM MED CS CD	393433	UNM	26,37	30,000	791,10	0,000	0,00	9,700	255,79	20,300	535,31	32,33%
	02010701	VEIC SEM NVS GR S2 CAT 1 MINIV PER MONOV	393404	UNM	2.864,36	30,000	85.930,80	0,000	0,00	9,867	28.262,64	20,133	57.668,16	32,89%
	02010702	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	60,000	150.127,80	0,000	0,00	19,733	49.374,53	40,267	100.753,27	32,89%
	02010703	VEIC SN GS2 C7 CAM CSIM 4X4 771 2000KG	393408	UNM	4.027,07	30,000	120.812,10	0,000	0,00	9,867	39.735,10	20,133	81.077,00	32,89%
	02010704	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	120,000	5.636,40	0,000	0,00	39,467	1.853,76	80,533	3.782,64	32,89%
	02010801	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 3 A 1 6	393403	UNM	2.311,55	90,000	208.039,50	0,000	0,00	29,433	68.035,85	60,567	140.003,65	32,70%
	02010802	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	120,000	300.255,60	0,000	0,00	38,781	97.035,10	81,219	203.220,50	32,32%
	02010803	VEIC SN GS2 C7 CAM CSIM 4X4 771 2000KG	393408	UNM	4.027,07	90,000	362.436,30	0,000	0,00	31,166	125.507,66	58,834	236.928,64	34,63%
	02010804	VEIC SN GS2 C8 CAM CDUP 4X2 650 2000KG	393409	UNM	3.230,69	30,000	96.920,70	0,000	0,00	9,797	31.651,07	20,203	65.269,63	32,66%
	02010805	SINALIZADOR VISUAL LUMINOSO	393420	UNM	46,97	120,000	5.636,40	0,000	0,00	38,717	1.818,54	81,283	3.817,86	32,26%
	02010806	CAPOTA FIBRA CAM LEVE CS 770KG	393425	UNM	111,99	120,000	13.438,80	0,000	0,00	38,701	4.334,12	81,299	9.104,68	32,25%
	02010807	CAPOTA FIBRA CAM MED CS 771 2000KG	393426	UNM	124,34	30,000	3.730,20	0,000	0,00	9,867	1.226,86	20,133	2.503,34	32,89%
	02010808	CAPOTA FIBRA CAM MED CD 650 2000KG	393427	UNM	107,42	30,000	3.222,60	0,000	0,00	9,800	1.052,72	20,200	2.169,88	32,67%
	02010809	ENGATE CAM MED CS CD	393433	UNM	26,37	60,000	1.582,20	0,000	0,00	19,666	518,59	40,334	1.063,61	32,78%
	SUBTOTAL:								0,00		1.092.412,40		2222.337,10	
	03010101	VEIC SN GS2 C7 CAM CSIM 4X4 771 2000KG	393408	UNM	4.027,07	0,006	24,16	0,000	0,00	3,867	15.572,68	3,861-	15.548,52-	64.450,00%*
	03010201	VEIC SEM NVS GR S1 HATCH 1 3 A 1 6	393403	UNM	2.311,55	30,000	69.346,50	0,000	0,00	5,667	13.099,55	24,333	56.246,95	18,89%
	03010202	VEIC SEM NVS GR S2 CAT 1 MINIV PER MONOV	393404	UNM	2.864,36	30,000	85.930,80	0,000	0,00	5,634	16.137,80	24,366	69.793,00	18,78%
	03010203	VEIC SN GS2 C5 CAM CSIM 4X2 770KG	393406	UNM	2.502,13	30,000	75.063,90	0,000	0,00	5,867	14.680,00	24,133	60.383,90	19,56%

* ACUMULADO DE QUANTIDADE MEDIDO MAIOR QUE 110%

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

Objeto:	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VEÍC COMERCIAL LEVE E UTILITÁRIO, COM	Dt. Ref. Preços:	01.03.2023	Medido Acumul. P0:	6.333.969,42
		Data Início:	17.05.2023	Reajuste Acumulado:	54.265,19
Ref. ao Contrato:	04148220400 / 4600051142	Data Término Original:	18.05.2026	Medido Total (P0+Real):	6.388.234,61
Contratada (Fornec):	7000039847 - CS BRASIL FROTAS S.A.	Data de Término em Vigor:	18.05.2026	Saldo Contrato:	13.354.408,96
Valor Original:	19.688.378,40	Coletor Custos:	K - Centro de Custo	Adm. Contratos:	SIMONE LISBOA BECK
Valor em Vigor:	19.688.378,38			Data da Medição:	31.05.2024

					PREVISTO			Medição Atual		Medido Realizado		SALDO		TOTAL MEDIDO
TIPO	**ITEM**	**ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**	**Código Preço**	**Unid. de Medida**	**Valor Unit.**	**Quant.**	**Valor total**	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**	**Quant.**	**Valor**	**(%)**
	03010204	VEIC SN GS2 C7 CAM CSIM 4X4 771 2000KG	393408	UNM	4.027,07	30,000	120.812,10	0,000	0,00	6,867	27.653,89	23,133	93.158,21	22,89%
	03010205	KIT GNV CAM LEV MED CIL 22,5	393435	UNM	176,45	30,000	5.293,50	0,000	0,00	5,867	1.035,23	24,133	4.258,27	19,56%
	SUBTOTAL:								0,00		88.179,15		268.291,81	
	TOTAL:								**0,00**		**6.333.969,34**		**13.233.621,12**	

* ACUMULADO DE QUANTIDADE MEDIDO MAIOR QUE 110%

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

CONTRATO N° 4.148/22-4
ADENDO

Item 4	Descrição	Quantidade
Grupo 5	Passageiros de 100 a 140 cv Hatch, Câmbio automático	9
	Minivans/Monovolumes-cat.I - 5 lugares câmbio aut., KIT GNV	9
	Caminhonetes CS 4x2 até 770 kgf flex-cat.V, Santo Antonio + KIT GNV	2
	Caminhonetes CS 4x2 de 771 a 2000 kgf die-cat.VI, Baú	1
	Caminhonetes CD 4x2 de 650 a 2000 kgf flex-cat.VIII, Capota marítima lona	1
	Híbridos-cat.X	6
	Furgão 12 m³ teto alto die	1
		Total: 29

Assinado por 1 pessoa: LUIZ SIMIS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584 e informe o código 0281-DD42-FF76-1584

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Código para verificação: 0281-DD42-FF76-1584

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

LUIZ SIMIS (CPF 063.XXX.XXX-59) em 05/07/2024 11:30:05 (GMT-03:00)
Papel: Parte
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

https://assinaturasabesp.1doc.com.br/verificacao/0281-DD42-FF76-1584

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE

Razão social: CS BRASIL FROTAS S.A

CNPJ: 27.595.780/0001-16

Endereço: Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900

Bairro: Vila Cintra**,**

Cidade: Mogi das Cruzes

Estado: São Paulo

CEP: 08.745-900

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Banco para recebimento do pagamento: Bradesco

Nome da agência: B.CUBAS DM M.CRUZES

Número da agência: 231-3

Endereço da agência: Avenida francisco ferreira lopes, 2737. Cidade: MOGI DAS CRUZES – SP Bairro: Centro, CEP: 08745-000

N°da conta corrente: 7159-5

Bairro: Av.saraiva, 400, Sala 08, **Bairro**: VILA CINTRA, CEP: 08745-900 ; **Cidade**: MOGI DAS CRUZES, Estado: São Paulo

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de So□za Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

WF 34962

AO

GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A **CS BRASIL FROTAS S.A.**, inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, que sob penas da lei, que até a presenta data não sofre os efeitos da declaração de inidoneidade, nem está suspenso de participar em licitações promovidas por qualquer órgão governamental, autárquico, fundacional, de empresa pública ou sociedade de economia mista do Estado do Paraná, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, comprometendo-se a informar ocorrências posteriores.

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de So□za Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

WF 34962

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, Sr **CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO, portador da carteira de identidade n° MG15615684, e CPF N° 126.010.516-47,** em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art 73 da lei Estadual n° 15.608/07, que não emprega menor de dezoito anos em trabalhos noturnos, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, de quatorze anos, na condição de aprendiz: Sim () Não (x)

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de So□za Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

WF 34962

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL ESUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, Sr **CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO**, portador da carteira de identidade n° **MG15615684**, e CPF N° **126.010.516-47,** em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, que atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socio ambiental, previstos do Decreto Estadual n° 6.252 de 22/03/2006 e nas demais normas legais e proteção ao meio ambiente.

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de So□za Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

WF 34962

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO
DE QUE FAMILIAR DE AGENTE PÚBLICO PRESTE SERVIÇOS AO GOVERNO DO PARANÁ

A **CS BRASIL FROTAS S.A.**, inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto disposto no Decreto n° 2485/2019, serem verdadeiras as informações e respostas constantes neste documento, estando ciente que será anexado processos administrativos e constituirá documento público, assim como das implicações em termos de responsabilidade, inclusive especialmente nos âmbitos administrativos, cível e criminal em caso de insinceridade:

Atenção				
Para efeito da informação sobre a existência de parentes trabalhando no Governo do Estado do Paraná, objeto da Declaração abaixo, devem ser observados os seguintes tipos de relação consanguínea ou afim:				
Pai/Mãe	**Avô(ó)**	**Bisavô(ó)**	**Filho(a)**	**Neto(a)**
Bisneto(a)	**Tio(a)**	**Irmão(a)**	**Sobrinho(a)**	**Cunhado(a)**
Cônjuge	**Companheiro(a)**	**Sogro(a)**	**Padrasto/Madrasta**	**Enteado(a)**

	SIM	**NÃO**
Trabalho como empregado, cooperado ou de qualquer outra forma vinculado à pessoa jurídica conveniada ou contratada pelo Governo do Estado, E POSSUO um parente trabalhando ou vinculado ao Governo do Estado, em qualquer de seus órgãos ou entidades, incluindo suas autarquias e fundações públicasesociedades de economia mista?		**X**

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de So□za Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

WF 34962

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE ACEITE DO EDITAL

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, que aceita integral e irretratavelmente os termos do Edital em epigrafe, inclusive e especialmente o que se refere às especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, os quais, integrem o Edital.

Mogi das Cruzes/SP

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de So□za Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

WF 34962

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI 13.709/2018

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, por si e seus colaboradores, que conhece e age em conformidade com a Lei13.709/2018– Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Considerando que para a participação no processo licitatório haverá o tratamento de dados pessoais (nome, RG, CPF, nº registro profissional, endereço residencial e eletrônico) dos representantes legais das empresas, credenciados, responsáveis técnicos e equipe técnica, a **CS BRASIL FROTAS S.A**, DECLARA, que detém todas as autorizações, licenças, permissões, concessões, consentimentos, direitos e garantias necessários para autorizar o compartilhamento dos dados pessoais acima com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina–APPA.

E se compromete a observar as disposições do Termo de Referência sobre Proteção de Dados Pessoais desde a fase da licitação, independente da sua contratação ou não.

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de So□za Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

WF 34962

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 04, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº, 389/2026** indica o seguinte pessoal técnico, instalações e aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação:

INSTALAÇÕES, APARELHAMENTO (MÁQUINAS/EQUIPAMENTOS)	**QUANTIDADE**
Instalações	
Filial PR -AV BRASILIA, 8416 - CEP 86027-020 – LONDRINA, PR	**1**
Sede Administrativa (Matriz) – Av. Saraiva, 400 – Sala 08 – Mogi das Cruzes/SP	**1**
Aparelhamento - Veículos, Máquinas, equipamentos:	
Veículos conforme disposto na proposta comercial e seus respectivos reservas;	**Vide proposta**
Microcomputador	**7**
Impressora copiadora	**2**
Demais equipamentos de escritório e parte operacional.	**Cfm. necessário**

WF 34962

PESSOAL TÉCNICO	QUALIFICAÇÃO
DOUGLAS PIETRUSZCWSKI CPF: 627.124.706-72	Gerente Regional / Administração
MATEUS CLEMENTE GONÇALVES CPF: 121.457.016-05	Coordenador de Mercado Automotivo / Engenheiro Elétrico
LEONARDO FRANCISCO DE MENDONÇA, CPF 094.418.446-40 e CREA nº 189891 MG	Gerente Regional
CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO, CPF. 126.010.516-47	Coordenador de Projetos / Enhegenheiro Eletrecista

Mogi das Cruzes/SP,

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Eduardo Sousa Botelho
RG. MG7107186 - CPF. 085.936.996-00
Procurador/Representante Legal

Eduardo Botelho
Gerente de Licitação

WF 34962

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO

LIVRO 1217 PÁGINA 013

Protocolo 4864/2026

Procuração bastante que faz: **CS BRASIL FROTAS S.A.**

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que no dia vinte e dois (22) do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis (2026), nesta cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, me dirigi em diligência à Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, e aí sendo encontrei a outorgante: **CS BRASIL FROTAS S.A.,** com sede nesta cidade, na Avenida Saraiva nº 400, sala 08, Bairro Vila Cintra, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob nº 27.595.780/0001-16, por si e por suas filiais CNPJ's-raiz 27.595.780, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob NIRE 35300586786, neste ato, representada por seus Diretores JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 7.592.374-SSP/MG, CPF/MF 043.780.526-36, e GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 353.651.228-36, ambos com endereço comercial nesta cidade no mesmo acima citado; reconhecida como a própria e pela mesma, na forma representada, me foi dito que por este público, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **ALEXANDRE OTAVIO RIBEIRO PANTUZO**, brasileiro, casado, Gerente de Licitação, portador da carteira de identidade nº MG 11.336.662 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 013.557.256-82; **CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº MG 15.615.684 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 126.010.516-47; **ROBISON DE OLIVEIRA TOMTSKI**, brasileiro, casado, Contador, portador da carteira de identidade nº 47.196.325-2 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 388.952.598-90; **DENIS ALVES DA SILVA**, brasileiro, casado, Administrador, portador da carteira de identidade nº 44.027.371-7 - SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 315.742.918-31; **PAULO ROBERTO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, Engenheiro Mecanico, portador da carteira de identidade nº M7778614 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 042.607.376-27; e **MATEUS CLEMENTE GONÇALVES**, brasileiro, solteiro, engenheiro eletricista, portador da carteira de identidade nº MG 18559840 - SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 121.457.016-05, pessoa(s) física(s) com endereço na Avenida Saraiva nº 400, Sala 8, Vila Cintra, Mogi das Cruzes - SP, CEP 08745-900; aos quais confere poderes especiais, **agindo isoladamente**, para: (A) representar e/ou nomear procuradores, inclusive por meio da assinatura de Termos de Credenciamento e/ou Procuração Particular, para procuradores e/ou credenciados, representá-la em licitações públicas, sob todas as modalidades, com empresas privadas, estatais, paraestatais, autarquias, em todas as esferas, municipal, distrital, estadual, federal, podendo, os ditos procuradores e/ou credenciados, firmar propostas, assinar todos os documentos e declarações integrantes dos envelopes relativos à habilitação, assinar e apresentar proposta técnica e propostas comerciais, prestar todos os esclarecimentos referentes às propostas, ofertar lances verbais, bem como receber intimações, responder ofícios, impetrar e desistir de defesas, recursos, responder aos recursos de terceiros, renunciar à interposição de recursos, concordar, assinar atas e todos os documentos inerentes às reuniões e sessões de licitação, requerer e ter vista dos procedimentos licitatórios, acompanhando-os até seu final; (B) assinar Termos de Credenciamento e/ou Procuração Particular, acima referidos, com todos os poderes neles conferidos; (C) praticar todos os atos necessários ao fiel cumprimento deste mandato, ainda que não exaustivamente mencionados neste instrumento público, para que a Outorgante participe das referidas licitações públicas. **O presente instrumento é válido por um (01) ano a contar desta data, vedado o substabelecimento dos poderes ora outorgados.** Certidões de Indisponibilidade sob hash: m8go5qrvs2-CS Brasil Frotas S.a.; 0840he4ejo-João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; 79jdhb7420-Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli. Paga esta a Tabelião R$ 488,56, ao Estado R$47,51, ao Secretaria da Fazenda R$69,43, ao Município R$14,64, ao Ministério Público R$11,73, ao Registro Civil R$12,86, ao Tribunal de Justiça R$16,76, a Santa Casa R$2,44 - Totalizando R$ 663,93, recolhidos por verba. De como assim disse, lavrei este instrumento que feito e sendo lido, aceitou, outorgou e assina, na forma representada.//. Eu, Bel. Thiago Mateus da Costa, substituto que a escrevi, dou fé, e declaro ser esta cópia do original. (a.a.) JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO === GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI (selos pagos por verba), Trasladada em seguida, Trasladada em seguida. Eu, , substituto, conferi, subscrevi e assino em público e raso.

Em testeº Da verdade

Thiago Mateus da Costa – Substituto

1.º TABELIÃO DE NOTAS
Bel. Thiago Mateus da Costa
SUBSTITUTO
MOGI DAS CRUZES - SP.

Selo Digital:
1121931PR000000016091426P

União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2845112757

2 e 1 NOME E SOBRENOME
CAIO ROBERTO DE SOUZA GALLO

1ª HABILITAÇÃO
19/11/2014

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
18/03/1995, BELO HORIZONTE, MG

4a DATA EMISSÃO
06/08/2024

4b VALIDADE
05/08/2034

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
MG15615684 SSP MG

4d CPF
126.010.516-47

5 Nº REGISTRO
06236822202

9 CAT HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
ROBERTO GALLO

EDNA APARECIDA DE SOUZA GALLO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		05/08/2034	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
30168010907
SP025980484

LOCAL
MOGI DAS CRUZES, SP

2845112757

SÃO PAULO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA062368222<025<<<<<<<<<<<<
9503180M3408054BRA<<<<<<<<<<<4
CAIO<<ROBERTO<DE<SOUZA<GALLO<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** informa que, os representantes abaixo listados serão os responsáveis pela assinatura do instrumento contratual.

I. **Paulo Roberto Teixeira**, Diretor de Operações, brasileiro, portador da cédula de identidade RG M7778614, inscrito no CPF sob nº 042.607.376-27, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes / SP, CEP 08745-900.

II. **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho,** Diretor, brasileiro, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 043.780.526-36, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900.

E-mail do Setor de Contratos: contratos.csb@csbrasilservicos.com.br

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

WF 34962

1° TABELIÃO DE NOTAS E DE PROTESTO DE LETRAS E TÍTULOS
MOGI DAS CRUZES - SP
COMARCA DE MOGI DAS CRUZES
DANIEL RAMELLA MUNHOZ

LIVRO 1199 PÁGINA 277

Protocolo 2211/2025

Procuração bastante que faz: **CS BRASIL FROTAS S.A.**

SAIBAM quantos este público instrumento de procuração virem que no dia dois (02) do mês de junho do ano dois mil e vinte e cinco (2025), nesta cidade de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo, me dirigi em diligência à Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, e aí sendo encontrei a outorgante: **CS BRASIL FROTAS S.A.,** com sede nesta cidade, na Avenida Saraiva nº 400, sala 10A, Bairro Vila Cintra, CEP 08745-900, inscrita no CNPJ/ME sob nº 27.595.780/0001-16, **por si e por suas filiais CNPJ's-raiz 27.595.780**, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP sob NIRE 35300586786, neste ato, representada por seus Diretores JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 7.592.374-SSP/MG, CPF/ME 043.780.526-36, e GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 33.546.713-1-SSP/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 353.651.228-36, ambos com endereço comercial nesta cidade no mesmo acima citado; reconhecida como a própria e pela mesma, na forma representada, me foi dito que por este público, nomeia e constitui seus bastantes procuradores: **DENYS MARC FERREZ**, brasileiro, solteiro, maior, administrador de empresas, RG 08.396.908-9-IFP/RJ, CPF/MF 009.018.327-40; **JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG MG7.592.374-SSP/MG, CPF/MF 043.780.526-36; **PAULO ROBERTO TEIXEIRA**, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG M7778614-SSP/MG, CPF/MF 042.607.376-27; **PEDRO ROQUE DE PINHO DE ALMEIDA**, português, casado, administrador de empresas, RG 59.404.306-2-SSP/SP, CPF/ME 232.942.528-70; **GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG 33.546.713-1-SSP/SP, CPF/MF 353.651.228-36; **MARIA ALESSANDRA BAZARIAN DE SOUZA**, brasileira, casada, diretora administrativa-financeira, RG 19.419.834-0-SSP/SP, CPF/MF 287.871.778-38; **ALEXANDRE OTAVIO RIBEIRO PANTUZZO**, brasileiro, casado, gerente de licitação, RG MG11.336.662-SSP/MG, CPF/MF 013.557.256-82, todos com endereço comercial na sede da outorgante, a qual confere poderes para: **(I) agindo em conjunto de dois** firmar contratos com a administração pública, assinando, inclusive, seus aditamentos e distratos, transigir, firmar recibos e **(II) isoladamente**, representar a outorgante em licitações públicas, sob todas as modalidades, com empresas privadas, estatais, paraestatais, autarquias, em todas as esferas, municipal, distrital, estadual, federal, podendo firmar propostas, assinar todos os documentos e declarações integrantes dos envelopes relativos à habilitação, assinar e apresentar proposta técnica e propostas comerciais, ofertar lances verbais, bem como receber intimações, responder ofícios, impetrar e desistir de recursos, responder aos recursos de terceiros, renunciar à interposição de recursos, concordar, assinar atas e todos os documentos inerentes às reuniões e sessões de licitação, requerer e ter vista dos procedimentos licitatórios, acompanhando-os até seu final; assinar Termos de Credenciamento; enfim praticar todos e quaisquer atos relativos ao bom e fiel cumprimento deste mandato. **O presente instrumento é válido por 1 (um) ano, sendo vedado seu substabelecimento.** Certidões de Indisponibilidade sob hash: m8go5qrvs2-CS Brasil Frotas S.a.; 0840he4ejo-João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho; 79jdhb7420-Gustavo Henrique Paganoto Moscatelli. Paga esta a Tabelião R$ 470,74, ao Estado R$45,77, ao Secretaria da Fazenda R$66,90, ao Município R$14,10, ao Ministério Público R$11,30, ao Registro Civil R$12,39, ao Tribunal de Justiça R$16,15, a Santa Casa R$2,35 - Totalizando R$ 639,70, recolhidos por verba. De como assim disse, lavrei este instrumento que feito e sendo lido, aceitou, outorgou e assina, na forma representada. Eu, Bel. Thiago Mateus da Costa, substituto que a escrevi, dou fé, e declaro ser esta cópia do original. (a.a.) JOÃO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO === GUSTAVO HENRIQUE PAGANOTO MOSCATELLI. (selos pagos por verba), Trasladada em seguida. Eu, , substituto, conferi, subscrevi e assino em público e raso.

Em test° Da verdade

Thiago Mateus da Costa – substituto

1.° TABELIÃO DE NOTAS
Bel. Thiago Mateus da Costa
SUBSTITUTO
MOGI DAS CRUZES - SP.

Selo Digital:
1121931PR0000000157171252

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
VALIDO EM TODO TERRITORIO NACIONAL, QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA, INVALIDA ESTE DOCUMENTO
União Internacional do Notariado Latino (Fundada em 1948)

Rua Princesa Isabel De Bragança 180 Centro - Mogi Das Cruzes - SP
Fone: 11-04799-4562 Fax: 11-98281-8846

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2705038710

2 e 1 NOME E SOBRENOME: PAULO ROBERTO TEIXEIRA
1ª HABILITAÇÃO: 28/01/1999
3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 27/09/1980, BELO HORIZONTE, MG
4a DATA EMISSÃO: 26/12/2023
4b VALIDADE: 22/12/2033
ACC:
D
4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: M7778614 SSP MG
4d CPF: 042.607.376-27
5 Nº REGISTRO: 00501238300
9 CAT HAB: B
NACIONALIDADE: BRASILEIRO
FILIAÇÃO: DAVID TADEU TEIXEIRA
MARIA DO CARMO NUNES TEIXEIRA
7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A				D1			
A1				BE			
B		22/12/2033		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
55442345286
MG654130132

LOCAL: BELO HORIZONTE, MG

2705038710

MINAS GERAIS

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA005012383<008<<<<<<<<<<<<
8009272M3312223BRA<<<<<<<<<<<2
PAULO<<ROBERTO<TEIXEIRA<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2652655464

2 e 1 NOME E SOBRENOME: JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA FILHO

1ª HABILITAÇÃO: 10/09/1998

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO: 03/05/1980, BELO HORIZONTE, MG

4a DATA EMISSÃO: 12/08/2023

4b VALIDADE: 02/08/2033

ACC:

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF: MG7592374 SSP MG

4d CPF: 043.780.526-36

5 Nº REGISTRO: 00373666229

9 CAT HAB: B

NACIONALIDADE: BRASILEIRO

FILIAÇÃO:
JOAO BOSCO RIBEIRO DE OLIVEIRA
MARIA AUREA ARAUJO RIBEIRO DE OLIVEIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A				D1			
A1				BE			
B		02/08/2033		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

2652655464

12 OBSERVAÇÕES
A

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
76584350568
SP019196603

LOCAL
MOGI DAS CRUZES, SP

SÃO PAULO

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoría de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA003736662<290<<<<<<<<<<<<
8005034M3308028BRA<<<<<<<<<<<6
JOAO<<RIBEIR<DE<OLIVEIRA<FILHO

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

www.pwc.com.br

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e relatório do auditor independente

pwc

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e quotistas
CS Brasil Frotas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

CS Brasil Frotas S.A.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de abril de 2024

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Lia Marcela Rusinque Fonseca
Signed By: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA:23243418836
CPF: 23243418836
Signing Time: 29 April 2024 | 17:24 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
89078CEA0D4182...

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

CS Brasil Frotas S.A

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 e relatório dos auditores independentes

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2023

Índice

Balanços patrimoniais……..... 3
Demonstrações dos resultados..... 4
Demonstrações dos resultados abrangentes..... 5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 6
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto..... 7
Notas explicativas às demonstrações contábeis..... 8
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais..... 43
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis individuais..... 44
Declaração da Diretoria sobre os Relatórios dos Auditores Independentes..... 45

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

CS Brasil Frotas S.A.

Balanços Patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6.2	6.193	2.487
Títulos e valores mobiliários	7.2	530.089	600.621
Contas a receber	8.2	332.483	156.237
Estoques	-	3.015	2.827
Tributos a recuperar	-	2.621	21.165
Imposto de renda e contribuição social antecipados	18.4	36.881	12.484
Veículos desativados para renovação de frota	9.2	127.548	100.172
Outros ativos	-	47.821	33.455
Total dos ativos circulantes		**1.086.651**	**929.448**
Não circulante			
Contas a receber	8.2	12	5
Tributos a recuperar	-	58	58
Depósitos judiciais	16.2	1.658	519
Outros ativos	-	6.146	631
Total do ativo realizável a longo prazo		**7.874**	**1.213**
Imobilizado	10.2	4.384.184	2.757.642
Intangível	-	4.267	3.402
Total dos ativos não circulantes		**4.396.325**	**2.762.257**
Total do ativo		**5.482.976**	**3.691.705**

Passivo	Notas	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Circulante			
Fornecedores	12.2	654.743	313.807
Debêntures	13.2	128.730	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	3.718	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	-	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	-	8.194	3.604
Tributos a recolher	-	11.053	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	18.278	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	3.702	47.298
Total dos passivos circulantes		**828.418**	**584.401**
Não circulante			
Debêntures	13.2	1.565	-
Arrendamento por direito de uso	15.2	7.071	3.062
Provisões para demandas judiciais e administrativas	16.2	102	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	239.733	168.151
Outras contas a pagar e adiantamentos		142	-
Total dos passivos não circulantes		**248.613**	**171.213**
Patrimônio líquido			
Capital social	19.1	1.438.222	1.378.222
Reservas de capital	-	1.912.707	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	669.846	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital		385.170	60.000
Total do patrimônio líquido		**4.405.945**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**5.482.976**	**3.691.705**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

Demonstração de Resultado	Notas	31/12/2023	31/12/2022
			Reapresentado nota explicativa 2.6
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	1.293.053	780.587
(-) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(852.984)	(457.709)
(=) Lucro bruto		**440.069**	**322.878**
Despesas comerciais	21	(9.997)	(4.795)
Despesas administrativas	21	(24.186)	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	21	(4.208)	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(350)	994
Despesas operacionais, líquidas		**(38.741)**	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**401.328**	**296.727**
Receitas financeiras	22	24.934	16.484
Despesas financeiras	22	(52.673)	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(27.739)**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**373.589**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social – diferido	18.2	(71.582)	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(71.582)**	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**302.007**	**229.993**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	**302.007**	**229.993**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**302.007**	**299.993**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

					Reserva de lucros			
	Nota	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
			Reapresentado nota explicativa 2.6					
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.378.222**	**313.646**	**-**	**8.421**	**173.187**	**-**	**1.873.476**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	60.000	-		-	60.000
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	-	960.000		-	-	-	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	-	-	(174.978)		-	-	-	(174.978)
Lucro líquido do exercício	-	-	-		-	-	229.993	229.993
Reserva legal	-	-	-		11.500		(11.500)	-
Juros sobre capital próprio distribuidos	19.2.2	-	-		-		(12.400)	(12.400)
Constituição de reserva para investimento	-	-	-		-	206.093	(206.093)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**1.378.222**	**1.098.668**	**60.000**	**19.921**	**379.280**	**-**	**2.936.091**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	385.170	-		-	385.170
Aumento de capital	-	60.000	-	(60.000)	-	-	-	-
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	-	927.500		-	-	-	927.500
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	-	-	(113.461)		-	-	-	(113.461)
Lucro líquido do exercício	-	-	-		-	-	302.007	302.007
Reserva legal	-	-	-		15.100		(15.100)	-
Juros sobre capital próprio distribuidos	19.2.2	-	-		-		(31.362)	(31.362)
Constituição de reserva para investimento	-	-	-		-	255.545	(255.545)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**-**	**4.405.945**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado nota explicativa 2.6
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	373.589	306.120
Ajuste para:			
Depreciação, amortização e impairment de ativos	21	271.298	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	309.535	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	4.208	1.655
Baixa de ativos	11.2	5.508	702
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	16.3	102	-
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	50.466	5.448
		1.014.706	**582.191**
Variações no capital circulante liquido operacional			
Contas a receber	9	(180.461)	(45.183)
Estoques	-	(188)	(323)
Fornecedores	12	22.057	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	-	14.863	(41)
Contas a pagar e adiantamentos		(43.454)	-
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	-	(18.703)	23.184
Variações no capital circulante liquido operacional		**(205.886)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(24.397)	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	-	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(214.873)	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.912.142)	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(2.151.412)**	**(1.370.969)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	70.322	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(2.081.090)**	**(1.609.378)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(2.698)	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.698)**	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	927.500	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(8.996)	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(25.000)	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	385.170	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**1.278.674**	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do período	-	2.487	9.711
No final do período	-	6.193	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**3.706**	**(7.224)**
Informações suplementares aos fluxos de caixa			
Aquisição de ativo imobilizado por linhas de financiamento:			-
Por arrendamento de direitos de uso de imobilizado		(7.403)	(5.962)
Fornecedores em aberto		318.879	40.877

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

1. Informações gerais

A CS Brasil Frotas S.A. (“Empresa”) é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da CS Brasil Participações e Locações S.A. ("CS Brasil Participações") com sede na Av. Saraiva, 400, Vila Cintra - Mogi das Cruzes, São Paulo a qual detém 25,40% de participação direta. Que tem como atividades preponderantes: locação de veículos automotores sem condutor; prestação de serviços de gerenciamento, gestão e manutenção de frota (preventiva e corretiva), podendo ainda, participar de outras sociedades, como sócio ou acionista.

A CS Brasil Frotas S.A. (“Empresa”) também é controlada direta da Movida Locação de Veículos S.A. (Movida Locação) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 60,96% de participação direta que atua no segmento de locação de veículos leves (‘rent a car’) e tem como objeto social principalmente a locação de veículos automotores, administração e licenciamento de marcas comerciais no ramo da locação de veículos sob o regime de franquia empresarial, assessoria de tecnologia aos franqueados, sistemas, treinamento, produto e materiais promocionais e intermediação da locação de veículos no Brasil.

E também é controlada direta da Movida Participações S.A. (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 13,64% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves (“rent a car” ou “RAC”) e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves (“GTF”). Como consequência e visando a consecução das atividades de locação

Em 26 de julho de 2021, foi celebrado um contrato de venda para a Movida Participações S.A, de 100% do capital da CS Brasil Participações S.A. e sua controlada direta CS Frotas Ltda.A reestruturação foi efetuada mediante aumento de capital realizado pela Movida Participações S.A, no valor total de R$ 583.480 com a emissão de 63.381.072 novas ações ordinárias pela aquisição do referido investimento com parte relacionada

Em 07 de dezembro de 2021, foi aprovada a conversão das quotas da Empresa em ações ordinárias à razão de 1 quota por 1 ação ordinária, transformando-se a Empresa de Sociedade Limitada em uma Sociedade por Ações e alterxação da razão social para CS Brasil Frotas S.A.

Em 28 de dezembro de 2021 a Assembleia Geral Extraordinária da Movida Participações S.A aprovou a Cisão Parcial da CS Participações transferindo para a Movida Locações. Pertencentes ao mesmo grupo econômicos, entendem que a cisão parcial se insere no contexto da reorganização administrativa, financeira e jurídica dos negócios da CS Participações e será realizada tendo em vista a necessidade de segregação e redistribuição de determinados ativos e passivos da CS Participações em outra estrutura societária, visando otimizar sua estrutura e permitir que seus acionistas possam realocar tais ativos e passivos com maior eficiência.

A Parcela cindida é composta (i) pelo investimento na CS Brasil Frotas S.A. (“CS Frotas”), sociedade operacional, correspondente a 557.587.450 ações de sua emissão, representativas de, aproximadamente, 40,45% de seu capital socialtotal avaliados e (ii) pelo saldo passivo referente aos débitos da totalidade das 600.000 debêntures da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional, em série única realizada pela CS Participações em 10 de dezembro de 2020 e avaliado, segundo o Laudo de Avaliação, em R$ 620.339.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

1.1 Principais eventos ocorridos no exercício

1.1.1 Decisão Supremo Tribunal Federal ("STF") sobre a coisa julgada e matéria tributaria o fim da "coisa julgada"

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu, por unanimidade, que julgamentos individuais tidos como definitivos (decisões transitadas em julgado), favoráveis aos contribuintes, perderão suas eficácias caso o Tribunal venha, posteriormente, a se pronunciar contrariamente às teses defendidas pelos contribuintes. Por maioria de votos, foi decidido que a perda dos efeitos das decisões individuais será imediata, sem necessidade de propositura de ações rescisórias, e que os tributos e/ou contribuições em questão passarão a ser devidos a partir da data da publicação da decisão do STF (contrária ao contribuinte), respeitadas as regras constitucionais de irretroatividade e anterioridade.

A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023, em decorrência desta decisão.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) (atualmente denominadas "normas contábeis IFRS® "), incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations) ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros, tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 29 de abril de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Uso de estimativas, julgamento e premissas contábeis críticas

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

2.2.1. Julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional da Companhia.

2.2.2. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 18.1;
b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 10;
c) Veículos desativados para renovação de frota – valor residual líquido - nota explicativa 9;
d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e ágio: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 11;
e) Perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 8;
f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 16;
g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 5.3.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em R$ (reais), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas.

Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS na nota explicativa 5.

2.5. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade.

Por isso, a CS Frotas busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou neutralizem os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas.

A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. (“Movida Europe”), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo (“Emissora”), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos Sustainability-Linked Bond (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (Tank-to-Wheel) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (upstream) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora).). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR.

A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores:

• Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes;
• Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano;
• Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores;
• Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota;
• Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2.

O inventário de emissões é compilado pela companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol – um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no Carbon Disclosure Project (CDP), avaliação que a posiciona entre as companhias mais comprometidas com o tema das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

2.6. Reclassificação dos saldos comparativos

Em 2023, foram identificados ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros no cálculo do Ajuste a Valor Presente das debêntures conversíveis em ações, todos no exercício de 2022, nos montantes de:

- R$ 104.176 no grupo de debêntures, no passivo;
- R$ 34.150 no grupo de Reservas de capital no patrimônio líquido;
- R$ 34.150 no grupo de Ajuste do Valor Presente da demonstração de mutação do patrimônio líquido;
- R$ 70.026 no grupo de despesas financeiras na Demonstração do Resultado do Exercício;

A referida correção afetou o passivo circulante, demonstração do resultado do exercício, demonstração de mutação do património líquido e demonstração do fluxo de caixa, de 31 de dezembro de 2022 e de 1o de janeiro de 2022 nesses mesmos valores. As demonstrações financeiras individuais de 31 de dezembro e 1o de janeiro de 2022, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas.

Conforme demonstrados nos quadros abaixo:

Balanço Patrimonial

		31/12/2022		
Passivo	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Circulante				
Fornecedores	12.2	313.807	-	313.807
Debêntures	13.2	283.442	(104.176)	179.266
Arrendamento por direitos de uso	15.2	6.141	-	6.141
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	14.2	3.045	-	3.045
Obrigações trabalhistas e sociais	-	3.604	-	3.604
Tributos a recolher	-	19.324	-	19.324
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	19.2	11.916	-	11.916
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	47.298	-	47.298
Total dos passivos circulantes		**688.577**	**(104.176)**	**584.401**
Não circulante				
Arrendamento por direito de uso	15.2	3.062	-	3.062
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.2	168.151	-	168.151
Total dos passivos não circulantes		**171.213**	**-**	**171.213**
Patrimônio líquido				
Capital social	19.1	1.378.222	-	1.378.222
Reservas de capital	-	1.064.518	34.150	1.098.668
Reservas de lucros	19.2	329.175	70.026	399.201
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	60.000	-	60.000
Total do patrimônio líquido		**2.831.915**	**104.176**	**2.936.091**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**3.691.705**	**-**	**3.691.705**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Demonstração do resultado

		31/12/2022		
Demonstração de Resultado	**Notas**	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	19	780.587	-	780.587
(-) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(457.709)	-	(457.709)
(=) Lucro bruto		**322.878**	**-**	**322.878**
Despesas comerciais	21	(4.795)	-	(4.795)
Despesas administrativas	21	(20.695)	-	(20.695)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	21	(1.655)	-	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	994	-	994
Despesas operacionais, líquidas		**(26.151)**	**-**	**(26.151)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**296.727**	**-**	**296.727**
Receitas financeiras	22	16.484	-	16.484
Despesas financeiras	22	(77.117)	70.026	(7.091)
Resultado financeiro, líquido		**(60.633)**	**70.026**	**9.393**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**236.094**	**70.026**	**306.120**
Imposto de renda e contribuição social – diferido	18.2	(76.127)	-	(76.127)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(76.127)**	**-**	**(76.127)**
Lucro líquido do exercício		**159.967**	**70.026**	**229.993**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Nota	**Reservas de capital - Divulgado**	**Reservas de capital - Ajuste**	**Reservas de capital - Reapresentado**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		313.646	-	313.646
Emissão de debentures conversíveis em ações	13.2	960.000	-	960.000
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	-	(209.128)	34.150	(174.978)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**1.064.518**	**34.150**	**1.098.668**

Demonstração do fluxo de caixa

		31/12/2022		
	Nota	**Divulgado**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	17.2	236.094	70.026	306.120
Ajuste para:			-	
Depreciação e amortização	21	134.882	-	134.882
Custo de venda de ativos desmobilizados	21	133.384	-	133.384
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	21	1.655	-	1.655
Baixa de ativos	11.2	702	-	702
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	13,14 e 15	75.474	(70.026)	5.448
		582.191	**-**	**582.191**
Variações no capital circulante liquido operacional				
Contas a receber	9	(45.183)	-	(45.183)
Estoques	-	(323)	-	(323)
Fornecedores	12	92.818	-	92.818
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	-	(41)	-	(41)
Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	-	23.780	(596)	23.184
Variações no capital circulante liquido operacional		**71.051**	**(596)**	**70.455**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	18	(7.684)	-	(7.684)
Demandas judiciais e administrativas pagas	16	(15)	-	(15)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos, arrendamentos	13 e 15	(36.513)	596	(35.917)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	10	(1.327.352)	-	(1.327.352)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(1.371.564)**	**596**	**(1.370.968)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	7	(238.409)	-	(238.409)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(1.609.973)**	**596**	**(1.609.377)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições ao ativo imobilizado para investimento e intangível	10	(4.289)	-	(4.289)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(4.289)**	**-**	**(4.289)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de debêntures conversíveis em ação	13	960.000	-	960.000
Amortização de arrendamentos a pagar	14 e 16	(59.806)	-	(59.806)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	19.2.2	(6.398)	-	(6.398)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	60.000	-	60.000
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**953.796**	**-**	**953.796**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	**-**	**(7.224)**
Caixa e equivalentes de caixa				-
No início do período	-	9.711	-	9.711
No final do período	-	2.487	-	2.487
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**(7.224)**	**-**	**(7.224)**
				-
Variações patrimoniais que não afetaram o caixa				-
Adição de arrendamentos por direito de uso		(5.962)		(5.962)
Variação no saldo de fornecedores, montadoras de veículos a pagar		40.877		40.877

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES EM NORMAS VIGENTES

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1o de janeiro de 2023:

3.1 Alterações e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023

3.1.1 Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo “políticas contábeis significativas” para “políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil.

3.1.2. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual.

3.1.3. Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais.

3.1.4. Alteração ao IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE, isenção essa que foi adotada pelo Grupo. No entanto, as entidades são requeridas a apresentar divulgações adicionais em suas demonstrações contábeis anuais de exercícios iniciados em ou após 1º. de janeiro de 2023, não havendo requisito de divulgação para períodos intermediários anteriores a 31 de dezembro. 2023. As alterações ao IAS 12 são aplicáveis imediatamente e retrospectivamente de acordo com a IAS 8 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”, incluindo a exigência de divulgar se a exceção foi aplicada e se os tributos sobre o lucro da entidade foram afetados em decorrência da implementação das regras do Pilar Dois.

A adoção destas alterações não causou nenhum impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas no exercício de adoção (1º de janeiro de 2023).

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

3.2. Alterações e novas normas que ainda não estão em vigor

3.2.1. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis"

De acordo com o IAS 1 – "*Presentation of financial statements"*, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações contábeis, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "*Classification of liabilities as current or non-current"*, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: *covenants*), mesmo que a mensuração contratual do *covenant* somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

3.2.2. Alteração ao IFRS 16 - "Arrendamentos"

A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (sale and leaseback). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor- -arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2024.

3.2.3. Alterações ao IAS 7 "Demonstração dos Fluxos de Caixa" e IFRS 7 "Instrumentos Financeiros: Evidenciação"

A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (Supplier Finance Arrangements (SFAs)) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis do Grupo.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

4. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais hajam informações financeiras individualizadas disponíveis.

Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, a CS Frotas possui apenas um segmento de negócio operacional sujeito a divulgação de informações por segmento:

Gestão e Terceirização de Frotas (GTF): divisão responsável pela gestão de frotas para pessoas jurídicas por períodos de longo prazo, que geralmente variam entre 24 e 36 mese, nessa divisão também temos o carro por assinatura que é um produto voltado para a pessoa física. Os carros são adquiridos após assinatura dos contratos de acordo com a necessidade de cada cliente, e ao término desses contratos os veículos são desmobilizados. Esses veículos são vendidos em pontos de vendas e também para revendedores espalhados pelo país.

Não há cliente que tenha contribuído com mais de 10% da receita bruta operacional para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2023.

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado apresentados nesta Demonstração Financeira, reflete a operação por segmento da Companhia.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

5.1 Política contábil

5.1.1. Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros da empresa estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis.

Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

a) Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

b) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

c) Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

5.1.2. Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Classificação e mensuração

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

A despesa de juros , ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

5.1.3. Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha ma data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

5.2 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2023			31/12/2022		
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	-	6.193	6.193	-	2.487	2.487
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	530.089	-	530.089	600.621	-	600.621
Contas a receber	-	332.495	332.495	-	156.237	156.237
Outros créditos	-	53.967	53.967	-	33.455	33.455
Total	**530.089**	**392.655**	**922.744**	**600.621**	**192.179**	**792.800**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Passivos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Passivos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
					Reapresentado nota explicativa 2.6	
Fornecedores	-	654.743	654.743	-	313.807	313.807
Debêntures	-	130.295	130.295	-	179.266	179.266
Arrendamentos por direito de uso	-	10.789	10.789	-	9.203	9.203
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	-	-	-	-	3.045	3.045
Dividendos a pagar	-	18.278	18.278	-	11.916	11.916
Outras contas a pagar	-	3.702	3.702	-	47.298	47.298
Total	**-**	**817.807**	**817.807**	**-**	**564.535**	**564.535**

5.3 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, está demonstrada a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	6.193	6.193	2.487	2.487
Títulos e valores mobiliários	530.089	530.089	600.621	600.621
Contas a receber	332.495	332.495	156.237	156.237
Outros ativos	53.967	53.967	33.455	33.455
Total	**922.744**	**922.744**	**792.800**	**792.800**

Passivos financeiros			**Reapresentado nota explicativa 2.6**	
Fornecedores	654.743	654.743	313.807	313.807
Debêntures	130.295	130.295	179.266	179.266
Arrendamento a pagar - Instituições financeiras	-	-	3.045	2.912.248
Arrendamentos por direito de uso	10.789	10.789	9.203	9.203
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.278	18.278	11.916	11.916
Outras contas a pagar	3.702	3.702	47.298	47.298
Total	**817.807**	**817.807**	**564.535**	**3.473.738**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Nível1	Nível2	Total	Nível1	Nível2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	-	-	-	2.119	2.119
Aplicação Automatica	-	5.537	5.537	-	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
Fundo exclusivo SIMPAR	-	530.089	530.089	600.621	-	600.621
Subtotal	**-**	**535.626**	**535.626**	**600.621**	**2.119**	**602.740**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo					**Reapresentado nota explicativa 2.6**	
Debêntures	-	130.296	130.296	-	179.266	179.266
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	3.045	3.045
Arrendamentos por direito de uso	-	10.789	10.789	-	9.203	9.203
Subtotal	**-**	**141.085**	**141.085**	**-**	**191.514**	**191.514**
Total	**-**	**676.711**	**676.711**	**600.621**	**193.633**	**794.254**

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

(i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
(ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2023 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	11,65%	11,12%	10,46%	9,77%	9,60%	9,79%	10,27%
Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2023							

5.4 Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez.

A Administração da CS Frotas supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da CS Frotas monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (*hedge*) dos riscos conhecidos. A CS Frotas não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco especulativo.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Empresa está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros.

i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da CS Frotas de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	Qualidade
AAA	Prime
AA+, AA, AA-	Grau de Investimento Elevado
A+, A, A-	Grau de Investimento Médio Elevado
BBB+, BBB, BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
BB+,BB, BB-	Grau Especulativo
B+, B, B-	Grau Altamente Especulativo
CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
CCC	Grau Extremamente Especulativo
CCC-, CC, C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
DDD, DD, D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Empresa para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa fundo fixo	**119**	**66**
Br AAA	515	303
Br A	22	-
Total depositados em conta corrente	**537**	**303**
Total de disponibilidades	**656**	**369**

	31/12/2023	31/12/2022
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	5.537	1.428
Br AA	-	690
Total de aplicações financeiras	**5.537**	**2.119**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**6.193**	**2.487**

	31/12/2023	31/12/2022
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	530.089	600.621
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	**530.089**	**600.621**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

ii. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes.

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em *ranking* de empresas especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração.

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da CS Frotas.

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da CS Frotas para os saldos de contas a receber são como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber - clientes	**340.925**	**160.464**
(-) Perdas esperadas *(impairment)* de contas a receber	(8.430)	(4.222)
Contas a receber - cartões de crédito		
AAA	-	-
Total do contas a receber	**332.495**	**156.242**

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da CS Frotas ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco cambial e risco de preço que pode ser de "*commodities"*, de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a CS Frotas se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Atualmente, a CS Frotas está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do euro e do dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures.

iii. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A CS Frotas está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, debêntures e arrendamentos. Como política, a Empresa procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim.

Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

IV. Risco de variação da inflação

A CS Frotas possui debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo. Para mitigar esse de variação da inflação risco foram contratados instrumentos de swaps que trocam a variação do IPCA pela taxa do CDI - Certificado de Depósito Interbancário. Nessa mesma nota explicativa (5.4) demonstramos a análise de sensibilidade para estes instrumentos

c) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo da CS Frotas é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

	31/12/2023				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	6.193	6.193	6.193	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	530.089	530.089	530.089	-	-
Contas a receber	332.495	332.495	332.483	12	-
Outros ativos	53.967	53.967	47.821	6.146	-
Total	**922.744**	**922.744**	**916.586**	**6.158**	**-**
Passivos financeiros					
Fornecedores	654.743	654.743	654.743	-	-
Debêntures	130.295	130.295	130.295	-	-
Arrendamentos por direito de uso	10.789	10.789	3.718	2.532	4.539
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	18.278	18.278	18.278	-	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	3.844	3.844	3.702	142	-
Total	**817.949**	**817.949**	**810.736**	**2.674**	**4.539**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

5.5 Análise de sensibilidade a taxas de juros e moeda

A CS Frotas efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis.

Esse estudo tem como cenário provável a taxa do CDI em 10,46% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), SELIC de 10,55% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil), taxa do euro de R$ 5,65 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão), IPCA de 6,32% a.a. (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão) impactando proporcionalmente as dívidas e aplicações financeiras. Sobre a TJLP, o cenário considerado provável em 31 de dezembro de 2023 é de 5,56% a.a. conforme BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. A taxa SOFR projetada para um ano foi de 5,38% (fonte: Federal Reserve New York Bank).

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da CS Frotas, e consequente aumento ou redução das despesas financeiras líquidas.

Operação	Exposição	Risco	Ganho / (Perda) potencial	Taxa provável	Cenário I provável	Cenário II + deterioração de 25%	Cenário III + deterioração de 50% -
Aplicações financeiras	R$ 6.193	CDI	Ganho	10,54%	653	816	979
Títulos e valores mobiliários	R$ 530.089	SELIC	Ganho	10,46%	55.447	69.309	83.171
		Total Ativo			**56.100**	**70.125**	**84.150**
Debentures	R$ 130.295	CDI+2,81%	Perda	13,43%	(17.499)	(20.906)	(24.313)
		Total CDI			**(17.499)**	**(20.906)**	**(24.313)**
Exposição líquida e impacto no resultado da despesa financeira - pós fixado					**38.601**	**49.219**	**59.837**
Variação no resultado com relação ao cenário provável					**-**	**10.618**	**21.236**

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN e BM&F

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor.

6.2 Composição de caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	119	66
Bancos	537	303
Total de disponibilidades	**656**	**369**
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	2.118
Aplicação Automatica	5.537	-
Total de aplicações financeiras	**5.537**	**2.118**
Total	**6.193**	**2.487**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

7.1 Política contábil

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado.

7.2 Composição de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras.

Operações	31/12/2023	31/12/2022
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
Fundo exclusivo SIMPAR	530.089	600.621
Total	**530.089**	**600.621**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o rendimento médio dos fundos nos quais estas operações estão alocadas foi de 10,03% a.a (em 31 de dezembro de 2022, o rendimento médio foi de 11,89% a.a.).

As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da CS Frotas a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 5.2, 5.3, 5.4 e 5.5.

8. CONTAS A RECEBER

8.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas (“PECLD” ou “*Impairment*”).

Para contratos de alugueis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados.

A empresa utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc”.* A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

8.2 Composição das contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	114.683	67.203
Valores a receber com cartões de crédito	-	-
Receita de locação a faturar	121.518	59.203
Contas a receber - partes relacionadas	104.724	34.058
(-) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(8.430)	(4.222)
Total	**332.495**	**156.242**
Ativo circulante	332.483	156.237
Ativo não circulante	12	5
Total	**332.495**	**156.242**

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a empresa não possuía saldo de contas a receber dado em garantia de dívidas. As informações sobre a mensuração ao valor justo e sobre a exposição da empresa a riscos de crédito e de mercado estão incluídas nas notas explicativas 5.2, 5.3 e 5.4.

8.3 A movimentação das perdas esperadas (*impairment*)

Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(2.567)**
(-) adições	(1.799)
(+) reversões	144
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(4.222)**
(-) adições	(4.517)
(+) reversões	309
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(8.430)**

8.4 Classificação por vencimento e suas respectivas taxas de perdas esperadas

	31/12/2023				31/12/2022			
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total
Total a vencer	**242.182**	**(902)**	**(0,4%)**	**241.280**	**135.687**	**(525)**	**(0,4%)**	**135.162**
Vencidos em até 30 dias	51.708	(330)	(0,6%)	51.378	12.259	(176)	(1,4%)	12.084
Vencidos de 31 a 90 dias	27.450	(502)	(1,8%)	26.948	5.133	(246)	(4,8%)	4.887
Vencidos de 91 a 180 dias	6.530	(1.056)	(16,2%)	5.474	1.895	(440)	(23,2%)	1.454
Vencidos de 181 a 365 dias	5.015	(1.377)	(27,5%)	3.638	1.472	(505)	(34,3%)	967
Vencidos a mais de 365 dias (i)	8.040	(4.263)	(53,0%)	3.777	4.019	(2.331)	(58,0%)	1.688
Total vencidos	**98.743**	**(7.528)**	**(7,6%)**	**91.215**	**24.778**	**(3.697)**	**(14,9%)**	**21.081**
Total	**340.925**	**(8.430)**	**(2,5%)**	**332.495**	**160.465**	**(4.222)**	**(2,6%)**	**156.242**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

9. VEÍCULOS DESATIVADOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA

9.1 Política contábil

Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como veículos desativados para renovação da frota, os ativos deixam de ser depreciados.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base do ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

Os veículos desativados para renovação de frota são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

9.2 Desvalorização de ativos

A Companhia analisa periodicamente a situação de mercado de seus veículos desativados para renovação de frota, que consideram variáveis como: i) preço do carro novo: expectativa de menor aumento de preços nos carros zero km; ii) condições comerciais de compras: reflexo de menores descontos junto às montadoras no período; e iii) mix de carros: safra de compra de carros e ticket médio

9.3 Composição dos veículos desativados para renovação da frota

	Custo	Depreciação acumulada	Total
Custo:			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**93.688**	**(24.417)**	**69.271**
Bens transferidos do imobilizado	208.855	(44.570)	164.285
Bens baixados por venda	(173.704)	40.320	(133.384)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**128.839**	**(28.667)**	**100.172**
Bens transferidos do imobilizado	443.795	(57.158)	386.637
Bens baixados por venda	(369.930)	60.395	(309.535)
(-) Perdas esperadas (*impairment*)(i)	(49.726)	-	(49.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**152.978**	**(25.430)**	**127.548**

(i) Refere-se a provisão para perda (“impairment”) na venda do veiculo destinado para renovação da frota, vide detalhe na nota explicativa 21 (i).

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 a empresa não tinha ativos mantidos para venda dados em garantia de dívidas.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

10. IMOBILIZADO

10.1 Política contábil

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável ("***impairment***"), quando aplicávelQuando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

ii. Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela empresa. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii. Baixas

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado.

iv. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo de bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação de veículos, máquinas e equipamentos compõe o custo da prestação de serviços e a depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

A CS Frotas adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. No último trimestre de 2023, uma avaliação foi efetuada e as taxas foram então ajustadas para refletir o cenário atual de mercado.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

v. Teste de perda de valor recuperável (*"impairment"*)

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso

Taxas médias anuais ponderadas de depreciação aplicada:

Taxa média de depreciação (%)		
Itens do imobilizado	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Veículos	5,82%	5,03%
Máquinas e equipamentos	10,00%	10,00%
Computadores e periféricos	20,00%	20,00%
Móveis e utensílios	10,00%	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4,51%	4,43%
Direito de uso (veículos)	6,53%	29,18%
Direito de uso (imóveis)	24,54%	30,42%

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

10.2 Composição do imobilizado

As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.798.821**	**6.540**	**716**	**520**	**862**	**-**	**47.703**	**2.306**	**151**	**1.857.619**
Adições	1.286.475	310	-	2.499	357	343		5.962	-	1.295.946
Transferência para bens destinados a venda	(208.854)	-	-	-	-	-	-		-	(208.854)
Baixa de ativos e outros	(1.720)	-	-	(109)	10	-	-		-	(1.819)
Outros	748	-	-	-	-	-	-		-	748
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.875.470**	**6.850**	**716**	**2.910**	**1.229**	**343**	**47.703**	**8.268**	**151**	**2.943.640**
Adições	2.231.021	376	-	647	119	596	-	7.403	-	2.240.162
Transferência para bens destinados a venda	(443.795)	-	-	-	-	-	-		-	(443.795)
Baixa de ativos e outros	(6.461)	-	-	(1)	-	-	-	(248)	-	(6.710)
Transferências	-	-	760	-	-	(760)	-		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.656.235**	**7.226**	**1.476**	**3.556**	**1.348**	**179**	**47.703**	**15.423**	**151**	**4.733.297**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(62.876)**	**(969)**	**(152)**	**(136)**	**(173)**	**-**	**(30.284)**	**(1.478)**	**(7)**	**(96.075)**
Despesa de depreciação no exercício	(118.644)	(270)	(41)	(202)	(110)	-	(13.918)	(1.697)	-	(134.882)
Transferência para bens destinados a venda	44.570	-	-	-	-	-	-		-	44.570
Baixa de ativos e outros	270	-	-	109	10	-	-		-	389
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(136.680)**	**(1.239)**	**(193)**	**(229)**	**(273)**	**-**	**(44.202)**	**(3.175)**	**(7)**	**(185.998)**
Despesa de depreciação no exercício	(214.741)	(235)	(41)	(588)	(122)	-	(3.117)	(2.633)	-	(221.477)
Transferência para bens destinados a venda	57.158	-	-	-	-	-	-		-	57.158
Baixa de ativos e outros	955	-	-	-	-	-	-	249	-	1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(293.308)**	**(1.474)**	**(234)**	**(817)**	**(395)**	**-**	**(47.319)**	**(5.559)**	**(7)**	**(349.113)**
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.738.790**	**5.611**	**523**	**2.681**	**956**	**343**	**3.501**	**5.093**	**144**	**2.757.642**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.362.927**	**5.752**	**1.242**	**2.739**	**953**	**179**	**384**	**9.864**	**144**	**4.384.184**

11. ANÁLISE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS *(IMPAIRMENT)*

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou quando há indicadores de redução do valor recuperável.

Em 31 de dezembro de 2023, a Administração atualizou seus estudos e os resultados estão detalhados abaixo.

11.1 Redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos financeiros

A CS Frotas reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A CS Frotas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma "matriz de provisão" simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo "ad hoc".

A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados.

Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de "*impairment*" aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a CS Frotas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CS Frotas para a recuperação dos valores devidos.

11.2 Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*) de ágio

O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2023, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	2023 - %
Taxas de desconto (*WACC*)	11.08%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,50%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 5 anos	6,33%

Unidades Geradoras de Caixa	2022 - %
Taxas de desconto (*WACC*)	12,86%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,30%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 8 anos	5,25%

(i) Lajida: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Sendo:

- Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;
- Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2024 a dezembro de 2028;
- Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;
- O valor residual após dezembro 2028 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado assumindo um crescimento de 3,50%a.a, e
- Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou o teste anual de *impairment*, conforme destacadas acima, e não apurou perdas sobre os valores contabilizados.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

12. FORNECEDORES

12.1 Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa efetiva de juros.

12.2 Composição dos fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Veículos, máquinas e equipamentos	610.744	291.865
Peças e manutenção	11.866	7.111
Partes relacionadas (nota 17.1)	12.157	6.494
Serviços contratados	18.025	3.480
Outros	1.951	4.857
Total	**654.743**	**313.807**

A informação sobre a exposição da CS Frotas aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores encontra-se divulgada na nota explicativa 5.4.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

13. DEBÊNTURES

13.1 Política contábil

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

13.2 Composição de debêntures

	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão	8ª Emissão	Total
Em 31 de dezembro de 2022	**5.365**	**48.481**	**45.101**	**80.319**	**-**	**-**	**-**	**179.266**
Juros pagos	(11.586)	(46.233)	(45.848)	(74.749)	(13.006)	(22.749)	-	(214.171)
Juros apropriados	6.221	10.298	11.065	18.681	1.829	2.019	(693)	49.420
Ajuste a valor presente	-	-	-	-	14.189	26.301	75.291	115.781
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**12.546**	**10.318**	**24.251**	**3.012**	**5.571**	**74.598**	**130.296**
Circulante	-	12.546	10.318	24.251	3.012	5.571	73.033	128.731
Não circulante	-	-	-	-	-	-	1.565	1.565
Total	**-**	**12.546**	**10.318**	**24.251**	**3.012**	**5.571**	**74.598**	**130.296**

	1ª Emissão	2ª Emissão	3ª Emissão	4ª Emissão	Total
			Reapresentado nota explicativa 2.6		
Em 31 de dezembro de 2021	**36.951**	**-**	**-**	**-**	**36.951**
Juros pagos	(33.933)	-	-	-	(33.933)
Juros apropriados	-	2.449	(581)	-	1.868
Ajuste a valor presente	2.347	46.032	45.682	80.319	174.380
Saldo 31 de dezembro de 2022	**5.365**	**48.481**	**45.101**	**80.319**	**179.266**
Circulante	5.365	48.481	45.101	80.319	179.266
Não circulante	-	-	-	-	-
Total	**5.365**	**48.481**	**45.101**	**80.319**	**179.266**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

A característica da debênture está apresentada na tabela a seguir:

Entidade emissora	**CS Frotas**						
Descrição	**1ª Emissão**	**2ª Emissão**	**3ª Emissão**	**4ª Emissão**	**5ª Emissão**	**6ª Emissão**	**8ª Emissão**
a. Identificação do processo por natureza	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**	**OK**
Instituição financeira	*Movida Participações*	*Movida Participações*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Locação*	*Movida Participações*	*Movida Locação*
Valor da 1ª Série	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	575.000
Valor da 2ª Série	-	-	-				60.000
Valor total	350.000	250.000	250.000	460.000	102.500	190.000	635.000
Emissão	27/12/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	26/12/2023
Captação	27/12/2021	29/07/2022	03/11/2022	27/12/2022	31/07/2023	31/10/2023	26/12/2023
Vencimento	**20/01/2024**	**29/01/2024**	**03/05/2024**	**27/06/2024**	**31/07/2024**	**31/10/2024**	**26/12/2024**
Espécie	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária	Quirografária
Identificação ativo na CETIP							
b. Taxa de juros efetiva a.a. %							
1ª Série	CDI + 2,00%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%	CDI + 2,35%
c. Valor total da dívida							

A Empresa realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo:

(i) *1ª emissão de debêntures simples, em série unica. O valor foi de R$ 350.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 24,34% (vinte e quatro inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa.*

(ii) *2º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 34.991 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa.*

(iii) *3º emissão de debêntures simples, em duas séries. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 61.818 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa.*

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

(iv) *4º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 460.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 140.378 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 31,98% (trinta e um inteiros e noventa e oito centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa.*

(v) *5º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 102.500 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 4.401 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 102.500.000 (cento e dois milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 7,13% (sete inteiros e treze centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa*

(vi) *6º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 190.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 17.319 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 190.000.000 (cento e noventa milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 13,21% (treze inteiros e vinte e um centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa*

(vii) *8º emissão de debêntures simples, em série dupla. O valor foi de R$ 635.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 46.766 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 635.000.000 (quinhentos e setenta e cinco milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 44,15% (quarenta e quatro inteiros e quinze centésimos por cento) do capital social da Empresa, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Empresa*

As debêntures emitidas, estão sujeitas a cláusulas de compromisso de manutenção de índices financeiros atrelados ao percentual de dívida e de despesas financeiras em relação ao lucro antes dos impostos, depreciação, amortização, acrescido de custo de venda dos ativos utilizados na prestação de serviços, apurado ao longo dos últimos 12 (doze) meses (EBITDA) da CS Frotas. Caso não sejam cumpridos, o saldo da dívida pode ter seu vencimento antecipado. Essas debêntures não possuem garantias atreladas.

Todos os compromissos de manutenção de índices financeiros estão cumpridos em 31 de dezembro de 2023.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

14. ARRENDAMENTO A PAGAR – INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

14.1 Política contábil

Contratos de arrendamentos na modalidade de *Leasing* e arrendamento a pagar para a aquisição de veículos e bens da atividade operacional da Empresa que possuem encargos anuais pós-fixados e estão distribuídos da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Passivo de arrendamentos no inicio do exercício	**3.045**	**45.121**
Amortização	(3.246)	(44.191)
Juros pagos	-	(445)
Juros apropriados	201	2.560
Passivo de arrendamentos no final do exercício	**-**	**3.045**
Taxa média a.a	**14,49%**	**15,89%**
Estrutura taxa média	**CDI + 2,17%**	**CDI + 2,17%**
Vencimento	**jun/23**	**jun/23**

15. ARRENDAMENTO A PAGAR - DIREITO DE USO

15.1 Política contábil

No início de um contrato, a empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a empresa utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a CS Frotas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a CS optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A CS Frotas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos de contrato e o tipo de ativo arrendado.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a CS alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.
Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A CS Frotas apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos a pagar” no balanço patrimonial. Os ativos e passivos por direito de uso estão classificados por classe de ativos.

Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor

A Companhia se isenta de reconhecimento e opta por não aplicar os requisitos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 para os itens abaixo:

- Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
- Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, equipamentos de TI);
- Exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
- Utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a CS Frotas atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 / IFRS 15 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 / IFRS 9 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

a) Subarrendamento

A CS Frotas arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado.

Até 31 de dezembro de 2018, de acordo com a CPC 06 (R1) / IAS 17, a Companhia reconheceu os passivos e despesa de arrendamento de veículos em contas especificas de operações entre empresas, pelo valor mensal do arrendamento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com a CPC 06 (R2) / IFRS 16, a Companhia passou a reconhecer o ativo de direito de uso, o passivo de arrendamento, a amortização do direito de uso do ativo de forma linear ao prazo do contrato e os encargos financeiros decorrentes dos contratos de arrendamento como despesa financeiro. Os pagamentos contingentes são registrados como despesa no resultado do período a medida em que são incorridos

15.2 Composição do arrendamento por direito de uso

A Empresa arrenda, substancialmente, imóveis em que operam suas áreas operacional e administrativa. Os contratos de arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os valores de mercado e, alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em alterações do índice geral de preços. Para certos arrendamentos, a Empresa é impedida de entrar em quaisquer contratos de subarrendamento.

A Companhia aplicou o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

A Empresa chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Empresa ("*spread*" de crédito). Os "*spreads*" foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Empresa. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12, §33. A Companhia atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratados	**Taxa % a.a**
1	11,60%
2	11,24%
3	11,59%
5	11,85%
10	12,56%
15	12,66%
20	12,69%

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a CS Frotas é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.203**
Adição	7.155
Baixas	248
Amortização	(5.750)
Juros pagos	(702)
Juros apropriados	635
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Circulante	3.718
Não circulante	7.071
Total	**10.789**

Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	Veículos	Imóveis	31/12/2023	Veículos	Imóveis	31/12/2022
Passivo circulante	**592**	**3.126**	**3.718**	**3.973**	**2.168**	**6.141**
Após 1° ano	-	2.532	2.532	-	1.762	1.762
Após 2° ano	-	2.088	2.088	-	1.138	1.138
Após 3° ano	-	1.434	1.434	-	161	161
Após 4° ano	-	1.017	1.017	-	-	-
Passivo não circulante	**-**	**7.071**	**7.071**	**-**	**3.062**	**3.062**
Total	**592**	**10.197**	**10.789**	**3.973**	**5.230**	**9.203**

A seguir é apresentado quadro o direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Ajustado Valor presente
Contraprestação do Arrendamento	10.789
PIS/COFINS	998

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R$ 998.

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 3,93% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2023:

Fluxos de caixa	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	10.248	10.651
Passivo de arrendamento	10.789	11.213
Despesa de depreciação	254.774	264.787
Despesas financeiras	215.875	224.359

15.3 Pagamentos de arrendamentos de alugéis variáveis e de curto prazo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a CS Frotas reconheceu o montante de R$ 2.713 (R$ 1.961 em 31 de dezembro de 2022), referente a gastos relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

15.4 Companhia como arrendadora

Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a CS Frotas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS frotas considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referia à maior parte da vida econômica do ativo.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	1.163.993	650.534	200.409	104.589	75.402	-	2.194.927
Total	**1.163.993**	**650.534**	**200.409**	**104.589**	**75.402**	**-**	**2.194.927**

16. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

16.1 Política contábil

A CS Frotas é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidencias disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As naturezas das demandas judiciais são as seguintes:

Cíveis – Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras.

16.2 Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas

No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

	Depósitos judiciais		Depósitos judiciais	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cíveis	1.658	519	102	-
Total	**1.658**	**519**	**102**	**-**

Os depósitos e bloqueios judiciais referem-se a: (i) conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas, ou (ii) valores depositados em conexão com ações judiciais em substituição de pagamentos de contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

16.3 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas

As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**
Constituição	-	-
Reversão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**

	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**
Constituição	102	102
Reversão	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**102**

16.4 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A Empresa não possui contingências passivas com desfechos classificados como perdas possíveis em 31 de dezembro de 2023 e 2022

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

17. PARTES RELACIONADAS

17.1 Política contábil

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1) / IAS 24.

A CS Frotas por meio de acordo comercial, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração o preço mínimo de venda pela CS Frotas deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela CS Frotas nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda.

17.2 Saldos com partes relacionadas (reconhecidos no ativo e no passivo)

Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Adiantamento de terceiros e outros créditos		Dividendos a receber	
Ativo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Transações com controladora						
CS Brasil Participacões e Locações S.A.	28.461	28.460	103	11.836	-	-
Movida Participações S.A.	-	169	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A	60.689	188	-	2	-	-
	89.150	**28.629**	**103**	**11.836**	**-**	**-**
Partes relacionadas						
Avante Veículos Ltda	1	-	-	-	-	-
BBC Leasing	2	2	-	-	-	-
BBC Pagamentos	-	2	-	-	-	-
SIMPAR S.A.	1	-	-	-	-	-
CS Brasil Transportes	15.181	4.976	-	103	-	-
JSL S.A.	44	27	521	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	188	-	2	-	-
Original Veículos Ltda	-	50	-	-	-	-
Graos do Piaui Rod SPE	251	144	-	15	-	-
ATU12	94	42	2	10	-	-
	15.574	**5.429**	**523**	**130**	**-**	**-**
Total	**104.724**	**34.058**	**626**	**11.966**	**-**	**-**

	Fornecedores		Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		Outras contas a pagar	
Passivo	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Transações com controladora						
CS Brasil Participacões e Locações S.A.	3.335	2.458	878	6.510	-	2.272
Movida Participações S.A.	1.889	-	-	-	22.581	14.664
Movida Locação de Veículos S.A	4.764	442	17.400	5.407	108.345	269.484
	9.988	**2.458**	**18.278**	**6.510**	**130.926**	**16.936**
Partes relacionadas						
BBC Leasing	-	1	-	-	-	-
BBC Pagamentos	7	1	-	-	-	-
SIMPAR S.A.	-	-	-	-	2	-
SIMPAR Empreend Imob.	-	-	-	-	65	-
CS Brasil Transportes	964	3.301	-	-	334	19.419
JSL S.A.	320	226	-	-	37	18
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	19	-	-	-	-	-
Movida Locação de Veículos S.A.	-	442	-	5.407	-	269.484
Original Veículos Ltda	75	59	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	-	2	-	-	-	-
Quick Logística Ltda.	28	5	-	-	-	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	-	-	-	35
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	14	-	-	-	-	24
Transmoreno	742	-	-	-	62	61
	2.169	**4.038**	**-**	**5.407**	**500**	**289.041**
Total	**12.157**	**6.495**	**18.278**	**11.917**	**131.426**	**305.977**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

17.3 Transações com a empresa controladora

17.3.1 Ativo

Ativo	Transação	Especificação
MOVIDA PART	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
MOVIDA LOCAÇÃO	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
CS BRASIL PART	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas

17.3.2 Passivo

Passivo	Transação	Especificação
MOVIDA PART	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas
MOVIDA LOCAÇÃO	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas
CS BRASIL PART	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas

17.4 Saldos com partes relacionadas

17.4.1 Ativo

Ativo	Relação	Especificação
ATU12	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
American Star Veic. S.A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Autostar comercial S.A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Autostar Sweden C I S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Auto Green	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BMB MODE CENTER S/A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Borgato Serviços Agricolas S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Borgato Maquinas Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Frotas	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Infra S.A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Holding	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ciclus Ambient Brasil S.A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Cvk Auto Comercio	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS MOBI CUIABA SPE SA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
DRIVE ON HOLIDAYS C. A. V	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Euro Import Comercio LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Fadel Transporte	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Green Ville Comercio LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Graos do Piaui Conc Rod	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Instituto Julio Simões	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Ic Transportes LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Marbor Locadora LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Ponto Veículos Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
PRONTO EXPRESS LOGISTICA SA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Quick Logística Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Maquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transmoreno Transp Logist LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Transport Rodomeu Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Truckvan Industria LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Uab Motors LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Unit Auto Aricanduva	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
United Auto Nagoya	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Maquinas Equip S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vamos Com Maq Agric LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Green Yalla	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
HM COM MAN EMPILHADEIRAS	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Saga Indiana	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Provence C V P LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Turim	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Grand Tour CVP LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Saga Xangai C V P S LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Sinal Serv de Integ Indus	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Sul Import Veiculos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

17.4.2 Passivo

Passivo	Relação	Especificação
ATU12	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
American Star Veic. S.A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Autostar comercial S.A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Autostar Sweden C I S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Auto Green	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BMB MODE CENTER S/A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Borgato Serviços Agricolas S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Borgato Maquinas Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Frotas	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Infra S.A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Holding	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Ciclus Ambient Brasil S.A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Cvk Auto Comercio	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS MOBI CUIABA SPE SA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
DRIVE ON HOLIDAYS C. A. V	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Euro Import Comercio LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Fadel Transporte	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Green Ville Comercio LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Graos do Piaui Conc Rod	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Instituto Julio Simões	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Ic Transportes LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL Empreendimentos Imobiliários Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Marbor Locadora LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Madre Corretora e Administradora de Seguros Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Medlogística Prestação de Serviços de Logística S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Ponto Veículos Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
PRONTO EXPRESS LOGISTICA SA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Quick Logística Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Ribeira Empreendimentos Imobiliarios Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Maquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transmoreno Transp Logist LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transport Rodomeu Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Truckvan Industria LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Uab Motors LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Unit Auto Aricanduva	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
United Auto Nagoya	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Maquinas Equip S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Com Maq Agric LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vox Frotas Locadora	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Green Yalla	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
HM COM MAN EMPILHADEIRAS	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Saga Indiana	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Provence C V P LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Turim	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Grand Tour CVP LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Saga Xangai C V P S LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Sinal Serv de Integ Indus	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Sul Import Veiculos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

17.5 Transações entre partes relacionadas com efeito na demonstração do resultado

	Receita de prestação de serviços		Custo da prestação de serviços		Receita de renovação de frota		Custo da renovação de frota		Receita administrativa		Despesa administrativa		Receita financeira		Despesa financeira	
Resultado	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Transações com controladas																
CS Brasil Participacões e Locações S.A.	-	-	(11.466)	(26.491)	-	-	-	-	-	-	-	(6.107)	-	6.107	-	-
Movida Participações S/A	669	339	(7.885)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(54.869)	(48.597)
Movida Locação de Veículos S.A	1.658	2.355	(4.395)	(1.176)	-	-	-	-	-	-	(13)	(3.782)	-	3.782	(157.753)	(23.296)
Subtotal	**2.327**	**2.694**	**(23.746)**	**(27.666)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(13)**	**(9.889)**	**-**	**9.889**	**(212.622)**	**(71.893)**
Transações com partes relacionadas																
JSL S.A.	502	-	(275)	(161)	91	-	(91)	-	-	-	(118)	(10)	-	-	-	-
SIMPAR S.A.	-	-	(10)	(1)	-	-	-	-	-	-	(19)	(2)	-	-	-	-
SIMPAR Empreend Imob.	-	-	(65)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Transportes	6.703	7.278	(2.100)	(1.576)	2.242	6.647	(2.242)	(6.647)	16	6	(4)	-	-	-	-	-
CS MOBI CUIABA SPE SA	-	-	-	-	53	-	(53)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda	-	77	-	(2)	-	100	-	(100)	-	-	-	-	-	-	-	-
Avante Veículos Ltda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda	-	-	(84)	(957)	-	1.131	-	(1.131)	-	-	(2)	(3)	-	-	-	-
Vamos Loc Cam Maq Equi SA	458	-	(175)	(133)	102	-	(102)	-	1	-	(3)	-	-	-	-	-
Vamos Seminovos	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BBC Leasing	-	2	-	-	-	653	-	(653)	-	-	-	-	-	-	-	-
BBC Pagamentos	-	-	(50)	(54)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob Trans Pass LTDA	-	-	(63)	(79)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões Onibus	-	-	(18)	(14)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmoreno	-	-	(534)	(61)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TPG Transp Passageiros	-	-	(22)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística	-	-	(280)	(333)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**7.663**	**7.357**	**(3.679)**	**(3.372)**	**2.488**	**8.531**	**(2.488)**	**(8.531)**	**17**	**6**	**(146)**	**(15)**	**-**	**-**	**-**	**-**
Total	**9.990**	**10.051**	**(27.425)**	**(31.038)**	**2.488**	**8.531**	**(2.488)**	**(8.531)**	**17**	**6**	**(159)**	**(9.904)**	**-**	**9.889**	**(212.622)**	**(71.893)**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

17.6 Remuneração dos administradores

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a remuneração paga ao pessoal chave da administração, incluindo encargos, foi de R$ 3.757 (R$ 5.216 em 31 de dezembro de 2022). A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, exceto pelo plano de opções e ações restritas, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração fixa	2.103	2.062
Remuneração variável	1.277	1.989
Benefícios	35	57
Remuneração baseada em ações	342	1.108
Total	**3.757**	**5.216**

18. Imposto de renda e contribuição social

18.1 Politica contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela CS Frotas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição fiscal sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da CS Frotas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

18.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro.As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	41.789	15.568
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.380	12
Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	2.867	1.436
Perda na desvalorização de ativos (impairment)	16.907	-
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo IFRS 16 / CPC 06 (R2)	185	207
Outras provisões	-	43
Total do imposto diferido ativo	**64.128**	**17.266**
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	(11.639)	(5.778)
Depreciação econômica vs. fiscal	(253.494)	(141.880)
Imobilização *leasing* financeiro	(39.749)	(38.736)
Outros	1.021	977
Total do imposto diferido passivo	**(303.861)**	**(185.417)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(239.733)**	**(168.151)**
Tributos diferidos ativos	-	-
Tributos diferidos passivos	(239.733)	(168.151)
Total débitos fiscais, líquidos	**(239.733)**	**(168.151)**

Saldos em 31 de dezembro de 2021	**(92.024)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(76.127)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(168.151)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(71.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(239.733)**

18.3 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social

As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente.

A declaração de imposto de renda da CS Frotas está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

	31/12/2023	31/12/2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**210.387**	**236.094**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(71.532)**	**(80.272)**
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	-	4.216
Despesas indedutíveis	-	(5)
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	(53)	-
Outras exclusões/ Outras adições	3	(66)
IRPJ e CSLL apurados	**(71.582)**	**(76.127)**
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	(71.582)	(76.127)
IRPJ e CSLL no resultado	**(71.582)**	**(76.127)**
Alíquotas efetivas	-34,02%	-32,24%

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

18.4 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**4.800**	**4.800**
Pagamento de IRPJ/CSLL	3.033	3.033
Antecipação de IRPJ/CSLL	4.651	4.651
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**12.484**	**12.484**
Antecipação de IRPJ/CSLL	24.397	24.397
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.881**	**36.881**

18.5 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2023 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

Ano	R$ Mil
2024	13.568
2025	28.221
Total	**41.789**

19. Patrimônio líquido

19.1 Capital social

O capital social da Empresa, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023, é de R$ 1.438.222.201 (R$ 1.378.222.201 em 31 de dezembro de 2022), dividido em 1.438.222.201 quotas sem valor nominal pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação. (Em 31 de dezembro de 2022 eram 1.378.222.201 quotas pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**1.378.222**	**1.378.222.201**
Aumento de capital (ii)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.378.222**	**1.378.222.201**
Aumento de capital (ii)	60.000	60.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.438.222.201**

19.2 Reserva de lucro

Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da CS Frotas, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital.

As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R$ 35.021 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 19.921 em 31 de dezembro de 2022); Lucros retidos, no montante de R$ 634.825 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 379.280 em 31 de dezembro de 2022); Lucro acumulado, no montante de R$ 0 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2022); AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) no montante de R$ 385.170 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 60.000 em 31 de dezembro de 2022).

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

19.3 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

19.3.1 Politica contábil

Distribuição de dividendos

Em conformidade com o Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito ao recebimento de um dividendo obrigatório anual não inferior a 1% do lucro líquido do exercício, diminuído ou acrescido dos seguintes valores:

i. 5% destinados à constituição de reserva legal; e

ii. Importância destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores. Uma parcela do lucro líquido também poderá ser retida para contribuição de uma reserva de lucros estatutária denominada “reserva de investimentos”.

O montante a ser efetivamente distribuído deve ser aprovado na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) que aprova as contas dos administradores referentes ao exercício anterior, com base na proposta apresentada pela Diretoria e aprovada pelo Conselho de Administração. Os dividendos são distribuídos conforme deliberação da AGO, realizada nos primeiros quatro meses de cada ano.

O Estatuto Social da Companhia permite, ainda, distribuições de dividendos intercalares e intermediários, podendo ser imputados ao dividendo obrigatório.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os cálculos e as movimentações dos dividendos e juros sobre capital próprio estão demonstrados a seguir.

19.3.2 Composição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**5.914**
Juros sobre o capital próprio pagos	(4.538)
Distribuição de lucros	12.400
IRRF	(1.860)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.916**
Juros sobre o capital próprio pagos	(25.000)
Distribuição de lucros	31.362
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.278**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

20. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

20.1 Política contábil

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a empresa tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente.

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

i) Receita de prestação de serviços (locação de veículos)

A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais.

ii) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

20.2 Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços

A tabela a seguir, apresenta a composição analítica da receita de contratos com cliente das principais linhas de negócio e momento do reconhecimento da receita. Inclui também a conciliação da composição analítica da receita da Empresa:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita de locação [(i)]	1.055.539	684.860
Receita de venda de ativos desmobilizados [(ii)]	338.822	163.782
Receita bruta	**1.394.361**	**848.642**

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos incidentes sobre as receitas [(iii)]	(97.455)	(63.094)
Devoluções e abatimentos	(3.853)	(4.961)
(-) Deduções da receita	**(101.308)**	**(68.055)**
Receita líquida total	**1.293.053**	**780.587**
Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	338.823	163.782
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	954.230	616.805
Receita líquida total	**1.293.053**	**780.587**

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos.
(ii) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 (R2) / IFRS 15 – Receita de contrato com cliente.
(iii) Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

21. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Empresa são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2023	31/12/2022
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(309.535)	(133.384)
Despesas com pessoal	(46.074)	(31.735)
Depreciação, amortização e desvalorização impairment de ativos [(i)]	(271.298)	(134.964)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.208)	(1.655)
Comunicação e publicidade	(479)	(512)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(2.427)	(1.580)
Gastos e manutenções com veículos	(303.019)	(215.404)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	79.522	59.005
Custos na venda de veículos avariados	(3.257)	(1.337)
Serviços contratados de terceiros	(11.708)	(9.460)
Aluguel de imóveis	(2.713)	(1.961)
Outras receitas (despesas)	(16.529)	(10.873)
Total	**(891.725)**	**(483.860)**
(-) Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(852.984)	(457.709)
Despesas comerciais	(9.997)	(4.795)
Despesas administrativas	(24.186)	(20.695)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.208)	(1.655)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(350)	994
Total	**(891.725)**	**(483.860)**

(i) O valor total de R$ (271.298) é composto da seguinte forma:

(a) R$ (49.726) referentes a desvalorização (impairment) de veículos para renovação da frota ao final de dezembro de 2023 para ajuste do valor residual à atual condição de mercado. (nota 9);
(b) R$ (221.572) referentes a depreciações e amortizações correntes.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		**Reapresentado nota explicativa 2.6**
Aplicações financeiras	23.661	16.187
Juros recebidos	2	22
Outras receitas financeiras	1.271	275
Outras receitas financeiras	964	275
Receita de variação monetária sobre aplicações financeiras	307	-
Receita financeira total	**24.934**	**16.484**
Total de juros e encargos, sobre empréstimos devidos		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre debêntures	(49.420)	(1.868)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	(201)	(3.109)
Juros sobre arrendamento de direito de uso - IFRS 16	(635)	(1.020)
Total de juros e encargos sobre dívidas	**(50.256)**	**(5.997)**
Despesas com taxas e impostos financeiros	(2.194)	(945)
Juros de outros passivos	(30)	(143)
Outras despesas financeiras	(193)	(6)
Total outras despesas financeiras	**(2.417)**	**(1.094)**
Despesas financeiras totais	**(52.673)**	**(7.091)**
Resultado financeiro líquido	**(27.739)**	**9.393**

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

23. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e IAS 07 - *Statement of Cash Flows*.

23.1 Aquisição de ativo imobilizado

A Empresa faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições do imobilizado (nota 10)	2.240.162	1.286.475
Adições de direito de uso por arrendamento (nota 15)	(7.403)	(5.962)
Saldo das adições do período liquidadas com fluxos de caixa	**2.232.759**	**1.280.513**
Fornecedores montadoras	(318.879)	40.877
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**1.913.880**	**1.321.390**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo imobilizado para operacional	1.912.142	1.327.352
Caixa para compra de ativo imobilizado para investimento	1.738	(5.962)
Total	**1.913.880**	**1.321.390**

23.2 Aquisição de ativo intangível

	31/12/2023	31/12/2022
Total das adições do intangível	960	780
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**960**	**780**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo intangível para investimento	960	780
Total	**960**	**780**

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes a serem reportados de 01 de janeiro de 2024 até a data de divulgação 29 de abril de 2024.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Relatório dos auditores independentes sobre as informações demonstrações contábeis individuais

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis individuais

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, autorizando a conclusão nesta data.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Tolentino Soares Junior
Diretor Financeiro

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações contábeis Individuais da CS Brasil Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Mogi das Cruzes, 29 de abril de 2024

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Anselmo Tolentino Soares Junior
Diretor Financeiro

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

É com confiança que reportamos os resultados do ano de 2023. Agradeço aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, que, com comprometimento e determinação permitiram as entregas desse ano – período em que registramos importantes avanços e que irão nos permitir seguir evoluindo de forma positiva em 2024.

Transformamos nossos indicadores de eficiência e produtividade e seguiremos evoluindo nestas frentes para avanços ainda maiores na nossa rentabilidade.

Em 2023 tivemos receita líquida de R$1,3 bilhão com crescimento de 65,7% frente a 2022. Já frota total atingiu 50,1 mil carros no mesmo período, um crescimento de 28,8% frente a frota total de 38,9 mil carros em 2022. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2023.

Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios.

Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho

Diretor Presidente

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

1) Sobre a CS Frotas

Há 14 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista.

A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros.

Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável.

Há 2 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista.

A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota.

A Companhia possui práticas que são referência no mercado:

i) **Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada – meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos;

ii) **Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e

iii) **Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público – da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

2) Cenário e Mercado

O cenário no fim de 2022 era de bastante incerteza, o mercado internacional ainda se reerguia da crise econômica causa pela pandemia do COVID-19 e o Brasil apresentava um cenário de altas taxas de juros e com eleições presidenciais. As estimativas para 2023 do último Boletim Focus do Banco Central de 30/12/2022 era de um IPCA no patamar de 5,3%, crescimento do PIB de 0,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 5,27 e Selic de 12,25% a.a., ou seja, baixo crescimento, inflação moderada e alto patamar de juros.

A queda das cotações internacionais das *commodities* impactaram positivamente na queda da inflação. Adicionalmente, a fragilidade financeira das famílias começou a melhorar no segundo semestre de 2023. A ampliação do poder de compra das famílias foi canalizada para serviços, o que ajuda a compreender o papel desempenhado pelo setor no crescimento do PIB em 2023. Por sua vez, a expansão do setor de serviços, geralmente intensivo em mão de obra, ajudou a taxa de desemprego fechar o ano de 2023 no nível de 7,8%, menor patamar registrado desde 2014 e uma queda de 1,8 ponto percentual em relação a 2022 (9,6%), mesmo com os resultados negativos da indústria de transformação.

A indústria de transformação apresentou quadro estagnação em 2023 mesmo com cenário de crescimento econômico nos demais setores. O PIB de 2023 foi liderado pelo crescimento de serviços e agropecuária e deterioração da indústria. Assim, é esperado um crescimento do PIB no patamar de 3,2% para 2023, acima do projetado pelo Boletim Focus para o ano.

Para 2024, segundo o Boletim Focus mais recente de 15 de março de 2024, é esperado um crescimento do PIB de 1,8%, IPCA no patamar de 3,8%, câmbio do dólar de R$/US$ 4,95 e Selic de 9% a.a., ou seja, um ligeiro crescimento do PIB com IPCA dentro da meta de inflação mas com uma Selic em patamares inferiores em 2024.

A Pesquisa Mensal de Serviços (PMS) do Banco Central de novembro de 2023 destacou que das 22 atividades que compõem o índice de turismo, o transporte aéreo de passageiros teve o maior impacto negativo influenciado pelo aumento do preço das passagens. Isso gerou uma pressão negativa para o setor de transportes, para as atividades turísticas e para os serviços como um todo. Outro fator a impactar o turismo no mês foi a menor receita real vinda da locação de automóveis, pelo mesmo motivo, já que o aluguel de veículos, mensurado pelo IPCA, subiu 8,27% em novembro de 2023.

A produção de automóveis e comerciais leves cresceu 1,3% no comparativo de 2023 com 2022, segundo dados da Anfavea (Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores), atingindo a produção de 2,2 milhões de veículos no período.

De acordo com dados divulgados pelo IBGE, a inflação acumulada do ano de 2023 sobre o preço do carro novo foi de 2,37%, ao passo que em 2022 foi de 9,36%. Já em 2024, segundo a consultoria automotiva KBB, o valor médio dos carros novos ano-modelo 2024 no Brasil subiu 0,54% em janeiro de 2024 que, se a tendência seguir, seria um repasse de preço perto da inflação. Já para o mercado de Seminovos é esperado uma queda em 2024, conforme projeção da SINDIVEL, justificada pela perspectiva da queda da inadimplência, na redução das taxas de juros e na oferta um pouco maior de veículos em 2024.

Em junho de 2023, governo federal anunciou a Medida Provisória 1.175/23 que estabeleceu mecanismos de desconto nos preços dos veículos, patrocinado pelo governo, para facilitar a compra de veículos mais sustentáveis por pessoas físicas e jurídicas. O programa previa a redução do preço de automóveis, caminhões, ônibus e vans como incentivo à renovação da frota. No total, o governo destinaria R$ 1,5 bilhão em créditos tributários – R$ 500 milhões para estímulo à troca por carros menos poluentes, R$ 700 milhões para caminhões e R$ 300 milhões para ônibus e vans. Para viabilizar a redução nos preços dos veículos, as montadoras receberam do governo créditos tributários para oferecer um desconto patrocinado, abatido diretamente do valor final, entre i) R$ 2 mil a R$ 8 mil nos carros; ii) R$ 33,6 mil a R$ 80,3 mil nos caminhões; e iii) R$ 38 mil a R$ 99,4 mil nos ônibus e vans. O programa foi temporário com duração de quatro meses.

DocuSign Envelope ID: 56D35293-E71D-4429-BA4D-D27CDE062942

Em 2023 foram vendidos quase 14,5 milhões de automóveis, comerciais leves, pesados e motos seminovos e usados vendidos no Brasil, um aumento de 8,7% em relação a 2022, quando foram vendidos 13,3 milhões de veículos, segundo dados da FENAUTO. Foi o terceiro melhor resultado do setor na série histórica, ficando atrás apenas de 2021, quando foram comercializados mais de 15 milhões de veículos seminovos e usados, e 2019, com 14,6 milhões. Considerando apenas as vendas por dias úteis, 2023 foi melhor até do que 2019, com 9,1 mil veículos negociados diariamente. O acumulado de vendas de veículos com 13 anos, ou mais, foi o mais expressivo, com um crescimento de 13,5% em relação a 2022, chegando a um total de 5,0 milhões unidades no ano. A projeção da Fenauto é que 2024 consiga registrar a melhor marca da história do mercado de seminovos e usados. No entanto, considerando somente o mercado de Seminovos de 1 a 3 anos divulgado pela FENAUTO em 2023 tivemos a venda de 1,0 milhão de veículos frente 1,1 milhão de veículos em 2022.

Por fim, a Companhia segue confiante com as perspectivas positivas no mercado de aluguel de veículos que demonstra mudança significativa na mentalidade do consumidor quanto à mobilidade e a maneira de se relacionar com o veículo e das empresas quanto a terceirização de suas frotas. No ponto de vista de Seminovos, a Companhia acredita na tendência de melhora no final do ano de 2024 que, conforme já mencionado, possui a projeção de uma Selic em patamares inferiores que poderia beneficiar a oferta de crédito de financiamento de veículos.

3) Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PricewaterhouseCoopers”), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

4) Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

DocuSign

Certificate Of Completion

Envelope Id: 56D35293E71D4429BA4DD27CDE062942 Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: CSBRASILFROTAS23.DEZ.pdf, DF CS Frotas - 4TRI2023_Limpa_Ajustado (1).do...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 63 Signatures: 1 Envelope Originator:

Certificate Pages: 2 Initials: 0 William Sukys

AutoNav: Enabled Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

EnvelopeId Stamping: Enabled São Paulo, São Paulo 04538-132

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia william.sukys@pwc.com

IP Address: 18.231.224.38

Record Tracking

Status: Original Holder: William Sukys Location: DocuSign

29 April 2024 | 16:54 william.sukys@pwc.com

Status: Original Holder: CEDOC Brasil Location: DocuSign

29 April 2024 | 17:25 BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team @pwc.com

Signer Events	Signature	Timestamp
Lia Marcela Rusinque Fonseca lia.fonseca@pwc.com Socia PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate **Signature Provider Details:** Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5 **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via DocuSign	DocuSigned by: Lia Marcela Rusinque Fonseca 69678CE1A9DA482... Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 54.94.237.112	Sent: 29 April 2024 | 16:56 Viewed: 29 April 2024 | 17:23 Signed: 29 April 2024 | 17:24

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
William Sukys william.sukys@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via DocuSign	COPIED	Sent: 29 April 2024 | 17:25 Viewed: 29 April 2024 | 17:25 Signed: 29 April 2024 | 17:25

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	29 April 2024 | 16:56
Certified Delivered	Security Checked	29 April 2024 | 17:23
Signing Complete	Security Checked	29 April 2024 | 17:24
Completed	Security Checked	29 April 2024 | 17:24

Payment Events	Status	Timestamps

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

CS Brasil Frotas S.A

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório dos auditores independentes

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 2024

Índice

Relatório da Diretoria……..... 3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais..... 6
Balanços patrimoniais……..... 9
Demonstrações dos resultados..... 11
Demonstrações dos resultados abrangentes..... 12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido..... 13
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto..... 14
Notas explicativas às demonstrações contábeis..... 15
Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis individuais 52
Declaração da Diretoria sobre os Relatórios dos Auditores Independentes..... 53

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Estamos muito animados com os resultados alcançados no ano de 2024 com patamares saudáveis de receita, EBITDA e das margens operacionais. Agradecemos aos nossos Clientes, Fornecedores, Acionistas e, de forma especial à nossa Gente, mais de 6 mil colaboradores que, com comprometimento e determinação, são os responsáveis por essas conquistas e por muito mais que ainda está por vir.

Em 2024 tivemos receita líquida de R$2,3 bilhão com crescimento de 80,5% frente a 2023. Já frota total atingiu 49,7 mil carros no mesmo período, uma redução de 0,01% frente a frota total de 50,1 mil carros em 2023. O crescimento da receita acima do patamar de crescimento da frota demonstra a geração de valor realizada ao longo de 2024.

Esses indicadores nos dão confiança para continuarmos trabalhando com muita disciplina na execução do nosso planejamento estratégico e foco para seguirmos evoluindo em excelência operacional ao mesmo tempo em que, extraímos o máximo de valor dos nossos ativos e promovemos a geração de valor adequada aos nossos acionistas com a satisfação dos nossos clientes numa equação que garante o desenvolvimento sustentável e perene dos nossos negócios.

Agradeço aos nossos colaboradores pelas entregas e por tudo que ainda vamos construir juntos. Aos nossos acionistas, fornecedores e clientes, nosso muito obrigado pela confiança.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho

Diretor Presidente

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

1) Sobre a CS Frotas

Há 15 anos no mercado, a CS Frotas, é a maior companhia de Gestão e Terceirização de Frotas (GTF) dedicada ao atendimento de veículos para o setor Público e Empresas de Economia Mista.

A Companhia contribui ativamente para a evolução do setor público com eficiência e transparência, operando para empresas de saneamento, concessionárias de energia, segurança e administração pública, entre outros.

Os contratos são resultantes de licitações públicas realizadas com processos que garantem a transparência nas disputas, utilizando um modelo de gestão baseado em geração de valor de forma sustentável.

Há 3 anos, a CS Frotas passou a integrar a Movida, trazendo consigo toda a experiência no segmento de gestão e terceirização de frotas, focado no setor Público e Empresas de Economia Mista.

A CS Frotas tem soluções completas em seu portfólio de serviço: i) Customização; ii) Documentação; iii) Manutenção; iv) Dimensionamento; v) Disponibilização de veículo reserva dedicado; e vi) Portal do cliente para acompanhamento e gestão da frota.

A Companhia possui práticas que são referência no mercado:

i) **Sala de Licitações:** exclusiva para uso em processos de licitações públicas. Processos auditados e certificados por empresa independente. Equipamentos dedicados. Ambiente seguro 100% monitorado e gravado. Infraestrutura de TI. Acesso restrito. Sistema eletrônico de workflow que evidencia e documenta o processo licitatório. Linha Monitorada – meio obrigatório para comunicação entre colaboradores e órgãos públicos;

ii) **Programa de Conformidade:** assegurar, disseminar e garantir o cumprimento da legislação vigente e aplicável, normas e diretrizes internas, principalmente nas relações mantidas com a Administração Pública; e

iii) **Portal da Transparência:** com acesso fácil e objetivo, o Portal da Transparência foi criado para dar visibilidade às contratações da CS Brasil no setor público – da licitação ao término da vigência contratual. Em junho de 2021, o Pacto Global da ONU reconheceu o Portal de Transparência da CS Frotas como uma das quatro práticas brasileiras escolhidas como exemplo de governança.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

2) Cenário e Mercado

O ano de 2024 foi pautado por desafios e mudanças no mercado, devido ao incerto cenário político e econômico no país. No início de 2024, o mercado projetava uma redução na taxa SELIC. Entretanto, incertezas sobre a economia americana, suas taxas de juros e inflação geraram dúvidas sobre o impacto que teria em outros mercados.

Além disso, entre abril e maio de 2024 o estado do Rio Grande do Sul foi severamente afetado por enchentes devastadoras. A Confederação Nacional de Municípios estimou os prejuízos em aproximadamente R$ 4,6 bilhões, principalmente no setor habitacional. Essa catástrofe climática gerou um efeito negativo de R$20 milhões para a Companhia.

Ao longo do ano, outros motivos interferiram nas expectativas da SELIC. Dentre eles: piora da dívida pública, gastos públicos elevados, desvalorização do real. Em 2024, a taxa de juros fechou em 12,25%, com expectativa de continuar subindo por mais alguns ciclos ao longo do ano de 2025 para controlar a inflação, que ficou acima da meta do Banco Central.

Analisando os resultados do mercado automobilístico no Brasil, o setor de Seminovos de 0 a 3 anos registrou aumento de vendas, chegando a 2,5 milhões de veículos frente a 2,2 milhão em 2023, de acordo com a FENAUTO. O setor demonstrou resiliência em 2024, superando expectativas iniciais e apresentando crescimento robusto que impulsionaram os resultados da Companhia. Para 2025, embora as projeções indiquem um ritmo mais moderado, a estratégia segue sendo pautada em rentabilidade e disciplina na execução do planejamento.

3) Auditoria Independente

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia adota como procedimento formal consultar os auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (“PricewaterhouseCoopers”), no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

4) Declaração da Diretoria

Em atendimento às disposições constantes da Instrução CVM nº 80/22, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório de auditoria dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho

Diretor Presidente

Anselmo Tolentino Soares Junior

Diretor Financeiro

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

www.pwc.com.br

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e relatório do auditor independente

pwc

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e quotistas
CS Brasil Frotas S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CS Brasil Frotas S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

CS Brasil Frotas S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Barueri, 3 de abril de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027083/F-3

DocuSigned by
Lia Marcela Rusinque Fonseca
Signed By: LIA MARCELA RUSINQUE FONSECA:23243418836
CPF: 23243418836
Signing Time: 03 April 2025 | 16:20 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil
Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

CS Brasil Frotas S.A.
Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de Reais

Ativo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	25.037	6.193
Títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras	9	506.063	530.089
Contas a receber	10	365.664	332.483
Estoques	-	5.664	3.015
Tributos a recuperar	-	2.182	2.621
Imposto de renda e contribuição social antecipados	20.3	90.283	36.881
Veículos desativados para renovação de frota	11	148.063	127.548
Outros créditos e adiantamentos	-	51.347	47.821
Total dos ativos circulantes		**1.194.303**	**1.086.651**
Não circulante			
Contas a receber	10	42	12
Tributos a recuperar	-	35.878	58
Depósitos judiciais	18	1.705	1.658
Outros créditos e adiantamentos	-	8.247	6.146
Total do ativo realizável a longo prazo		**45.872**	**7.874**
Imobilizado	12	4.915.602	4.384.184
Intangível	-	9.409	4.267
Total dos ativos não circulantes		**4.970.883**	**4.396.325**
Total do ativo		**6.165.186**	**5.482.976**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

CS Brasil Frotas S.A.
Balanços Patrimoniais
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
Em milhares de Reais

Passivo	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Circulante			
Fornecedores	14	441.280	654.743
Debêntures	16	-	128.730
Arrendamentos por direito de uso	17	4.552	3.718
Obrigações trabalhistas e sociais	-	8.912	8.194
Tributos a recolher	-	34.858	11.053
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	21.3.1	-	18.278
Cessão de direitos creditórios	15	128.238	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	23.109	3.702
Total dos passivos circulantes		**640.949**	**828.418**
Não circulante			
Debêntures	16	-	1.565
Arrendamentos por direito de uso	17	5.707	7.071
Provisões para demandas judiciais e administrativas	18	32	102
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	300.719	239.733
Cessão de direitos creditórios	15	1.044	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	331	142
Total dos passivos não circulantes		**307.833**	**248.613**
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	1.823.392	1.438.222
Reservas de capital	-	3.267.308	1.912.707
Reservas de lucros	21.2	125.704	669.846
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	385.170
Total do patrimônio líquido		**5.216.404**	**4.405.945**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**6.165.186**	**5.482.976**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações dos Resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados	22	2.333.672	1.293.053
(-) Custo de venda, locação, prestação de serviços e venda de ativos desmobilizados		(1.683.170)	(852.984)
(=) Lucro bruto		**650.502**	**440.069**
Despesas comerciais	23	(16.298)	(9.997)
Despesas administrativas	23	(30.860)	(24.186)
Reversão (provisão) de perdas esperadas ("*impairment*") de contas a receber	23	(4.735)	(4.208)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	23	(17.167)	(350)
Despesas operacionais, líquidas		**(69.060)**	**(38.741)**
Lucro operacional antes das receitas, despesas financeiras e impostos		**581.442**	**401.328**
Receitas financeiras	24	38.337	24.934
Despesas financeiras	24	(339.935)	(52.673)
Resultado financeiro, líquido		**(301.598)**	**(27.739)**
(=) Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		**279.844**	**373.589**
Imposto de renda e contribuição social – diferido	20.1	(60.986)	(71.582)
Imposto de renda e da contribuição social, líquidos		**(60.986)**	**(71.582)**
Lucro líquido do exercício		**218.858**	**302.007**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	**218.858**	**302.007**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**218.858**	**302.007**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

				Reserva de lucros			
	Capital social	Reservas de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**-**	**4.405.945**
Aumento de capital	385.170	-	(385.170)	-	-	-	-
Emissão de debentures conversíveis em ações	-	1.143.050	-	-	-	-	1.143.050
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	-	211.551	-	-	-	-	211.551
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	218.858	218.858
Reserva legal	-	-	-	10.943	-	(10.943)	-
Constituição de reserva para investimento	-	-	-	-	207.915	(207.915)	-
Distribuição de dividendos adicionais (*)	-	-	-	-	(630.000)	-	(630.000)
Juros sobre capital próprio distribuídos (*)	-	-	-	-	(133.000)	-	(133.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**3.267.308**	**-**	**45.964**	**79.740**	**-**	**5.216.404**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.378.222**	**1.098.668**	**60.000**	**19.921**	**379.280**	**-**	**2.936.091**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	385.170	-		-	385.170
Aumento de capital	60.000	-	(60.000)	-	-	-	-
Emissão de debentures conversíveis em ações	-	927.500	-	-	-	-	927.500
Ajuste ao valor presente da debêntures conversível em ações	-	(113.461)	-	-	-	-	(113.461)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	302.007	302.007
Reserva legal	-	-	-	15.100	-	(15.100)	-
Juros sobre capital próprio distribuídos (nota 21.3.1)	-	-	-	-	-	(31.362)	(31.362)
Constituição de reserva para investimento	-	-	-	-	255.545	(255.545)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.912.707**	**385.170**	**35.021**	**634.825**	**-**	**4.405.945**

(*) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia através da sua controladora Movida Participações, realizou a emissão de debêntures conversíveis em ações. A Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido. As distribuições de dividendos e juros sobre capital próprio do exercício foram igualmente convertidas em debêntures conversíveis em ações, ficando a Companhia desobrigada de reconhecimento de uma obrigação a pagar das referidas distribuições e dos passivos financeiros de debêntures em 31 de dezembro de 2024.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

CS Brasil Frotas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em milhares de Reais

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	279.844	373.589
Depreciação, amortização e impairment de ativos	23	554.828	271.298
Custo de venda de ativos desmobilizados	23	782.267	309.535
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	23	4.735	4.208
Baixa de ativos	12	29.075	5.508
(Reversão de provisão) provisão para demandas judiciais e administrativas	18.1	(70)	102
Juros e variações monetárias sobre debêntures e arrendamentos	15, 16 e 17	462.065	50.466
		2.112.744	**1.014.706**
Variações no capital circulante liquido operacional			
Contas a receber	10	(37.946)	(180.461)
Estoques	-	-	(188)
Fornecedores	14	(213.463)	22.057
Obrigações trabalhistas, tributos a recolher e tributos a recuperar	-	(9.708)	14.863
Contas a pagar e adiantamentos	-	-	(43.454)
Outros créditos e adiantamentos e passivos circulantes e não circulantes	-	(192.849)	(18.703)
Variações no capital circulante liquido operacional		**(453.966)**	**(205.886)**
		1.658.778	**808.820**
Imposto de renda e contribuição social pagos e retidos	20	(1.150)	(24.397)
Juros pagos sobre debêntures e cessão de direitos creditórios	16 e 17	(234.824)	(214.873)
Compra de ativo imobilizado operacional para locação	12	(1.906.348)	(1.912.142)
Caixa (utilizado nas) atividades operacionais antes dos investimentos em títulos e valores mobiliários e aplicações financeiras		**(483.544)**	**(1.342.592)**
Investimento em títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	9	24.026	70.322
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(459.518)**	**(1.272.270)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Adições ao ativo imobilizado para investimento	12	(13.770)	(2.698)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(13.770)**	**(2.698)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Conversão das debêntures em ações	-	400.000	927.500
Captação de cessão de direitos creditórios	15	562.731	-
Amortização direito de uso e cessão de crédito	15 e 17	(452.321)	(8.996)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	21.3.1	(18.278)	(25.000)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	385.170
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento		**492.132**	**1.278.674**
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**18.844**	**3.706**
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	-	6.193	2.487
No final do exercício	-	25.037	6.193
(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**18.844**	**3.706**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CS Brasil Frotas S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado controlada direta da Movida Participações S.A (Movida Participações) com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros nº 1.017, 9º andar na cidade de São Paulo a qual detém 100% de participação direta que atua nos segmentos de locação de veículos leves ('rent a car' ou "RAC") e de gestão e terceirização de frotas de veículos leves ("GTF"). A Companhia é dedicada ao atendimento de empresas do setor público e de economia mista, resultando em operações de licitações públicas.

1.1 Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024

1.1.1 Reorganização societária

Em 18 de novembro de 2024 a Movida Participações S.A. controladora direta da CS Frotas e a Movida Locação de Veículos S.A. que também era controladora direta da CS Frotas, informaram aos seus acionistas e ao mercado em geral, proposta de reestruturação estratégica envolvendo as Companhias, que compreende a cisão parcial da Movida Locação, subsidiária integral da Movida Participações, com a incorporação da parcela cindida pela Movida Participações ("Cisão Parcial"), com o objetivo de promover benefícios de ordem administrativa e econômica para os acionistas, com a simplificação operacional e a redução dos custos incidentes sobre as operações e atividades desenvolvidas pelas Companhias.

Com essa cisão parcial da Movida Locação a participação de 59,28% que essa empresa tinha na CS Frotas passou a ser da controladora Movida Participação que agora detém 100% de participação direta da CS Frotas S.A.

A CS Frotas não identificou efeitos a serem reconhecidos nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2024, em decorrência desta decisão.

1.1.2 Aspectos relevantes sobre o impacto da catástrofe climática no Estado do Rio Grande do Sul

A partir de 27 de abril de 2024, o estado do Rio Grande do Sul sofreu com fortes chuvas, que geraram inúmeras inundações para a região. A CS Frotas avaliou os efeitos econômicos nos seus negócios, e identificou que 14 carros foram afetados pela catástrofe. Uma perda de ativos em aproximadamente R$ 2.146 entre carros, lojas e mobílias, referente a reconstrução das lojas e mobílias registrados em imobilizado. Estas perdas de ativos foram contabilizadas na rubrica de despesas com depreciação de veículos, benfeitorias e outros.

1.1.3 Reforma tributária sobre consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") no 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis adotadas

2.1 Declaração de conformidade com relação ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo práticas da legislação societária brasileiras, os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

Estas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 03 de abril de 2025.

Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais (‘R$’), que é a moeda funcional da CS Frotas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Mensuração ao valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a CS Frotas tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da CS Frotas.

Quando disponível, a CS Frotas mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a CS Frotas utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a CS Frotas mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a CS Frotas determinar

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Ver detalhes sobre a classificação e divulgação dos instrumentos financeiros da CS Frotas na nota explicativa 5.

2.4. Riscos atrelados às mudanças climáticas e à estratégia de sustentabilidade

O setor de logística e transportes é bastante relevante no que se refere às emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) e, consequentemente, para as mudanças climáticas e seus impactos para a sociedade.

Por isso, a CS Frotas contempla em sua rotina de gestão as avaliações de riscos climáticos, e busca operar de forma sustentável, desenvolvendo soluções que enderecem ou reduzam os impactos negativos das operações. Nesse sentido, desde 2022 é mantida uma Política de Mudanças Climáticas que, em conjunto com a Política de Sustentabilidade, direciona ações de mitigação, compensação e adaptação em razão do cenário de mudanças climáticas. A CS Frotas possui uma estrutura dedicada à gestão de riscos, incluindo o tema mudanças climáticas, com metodologias, ferramentas e processos próprios que visam identificar, avaliar e, quando necessário, mitigar os principais riscos. Tal estrutura, por meio da sua sistemática de gestão, permite o monitoramento contínuo dos riscos e seus eventuais impactos, o controle das variáveis envolvidas e a definição e implementação de medidas mitigatórias e estratégias de resiliência e adaptação, que visam reduzir as exposições identificadas.

A CS Frotas também segue o que está determinado no Programa de Gestão de Emissões de Gases do Efeito Estufa por meio de sua coligada Movida Europe S.A. (“Movida Europe”), sociedade constituída sob as leis do Grão-Ducado de Luxemburgo (“Emissora”), de forma a contribuir com a meta pública de redução de 15% da intensidade de emissões de GEE até 2030. Essa meta está comprometida às emissões dos *Sustainability-Linked Bond* (SLB) em 2021. O indicador relacionado a esse compromisso considera as emissões de escopo 1, 2 de todas as empresas do Grupo, além das categorias 4 e 13 (*Tank-to-Wheel*) do escopo 3. A categoria 4 inclui a queima de combustíveis relacionadas ao transporte e distribuição (*upstream*) e a categoria 13 considera as emissões relacionadas aos bens arrendados para terceiros (organização como arrendadora). A gestão e contribuição da CS Frotas no tema é essencial para SIMPAR atingir a meta de intensidade que leva em consideração a receita líquida em milhões de reais das empresas do Grupo SIMPAR.

A mensuração e monitoramento das emissões, bem como a meta tem apresentação trimestral ao Comitê de Sustentabilidade da CS Frotas, e são considerados como parte do plano de atingimento da meta, os seguintes fatores:

• Manutenção de baixa idade média da frota e uso de tecnologias mais recentes;
• Avaliação de aquisição de veículos e equipamentos elétricos e movidos a biometano;
• Preferência pelo uso do etanol nos abastecimentos internos, com campanha de comunicação envolvendo os consumidores;
• Uso de telemetria para melhor desempenho do motorista, reduzindo o consumo de combustível e otimizando a frota;
• Ampliação da participação de fontes de energia renováveis na matriz energética, para minimizar as emissões de Escopo 2.

O inventário de emissões é compilado pela Companhia. O relatório de sustentabilidade é assegurado por auditores independentes, e divulgados anualmente. Além disso, o programa de controles é constantemente aprimorado em busca do objetivo traçado, engloba os escopos 1, 2 e 3 e, desde 2019, é reconhecido com Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol – um atestado externo da transparência na divulgação dessas informações. A Companhia manteve em 2023 a nota B no *Carbon Disclosure Project* (CDP), avaliação que a posiciona acima da média global entre as companhias mais comprometidas com o tema

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

das mudanças climáticas no setor de transporte e logística global. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a CS Frotas não teve impactos financeiros relevantes decorrentes de eventos originados de mudanças climáticas além daqueles já registrados nas demonstrações contábeis.

3. USO DE ESTIMATIVAS, PREMISSAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das suas políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua, e alterações são reconhecidas prospectivamente.

3.1. Julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto (títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras): a CS Frotas classifica os títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras como atividades operacionais devido a utilização desses recursos a curto prazo para liquidação de fornecedores e dívidas. Estes valores aplicados não tem a finalidade de investimentos de longo prazo e são utilizados constantemente no ciclo operacional do Grupo.

3.1. Incertezas sobre estimativas e premissas contábeis

Com base em premissas, a CS Frotas faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados - nota explicativa 20.1;
b) Imobilizado (definição do valor residual e da vida útil) - nota explicativa 12;
c) Veículos desativados para renovação de frota – valor residual líquido - nota explicativa 11;
d) Perdas por redução ao valor recuperável de ativos intangíveis - teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis - nota explicativa 13;
e) Perdas esperadas (*impairment*) de contas a receber: mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda - nota explicativa 10;
f) Provisão para demandas judiciais e administrativas reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos - nota explicativa 18;
g) Instrumentos financeiros derivativos: determinação dos valores justos - nota explicativa 7.1.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

4.1. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis.

Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

Reconhecimento e mensuração

Um ativo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo, por meio do resultado ("VJR"), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR, seja por meio de outros resultados abrangentes (ORA) ou por meio do resultado

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixas contratuais; e

ii) Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos financeiros a VJORA	Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

b) Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Classificação e mensuração

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Passivos a custo amortizado são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

c) Compensação

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha ma data do balanço um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez realizados no curso normal de suas operações em até 90 dias, prontamente conversíveis em caixa, e com risco insignificante de mudança de valor.

4.3. Titulos e valores mobiliários e aplicações financeiras

As aplicações financeiras não enquadradas como equivalentes de caixa são aquelas sem garantias de recompra pelo emissor no mercado primário, apenas no mercado secundário (balcão), e são mensuradas a valor justo por meio do resultado ou outros resultados abrangentes.

4.4. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelo aluguel de veículos, prestação de serviços de frotas e pela venda de veículos desmobilizados para renovação de frotas no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são inicialmente, reconhecidas pelo valor justo na data em que foram originadas e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão estimada para perdas esperadas (“PECLD” ou “Impairment”).

Para contratos de alugueis de veículos cuja locação, ou prestação de serviços está em andamento no encerramento do mês e serão faturadas em período subsequente, a receita é apurada por medidas conforme os respectivos dias incorridos e contabilizada como receita a faturar no contas a receber, até o momento que os veículos são devolvidos e os contratos encerrados.

A Companhia utiliza uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “ad hoc”. A

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

4.5. Veículos desativados para renovação da frota

Nessa rubrica estão classificados bens que estavam contabilizados no ativo imobilizado e que, em decorrência da sua substituição, estão disponíveis para venda imediata. Esses bens estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais e, sua venda em prazo inferior a um ano é altamente provável, razão pela qual são mantidos no ativo circulante. Uma vez classificados como veículos desativados para renovação da frota, os ativos deixam de ser depreciados.

Conforme a demanda, como em períodos de alta sazonalidade, os veículos podem novamente ser direcionados para utilização nas operações. Quando isso ocorre, os bens retornam para a base do ativo imobilizado e a depreciação respectiva volta a ser contabilizada.

Os veículos desativados para renovação de frota são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

4.6. Imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (“impairment”), quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.
Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado do exercício.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

b) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

c) Baixas

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil dos ativos) são incluídas na demonstração do resultado do exercício em que o ativo foi baixado.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

d) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. Desta forma, as taxas de depreciação variam de acordo com a data em que o bem foi comprado, o tipo de bem comprado, o valor pago e a data e valor estimado de venda (método de depreciação por uso e venda). A depreciação dos demais itens do ativo imobilizado está registrada como despesa.

A CS Frotas adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. Durante o ano de 2024, uma avaliação foi efetuada e as taxas foram então ajustadas para refletir o cenário atual de mercado.

e) Teste de perda de valor recuperável *(Impairment)*

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso

4.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com base no método de taxa efetiva de juros.

4.8. Debêntures

As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrado pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

4.9. Arrendamento a pagar - direito de uso

No início de um contrato, a companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a companhia utiliza a definição de arrendamento do CPC 06 (R2).

a) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a CS Frotas aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a CS optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

A CS Frotas reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.
O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros nominal implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto, que é calculada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos de contrato e o tipo de ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

(i) Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência e os créditos de PIS/COFINS;
(ii) Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
(iii) Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
(iv) O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a CS alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A CS Frotas apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em “ativo imobilizado” e passivos de arrendamento em “arrendamentos a pagar” no balanço patrimonial. Os ativos e passivos por direito de uso estão classificados por classe de ativos.

Arrendamentos de ativos de curto prazo e baixo valor

A Companhia se isenta de reconhecimento e opta por não aplicar os requisitos do CPC 06 (R2) para os itens abaixo:

(i) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos cujo prazo de arrendamento se encerra dentro de 12 meses da data da aplicação inicial;
(ii) Não reconhece ativos e passivos de direito de uso para arrendamentos de ativos de baixo valor, ou em que o ativo é considerado irrelevante para fins contábeis (por exemplo, equipamentos de TI);

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

(iii) Exclui os custos diretos iniciais da mensuração do ativo de direito de uso na data da aplicação inicial; e
(iv) Utiliza retrospectivamente ao determinar o prazo do arrendamento.

b) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes.

Quando a CS Frotas atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a CS Frotas considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, ele contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Ele avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatário, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, ele classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento (veja notas explicativas 4.1. e 13.1). A Companhia também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de suas receitas operacionais.

De forma geral, as políticas contábeis aplicáveis a Companhia como arrendador no período comparativo não foram diferentes do CPC 06 (R2).

c) Subarrendamento

A CS Frotas arrenda veículos à Controladora cujo prazo médio é de 3 anos, classificados como arrendamento operacional, uma vez que o fluxo contratual das operações considera a venda do ativo pelo valor de mercado após o período médio de 3 anos e que não há opção da alienação e transferência do ativo para o tomador do serviço prestado.

A movimentação dos veículos subarrendados está divulgada na NE 17 na classe de veículos.

4.10. Depósitos judiciais e provisão para demandas judiciais e administrativas

A CS Frotas é parte em diversos processos judiciais e administrativos de caráter cível. Provisões são constituídas para todas as demandas decorrentes de processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja efetuada para suprir uma contingência e ou liquidar uma obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidencias disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As naturezas das demandas judiciais são as seguintes:

Cíveis – Os processos de natureza cível não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionados, principalmente, por suposta falha na prestação de serviços (principalmente problemas de cobrança no cartão de crédito relacionado à locação em geral, avarias nos veículos e multas de trânsito), rescisão de contrato de compra e venda de ativos (veículos), bem como ações envolvendo acidentes de trânsito ajuizadas por terceiros e ações regressivas de seguradoras.

Trabalhistas – As reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Movida não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de horas extras, comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade, acidentes de trabalho e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas devido à responsabilidade subsidiária.

4.11. Transação com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1).

A Companhia por meio de política emitida pela sua sua controladora e aplicável para todas as controladas do Grupo Movida, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração o preço mínimo de venda pela CS Frotas deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela CS Frotas nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda.

4.12. Imposto de renda (IRPJ) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL)

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela CS Frotas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações, e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório, e se existir um direito legal e exequível de compensar os passivos com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição fiscal sobre o lucro diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da CS Frotas.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

4.12. Patrimônio líquido

a) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme CPC 32 - Tributos sobre o Lucro.

b) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria)

Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido.

As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

c) Reserva de capital

As reservas de capital são constituídas com valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado. As respectivas reservas refletem, essencialmente, as contribuições feitas pelos acionistas que estão diretamente relacionados à formação ou ao incremento do capital social. As reservas de capital constituem-se em grupo de contas integrantes do patrimônio líquido.

d) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao longo do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pela administração no uso de juros sobre capital próprio, ou pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária quando se referir a dividendos. O benefício da dedutibilidade para fins de IRPJ e CSLL dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

4.14. Receita líquida das locações, prestações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços

As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços financeiros oferecidos aos clientes.

A receita bruta é apresentada deduzindo os abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações de receitas entre partes relacionadas e do ajuste ao valor presente.

As receitas são reconhecidas na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas são mensuradas com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo-se descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas e prestação de serviços.

Os critérios específicos, a seguir, são satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

a) Receita de prestação de serviços (locação de veículos)

A receita de locação de veículos é reconhecida em bases diárias de acordo com os contratos de aluguel com clientes. As receitas de administração de sinistros dos carros alugados, reconhecidas quando da prestação do serviço, assim como as receitas de intermediação da contratação de seguros junto à seguradora, por conta e opção dos clientes quando do aluguel dos carros, reconhecidas em bases mensais.

b) Receita de venda de ativos utilizados na prestação de serviços

A receita de venda de ativo é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade do ativo são transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

5. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES

5.1. Alteração e normas vigentes a partir de 1º de janeiro de 2024

5.1.1 Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 – Acordos de financiamento de fornecedores

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à I FRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Desta forma, as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5.1.2 Alterações ao IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

De acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial.

Em outubro de 2022, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. Desta forma, as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5.1.3 Alterações ao IFRS 16 – Arrendamentos

A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (sale and leaseback). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. Desta forma, as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

Não houve impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

5.2. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

5.2.1. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demosntrações Contábeis

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) -Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas.

Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) -Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

A CS Frotas está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras.

5.2.2. IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

Como os instrumentos patrimoniais da CS Frotas são negociados publicamente, ele não é elegível para aplicação do IFRS 19.

5.2.3. Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas.

A ICPC 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-lo a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas.

5.2.4. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.

O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis da CS Frotas.

6. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Segmentos operacionais são definidos como componentes que desenvolvem atividades de negócios: (i) que podem obter receitas e incorrer em despesas; (ii) cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho; e (iii) para os quais hajam informações financeiras individualizadas disponíveis.

Os segmentos operacionais foram definidos com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas pelos principais tomadores de decisões. Assim, a CS Frotas possui apenas um segmento de negócio operacional sujeito à divulgação de informações por segmento.

Gestão e Terceirização de Frotas (GTF): divisão responsável pela gestão de frotas para pessoas jurídicas por períodos de longo prazo, que geralmente variam entre 24 e 36 meses, nessa divisão também temos o carro por assinatura que é um produto voltado para a pessoa física. Os carros são adquiridos após assinatura dos contratos de acordo com a necessidade de cada cliente, e ao término desses contratos os veículos são desmobilizados. Esses veículos são vendidos em pontos de vendas e também para revendedores espalhados pelo país.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

As informações gerenciais da CS Frotas são avaliadas pela direção financeira mensalmente com base nessa estrutura de segmentos.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

7.1 Instrumentos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros estão apresentados abaixo, alocados de acordo com suas classificações contábeis:

	31/12/2024			31/12/2023		
Ativos, conforme balanço patrimonial	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Ativos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	-	25.037	25.037	-	6.193	6.193
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	506.063	-	506.063	530.089	-	530.089
Contas a receber	-	365.706	365.706	-	332.495	332.495
Outros créditos e adiantamentos	-	59.594	59.594	-	53.967	53.967
Total	**506.063**	**450.337**	**956.400**	**530.089**	**392.655**	**922.744**

Passivos, conforme balanço patrimonial	**Passivos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**	**Passivos ao valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores	-	441.280	441.280	-	654.743	654.743
Debêntures	-	-	-	-	130.295	130.295
Arrendamentos por direito de uso	-	10.259	10.259	-	10.789	10.789
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	-	-	18.278	18.278
Cessão de direitos creditórios	-	129.282	129.282	-	-	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	-	23.109	23.109	-	3.702	3.702
Total	**-**	**603.930**	**603.930**	**-**	**817.807**	**817.807**

7.2 Valor justo dos ativos e passivos financeiros

A comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, está demonstrada a seguir:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor contábil	**Valor justo**	**Valor contábil**	**Valor justo**
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	25.037	25.037	6.193	6.193
Títulos e valores mobiliários	506.063	506.063	530.089	530.089
Contas a receber	365.706	365.706	332.495	332.495
Outros créditos e adiantamentos	59.594	59.594	53.967	53.967
Total	**956.400**	**956.400**	**922.744**	**922.744**
Passivos financeiros				
Fornecedores	441.280	441.280	654.743	654.743
Debêntures	-	-	130.295	130.295
Arrendamentos por direito de uso	10.259	10.259	10.789	10.789
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	-	-	18.278	18.278
Cessão de direitos creditórios	129.282	129.282	-	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	23.109	23.109	3.702	3.702
Total	**603.930**	**603.930**	**817.807**	**817.807**

Os valores justos de instrumentos financeiros ativos e passivos são mensurados de acordo com as categorias abaixo:

Nível 1 — Preços observados (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos; e

Nível 2 — Preços observados em mercados ativos para instrumentos similares, preços observados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

A tabela abaixo apresenta a classificação geral dos instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao valor justo em conformidade com a hierarquia de valorização:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Nível1	Nível2	Total	Nível1	Nível2	Total
Ativos ao valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa						
CDB - Certificado de depósitos bancários	-	4.808	4.808	-	-	-
Aplicação Automatica	-	4.420	4.420	-	5.537	5.537
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras						
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR)	-	506.063	506.063	-	530.089	530.089
Subtotal	**-**	**515.291**	**515.291**	**-**	**535.626**	**535.626**
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo - com diferença entre o valor contábil e o valor justo						
Debêntures	-	-	-	-	130.295	130.295
Arrendamentos por direito de uso	-	10.259	10.259	-	10.789	10.789
Subtotal	**-**	**10.259**	**10.259**	**-**	**141.084**	**141.084**
Total	**-**	**525.550**	**525.550**	**-**	**676.710**	**676.710**

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se equivalem aos valores justos são classificados no nível 2 de hierarquia de valor justo.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem:

(i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; e
(ii) A análise de fluxos de caixa descontados.

A curva utilizada para o cálculo do valor justo dos contratos indexados a CDI em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Curva de juros Brasil							
Vértice	1M	6M	1A	2A	3A	5A	10A
Taxa (a.a.) - %	12,32%	14,19%	15,41%	15,93%	15,89%	15,61%	14,99%

Fonte: B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) 31/12/2024

7.3 Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A Companhia possui empréstimos e financiamentos, debêntures, fornecedores, arrendamento por direitos de uso, dividendos e juros sobre capital próprio a pagar, outras contas a pagar e adiantamentos, outros créditos, contas a receber, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, instrumentos financeiros e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. Assim, a Companhia está exposta aos seguintes riscos, resultantes de instrumentos financeiros: (a) risco de crédito, (b) risco de mercado e (c) risco de liquidez.

A Administração da CS Frotas supervisiona e conta com o suporte de um Comitê Financeiro na avaliação e gestão dos riscos financeiros, e recomenda ao Conselho de Administração que as atividades que resultem nesses riscos sejam regidas por práticas e procedimentos apropriados. O Comitê Financeiro da CS Frotas monitora constantemente as operações financeiras para evitar aplicações de alto risco, constituídas de instrumentos financeiros derivativos que não sejam aqueles para proteção (hedge) dos riscos conhecidos. A CS Frotas não possui operações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer Outros créditos e adiantamentos de risco especulativo.

Compete ao Conselho de Administração autorizar a realização de operações envolvendo qualquer tipo de instrumento financeiro derivativo, assim considerado, quaisquer contratos que gerem ativos e passivos financeiros para suas partes, independente do mercado em que sejam negociados ou registrados ou de forma de realização.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação financeira prevista em um instrumento financeiro ou contrato, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber) e de investimento, incluindo aplicações em bancos e instituições financeiras, instrumentos derivativos e outros instrumentos financeiros.

i. Caixa e equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da CS Frotas de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma, a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

As classificações decorrentes de escala local ("Br") e de escala global de exposição ao risco de crédito foram extraídas de agências de ratings e para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura, como segue abaixo:

Nomenclatura	Qualidade
Br AAA	Prime
Br AA+, Br AA, Br AA-	Grau de Investimento Elevado
Br A+, Br A, Br A-	Grau de Investimento Médio Elevado
Br BBB+, Br BBB, Br BBB-	Grau de Investimento Médio Baixo
Br BB+, Br BB, Br BB-	Grau Especulativo
Br B+, Br B, Br B-	Grau Altamente Especulativo
Br Br CCC+	Grau Especulativo de Risco Substancial
Br Br CCC	Grau Extremamente Especulativo
Br Br CCC-, Br CC, Br C	Grau Especulativo de Moratória com Pequena Expectativa de Recuperação
Br Br DDD, Br DD, Br D	Grau Especulativo de Moratória

A qualidade e exposição máxima ao risco de crédito da Companhia para caixa, equivalentes de caixa e títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras é como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa fundo fixo	**131**	**119**
Br AAA	15.660	515
Br A	18	22
Total depositados em conta corrente	**15.678**	**537**
Total de disponibilidades	**15.809**	**656**

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos em aplicações financeiras		
Br AAA	9.228	5.537
Total de aplicações financeiras	**9.228**	**5.537**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**25.037**	**6.193**

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras		
Br AAA	506.063	530.089
Total de títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	**506.063**	**530.089**

ii. Contas a receber

O risco de crédito do cliente é avaliado no ato da contratação, estando sujeito aos procedimentos, controles e prática estabelecida em relação a esse risco. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela Administração. A necessidade de uma provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber é analisada mensalmente em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda esperada é avaliada coletivamente. O cálculo é feito com base no histórico de perdas efetivas nos períodos mais recentes.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites e riscos de crédito individuais são determinados de acordo com classificações internas ou externas baseadas em ranking de companhias especializadas em avaliação de crédito de acordo com limites determinados pela Administração.

A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é pulverizada. Todas as operações e clientes significativos estão localizados no Brasil, não havendo clientes que, individualmente, representem mais que 10% da receita bruta da CS Frotas.

b) Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros, índices de inflação e preços de ações - irão afetar os ganhos da CS Frotas ou o valor de seus instrumentos financeiros e o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam quatro tipos de risco: risco de taxa de juros, risco da variação da inflação, risco cambial e risco de preço que pode ser de “commodities”, de ações, entre outros. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a CS Frotas se mantenha em níveis de risco considerados aceitáveis no contexto de suas operações.

Atualmente, a CS Frotas está exposta ao risco de taxa de juros incidente, principalmente sobre aplicações financeiras, títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, arrendamentos por direitos de uso e debêntures, bem como à variação cambial do euro e do dólar, decorrente da ponta passiva dos instrumentos financeiros derivativos, e, ainda à variação da inflação, incidente sobre a remuneração de debêntures.

i. Risco de variação de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A CS Frotas está exposta substancialmente ao risco de taxa de juros sobre caixa e equivalentes de caixa e aos títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras, assim como às obrigações com empréstimos, debêntures e arrendamentos. Como política, a Companhia procura concentrar esse risco à variação do CDI, e utilizar derivativos para esse fim.

Todas essas operações são conduzidas de acordo com orientações estabelecidas pelo comitê financeiro, e são aprovadas pelo Conselho de Administração.

ii. Risco de variação da inflação

A CS Frotas possuia debêntures emitidas cuja remuneração tem como base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Estes títulos têm perfil de longo prazo.

c) Risco de liquidez

A Companhia monitora permanentemente o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente.

O objetivo da CS Frotas é manter em seu ativo saldo de caixa e investimentos de alta liquidez, e manter flexibilidade por meio de linhas de crédito para empréstimos bancários, além da capacidade para tomada de recursos por meio do mercado de capitais de modo a garantir sua liquidez e continuidade operacional. O prazo médio de endividamento é monitorado de forma a prover liquidez no curto prazo, analisando parcela, encargos e fluxo de caixa.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

A seguir, estão apresentadas as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo apropriação de juros:

	31/12/2024				
	Contábil	Fluxo contratual	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 8 anos
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	25.037	25.037	25.037	-	-
Títulos, valores mobiliários e aplicações financeiras	506.063	506.063	506.063	-	-
Contas a receber	365.706	365.706	365.664	42	-
Outros créditos e adiantamentos	59.594	59.594	51.347	8.247	-
Total	**956.400**	**956.400**	**948.111**	**8.289**	**-**
Passivos financeiros					
Fornecedores	441.280	441.280	441.280	-	-
Arrendamentos por direito de uso	10.259	10.259	4.552	2.306	3.401
Cessão de direitos creditórios	129.282	129.282	128.238	1.044	-
Outras contas a pagar e adiantamentos	23.440	23.440	23.109	331	-
Total	**604.261**	**604.261**	**597.179**	**3.681**	**3.401**

7.4 Sensibilidade a taxas de juros e moeda

A CS Frotas efetuou análise de sensibilidade de acordo com suas políticas e julgamento, a fim de demonstrar os impactos das variações das taxas de juros e variações cambiais sobre seus ativos e passivos financeiros, considerando para os próximos 12 meses as seguintes taxas de juros e câmbio prováveis:

- CDI em 15,41% a.a., com base na curva futura de juros desenhada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão);
- SELIC de 15,41% a.a. (fonte: Bacen - Banco Central do Brasil);
- Euro de R$ 7,14 (fonte: B3 - Brasil, Bolsa e Balcão),
- IPCA de 6,44% a.a. (fonte: B3 -Brasil, Bolsa e Balcão)
- SOFR projetada para um ano foi de 4,49% (fonte: Federal Reserve New York Bank).
- TJLP 6,66% a.a. (fonte: BNDES)

Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar os impactos das mudanças nas variáveis de mercado que afetam os instrumentos financeiros, receitas e despesas da Companhia, permanecendo os demais indicadores de mercado constantes. Quando da ocorrência da liquidação desses instrumentos financeiros, os valores poderão ser materialmente diferentes dos demonstrados nos quadros abaixo.

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo com os respectivos impactos no resultado financeiro, considerando o cenário provável (Cenário I), com aumentos de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III):

Descrição	Valor contábil 31/12/2024	Cenário Provável I	Cenário II - deterioração de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
Saldos sujeito a exposição em variação do CDI	(531.100)	81.885	102.356	122.828
Saldo sujeita a exposição líquida	**(531.100)**	**81.885**	**102.356**	**122.828**

(*) Fonte dos índices: Relatório Focus – BACEN e BM&F

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	131	119
Bancos	15.678	537
Total de disponibilidades	**15.809**	**656**
Operações compromissadas	4.808	-
Aplicação Automatica	4.420	5.537
Total de aplicações financeiras	**9.228**	**5.537**
Total	**25.037**	**6.193**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 o rendimento médio dos saldos de caixa e equivalentes de caixa foi de 10,93% a.a. (Em 31 de dezembro de 2023, o rendimento médio foi de 13,15% a.a.).

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

9. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Operações	31/12/2024	31/12/2023
Títulos públicos - Fundos exclusivos		
Cotas de investimento (fundo exclusivo SIMPAR) (i)	506.063	530.089
Total	**506.063**	**530.089**

(i) A Movida investe recursos em Fundo de Investimento que foi constituído pela sua controladora Simpar, exclusivamente para maximizar a rentabilidade das aplicações financeiras das empresas do Grupo SIMPAR. Esse fundo é administrado pelo Banco Bradesco e Banco CEF e em 31 de dezembro de 2024 composto por investimentos em Letras do Tesouro Nacional (55%) Letras Financeiras do Tesouro Brasileiro (41%), e Letras financeiras (4%). As cotas de investimentos são livres e resgatáveis de imediato.

O rendimento médio das cotas que estão alocados em fundos de investimentos pela controladora Simpar é definido por taxas pós-fixadas e pré-fixadas (LTN pré-fixada e LFT SELIC). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o rendimento médio foi de 14,93% a.a. (10,03% a.a. no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

As informações sobre a mensuração ao valor justo, sobre a exposição da CS Frotas a riscos de crédito e de mercado e sobre sensibilidade a taxas de juros e moeda estão incluídas nas notas explicativas 7.1, 7.2, 7.3 e 7.4.

10. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, a companhia não possuía saldo de contas a receber dado em garantia de dívidas. As informações sobre a mensuração ao valor justo e sobre a exposição da companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas nas notas explicativas 7.1, 7.2 e 7.3.

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber de clientes	196.984	114.683
Receita de locação a faturar	129.125	121.518
Contas a receber - partes relacionadas	52.762	104.724
(-) Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(13.165)	(8.430)
Total	**365.706**	**332.495**
Ativo circulante	365.664	332.483
Ativo não circulante	42	12
Total	**365.706**	**332.495**

10.1 A movimentação das perdas esperadas (*impairment*)

Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(8.430)**
(-) adições	(6.631)
(+) reversões	1.896
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(13.165)**

Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(4.222)**
(-) adições	(4.517)
(+) reversões	309
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(8.430)**

10.2 Classificação por vencimento e suas respectivas taxas de perdas esperadas

	31/12/2024				31/12/2023			
	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total	Contas a receber	Perdas esperadas	%	Total
Total a vencer	**285.826**	**(1.346)**	**(0,5%)**	**284.480**	**242.182**	**(902)**	**(0,4%)**	**241.280**
Vencidos em até 30 dias	10.729	(550)	(5,1%)	10.179	51.708	(330)	(0,6%)	51.378
Vencidos de 31 a 90 dias	20.783	(944)	(4,5%)	19.839	27.450	(502)	(1,8%)	26.948
Vencidos de 91 a 180 dias	33.632	(1.395)	(4,1%)	32.237	6.530	(1.056)	(16,2%)	5.474
Vencidos de 181 a 365 dias	13.549	(2.033)	(15,0%)	11.516	5.015	(1.377)	(27,5%)	3.638
Vencidos a mais de 365 dias	14.352	(6.897)	(48,1%)	7.455	8.040	(4.263)	(53,0%)	3.777
Total vencidos	**93.045**	**(11.819)**	**(12,7%)**	**81.226**	**98.743**	**(7.528)**	**(7,6%)**	**91.215**
Total	**378.871**	**(13.165)**	**(3,5%)**	**365.706**	**340.925**	**(8.430)**	**(2,5%)**	**332.495**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

11. VEÍCULOS DESATIVADOS PARA RENOVAÇÃO DA FROTA

As movimentações nos exercícios em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão apresentadas a seguir:

	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**127.548**
Bens transferidos do imobilizado	802.783
Bens baixados por venda	(782.267)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**148.063**

	Veículos
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**100.172**
Bens transferidos do imobilizado	386.637
Bens baixados por venda	(309.535)
(-) Perdas esperadas *(impairment)*[(i)]	(49.726)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**127.548**

(i) Refere-se a provisão para perda (“*impairment*”) na venda do veiculo destinado para renovação da frota, vide detalhe na nota explicativa 23 (i).

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a companhia não tinha veículos desativados para renovação da frota dados em garantia de dívidas financeiras.

12. IMOBILIZADO

As movimentações relativas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão a seguir apresentadas:

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.656.235**	**7.226**	**1.476**	**3.556**	**1.348**	**179**	**47.703**	**15.423**	**151**	**4.733.297**
Adições	1.906.348	754	-	2.474	1.117	4.178	-	3.128	-	1.917.999
Transferência para veículos destinados a renovação de frota	(990.436)	-	-	-	-	-	-		-	(990.436)
Baixas	(31.186)	(5)	-	(171)	(89)	-	-	-	-	(31.451)
Transferências	3.344	(3.344)	-	(3)	13	(10)	-		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**5.544.305**	**4.631**	**1.476**	**5.856**	**2.389**	**4.347**	**47.703**	**18.551**	**151**	**5.629.409**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(293.308)**	**(1.474)**	**(234)**	**(817)**	**(395)**	**-**	**(47.319)**	**(5.559)**	**(7)**	**(349.113)**
Depreciação no exercício	(549.748)	(155)	(69)	(605)	(188)	-	-	(3.958)	-	(554.723)
Transferência para veículos destinados a renovação de frota	187.653	-	-	-	-	-	-		-	187.653
Baixas	2.247	2	-	38	89	-	-	-	-	2.376
Transferências	(610)	610	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(653.766)**	**(1.017)**	**(303)**	**(1.384)**	**(494)**	**-**	**(47.319)**	**(9.517)**	**(7)**	**(713.807)**
Saldo líquido:										
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.362.927**	**5.752**	**1.242**	**2.739**	**953**	**179**	**384**	**9.864**	**144**	**4.384.184**
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**4.890.539**	**3.614**	**1.173**	**4.472**	**1.895**	**4.347**	**384**	**9.034**	**144**	**4.915.602**

	Veículos	Máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Construções em andamento	Direito de uso veículos	Direito de uso imóveis	Outros	Total
Custo:										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**2.875.470**	**6.850**	**716**	**2.910**	**1.229**	**343**	**47.703**	**8.268**	**151**	**2.943.640**
Adições	2.231.021	376	-	647	119	596	-	7.403	-	2.240.162
Transferência para bens destinados a venda	(443.795)	-	-	-	-	-	-		-	(443.795)
Baixa de ativos e outros (i)	(6.461)	-	-	(1)	-	-	-	(248)	-	(6.710)
Outros	-	-	760	-	-	(760)	-		-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.656.235**	**7.226**	**1.476**	**3.556**	**1.348**	**179**	**47.703**	**15.423**	**151**	**4.733.297**
Depreciação acumulada:										
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(136.680)**	**(1.239)**	**(193)**	**(229)**	**(273)**	**-**	**(44.202)**	**(3.175)**	**(7)**	**(185.998)**
Despesa de depreciação no exercício	(214.741)	(235)	(41)	(588)	(122)	-	(3.117)	(2.633)	-	(221.477)
Transferência para bens destinados a venda	57.158	-	-	-	-	-	-		-	57.158
Baixa de ativos e outros	955	-	-	-	-	-	-	249	-	1.204
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(293.308)**	**(1.474)**	**(234)**	**(817)**	**(395)**	**-**	**(47.319)**	**(5.559)**	**(7)**	**(349.113)**
Saldo líquido:										
	2.738.790	**5.611**	**523**	**2.681**	**956**	**343**	**3.501**	**5.093**	**144**	**2.757.642**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**4.362.927**	**5.752**	**1.242**	**2.739**	**953**	**179**	**384**	**9.864**	**144**	**4.384.184**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

A Companhia adota o procedimento de revisar pelo menos uma vez ao ano as estimativas do valor residual esperado no final da vida útil econômica de seus ativos imobilizados através de análises de bases históricas do valor de mercado (tabela FIPE e/ou outras plataformas de comercialização) de seus carros, bem como acompanha regularmente as estimativas de sua vida útil econômica utilizadas para determinação das respectivas taxas de depreciação e amortização e, sempre que necessário, são efetuadas análises sobre a recuperabilidade dos seus ativos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos periodicamente e ajustados caso seja apropriado. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizada avaliação e foram observados ajustes nas taxas médias anuais ponderadas de depreciação demonstrados na tabela abaixo:

Taxa média de depreciação (%)		
Itens do imobilizado	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Veículos	7,14%	5,82%
Máquinas e equipamentos	13,25%	10,00%
Computadores e periféricos	20,00%	20,00%
Móveis e utensílios	10,01%	10,00%
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4,00%	4,51%
Direito de uso (veículos)	0,00%	6,53%
Direito de uso (imóveis)	38,45%	24,54%

13. ANÁLISE DE REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS *(IMPAIRMENT)*

O teste de recuperabilidade dos ativos intangíveis de vida útil indefinida é efetuado anualmente ou com maior frequência quando há indicadores de redução do valor recuperável de alguma das unidades geradoras de caixa (“UGC”) em que estão alocados. A CS Frotas classifica as UGC’s por seu segmentos GTF conforme nota explicativa 6.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração atualizou seus estudos, e os resultados estão detalhados abaixo.

13.1 Redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos financeiros

A CS Frotas reconhece provisões para perdas esperadas de créditos sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A CS Frotas mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, utiliza-se uma “matriz de provisão” simplificada para calcular as perdas esperadas para seus recebíveis comerciais, segundo a qual o montante das perdas esperadas é definido de modo “*ad hoc*”.

A matriz de provisão é baseada nos percentuais de perda histórica observadas ao longo da vida esperada dos recebíveis e é ajustada para clientes específicos de acordo com as estimativas futuras e fatores qualitativos, tais como, capacidade financeira do devedor, garantias prestadas, renegociações em curso, entre outros que são monitorados.

Esses fatores qualitativos são monitorados mensalmente por um comitê, denominado Comitê de Crédito e Cobrança. Os percentuais de perda histórica e as mudanças nas estimativas futuras são revistos a cada período de divulgação ou sempre que algum evento significativo ocorra com indícios de que pode haver uma mudança significativa nesses percentuais.

Para as perdas de crédito esperadas associadas aos títulos e valores mobiliários classificados ao custo amortizado, a metodologia de “*impairment*” aplicada depende do aumento significativo do risco de crédito da contraparte.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a CS Frotas não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido após 24 meses com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. A companhia não espera

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da CS Frotas para a recuperação dos valores devidos.

13.2 Teste da redução ao valor recuperável (*impairment*)

O valor recuperável de uma UGC foi determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros para um período de 5 anos e perpetuidade.

A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo dos setores no qual cada UGC atua.

As premissas-chave utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2024, seguem inalteradas e foram as que seguem:

Unidades Geradoras de Caixa	2024 - %
Taxas de desconto (*WACC*)	10,89%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,60%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 5 anos	4,26%

Unidades Geradoras de Caixa	2023 - %
Taxas de desconto (*WACC*)	11.08%
Taxas de crescimento na perpetuidade	3,50%
Taxas de crescimento estimado para o *LAJIDA* (i) - média para os próximos 5 anos	6,33%

(i) Lajida: Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização.

Sendo:

i) Utilização do Custo Médio Ponderado do Capital (*WACC*) como parâmetro apropriado para determinar a taxa de desconto a ser aplicada aos fluxos de caixa livres;
ii) Projeções de fluxo de caixa preparadas pela Administração que compreendem o período de 5 anos, de janeiro de 2025 a dezembro de 2029;
iii) Todas as projeções foram realizadas em termos nominais, ou seja, considerando o efeito da inflação;
iv) O valor residual após dezembro 2029 foi calculado com base na perpetuidade do fluxo de caixa, considerando premissa de continuidade das operações por prazo indeterminado assumindo um crescimento de 3,60%a.a, e
v) Os fluxos de caixa foram descontados considerando a convenção de meio período ("*mid period*"), assumindo a premissa de que os fluxos de caixa são gerados ao longo do ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia revisitou os estudos e não identificou ajustes, exceto aqueles ocasionados pela catástrofe climática no Rio Grande do Sul, conforme nota explicativa 1.1.2.

14. FORNECEDORES

	31/12/2024	31/12/2023
Montadoras e concessionárias de veículos	384.163	610.744
Fornecedores de serviços e peças automotivos	14.692	11.866
Partes relacionadas (nota 19)	13.205	12.157
Fornecedores de serviços exceto automotivos	28.437	18.025
Outros	783	1.951
Total	**441.280**	**654.743**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

15. CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de cessão de direitos creditórios no início do exercício	**-**	**-**
Cessões efetuadas (valor bruto)	562.731	-
Apropriação dos direitos performados (valor bruto)	(448.363)	-
Juros apropriados descontados	14.914	-
Passivo de cessão de direitos creditórios no encerramento do exercício	**129.282**	**-**
Circulante	128.238	-
Não circulante	1.044	-
Total	**129.282**	**-**

A CS Frotas efetuou cessões de direitos creditórios futuros decorrentes de contratos de locação de veículos firmados com alguns de seus clientes, em favor de terceiros, em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação em caso de inadimplência; e os descontos financeiros serão apropriados como despesa financeira no resultado pelo prazo do contrato. O valor recebido foi reconhecido inicialmente a valor justo e a despesa financeira é reconhecida no resultado até a data da liquidação com base na taxa efetiva de juros do contrato. O prazo médio desses contratos é de 24 meses com vencimentos até dezembro de 2027.

16. DEBÊNTURES

As movimentações nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023, estão demonstradas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Debêntures no início do exercício	**130.296**	**179.266**
Juros pagos	(233.977)	(214.172)
Juros provisionados	315.232	49.420
Ajuste a valor presente [(i)]	211.551	115.781
Debêntures no encerramento do exercício	**-**	**130.295**
Circulante	-	128.730
Não circulante	-	1.565
Total	**-**	**130.295**

(i) Em 31 de dezembro de 2024 o ajuste do valor presente das debêntures referem-se conversíveis em ações que foram incorporados ao patrimônio líquido.

A Companhia realizou o Instrumento particular de escritura de debênture simples, conversíveis em ações, da espécie quirografária sendo:

(i) *1ª emissão de debêntures simples, em série unica. O valor foi de R$ 350.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 350.000.000 (trezentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 24,34% (vinte e quatro inteiros e trinta e quatro centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia.*

(ii) *2º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 34.991 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia.*

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

(iii) *3º emissão de debêntures simples, em duas séries. O valor foi de R$ 250.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 61.818 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 17,38% (dezessete inteiros e trinta e oito centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia.*

(iv) *4º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 460.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 140.378 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 460.000.000 (quatrocentos e sessenta milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 31,98% (trinta e um inteiros e noventa e oito centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia.*

(v) *5º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 102.500 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 4.401 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 102.500.000 (cento e dois milhões e quinhentos mil) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 7,13% (sete inteiros e treze centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia*

(vi) *6º emissão de debêntures simples, em série única. O valor foi de R$ 190.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Participações S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 17.319 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 190.000.000 (cento e noventa milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 13,21% (treze inteiros e vinte e um centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia*

(vii) *8º emissão de debêntures simples, em série dupla. O valor foi de R$ 635.000 adquirido em sua totalidade pela Movida Locação de Veículo S.A. Trata-se de um instrumento financeiro composto contabilizado no patrimônio líquido, o qual inclui componentes de passivo financeiro (juros da dívida contabilizados pelo valor justo na data de emissão no montante de R$ 46.766 no patrimônio líquido e contrapartida na rúbrica de debêntures) e de patrimônio líquido que compreendem títulos que serão obrigatoriamente convertidos em capital social à opção do titular, e para o caso de Conversão Obrigatória, mediante o recebimento da Notificação de Conversão, a totalidade das Debêntures deverá ser convertida em 635.000.000 (quinhentos e setenta e cinco milhões) de ações ordinárias de emissão da Emissora, que representam, na presente data, 44,15% (quarenta e quatro inteiros e quinze centésimos por cento) do capital social da Companhia, quantidade essa definida com base no valor patrimonial da Companhia*

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia incorporou os componentes do passivo financeiro (juros de dívida contabilizados pelo valor justo nas respectivas datas de emissão) no patrimônio líquido, de modo que não houvesse obrigações a pagar para sua controladora em 31 de dezembro de 2024.

17. ARRENDAMENTO POR DIREITO DE USO

A Companhia arrenda seus veículos, os quais foram classificados como arrendamentos operacionais.

A Companhia subarrendou veículos. De acordo com o CPC 06(R2), os contratos de arrendamento e subarrendamento foram classificados como arrendamentos operacionais. A CS Frotas avaliou a classificação dos contratos de subarrendamento com referência ao ativo de direito de uso, e não ao ativo subjacente, e concluiu que eles são arrendamentos operacionais de acordo com o CPC 06(R2).

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da companhia (“spread” de crédito). Os “spreads” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12, §33. A CS Frotas atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia aplicou o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente para alocar a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento e não-arrendamento.

A Companhia chegou às suas taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia (“*spread*” de crédito). Os “*spreads*” foram obtidos por meio de sondagens junto a potenciais investidores de títulos de dívida da Companhia. A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis os prazos dos contratos, conforme requerido pelo CPC 12, §33. A Companhia atualiza as taxas médias trimestralmente e abaixo são apresentadas as informações relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024:

Contratos por prazo e taxa de desconto	
Prazos contratados	**Taxa % a.a**
1	19,20%
2	20,12%
3	19,94%
5	20,57%
10	19,49%
15	18,53%
20	19,16%

As informações sobre os passivos de arrendamentos para os quais a CS Frotas é o arrendatário são apresentadas abaixo.

Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Adição	3.128
Pagamento de principal	(3.958)
Juros pagos	(847)
Juros apropriados	1.147
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**10.259**
Circulante	4.552
Não circulante	5.707
Total	**10.259**

Saldo em 31 de dezembro de 2022	**9.203**
Adição	7.155
Baixas	248
Amortização	(5.750)
Juros pagos	(702)
Juros apropriados	635
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**10.789**
Circulante	3.718
Não circulante	7.071
Total	**10.789**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

Cronograma de vencimentos dos arrendamentos:

	Imóveis	31/12/2024	Veículos	Imóveis	31/12/2023
Passivo circulante	**4.552**	**4.552**	**592**	**3.126**	**3.718**
Após 1° ano	2.306	2.306	-	2.532	2.532
Após 2° ano	1.774	1.774	-	2.088	2.088
Após 3° ano	1.310	1.310	-	1.434	1.434
Após 4° ano	317	317	-	1.017	1.017
Passivo não circulante	**5.707**	**5.707**	**-**	**7.071**	**7.071**
Total	**10.259**	**10.259**	**592**	**10.197**	**10.789**

A seguir é apresentado quadro o direito potencial de PIS / COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

Fluxos de caixa	Ajustado Valor presente
Contraprestação do Arrendamento	10.259
PIS/COFINS	949

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2023 foi reconhecido a título de crédito de PIS/COFINS o montante de R$ 949.

Conforme orientação do Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº02/2019, que determina a apresentação dos saldos comparativos com aplicação da inflação projetada do ativo de direito de uso, passivo de arrendamento de direito de uso, depreciação e despesa financeira. A Companhia estima uma taxa de 4,71% de inflação projetada, considerando esta taxa teríamos os seguintes impactos no exercício findo de 31 de dezembro de 2024:

Fluxos de caixa	Valor contábil	Inflação projetada
Ativo de direito de uso, líquido	9.418	9.861
Passivo de arrendamento	10.259	10.742
Despesa de depreciação	552.577	578.603
Despesas financeiras	339.935	355.946

17.1 Pagamentos de arrendamentos de alugéis variáveis e de curto prazo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a CS Frotas reconheceu o montante de R$ 4.648 (R$ 2.713 em 31 de dezembro de 2023), referente a gastos relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis de imóveis e aluguéis de curto prazo.

17.2 Companhia como arrendadora

Quando a Companhia atuou como arrendador, determinou, no início do arrendamento, se cada arrendamento era financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a CS Frotas fez uma avaliação geral se o arrendamento transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se fosse esse o caso, o arrendamento era um arrendamento financeiro; caso contrário, era um arrendamento operacional.

Como parte dessa avaliação, a CS frotas considerou certos indicadores, como se o prazo do arrendamento se referisse à maior parte da vida econômica do ativo.

A tabela a seguir apresenta uma análise de vencimento dos pagamentos de arrendamento, demonstrando os pagamentos não descontados do arrendamento que serão recebidos após a data base:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Locações a receber	1.578.677	723.810	366.691	273.498	68.967	-	3.011.643
Total	**1.578.677**	**723.810**	**366.691**	**273.498**	**68.967**	**-**	**3.011.643**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

18. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS E ADMINISTRATIVAS

18.1 Depósitos judiciais e provisões para demandas judiciais e administrativas

No quadro a seguir estão demonstrados a composição por natureza dos depósitos judiciais e das provisões em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

	Depósitos judiciais		Provisões	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	1.705	1.658	23	102
Trabalhista	-	-	9	-
Total	**1.705**	**1.658**	**32**	**102**

Os depósitos judiciais referem-se a: (i) conta corrente judicial ou bloqueios de saldos bancários determinados em juízo para garantia de eventuais execuções exigidas em juízo, ou (ii) depósitos em conta judicial em substituição de pagamentos de contas a pagar que estão sendo discutidas judicialmente.

18.2 Movimentação das provisões para demandas judiciais e administrativas

As movimentações das provisões para demandas judiciais e administrativas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstradas abaixo:

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**-**	**102**
Constituição	25	9	34
Reversão	(104)	-	(104)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**23**	**9**	**32**

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**-**	**-**
Constituição	102	-	102
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**102**	**-**	**102**

A CS Frotas não possui saldos sobre demandas judiciais e administrativas na esfera tributária nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

18.3 Perdas possíveis não provisionadas no balanço

A CS Frotas também é parte em demandas cíveis, trabalhistas e tributárias nas esferas judicial e administrativa, cuja probabilidade de perda é considerada pelos administradores e seus assessores jurídicos como possível, e para as quais, portanto, não são constituídas provisões.

Os valores totais em discussão são os seguintes:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	43	698
Cíveis	557	227
Tributárias	217	194
Total	**816**	**1.118**

As causas possíveis na esfera cível referem-se basicamente a reclamações de consumidores por suposta falha na prestação de serviços e de natureza indenizatória por lucros cessantes e danos materiais e morais por acidentes de trânsito envolvendo veículos de sua frota, não envolvendo valores relevantes de forma individual.

Quanto às demandas trabalhistas, a Administração entende que não há nenhuma prática em particular que seja adotada e que dê ensejo aos pedidos reclamados, sendo que as reclamações ajuizadas contra a CS Frotas não envolvem, individualmente, valores relevantes e estão relacionadas, principalmente, a pedidos de pagamento de diferenças de horas extras e de comissões, adicional de periculosidade, de insalubridade e ações promovidas por empregados de empresas terceirizadas.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

Para as demandas tributárias, há autos de infração e ações anulatórias em que se discute cobrança indevida de débitos de ICMS e ISS, além de execuções fiscais/embargos à execução oriundos de cobrança de IPVA e PIS/COFINS, taxas de publicidade e outros.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas seus acionistas, outras empresas ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1) / IAS 24.

A CS Frotas por meio de acordo comercial, poderá vender para o Grupo Simpar veículos utilizados em sua operação, limitando em 10% das vendas realizadas pela CS Frotas nos últimos 12 meses, no entanto, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração, o preço mínimo de venda pela Movida deverá corresponder ao preço médio de venda de veículos usados a grandes grupos (de acordo com a marca, modelo e quilometragem de cada veículo) praticado pela Movida nos 60 dias anteriores ao recebimento da intenção de venda.

19.1 Saldos ativos e passivos com partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas são divulgados nas tabelas abaixo:

	Contas a receber		Adiantamento de terceiros e outros créditos	
Ativo	**31/12/2024**	**31/12/2023**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Transações com controladora				
CS Brasil Participacões e Locações S.A.	22.982	28.461	-	103
Movida Participações S.A.	28.574	-	13.342	-
Movida Locação de Veículos S.A	-	60.689	-	-
	51.556	**89.150**	**13.342**	**103**
Partes relacionadas				
Avante Veículos Ltda	-	1	-	-
BBC Leasing	89	2	-	-
SIMPAR S.A.	-	1	10.172	-
CS Brasil Transportes	-	15.181	35	-
JSL S.A.	483	44	1	521
Original Veículos Ltda	353	-	-	-
Original Turim S.A.	-	-	2	-
Original Seminovos S/A	1	-	-	-
Ponto Veículos Ltda.	242	-	-	-
Original Indiana S.A	24	-	132	-
Original New Provence SA	1	-	-	-
Truckpad Tec e Log S.A.	2	-	-	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	-	8	-
Graos do Piaui Rod SPE	1	251	-	-
ATU12	10	94	6	2
	1.206	**15.574**	**10.356**	**523**
Total	**52.762**	**104.724**	**23.698**	**626**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

	Fornecedores		Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		Outras contas a pagar	
Passivo	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com controladora						
CS Brasil Participacões e Locações S.A.	-	3.335	-	878	-	-
Movida Participações S.A.	11.193	1.889	-	-	2.986	22.581
Movida Locação de Veículos S.A	-	4.764	-	17.400	-	108.345
	11.193	**9.988**	**-**	**18.278**	**2.986**	**130.926**
Partes relacionadas						
BBC Pagamentos	11	7	-	-	-	-
SIMPAR S.A.	-	-	-	-	15	2
BBC Leasing	2	-	-	-	-	-
SIMPAR Empreend Imob.	15	-	-	-	-	65
CS Brasil Transportes	1.838	964	-	-	362	334
JSL S.A.	84	320	-	-	516	37
Banco Brasileiro Cred. SA	-	-	-	-	6.695	-
Mogi Mob Transporte de Passageiros Ltda.	1	19	-	-	-	-
Original Veículos Ltda	6	75	-	-	169	-
Ponto Veículos Ltda.	-	-	-	-	11	-
Quick Logística Ltda.	55	28	-	-	282	-
Transrio Caminhões, Ônibus, Máquinas e Motores Ltda.	-	-	-	-	33	-
Vamos Locação de Caminhões, Máquinas e Equipamentos S.A.	-	14	-	-	52	-
Transmoreno	-	742	-	-	-	62
	2.012	**2.169**	**-**	**-**	**8.135**	**500**
Total	**13.205**	**12.157**	**-**	**18.278**	**11.121**	**131.426**

19.2 Transações com a companhia controladora

19.2.1 Ativo

Ativo	Transação	Especificação
MOVIDA PART	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
MOVIDA LOCAÇÃO	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas
CS BRASIL PART	Clientes	Refere-se a venda de ativos entre as empresas

19.2.2 Passivo

Passivo	Transação	Especificação
MOVIDA PART	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas
MOVIDA LOCAÇÃO	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas
CS BRASIL PART	Contas a pagar	Refere-se a compra de ativos entre as empresas

19.3 Saldos com partes relacionadas

19.3.1 Ativo

Ativo	Relação	Especificação
ATU12	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Avante Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Original Turim S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Original Seminovos S/A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Original Indiana S.A	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Original New Provence SA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Ponto Veículos Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Truckpad Tec e Log S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Venda de ativos em condições de mercado e reembolso de despesas
Graos do Piaui Conc Rod	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Aluguel de carro e reembolso de despesas

19.3.2 Passivo

Passivo	Relação	Especificação
BBC Leasing Arrendamento Mercantil S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
BBC Pagamentos	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Banco Brasileiro Cred. AS	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
CS Brasil Transportes de Passageiros e Serviços Ambientais Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
JSL S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Mogi Mobi Transporte Urbano Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Original Veículos Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Ponto Veículos Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Compra de peças e acessórios em condições de mercado
Quick Logística Ltda	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transrio Caminhões, Ônibus, Maquinas e Motores Ltda.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Transmoreno Transp Logist LTDA	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
Vamos Locação de Caminhões, Máq. e Equipamentos S.A.	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas
SIMPAR Empreend Imob	Sócio em comum (SIMPAR S.A.)	Reembolso de despesas

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

19.4 Transações com partes relacionadas com efeito na demonstração do resultado

	Receita de prestação de serviços		Custo da prestação de serviços		Receita de renovação de frota		Custo da renovação de frota		Receita administrativa		Despesa administrativa		Receita financeira		Despesa financeira	
Resultado	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Transações com controladas																
CS Brasil Participacões e Locações S.A.	-	-	-	(11.466)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movida Participações S/A	945	669	(19.728)	(7.885)	-	-	-	-	-	-	-	-	61.537	-	(158.366)	(54.869)
Movida Locação de Veículos S.A	2.715	1.658	(10.613)	(4.395)	-	-	-	-	-	-	-	(13)	389.460	-	(607.862)	(157.753)
Subtotal	**3.660**	**2.327**	**(30.341)**	**(23.746)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(13)**	**450.997**	**-**	**(766.228)**	**(212.622)**
Transações com partes relacionadas																
JSL S.A.	684	502	(165)	(275)	-	91	-	(91)	2	-	(256)	(118)	-	-	-	-
SIMPAR S.A.	-	-	(49)	(10)	-	-	-	-	1	-	(131)	(19)	-	-	-	-
SIMPAR Empreend Imob.	-	-	(160)	(65)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
CS Brasil Transportes	5.447	6.703	(2.667)	(2.100)	1.733	2.242	(1.733)	(2.242)	31	16	(296)	(4)	-	-	-	-
CS MOBI CUIABA SPE as	-	-	-	-	-	53	-	(53)	-	-	-	-	-	-	-	-
Ponto Veículos Ltda	191	-	(14)	-	51	-	(51)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Grãos do Piaui Rod SPE AS	-	-	-	-	-	-	-	-	3	-	-	-	-	-	-	-
Original Veículos Ltda	276	-	(48)	(84)	131	-	(131)	-	-	-	-	(2)	-	-	-	-
Vamos Loc Cam Maq EquasSA	-	458	-	(175)	-	102	-	(102)	-	1	-	(3)	-	-	-	-
Vamos Seminovos	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BBC Leasing	88	-	(21)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.057)	-
BBC Pagamentos	-	-	(58)	(50)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mogi Mob Trans Pass LTDA	1	-	(26)	(63)	-	-	-	-	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões Onibus	-	-	-	(18)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmoreno	-	-	-	(534)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TPG Transp Passageiros	-	-	-	(22)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quick Logística	91	-	(829)	(280)	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-
R Point Comercial LTDA	10	-	(16)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga Indiana	156	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga Provence C V P LTDA	4	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saga Turim	12	-	(10)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sinal Serv de Integ Indus	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transrio Caminhões Onibus	13	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transmoreno	25	-	(825)	-	-	-	-	-	-	-	(3)	-	-	-	-	-
Tiete Veiculos LTDA	-	-	(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Truckpad Tec e Log S.A.	-	-	-	-	139	-	(139)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Vamos Loc Cam Maq Equi AS	148	-	(49)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	**7.153**	**7.663**	**(4.972)**	**(3.679)**	**2.054**	**2.488**	**(2.054)**	**(2.488)**	**37**	**17**	**(690)**	**(146)**	**-**	**-**	**(2.057)**	**-**
Total	**10.813**	**9.990**	**(35.313)**	**(27.425)**	**2.054**	**2.488**	**(2.054)**	**(2.488)**	**37**	**17**	**(690)**	**(159)**	**450.997**	**-**	**(768.285)**	**(212.622)**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

19.5 Remuneração dos administradores

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração paga ao pessoal chave da administração, incluindo encargos, foi de R$ 2.295 (R$ 3.757 em 31 de dezembro de 2023).

A Administração não possui benefícios pós-emprego nem outros benefícios de longo prazo, exceto pelo plano de opções e ações restritas, conforme tabela abaixo:

Administradores	31/12/2024	31/12/2023
Remuneração fixa	1.606	2.103
Remuneração variável	664	1.277
Benefícios	25	35
Remuneração baseada em ações	-	342
Total	**2.295**	**3.757**

20. Imposto de renda e contribuição social

20.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos e débitos de IRPJ e CSLL diferidos foram apurados com base nos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis no futuro. As origens estão apresentadas a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Créditos fiscais		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	42.591	41.789
Provisão para demandas judiciais e administrativas	2.390	2.380
Perdas esperadas *("impairment")* de contas a receber	4.477	2.867
Perda na desvalorização de ativos (impairment)	17.637	16.907
Ajuste dos efeitos das alterações promovidas pelo CPC 06 (R2)	287	185
Debê	(6.918)	
ntures Conversiveis		-
Outras provisões	2.713	-
Total do imposto diferido ativo	**63.177**	**64.128**
Imposto diferido passivo		
Receita diferida de órgãos públicos	(18.798)	(11.639)
Depreciação econômica vs. fiscal	(304.556)	(253.494)
Imobilização *leasing* financeiro	(39.749)	(39.749)
Outros	(793)	1.021
Total do imposto diferido passivo	**(363.896)**	**(303.861)**
Total débitos fiscais, líquidos	**(300.719)**	**(239.733)**
Tributos diferidos passivos	(300.719)	(239.733)
Total débitos fiscais, líquidos	**(300.719)**	**(239.733)**

Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(239.733)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(60.986)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**(300.719)**

Saldos em 31 de dezembro de 2022	**(168.151)**
IR/CS diferidos reconhecidos no resultado	(71.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**(239.733)**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

20.2 Conciliação da (despesa) crédito do imposto de renda e da contribuição social

As despesas correntes de IRPJ e CSLL são calculadas com base nas alíquotas atualmente vigentes sobre o lucro contábil antes do IRPJ e CSLL, acrescido ou diminuído das respectivas adições, exclusões e compensações permitidas e exigidas pela legislação vigente.

A declaração de imposto de renda da CS Frotas está sujeita à revisão das autoridades fiscais por um período de cinco anos a partir do fim do exercício em que é entregue. Em virtude destas inspeções, podem surgir impostos adicionais e penalidades, os quais seriam sujeitos a juros. Entretanto, a Administração é de opinião de que todos os impostos têm sido pagos ou provisionados de forma adequada.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**279.844**	**210.387**
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	**(95.147)**	**(71.532)**
(Adições) exclusões permanentes		
Juros remuneração de capital - TJLP - Pagamento	36.133	-
Despesas indedutíveis e outras (adições) exclusões permanentes	(157)	(53)
Outras exclusões/ Outras adições	(1.815)	3
IRPJ e CSLL apurados	**(60.986)**	**(71.582)**
Imposto de renda e contribuição social		
Diferido	(60.986)	(71.582)
IRPJ e CSLL no resultado	**(60.986)**	**(71.582)**
Alíquotas efetivas	-21,79%	-34,02%

20.3 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro antecipado

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.881**	**36.881**
Pagamento de IRPJ/CSLL	1.150	1.150
Compensação com outros impostos federais e previdenciários	(13.532)	(13.532)
Antecipação de IRPJ/CSLL	65.784	65.784
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**90.283**	**90.283**

	IRPJ/CSLL antecipado	Total líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**12.484**	**12.484**
Antecipação de IRPJ/CSLL	24.397	24.397
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.881**	**36.881**

20.4 Prazo estimado de realização

Os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão consumidos à medida que as respectivas diferenças sejam liquidadas ou realizadas.

Os prejuízos fiscais não prescrevem e em 31 de dezembro de 2024 estão contabilizados o IRPJ e CSLL diferidos para a totalidade dos prejuízos fiscais acumulados.

Na estimativa de realização dos créditos fiscais diferidos ativos, a Administração considera seu plano orçamentário e estratégico com base na previsão das realizações dos ativos e passivos que deram origem a eles, bem como nas projeções de resultado para os exercícios seguintes.

Ano	R$ Mil
2025	42.591
Total	**42.591**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

21. Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024, é de R$ 1.823.392 (R$ 1.438.222.201 em 31 de dezembro de 2023), dividido em 1.823.392.201 quotas sem valor nominal pertencentes 100% à Movida Participações. (Em 31 de dezembro de 2023 eram 1.438.222.201 quotas pertencentes 61,80% à CS Participações e 38,20% à Movida Locação).

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.438.222.201**
Aumento de capital	385.170	385.170.000
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**1.823.392**	**1.823.392.201**

	Valor	Quotas
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.378.222**	**1.378.222.201**
Aumento de capital	60.000	60.000.000
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**1.438.222**	**1.438.222.201**

21.2 Reserva de lucro

Reservas de lucros são constituídas pela apropriação de lucros da CS Frotas, como previsto § 4º do art. 182 da Lei nº 6.404/76. Conforme § 6º do art. 202 dessa Lei, adicionado pela Lei nº 10.303/01, caso ainda existam lucros remanescentes, após a segregação para pagamentos dos dividendos obrigatórios e após a destinação para as diversas reservas de capital.

As contas que compõem os saldos apresentados como reservas de lucros são: reserva legal, no montante de R$ 45.964 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 35.021 em 31 de dezembro de 2023); Lucros retidos, no montante de R$ 79.740 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 634.825 em 31 de dezembro de 2023); AFAC (Adiantamento para futuro aumento de capital) de R$ 385.170 em 31 de dezembro de 2023, o qual foi totalmente integralizado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

O saldo na reserva de lucros retidos refere-se à retenção de lucros com base em orçamento de capital, constituída nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, e aprovada na Assembleia Geral Ordinária de acionistas realizada em 26 de abril de 2019. Em reunião do Conselho de Administração, foi aprovado inserir na proposta da Administração e apreciada na Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) de acionistas, ocorrida em 30 de abril de 2020, deliberação para que esses lucros retidos sejam reclassificados para Reserva de Investimentos.

21.3 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio

21.3.1 Composição de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.278**
Juros sobre o capital próprio pagos	(18.278)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**

	Dividendos e juros sobre capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**11.916**
Juros sobre o capital próprio pagos	(25.000)
Distribuição de lucros	31.362
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**18.278**

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

22. RECEITA LÍQUIDA DE LOCAÇÃO E VENDA DE ATIVOS DESMOBILIZADOS

22.1 Composição da receita líquida das locações de serviços e vendas de ativos utilizados na prestação de serviços

A tabela a seguir, apresenta a composição analítica da receita de contratos com cliente das principais linhas de negócio e momento do reconhecimento da receita. Inclui também a conciliação da composição analítica da receita da Companhia:

	31/12/2024	31/12/2023
Receita de locação [(i)]	1.692.409	1.055.539
Receita de venda de ativos desmobilizados [(ii)]	799.694	338.822
Receita bruta	**2.492.103**	**1.394.361**

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos incidentes sobre as receitas [(iii)]	(156.452)	(97.455)
Devoluções e abatimentos	(1.979)	(3.853)
(-) Deduções da receita	**(158.431)**	**(101.308)**
Receita líquida total	**2.333.672**	**1.293.053**

Tempo de reconhecimento de receita		
Produtos transferidos em momento específico no tempo	799.694	338.823
Produtos e serviços transferidos ao longo do tempo	1.533.978	954.230
Receita líquida total	**2.333.672**	**1.293.053**

(i) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 06 (R2) – Arrendamentos.
(ii) Reconhecimento de receita de acordo com CPC 47 (R2) – Receita de contrato com cliente.
(iii) Os impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente em impostos municipais sobre serviços (alíquota de 2% a 5%) e contribuições relacionadas à PIS (alíquota de 1,65%) e COFINS (alíquota de 7,6%).

23. GASTOS POR NATUREZA

As informações de resultado da Companhia são apresentadas por função. A seguir está demonstrado o detalhamento dos gastos por natureza:

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de venda de ativos utilizados nas locações e prestação de serviços	(782.267)	(309.535)
Despesas com pessoal	(56.902)	(46.074)
Depreciação, amortização e desvalorização impairment de ativos [(i)]	(554.723)	(271.298)
Perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.735)	(4.208)
Comunicação e publicidade	(1.469)	(479)
Manutenção predial, água, energia e telefonia	(3.515)	(2.427)
Gastos e manutenções com veículos	(447.538)	(303.019)
Crédito de PIS COFINS sobre insumos	161.647	79.522
Custos na venda de veículos avariados	(18.390)	(3.257)
Serviços contratados de terceiros	(19.276)	(11.708)
Aluguel de imóveis	(4.648)	(2.713)
Outras (despesas)	(20.414)	(16.529)
Total	**(1.752.230)**	**(891.725)**
Custo dos serviços prestados e da venda de ativos utilizados na prestação de serviços	(1.683.170)	(852.984)
Despesas comerciais	(16.298)	(9.997)
Despesas administrativas	(30.860)	(24.186)
Provisão para perdas esperadas (impairment) de contas a receber	(4.735)	(4.208)
Outras (despesas) operacionais, líquidas	(17.167)	(350)
Total	**(1.752.230)**	**(891.725)**

(i) Além das depreciações e amortizações no montante de R$ 552.577, nesta rubrica é reconhecido o impairment dos veículos, lojas e mobílias afetados pela catástrofe climática ocorrida no Estado do Rio Grande do Sul no montante de R$ 2.146.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

24. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	26.851	23.661
Juros recebidos	3.932	2
Outras receitas financeiras	7.554	1.271
Receita financeira total	**38.337**	**24.934**
Total de juros e encargos, sobre empréstimos devidos		
Despesas do serviço da dívida		
Juros sobre debêntures	(315.232)	(49.420)
Juros e encargos bancários sobre arrendamentos financeiros	-	(201)
Juros sobre arrendamentos por direito de uso	(1.147)	(635)
Total de juros e encargos sobre dívidas	**(316.379)**	**(50.256)**
Despesas com taxas e impostos financeiros	(8.372)	(2.194)
Juros de outros passivos	(85)	(30)
Outras despesas financeiras	(15.099)	(193)
Total outras despesas financeiras	**(23.556)**	**(2.417)**
Despesas financeiras totais	**(339.935)**	**(52.673)**
Resultado financeiro líquido	**(301.598)**	**(27.739)**

25. INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES DOS FLUXOS DE CAIXA

As demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

25.1 Aquisição de ativo imobilizado

A Companhia faz aquisições de veículos para renovação e expansão de sua frota e, parte destas aquisições não afetam os fluxos de caixa por serem financiadas. Abaixo está demonstrada a reconciliação dessas aquisições e os fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Total das adições do imobilizado (nota 12)	1.917.999	2.240.162
Adições de direito de uso por arrendamento (nota 17)	(3.128)	(7.403)
Saldo das adições do exercício liquidadas com fluxos de caixa	**1.914.871**	**2.232.759**
Fornecedores montadoras	-	(318.879)
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**1.914.871**	**1.913.880**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo imobilizado para operacional	1.906.348	1.912.142
Caixa para compra de ativo imobilizado para investimento	8.523	1.738
Total	**1.914.871**	**1.913.880**

25.2 Aquisição de ativo intangível

	31/12/2024	31/12/2023
Total das adições do intangível	5.247	960
Total dos fluxos de caixa na compra de ativo imobilizado	**5.247**	**960**
Demonstrações dos fluxos de caixa:		
Caixa para compra de ativo intangível para investimento	5.247	960
Total	**5.247**	**960**

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes a serem reportados de 01 de janeiro de 2025 até a data de divulgação 03 de abril de 2025.

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

Declaração da Diretoria sobre as Demonstrações contábeis individuais

Em conformidade com o inciso VI do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, autorizando a emissão nesta data.

Mogi das Cruzes, 03 de abril de 2025

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

Docusign Envelope ID: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB

Declaração da Diretoria sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Em conformidade com o inciso V do artigo 27 da Resolução CVM 80, de 29 de março de 2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras Individuais da CS Frotas S.A., referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, emitido nesta data.

Mogi das Cruzes, 03 de abril de 2025

João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho
Diretor Presidente

Alessandra Bazarian
Diretora Administrativo Financeiro

Certificate Of Completion

Envelope Id: 96F90A16-578B-4F80-82D6-04699BCF78AB
Subject: Complete with Docusign: CS Frotas - 4TRI2024.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Source Envelope:
Document Pages: 54
Certificate Pages: 2
AutoNav: Enabled
EnvelopeId Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Signatures: 1
Initials: 0

Status: Completed

Envelope Originator:
William Sukys
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
william.sukys@pwc.com
IP Address: 134.238.160.20

Record Tracking

Status: Original
03 April 2025 | 16:07
Status: Original
03 April 2025 | 16:20

Holder: William Sukys
william.sukys@pwc.com
Holder: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign
Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
Lia Marcela Rusinque Fonseca lia.fonseca@pwc.com Socia PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate **Signature Provider Details:** Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SERASA RFB v5 **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via Docusign	DocuSigned by: 69678CE1A9DA482... Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 134.238.159.42	Sent: 03 April 2025 | 16:12 Viewed: 03 April 2025 | 16:16 Signed: 03 April 2025 | 16:20

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
William Sukys william.sukys@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) **Electronic Record and Signature Disclosure:** Not Offered via Docusign	COPIED	Sent: 03 April 2025 | 16:20 Viewed: 03 April 2025 | 16:20 Signed: 03 April 2025 | 16:20

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	03 April 2025 | 16:12
Certified Delivered	Security Checked	03 April 2025 | 16:16
Signing Complete	Security Checked	03 April 2025 | 16:20
Completed	Security Checked	03 April 2025 | 16:20

Payment Events	Status	Timestamps

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE ACEITE DO EDITAL

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, que aceita integral e irretratavelmente os termos do Edital em epigrafe, inclusive e especialmente o que se refere às especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, os quais, integrem o Edital.

Mogi das Cruzes/SP

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647

Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 15:06:55 -03'00'

WF 35082

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO
DE QUE FAMILIAR DE AGENTE PÚBLICO PRESTE SERVIÇOS AO GOVERNO DO PARANÁ

A **CS BRASIL FROTAS S.A.**, inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, sob as penas da lei, em atendimento ao quanto disposto no Decreto n° 2485/2019, serem verdadeiras as informações e respostas constantes neste documento, estando ciente que será anexado processos administrativos e constituirá documento público, assim como das implicações em termos de responsabilidade, inclusive especialmente nos âmbitos administrativos, cível e criminal em caso de insinceridade:

Atenção				
Para efeito da informação sobre a existência de parentes trabalhando no Governo do Estado do Paraná, objeto da Declaração abaixo, devem ser observados os seguintes tipos de relação consanguínea ou afim:				
Pai/Mãe	**Avô(ó)**	**Bisavô(ó)**	**Filho(a)**	**Neto(a)**
Bisneto(a)	**Tio(a)**	**Irmão(a)**	**Sobrinho(a)**	**Cunhado(a)**
Cônjuge	**Companheiro(a)**	**Sogro(a)**	**Padrasto/Madrasta**	**Enteado(a)**

	SIM	**NÃO**
Trabalho como empregado, cooperado ou de qualquer outra forma vinculado à pessoa jurídica conveniada ou contratada pelo Governo do Estado, E POSSUO um parente trabalhando ou vinculado ao Governo do Estado, em qualquer de seus órgãos ou entidades, incluindo suas autarquias e fundações públicasesociedades de economia mista?		**X**

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 15:02:15 -03'00'

WF 35082

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DADOS COMPLEMENTARES PARA ASSINATURA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** informa que, os representantes abaixo listados serão os responsáveis pela assinatura do instrumento contratual.

I. **Paulo Roberto Teixeira**, Diretor de Operações, brasileiro, portador da cédula de identidade RG M7778614, inscrito no CPF sob nº 042.607.376-27, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes / SP, CEP 08745-900.

II. **João Bosco Ribeiro de Oliveira Filho,** Diretor, brasileiro, portador da cédula de identidade RG MG 7.592.374 SSP/MG, inscrito no CPF sob nº 043.780.526-36, com endereço comercial na Avenida Saraiva, nº 400, Brás Cubas, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900.

E-mail do Setor de Contratos: contratos.csb@csbrasilservicos.com.br

Mogi das Cruzes/SP

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 14:45:12 -03'00'

WF 35082

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DA LEI 13.709/2018

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, por si e seus colaboradores, que conhece e age em conformidade com a Lei13.709/2018– Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Considerando que para a participação no processo licitatório haverá o tratamento de dados pessoais (nome, RG, CPF, nº registro profissional, endereço residencial e eletrônico) dos representantes legais das empresas, credenciados, responsáveis técnicos e equipe técnica, a **CS BRASIL FROTAS S.A**, DECLARA, que detém todas as autorizações, licenças, permissões, concessões, consentimentos, direitos e garantias necessários para autorizar o compartilhamento dos dados pessoais acima com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina–APPA.

E se compromete a observar as disposições do Termo de Referência sobre Proteção de Dados Pessoais desde a fase da licitação, independente da sua contratação ou não.

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 15:04:54 -03'00'

WF 35082

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

A **CS BRASIL FROTAS S.A.**, inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art 73 da lei Estadual n° 15.608/07, que não emprega menor de dezoito anos em trabalhos noturnos, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, de quatorze anos, na condição de aprendiz: Sim () Não (x)

Mogi das Cruzes/SP

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647

Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 14:58:40 -03'00'

WF 34962

AO
GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO
DOS CRITÉRIOS DE QUALIDADE AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE SOCIO-AMBIENTAL

A **CS BRASIL FROTAS S.A.**, inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, que atende e subordina-se aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socio ambiental, previstos do Decreto Estadual n° 6.252 de 22/03/2006 e nas demais normas legais e proteção ao meio ambiente.

Mogi das Cruzes/SP

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 15:00:36 -03'00'

WF 34962

AO

GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE TRIBUTOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico n.º 389/2026,** DECLARA, sob as penas de lei, que a referida empresa:

- É isenta dos tributos relativos à inscrição estadual.
- É isenta da incidência de Tributos relativos à Fazenda Municipal (ISSQN), uma vez que a locação de automóveis sem fornecimentos de condutor não se enquadra na lista de serviços da Lei Complementar nº 116/2003, nos termos da Sumula Vinculante 31 do STF.

Mogi das Cruzes/SP

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 15:08:44 -03'00'

WF 35082

AO

GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DO LICITANTE

Razão social: CS BRASIL FROTAS S.A

CNPJ: 27.595.780/0001-16

Endereço: Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900

Bairro: Vila Cintra**,**

Cidade: Mogi das Cruzes

Estado: São Paulo

CEP: 08.745-900

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Banco para recebimento do pagamento: Bradesco

Nome da agência: B.CUBAS DM M.CRUZES

Número da agência: 231-3

Endereço da agência: Avenida francisco ferreira lopes, 2737. Cidade: MOGI DAS CRUZES – SP Bairro: Centro, CEP: 08745-000

N°da conta corrente: 7159-5

Bairro: Av.saraiva, 400, Sala 08, **Bairro**: VILA CINTRA, CEP: 08745-900 ; **Cidade**: MOGI DAS CRUZES, Estado: São Paulo

Mogi das Cruzes/SP

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647

Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 14:53:20 -03'00'

WF 34962

AO

GOVERNO DO ESTADO DA PARANÁ
ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS DE PARANAGUÁ E ANTONINA – APPA

27.595.780/0001-16

CS BRASIL FROTAS S.A
Av. Saraiva, 400 Sala 8
Vl. Cintra – CEP 08745-900

MOGI DAS CRUZES - SP

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 389/2026
SAP Nº 1000000389

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A **CS BRASIL FROTAS S.A**., inscrita no CNPJ n°. **27.595.780/0001-16**, sediada na Avenida Saraiva, nº 400, Sala 08, Vila Cintra, Mogi das Cruzes, SP. CEP: 08.745-900, por intermédio de seu representante legal, em atendimento ao **Edital de Pregão Eletrônico Nº 389/2026,** DECLARA, que sob penas da lei, que até a presenta data não sofre os efeitos da declaração de inidoneidade, nem está suspenso de participar em licitações promovidas por qualquer órgão governamental, autárquico, fundacional, de empresa pública ou sociedade de economia mista do Estado do Paraná, inexistindo fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, comprometendo-se a informar ocorrências posteriores.

Mogi das Cruzes/SP

Caio Gallo
Coor. de Projetos.

CS BRASIL FROTAS S.A
CNPJ n°. 27.595.780/0001-16
Caio Roberto de Souza Gallo
RG. MG15615684 - CPF. 126.010.516-47
Procurador/Representante Legal

Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647

Assinado de forma digital por Caio Roberto de Souza Gallo:12601051647
Dados: 2026.05.07 14:56:53 -03'00'

WF 34962